Organizadores:
Marco Aurélio Fernandes
Elizabeth Silva Dias
Larissa Christine Pires Pereira
Marcos da Silva Reinaldo
Karina Vanessa Fonseca Muniz

Coletânea Ludovicense de Psicologia

Volume 7

Pascal Editora

2024

MARCO AURÉLIO FERNANDES
ELIZABETH SILVA DIAS
LARISSA CHRISTINE PIRES PEREIRA
MARCOS DA SILVA REINALDO
KARINA VANESSA FONSECA MUNIZ
(Organizadores)

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

VOLUME 7

EDITORA PASCAL
2024

2024 - Copyright© da Editora Pascal

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho
Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro
Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira
Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904
Revisão: Os autores

Conselho Editorial
Dr. Gabriel Nava Lima
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr. José Ribamar Neres Costa
Drª Priscila Xavier de Araújo
Drª Maria Raimunda Chagas Silva
Drª Ivete Furtado Ribeiro Caldas
Drª Sandra Imaculada Moreira Neto
Dr. Claudio Alves Benassi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L131p

Coletânea Ludovicense de Psicologia / Marco Aurélio Fernandes, Elizabeth Silva Dias, Larissa Christine Pires Pereira, Marcos da Silva Reinaldo e Karina Vanessa Fonseca Muniz (Org). São Luís - Editora Pascal, 2024.

446 f. : il.: (Coletânea ludovicense de psicologia; v. 7)

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-083-8

D.O.I.: 10.29327/5414149

1. Psicologia. 2. Ludovicense. 3. Miscelânea. I. Fernandes, Marco Aurélio. II. Dias, Elizabeth Silva. III. Pereira, Larissa Christine Pires. IV. Reinaldo, Marcos da Silva. V. Muniz, Karina Vanessa Fonseca. VI. Título.

CDU: 159.9 (812.1)

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2024

www.editorapascal.com.br

APRESENTAÇÃO

“Toda psicologia é social”. Tal premissa, categoricamente sustentada por Silvia Lane não significa reduzir as áreas específicas da psicologia a psicologia social, mas, sim deixa clara a necessidade de cada uma assumir suas especificidades, considerando o homem e seu contexto sócio-histórico. Partindo desse pressuposto, é possível, ainda, salientar que, se toda psicologia é social, para que seja de fato uma psicologia autêntica, ela precisa ser estudada a partir de seu contexto, ou seja, onde a mesma ocorre, considerando o passado, presente, cultura, ideias e ideais de uma determinada sociedade. Desse modo, mesmo a psicologia clínica, precisa considerar o sujeito a partir de suas interações sociais, seus conceitos e preconceitos, sua idiossincrasia e atribuições sociais, enquanto um sócio da sociedade pois “[...] não se pode conhecer qualquer comportamento humano isolando-o ou fragmentando-o, como se este existisse em si por si”, Lane.

Este livro representa uma contribuição para a fecunda trajetória intelectual da Psicologia ludovicense, considerando o fazer psicológico, suas áreas específicas, sua cientificidade e suas diretrizes éticas. Esta obra objetiva levar o leitor a analisar as peculiaridades que envolvem as reflexões mais pertinentes no âmbito acadêmico/profissional, que exige compromisso ético-profissional com os fundamentos das relações sociais, bem como dos fenômenos psíquicos e comportamentais. As problemáticas aqui apresentadas partem de objetos de estudos e interesse da própria Psicologia Social que busca estudar e compreender os distintos movimentos sociais e o engajamento de uma sociedade, como o sujeito se observa no mundo e como a sociedade o influencia nas suas próprias decisões e o impacto dos fenômenos psicológicos no cotidiano. Dessa forma, os debates que subsidiaram as ponderações e análises se sustentam na premissa supracitada de Silvia Lane e que, por sua vez, analisa desde os fenômenos individuais aos coletivos que são objetos de estudo e intervenção das Psicologias.

Marco Aurélio Fernandes

ORGANIZADORES

Marco Aurélio Fernandes

Graduado em Psicologia pela Uninassau São Luís, Maranhão. Pós-Graduado em Saúde Mental e Dependência Química. Pós-Graduado em Psicologia Clínica. MBA em Gestão de Pessoas. Pós-Graduando em Neuropsicologia. Coordenador do Curso de Psicologia e Professor na Faculdade Anhanguera São Luís, onde ministro disciplinas específica do curso de Psicologia, como Diagnóstico de Intervenção, Orientação Profissional, Temas Emergentes em Psicologia, Teorias e Técnicas de Grupo, Teorias e Técnicas Psicoterápicas Gerais, Análise Experimental do Comportamento, Psicologia Social, e Estágios. Atuação em Psicologia Clínica e Social. Experiência em trabalhar com Dependentes Químicos.

Elizabeth Silva Dias

Psicóloga, CRP: 22/03378. Professora Universitária. Coordenadora da Clínica Escola da Faculdade Anhanguera de São Luís. Psicóloga do Curso de Medicina da Faculdade Edufor de São Luís. Palestrante. Especialista em Psicologia Hospital, Saúde Mental, Psicopatologia e Atenção psicossocial. especialista em Neuropsicologia. Bacharel em Psicologia pela Faculdade Pitágoras. Ministro aulas de Aconselhamento e orientação em Psicologia, História da psicologia e Medidas e avaliação em Psicologia I, Psicologia Hospitalar.

Larissa Christine Pires Pereira

Psicóloga, CRP 22/04411. Pesquisadora. Professora Universitária. Especialista em Psicologia Social. Pós-graduanda em Neuropsicologia.

Marcos da Silva Reinaldo

Psicólogo Clínico e do Trabalho CRP 22/05122 e Gestalt-terapeuta; Administrador CRA MA 6949. Membro do Grupo de estudos em Gestalt-terapia Integrar/UFMA; Mestre em Psicologia - UFMA; Pós-graduando em Neuropsicologia - Anhanguera; Especialista em Avaliação Psicológica; Gestalt-terapia; em Saúde Mental; em Marketing Recursos Humanos; Metodologia do Ensino Superior; MBA Executivo em Gestão de Pessoas e Coaching. Professor Universitário - Faculdade Anhanguera, Laboro e UEMA; Consultor, Palestrante e Orientador em cursos e treinamentos pela RHumanos Consultoria em Gestão de Pessoas.

Karina Vanessa Fonseca Muniz

Especialista em Psicologia Social e Antropologia, Especialista em História e Cultura Afro-brasileira, Pesquisadora, Professora Universitária e Servidora Pública.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 12
A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E A SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE MENTAL E COM O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
Mariana Cardoso Amaral
Amanda Castilho
Gleidison Andrade Costa

CAPÍTULO 2.....22
TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB A ÓTICA DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL
Fernanda Santana da Silva
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 3.....31
PSICOLOGIA E MÚSICA: CONTRIBUIÇÕES DA MUSICOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Daphne Louise Cutrim Santos

CAPÍTULO 4 39
SUPORTE PSICOLÓGICO AO PACIENTE COM IDEAÇÃO OU TENTATIVA DE SUICÍDIO
Tereza Lima de Souza
Marco Aurelio Fernandes

CAPÍTULO 5.....47
O TRATAMENTO DE ADOLESCENTES COM DEPRESSÃO À LUZ DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL
Luzimara Soares da Silva
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 6.....55
PARCERIA ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E TERAPEUTAS NO SUPORTE DE ALUNOS COM TEA: IMPACTO DA PARCERIA NA MELHORIA DO DESEMPENHO ACADEMICO E SOCIAL DE ALUNOS COM TEA
Auriléia Assis Silva Santos

CAPÍTULO 7.....66
IMPACTOS DA DESESTRUTURAÇÃO FAMILIAR NA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Hokssana Cristina das Chagas Costas
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 8 75
A INCLUSÃO DO PSICÓLOGO NAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS COMO FONTE AUXILIADORA NO PROCESSO DE TRATAMENTO NA DEPENDÊNCIA QUÍMICA
Fabiana dos Reis Mota Oliveira Vieira
Marco Aurelio Fernandes

CAPÍTULO 9..... 87
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: APOIO PSICOLÓGICO PARA OS PAIS FRENTE AO DIAGNÓSTICO
Luísa Gabrielle Baima Fournier Gomes

CAPÍTULO 10 99
EFICÁCIA DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE PATOLÓGICA
Itamara Soares Costa
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 11 111
TRANSIÇÃO PARA A MATERNIDADE: PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA PARA A MUDANÇA DE IDENTIDADE DURANTE O PRÉ-NATAL
Gabryelle Corrêa Gonçalves Soares
Elizabeth Silva Dias

CAPÍTULO 12 122
UM OLHAR SUBJETIVO SOBRE OS POVOS AFRODESCENDENTES NAS ESCOLAS DO BRASIL
Brunno Henrique de Souza Santos

CAPÍTULO 13 133
A INFLUÊNCIA DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NOS PROCESSOS SELETIVOS DAS EMPRESAS
Rafaela Almeida Sousa

CAPÍTULO 14 141
DEPRESSÃO NA TERCEIRA IDADE: UM ESTUDO SOBRE CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS
Chrysley Carla Pereira Lima
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 15 150
ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA PSICOLOGIA HOSPITALAR VOLTADA PARA ONCOLOGIA
João Paulo Coutinho Oliveira

CAPÍTULO 16 158
A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO AMBIENTE DE TRABALHO
Elizabete Moreira da Silva de Jesus
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 17 166
O HOSPITAL E O TRATAMENTO DE PACIENTES PSICOACTIVOS: A ARTETERAPIA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO TRATAMENTO DE DROGADIÇÃO
Thelmylla Bianca Soares Sousa
Bruno Luan da Silva dos Santos

CAPÍTULO 18 174
AUTISMO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
Thatiane Serra Mondego Moraes
Elizabeth Silva Dias

CAPÍTULO 19 185
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO ESCOLAR: INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
Paula Martins Pegorelli
Alice Parentes Da Silva Santos

CAPÍTULO 20 193
DESCOBERTA TARDIA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
Diego Vieira da Silva

CAPÍTULO 21 201
O MÉTODO ABA E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
Ana Caroline de Andrade Fernandes

CAPÍTULO 22 213
TRANSTORNO DE ANSIEDADE EM ADOLESCENTES: DIAGNÓSTICO, MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS, GATILHOS E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO
Camila Lima Martins

CAPÍTULO 23 222
AUTISMO: COMUNICAÇÃO E FATORES PSICOLÓGICOS
Raisse Martins Silva
Marco Aurelio Fernandes

CAPÍTULO 24 230
POSSÍVEIS INTERVENÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Ana Paula Dias de Jesus

CAPÍTULO 25 238
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS DESAFIOS DOS FAMILIARES ENLUTADOS
Daniela Pereira Barbosa Ribeiro
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 26 251
O ADOLESCENTE E O DESAMPARO NA CONTEMPORANEIDADE: PERSPECTIVAS PSICANALÍTICAS
Aline Poliana Vasconcelos Tavares da Silva
Marcelo da Silva Fernandes

CAPÍTULO 27 260
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E NEONATAL: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA GESTAÇÃO E NO PUERPÉRIO
Karla de Sousa Gonçalves
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 28 273
TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO PROCESSO TERAPÊUTICO DE CASAIS EM CONFLITO
Saulo Henrique Correia Coelho
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 29 284
A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NA INTERVENÇÃO DO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM TDAH E TEA
Andressa Tawana Lima Cadilhe

CAPÍTULO 30 295
O PAPEL DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NA REDUÇÃO DE SINTOMAS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM PACIENTES DEPENDENTES QUÍMICOS
Burkeane de Melo Lima Viana
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 31 307
O ADOECIMENTO PSICOLÓGICO DO POLICIAL MILITAR
Vanessa Gomes Souza

CAPÍTULO 32 315
STRESS E TRANSTORNO MENTAL: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS JOVENS E ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA
Tânia Maria Aguiar Yamamoto
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 33 329
CONFINAMENTO E SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA
Vânia Lucia Chaves Lopes Araújo
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 34 343
REDE SOCIAL E SAÚDE MENTAL: QUAL A RELAÇÃO? CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO USO EXCESSIVO DAS REDES SOCIAIS
Victor Hugo Serra de Melo

CAPÍTULO 35 351
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA MULHERES: CONCEITO E CONSEQUÊNCIAS
Ana Paula Silva Santa Rosa
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 36 362
O TRANSTORNO DE ANSIEDADE: ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ATENÇÃO A SAÚDE
Sofia da Silva Rodrigues

CAPÍTULO 37 369
O PAPEL DO PSICÓLOGO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO
Daniel Silva da Costa
Maria Yhasmym Bezerra Barreto

CAPÍTULO 38 376
O PAPEL DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR
Larissa Brito Ribeiro

CAPÍTULO 39 385
A ARTETERAPIA: UMA ALTERNATIVA SAUDÁVEL E EFICIENTE NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
Steferson dy Stefano Nunes Martins
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 40.....394
DESAFIOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL: ANSIEDADE E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19
Claudio Lucas Barros de Sousa Cabral

CAPÍTULO 41 401
A IMPORTÂNCIA E O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO ESCOLAR
Carla Mariana da Silva Ribeiro

CAPÍTULO 42 410
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SOB A ÓTICA DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL
Luane Maria Machado Cunha

CAPÍTULO 43 418
LUDICIDADE E AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA PSICOLÓGICA
Jacilene Neves Viegas dos Santos

CAPÍTULO 44 429
EQUILÍBRIO CORPO-MENTE: A DANÇA NO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO
Lara Rebeca Freire Cardozo
Marco Aurélio Fernandes

CAPÍTULO 45 437
O PAPEL DO PSICOLÓGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Sara Vitória Dias Teixeira

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

1

A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E A SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE MENTAL E COM O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

ORGANIZATIONAL PSYCHOLOGY AND ITS RELATIONSHIP WITH MENTAL HEALTH AND ORGANIZATIONAL DEVELOPMENT

Mariana Cardoso Amaral
Amanda Castilho
Gleidison Andrade Costa

Resumo

Nos últimos anos, a interseção entre a psicologia organizacional e a promoção da saúde mental no ambiente de trabalho tem se tornado um campo de estudo e de atuação de extrema importância. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi explorar em profundidade as principais questões relacionadas no campo da psicologia organizacional e na prática de ações direcionadas à promoção da saúde mental no contexto de trabalho. Este estudo é tido como Revisão de Literatura. Na busca *online* para o agrupamento das referências para compor esta pesquisa, consultou-se fontes confiáveis de pesquisa, como: Biblioteca Digital do Portal Domínio Público; CAPES; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* – SCIELO. Os descritores selecionados para a busca das referências foram: "suporte psicológico", "ambiente de trabalho", "saúde do trabalhador" "saúde mental" e "psicologia ocupacional". Elegeu-se apenas produções acadêmicas publicadas nos últimos 5 anos. Nesta pesquisa, foi possível se perceber que a saúde mental no ambiente de trabalho é uma questão complexa que envolve diversos fatores, desde as condições oferecidas pela organização até as relações interpessoais e o contexto social mais amplo. A compreensão desses aspectos é essencial para promover um ambiente de trabalho saudável e para prevenir problemas de saúde mental entre os trabalhadores.

Palavras-chave: Suporte psicológico. Ambiente de trabalho. Saúde do trabalhador. Saúde mental. Psicologia ocupacional.

Abstract

In recent years, the intersection between organizational psychology and the promotion of mental health in the workplace has become an extremely important field of study and action. In this sense, the objective of this work was to explore in depth the main issues related to the field of organizational psychology and the practice of actions aimed at promoting mental health in the work context. This study is considered a Literature Review. In the online search to group references to compose this research, reliable research sources were consulted, such as: Digital Library of the Public Domain Portal; CAPES; Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS); Virtual Health Library (VHL), Scientific Electronic Library Online – SCIELO. The descriptors selected to search for references were: "psychological support", "work environment", "worker health", "mental health" and "occupational psychology". Only academic productions published in the last 5 years were chosen. In this research, it was possible to realize that mental health in the workplace is a complex issue that involves several factors, from the conditions offered by the organization to interpersonal relationships and the broader social context. Understanding these aspects is essential to promoting a healthy work environment and preventing mental health problems among workers.

Keywords: Psychological support. Desktop. Worker's health. Mental health. Occupational psychology.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a interseção entre a psicologia organizacional e a promoção da saúde mental no ambiente de trabalho tem se tornado um campo de estudo e atuação de extrema importância. O reconhecimento dos impactos da saúde mental dos colaboradores nas organizações, não apenas em termos de bem-estar individual, mas também de desempenho organizacional, tem motivado um crescente interesse em desenvolver e implementar estratégias que visem melhorar as condições psicológicas e emocionais no contexto laboral.

A complexidade das dinâmicas contemporâneas no mundo do trabalho, caracterizadas por ritmos intensos, pressões por produtividade, demandas cada vez mais desafiadoras e uma crescente competição, suscita uma série de questões relacionadas à saúde mental dos trabalhadores. A pressão constante por resultados pode levar ao estresse, à ansiedade e à depressão, afetando não apenas a qualidade de vida dos colaboradores, mas também resultando em problemas como absenteísmo, rotatividade elevada e queda na produtividade.

Neste contexto, a psicologia organizacional emerge como um campo de estudo e prática fundamental na busca por soluções que abordem de maneira integral a promoção da saúde mental no ambiente de trabalho. A compreensão das necessidades e desafios dos trabalhadores, a identificação de fatores de risco e proteção, bem como a implementação de estratégias e programas que visem o bem-estar psicológico, são aspectos cruciais dessa abordagem.

Esta pesquisa teve como pergunta norteadora: quais os principais aspectos envolvidos entre a psicologia organizacional e a implementação de iniciativas direcionadas à promoção da saúde mental no contexto laboral? Com isso, delineou-se o objetivo geral de explorar em profundidade as principais questões relacionadas no campo da psicologia organizacional e a prática de ações direcionadas à promoção da saúde mental no contexto de trabalho.

Quantos aos objetivos específicos, empregou-se: abordar os aspectos conceituais que envolvem a saúde mental, a psicologia organizacional e o desenvolvimento organizacional; explanar acerca da relação existente entre contexto de trabalho e saúde mental, e; apresentar o papel da promoção de saúde mental no ambiente laboral e o emprego da Psicologia Organizacional nos processos de desenvolvimento.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Em termos de delineamento metodológico, a presente pesquisa tem abordagem qualitativa, com natureza básica, de objetivo descritivo e com procedimento bibliográfico, sem fins lucrativos. Este estudo é tido como Revisão de Literatura e teve em vista um maior conhecimento a respeito do fenômeno estudado. Em relação aos materiais, foram consultados livros, dissertações, teses, manuais, diretrizes, protocolos e artigos científicos.

Na busca *online* para o agrupamento das referências para compor esta pesquisa, consultou-se fontes confiáveis de pesquisa, como: Biblioteca Digital do Portal Domínio Público; CAPES; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS);

Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* - SCIELO [Biblioteca Científica Eletrônica Online] expressos por textos completos e diretrizes publicadas pelos Ministérios do Governo Federal (atrelados à área de estudo). Já na busca física pelas referências, consultou-se o acervo de livros e monografias da Biblioteca da Faculdade Pitágoras de São Luís - MA.

As palavras-chave selecionadas para a busca das referências foram: “suporte psicológico”, “ambiente de trabalho”, “saúde do trabalhador” “saúde mental” e “psicologia ocupacional”. Selecionou-se apenas produções acadêmicas publicadas nos últimos 5 anos.

2.2 Resultados e Discussão

Após a busca e posterior agrupamento das referências bibliográficas, optou-se por dividir os achados científicos em três subtítulos, que trataram de forma transversal o objeto de estudo.

2.2.1 Aspectos conceituais sobre saúde mental, psicologia organizacional e o desenvolvimento organizacional

Ao longo de sua história, o conceito de saúde evoluiu, abrangendo várias perspectivas que têm proporcionado diferentes compreensões para as pessoas. Conforme indicado por Leka e Jain (2018), essas interpretações sobre saúde estão intrinsecamente relacionadas com o contexto cultural, econômico e político, sendo moldadas principalmente pelas dimensões culturais, abordando valores e visões oriundos de filosofias, ciências e religiões.

No decorrer do tempo, a abordagem científica revelou que a saúde não pode ser estritamente reduzida a uma ciência. A visão contemporânea da medicina reforça a ideia de saúde como mais do que simplesmente a ausência de doença. Além disso, aborda conceitos relacionados à normalidade, os quais têm implicações significativas na compreensão da saúde mental (LEKA; JAIN, 2018).

> A área de estudo da psicopatologia desempenha um papel crucial na análise de fatores ligados à saúde e na interface saúde mental, incluindo as noções de normalidade. Nas palavras de Winefield e Tiggemann (2020, p. 7):

A psicopatologia abrange uma variedade de fenômenos humanos singulares, historicamente associados ao que chamamos de doença mental. Esses fenômenos compreendem vivências, estados mentais e padrões comportamentais que, por um lado, possuem especificidades psicológicas próprias, não se resumindo meramente a “exageros” do normal, e, por outro lado, estabelecem conexões complexas com a psicologia do normal. O mundo da doença mental não é completamente estranho ao mundo das experiências psicológicas consideradas “normais.”

Os estudos de psicopatologia exploram esse conceito de normalidade em diversas áreas, como a jurídica, análises de contextos culturais e populacionais, entre outros domínios. Portanto, além de sua relação intrínseca com a saúde mental, o conceito de normalidade estabelece critérios essenciais. Segundo Winefield e Tiggemann (2020), os principais critérios que definem a normalidade incluem: (a) a normalidade vista pela ausência de doença, o que representa uma visão reducionista, definindo a normalidade em termos do que ela não é; (b) normalidade ideal, que pressupõe uma ideia do que seria o padrão ideal

de normalidade, influenciada por fatores socioculturais; (c) normalidade definida estatisticamente, que se baseia em dados quantitativos de uma população ou grupo, considerando como "normal" aquilo que ocorre com maior frequência, e; (d) normalidade relacionada ao bem-estar, indo além da mera ausência de doença, abordando a saúde como um estado de bem-estar físico, mental e social, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (WINEFIELD; TIGGEMANN, 2020).

A psicopatologia também introduz o conceito de normalidade funcional, que abrange não apenas questões quantitativas, mas também considera todos os fatores que possam causar sofrimento e, de alguma forma, sejam disfuncionais. Nas palavras de Molen *et al.* (2022, p. 8): um fenômeno é considerado patológico a partir do momento em que se torna disfuncional, causando sofrimento ao indivíduo ou ao seu grupo social.

Dessa forma, a evolução das concepções sobre saúde e normalidade é essencial para uma compreensão holística das complexidades da saúde mental e das variadas abordagens usadas na psicopatologia. Com isso, o contexto que envolve a saúde mental no ambiente de trabalho tem sido alvo de debates e análises em diversas abordagens da psicologia e psicanálise. Isso se deve ao reconhecimento de que as dinâmicas no local de trabalho, assim como as relações entre os trabalhadores e as organizações, podem estabelecer uma conexão significativa entre saúde e trabalho (MOLEN *et al*., 2022).

Le Guillan, um dos pioneiros no estudo das bases da psicopatologia no trabalho, identifica a possibilidade de relacionar alguns problemas de saúde a determinadas condições e à organização do ambiente laboral. Essa abordagem revela a complexidade da relação entre saúde e trabalho, evitando uma visão simplista que reduziria o trabalho a uma única variável determinante do adoecimento (WANG, 2018).

De acordo com Hassard, Teoh e Cox (2018), a relação entre adoecimento e a convivência com o ambiente de trabalho envolve vários aspectos da rotina laboral. Isso inclui a estrutura do trabalho, as condições oferecidas, bem como categorias específicas que mantêm rotinas estressantes. Essa perspectiva, que tem suas raízes na psicopatologia do trabalho de Le Guillant, desencadeou uma evolução no entendimento da relação entre saúde e trabalho, destacando a amplitude das questões trabalhistas que impactam o indivíduo, indo além da mera presença de doenças mentais.

A concepção de saúde mental no contexto do trabalho abrange a dinâmica entre as questões subjetivas do indivíduo e os desafios enfrentados no âmbito profissional. Ela explora as diferentes maneiras pelas quais o indivíduo, seja de forma individual ou coletiva, lida com o sofrimento no ambiente de trabalho, culminando no conceito de Psicodinâmica do Trabalho. Durante a evolução da teoria da psicodinâmica, enfatiza-se que a experiência do indivíduo no ambiente de trabalho desempenha um papel na construção de sua identidade (WANG, 2018).

Conforme Harvey *et al.* (2019), a visão atual sobre saúde mental no trabalho vai além do simples acolhimento de demandas relacionadas a diagnósticos de doenças ou distúrbios psíquicos. Ela também aborda questões de prevenção e estratégias que promovem melhor saúde e bem-estar no dia a dia do trabalho.

Nas atuais relações de trabalho, é evidente um contexto que impacta a vivência do trabalhador, sendo, em grande parte, fator de influência na saúde mental. Como afirmam Knani, e Barron (2020), a precarização no mundo do trabalho é caracterizada por ritmos intensos e aumento da competitividade, falhas na prevenção e diluição das responsabilidades em relação a acidentes de trabalho, falta de reconhecimento e valorização social, fragilização dos vínculos, rupturas de trajetórias profissionais, banalização da injustiça social, dentre outras características que degradam as condições de trabalho e podem levar o

trabalhador ao adoecimento físico e mental.

A constante pressão por produtividade nas organizações sugere uma relação intrínseca entre o adoecimento do trabalhador e suas atividades laborais. Portanto, a implementação de recursos destinados a abordar o cenário da saúde do trabalhador contribui para o funcionamento eficiente das organizações, especialmente em ambientes de alta demanda. A busca pela manutenção de um ambiente saudável tem um impacto direto na relação entre saúde e doença no contexto de trabalho, influenciando positivamente a qualidade de vida e as condições laborais (CIFRE *et al.,* 2020).

O ambiente de trabalho apresenta situações que estão diretamente relacionadas ao bem-estar e à qualidade de vida. É fundamental considerar as práticas laborais nas organizações como parte integrante de ações que promovem a saúde mental nesse ambiente. A abordagem da saúde mental nesse ambiente desempenha um papel crítico no bem-estar dos trabalhadores e no desempenho das organizações como um todo (NIELSEN; TARIS, 2019).

A atenção à saúde mental não apenas promove uma cultura de cuidado e respeito pelos colaboradores, mas também contribui para a redução de problemas relacionados ao estresse, à ansiedade e à depressão, que podem resultar em absenteísmo, alta rotatividade e queda na produtividade (SONNENTAG; FRITZ, 2018).

Além disso, uma força de trabalho mentalmente saudável tende a ser mais criativa, engajada e motivada, levando a um ambiente de trabalho mais positivo e harmonioso. Portanto, investir na saúde mental dos funcionários não é apenas uma escolha ética, mas também uma estratégia inteligente para o sucesso a longo prazo das organizações (NIELSEN; TARIS, 2019).

2.2.2 Contexto de trabalho e saúde mental

O campo da saúde mental e trabalho tem sido amplamente discutido em várias áreas da psicologia e psicanálise, devido à influência do ambiente de trabalho e das relações entre trabalhadores e organizações na saúde. Le Guillant foi um dos pioneiros a estudar a psicopatologia do trabalho, relacionando certos problemas de saúde às condições e à organização do ambiente laboral. Isso destaca a complexidade da relação, que não deve ser vista de forma simplista, mas sim como uma conexão entre o adoecimento e as condições de trabalho (SILVA; DE RESEND, 2019).

Cifre *et al.* (2018) observam que a relação entre adoecimento e o ambiente de trabalho está ligada a diversos aspectos da rotina laboral, como a estrutura do trabalho, as condições oferecidas e categorias específicas que mantêm situações estressantes. A psicopatologia do trabalho de Le Guillant trouxe avanços para o entendimento dessa relação, e Christophe Dejours ampliou essa compreensão ao considerar o impacto do trabalho sobre o indivíduo, indo além das questões de saúde mental.

A saúde mental no trabalho trata da dinâmica entre as questões subjetivas do indivíduo e os desafios enfrentados no trabalho. Essa abordagem, conhecida como Psicodinâmica do Trabalho, explora como o indivíduo, individualmente ou em grupo, lida com o sofrimento no ambiente laboral. Ao longo da evolução dessa teoria, destacou-se que a experiência no trabalho pode contribuir para a construção da identidade do trabalhador.

Perez, Bottega e Merlo (2019) afirmam que a saúde mental no trabalho não se resume ao diagnóstico de doenças ou transtornos psíquicos, mas envolve também a prevenção e o uso de estratégias para promover a saúde e o bem-estar no cotidiano laboral. Atualmente,

as relações de trabalho têm impactos significativos na saúde mental dos trabalhadores, sendo esses impactos em sua maioria negativos.

Bernardo e Souza (2020) descrevem a precarização do trabalho, caracterizada por ritmos intensos, aumento da competitividade, falhas na prevenção de acidentes, falta de reconhecimento e valorização social, entre outras características, que podem levar o trabalhador ao adoecimento físico e mental.

A constante pressão por produtividade nas organizações está relacionada ao adoecimento do trabalhador, destacando a importância de investir em recursos para promover a saúde mental dos trabalhadores. Ações nesse sentido podem contribuir para a qualidade de vida no trabalho e para o bom funcionamento das organizações, principalmente em ambientes com altas demandas (NIELSEN; TARIS, 2019).

Portanto, é essencial considerar a saúde mental no ambiente de trabalho como um aspecto fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores, promovendo ações que visem a melhorar esse ambiente e as condições de trabalho.

2.2.3 Promoção de saúde mental no ambiente laboral e o emprego da Psicologia Organizacional nos processos de desenvolvimento

De acordo com Perez, Bottega e Merlo (2019), ao longo do tempo tem-se observado que muitas pessoas têm manifestado sintomas que podem levar a problemas de saúde mental, sendo esses sintomas frequentemente associados ao ambiente de trabalho. Esse adoecimento psíquico no contexto laboral pode resultar em consequências que afetam a subjetividade do indivíduo, refletindo-se no ambiente de trabalho. Tais consequências podem se manifestar por meio da redução da produtividade, instabilidade no ritmo de trabalho e dificuldades, às vezes resultando em erros nas atividades laborais.

Bernardo e Souza (2019) argumentam que o trabalho está relacionado a processos que podem afetar a saúde mental, levando a consequências como estresse, fadiga e ansiedade, que podem se manifestar na rotina dos trabalhadores. Apesar da prevalência desse contexto, as ações para lidar com essas demandas não são amplamente eficazes. Eles destacam que o problema do adoecimento mental no trabalho é muitas vezes ignorado e não recebe a devida atenção por parte do poder público, dos administradores das empresas e até mesmo dos próprios trabalhadores, que não consideram os aspectos macro e microsociais que influenciam negativamente a saúde mental dos trabalhadores.

A preocupação com a saúde dos trabalhadores tem sido valorizada devido aos impactos que geram tanto para as organizações quanto para os indivíduos. É fundamental implementar ações e procedimentos internos que visem abordar essas questões de forma eficaz (BERNARDO, SOUZA, 2020).

No entanto, muitos trabalhadores não têm acesso à assistência necessária para lidar com problemas de saúde mental e melhorar sua qualidade de vida a longo prazo. Diante disso, é crucial uma abordagem mais integrada e voltada para o desenvolvimento de políticas de saúde mental no ambiente de trabalho. Perez, Bottega e Merlo (2019, p. 293) enfatizam a importância de:

> Compreender que quando um trabalhador está sofrendo de adoecimento mental em decorrência do trabalho, essa situação deve ser avaliada e destacada no processo de tratamento. Isso muitas vezes envolve a articulação em rede não apenas de serviços de saúde, mas também de assistência social e

> jurídica, além de encaminhamentos para outros serviços de uma rede ampliada.

A organização desempenha um papel crucial na promoção da saúde mental no trabalho, oferecendo apoio e intervindo com o objetivo de promover um ambiente de trabalho saudável. Knani e Barron (2020) destacam que existem relações no ambiente de trabalho que podem influenciar positivamente o desenvolvimento do trabalhador. Quando há preocupação em criar um ambiente mais saudável, isso pode ter um impacto significativo no bem-estar e na satisfação dos trabalhadores.

A psicologia organizacional pode contribuir significativamente para a promoção da saúde mental no ambiente de trabalho, expandindo sua atuação para incluir o desenvolvimento organizacional. Os processos de desenvolvimento organizacional visam engajar e envolver os colaboradores em questões relacionadas à organização, buscando melhorias nos processos e na resolução de problemas (HASSARD; TEOH; COX, 2018).

Nesse sentido, o desenvolvimento organizacional é um processo contínuo de melhoria que busca mudar a forma como as organizações funcionam, tentando implantar mudanças e criar novos padrões de comportamento. Essas mudanças visam melhorar a eficácia dos processos organizacionais e devem envolver toda a equipe de trabalho (LEKA; JAIN, 2018).

Uma gestão estratégica da empresa também é fundamental nesse processo, pois busca promover a qualidade de vida no trabalho e melhor adaptação às necessidades dos trabalhadores. Cifre *et al.* (2018) destacam que empresas que reconhecema importância da qualidade de vida no trabalho tendem a ter uma visão mais ampla sobre o potencial dos trabalhadores, investindo em sua motivação e bem-estar.

A psicologia organizacional desempenha um papel fundamental na elaboração de estratégias de gestão de pessoas e no desenvolvimento de programas de qualidade de vida no trabalho. Por meio desses processos, é possível planejar intervenções alinhadas com as políticas organizacionais. A atuação da psicologia organizacional nas empresas não se limita ao recrutamento e seleção de pessoal, mas abrange também questões relacionadas aos interesses e motivações dos trabalhadores, à satisfação no trabalho, à segurança e saúde ocupacional, ao conforto e à responsabilidade ambiental e social. Assim, a psicologia organizacional pode desempenhar um papel fundamental na promoção da qualidade de vida no trabalho e no bem-estar dos trabalhadores, contribuindo para o desenvolvimento humano e o sucesso das organizações (HARVEY, 2019).

Os profissionais de psicologia têm várias estratégias e ferramentas à disposição para promover o melhor desenvolvimento organizacional e cuidar da saúde mental dos trabalhadores. Algumas das principais estratégias incluem:

> (a) avaliação psicossocial: realizar avaliações psicossociais para identificar fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho que possam afetar a saúde mental dos colaboradores; (b) Programas de Promoção da Saúde Mental: desenvolver e implementar programas que visem promover a saúde mental dos trabalhadores, como campanhas de conscientização, workshops sobre gestão do estresse e promoção do equilíbrio trabalho-vida pessoal; (c) Intervenção em Crises: prestar apoio psicológico individual ou em grupo em situações de crise, como demissões em massa, acidentes de trabalho ou situações de violência no ambiente laboral; (d) Treinamento e Desenvolvimento: oferecer treinamentos sobre habilidades socioemocionais, resiliência e gestão do estresse para os colaboradores e gestores, a fim de melhorar o ambiente de

trabalho e a qualidade de vida no trabalho; (e) Aconselhamento Psicológico: disponibilizar serviços de aconselhamento psicológico para os colaboradores que estejam enfrentando dificuldades pessoais ou profissionais que afetem seu bem-estar no trabalho. (f) Mediação de Conflitos: intervir em conflitos interpessoais no ambiente de trabalho, ajudando a resolver disputas de forma construtiva e promovendo um ambiente de trabalho mais harmonioso; (g) Gestão de Mudanças: Apoiar a gestão de mudanças organizacionais, ajudando os colaboradores a lidar com os desafios emocionais e psicológicos que surgem durante períodos de transição; (h) Feedback e Comunicação Efetiva: promover uma cultura de *feedback* e comunicação aberta, que permita aos colaboradores expressar suas preocupações e sugestões de forma construtiva (HARVEY, 2019; KNANI; BARRON, 2020).

Essas são apenas algumas das estratégias e ferramentas que os profissionais de psicologia podem utilizar para cuidar da saúde mental dos trabalhadores e promover um ambiente de trabalho saudável e produtivo. Cada organização pode adaptar essas estratégias de acordo com suas necessidades específicas.

3. CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, foi possível se perceber que a saúde mental no ambiente de trabalho é uma questão complexa que envolve diversos fatores, desde as condições oferecidas pela organização até as relações interpessoais e o contexto social mais amplo. A compreensão desses aspectos é essencial para promover um ambiente de trabalho saudável e para prevenir problemas de saúde mental entre os trabalhadores.

A evolução das concepções sobre saúde e normalidade trouxe à tona a importância de uma abordagem holística, que considera não apenas a ausência de doença, mas também o bem-estar físico, mental e social. Nesse sentido, a psicopatologia desempenha um papel crucial na análise dos fatores ligados à saúde mental, incluindo as noções de normalidade funcional e disfuncional.

A psicodinâmica do trabalho destaca a dinâmica entre as questões subjetivas do indivíduo e os desafios enfrentados no trabalho, evidenciando a importância de um ambiente de trabalho que promova a saúde mental dos trabalhadores. Investir na saúde mental dos funcionários não apenas é ético, mas também é uma estratégia inteligente para o sucesso a longo prazo das organizações.

A psicologia organizacional desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental no trabalho, por meio do desenvolvimento de políticas e programas que visem melhorar o ambiente de trabalho e as condições laborais. A implementação de estratégias como avaliações psicossociais, programas de promoção da saúde mental e intervenções em crises pode contribuir significativamente para o bem-estar dos trabalhadores e para o sucesso das organizações.

Em suma, a saúde mental no ambiente de trabalho deve ser uma prioridade para as organizações, pois impacta diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores e a eficácia das operações organizacionais. Investir na saúde mental dos colaboradores não só melhora o ambiente de trabalho, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais saudável e equilibrada.

Referências

BERNARDO, A. B.; SOUZA, M. E. Saúde mental no trabalho: uma reflexão sobre a naturalização e a negligência do problema. **Revista de Psicologia Organizacional e do Trabalho**, v. 19, n. 2, p. 1-18, 2020.

CIFRE, E. et al. The Interplay Between Personality and Job Resources in Predicting Positive Employee Outcomes. **Anxiety, Stress, and Coping**, v.14, n. 33, 2018.

HARVEY, S. B., et al. O Trabalho Pode Causar Doença Mental? Uma Meta-revisão Sistemática dos Fatores de Risco no Trabalho para Problemas Comuns de Saúde Mental. **Medicina Ocupacional e Ambiental**, v.3, n.15, 2019.

HASSARD, J.; TEOH, K.; COX, T. Estimando o Ônus Econômico Representado pelo Estresse Relacionado ao Trabalho para a Sociedade: Uma Revisão Sistemática. **Revista de Psicologia da Saúde Ocupacional**, v.10, n. 24, 2018.

KNANI, J.; BARRON, G. Bem-estar, Esgotamento e Satisfação no Trabalho de Acadêmicos: O Caso de uma Escola de Negócios. **Pesquisa e Desenvolvimento em Ensino Superior**, v.20, n. 33, 2020.

LEKA S.; JAIN, A. **Impacto na Saúde dos Riscos Psicossociais no Trabalho: Uma Visão Geral**. Organização Mundial de Saúde (OMS) - Escritório Regional da Europa, v. 10, n. 20, 2018.

MOLEN, H. F. et al. Intervention Studies on Factors Influencing Work Participation of Adults with Chronic Health Conditions: A Systematic Review. **Disability and Rehabilitation**, v. 7, n.13, 2022.

NIELSEN, K.; TARIS, T. W. Leading Well: Challenges to Research on Leadership and Well-being. **Work & Stress**, v. 13, n.27, 2019.

PEREZ, D., BOTTEGA, F..; MERLO, A. Adoecimento psíquico no trabalho: consequências para a subjetividade do trabalhador. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 2, 289-305, 2019.

SILVA, C. L.; DE RESEND, A. C. R. A psicologia organizacional na atuação da saúde mental e a relação com o desenvolvimento organizacional. **Medicina Ocupacional e Ambiental**, v.3, n.15, 2019.

SONNENTAG, S.; FRITZ, C. Recovery from Job Stress: The Stressor-Detachment Model as an Integrative Framework. **Journal of Organizational Behavio**r, v. 6, n. 14, 2018.

WANG, X. et al. How and When Do Personal Resources and Job Crafting Promote Work Engagement? A Two-Wave Study. Journal of Managerial **Psychology**, v. 10, n. 20, 2018.

WINEFIELD, H. R.; TIGGEMANN, M. Situação de Emprego, Condições de Trabalho e Bem-Estar em Jovens Mulheres Australianas. **Revista de Psicologia Aplicada**, v. 2, n.19, 2020.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

2

TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB A ÓTICA DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL

SOCIAL ANXIETY DISORDER IN CHILDREN AND ADOLESCENTS FROM THE PERSPECTIVE OF COGNITIVE BEHAVIORAL THERAPY

Fernanda Santana da Silva
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

O objetivo deste artigo é revisar aspectos importantes a respeito do TAS, Transtorno de Ansiedade Social ou Fobia Social, trazendo informações relevantes sobre esse tema. O presente estudo apresentou como objetivo geral descrever a atuação da psicologia com crianças e adolescentes com Transtorno de Ansiedade Social na perspectiva da Terapia Cognitiva Comportamental. Esse transtorno representa um grave problema de saúde mental, que pode até mesmo incapacitar o indivíduo, suas características mais comuns são o medo de ser humilhado e ridicularizado diante de situações sociais, pois quando exposto a determinadas situações que envolvam o social o indivíduo apresenta sintomas de ansiedade como tremor, rubor, sudorese excessiva e desatenção. Sendo assim evitando ou se esquivando de situações sociais que possam de alguma forma lhe causar medo ou desconforto, portadores de Fobia Social ou FS podem construir crenças e valores por serem extremamente sensíveis a possibilidade de avaliação negativa de outras pessoas, tal percepção distorcida pode desencadear sintomas físicos, comportamentais e cognitivos. Este artigo também abordará como a Terapia Cognitiva Comportamental ou TCC, pode ajudar a tratar estes casos, ajudando o indivíduo a descontruir tais crenças ajudando-o a ter uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Fobia Social; Ansiedade; TAS; Saúde Mental, TCC

Abstract

The objective of this article is to review important aspects regarding SAD, Social Anxiety Disorder or Social Phobia, providing relevant information on this topic. The general objective of this study was to describe the role of psychology with children and adolescents with Social Anxiety Disorder from the perspective of Cognitive Behavioral Therapy. This disorder represents a serious mental health problem, which can even incapacitate the individual. Its most common characteristics are the fear of being humiliated and ridiculed in social situations, because when exposed to certain situations involving the social, the individual presents symptoms of anxiety such as tremor, flushing, excessive sweating and inattention. Therefore, avoiding or avoiding social situations that may in some way cause fear or discomfort, people with Social Phobia or FS can build beliefs and values because they are extremely sensitive to the possibility of negative evaluation from other people, such distorted perception can trigger symptoms physical, behavioral and cognitive. This article will also address how Cognitive Behavioral Therapy, or CBT, can help treat these cases, helping the individual to deconstruct such beliefs, helping them to have a better quality of life.

Keywords: Social Phobia; Anxiety; SAD; Mental Health; CBT

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, traz um tema muito importante que é o Transtorno de Ansiedade Social em crianças e adolescentes, também chamada de Fobia Social, essa temática traz em seu contexto, como esses indivíduos se comportam em ambientes sociais e como a psicologia, neste caso a terapia cognitivo comportamental pode ajudar no tratamento.

O TAS se não for tratado, pode trazer graves consequências ao longo da vida, causando manifestações clinicas que podem prejudicar o funcionamento normal do indivíduo, além do prejuízo funcional imediato, implicações a médio e longo prazo, podendo ocasionar perda da autoestima e até mesmo depressão.

Este estudo tem o intuito de contribuir na compreensão do tema escolhido, trazendo o conceito de ansiedade social, os impactos na saúde mental de crianças e adolescentes, as contribuições e possíveis intervenções da terapia cognitiva comportamental nestes casos.

A pesquisa justifica-se pela importância para a sociedade e também para a comunidade acadêmica, pois aborda em seu contexto o Transtorno de Ansiedade Social, que se não tratado pode trazer sérios problemas como o isolamento social, pois o medo, ansiedade e esquiva que são sintomas do fóbico social, causam sofrimento clinicamente significativo causando prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo, podendo até mesmo evoluir para depressão.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A metodologia adotada na seguinte pesquisa, trata-se de uma revisão de literatura, com base nos autores por meio de consultas a livros, artigos e sites confiáveis. Assim sendo uma pesquisa qualitativa e descritiva, onde as fontes de pesquisa utilizada foram o Google Académico, Scielo, Pepsic. O período de publicação dos materiais de apoio deste trabalho, são dos últimos 10 anos. Os descritivos desta pesquisa são: Crianças, Adolescentes, Ansiedade, Social, Comportamento. Além do recorte temporal foram utilizados autores clássicos que abordam o tema para trazer consistência à discussão dos resultados da pesquisa.

2.2 Resultados e Discussão

A adolescência é considerada uma fase de transição entre a infância e a vida adulta. Por ser uma fase em que ocorrem muitas mudanças, os adolescentes são vulneráveis a diversos fatores de risco para o surgimento de sintomas depressivos e ansiosos. Problemas emocionais, dificuldades familiares, problemas de saúde, experiências negativas, uso de drogas e álcool, além de comportamentos disfuncionais antissociais, podem desencadear sintomas que continuam, algumas vezes, na vida adulta (Grolli; Wagner; Dalbosco, 2017; Rocha; Reimão, 2010; Santos; Santana; Souza, 2020).

Um transtorno considerado frequente na infância e na adolescência é o transtorno de ansiedade social (TAS), também conhecido como fobia social (FS), que pode causar prejuízo nas habilidades sociais e dificultar os relacionamentos de forma incapacitante (Coyle et al., 2020; D'el Rey; Pacini; Chavira, 2006; Santos; Uehara, 2019).

Este artigo traz como pauta principal, a fobia social. A palavra fobia advém do grego *phobos,* que corresponderia a um intenso medo e terror (Cordás, 2014; Lopes, 2013; Silveira & Valença, 2005). Disso, pode-se concluir que fobia social seria, então, um temor à exposição a situações sociais e/ou demonstração de uma imagem negativa de si mesmo.

O conceito de ansiedade social é, de acordo com o DSM-5 p. 202 e 203, "...medo ou ansiedade acentuados acerca de uma ou mais situações sociais em que o indivíduo é exposto a possível avaliação por outras pessoas". Ou seja, quando um indivíduo é exposto a certas situações sociais, surgi o medo, onde ele imagina que será julgado de forma negativa.

Estudos apontaram que em sua grande maioria, os quadros de FS são acompanhados por transtornos comórbidos, como: depressão maior, pânico, fobias específicas, transtorno de ansiedade generalizada, ansiedade de separação, abuso de substâncias, transtorno de personalidade evitativo, entre outros (Santos; Uehara, 2019; Stallard, 2010).

O transtorno do pânico (TP) tem como características ataques de ansiedade repentinos e inesperados, acompanhados de manifestações físicas (como dispneia, náuseas, palpitações, parestesia e diaforese) e mentais (temores relacionados à morte ou perda do controle, por exemplo) (American Psychiatric Association, 2014; Ströhle; Gensichen; Domschke, 2018).

O transtorno de ansiedade de separação (AS) se caracteriza pela presença de sintomas de ansiedade de forma excessiva e persistente, após a separação de figura significativa do indivíduo. Apesar de a AS ocorrer, em grande parte na infância, 4,8% dos casos persistem ao longo da vida. Recentemente, a Organização Mundial de Saúde revelou dados da avaliação da Pesquisa Mundial de Saúde Mental, indicando que, de uma amostra de 38 993 adultos, em 18 países diferentes, a idade de início da AS era superior a 18 anos, em 43,1% dos casos (Strohle; Gensichen; Domschke, 2018).

Em sua maioria, os transtornos de ansiedade se iniciam na adolescência, principalmente nos casos de fobias específicas, como FS e TP. No caso da AS, em geral, o início dos sintomas acorre na infância (Ströhle; Gensichen; Domschke, 2018). A maioria das crianças passa por uma fase transitória natural de aversão a estranhos, geralmente com início aos 8 ou 9 meses. Em 3% das crianças, a AS se intensifica nos anos pré-escolares ou escolares. O tratamento é indicado quando há prejuízo no desenvolvimento normal da criança e ela deve ser tratada para que não haja prejuízo em vivências importantes, que devem ser experienciadas, proporcionando o desenvolvimento social (Ströhle; Gensichen; Domschke, 2018).

Estudos alertam sobre o comprometimento mental e funcional em crianças e adolescentes que apresentam sintomas de TAS, AS e TP, entre outros transtornos de ansiedade. Nesse sentido, o diagnóstico precoce se faz essencial, uma vez pode reduzir o prejuízo social nessas fases. A avaliação deve ocorrer de forma abrangente, envolvendo múltiplas fontes de informação, desde questionários de autorrelato, análise do histórico familiar até coleta de dados na escola (Martins; Almeida; Viana, 2014). Com relação ao tratamento, são disponíveis diversas opções, porém, é importante a realização de tratamentos combinados como psicoterapia (de preferência cognitivo comportamental) e psicofarmacologia (Wang *et al*., 2018).

Segundo estudos internacionais, a prevalência da FS em adolescentes situa-se entre 1,65% a 7,2% (dependendo do instrumento utilizado). Em amostras clínicas, o diagnóstico de FS é mais comumente feito em jovens do sexo masculino. Porém, em estudos epidemiológicos, as mulheres são afetadas com maior frequência do que os homens (Fernandes; Terra, 2008; Ströhle; Gensichen; Domschke, 2018).

Pessoas com ansiedade social preocupam-se muito com o que os outros irão pensar ao seu respeito, elas têm medo de serem julgadas como ansiosas, malucas, amedrontadas, estúpidas etc. Com isso elas tendem a se esquivar de situações que provocam medo e ansiedade. Esse comportamento de esquiva é para evitar que as pessoas percebam seus sintomas de ansiedade, que poderiam ser, ruborizar, mãos tremulas, sudorese, tropeçar nas palavras etc.

De acordo com estudos, o TAS se expressaria por um intenso desejo de transparecer uma imagem favorável de si mesmo para os demais, sem que, para tanto, haja uma segurança sobre as habilidades de executá-la. Em adição às consequências dessas experiências ansiogênicas, as pessoas que possuem esse transtorno começam a desenvolver um conjunto de hipóteses sobre si mesmas e sobre o mundo, o que as predispõem a entender que estão em perigo em um ou mais contextos sociais.

A Fobia Social (FS) representa um problema grave de saúde mental com características incapacitantes nas suas diferentes formas de apresentação. A mais comum é o medo exacerbado de exposição à avaliação por parte dos outros e de ser humilhado ou ridicularizado em situações sociais por apresentar atitudes inadequadas **(**Casas *et al*., 2012**;** Ito *et al*., 2008; Pinto Gouveia, 2000). Ou seja, um indivíduo ao sentir desconforto em uma situação social tende a se esquivar para evitar a situação indesejada.

Estudiosos citam que na infância e na adolescência, a fobia social está associada a interferências significativas ao nível social, académico e ocupacional, conduzindo o indivíduo a uma qualidade de vida reduzida. Algumas pesquisas destacaram que crianças e adolescentes com elevada ansiedade social têm menos amigos, sentem-se mais sozinhas e solitárias. Sendo assim crianças e adolescentes com ansiedade social tendem a não conseguir desenvolver-se nas relações e habilidades interpessoais e até mesmo terem uma diminuição no rendimento escolar.

O Receio de um fóbico social é ser desaprovado pelos outros. Nesse sentido, alguns autores acrescentam que, nesse transtorno, estão presentes crenças disfuncionais e estímulos neutros interpretados de forma desadaptativa, ao passo que os estímulos positivos e seguros são descartados.

Estudos mostram, que a ansiedade social também denota fortes expectativas irrealistas e perfeccionistas sobre a vida em sociedade, fazendo o indivíduo ver os outros como superiores e dominantes, e ao mesmo tempo percebendo-se como menos capaz do que os demais.

Com relação ao tratamento do TAS, a Terapia Cognitiva Comportamental – TCC, destaca-se como abordagem terapêutica com eficácia empiricamente comprovada, tanto no modelo individual, como em grupo e também a farmacoterapia. Segundo alguns estudos o tratamento associado da psicoterapia e da farmacoterapia, provem ainda melhor resultado, do que a aplicação isolada de ambas.

Nos estudos de TCC, Identifica – se três níveis de cognição que são os Pensamentos Automáticos, Crenças Intermediárias e Crenças Centrais. No conceito de cada um desses níveis diz que, os pensamentos automáticos acontecem de forma rápida e interpreta o significado dos episódios vividos pelo indivíduo. As crenças intermediárias são as regras e pressupostos ou afirmações como: “se, então”. As crenças centrais se desenvolvem na infância por meio de relações que os indivíduos têm com pessoas e situações significativas.

Segundo o autor a TCC é definida como uma intervenção breve, estruturada e focada na resolução de problemas por meio da modificação de pensamentos e comportamentos disfuncionais que um indivíduo pode apresentar. Esse modelo de terapia tem sua eficácia

comprovada por meio de evidências empíricas nos tratamentos de vários transtornos.

A TCC possui eficácia em relação a tratamentos como depressão, transtorno de pânico, transtornos de ansiedade, fobia, transtorno bipolar, esquizofrenia e outros quadros clínicos. Seu tratamento é de forma rápida uma vez que as técnicas provocam mudanças de comportamento e é visível ao longo do tratamento (Beck, 2014).

A TCC baseia-se no modelo cognitivo, que pressupõe que as cognições influenciam as emoções e comportamentos e que, por sua vez, são afetados pela interpretação e/ou percepção das situações (Breshi; Castro, 2013). Em uma pesquisa foi mencionado que, trata-se de uma abordagem psicoterapêutica educativa, focal e baseada em discussões, em que o terapeuta assume uma postura diretiva e colaborativa, utilizando-se de técnicas cognitivas e comportamentais que foquem na reestruturação cognitiva e comportamentos disfuncionais. A TCC pode ser adaptada a indivíduos de todas as idades e classes sociais, sendo aplicada não somente a trabalhos individuais, mas também a psicoterapias de grupo, de família e de casais.

No contexto da TCC, avaliação se faz por meio de uma anamnese onde será coletada todas as informações possíveis do paciente, a psicoeducação é importante para esclarecimento dos principais pontos envolvidos no tratamento do paciente, considerando-se que a TCC é uma abordagem colaborativa, permitindo que ele possa participar ativamente do processo. Como se trata de crianças e adolescentes o engajamento da família é muito importante dentro do tratamento.

Segundo alguns estudos estas são algumas técnicas que se destacam no tratamento do TAS: psicoeducação, respiração diafragmática, relaxamento, treino em habilidades sociais, tarefas de casa, reestruturação cognitiva e exposição.

Nas formas como a TCC trata da FS, Gusmão *et al*. (2013), apontam a TCC como uma das abordagens terapêuticas com maior eficácia empiricamente comprovada, em destaque, o autor aponta duas alternativas de tratamento a TCC individual e a TCCG, e conclui que ambas possuem sua contribuição positiva para o tratamento, Almeida, Martins e Alarcon (2015) avaliaram a eficácia da TCCG para ansiedade social.

Alguns estudos confirmaram que a TCC em grupo para adolescentes com fobia social é um tratamento efetivo, mostrando significativas melhoras nos sintomas fisiológicos da ansiedade e nos comportamentos de evitação, assim como na diminuição das distorções cognitivas.

A TCC adapta-se ao nível cognitivo, à idade, às necessidades, às culturas e às mais diversas especificidades dos seus usuários (Beck, 2013). É uma abordagem focalizada nas interpretações dos eventos e, a partir desse panorama, são feitas intervenções, baseadas no modelo cognitivo, para modificar os comportamentos dos indivíduos, acreditando na pressuposição de que as emoções, os comportamentos e a fisiologia de uma pessoa são motivados pelas percepções que ela tem dos eventos (Beck, 2013).

A TCC com criança tem seu foco no problema, com atividades práticas, concretas e divertidas, já que crianças, geralmente, são mais agitadas e orientadas pela ação (Friedberg; Mcclure, 2019). De modo geral, a clínica infantil é revestida por intervenções mais lúdicas, motivacionais e divertidas, o que possibilita que a criança fale de temas desconfortáveis de maneiras imaginativas e criativas (Friedberg; Mcclure, 2019).

Estudos mostraram que a utilização de recursos lúdicos é a forma mais eficaz e também uma forma divertida de construir intervenções que possibilitem que diálogos internos sejam evocados, identificando assim pensamentos e emoções. O material lúdico é um meio encontrado pelas crianças de se expressarem e ao ser utilizado de forma correta pelo

psicoterapeuta pode ser muito rico.

Atrás dos recursos lúdicos, está a brincadeira que existe em diferentes tempos e lugares, sendo assim, o brincar é natural na vida das crianças, desencadeia imaginação, criação e faz parte do cotidiano de forma espontânea e prazerosa. E é através de suas próprias brincadeiras que a criança significa e ressignifica o mundo ao seu redor.

De forma mais enfática, a infância passou a ser manifestada como um período do desenvolvimento humano que necessita de cuidados, sendo fundamental abrir espaço para compreender e escutar as crianças, com o intuito de acessar a sua vivência e suas experiências, para que seja possível compreendê-las e a psicoterapia infantil parece ser um meio para realizar este trabalho (Haubert; Vieira, 2014; Telles, 2014).

Para a psicologia o ato de brincar, ou seja, a utilização de recursos lúdicos é fundamental na psicoterapia infantil. Essa estratégia terapêutica é chamada de ludoterapia, sendo definida como a terapia por meio do brincar e caracterizada como uma forma de psicoterapia. Ela permite que a criança expresse seus medos, conflitos e ansiedades, tornando possível a identificação de emoções e sentimentos (Neolácio, 2013).

A TCC é uma abordagem que possui diversas técnicas, dentre as técnicas mais utilizadas na clínica infantil estão: o treinamento de pais, as técnicas de identificação das emoções, dos pensamentos e dos sentimentos, as técnicas de psicoeducação, as técnicas para resolução de problemas e as técnicas comportamentais e cognitivas (Pureza *et al*., 2014).

Destaca-se que a TCC não é exclusivamente uma ludoterapia, mas fornece uma base segura para se trabalhar com crianças, compreendendo-se que suas técnicas e estratégias de intervenção desenvolvem conhecimentos e habilidades necessárias para se conduzir uma terapia adequada para crianças (Friedberg; Mcclure, 2019).

3. CONCLUSÃO

Conforme descrito ao longo deste artigo, ressaltou-se que a Terapia Cognitivo Comportamental é uma intervenção eficaz, pois trabalha através de técnicas de psicoeducação, técnicas comportamentais e cognitivas e na terapia infantil os recursos lúdicos, para assim reduzir os comportamentos inadequados em pessoas com Fobia Social. O objetivo deste estudo foi apresentar as contribuições da Terapia Cognitivo Comportamental nesse contexto, por meio de uma revisão bibliográfica.

O problema de pesquisa foi respondido com base nas evidências encontradas na literatura, que apontam para os benefícios da Terapia Cognitivo Comportamental em diversos aspectos, como a comunicação, a interação social, a autoestima e a qualidade de vida dos indivíduos com Ansiedade Social. Desse modo, contribuindo para diagnóstico, tratamento e manutenção da saúde psicossocial.

Dessa forma, percebe-se o quanto é importante que as pessoas com esse transtorno, busquem ajuda profissional para que compreendam que isso é um processo que deve ser tratado ainda na infância, sendo necessária a atuação do psicólogo em todas as demandas de promoção de saúde e bem estar psicológico.

Referências

American Psychiatric Association. **DSM 5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BECK, Judith. **Terapia Cognitivo-comportamental: Teoria e Prática**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2013. 413 p.

BECK, J.S. **Terapia cognitivo-comportamental**. Ed. Artmed, São Paulo, 2º ed, p. 12 -22, 2014.

BRESCHI, M. A., & CASTRO, M. M. C. (2013). **A interferência dos transtornos de personalidade no tratamento do transtorno de pânico: Uma abordagem cognitivo-comportamental. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 2,21-28.

CASAS, C., ÁLVAREZ, M., LOPEZ, L., ARANDA, B. **Adaptación transcultural de un tratamiento para la fobia social: un estudio piloto. International Journal of Psychology and Psychological Therapy**, 12(1), 35-48, (2012).

CORDÁS, T. A. (2014). Histórico. In A. E. Nardi, J. Quevedo, & A. G. da Silva (Orgs.), **Transtorno de ansiedade social: Teoria e clínica**. Porto Alegre: Artmed.

COYLE, S. et al. **School-based treatment for children and adolescents with social anxiety disorder. Social skills across the life span, theory, assessment, and intervention. E**UA: Academic Press, 2020. cap 12, p. 237-254. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780128177525000123. Acesso em: 6 Nov. 2020. DOI: 10.1016/B978-0-12-817752-5.00012-3.

D'EL REY, G.J.F.; PACINI, C. A.; CHAVIRA, D.J.F.. **Fobia social em uma amostra de adolescentes**. Estud. Psicol., Natal, v. 11, n. 1, p. 111-114, abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413- 294X2006000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 nov. 2020. DOI:10.1590/S1413-294X2006000100013.

FERNANDES, G.C.; TERRA, M.B. **Fobia social: estudo da prevalência em duas escolas em Porto Alegre**. J. Bras. Psiquiatr, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 122-126, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047- 20852008000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 nov. 2020. DOI: 10.1590/S0047-20852008000200007.

FRIEDBERG, Robert; MCCLURE, Jessica. **A prática clínica da terapia cognitiva com crianças e adolescentes**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2019. 383 p.

GROLLI, V.; WAGNER, M.F.; DALBOSCO, S.N.P. **Sintomas depressivos e de ansiedade em adolescentes do ensino médio**. Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 87-103, nov. 2017. Disponível em: https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/2123. Acesso em: 10 nov. 2020. DOI:10.18256/2175-5027.2017.v9i1.2123

GUSMÃO, E; SILVA. E; et al. **Contribuições da terapia cognitivo-comportamental para o tratamento da fobia social**. Rev. bras.ter. cogn., Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 118-125, dez. 2013.

HAUBERT, Clarice; VIEIRA, André Guirland. **Símbolos, complexos e a construção da identidade na psicoterapia com Crianças**. Aletheia, [s. l.], n. 45, ed. 1, p. 222-237, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1150/1150484740 17.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

LOPES, E. W. H (2013). **Personagens virtuais no tratamento do transtorno de ansiedade**. (Dissertação de mestrado). Departamento de Informática, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

MARTINS, A.C.; ALMEIDA, J.P.; VIANA, V. **Ansiedade social na infância e pré-adolescência: adaptação para o português de Portugal da SASC-R**. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 300-307, 2014 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102- 79722014000200300&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 nov. 2020. DOI: 10.1590/1678-7153.201427210.

NEOLÁCIO, Sabrina Santos. **Ludoterapia: a arte do brincar. Revista de Psicologia**, [s. l.], 2013. Disponível em: http://revistas.newtonpaiva.br/psicologia/e1-38- ludoterapia-a-arte-do-brincar/. Acesso em: 27 set. 2021.

PUREZA, Juliana da Rosa et al. Fundamentos e aplicações da Terapia CognitivoComportamental com crianças e adolescentes. **Revista brasileira de psicoterapia**, [s. l.], p. 85-109, 2014. Disponível em: https://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=144. Acesso em: 11 out. 2021.

ROCHA, C.; REIMÃO, R. **Associação entre sintomatologia depressiva e distúrbios do sono em adolescentes**. In: VALLE, l.; MATTOS, M. (Orgs.). Adolescência: as contradições da idade. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2010

SANTOS, L.; UEHARA, E. **Fobia social em adolescentes: repercussões acadêmicas. Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 8, n.2, p.172-184. Dez. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311786642FobiaSocialemadolescentesReperc ussoesAcademicas. Acesso em: 3 out. 2020. DOI:10.18256/2175-5027/psico- imed.v8n2p172-184

SANTOS, L.K.P.; SANTANA, C.C.; SOUZA, M.V.O. **Ações para o fortalecimento da resiliência em adolescentes**.

Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 3933-3943, out. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413- 81232020001003933&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 nov. 2020. DOI: 10.1590/1413-812320202510.22312018.

SILVEIRA, D. G., & VALENÇA, A. M. (2005). **Fobia social: Clínica e tratamento**. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia Medicina Legal, 99,21-25.

STALLARD, P. **Ansiedade: terapia cognitivo-comportamental para crianças e jovens**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

STRÖHLE, A.; GENSICHEN, J.; DOMSCHKE, K. **The diagnosis and treatment of anxiety disorders**. Deutsches Arzteblatt International, Deutschland, 2018. cap.155, v.37, p.611-620. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6206399/.Acesso em: 2 set. 2020. DOI:10.3238/arztebl.2018.0611

WANG, Z. et al. **Comparative effectiveness and safety of cognitive behavioral therapy and pharmacotherapy for childhood anxiety disorders: A systematic review and meta- analysis**. JAMA Pediatr, EUA, v. 171, cap.11, p.1049-1056, 2017. Dosponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5710373/. Acesso em: 3 out. 2020. DOI: 10.1001/jamapediatrics.2017.3036.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

3

PSICOLOGIA E MÚSICA: CONTRIBUIÇÕES DA MUSICOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

PSYCHOLOGY AND MUSIC: CONTRIBUTIONS OF MUSIC THERAPY IN CHILD DEVELOPMENT

Daphne Louise Cutrim Santos

Resumo

Este trabalho investiga a extensão do impacto da musicoterapia no desenvolvimento infantil, questionando especificamente como essa prática pode influenciar o crescimento socioafetivo, emocional e cognitivo das crianças. A pesquisa é motivada pela necessidade de compreender melhor a eficácia da música como ferramenta terapêutica no contexto do desenvolvimento infantil. A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica, abrangendo literatura relevante publicada entre 2014 e 2024, focada em identificar e analisar os efeitos da musicoterapia nas diversas áreas do desenvolvimento infantil. O objetivo geral deste estudo é destacar a contribuição significativa da musicoterapia, enquanto os objetivos específicos incluem a exploração do desenvolvimento infantil em si, a relação entre música e musicoterapia, e a importância desta última como ferramenta psicológica. Os resultados reafirmam que a musicoterapia não apenas facilita o desenvolvimento cognitivo e linguístico, mas também fortalece a capacidade emocional e social das crianças, sugerindo sua integração como prática regular em ambientes educacionais e terapêuticos para um desenvolvimento holístico.

Palavras-chave: Musicoterapia. Desenvolvimento Infantil. Terapia Musical. Cognição Infantil. Psicologia da Música.

Abstract

This work investigates the extent of the impact of music therapy on child development, specifically questioning how this practice can influence children's socio-affective, emotional and cognitive growth. The research is motivated by the need to better understand the effectiveness of music as a therapeutic tool in the context of child development. The methodology adopted was a bibliographic review, covering relevant literature published between 2014 and 2024, focused on identifying and analyzing the effects of music therapy in different areas of child development. The general objective of this study is to highlight the significant contribution of music therapy, while specific objectives include the exploration of child development itself, the relationship between music and music therapy, and the importance of the latter as a psychological tool. The results reaffirm that music therapy not only facilitates cognitive and linguistic development, but also strengthens children's emotional and social capacity, suggesting its integration as a regular practice in educational and therapeutic environments for holistic development.

Keywords: Music therapy. Child development. Music Therapy. Child Cognition. Psychology of Music.

1. INTRODUÇÃO

A intersecção entre psicologia e música tem revelado potenciais terapêuticos significativos, especialmente no âmbito do desenvolvimento infantil. A musicoterapia, uma abordagem que utiliza a música como ferramenta terapêutica, emerge como um campo promissor na promoção do desenvolvimento social, emocional e cognitivo das crianças. Neste contexto, a pergunta que se impõe é: em que medida a musicoterapia pode influenciar no desenvolvimento das crianças?

A relevância da musicoterapia no desenvolvimento infantil se destaca pela capacidade multifacetada da música de enriquecer diversas áreas de crescimento. A exposição musical não somente aprimora as habilidades cognitivas e linguísticas, mas também fortalece as capacidades emocionais e sociais das crianças, proporcionando uma interação mais rica e empática com o mundo ao seu redor.

O objetivo geral deste estudo é discutir a contribuição da música e da musicoterapia no desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas em crianças. Complementarmente, objetiva-se discorrer sobre o desenvolvimento infantil, explorar a relação entre música e musicoterapia, e apresentar as contribuições específicas da musicoterapia para o desenvolvimento socioafetivo e cognitivo/linguístico das crianças.

Ao avaliar o impacto da musicoterapia, este artigo se propõe a examinar como essa prática pode ser implementada de maneira efetiva para responder às necessidades de desenvolvimento infantil, proporcionando uma base sólida para futuras aplicações educacionais e terapêuticas. Deste modo, a discussão aqui apresentada não só responde à questão inicial, mas também oferece uma análise detalhada dos métodos e resultados relevantes que corroboram a eficácia da musicoterapia, consolidando sua relevância como prática de suporte ao desenvolvimento holístico da criança.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho consistiu em uma Revisão Bibliográfica, caracterizada por ser uma pesquisa qualitativa e descritiva, que visou explorar de maneira sistemática a literatura existente sobre a musicoterapia e seu impacto no desenvolvimento infantil. Esta abordagem metodológica foi selecionada por permitir uma análise compreensiva dos conhecimentos já consolidados e das discussões em curso no campo da psicologia e musicoterapia, sem a geração de novos dados experimentais ou a formulação de hipóteses.

Para a condução deste estudo, foram consultadas obras publicadas entre os anos de 2014 e 2024, garantindo assim a relevância e a atualidade dos dados analisados. Os materiais incluídos abrangeram livros, artigos científicos e dissertações, os quais foram acessados através de bases de dados renomadas como Scielo e Google Acadêmico. Essas plataformas foram escolhidas devido à sua ampla cobertura de literatura acadêmica e ao acesso facilitado a uma variedade de fontes relevantes.

O processo de busca e seleção de materiais empregou descritores específicos como “musicoterapia”, “desenvolvimento infantil”, e “psicologia da música”. A escolha desses termos foi estratégica para assegurar que os resultados da pesquisa fossem diretamente per-

tinentes aos objetivos do estudo.

Os critérios de inclusão para os documentos analisados envolveram a relevância direta com o tema de musicoterapia e desenvolvimento infantil, além de estarem disponíveis em texto completo. Excluíram-se da análise documentos que, apesar de mencionarem os descritores, não tratavam especificamente da intersecção entre a musicoterapia e o desenvolvimento infantil, ou que não estavam acessíveis integralmente para consulta.

Dessa forma, a pesquisa realizada possibilitou uma compreensão detalhada e atualizada sobre como a musicoterapia pode ser aplicada para promover o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas em crianças, ancorando-se firmemente na literatura científica disponível e contribuindo para a discussão acadêmica no campo da psicologia e terapias complementares.

2.2 Resultados e Discussão

A musicoterapia apresenta-se como uma intervenção significativa no desenvolvimento infantil, sobretudo ao considerar o impacto da música na promoção de habilidades cognitivas, motoras e emocionais desde a mais tenra idade. Desde a gestação, a exposição a diferentes tipos sonoros pode influenciar de forma substancial o crescimento biopsicossocial das crianças (ALVES; SILVA; RIBEIRO, 2021).

Esta prática não apenas facilita o desenvolvimento neurológico, como também promove a regulação emocional, oferecendo às crianças ferramentas para expressar sentimentos e emoções de maneira construtiva e criativa. Além disso, a integração da musicoterapia no contexto educacional pode ampliar a capacidade de aprendizado e atenção, incentivando não apenas a aquisição de conhecimento, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais (ALVES; SILVA; RIBEIRO, 2021).

Na infância, a musicoterapia pode ser particularmente eficaz, visto que este período é marcado por intensa atividade de aprendizado e adaptação ao ambiente. A música, nesse contexto, atua como um recurso lúdico que naturalmente engaja as crianças em atividades que estimulam sua imaginação e criatividade (ALVES; SILVA; RIBEIRO, 2021).

Ao incorporar a musicoterapia nas rotinas diárias, possibilita-se que as crianças explorem novas formas de comunicação e expressão, fundamentais para o seu desenvolvimento integral. Estudos indicam que a prática regular de atividades musicais pode melhorar a coordenação motora, a memória, a capacidade de concentração e até mesmo a inteligência emocional, configurando-se como uma abordagem holística para o desenvolvimento da criança (ALVES; SILVA; RIBEIRO, 2021).

Outro aspecto relevante da musicoterapia é sua capacidade de atuar na minimização de sintomas em crianças com diversas condições psicológicas ou de desenvolvimento. Através de sessões estruturadas que utilizam música e movimento, as crianças são encorajadas a explorar e entender suas emoções, o que pode ser especialmente benéfico para aquelas que enfrentam desafios emocionais ou comportamentais (ALVES; SILVA; RIBEIRO, 2021).

A natureza inclusiva e adaptável da musicoterapia permite que ela seja aplicada nos mais diferentes contextos sociais, podendo se ajustar às necessidades específicas de cada criança, de modo a buscar a promoção do bem-estar e a saúde mental (ALVES; SILVA; RIBEIRO, 2021).

Destaca-se também que a musicoterapia tem demonstrado ser uma ferramenta va-

liosa no desenvolvimento infantil, especialmente para crianças com necessidades especiais, como aquelas no espectro do autismo. Estudos indicam que a musicoterapia pode facilitar a comunicação e interação dessas crianças, proporcionando um meio para elas expressarem seus sentimentos e pensamentos de maneira não verbal (CASTRO, 2016).

Este tipo de terapia ajuda a melhorar a atenção, reduzir a ansiedade e promover habilidades sociais, fundamentais no dia a dia das crianças. Além disso, a musicoterapia pode ser usada para fortalecer os vínculos familiares, ao envolver os pais e outros membros da família nas sessões, criando uma experiência compartilhada que suporta o desenvolvimento emocional e social da criança (CASTRO, 2016).

Em contextos de saúde, a musicoterapia tem sido empregada em diversas especialidades médicas para melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Esta terapia é utilizada para auxiliar no tratamento de condições como depressão, ansiedade, e até em cuidados paliativos, oferecendo conforto e alívio emocional para pacientes terminais e suas famílias (OLIVEIRA *et al*., 2014).

A musicoterapia proporciona uma abordagem holística que considera os aspectos físicos, emocionais e sociais da saúde, contribuindo para um tratamento mais humanizado e eficaz. Os benefícios observados incluem a diminuição da percepção da dor, melhoria do humor e fortalecimento da capacidade de enfrentamento de doenças e adversidades (OLIVEIRA *et al*., 2014).

Na educação, a introdução da musicoterapia pode transformar o ambiente de aprendizado, tornando-o mais dinâmico e acessível. Professores e educadores que utilizam a música como ferramenta educacional notam uma melhora significativa no envolvimento e motivação dos alunos, incluindo aqueles com dificuldades de aprendizagem (FERNANDES *et al*., 2016).

A música funciona como um estímulo que facilita o desenvolvimento cognitivo e emocional, além de ser uma estratégia inclusiva que permite que todos os alunos participem ativamente e se beneficiem das atividades propostas. Este método é particularmente eficaz ao abordar temas complexos ou delicados, como a sexualidade, ajudando a promover um diálogo aberto e construtivo em sala de aula (FERNANDES *et al*., 2016).

Além disso, a aplicação prática da musicoterapia em crianças com transtornos do espectro autista revela que as intervenções musicais podem melhorar significativamente as interações sociais e habilidades comunicativas dessas crianças. Por meio da improvisação e outras técnicas musicoterapêuticas, essas crianças conseguem explorar novas formas de expressão e comunicação, o que contribui para um desenvolvimento mais integral (FERNANDES *et al*., 2016).

Essas sessões não apenas engajam a criança de maneira criativa e divertida, mas também ensinam habilidades vitais que transcendem o contexto terapêutico, pois impactam positivamente a vida diária das crianças e suas famílias de forma significativa (FIGUEIREDO, 2014).

Esses estudos destacam a importância da musicoterapia como uma estratégia multidisciplinar que pode ser integrada em vários contextos para apoiar o desenvolvimento infantil e a saúde mental. Ao utilizar a música como ferramenta terapêutica, é possível proporcionar uma abordagem mais rica e empática, que ressoa em múltiplos níveis com aqueles que estão engajados nesse processo, seja em contexto clínico, educacional ou familiar (TEIXEIRA; FERNANDES, 2021).

A musicoterapia tem sido amplamente estudada e implementada como uma estratégia eficaz no desenvolvimento infantil, especialmente na intervenção psicológica com

crianças. Estudos recentes mostram que a aplicação da musicoterapia ajuda a melhorar a comunicação, interação social e habilidades emocionais em crianças com diversas condições psicológicas, incluindo aquelas no espectro autista. Esta abordagem terapêutica utiliza a música como um meio de alcançar respostas que não são facilmente acessíveis através de métodos convencionais de terapia (ANJOS *et al*., 2017).

A integração de atividades musicais estruturadas (como cantar, tocar instrumentos e movimentar-se com música) permite que as crianças expressem suas emoções e comuniquem de maneira mais efetiva, melhorando assim a sua capacidade de interagir com os outros e compreender seus próprios sentimentos internos. Estes resultados são particularmente relevantes, demonstrando que a musicoterapia pode ser uma ferramenta valiosa no suporte ao desenvolvimento psicológico e social das crianças (ANJOS *et al*., 2017).

Por outro lado, a aplicação da música em ambientes de cuidado tem mostrado resultados significativos não apenas em contextos clínicos especializados, mas também em cenários mais gerais de saúde. Um estudo destaca como a música tem sido usada em diversos cenários do cuidado, influenciando positivamente as intervenções médicas e terapêuticas. Observa-se que a música contribui para a redução do estresse e ansiedade, facilita o processo de recuperação pós-operatória e melhora a qualidade de vida dos pacientes (ARAÚJO *et al*., 2014).

No desenvolvimento infantil, esses efeitos são ainda mais profundos, pois a música estimula áreas do cérebro responsáveis pelo desenvolvimento cognitivo, emocional e sensorial. Essa capacidade de atingir simultaneamente várias áreas do desenvolvimento torna a musicoterapia uma prática especialmente poderosa para crianças, ajudando-as a alcançar seu potencial completo de maneira lúdica e envolvente (ARAÚJO *et al*., 2014).

A musicoterapia tem demonstrado ser uma ferramenta extremamente eficaz na promoção do desenvolvimento integral das crianças, especialmente naqueles aspectos que transcendem o cognitivo para abraçar o emocional e o social. Esta prática terapêutica, ao ser integrada nos métodos educacionais convencionais, amplia seu alcance, proporcionando uma abordagem mais inclusiva e adaptativa que beneficia todas as crianças, independentemente de suas condições particulares ou desafios de desenvolvimento. (FERNANDES *et al.,* 2016).

Além disso, a aplicabilidade da musicoterapia em contextos clínicos e educacionais reforça sua posição como uma ferramenta versátil no arsenal terapêutico. A incorporação da música em tratamentos e intervenções pedagógicas demonstra uma melhoria significativa na comunicação e na capacidade de expressão das crianças, particularmente aquelas dentro do espectro do autismo (CASTRO, 2016).

3. CONCLUSÃO

A presente revisão bibliográfica buscou abordar de forma sistemática e aprofundada a influência da musicoterapia no desenvolvimento infantil, com foco particular nas habilidades sociais, emocionais e cognitivas das crianças. O objetivo geral de explorar a contribuição da música como ferramenta terapêutica foi atingido por meio da análise compreensiva de literatura especializada que discute tanto o desenvolvimento infantil quanto a aplicação prática da musicoterapia.

Além do objetivo geral, os objetivos específicos foram igualmente alcançados, proporcionando um panorama detalhado sobre como a integração da música no contexto terapêutico pode enriquecer o processo de crescimento e desenvolvimento das crianças.

Foi possível concluir que a musicoterapia, como uma intervenção psicológica, tem um impacto significativo no desenvolvimento socioafetivo e cognitivo/linguístico das crianças. A revisão confirmou que a música, ao ser empregada metodicamente por terapeutas qualificados, transcende o entretenimento e se estabelece como uma poderosa ferramenta de desenvolvimento pessoal e social.

Este estudo também reiterou a importância da musicoterapia no campo da psicologia, enfatizando seu papel vital em contextos educacionais e terapêuticos. Portanto, os resultados da pesquisa respondem afirmativamente à questão inicial sobre a extensão do impacto da musicoterapia no desenvolvimento infantil, demonstrando que sua prática é benéfica e recomendável.

Contudo, é importante destacar algumas limitações encontradas durante a revisão. A principal delas foi a variação na metodologia dos estudos analisados, o que às vezes dificultou a comparação direta de resultados. Além disso, a maioria dos estudos concentra-se em contextos específicos ou em grupos demográficos limitados, sugerindo a necessidade de pesquisas mais amplas e diversificadas para generalizar os benefícios da musicoterapia para diferentes populações infantis.

Com base nos achados e nas limitações observadas, recomenda-se que futuras pesquisas explorem ainda mais as relações entre diferentes tipos de intervenções musicais e seus efeitos específicos em variadas faixas etárias e condições desenvolvimentais.

Seria proveitoso, por exemplo, investigar a eficácia da musicoterapia em contextos multiculturais ou em populações com necessidades especiais, onde a música pode servir como uma ponte transcultural ou como um meio de comunicação alternativo. Assim, este trabalho não apenas fornece uma base sólida para a aplicação prática da musicoterapia, mas também abre caminho para futuras investigações que poderão expandir ainda mais nosso entendimento sobre o potencial terapêutico da música no desenvolvimento infantil.

Referências

ALVES, Dayane Rosa Silva; SILVA, Lanielly de Kássia; RIBEIRO, Monara Matos. **Musicoterapia no tratamento psicológico infantil: revisão sistemática de literatura**. Trabalho de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Centro Superior UNA de Catalão, Catalão, 2021. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/c065675f-16cc-4b45-94d0466fb04a45f6. Acesso em: 20 mar. 2024.

ANJOS, A. G. *et al*. Musicoterapia como estratégia de intervenção psicológica com crianças: uma revisão da literatura. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol**, v.10, n. 2, p. 228238, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n2/08.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

ARAÚJO, Taise Carneiro. *et al*. Uso da música nos diversos cenários do cuidado: revisão integrativa. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 28, p. 96-106, abr.

2014. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/6967. Acesso em: 20 mar. 2024.

CASTRO, Maria Teresa de Lara Arriaga. **Afinar a relação: a musicoterapia e a perturbação no espetro do autismo**. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado em Musicoterapia) - Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2016. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/3148. Acesso em: 11 mar. 2024.

FERNANDES, Karina Nonato; REINA, Fábio Tadeu; MOKWA, Valéria M. N. F. A música na sala de aula: reflexões sobre sexualidade na educação básica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,** São Paulo, v. 10, p. 1661-1672, 28 jan. 2016. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8342. Acesso em: 19 mar. 2024.

FIGUEIREDO, F. G. **Musicoterapia improvisacional aplicada à comunicação préverbal de crianças com transtornos do espectro autista: ensaio controlado e randomizado**. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/hand-

le/10183/110239. Acesso em: 30 mar. 2024.

OLIVEIRA, Marilise Fátima de. *et al*. Musicoterapia como ferramenta terapêutica no setor da saúde: uma revisão sistemática. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 2, p. 871-878, ago./dez. 2014. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1739. Acesso em: 21 mar. 2024.

TEIXEIRA, Lucília Maria Dias; FERNANDES, Patrícia Raquel Silva. Efeitos da musicoterapia na comunicação, socialização e imaginação em crianças com perturbação do espectro do autismo: um estudo de caso em Rebordosa-Portugal. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, Naviraí, v. 8, n. 16, p. 149-163, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/10755. Acesso em: 21. mar. 2024.

Pascal Editora
COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

4

SUPORTE PSICOLÓGICO AO PACIENTE COM IDEAÇÃO OU TENTATIVA DE SUICÍDIO

PSYCHOLOGICAL SUPPORT FOR PATIENTS WITH SUICIDE IDEATION OR ATTEMPT

Tereza Lima de Souza
Marco Aurelio Fernandes

Resumo

O suicídio é um fenômeno complexo e de grande relevância global, envolvendo atos deliberados de encerrar a própria vida, muitas vezes associados a sentimentos de desespero e sofrimento emocional. Este estudo busca explorar as nuances desse processo, com foco nos estágios intermediários de ideação e tentativa de suicídio, ressaltando sua complexidade e desafios específicos. A compreensão do suicídio como um ato consciente e intencional, embora permeado por momentos de ambivalência emocional, é crucial para orientar intervenções eficazes. Destaca-se que o comportamento suicida é parte de um espectro mais amplo, que inclui ideação suicida, planejamento e tentativas de autoextermínio, influenciado por uma variedade de fatores biopsicossociais. Além disso, é essencial transcender interpretações unilaterais do suicídio, considerando sua complexidade multidimensional e os diversos contextos culturais, históricos e socioeconômicos envolvidos. Nesse sentido, a literatura científica oferece um rico acervo de conhecimentos que podem orientar intervenções eficazes de prevenção, suporte e recuperação. Este estudo tem como objetivo investigar as estratégias e ferramentas disponíveis na literatura para oferecer suporte psicológico a pacientes com ideação ou tentativa de suicídio. Para tanto, aborda aspectos conceituais, psicodinâmicos e comportamentais relacionados ao suicídio, bem como apresenta as principais estratégias de cuidado que os profissionais de psicologia podem empregar. Ao responder à indagação sobre as melhores práticas para oferecer suporte psicológico efetivo aos pacientes em situação de vulnerabilidade suicida, este estudo visa contribuir para o desenvolvimento de abordagens terapêuticas mais compassivas e sensíveis.

Palavras-chave: Suicídio, Suporte Psicológico, Ideação Suicida.

Abstract

Suicide is a complex phenomenon of great global relevance, involving deliberate acts of ending one's own life, often associated with feelings of despair and emotional suffering. This study seeks to explore the nuances of this process, focusing on the intermediate stages of suicide ideation and attempt, highlighting its complexity and specific challenges. Understanding suicide as a conscious and intentional act, although permeated by moments of emotional ambivalence, is crucial to guide effective interventions. It is noteworthy that suicidal behavior is part of a broader spectrum, which includes suicidal ideation, planning and attempts at self-extermination, influenced by a variety of biopsychosocial factors. Furthermore, it is essential to transcend unilateral interpretations of suicide, considering its multidimensional complexity and the diverse cultural, historical and socioeconomic contexts involved. In this sense, scientific literature offers a rich collection of knowledge that can guide effective prevention, support and recovery interventions. This study aims to investigate the strategies and tools available in the literature to offer psychological support to patients with suicidal ideation or attempts. To this end, it addresses conceptual, psychodynamic and behavioral aspects related to suicide, as well as presenting the main care strategies that psychology professionals can employ. By answering the question about best practices for offering effective psychological support to patients in situations of suicidal vulnerability, this study aims to contribute to the development of more compassionate and sensitive therapeutic approaches.

Keywords: Suicide, Psychological Support, Suicidal Ideation.

1. INTRODUÇÃO

O suicídio é um fenômeno de profunda relevância e complexidade que tem impactado pessoas em todo o mundo. Trata-se de um ato deliberado no qual indivíduos optam por encerrar suas próprias vidas, muitas vezes envolvidos em sentimentos de desespero, angústia e sofrimento emocional. A ideação e as tentativas de suicídio são estágios intermediários desse processo, carregados de nuances e desafios únicos. O suicídio é um ato consciente e intencional, em que uma pessoa toma a decisão de encerrar sua própria vida, muitas vezes com a expectativa de que isso resultará em sua morte. Embora possa haver momentos de ambivalência emocional durante esse processo, a pessoa geralmente escolhe um método que ela acredita ser fatal.

O suicídio faz parte de um espectro mais amplo de comportamento suicida, que inclui ideação suicida (pensamentos de autodestruição), planejamento e tentativas de autoextermínio. É crucial compreender que o suicídio é um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores. Qualquer tentativa de simplificar ou reduzir a explicação desse fenômeno a fatores isolados é inadequada e pode ser contraproducente. Ao longo da história, houve várias interpretações sobre o suicídio. Hoje em dia, embora seja um tema abordado em várias disciplinas acadêmicas, a compreensão do suicídio deve transcender interpretações que o enfoquem apenas como um problema de ordem biopsicossocial. É necessário considerar sua complexidade, levando em conta também aspectos históricos, socioambientais, culturais e econômicos para uma compreensão abrangente desse fenômeno.

Neste sentido, a compreensão desse fenômeno e a busca por estratégias eficazes de suporte psicológico são de vital importância para profissionais de saúde mental, pesquisadores e sociedade em geral. Abordar esse fenômeno requer uma compreensão holística e sensível, que não apenas considere o indivíduo, mas também o ambiente que o cerca. Neste cenário, a pesquisa sobre estratégias de suporte psicológico para aqueles que enfrentam ideação ou tentativa de suicídio desempenha um papel crucial na busca por intervenções eficazes. A literatura científica oferece um rico acervo de conhecimentos que podem orientar profissionais de saúde mental, fornecendo ferramentas para a prevenção, o suporte e a recuperação.

Diante do aumento alarmante das taxas de suicídio em todo o mundo, surge a necessidade urgente de compreender e desenvolver intervenções eficazes para oferecer suporte psicológico aos pacientes que apresentam ideação ou tentativa de suicídio. No entanto, diante da vasta gama de abordagens terapêuticas e da diversidade de pacientes e contextos, surge a seguinte indagação: Quais são as principais estratégias e ferramentas, baseadas em evidências científicas, disponíveis na literatura para oferecer suporte psicológico efetivo aos pacientes que apresentam ideação ou tentativa de suicídio?

Logo, o objetivo geral deste trabalho é pesquisar as estratégias e as ferramentas documentadas na literatura científica acerca de o suporte psicológico ao paciente com ideação ou tentativa de suicídio. Os objetivos específicos são: abordar os aspectos conceituais que envolvem suporte psicológico, comportamentos suicidas; explanar a psicodinâmica dos comportamentos suicidas, tais como as suas características, sentimentos e motivações; apresentar as principais estratégias e ferramentas de cuidado que os profissionais de psicologia podem utilizar.

2. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa realizado neste trabalho foi uma Revisão de Literatura, no qual foi realizada consulta a livros, dissertações e em artigos científicos selecionados através de busca nos seguintes bases de dados: Scielo, Periódicos Capes, Google Acadêmico, Repositório Institucional Unicamp em inglês e português. As palavras-chave utilizadas na busca: "suporte psicológico", "ideação suicida", "suicídio" e "psicologia". Foram pesquisados livros e trabalhos publicados com texto completo, disponível online, com acesso livre entre os anos de 2010 à 2024. E foram excluídos da amostra publicações que não apresentaram o texto na íntegra, artigos que não apresentem relação direta com o tema, resumos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos que estavam repetidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prática de profissionais de saúde mental demanda um constante engajamento psicológico, visto que os pacientes frequentemente os confrontam com ansiedade e conflitos interpessoais. No contexto do atendimento a indivíduos que apresentam ideação ou tentativa de suicídio, essa interação profissional pode levar os terapeutas a refletirem sobre suas próprias inquietações, preocupações e incertezas (ANGERAMI, 2017). Lidar com o tema do suicídio requer uma compreensão sensível e abrangente, pois é intrinsecamente complexo e multifacetado.

É crucial reconhecer a dificuldade de definir claramente o suicídio, como Durkheim destacou em sua obra clássica "O Suicídio", pois tentar categorizar esse fenômeno pode levar a simplificações inadequadas. Categorizar pessoas que têm pensamentos suicidas em grupos distintos esbarra na realidade de que as razões subjacentes ao suicídio são tão diversas quanto o número de indivíduos que enfrentam essa alternativa (DURKHEIM, 2015). Binswanger (2018) argumenta que não se deve precipitar ao associar o suicídio a um evento específico. Em vez disso, é crucial compreender como os possíveis motivos se transformam em atos reais, já que cada pessoa interpreta e atribui significado aos eventos de maneira única. A complexidade do suicídio exige uma abordagem holística que leve em consideração não apenas os fatores psicológicos, mas também os aspectos sociais, culturais e biológicos envolvidos. Nesse sentido, é imperativo que os profissionais de saúde mental estejam preparados para enfrentar essa complexidade, reconhecendo suas próprias limitações e buscando constantemente aprimorar suas habilidades e conhecimentos para melhor atender às necessidades dos pacientes em situação de vulnerabilidade.

Frequentemente, os eventos desencadeadores do suicídio são erroneamente considerados como causas diretas, quando na verdade o ato suicida é o resultado de uma rede complexa de fatores, incluindo aqueles que residem no inconsciente. Kovács (2018) explica que o suicídio é um processo extremamente complexo e, portanto, não pode ser reduzido a uma única causa, como transtornos psicóticos ou problemas sociais. Além disso, não pode ser simplificado como uma reação direta a um evento específico, como um término de relacionamento ou perda de emprego. É um processo que pode ter suas raízes na infância, embora os motivos citados frequentemente sejam apenas fatores desencadeantes.

Kovács (2018) também observa que, para alguns acadêmicos, o suicídio só pode ser considerado como tal se o indivíduo estiver consciente e lúcido no momento do ato. A intencionalidade do ato autodestrutivo é uma característica distintiva do suicídio, embora a avaliação dessa intencionalidade seja complexa, pois envolve a possibilidade de reversão do método utilizado e a capacidade de terceiros intervirem. É importante ressaltar que a

intencionalidade cresce à medida que se avança da ideação suicida para desejos, ameaças, tentativas e, finalmente, para a consumação do ato. No entanto, estudos demonstram que a ideia de que pessoas que falam sobre suicídio não concretizam o ato é incorreta.

Essas nuances na compreensão do suicídio exigem uma abordagem sensível e multifacetada por parte dos profissionais de saúde mental. É essencial que eles reconheçam a complexidade do fenômeno e considerem uma variedade de fatores ao avaliar e intervir em casos de ideação ou tentativa de suicídio. Além disso, é fundamental que haja uma compreensão abrangente das diferentes manifestações do comportamento suicida, desde os pensamentos até a consumação do ato, a fim de oferecer um suporte adequado e eficaz aos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Pelo contrário, a maioria das pessoas que comete suicídio expressou ameaças verbais ou comportamentos autodestrutivos em algum momento (DUTRA, 2019). Cassorla (2013) enfatiza a ambivalência que muitas vezes permeia os indivíduos que enfrentam pensamentos suicidas. O resultado desse conflito depende da força relativa de cada componente, das circunstâncias que cercam o ato e da disponibilidade de ajuda. Muitas pessoas que tentam ou cometem suicídio não desejam a morte, mas sim buscam uma nova vida na qual se sintam amadas. O suicídio, em muitos casos, pode ser visto como um pedido de ajuda, um grito por socorro. Bastos (2019) conceitua o suicídio como um evento que se insere em uma tendência autodestrutiva, caracterizada por diferentes graus de destrutividade.

Os primeiros graus dessa tendência incluem fantasias inconscientes, que são inerentes a todos os seres humanos e não indicam necessariamente uma tentativa de suicídio (BASTOS, 2019). O segundo grau envolve comportamentos que colocam a própria vida em risco, como tentativas de suicídio. O terceiro grau de autodestrutividade é caracterizado pelo desejo profundo de se autodestruir. Portanto, o suicídio é uma manifestação complexa que se encontra em um contínuo de graus de autodestrutividade (BASTOS, 2019).

Essa compreensão do suicídio como parte de uma tendência autodestrutiva mais ampla destaca a importância de abordagens terapêuticas que considerem não apenas os comportamentos suicidas em si, mas também os fatores subjacentes que contribuem para essa tendência. É fundamental que os profissionais de saúde mental estejam atentos a essas nuances e sejam capazes de oferecer uma intervenção adequada e compassiva, que leve em consideração não apenas os aspectos imediatos da crise suicida, mas também os processos psicológicos e emocionais mais profundos que podem estar em jogo.

Transcendendo a ideia de categorização, Bastos (2019) destaca a importância da questão dos vínculos interpessoais, que desempenham um papel crucial na compreensão do suicídio. Ele propõe considerar o suicídio como um evento complexo que ocorre dentro da interseção entre a vida individual e a vida coletiva. Essa perspectiva, baseada em Kaplan *et al*. (2019), explora os níveis fundamentais dos vínculos: o individual, as interações familiares, as instituições e a sociedade como um todo. Bastos (2019) argumenta que a questão dos vínculos é central, uma vez que as dificuldades de diferenciação nas relações familiares podem contribuir para certas tentativas de suicídio e até para suicídios bem-sucedidos.

No entanto, ele enfatiza que cada caso é singular, e a compreensão do suicídio deve levar em conta a singularidade de cada indivíduo. Para explorar essa singularidade, o autor apresenta a perspectiva junguiana, que enfatiza a importância da análise da alma, em contraposição às abordagens externas que buscam explicar fenômenos humanos por meio de médias e desvios estatísticos. A perspectiva junguiana busca compreender o significado subjacente aos atos suicidas (PEREIRA, 2018).

A metáfora fundamental da psicologia da alma, sobretudo, fala sobre a busca do significado que reside na singularidade de cada ação humana, inclusive a ação do suicídio.

Quando se diz que não se está a favor do suicídio, mas sim se busca entender o que ele significa para a alma, no qual se reconhece que há diferenças entre uma compreensão literal do suicídio e uma compreensão que explora seu significado psicológico, portanto, existe uma distinção entre uma abordagem que examina o suicídio exclusivamente do ponto de vista externo e uma perspectiva que busca compreender sua significância intrínseca e singular (PEREIRA, 2018).

Essa abordagem mais profunda, que busca compreender o suicídio para além de suas manifestações superficiais, ressalta a importância de uma intervenção terapêutica que leve em conta não apenas os aspectos imediatos da crise suicida, mas também os significados subjacentes e as necessidades individuais de cada paciente. Ao adotar uma perspectiva mais holística e compassiva, os profissionais de saúde mental podem oferecer um suporte mais eficaz e significativo aos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Compreendendo a importância dos cuidados psicológicos no contexto do suicídio, Bastos (2019) enfatiza que as tentativas de suicídio, especialmente aquelas que se enquadram no segundo grau de autodestrutividade, devem ser abordadas com sensibilidade e equilíbrio. Não se deve superestimar nem subestimar essas tentativas, mas sim compreendê-las e acolhê-las genuinamente. Já quando se trata do terceiro grau de autodestrutividade, onde a probabilidade de suicídio é significativamente maior, é recomendável a intervenção de uma equipe multiprofissional composta por médicos, psicólogos e terapeutas familiares, além do envolvimento do grupo familiar.

O atendimento psicológico a pacientes que apresentam ideação ou tentativa de suicídio levanta questões éticas importantes, particularmente no que diz respeito à confidencialidade. Os profissionais de saúde mental devem equilibrar o respeito pela privacidade do paciente com a necessidade de garantir sua segurança e bem-estar. Isso pode envolver a comunicação cuidadosa e transparente com o paciente sobre os limites da confidencialidade e a necessidade de compartilhar informações relevantes com outros membros da equipe de cuidados de saúde, especialmente em situações de risco iminente de suicídio. É essencial que os profissionais estejam cientes das leis e regulamentações locais relacionadas à confidencialidade e tomem decisões éticas baseadas no melhor interesse do paciente. Ao fazer isso, podem fornecer um ambiente terapêutico seguro e de apoio para os indivíduos que enfrentam crises suicidas, promovendo assim sua recuperação e bem-estar emocional.

O exercício profissional do psicólogo deve ser guiado por princípios éticos que assegurem uma relação adequada entre o profissional, o cliente e a sociedade, respeitando valores fundamentais. Tomar decisões éticas pode ser um desafio para os psicólogos, uma vez que as ações humanas ocorrem em um contexto complexo de circunstâncias. Experimentos inadequados podem violar a dignidade humana, a intervenção de um psicólogo clínico pode ter um impacto significativo na vida do paciente, e o trabalho em instituições pode envolver conflitos de interesses (SANTOS, 2019).

Portanto, a ética desempenha um papel crucial no atendimento a indivíduos em risco de suicídio, exigindo uma cuidadosa consideração das implicações de cada decisão tomada pelo profissional de saúde mental. A busca por um equilíbrio entre a proteção do paciente e o respeito pelos princípios éticos é essencial para garantir que os cuidados psicológicos sejam eficazes e éticos no contexto sensível do suicídio.

Além disso, os psicólogos devem estar cientes das legislações e regulamentações específicas que regem sua prática profissional, especialmente no que diz respeito à confidencialidade e ao manejo de informações sensíveis relacionadas à saúde mental e ao risco de suicídio. É importante que os profissionais busquem supervisão e consultoria ética

quando confrontados com dilemas éticos complexos, garantindo assim que suas ações estejam alinhadas com os mais altos padrões de conduta profissional.

Ao priorizar a ética em sua prática, os psicólogos não apenas protegem os direitos e o bem-estar de seus clientes, mas também contribuem para a integridade e a credibilidade da profissão como um todo. O compromisso com a ética é fundamental para o desenvolvimento de uma relação terapêutica sólida e para a promoção de resultados positivos no tratamento de indivíduos em situação de vulnerabilidade, como aqueles que enfrentam ideação ou tentativa de suicídio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade e sensibilidade inerentes ao tema do suicídio, é fundamental reconhecer a importância do papel dos profissionais de saúde mental na abordagem e no cuidado desses casos. O texto ressalta a necessidade de uma compreensão sensível e abrangente do suicídio, que vai além de simplificações e categorizações inadequadas. A abordagem holística e multifacetada é crucial para avaliar e intervir de maneira eficaz nos casos de ideação ou tentativa de suicídio. Isso requer não apenas um entendimento dos fatores psicológicos envolvidos, mas também uma consideração dos aspectos sociais, culturais e biológicos que influenciam o comportamento suicida. Por exemplo, a influência das redes sociais, as pressões socioeconômicas e as experiências traumáticas podem desempenhar papéis significativos na vulnerabilidade de um indivíduo ao suicídio.

Além disso, é essencial destacar a importância da abordagem individualizada e personalizada no cuidado de pacientes com ideação ou tentativa de suicídio. Cada pessoa enfrenta desafios únicos e possui uma história de vida distinta, exigindo uma compreensão cuidadosa de suas necessidades e circunstâncias específicas. Isso implica em adotar uma postura empática e não julgadora, que valorize a singularidade de cada indivíduo e promova um ambiente de confiança e segurança para a expressão dos seus sentimentos e dificuldades.

É relevante ressaltar que o suporte psicológico não se limita apenas ao tratamento individual do paciente, mas também envolve o envolvimento da família e da comunidade no processo de recuperação e prevenção do suicídio. O apoio social e o fortalecimento dos laços interpessoais desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar emocional e na redução do risco suicida. Nesse contexto, a formação e capacitação contínua dos profissionais de saúde mental são fundamentais para garantir uma abordagem eficaz e atualizada no cuidado de pacientes com ideação ou tentativa de suicídio. A busca por conhecimento e o desenvolvimento de habilidades específicas, como técnicas de avaliação de risco, intervenção em crises e terapias baseadas em evidências, são essenciais para proporcionar um suporte adequado e efetivo.

É crucial enfatizar a importância da prevenção do suicídio como uma prioridade de saúde pública. Isso envolve não apenas o tratamento de indivíduos em crise, mas também a implementação de políticas e programas de prevenção que abordem os determinantes sociais, econômicos e culturais do suicídio. Ao adotar uma abordagem abrangente e colaborativa, podemos trabalhar juntos para reduzir o impacto do suicídio e promover a saúde mental e o bem-estar de indivíduos e comunidades.

Além disso, a complexidade do suicídio também destaca a importância da ética na prática profissional dos psicólogos. É essencial equilibrar a proteção do paciente com o respeito pelos princípios éticos, especialmente no que diz respeito à confidencialidade e ao

manejo das informações sensíveis relacionadas ao suicídio. Os profissionais devem estar cientes das implicações éticas de suas decisões e buscar orientação quando confrontados com dilemas complexos.

A busca por um aprimoramento constante das habilidades e conhecimentos dos profissionais de saúde mental é crucial para garantir uma intervenção eficaz e compassiva. Isso pode envolver a participação em programas de educação continuada, supervisão clínica e grupos de discussão para compartilhar experiências e aprender com os colegas.

A reflexão sobre as próprias inquietações, preocupações e limitações é fundamental para oferecer um suporte adequado aos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Os profissionais devem estar abertos ao autoexame e à busca de apoio quando necessário, reconhecendo que lidar com o suicídio pode ser emocionalmente desafiador e que o autocuidado é essencial para evitar o esgotamento profissional.

Portanto, ao adotar uma abordagem sensível, ética e holística, os profissionais de saúde mental podem desempenhar um papel fundamental na prevenção e no tratamento do suicídio, oferecendo um suporte significativo e contribuindo para o bem-estar emocional e a recuperação dos pacientes. A compreensão da complexidade do suicídio e o compromisso com a ética e o aprimoramento profissional são essenciais para enfrentar esse desafio de maneira eficaz e compassiva.

Referências

ANGERAMI, Vilma Andrade. Suicídio e psicologia: contribuição para a compreensão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 19, n. 1, p. 57-65, 2017.

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Suicídio como acontecimento subscrito em um contínuo existencial. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 1, p. 77-88, 2019.

BINSWANGER, L. Sobre a psicopatologia do suicídio. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 8, n. 1, p. 1-12, 2018.

CASSORLA, Roosevelt Montes. Suicídio: um grito de socorro. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 4, n. 1, p. 83-90, 2013.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

DUTRA, Eliane. Abordagens e perspectivas atuais em suicidologia. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 22, n. 3, p. 345-355, 2019.

KAPLAN, João Carlos et al. Suicídio e sua relação com eventos de vida na infância e adolescência. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 45-53, 2020.

KOVÁCS, Maria Julia. Suicídio e tentativa de suicídio: análise das ideias e comportamentos autodestrutivos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 41, n. 4, p. 173-182, 2018.

PEREIRA, A. S. Saúde mental e atenção básica: um estudo das práticas e dificuldades dos profissionais de saúde mental na atenção básica à saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 31-44, 2018.

SANTOS, Ana Luiza de Vilhena Gomes. O psicólogo e o paciente suicida: considerações sobre ética e sigilo profissional. **Psicologia Clínica**, v. 19, n. 2, p. 111-122, 2017.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

5

O TRATAMENTO DE ADOLESCENTES COM DEPRESSÃO À LUZ DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL

TREATMENT OF ADOLESCENTS WITH DEPRESSION IN THE LIGHT OF COGNITIVE BEHAVIORAL THERAPY

Luzimara Soares da Silva
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

Neste trabalho a pesquisa abordou a importância da psicologia frente ao tratamento de adolescentes depressivos segundo a terapia cognitivo comportamental, o qual pode trazer desafios adicionais a uma já complexa fase de desenvolvimento. O presente estudo apresentou como objetivo geral identificar como a TCC contribui para o tratamento da depressão em adolescentes. Para isso, utilizou-se na metodologia pesquisas bibliográficas qualitativa e descritiva. Como resultado da análise teórica; observação, estudos e reflexão foi possível compreender e reconhecer a fundamental importância dos conceitos sobre a adolescência e sobre a depressão assim como esse transtorno pode afetar a vida desses jovens, considerando a psicologia e sua atuação segundo o entendimento da TCC. Pensa se na relevância da psicologia na promoção e na proteção da saúde mental englobando todas as fases do tratamento do diagnostico a alta. Conclui-se que o campo da saúde através dos estudos científicos e tratamentos eficazes para a depressão em adolescentes, com ênfase na terapia cognitivo comportamental, têm-se demonstrado eficientes contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos pacientes.

Palavras-chave: Adolescência. Depressão. Depressão na adolescência. Tratamento. TCC.

Abstract

In this work the research addressed the importance of psychology in the treatment of depressed adolescents according to cognitive behavioral therapy, which can bring additional challenges to an already complex phase of development. The general objective of this study was to identify how CBT contributes to the treatment of depression in adolescents. For this, qualitative and descriptive bibliographical research was used in the methodology. As a result of theoretical analysis; observation, studies and reflection made it possible to understand and recognize the fundamental importance of the concepts about adolescence and depression, as well as how this disorder can affect the lives of these young people, considering psychology and its performance according to the understanding of CBT. Think about the relevance of psychology in promoting and protecting mental health, encompassing all phases of treatment from diagnosis to discharge. It is concluded that the health field, through scientific studies and effective treatments for depression in adolescents, with an emphasis on cognitive behavioral therapy, has proven to be efficient, contributing to a better quality of life for patients.

Keywords: Adolescence. Depression. Depression in adolescence. Treatment. TCC.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordou o tema O tratamento de adolescentes com depressão à luz da terapia cognitivo comportamental, que se refere sobre a importância de compreender-se mais segundo o entendimento teórico da abordagem TCC como ela tem contribuído no tratamento desses adolescentes depressivos. Entende-se que a depressão tem um grande impacto na vida do paciente, com significativos comprometimentos nos aspectos sociais emocionais e em outras áreas de funcionamento.

A pesquisa justifica-se pela importância para a sociedade e comunidade acadêmica em demonstrar que as múltiplas mudanças relacionadas a fase da adolescência podem torná-los vulneráveis a diversas condições de saúde mental, dentre elas a depressão. Faz-se, portanto, relevante conhecer mais sobre o transtorno depressivo e como a Teoria cognitivo comportamental tem auxiliado no cuidado desses jovens.

Nesse contexto, indagar sobre a problemática apresentada pode colaborar com uma melhor compreensão sobre a depressão e o seu tratamento em adolescentes, bem como também conhecer mais sobre a contribuição da teoria cognitivos comportamental para o tema. O problema desta pesquisa constituiu em responder: Como a Terapia cognitivo comportamental contribui no tratamento de adolescentes com depressão?

O objetivo principal deste estudo buscou pesquisar por meio da literatura como a TCC contribui para o tratamento da depressão em adolescentes. E possui como objetivos secundários conhecer sobre a depressão em adolescentes e suas possíveis causas e estudar como a TCC ajuda no tratamento da depressão em adolescentes.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O tipo de pesquisa realizado neste trabalho foi uma revisão de Literatura Qualitativa e Descritiva, no qual foi feita uma consulta a artigos científicos, livros, dissertações e sites confiáveis. Na pesquisa realizou-se a leitura dos materiais encontrados nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), todos os artigos selecionados foram em idioma Português. O período dos artigos e livros pesquisados foram de trabalhos publicados nos últimos 17 anos, as palavras utilizadas na busca foram: Período de adolescência, Depressão na adolescência, tratamento da depressão, adolescência e TCC.

2.2 Resultados e Discussão

A origem da palavra adolescência vem do Latim “ADOLESCENTIA”, que significa período da vida humana entre a infância e a fase adulta, é a etapa da vida compreendida entre a infância e a fase adulta, marcada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial. A Organização Mundial de Saúde (OMS) compreende a adolescência à segunda década da vida de 10 a 19 anos e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Esses conceitos comportam desdobramentos, identificando-se adolescentes jovens de 15 a 19 anos e adultos jovens de 20 a 24 anos (Brasil, 2007). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a adolescência, a faixa etária dos 12 até os 18 anos de idade completos, sendo referência, desde 1990, para criação de leis e programas

que asseguram os direitos desta população.

Conforme apresenta Pandini (2019) adolescência deve ser compreendida como uma fase importante e bem definida no decurso de crescimento e desenvolvimento, cujo ápice é a modificação ligada aos aspectos físicos e psíquicos de todo ser humano, estabelecido nas mais diferentes culturas. Na cultura contemporânea, existe o consenso de que os primeiros indícios da maturação sexual, introduzidos pela puberdade, marcam, concretamente, o início da adolescência.

Segundo a publicação Marco Legal Brasil (2007) a puberdade é um parâmetro universal, ocorrendo de maneira semelhante em todos os indivíduos. A adolescência é um fenômeno singular caracterizado por influências socioculturais que vão se concretizando por meio de reformulações constantes de caráter social, sexual e de gênero, ideológico e vocacional.

Ferreira, Farias e Silvares (2010) apontam que ao mesmo tempo em que é proposta a universalidade do estágio da adolescência, observa-se que ela depende de uma inserção histórica e cultural, que determina, consequentemente, as mais variadas formas de viver a adolescência, de acordo com o gênero, o grupo social e a geração. A puberdade é uma norma universal, ocorrendo de maneira similar em todos os indivíduos, a adolescência é um acontecimento peculiar em que cada sujeito vivência esta etapa da vida de modo singular sendo socialmente construída a partir das relações sociais, culturais e econômicas da sociedade.

A depressão é considerada por muitos “O Mal do século” ou “A doença do século”, no entanto, ao avaliar a história desde a antiguidade até os dias de hoje, é possível notar semelhanças entre o que era chamado no passado de “melancolia” e o que se define hoje como depressão. A depressão tem sido há muito estudada, na antiguidade a melancolia foi definida por Hipócrates no século IV a.C. etimologicamente o termo melancolia - significa melan (negro), e cholis (bile) -, também Aretaeus no século II d.C. descreveu os sintomas da melancolia como sendo: tristeza, consternação, perda de sono, emagrecimento e desejo de morte. (BECK; ALFORD, 2011).

A natureza e a etiologia da depressão estão sujeitas a opiniões divididas. Algumas autoridades afirmam que a depressão é um transtorno psicogênico, outras alegam que pode ser causada por fatores orgânicos. Entretanto, sua importância é reconhecida por todos que atuam em áreas de saúde mental (LÓSS et al.,2018)

Como mostra Beck e Alford (2011) a depressão pode ser definida em termos dos seguintes atributos: alteração específica do humor (tristeza, solidão, apatia); autoconceito negativo associando a autorrecriminações e autoacusações; desejos autopunitivos regressivos (esconder-se, fugir, morrer); alterações vegetativas (perda da libido, anorexia, insônia) alteração do nível de atividade (agitação ou retardo psicomotor). A etiologia da depressão na adolescência que se tem conhecimento, opera por diversas causas, discutir a respeito da depressão no adolescente implica citar uma depressão diferente, com causas e efeitos particulares, que exigem um entendimento e uma forma de intervenção especial (MATOS; PONTES, 2019).

Segundo a quinta edição do Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5; APA, 2014), da American Psychiatric Association, a depressão pode se manifestar como episódio depressivo maior (EDM). Nesse caso, os critérios do DSM- 5 especificam que pelo menos cinco dos nove sintomas que se seguem devem estar presentes: humor deprimido, redução do interesse ou prazer em todas ou quase todas as atividades, perda ou ganho de peso, insônia ou hipersonia, agitação ou retardo psicomotor, fadiga ou perda de energia, sentimentos de desvalia ou culpa inapropriados, redução da concentração e

ideias de morte ou de suicídio. Para o diagnóstico, é necessário que os sintomas durem pelo menos duas semanas e que um deles seja, obrigatoriamente, humor deprimido ou perda de interesse ou prazer (APA, 2014).

É fundamental que os terapeutas procurem obter uma compreensão global do funcionamento da criança e/ou adolescente em seus diversos contextos e consigam identificar os aspectos e/ou sintomas que dificultam sua adaptação na rotina diária, assim como o papel que os aspectos cognitivos exercem na etiologia desses problemas e transtornos. Torna-se essencial, por tanto, a realização de uma entrevista completa de anamnese, pois é através desse processo que se obtém uma melhor compreensão de aspectos emocionais, psicossociais quanto mais completa for a anamnese a respeito da criança e do adolescente, melhor será o planejamento e a condução do caso (PUREZA *et al*.,2014). É importante que entendamos o papel primordial da psicologia na orientação que transcende o ambiente clínico, em relação aos estigmas sociais da depressão, para que a ela passe a ser vista e cuidada com melhores olhos, pela população em geral, e pelo próprio doente.

Oliveira *et al*. (2022), dialogam que a relação interpessoal, as relações familiares e a atividade física se configuram como fatores de risco no desenvolvimento da depressão em adolescentes. As autoras enfatizam que as relações interpessoais somatizam um agregado de comportamentos antissociais, autoestima, competência social, vulnerabilidade cognitiva e vínculos afetivos.

Vital (2021) aponta que entre os fatores de risco para a depressão estão a presença de conflito familiar, dúvida quanto à orientação sexual, presença de comorbidades, especialmente doenças crônicas, sexo feminino, imagem corporal ruim, história de abuso, baixa condição socioeconômica, identificação com grupos minoritários, falta de suporte familiar e poucas habilidades sociais. “O mais importante é a presença de depressão em um dos pais, pois sabe-se que a existência de história familiar para depressão aumenta o risco em pelo menos três vezes” (BAHLS; BAHLS, 2002, p.3). A depressão na adolescência não tem uma causa única, o transtorno vem de uma gama de fatores internos e externos. Isso inclui genética, doenças crônicas, ambiente em que vivem e as pessoas ao seu redor. Abuso, violência ou a sua vulnerabilidade podem influenciar também.

Scarpati e Gomes (2020) trazem os conflitos familiares e suas relações, em que existe um maior potencial da mãe como desencadeante de sintomas depressivos nos adolescentes. Ademais, ainda na visão das mesmas autoras é indicado que a pré-disposição genética, condições socioeconômicas, de moradia, O medo do contato social, a preocupação em fazer parte e ser aceito por um determinado grupo, bullying e o *cyberbullying* são elencados como possíveis fatores de risco para o desenvolvimento da depressão.

Na visão de Pandini (2019, p.132) é complicado acreditar que os adolescentes possam apresentar sintomas depressivos, já que geralmente o esperado é que os adolescentes sejam felizes, tenham boas energia para estudar, escolher sua carreira profissional e seguir suas vidas. Posto isto, A adolescência é uma fase de transformação, o período em que se começa a deixar as coisas de infância para trás e a entrar no “mundo adulto”. Essa fase tão típica de mudanças não apenas físicas como emocionais e sociais também, ainda sofre uma certa descredibilização por parte da sociedade, não atoa os adolescentes são comumente chamados de “aborrecentes” e o seu sofrer é mais facilmente confundido com rebeldia. O adolescente se encontra em um meio termo em que não é adulto, entretanto, também não é mais criança essa dualidade pode torná-los inseguros e vulneráveis para o desencadeamento da doença.

A teoria cognitiva-comportamental (TCC) surgiu no fim da década de 1950 e início

da década de 1960, o psiquiatra e psicanalista Aaron Beck identificou que os conceitos da psicanálise necessitavam ser validados experimentalmente, ele decidiu testar o conceito psicanalítico de que a depressão é resultante de hostilidade voltada contra si mesmo. O resultado desse estudo culminou em um novo sistema de psicoterapia que seria chamado de terapia cognitiva (BECK, 2022).

O modelo cognitivo foi construído de acordo com pesquisas conduzidas por Beck para explicar os processos psicológicos na depressão, em uma tentativa de provar a teoria de Freud e da depressão como agressão retrofletida reprimida. Ao contrário de hostilidade e raiva, o estudo sobre os sonhos dos pacientes deprimidos mostrou um "senso de derrota, fracasso e perda" (KNAPP; BECK., 2008, p.56)

Segundo Petersen e Wainer (2011), O modelo da Terapia cognitiva-comportamental (TCC) é descrito como uma abordagem terapêutica diretiva, estruturada, com metas definidas e claras, focaliza no presente é utilizada no tratamento dos mais diferentes transtornos psicológicos. Ainda nas palavras dos autores citados, seu principal objetivo é o de produzir mudanças nos pensamentos e nos sistemas de significados (crenças), evocando transformações emocionais e comportamentais duradoras, e não apenas uma atenuação momentânea dos sintomas.

As técnicas cognitivas mais utilizadas no processo terapêutico de adolescentes são: a psicoeducação, reestruturação cognitiva, registro de pensamentos disfuncionais (RPD), técnicas para identificação de pensamentos, técnica para solução de problemas, técnicas comportamentais, técnicas cognitivas, treino de pais, treino de habilidade social (THS), ativação comportamental, jogos, desenhos, brinquedos e outros.

Carneiro e Dobson (2016), propõem que partindo do pressuposto de que pacientes deprimidos têm uma visão distorcida a respeito de si, do mundo e do futuro, as intervenções focam nas modificações desses pensamentos visando aliviar suas reações emocionais e desenvolver estratégias de enfrentamento. Ademais, é possível asseverar que a TCC é uma ferramenta que desenvolve a confiança e a cooperação, possuindo o paciente papel ativo em seu processo de mudança. Esse processo realiza-se em dois níveis: cognição e aprendizagem (MATOS; OLIVEIRA, 2013).

Nesse contexto, nos últimos anos, fez-se importante investigar os recursos que tem demonstrado como a TCC contribui nas intervenções com adolescentes depressivos. Sobre a atuação da teoria cognitivo-comportamental (TCC) frente ao adolescente deprimido, Petersen e Wainer (2011) declaram que, ela busca fornecer sentido, através de experiências reais, intencionalmente acessando conteúdos, processos e produtos prestando atenção à fala interna, estilos de processamento e preferências de atribuição de sentido, à vista disso, pode-se ajudar o jovem a construir estruturas cognitivas que terão influências benéficas em futuras experiências. Os autores concluíram que a terapia cognitivo comportamental tem demonstrado intervenções positivas no tratamento de adolescentes com depressão, podendo contribuir durante todo o processo desde o diagnostico até a alta, contribuindo para o seu bem-estar e recuperação.

3. CONCLUSÃO

Conforme descrito ao longo deste artigo, evidenciou-se que a terapia cognitivo comportamental é uma intervenção que possui uma base teórica e técnica eficaz no tratamento de depressão em adolescentes. O objetivo deste estudo foi apresentar as contribuições da TCC neste contexto, por meio de uma revisão bibliográfica.

Com base nas evidencias encontradas na literatura o problema de pesquisa foi respondido, apontando para os benefícios da TCC em vários aspectos. Sendo uma abordagem terapêutica estruturada com metas claras e definidas ela ajuda a produzir mudanças nos pensamentos e crenças disfuncionais possibilitando mudanças comportamentais e emocionais efetivas e duradouras.

À vista disso, infere-se o quanto é imprescindível que os jovens acometidos pelo transtorno depressivo busquem ajuda profissional para que compreendam que essa doença é um processo que pode e deve ser tratado. Sabe-se que a adolescência é uma fase cercada de múltiplas mudanças físicas e comportamentais sinalizando a passagem da vida infantil a vida adulta.

Como trabalhos futuros pode-se pesquisar mais profundamente sobre a temática proposta para que se possa compreender mais sobre como a depressão atua em adolescentes, possibilitando o desenvolvimento de mais formas de prevenção e tratamento. Sendo, portanto, importante fomentar a visibilidade dos mais variados contextos e situações vivenciados por esses jovens.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION-APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:DSM-5.5**. ed. Porto Alegre: Editora Artmed,2014

BECK, A.T. ALFORD, A.B. **Depressão: Causas e Tratamento**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre, Artmed, 2011

BAHLS, Saint-Clair; BAHLS, Flávia Rocha Campos. **Depressão na adolescência: características clínicas**. Interação em Psicologia, Curitiba, jun. 2002.ISSN19818076.Disponível em:https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3193/2556.Acesso em: 23 out. 2023.

BECK, Judith S. **Terapia Cognitivo-Comportamental**: teoria e prática. 3°. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. 412 p. ISBN 978-65-5882-025-3.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 10 out. 2023.

CARNEIRO, Adriana Munhoz; KEITH. **Tratamento cognitivo-comportamental para depressão maior: uma revisão narrativa**. Rev. bras.ter. cogn., Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 42-49, jun. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872016000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso: em 06 out. 2023.

FRANÇA, Enmilly Oliveira. *et al*. **Fatores de risco para depressão na adolescência: uma revisão sistemática**. Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria, v. 26, n. 1, 2022. Disponível:https://www.revneuropsiq.com.br/rbnp/article/view/877. Acesso em: 05 out. 2023.

KNAPP, P.; BECK, A. T. **Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva**. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 30, p. s54–s64, out. 2008.

LÓSS, Juliana Sampaio et al. **Terapia cognitiva comportamental frente A teoria de Aaron Beck no tratamento do transtorno depressivo**. Revista Transformar, v. 12, n. 2, p. 184, 2019. Disponível em: http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/201. Acessado em: 02 out. 2023.

Marco legal: saúde, um direito de adolescentes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

MATOS, A. C. S. & OLIVEIRA, I. R. (2013). **Terapia cognitivo-comportamental da depressão: Relato de caso**. Revista de Ciências Médicas e Biológicas, 12(4), 512-519. Recuperado de portalseer.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/9203/6765.

MATOS, Telma Sara; PONTES, Ingrid Mello. **SINTOMAS, FATORES DE RISCO E TRATAMENTOS DA DEPRESSÃO NA FASE DO ADOLESCER**.

PANDINI, Rosa Maria Pacheco. **UMA ANÁLISE SOBRE A DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA**. Inova Saúde, [S. l.], p. 129-141, 3 jul. 2019. DOI https://doi.org/10.18616/inova.v9i1.3585. Disponível em: https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/Inovasaude/article/view/3585. Acesso em: 10 out. 2023.

PETERSEN, Circe Salcides; WAINER, Ricardo. Princípios básicos da terapia cognitivo-comportamental de crianças e adolescentes. **C. Pertersen & R. Wainer, Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes**, p. 16-31, 2011.

PUREZA, Juliana et al. **Fundamentos e aplicações terapia cognitivo comportamental com crianças e adolescentes**. Revista brasileira de psicoterapia, 2014.

SCARPATI, Bruna; GOMES, Karin Martins**. Depressão na adolescência: causas, sintomas e tratamento**. Revista de Iniciação Científica, v. 18, n. 2, p. 16-30, 2020. Disponível em: https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/iniciacaocientifica/article/view/6031. Acessado em: 01 out. 2023.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. DE M. **Adolescência através dos séculos**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 26, n. 2, p. 227–234, abr. 2010.

VITAL, M. G. I. **UM ESTUDO SOBRE A DEPRESSAO E O SUICIDIO EM ADOLESCENTES**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, *[S. l.]*, v. 7, n. 5, p. 422–429, 2021. DOI: 10.51891/rease. v7i5.1203. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1203. Acesso em: 07 out. 2023.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

6

PARCERIA ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E TERAPEUTAS NO SUPORTE DE ALUNOS COM TEA: IMPACTO DA PARCERIA NA MELHORIA DO DESEMPENHO ACADEMICO E SOCIAL DE ALUNOS COM TEA

PARTNERSHIP BETWEEN SCHOOL, FAMILY AND THERAPISTS IN SUPPORTING STUDENTS WITH ASD: IMPACT OF PARTNERSHIP IN IMPROVING THE ACADEMIC AND SOCIAL PERFORMANCE OF STUDENTS WITH ASD

Auriléia Assis Silva Santos

Resumo

Este artigo explora a sinergia entre escolas, famílias e terapeutas no acolhimento a dissentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando o impacto dessa colaboração multidisciplinar no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Através de uma revisão bibliográfica minuciosa, o estudo aborda como a integração de esforços pode contribuir para um espaço mais acolhedor para o aprendizado e o acolhimento de dissentes com TEA. A investigação se debruça sobre as dinâmicas de interação entre as partes envolvidas, identificando práticas eficazes e desafios persistentes nesse processo colaborativo. A análise revela que uma parceria bem estabelecida entre escola, família e terapeutas não apenas facilita a inclusão educacional de dissentes com TEA, mas também promove seu bem-estar e desenvolvimento socioemocional. Este trabalho sublinha a necessidade de estratégias integradas que considerem as peculiaridades individuais dos alunos, enfatizando a relevância de um apoio completo que transcenda os limites convencionais da educação especial. Os resultados apontam para a eficácia de abordagens colaborativas na otimização do potencial de aprendizado e integração social de dissentes com TEA, contribuindo significativamente para a literatura existente e práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Colaboração multidisciplinar, Inclusão educacional, Desenvolvimento acadêmico, Desenvolvimento social.

Abstract

This article explores the synergy between schools, families and therapists in welcoming students with Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting the impact of this multidisciplinary collaboration on students' academic and social development. Through a thorough literature review, the study addresses how the integration of efforts can contribute to a more welcoming space for learning and welcoming people with ASD. The investigation focuses on the dynamics of interaction between the parties involved, identifying effective practices and persistent challenges in this collaborative process. The analysis reveals that a well-established partnership between school, family and therapists not only facilitates the educational inclusion of individuals with ASD, but also promotes their well-being and socio-emotional development. This work highlights the need for integrated strategies that consider students' individual peculiarities, emphasizing the relevance of complete support that transcends the conventional limits of special education. The results point to the effectiveness of collaborative approaches in optimizing the learning and social integration potential of individuals with ASD, contributing significantly to existing literature and inclusive pedagogical practices.

Keywords: Autism Spectrum Disorder, Multidisciplinary collaboration, Educational inclusion, Academic development, Social development.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional representa um desafio muito grande, que se estende além das adaptações físicas ou curriculares tradicionais para abordar complexidades inerentes à comunicação, ao comportamento e à interação social. Essa condição neurológica e de desenvolvimento, que manifesta um espectro variado de saberes e necessidades, demanda uma abordagem educacional que seja tanto inclusiva quanto personalizada. A literatura acadêmica e as diretrizes políticas, historicamente, têm evoluído para reconhecer a relevância de um aprendizado que promova a inclusão social, não apenas como um direito universal, mas como um elemento fundamental para o desenvolvimento completo do indivíduo com TEA.

No cenário brasileiro, a inclusão desses alunos é respaldada por um robusto arcabouço legal, exemplificado pela Constituição Federal de 1988 e pelas Leis nº 10.764 de 2012 e nº 13.146 de 2015, que estabelecem diretrizes para a proteção e a inserção social e educacional dos indivíduos com necessidades especiais. Estas legislações refletem um compromisso com a segurança de direitos e propiciando uma comunidade mais acolhedora e justa, destacando a necessidade de adaptar os ambientes educacionais para auxiliar nas dificuldades destes discentes.

Contudo, a aplicação prática dessas diretrizes enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à efetiva integração de discentes com TEA. A junção entre escolas, famílias e terapeutas é frequentemente apontada como um caminho viável para superar essas barreiras, oferecendo suporte personalizado que pode melhorar significativamente o desempenho acadêmico e as habilidades sociais desses alunos. Estudos como os de Carvalho e Shaw (2021) e Chida e Shaw (2022) destacam a eficácia dessa abordagem colaborativa, evidenciando sua influência positiva na experiência educacional de discentes com TEA.

A implementação efetiva de um aprendizado inclusivo para discentes com TEA exige uma revisão contínua de práticas, estratégias e políticas educacionais. A necessidade de uma formação contínua de educadores, o desenvolvimento de métodos de comunicação eficazes entre todas as partes envolvidas e a adaptação de recursos didáticos para atender às essencialidades únicas desses discentes são aspectos cruciais que justificam a investigação da dinâmica entre escolas, famílias e terapeutas. A análise dessa tríade se mostra fundamental para identificar estratégias que promovam uma inclusão eficaz e um desenvolvimento integral dos discentes com TEA.

Diante do contexto apresentado, a pergunta norteadora da pesquisa foi: Como a colaboração com escola, família e terapeutas impacta o desempenho acadêmico e social de discentes com Transtorno do Espectro Autista no contexto educacional brasileiro?

O objetivo geral da pesquisa foi investigar o impacto da colaboração entre escola, família e terapeutas no desempenho acadêmico e social de indivíduos com TEA. Os objetivos específicos foram: Analisar as políticas públicas brasileiras relativas à inclusão de dissentes com TEA e seu alinhamento com as práticas educacionais; Discorrer sobre estratégias eficazes de diálogo e intervenção utilizadas por escolas, famílias e terapeutas para suportar a inclusão desses alunos; compreender o efeito dessa colaboração tripartite no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com TEA.

Ao abordar esses objetivos, a pesquisa se propõe a contribuir para um melhor entendimento das dinâmicas que facilitam uma inclusão efetiva, oferecendo diretrizes para po-

líticas educacionais, projetos pedagógicos e ações colaborativas que possam maximizar o potencial de dissentes com TEA no sistema educacional brasileiro.

A metodologia adotada para efetuar o presente estudo consistiu em uma revisão bibliográfica, qualitativa e descritiva, focada na análise de literatura científica disponível nas bases de dados SciELO e PePSIC. O período considerado para as publicações foi de 2009 a 2022, abrangendo assim um intervalo temporal significativo para captar as evoluções nas práticas e políticas relacionadas à inclusão de estudantes com TEA no contexto educacional brasileiro. As palavras-chave utilizadas na busca por publicações foram "Transtorno do Espectro Autista", "inclusão educacional", "parceria escola-família-terapeutas" e "desempenho acadêmico e social". Este procedimento metodológico permitiu a compilação e análise de estudos relevantes que discutem as dinâmicas de inclusão de dissentes com TEA, desse modo o papel da colaboração entre escolas, famílias e terapeutas nesse processo (Carvalho; Shaw, 2021). A escolha por uma abordagem qualitativa e descritiva foi motivada pela necessidade de compreender em profundidade as experiências, estratégias e obstáculos vivenciados pelos envolvidos na inclusão educacional de estudantes com TEA, contribuindo para uma análise crítica e abrangente dos dados coletados.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1. Entendendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma situação de desenvolvimento neurológico que se manifesta por através de uma ampla gama de características, impactando principalmente as habilidades de diálogo, sociabilização comportamental. Esta condição, definida por seus espectros de manifestações que variam desde habilidades sociais altamente limitadas até dificuldades sutis na comunicação, requer uma compreensão abrangente e humanizada, tanto em temática de diagnóstico quanto de intervenção (Aranha, 1989). A natureza complexa e multifacetada do TEA desafia os modelos educacionais tradicionais e exige uma reavaliação constante das estratégias pedagógicas implementadas nas escolas.

A literatura científica, incluindo estudos brasileiros e internacionais, reconhece o TEA não somente como um desafio clínico, mas também como uma questão social e educacional, que demanda respostas inclusivas e adaptadas aos déficits próprios de cada discente (Mazzotta, 2009). O reconhecimento no cerne do espectro autista é essencial para o aprimoramento de práticas educacionais eficazes e inclusivas, que valorizem as peculiaridades e potenciais de cada estudante, ao invés de focar exclusivamente nas limitações.

A evolução das políticas públicas no Brasil, especialmente a Lei nº 13.146 de 2015, reflete um movimento em direção à inclusão plena de indivíduos com necessidades especiais, incluindo aquelas com TEA, nos vários aspectos da vida social, especialmente na educação (Brasil, 2015). Esta legislação, junto com a Lei nº 10.764 de 2012, estabelece um marco legal que suporta a junção e garante direitos, reforçando a necessidade de um sistema educacional que se adapte para atender às necessidades de todos os alunos, reconhecendo e respeitando suas singularidades.

No entanto, para que a inclusão de discentes com TEA seja eficaz, é essencial que educadores, terapeutas e famílias tenham um entendimento sólido acerca do transtorno. Isso inclui reconhecer as variações individuais no cerne do espectro e entender como estas podem influenciar as experiências de compreensão e socialização dos alunos (Santos; Silva, 2019). A colaboração entre escolas, famílias e terapeutas, conforme destacado por

Carvalho e Shaw (2021), realiza uma função vital nesse processo, facilitando a formação de ambientes educacionais que respondam de maneira eficaz e que compreende a realidade de estudantes com TEA.

Assim, aprofundar o estudo acerca do TEA não apenas promove uma maior conscientização e compreensão da condição, mas também impulsiona o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitam a pluralidade e promovendo assim o sucesso acadêmico e social de todos os alunos.

2.2 A Família como Primeira Esfera de Apoio

No complexo cenário que envolve o suporte a indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a família se destaca como a primeira esfera de apoio, desempenhando um papel insubstituível no desenvolvimento emocional, social e educacional do indivíduo. A literatura especializada, embasada por estudos como os de Carvalho e Shaw (2021), evidencia a significativa influência que o ambiente familiar exerce sobre o bem-estar e progresso de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Este suporte vai além do cuidado e da proteção, abrangendo a participação ativa na vida educacional e social do indivíduo, uma abordagem corroborada pela legislação brasileira, especialmente pela Lei nº 13.146 de 2015, que reconhece e reforça a importância da família na garantia dos direitos e na inclusão plena de pessoas com deficiência (Brasil, 2015).

O conceito de família como primeira esfera de apoio não apenas ressalta o papel primordial dos familiares no acompanhamento e na defesa dos interesses da criança com TEA, mas também destaca a necessidade de um entendimento profundo e humanizado por parte desses familiares sobre o espectro autista. Este conhecimento é essencial para que se possa advogar eficazmente por adaptações educacionais apropriadas e por um cenário acolhedor que respeite as individualidades de seus filhos (Santos; Silva, 2019). Adicionalmente, a parceria entre os responsáveis e docentes e da saúde, como sugerido por Chida e Shaw (2022), é fundamental para a elaboração de estratégias integradas que promovam o máximo potencial de aprendizado e inclusão social do dissente com TEA.

Esta abordagem integrativa e colaborativa requer uma comunicação eficaz e contínua entre os familiares e os profissionais envolvidos, bem como uma postura aberta e flexível para adaptação das práticas educativas de cunho pedagógico e terapêuticas, visando solucionar as questões específicas de cada aluno. Tal colaboração é evidenciada em trabalhos como o de De Assis e Silva (2022), que destacam a relevância da coesão entre os diversos atores no processo educacional de alunos com TEA, enfatizando que a interação sinérgica entre família, escola e terapeutas é um pilar para o sucesso da inclusão.

Contudo, é imperativo reconhecer os obstáculos vivenciados pelas famílias nesta jornada, incluindo a necessidade de recursos adequados, acesso a informações confiáveis e suporte emocional. O estudo de Santos e Silva (2019) sublinha a complexidade das dinâmicas familiares ao navegar pelo sistema educacional e de saúde em busca de apoio para seus filhos com TEA, ressaltando a necessidade de programas sociais de suporte que enderecem estas questões de maneira completa e humanizada.

2.3 O Papel da Escola na Educação de Alunos com TEA

A escola, como um dos pilares fundamentais na estrutura de auxílio a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), exerce uma função crucial não apenas na educação

formal, mas também no desenvolvimento da sociabilidade desses alunos. A constituição federal, particularmente a Lei nº 13.146 de 2015, determina o direito de incluir, assegurando às pessoas com necessidades especiais, enfatizando a necessidade de um cenário pedagógico que promova a equidade de oportunidades para todos (Brasil, 2015). Este marco legal reflete um compromisso com a formação de espaços educacionais inclusivos, adaptativos e respeitosos às prioridades de cada estudante, reforçando o papel da escola como um agente de transformação social.

No contexto da educação de discentes com TEA, a responsabilidade é assumida perante a escola de implementar práticas pedagógicas que sejam ao mesmo tempo inclusivas e individualizadas. Como destacado por Mazzotta (2009), o presente cenário educacional no Brasil está evoluído no âmbito de reconhecer a diversidade como um valor intrínseco ao processo educativo, o que implica na necessidade de adaptar métodos de ensino, incluindo materiais pedagógicos e estratégias de avaliação para suprir as necessidades dos estudantes com TEA. Esta abordagem não somente respeita as individualidades, mas também promove um campo de aprendizado onde todos os estudantes podem prosperar.

A colaboração entre a comunidade escolar e os responsáveis surge como um elemento essencial neste processo, reforçando a ideia de que a educação de alunos com TEA é uma responsabilidade compartilhada. Estudos como os de Carvalho e Shaw (2021) sublinham a importância dessa parceria, evidenciando que o envolvimento ativo da família na escolaridade do dissente com Transtorno do Espectro Autista contribui significativamente para o sucesso da educação e da sociabilidade do mesmo. Essa sinergia entre escola e família facilita a formulação de um planejamento educacional personalizado, que considera as necessidades, interesses e potenciais individualizados de cada aluno, promovendo assim, uma experiência educacional mais rica e inclusiva.

Desse modo, a sociabilidade efetiva de estudantes com TEA requer que as escolas promovam a formação contínua de seus educadores e profissionais de apoio, como ressaltado por Chida e Shaw (2022). A preparação adequada desses profissionais é essencial para garantir que possam responder às demandas adequadas desses estudantes com TEA, implantando métodos de ensino adaptados e promovendo um cenário escolar acolhedor e estimulante. A capacitação dos educadores também é fundamental para o crescimento e sociabilidade dos discentes com TEA, aspectos que fundamentais quanto sua plena participação e inclusão na comunidade escolar.

Portanto, a escola representa uma função indispensável na educação de estudantes com TEA, não apenas como um local de aprendizado acadêmico, mas como um espaço de sociabilização e desenvolvimento pessoal. Para tanto, é imperativo que as práticas educacionais sejam continuamente revisadas e adaptadas, em estreita colaboração com familiares e profissionais de terapia, garantindo a totalidade dos estudantes com TEA propiciando uma educação esmerada respeitando suas essencialidades e valorize suas capacidades (De Assis; Silva, 2022). Este compromisso com a educação inclusiva e personalizada é essencial para promover o bem-estar e o sucesso acadêmico e social de alunos com TEA, refletindo um modelo de educação que reconhece e celebra a diversidade humana.

A contribuição dos terapeutas na prática educacional e desenvolvimento de discentes com TEA é um componente vital que complementa as intervenções educacionais e familiares. Esses profissionais, incluindo terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, entre outros, desempenham uma função essencial ao fornecer suporte especializado que aborda as essencialidades próprias de cada discente com TEA, facilitando sua inclusão e sucesso tanto no ambiente acadêmico quanto social.

No âmbito da inclusão educacional, conforme estabelecido pela Lei nº 13.146 de 2015

(Brasil, 2015), a integração de serviços terapêuticos na estratégia educacional para discentes com TEA é essencial para garantir a participação educacional de excelência e ao completo compreendimento de suas capacidades. A intervenção terapêutica foca não apenas nas limitações impostas pelo transtorno, mas também nas potencialidades únicas pertencentes a cada discente, promovendo uma abordagem completa que considera o bem-estar físico, emocional e social do aluno.

Os terapeutas contribuem de maneira significativa quanto a evolução da socialização, essenciais para a inclusão plena dos estudantes com TEA no cenário escolar e na sociedade. Como evidenciado por estudos recentes, incluindo Carvalho; Shaw (2021) e Chida; Shaw (2022), a implementação de estratégias terapêuticas individualizadas, em paralelo com práticas pedagógicas inclusivas, potencializa o crescimento intelectual e social dos estudantes com TEA. Esta abordagem colaborativa entre docentes e profissionais da saúde permite a formação de um cenário educativo que respeita as necessidades únicas de cada discente, promovendo uma inclusão efetiva e significativa.

Adicionalmente, a colaboração entre terapeutas e famílias é fundamental quanto ao crescimento integrado de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. A orientação e o suporte fornecidos aos familiares, conforme destacado por De Assis e Silva (2022), empoderam-nos a participar ativamente na evolução educacional e terapêutica de seus filhos, promovendo práticas consistentes em casa e na escola. Esta sinergia entre escola, família e terapeutas cria um círculo de apoio que envolve o estudante com Transtorno do Espectro Autista, assegurando uma abordagem coesa e integrada ao seu desenvolvimento.

A implementação de modelos de parceria entre escola, família e terapeutas é essencial quanto a promoção do conhecimento integral e a sociabilização de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional. Estas parcerias representam uma abordagem colaborativa e multidisciplinar, essencial no que diz respeito ao atendimento das essencialidades complexas e variadas dos estudantes com TEA, conforme destacado na literatura científica e respaldado por legislações específicas, como a Lei nº 13.146 de 2015 (Brasil, 2015), que enfatiza a relevância da sociabilidade e educação dos indivíduos com necessidade especial.

Modelos de parceria eficazes são caracterizados pela comunicação constante, pelo respeito mútuo e pela colaboração entre os envolvidos, objetivando a criação de um cenário educativo adaptativo e inclusivo. Carvalho e Shaw (2021), ilustram a relevância dessas parcerias na melhoria do desempenho acadêmico e social de discentes com TEA, evidenciando como a colaboração entre diferentes atores pode resultar em intervenções educacionais mais efetivas e personalizadas.

Um aspecto central desses modelos de parceria é a formação de equipes multidisciplinares, incluindo educadores, terapeutas e familiares, que trabalham juntos no planejamento e na implementação de estratégias pedagógicas e terapêuticas. A abordagem integrada, sugerida por Chida e Shaw (2022), enfatiza a relevância em compartilhar conhecimentos e experiências entre os profissionais, permitindo a elaboração de planos educacionais individualizados que considerem as essencialidades próprias de cada indivíduo com TEA.

Além disso, o auxílio efetivo das famílias na evolução educacional é reconhecido como um pilar fundamental para o sucesso das intervenções. Conforme indicado por De Assis e Silva (2022), o envolvimento familiar não apenas auxilia o suporte emocional e social ao discente com TEA, mas também promove uma maior consistência entre as práticas educacionais e terapêuticas aplicadas na escola e em casa. Este envolvimento ativo facilita a adaptação dos alunos ao cenário escolar e contribui para o crescimento de habilidades

sociais e acadêmicas.

A parceria efetiva entre escola, família e terapeutas é fundamental no auxílio e crescimento intelectual de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), exercendo significativamente o impacto tanto no desempenho acadêmico quanto no desenvolvimento social destes alunos. A constituição federal, por meio da Lei nº 13.146 de 2015 (Brasil, 2015), estabelece um marco legal para a interação, à educação educacional, à sociabilidade de indivíduos com necessidades especiais, ressaltando a relevância da criação de estratégias integradas que promovam uma educação acessível e de excelência.

O envolvimento ativo e a colaboração com diferentes atores envolvidos no processo educacional contribuem para a formulação de estratégias pedagógicas adaptadas às essencialidades únicas de cada estudante com TEA, como destacado por Carvalho e Shaw (2021). Esta abordagem personalizada não apenas facilita a aprendizagem e a aquisição de conhecimento, mas também propicia a inclusão social, permitindo que os discentes com Transtorno do Espectro Autista participem de maneira mais plena e significativa nas práticas educacionais e sociais.

Desse modo, o auxílio da família é fundamental para o sucesso dessa parceria. Conforme indicado por Chida e Shaw (2022), o suporte familiar contínuo e a comunicação efetiva entre os responsáveis e os professores e terapeutas são essenciais para reforçar as intervenções realizadas na escola, proporcionando um cenário de auxílio consistente que favorece o desenvolvimento social e acadêmico do aluno. A integração das práticas educacionais e terapêuticas entre o ambiente escolar e o doméstico cria uma rede de suporte coesa que potencializa os progressos alcançados.

A contribuição dos terapeutas, entretanto, oferece um suporte especializado que aborda aspectos específicos do desenvolvimento dos discentes com Transtorno do Espectro Autista, como habilidades de diálogo, sociabilização e comportamentos. A intervenção terapêutica direcionada, em colaboração com as práticas educacionais implementadas pela escola, desenvolve uma função essencial na superação de barreiras à aprendizagem e na promoção da autonomia e inclusão social dos alunos (De Assis; Silva, 2022).

Estudos como os de Santos e Silva (2019), destacam que a participação efetiva entre escola, família e terapeutas contribui significativamente para a melhoria do bem-estar e qualidade de vida dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, além de facilitar o crescimento essenciais para a vida cotidiana e acadêmica. Esta parceria integrada promove um cenário educativo de inclusão com valorização da diversidade e reconhecimento da relevância do atendimento às essencialidades únicas de cada estudante.

A trajetória da pesquisa quanto a inserção de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional brasileiro, apesar dos progressos significativos observados, ainda revela lacunas importantes e direciona o campo para futuras investigações. A constituição federal, como a Lei nº 13.146 de 2015 (Brasil, 2015), estabelece um marco robusto no que diz respeito a promover a inclusão; contudo, a aplicação prática dessas diretrizes nas escolas ainda enfrenta desafios significativos, sublinhando a necessidade de pesquisas que abordem as barreiras à implementação efetiva de políticas inclusivas.

Um dos principais desafios identificados na literatura refere-se à formação e capacitação de docentes quanto ao atendimento às essencialidades únicas de estudantes com TEA. Estudos como os de Mazzotta (2009), enfatizam a evolução das políticas públicas e práticas escolares brasileiras, mas apontam para a necessidade de uma formação docente mais abrangente e específica que contemple as demandas complexas dos discentes com TEA. A lacuna existente na preparação de educadores sugere uma área crítica para futuras pesquisas, focadas em desenvolver e avaliar programas de formação continuada que equi-

pem os professores com estratégias eficazes de ensino inclusivo.

Além disso, a colaboração entre escola, família e terapeutas, embora reconhecida como essencial para o sucesso da educação e da sociabilização de discentes com Transtorno do Espectro Autista (Carvalho; Shaw, 2021; Chida; Shaw, 2022), ainda carece de modelos de parceria claramente definidos e de estratégias de implementação baseadas em evidências. A necessidade de estudos que explorem formas eficazes de fortalecer essa parceria tridimensional indica uma direção importante para pesquisas futuras, objetivando a identificação de práticas colaborativas que promovam uma inclusão genuína e efetiva.

Outra lacuna significativa na pesquisa atual refere-se ao impacto de intervenções específicas no desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com TEA. Embora alguns estudos tenham examinado o papel das intervenções educacionais e terapêuticas (De Assis; Silva, 2022), há uma escassez de pesquisas longitudinais que acompanhem os estudantes no decorrer do tempo para avaliar os efeitos a longo prazo dessas intervenções. Investigar a sustentabilidade e o impacto duradouro das práticas inclusivas oferece uma valiosa direção para futuros estudos, contribuindo para a formação de estratégias mais eficientes e duradouras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo explorou as dinâmicas complexas e multifacetadas da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional brasileiro, com foco específico na importância das parcerias entre escola, família e terapeutas. Através da revisão da legislação relevante, como a Lei nº 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015), e da análise de estudos acadêmicos, identificamos os desafios, as estratégias e os impactos dessas colaborações no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA.

A constituição federal estabelece um marco sólido para a educação e sociabilização e principalmente a inclusão de indivíduos com necessidades especiais, enfatizando a necessidade de um sistema educacional e adaptativo. No entanto, a implementação efetiva dessas diretrizes enfrenta obstáculos práticos, incluindo a necessidade de formação específica para educadores, o desenvolvimento de modelos colaborativos entre escolas, famílias e terapeutas, e a avaliação do impacto das intervenções educacionais e terapêuticas.

A colaboração entre escola, família e terapeutas emergiu como um fator crítico para o sucesso da inclusão de discentes com TEA, sugerindo que a sinergia entre esses atores pode superar barreiras e promover um ambiente educacional mais acolhedor e eficaz. Essa parceria não apenas facilita a criação de estratégias pedagógicas adaptadas e intervenções terapêuticas direcionadas, mas também fortalece o apoio afetivo e social aos alunos, contribuindo significativamente para seu desenvolvimento acadêmico e social.

Diante das lacunas identificadas na pesquisa, como a essencialidade de formação contínua de professores, o crescimento de modelos de parceria eficazes e a avaliação de longo prazo das intervenções, fica claro que o caminho para uma inclusão plena de estudantes com TEA requer um esforço conjunto e contínuo. A voz dos próprios discentes, além disso, deve ser incorporada nas pesquisas futuras para assegurar que as estratégias de inclusão reflitam suas necessidades e perspectivas.

Conclui-se, portanto, que a inclusão efetiva de estudantes com TEA no sistema educacional brasileiro é um objetivo alcançável, que demanda a colaboração ativa entre escolas, famílias e terapeutas. A pesquisa futura deve continuar explorando estratégias inovadoras e baseadas em evidências para superar os desafios existentes, com o intuito de promover

um ambiente educacional inclusivo que respeite as necessidades individuais e potencialize o crescimento de todos os alunos. Este compromisso com a inclusão social reflete não apenas um imperativo legal, mas um princípio ético de valorização da diversidade e promoção da equidade de futuro para todos.

Referências

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12764-27-dezembro-2012-774838-norma-pl.html. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

CARVALHO, S. da S.; SHAW, G. S. L. **Relação entre família, escola e especialistas no processo de inclusão escolar de crianças autistas no município de Campo Formoso/BA.** Cenas Educacionais, Caetité - Bahia - Brasil, v.4, n.e11868, p.1-21, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18030/1/TCC%20J%c3%a9ssica%20%28ok%29.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

CHIDA, T. H. L.; SHAW, G. S. L. **Família, escola e especialistas: o tripé que contribui para o desenvolvimento da criança autista**. Horizontes, [S. l.], v. 40, n. 1, p. e022057, 2022. DOI: 10.24933/horizontes.v40i1.1393. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1393. Acesso em: 15 mar. 2024.

DE ASSIS, S. L.; SILVA, D. P. C. **A importância da escola e da família na inclusão da criança com transtorno do espectro autista (TEA).** 2022. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/items/50d19fcc-e6b6-418a--bc7e-6a9e7f4d0596. Acesso em: 15 mar. 2024.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOREIRA, B. A. C. **Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) na escola regular**. Goiânia, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32406/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20Mestrado_Hanna%20Moitinho%20Freire%20Queiroz%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

PEDROSA, D. H. A.; SANTIAGO, D. M. G.; SILVA, L. M. da. **O transtorno do espectro autista (TEA) e a inclusão escolar.** Disponível em: http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_66.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

SANTOS, J. F. dos. **Autismo e suas interfaces: uma reflexão sobre o cuidado da família e a proteção social destinada à pessoa com transtorno do espectro autista - TEA.** Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Serviço Social, João Pessoa - PB, 2020. Disponível em: https://downloads.editoracientifica.org/articles/210906239.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

SANTOS, S. J.; SILVA, M. S. da. **Atuação do psicólogo escolar na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista**. Fortaleza-ce, Edição 167, v.1, Ano 2019.

SHAW, G. S. L. Contribuições de mães, escolas e especialistas no processo de desenvolvimento de três crianças autistas em região do semiárido baiano. **Ensino, Saude e Ambiente,** v. 14, n. 2, p. 748-764, 27 fev. 2022.

SILVA, A. L. G.; PEDRO, K. M. **As contribuições da terapia ocupacional no processo de inclusão escolar: um olhar para as crianças com transtorno do espectro autista.** UNISAGRADO, 2020. DOI: 10.37885/210906239. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6099/1/ML%20Monografia%20Beatriz%20Alves%20Campos%20Moreira%20%281%29.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

SILVA, H. M. F. Q. da. **Inclusão de uma criança com transtorno do espectro autista (TEA) na escola regular: interlocução entre a escola e a clínica.** Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Salvador – BA, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/items/50d19fcc-e6b6-418a-bc7e-6a9e7f4d0596. Acesso em: 15 mar. 2024.

SOUZA, A. C. Gustavo Capanema: presença e onipresença na educação brasileira. **Revista Eletrônica Saberes da Educação,** v. 5, p. 1-12, 2014.

TARGINO, M. das G. **Comunicação científica: uma revisão dos seus conceitos básicos**. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_33e67453a4_0013710.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Rev. bras. Estud. pedagog, v.** 95, n. 239, p. 139-151, 2014.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

7

IMPACTOS DA DESESTRUTURAÇÃO FAMILIAR NA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

IMPACTOS OF FAMILY DISRUPTION ON CHILD LEARNING AND DEVELOPMENT

Hokssana Cristina das Chagas Costas
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

Este presente estudo trouxe como objetivo geral demonstrar o impacto da família na educação e amadurecimento infantil. Com esse propósito, foi elaborado levando em conta os objetivos específicos, que procuraram discorrer sobre os princípios básicos do desenvolvimento infantil e a aprendizagem, descrever acerca das influências da família nesse âmbito, e relatar a respeito da atuação da psicologia para favorecer a evolução da aprendizagem entendendo a importância do núcleo familiar. Portanto, o problema buscou apontaras respostas para o questionamento, sobre de que forma a família pode impactar no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Foi empregada a pesquisa bibliográfica, através de um estudo de cunho descritivo e caráter qualitativo, a começar de 2003 até 2023. Tornou-se viável abonar que a vulnerabilidade social e a violência, contribuem para o desinteresse do indivíduo em aprender. Sendo assim, foi constatado que a desestruturação familiar em todas as esferas, torna-se prejudicial para o desenvolvimento da criança, sucedendo em prejuízos nas funções cognitivas. Como resultado, o indivíduo sofre com o baixo rendimento acadêmico.

Palavras-chave: vulnerabilidades sociais, psicólogo escolar, violência, criança, família.

Abstract

This present study had the general objective of demonstrating the impact of the family on education and child maturation. For this purpose, it was prepared taking into account account the specific objectives, which sought to discuss the basic principles of child development and learning, describe the influences of family in this context, and report on the role of psychology to promote evolution of learning, understanding the importance of the family nucleus. Therefore, the problem sought to point out the answers to the question, about how the family can impact the child's learning and development process. He was bibliographical research was used, through a study of a descriptive and qualitative character, starting from 2003 until 2023. It became viable to guarantee that the social vulnerability and violence, contribute to the individual's lack of interest in learn. Therefore, it was found that family disruption in all spheres, becomes harmful to the child's development, resulting in impairments in cognitive functions. As a result, the individual suffers from low academic performance.

Keywords: social vulnerabilities, school psychologist, violence, child, family.

1. INTRODUÇÃO

Considera-se que a desestruturação familiar possui um enorme impacto no desenvolvimento infantil e aprendizagem. Uma vez que, a criança que convive em um ambiente desestruturado, sofre mudanças negativas em seu comportamento e consequentemente prejudica o desempenho escolar. Levando em conta que a desestruturação familiar e os impactos na aprendizagem e desenvolvimento infantil são temas que estão interligados, a justificativa que foi considerada, surgiu mediante da necessidade de refletir a respeito dos sentimentos das crianças quando referente as suas famílias, e tendo em mente o quanto a família disfuncional afeta a vida emocional e social do sujeito.

Partindo do ponto de vista que, tal questão é capaz de resultar em diversos prejuízos, incluindo o comprometimento do psicológico de quem convive com esses membros familiares. Desse modo, a proposta desse estudo traz um entendimento sobre essa temática, visando a compreensão da família em relação aos seus filhos. Além de ser fundamental para um maior conhecimento voltado para a comunidade e para auxílio a todos os acadêmicos em outros trabalhos.

A respeito do objetivo geral, foi definido o propósito de demonstrar o quanto o núcleo familiar afeta na educação e no amadurecimento infantil. No que se refere aos objetivos específicos, foram encarregados de orientar o progresso do artigo. O primeiro consistiu em um breve histórico sobre o desenvolvimento e aprendizagem. O segundo tratou-se sobre as influências que a família possui sobre a criança em sua formação de caráter. Visto que, é a partir desse relacionamento que o indivíduo tem o primeiro contato com outras pessoas desenvolvendo sentimentos de empatia e solidariedade. O terceiro menciona sobre a atuação da psicologia para buscar favorecer o processo de aprendizagem, percebendo a importância da família. Já que, nessa fase a criança necessita de mais acolhimento e estimulação dessa união. Dado que a interação de pais na vida escolar dos filhos está ligada ao bom desempenho escolar.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A pesquisa tratou-se de uma revisão bibliográfica, um método de reunir, analisar e descrever publicações científicas em um campo específico do conhecimento. O estudo abordou um gênio descritivo com abordagem qualitativa, e incluiu fontes secundárias, visto que foi desenvolvido por meio de ideias de autores que discutem o assunto, através de livros do período de 2001 a 2015. Os arquivos em pdf, artigos científicos que foram utilizados, advêm das consecutivas bases de dados: “Google acadêmico”, “Scientific Electronic Library (Scielo) ” e “Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) ” os critérios para a seleção, foram aqueles publicados nos 20 anos anteriores, ou seja, publicados entre 2003 e 2023. As palavras chaves empregadas na pesquisa foram: Desenvolvimento infantil, vulnerabilidades sociais, aprendizagem, psicólogo escolar e família. No que se refere ao critério de inserção, estão os textos científicos, livros e materiais dos dos autores, publicados nos últimos 18 anos e com relacionados com os descritores da pesquisa. Os critérios de exclusão são os textos científicos publicados e que não atendam aos critérios de inclusão.

2.1 Resultados e discussões

2.1.1 O desenvolvimento e aprendizagem

Os primeiros anos da criança assumiram diferentes conotações no imaginário humano, de acordo com Rita de Cássia Luiz da Rocha (2002) do século XII ao XVII, a criança seria vista como substituível, como sendo produtiva com um propósito para a sociedade, pois aos sete anos de idade já estaria integrada à vida adulta e tornar-se útil na economia doméstica realizando tarefas, imitando seus pais e mães, e acompanhando-as em seus trabalhos, cumprindo seu papel no coletivo. Percebe - se que a criança tinha uma breve infância, aos sete anos ela já era considerada uma pessoa capaz de participar da sociedade.

Com base em Diane E. Papalia, Sally Wendkos Olds e Ruth Duskin Feldman (2006), no final do século XIX, ocorreu a evolução do estudo científico do desenvolvimento infantil, como resultado, as crianças puderam passar mais tempo estudando por causa das leis que os protegiam de longos dias de trabalho, e pais e professores estavam mais preocupados em identificar e atender às necessidades de desenvolvimento das crianças. Dessa forma, entende-se que o estudo do desenvolvimento é um ramo da psicologia que não foi reconhecido como uma ciência até o final do século XIX, dando-nos a chance de ver as crianças de novas perspectivas e reconhecer os vários estágios de desenvolvimento pelos quais elas passam.

Conforme apresenta Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado e Maria de Lourdes Trassi Teixeira (2001), existem maneiras de perceber, entender e se comportar em relação ao mundo que são únicas para cada estágio de desenvolvimento, de acordo com os estudos e pesquisas de Piaget. Desse modo, a criança desenvolve estruturas psicológicas. Essas estruturas conhecidas como esquemas, são normas comportamentais organizadas que uma pessoa usa para pensar e agir em determinadas situações (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006). No decorrer do desenvolvimento infantil, esses esquemas são organizados de maneiras diferentes, destacando as individualidades de cada um, visando o processo subjetivo. Piaget usou o termo adaptação para descrever como as crianças lidam com novas informações que parecem entrar em conflito com o que já sabem (FELDMAN; OLDS; PAPALIA, 2006). Para Piaget a aprendizagem é caracterizada por um duplo estágio da adaptação constituída por: assimilação e acomodação.

Com base em Angela Maria Brasil Biaggio (2015), assimilação refere-se ao processo no qual o objeto, passa por transformação e se torna parte do organismo. Esse processo permite a criança buscar adaptar esses novos estímulos às estruturas cognitivas que já possui, não exige um grande ajustamento ou mudança. Dessa forma, a assimilação é a facilidade de compreensão de algo, quando já é familiar para o indivíduo.

O termo acomodação refere-se às mudanças que um organismo faz em suas estruturas internas para que possa lidar com estímulos ambientais (BIGGIO, 2015). Esse estágio é mais complexo, visto que ideias antigas são modificadas ou substituídas por novas informações, uma mudança nas estruturas cognitivas, para se adaptar aos novos elementos oriundos do meio, resultando na criação de um novo modelo.

Feldman, Olds e Papalia, (2006) menciona que o equilíbrio, que se refere a um esforço contínuo para manter um equilíbrio e determina a mudança da assimilação para a acomodação. O indivíduo possui a curiosidade de compreender as novidades, um mecanismo de defesa é a negação, isto é, o sujeito sente-se incomodado com as novas informações, logo costuma ignorar o conflito. Outro comportamento é buscar compreender a novidade. Para Piaget as pessoas possuem a necessidade de aprender para poder se manter em equilíbrio, dessa forma, as pessoas se sentem melhor quando entendem o mundo que as cercam.

2.1.2 As influências da família

Para Maria Livanete Soares e Ronaldo Bernardo Junior (2018). As relações do núcleo familiar influenciam diretamente sobre os seres humanos, visto que, é a partir delas que as crianças tendem a se tornar mais empáticas e de mente aberta. De acordo com Simone da Silva Braga, Beatriz Judith Lima Scoz e Maria Luiza Puglisi Munhoz (2007), isso significa que, com base em suas interações, ela será capaz de reconstruir suas próprias experiências usando seus sentimentos e cognição, a fim de se beneficiar plenamente do conhecimento que ganhará com esses relacionamentos. Desse modo, percebe - se que o ambiente familiar precisa ser saudável para que a criança possa se desenvolver da melhor maneira.

Dessa forma, a família tem um impacto significativo na decisão de um aluno, se continuará ou não sua educação. Muitas vezes, as severas condições sociais e econômicas que muitas famílias enfrentam fazem com que a criança se sinta desinteressada em aprender (SOARES; JUNIOR, 2018). Apoiando esse ponto de vista, Emília Danielle França Simões (2020), afirma que as famílias nas quais as crianças foram expostas a situações violentas, abuso verbal, falta de zelo dos pais e conflitos frequentes, podem ser a causa dos traumas que terá um impacto na forma como essas pessoas socializam, se desenvolvem e se comportam na escola.

De acordo com Andrea Rapoport e Sabrina Boeira da Silva (2013), é crucial estar em um ambiente que incentive a aprendizagem, usando adultos capazes e dispostos a maximizar o potencial dessas crianças como ponto de partida. Infelizmente não é isso que acontece, visto que Simões (2020), menciona que uma parte significativa das escolas com preocupações com o desempenho dos alunos está localizada em bairros pobres e vulneráveis. Geralmente famílias em situações de vulnerabilidade social, não tem a possibilidade de dispor as ferramentas necessárias para uma educação adequada.

Para Mariane Lemos Carara (2016), crianças socialmente vulneráveis são aquelas que experimentam negativamente os efeitos das desigualdades sociais, que vão desde a exclusão social e a pobreza até a falta de acesso à educação, emprego, cuidados de saúde, recreação e cultura. Percebe - se que a vulnerabilidade social afeta diretamente no desenvolvimento e aprendizagem do indivíduo, resultando em um comportamento ilegal.

Quando as crianças são adotadas de famílias que experimentam vulnerabilidade social, elas geralmente exibem um comportamento na escola semelhante ao que exibem em casa (CARARA, 2016). Fabiane Klazura Rosas e Maria Inês Gonçalves Dias Cionek (2006), menciona que se torna necessário discutir e analisar os efeitos da violência doméstica contra as crianças no desenvolvimento e na aprendizagem, a fim de entender melhor esse elemento, pois esta é uma das situações mais degradantes e opressivas, pois tem um impacto negativo significativo tanto no indivíduo quanto na dinâmica familiar. Dessa forma, A violência doméstica contra a criança, se torna prejudicial para o seu comportamento no ambiente escolar.

O currículo escolar é impactado de maneiras diversas pela violência doméstica contra crianças. De acordo com Branca Jurema Ponce e Juliana Fonseca o Neri (2015), O desenvolvimento educacional de crianças enfrentando violência intrafamiliar é altamente impactado por conta da persistente sensação de insegurança, mal-estar físico e perturbações psicológicas provenientes dos diversos tipos de violência aos qual eles são expostos. Em razão disso, a exposição das crianças ao estresse tóxico causado pelo ambiente violento é perigosa para a saúde mental, podem desenvolver transtornos mentais e prejuízos na inteligência, memória e funções executivas.

Na visão dos autores Daniel Ignacio da Silva, Mariluci Alves Maftum Verônica de Aze-

vedo Mazza (2014), as adversidades das crianças com as relações afetivas na família e a falta de vínculos com os cuidadores podem levar a um comprometimento notável nas habilidades cognitivas e emocionais. Dessa forma, a exibição constante e desde cedo a maus-tratos e a emoções negativas tende a tornar as crianças mais sensíveis a perceber possíveis ameaças no ambiente. Crianças que sofrem maus-tratos tem mais dificuldade de reconhecer emoções nos outros e de regular seus próprios sentimentos. Ponce e Neri (2015) relatam que a colaboração da escola ocorre quando os temas são discutidos com os educadores, seus familiares e toda a comunidade, que devem ser importantes para que atuem e intervenham no mundo para mudar uma realidade opressiva, como é o caso da violência contra a criança.

2.1.3 Psicologia, família e escola

A psicologia na escola busca atuar de forma abrangente e interdisciplinar no ambiente escolar. Executando um papel crucial na promoção da saúde mental, no apoio emocional dos alunos, na prevenção de problemas psicológicos, na resolução de conflitos interpessoais e na formação de parcerias com pais e professores. O psicólogo escolar busca identificar fatores psicológicos que podem estar impedindo o aprendizado ou causando um comportamento inadequado da criança. Com base em Adriana Marcondes Machado et al. (2010), esses fatores provavelmente estão intimamente ligados a um relacionamento familiar que é inadequado ou insuficiente para o desenvolvimento saudável da criança e é permeado por carências afetivas, nutricionais e cognitivas. Em virtude de que a família tem um papel significativo na educação, saúde, segurança, na criação de valores, que quando praticados em um ambiente familiar, contribuem consideravelmente para cada etapa do desenvolvimento e desempenho escolar.

De acordo com Keisiane Leontina da Costa Santos (2020), a relação entre a família e a escola é essencial para o desenvolvimento da criança de muitas maneiras, pois a escola será capaz de lidar com a criança se algum problema estiver presente em casa e afetar negativamente seu desempenho em sala de aula. Essa união traz benefícios para a criança, em função de uma diminuição de faltas e repetência. Conforme Luiza Elena Leite Ribeiro do Valle (2003), é fundamental que o psicólogo escolar esteja familiarizado com a questão, a respeito das influências da família, no que se refere ao desempenho escolar da criança, a fim de determinar as intervenções casa-escola para inserir o aluno nas relações éticas e morais que abrangem a comunidade que as cercam. Deste pressuposto advém a importância da atuação da psicologia, identificando as necessidades das crianças sobre a temática da relação família e escola.

O psicólogo escolar tem a Importante função de oferecer acolhimento aos alunos, criando um espaço seguro para expressar suas emoções e desafios pessoais, por meio da escuta ativa e do cuidado. Paula Costa de Andrada *et al*. (2019) relatam que uma das principais ações do psicólogo escolar é exercer o papel de apoiador e facilitador do processo reflexivo, onde é buscada compreender as necessidades dos participantes, acolher suas demandas, atuando na resolução de problemas cotidianos e, além de incluir estes momentos de diálogo e trocas na rotina da escola. Essa tarefa permite abrir espaço para compreensão e organização de pensamentos, designando relações entre percepções diferentes que podem ajudar o estudante a encontrar novas oportunidades para sair de situação de conflito.

Conforme Albertina Mitjáns Martinez (2010) Uma das tarefas tradicionais do psicólogo tem sido fornecer orientação aos alunos e pais sobre dificuldades acadêmicas e outros assuntos de interesse para o desenvolvimento do aluno. O objetivo principal da orientação

de alunos e responsáveis é a promoção do bem-estar emocional. Esse trabalho é essencial, visto que, oferece assistência aos aspectos emocionais dos alunos que estão enfrentando desafios acadêmicos, colaborando ativamente para o desenvolvimento saudável dos alunos. Além de capacitar os pais no auxílio aos seus filhos, ofertando apoio, confiança e segurança para a criança com o objetivo de desenvolver suas habilidades.

Um psicólogo pode estruturar o trabalho que fornece orientação a alunos e pais em um ambiente individualizado ou grupal, prestando atenção ao desenvolvimento holístico dos alunos (MARTINEZ 2010). A orientação buscar auxiliar a família sobre as questões do desenvolvimento infantil, destacando a importância da família se fazer presente em cada fase, participando das reuniões, a fim de debater estratégias de suporte emocional e acadêmico, acompanhar o comportamento da criança e obter conhecimento das suas adversidades. Da mesma forma, a orientação de forma individual, pretende realizar uma psicoeducação com os pais sobre as questões que a criança está vivenciando.

Segundo Tatiana Vokoy e Regina Lúcia Sucupira Pedroza (2005), O objetivo do psicólogo escolar deve ser incentivar os professores a assumir um papel cada vez mais ativo no processo educacional. A contribuição dos professores nesse processo educativo é fundamental. A psicologia atua na orientação com esses profissionais, ofertando a capacidade de conhecer estratégias, de intervir com a criança que apresenta dificuldades de aprendizagem, da mesma forma, o psicólogo pode trabalhar com os professores implementando programas e estratégias para prevenir casos de bullying, educação sexual, conflitos interpessoais e e outros assuntos que podem prejudicar o desempenho escolar da criança. Educando os estudantes sobre a relevância do respeito mútuo, da empatia e da tolerância. Promovendo um ambiente escolar seguro e acolhedor.

A psicologia escolar procura realizar intervenções em grupo, buscando promover a saúde mental dos alunos e oferecendo suporte em momentos de vulnerabilidade emocional. Para Valle (2003), quanto mais cedo o psicólogo escolar realizar intervenções com as crianças maior as chances de diminuir a duração e intensidade dos problemas, visto que, crianças mais novas, possuem uma maior flexibilidade psicológica, o que possibilita prever resultados mais positivos.

3. CONCLUSÃO

O presente artigo abordou o tema impactos da desestruturação familiar na aprendizagem e desenvolvimento infantil. Destaca-se a importância do tema escolhido, em consideração ao ponto de vista da incessante ocorrência e demanda de uma conscientização correspondente a tal questão. O problema foi elucidado, no decorrer de todo o estudo, pois foi evidenciado que a família disfuncional, é capaz de resultar em diversos prejuízos, na vida emocional e no convívio social da criança.

Desse modo, objetivo geral da pesquisa de demonstrar o impacto do núcleo familiar na educação e amadurecimento infantil, também foi abordado ao longo do trabalho. O primeiro objetivo buscou discorrer sobre os princípios básicos do desenvolvimento infantil e aprendizagem. Descrevendo os primeiros anos da criança no ponto de vista do imaginário humano, que a criança já era considerada uma pessoa capaz de participar da sociedade, resultando em uma breve infância. Afirmando que através da evolução de estudos científicos a respeito desse assunto, as crianças puderam passar mais tempo estudando por causa das leis que os protegiam de longos dias de trabalho.

No que se refere ao segundo objetivo, que procurou descrever acerca das influên-

cias da família na aprendizagem e no desenvolvimento infantil, é possível observar que a família pode influir no comprometimento psicológico da criança em diversos fatores. Sendo assim, percebe- se que crianças que crianças que vivem em vulnerabilidade social, sofre modificações negativas em seu comportamento, em consequência dos efeitos das desigualdades sociais. Do mesmo modo que o currículo escolar também é impactado de maneiras diversas pela violência doméstica contra crianças, ocasionando em prejuízos na inteligência, memória e funções cognitivas.

o terceiro objetivo visou relatar sobre a atuação da psicologia para favorecer o processo de aprendizagem entendendo a importância do núcleo familiar. Por meio deste, pôde-se perceber que a psicologia na escola, busca exercer um papel crucial na promoção da saúde mental, no apoio emocional dos alunos e na formação de parcerias com pais e professores. Percebendo a relevância da relação da relação entre a família e a escola para o desenvolvimento da criança, resultando em diminuição de faltas e repetência, adquirindo um bom histórico escolar. Diante disso, é possível certificar que os objetivos específicos dessa pesquisa foram atingidos.

Considerando as limitações deste estudo bibliográfico, tornar-se indispensável a realização de novos estudos referentes ao tema, que possam trazer contribuições de estratégias para a psicologia na escola, quanto a este cenário. Tal como, destacar a importância de novas pesquisas, para levantamento de novos dados, com o objetivo de uma maior conscientização dos malefícios que a desestruturação familiar pode ocasionar na criança.

Referências

ANDRADA, Paula Costa de et al. Atuação de Psicólogas(os) na Escola: Enfrentando Desafios na Proposição de Práticas Críticas. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2019, v. 39 [Acessado 1 Abril 2024], e1877342. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003187342>. Epub 20 Dez 2019. ISSN 1982-3703. https://doi.org/10.1590/1982-3703003187342.BIAGGIO, Angela Maria Brasil. **Psicologia do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRAGA, Simone da Silva; SCOZ, Beatriz Judith Lima; MUNHOZ, Maria Luiza Puglisi. **Problemas de aprendizagem e suas relações com a família.** Rev. psicopedag., São Paulo , v. 24, n. 74, p. 149-159, 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103=84862007000200006-&lng=pt&nrm-iso>. acesso em 21 março 2023.

CARARA, M. L. Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar. Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação e Direitos Humanos) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, 2016. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-con-tent/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf. Acesso em: 27 março 2023.

FELDMAN, Ruth Duskin; OLDS Sally Wendkos; PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

https://www.eumed.net/rev/atlante/2018/09/desestrutura-familiar Acesso em 18 março 2023.

MACHADO, Adriana Marcondes. *et al.* **Psicologia Escolar:** em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MARTINEZ, A. M. **O que pode fazer o psicólogo na escola?** 2010. Disponível em: <www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1634/1298>. Acesso em: 12 maio 2023.

PONCE, Branca Jurema; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. O currículo escolar em busca da justiça social: a violência doméstica contra a criança e o adolescente. E-Curriculum, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 337-339, 30 jun. 2015. Semanal. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt BR&as_sdt=0%2C5&q=O+CURR%C3%8DCULO+ESCOLAR+EM+BUSCA+DA+JUSTI%C3%87A+SOCIAL%3A+A+VIOL%C3%8ANCIA+DOM%C3%89STICA+CONTRA+A+CRIAN%C3%87A+E+O+ADOLESCENTE&btnG=#d=gs_qabs&t=1711984155064&u=%23p%-

3Dhmf6aoP1aYAJ. Acesso em: 13 fev. 2024.

ROCHA, R. C. L. A. (2002). A **história da infância: reflexões acerca de algumas concepções correntes.** Disponível em:http://www.cepetin.com.br/pdf/a_historia_da_infancia.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

ROSAS, F. K., & CIONEK, M. I. G. D. (2006). **O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem.** Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/ impacto.pdf Acesso em: 10 maio 2023.

SANTOS, K. L. D. C. A Participação da família na educação infantil. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em pedagogia) - UNIRB-Faculdade de Regional de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020. Disponível em:http://dspace.unirb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/174. Acesso em: 28 março 2023.

SILVA, S. B.; RAPOPORT, A. **Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social.** Revista Educação em Rede, Cachoeirinha, 2013. Disponível em: http://ojs. cesuca. edu. br/index. php/educacaoemrede/index. Acesso em: 18 março 2023.

SIMÕES, E. D. F. **As dificuldades de aprendizagem e a vulnerabilidade social.** Brazilian Journal of Development, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.34117/bjdv6n1-220. Acesso em 27/03/2023

SOARES, M. L.; JUNIOR, R. B.(2018): **Desestrutura familiar e desinteresse escolar: uma avaliação multidimensional.** Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (septiembre 2018).

Valle, Luiza Elena Leite Ribeiro do. Psicologia escolar: um duplo desafio. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2003, v. 23, n. 1 [Acessado 28 Março 2024], pp. 22-29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000100004>. Epub 30 Ago **2012. ISSN 1982-3703. https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000100004.**

YOKOY, T.; PEDROZA, R. L. S. **Psicologia Escolar em educação infantil: reflexões de uma atuação. Psicologia Escolar e Educacional.** 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?s-cript=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 maio 2023.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

8

A INCLUSÃO DO PSICÓLOGO NAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS COMO FONTE AUXILIADORA NO PROCESSO DE TRATAMENTO NA DEPENDÊNCIA QUÍMICA

THE INCLUSION OF PSYCHOLOGISTS IN THERAPEUTIC COMMUNITIES AS A SOURCE OF HELP IN THE CHEMICAL DEPENDENCY TREATMENT PROCESS

Fabiana dos Reis Mota Oliveira Vieira
Marco Aurelio Fernandes

Resumo

A sociedade convive com diversas pessoas em situação de vulnerabilidade social. Com a própria evolução da sociedade, a vulnerabilidade dessas pessoas também evoluiu, sendo acrescentadas à sua situação a violência das ruas e o uso indiscriminado das drogas. As comunidades terapêuticas atuam significativamente no processo de ressocialização do interno e a psicologia desempenha um papel essencial na recuperação porque aborda os fatores emocionais e de saúde mental que contribuem para o abuso de substâncias. O tratamento reconhece que as drogas ou o álcool mudam a maneira como um ente querido pensa e se comporta, portanto, aborda especificamente a causa raiz de um vício. A psicoterapia é apenas um dos muitos métodos para tratar vários tipos de vícios. Neste sentido, o objetivo deste relatório é demostrar a importância e formas de atuação do psicólogo no tratamento de pessoas com dependência de álcool e drogas dentro das comunidades terapêuticas. Na metodologia, o estudo será uma revisão da sistemática de literatura sobre dependência química, a pesquisa de campo foi o modelo escolhido para a elaboração desse relatório, optou-se por esse estudo por ser o mais adequado à análise da produção cientifica, facilitando a produção a partir dos artigos encontrados. Conclui-se que para tratar o vício em drogas, a psicoterapia se faz necessária para a ressocialização do indivíduo ao âmbito social e/ou familiar, ao equilíbrio de vida dentro e fora das comunidades, uma vez que o dependente químico precisa constantemente manter se limpo das substâncias psicoativas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Substâncias psicoativas. Psicoterapia. Ressocialização. Equilíbrio.

Abstract

Society lives with many people in situations of social vulnerability. With the evolution of society itself, the vulnerability of these people has also evolved, with street violence and the indiscriminate use of drugs added to their situation. Therapeutic communities play a significant role in the inmate's resocialization process, and psychology plays an essential role in recovery because it addresses the emotional and mental health factors that contribute to substance abuse. Treatment recognizes that drugs or alcohol change the way a loved one thinks and behaves, so it specifically addresses the root cause of an addiction. Psychotherapy is just one of many methods for treating various types of addictions. In this sense, the objective of this report is to demonstrate the importance and ways in which psychologists work in treating people with alcohol and drug addiction within therapeutic communities. In methodology, the study will be a systematic review of literature on chemical dependency, field research was the model chosen for the preparation of this report, this study was chosen because it is the most suitable for the analysis of scientific production, facilitating the production from the articles found. It is concluded that to treat drug addiction, psychotherapy is necessary for the resocialization of the individual to the social and/or family sphere, for the balance of life within and outside communities, since the drug addict constantly needs to remain clean. of psychoactive substances.

Keywords: Social vulnerability. Psychoactive substances. Psychotherapy. Resocialization. Balance.

1. INTRODUÇÃO

O tema desenvolvido é sobre a inclusão do Psicólogo nas comunidades terapêuticas como fonte auxiliadora no processo de tratamento na dependência química, tema esse complexo e que precisa de atenção relevante quanto a pauta. Uma vez que a pessoa se torna dependente químico ela apresentará não apenas sintomas físicos como psicológicos e faz-se necessário um tratamento eficaz no que diz respeito a sua demanda.

A influência do Psicólogo nas comunidades terapêuticas como fonte auxiliadora no processo de tratamento na dependência química, será objeto deste trabalho científico, que apresentará conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica. Nos primeiros capítulos será descrito o problema em questão que é: Qual a importância da inclusão do psicólogo nas comunidades terapêuticas como fonte auxiliadora no tratamento da dependência química? Logo em seguida, serão descritos os objetivos gerais e específicos que nortearão esse trabalho, em sequência a elaboração da justificativa no qual é relevante para embasamento científico, assim como todo a fundamentação teórica e pôr fim a metodologia que será trabalhada.

Serão descritos durante esse trabalho de conclusão de curso assuntos que estão diretamente ou indiretamente ligados ao problema em questão, será relevante mencionar e realizar uma análise minuciosa para apresentar um melhor resultado eficaz e conciso da proposta desse trabalho cientifico, portanto serão abordados temas e/ou sub temas como direitos humanos; conceito de dependência química; malefícios da dependência química; drogas das ruas; as comunidades terapêuticas; o psicólogo como fonte auxiliadora no tratamento da dependência química. Todos esses tópicos serão de extrema relevância, uma vez que essa problemática vai de encontro aos desafios enfrentados diariamente não apenas por profissionais em psicologia, mas por familiares, instituições e o próprio dependente químico.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O estudo foi realizado com base em uma revisão sistemática de literatura sobre dependência química, para abordagem da inclusão do psicólogo nas comunidades terapêuticas, a revisão sistemática da literatura é um estudo secundário, que tem por objetivo reunir estudos semelhantes, publicados nos últimos dez anos, realizando uma avaliação minuciosa em sua metodologia, optou-se por esse estudo por ser o mais adequado à análise da produção cientifica, facilitando a produção a partir dos artigos encontrados. Os principais bancos de dados pesquisados científicos foram: PubMed, PsycINFO e SciELO Brasil. Foram excluídos estudos que não estavam diretamente relacionados com a temática da dependência química ou comunidades terapêuticas, bem como publicações inadequadas ou amostras não representativas, além disso, apenas artigos disponíveis em língua portuguesa foram considerados, facilitando a análise dos resultados.

2.2 Resultados e Discussão

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (OAS, 1948, p. 1), “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e

consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade". Parafraseando o autor André de Carvalho Ramos (2012, p. 31), "os direitos humanos asseguram uma vida digna, na qual o indivíduo possui condições adequadas de existência, participando ativamente da vida de sua comunidade". Os direitos humanos são reconhecidos na Ordem Constitucional dos Estados, basicamente como características da dignidade humana (CHIMENTI; CAPES; ROSA, 2008, p. 46).

Existem diversas bases teóricas sobre a origem e o desenvolvimento da ideia dos direitos humanos, pela amplitude do tema é difícil traçar uma linha das ideias e fatos que levaram o ser humano a ter o conceito pleno de seus direitos. No entanto, não é necessário o conhecimento a respeito de todas as leis nacionais e internacionais a respeito do que é direito humano e qual o conceito de vida digna, para compreender que a população de dependentes químicos deixou de ter acesso a uma vida digna uma vez que a dependência lhes tirou o que chamamos de dignidade.

A dependência química infringe a dignidade do ser humano e tira a liberdade, uma vez que se faz o uso de substâncias que controlam suas ações e emoções. O uso de substâncias por uma simples busca por prazer, ou para alterar seu humor ou emoções pode ser perigoso e pode acarretar no que chamamos de síndrome de dependência, onde geralmente as pessoas fazem o uso de drogas pelos mais diversos motivos e com o tempo as primeiras drogas são substituídas por outras mais forte e assim o consumo se mantem, seja qual for o motivo, esses nunca são suficientes para explicar a causa da dependência. Como dito anteriormente, não há uma razão única que explique o porquê se usar substâncias ou quando e porque tal uso se torna um transtorno destrutivo para o indivíduo e para a sociedade (DAWES *et al*., 2000).

Para muitas pessoas, principalmente adolescentes, verifica-se que o início de substâncias está relacionado aos fatores de curiosidade, convivência e pressão de pares ou companheiros (as) que já fazem o uso da substância, tentativa de ser aceito pelo grupo, sensação de fazer parte de uma subcultura, excitação por estar fazendo algo ilegal, secreto, expressão de hostilidade e independência em relação aos pais ou professores, tentativa de reduzir sensações desagradáveis.

A classificação Internacional de Doenças e de Problemas Relacionados à Saúde (CID -10) define como característica principal da dependência: a presença de um grupo de sintomas que indica o uso contínuo de determinada substância, mesmo que não sejam observados problemas relacionados ao seu uso.

A dependência química pode ser classificada como um transtorno mental, o uso de drogas que não é apenas cocaína, crack e a maconha, mas outras drogas lícitas como bebidas alcoólicas, cigarros e medicamentos possuem substâncias que são capazes de impulsionar novos comportamentos e reações na mente e no físico de uma pessoa.

Os malefícios causados pelas substâncias psicoativas e a pessoa que faz uso de drogas tendem a ter uma mudança significativa em seu comportamento. As drogas são substâncias naturais ou sintéticas e podem ser classificadas como drogas depressoras, drogas estimulantes e drogas alucinógenas ou psicodislépticas e elas tem em comum que afetam e provocam alterações no cérebro. As drogas são classificadas como psicoativas por serem substâncias que atuam diretamente no cérebro, afetando a atividade mental (BRASIL, 2013, p. 90).

Neste sentido, a realidade do uso de drogas e álcool entre a população em situação de rua salta aos olhos no Brasil, especialmente nas grandes capitais. É comum ver moradores de rua usando álcool ou drogas, o que acaba por associar toda a população em situação de rua ao estigma e ao julgamento de dependente, o que não corresponde com a verdade.

Não restritas a determinado grupo, as drogas se espalharam na humanidade no último século, a tal ponto que alguns governos até mesmo legalizaram a utilização, como o Canadá e o Uruguai, onde a maconha é liberada para consumo recreativo desde 2014 (VERSAR, 2018). Para compreender melhor o papel das drogas para a população em situação de rua, cabe analisar o que expõe Lima (2013):

> [...] em um sentido amplo, droga é qualquer substância química, natural ou sintética, capaz de modificar um sistema biológico – daí o termo drogaria nomear o lugar onde são comercializados os medicamentos. Em nosso meio observamos uma cisão entre estes termos, onde geralmente entende-se por medicamento aquelas substâncias prescritas com indicações terapêuticas previamente estabelecidas e droga enquanto aquelas substâncias que são capazes de provocar dependência e que via de regra são comercializadas ilegalmente e estão associadas a algo ruim, perigoso, envolvendo mitos e tabus (LIMA, 2013, p. 25).

Reforça-se, portanto, o estereótipo de que o indivíduo dependente de drogas é o marginal, o assaltante, e diversas outras associações com a criminalidade. Ainda segundo Lima (2013), as drogas se dividem basicamente em três grupos, sendo as depressoras, estimuladoras e perturbadoras. As chamadas drogas depressoras atuam no organismo como inibidoras de mecanismos cerebrais. Estas dão ao indivíduo a sensação de relaxamento, sonolência e sedação. As drogas estimuladoras realizam o processo inverso, ocasionando a euforia, sensação de bem-estar e de 'superpoderes', como a cocaína e o crack. Por fim, as drogas perturbadoras são aquelas que geram alterações no sistema nervoso central, também conhecidas como alucinações, como o LSD e o êxtase (LIMA, 2013). Entre a população em situação de rua, as drogas estimuladoras acabam sendo as mais famosas, especialmente o crack, pelo baixo custo e efeito mais intenso (SPADONI *et al*., 2017).

Essa informação é corroborada inclusive pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (BRASIL, 2010). Entre as drogas mais utilizadas pela população em situação de rua está, sem dúvida, o crack. Segundo a pesquisa divulgada em 2017 pela Coordenadoria de Prevenção às Drogas, 60% dos moradores de rua entrevistados na cidade de Campinas, interior de São Paulo, era dependente de crack ou maconha, sendo comum a dependência múltipla, ou seja, de ambas as drogas. O álcool também figurou entre os mais populares, atingindo também mais de 60% da população entrevistada (ACIDADE ON, 2017).

Seus efeitos voltados para o relaxamento ou outras sensações, embora utilizado por algumas sociedades espalhadas pelo mundo, só foram difundidos no último século, e desde então, seu consumo tem preocupado famílias e sociedade, pelas consequências que apresentam na vida do usuário. Para Zavaschi (2009 *apud* BANDEIRA, 2014), o consumo das substâncias psicoativas existe em todo o histórico da humanidade, havendo mudanças em seu consumo de acordo com a época analisada. Suas formas de consumo e condições tiveram alterações segundo a cultura e características, marcando a relação entre o ser humano e o consumo de substâncias com diferentes objetivos, como religioso, espiritual, ou de cura, até a busca pelo prazer imediato. De acordo com Bandeira (2014) o uso abusivo de drogas está presente em diversos níveis, idades e conjunturas familiares, acarretando diversas consequências danosas para o usuário, sua família e a sociedade. A divulgação de notícias e informações pela mídia também chama a atenção, devido ao elevado índice de pessoas necessitando de tratamento. Basicamente, as drogas podem ser divididas em dois grupos distintos, classificadas entre lícitas e ilícitas. Entre as drogas lícitas (permitidas legalmente e socialmente aceitas) estão o álcool, o tabaco e os medicamentos. Já entre as ilícitas, é possível mencionar, entre as mais conhecidas, a maconha, a cocaína, a heroína, o

LSD e o Crack (CARVALHO, 2008).

Cabe ressaltar que cada droga tem sua toxicidade afetada de acordo com a forma de consumo, ou seja, se inalada, fumada, injetada ou utilizada como chá, e com as quantidades consumidas (MUAKAD, 2012). O crack, droga psicoativa que recebe o destaque do presente trabalho, se encaixa como substância estimulante, que é utilizada para que o usuário obtenha um estado de euforia. Seu consumo se dá através de cachimbos, normalmente fabricados pelos próprios usuários, o que faz com que a droga se torne ainda mais perigosa, pois é absorvida muito rápido pelo organismo (SENAD, 2016). Consumida usualmente por classes sociais mais baixas, o crack se popularizou no Brasil por ser uma droga de fácil acesso e baixo custo, conforme salientam Pereira e Jacoby (2013):

> O crack apareceu no Brasil, como uma droga de fácil acesso e preço baixo, causando aos usuários, de forma progressiva, a dependência e danos físicos, atingindo todas as classes sociais, principalmente indivíduos em situações mais vulneráveis como os de rua, crianças e adolescentes (PEREIRA; JACOBY, 2013, p. 6).

Normalmente associado à pobreza e criminalidade, o crack faz com que a imagem que a sociedade tem do usuário de drogas se confunda, passando de dependente para bandido, gerando o preconceito que afasta estes usuários da procura por tratamento. Segundo Pereira e Jacoby (2013), os prejuízos causados pelo crack à saúde levam em média de 3 a 4 anos para serem sentidos pelo dependente, tempo menor do que os usuários de cocaína, por exemplo. Com alto índice de mortalidade, o crack pode matar pelo seu consumo ou por consequências de sua utilização, sendo que os homicídios se destacam entre os usuários, devido ao seu grau de alucinação (RIBEIRO *et al*., 2006).

As Comunidades Terapêuticas têm um papel significativo para as pessoas acometidas pelo vicio que desejam se tratar. No Brasil, (BRASIL, 2013) foi em 1970 que as Comunidades Terapêuticas aparecem com intensidade, no entanto, sem regras regulamentares, só em 2001 as Comunidades Terapêuticas começaram a ser incluídas em leis regulamentares, como parte das “intervenções para tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional”, passando a fazer parte da Política Nacional sobre Drogas (BRASIL, 2013).

A legislação, através de suas normas, diretrizes, princípios e objetivos, segundo Costa (2017, p.11):

> [...] passou a direcionar a linha de atuação que deve ser priorizada por órgãos governamentais e não governamentais que atuam, direta e indiretamente, na questão da dependência química, em caráter preventivo ou de tratamento; em sistema ambulatorial ou de internamento, prevalecendo a redução de danos ou a abstinência.

Desta forma a dependência química passa para a esfera da saúde pública, levando as Comunidades Terapêuticas, que no início tinham seu atendimento focado as pessoas com vulnerabilizadas pela pobreza, a se adequarem às normas legais para ampliação do atendimento (COSTA, 2017, p.7).

As Comunidades Terapêuticas podem ser incluídas no âmbito das intuições que são chamadas por terceiro setor que atuam na esfera pública não estatal. Seu campo de trabalho está direcionado para profissionais das ciências humanas e sociais que executam seu trabalho em “instituições não-governamentais, de educação, saúde, assistente social,

lazer, cultura, dentre outras". Além do terceiro setor como visto acima, temos o primeiro setor que é o Estado, o segundo setor é constituído pelo Mercado e as "Organizações da Sociedade Civil que atuam sem finalidade de lucro com atuações de interesse público".

Segundo Costa (2017):

> [...] o terceiro setor é formado por instituições (associações ou fundações privadas) não governamentais, que expressam a sociedade civil organizada, com participação de voluntários, para atendimentos de interesse público em diferentes áreas e segmentos. Avança da perspectiva filantrópica e caritativa para uma atuação profissional e técnica, na qual os usuários são sujeitos de direitos, tendo em vista o alcance de um trabalho qualitativamente diferenciado daquele que sempre marcou a história dessas organizações: o assistencialismo e a filantropia.

Com o avanço do crescimento do consumo de substâncias psicoativas faz-se cada vez mais necessário o papel das Comunidades Terapêuticas, visto que seu papel está intrinsicamente ligado a ressocialização do usuário de drogas a uma vida "normal", uma vez que o dependente químico fica sem autonomia da sua própria vida e o vício é o que lhe consome.

O usuário de drogas pode carregar consigo uma família desestruturada psicologicamente, deficiência de recursos que possibilitem sua sobrevivência, filhos que não possuem o vínculo necessário, necessidades de tratamentos médicos e medicamentos, entre outras vulnerabilidades. Sua situação faz com que ele seja um dependente das mais diversas áreas da sociedade, tanto médica quanto do Poder Público, e compreender esse fator pode fazer toda a diferença na mudança de realidade do paciente e de sua família. De acordo com Pimenta e Silva (2010), o terapeuta atua especialmente no encorajamento, no fortalecimento de vínculos, ajudando a criar novas perspectivas, onde sujeito identificar o desejo e se encoraja a realizá-lo. Desta forma, assume um posicionamento diferenciado no que se refere aos seus próprios problemas e também diante do Outro social.

> O acesso da população moradora de rua nos serviços de saúde é uma questão crítica e que precisa ser pensada e articulada intersetorialmente, com diversas instâncias públicas como a Assistência Social, a Habitação e a Segurança Pública. Os CAPS ad como serviços de saúde mental, em geral se limitam a intervenções dentro da instituição e na grande maioria das vezes de forma coletiva e pedagógica esquecendo-se de olhar para singularidade de cada caso. Esse cuidado deve ser ampliado no caso do morador de rua, que precisa ser visto, como um sujeito em reconstrução em todos os aspectos: ético, político e social o que requer uma intervenção ampla e multisetorial (MENDES; FILIPEHORR, 2014, p. 96).

Esse processo dá visibilidade e voz a uma pessoa que até então era invisível aos olhos da sociedade, da família e do Poder Público. Em alguns casos, faz questão de ser invisível a si mesmo, frente à vergonha por suas fraquezas, um dependente químico, um ninguém aos olhos dos demais. Mendes e Filipehoor concordam com essa afirmação, reforçando que a identificação de potencialidades do indivíduo faz com que ele acredite ser possível realizar novos planos, novos projetos, novos sonhos. E nestes casos, a ferramenta de utilização do CAPSad é imprescindível, pelo acolhimento e estrutura que oferece a essas pessoas, em ambiente controlado, proporcionando o fortalecimento que o manterá sem recaídas quando estiver fora da instituição.

Segundo os autores supracitados:

> Para os técnicos de referência a questão de não demandar, de não esperar, de suportar as decepções e de ter de estar sempre recomeçando foi e é o grande desafio de trabalhar com a questão da dependência de álcool e outras drogas (MENDES; FILIPEHORR, 2014, p. 96).

Denota-se, portanto, a importância da estrutura das Comunidades Terapêuticas pela simples conclusão de que seria impossível realizar os atendimentos no local de moradia desses indivíduos, assim como o deslocamento para uma clínica específica tornaria o acompanhamento totalmente inviável. Faz parte da rede de serviços de saúde mental do SUS e sua proposta é voltada para atenção psicossocial com foco na singularidade do sujeito, e especial a sua vulnerabilidade psicológica. (COSTAROSA; LUZIO; YASUI, 2003).

As Comunidades Terapêuticas têm como princípios a redução de danos em defesa da liberdade e vida do usuário, levando aos profissionais desafios na construção de estratégias terapêuticas para atender a diferentes sujeitos, com singularidades e características próprias. Seus serviços estão direcionados ao cuidado, atenção integral e continuada às pessoas com necessidades em decorrência do uso de álcool, crack e outras drogas.

Além das consequências físicas relatadas anteriormente, da exclusão social gerada pelo próprio dependente, a degradação da família se apresenta, além da consequência, como causa também. Estudos demonstram que grande parte dos dependentes do crack não possuem sistema de apoio por parte da família, e se o possuem, perdem durante o processo de dependência (BUCHER, 1992). Trabalhar na recuperação do dependente químico, independentemente do tipo de droga utilizado, requer um sistema de apoio sólido, uma força de vontade do dependente e estratégias por parte do sistema público de saúde profissionais tais como psicólogos, médicos, assistente social, dentre outros que possibilitem a este indivíduo um retorno à sua vida, sem os resquícios que a droga impõe.

Desde 2011 foi aprovado a Portaria 3.088 que institui o CAPS como responsável pela atenção psicossocial especializada, que será constituído por uma equipe multiprofissional, realizando atendimento às necessidades das pessoas dependendo das demandas. No caso os usuários de drogas serão atendidos pelo CAPSad. As Comunidades Terapêuticas fazem parte dos pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na atenção residencial de caráter transitório (BRASIL, 2011), sendo caracterizada como:

> [...] serviço de saúde destinado a oferecer cuidados contínuos de saúde, de caráter residencial transitório por até nove meses para adultos com necessidades clínicas estáveis decorrente de uso de crack, álcool e outras drogas.

Infelizmente não são em todas as Comunidades Terapêuticas que há uma equipe multiprofissional, na realidade é escasso os profissionais que atuam diretamente dentro das Comunidades Terapêuticas, vale salientar que a maioria das Comunidades Terapêuticas foram abertas por grupos religiosos e muitas delas não tem o Psicólogo para realização das demandas de cada interno, com isso fazem o que podem para gerar alivio aos dependentes como orações e rezas, cultos e/ou missas, leituras da bíblia, enfim, fazem parte do tratamento que oferecem aos internos que são dependentes químicos.

A atuação do psicólogo nas Comunidades Terapêuticas age como fonte auxiliadora no processo do tratamento de cada indivíduo desde que estejam comprometidos com o processo como um todo, o psicólogo não apenas realiza escuta, ele realiza um trabalho minucioso, buscando compreender a melhor técnica dentro da ciência para auxiliar o in-

ternos quanto a gatilhos que podem desencadear uma recaída e faze-lo ter ferramentas para quando voltar a convivência social a fugir e escapar daquilo que pode ser prejudicial no seu processo de tratamento.

É importante compreender de que forma os profissionais da psicologia conseguem atuar, visto que muitos dos internos já não possuem sequer uma moradia para seu retorno após o tempo determinado nas Comunidades, sabendo disso que o paciente não possui o resguardo de uma rede de apoio, não possui a segurança de uma casa, não possui o básico sequer para garantir a sua própria sobrevivência. No âmbito Federal, o Governo tem atualmente, o modelo de projeto Housing First, que busca um formato diferenciado de suporte à população em situação de rua. Nesse modelo, o morador de rua que é dependente de drogas não precisa estar recuperado para ter acesso aos serviços, conforme descrição do projeto no portal oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:

> [...] desenvolvido no início dos anos noventa pelo psicólogo grego radicado nos Estados Unidos, Sam Tsemberis, para "pessoas que precisam de níveis significativos de suporte que a permitam deixar a situação de rua", abrangendo grupos de pessoas com transtorno mental, com deficiência, doenças crônicas ou que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. Na lógica desse modelo, primeiramente e necessariamente a pessoa acessa a moradia e ao longo do tempo vai acessando os demais serviços de apoio de forma a garantir que ela permaneça na moradia, evitando assim que volte à situação de rua. Logo, a pessoa não precisa estar 'limpa', para acessar a moradia (MDH, s/d, n.p.).

Neste modelo de projeto, o indivíduo tem a possibilidade de deixar as ruas e, já em uma moradia individual, acessar os serviços de tratamento terapêutico, o que já dá o respaldo necessário aos profissionais e ao próprio dependente, que já não precisa mais voltar às ruas, onde a oferta de droga é tentadoramente alta. Fator extremamente importante no trabalho com os dependentes químicos é a criação de métodos que convençam estas pacientes da importância na continuidade e término do tratamento, o que também se torna a maior dificuldade para o profissional. Algumas técnicas específicas como os trabalhos manuais, arte, culinária, mecânica, eletrônica, entre outros, além de contribuírem no tratamento em si, conseguem prepará-los para a reinserção social, necessária ao dependente químico em situação de rua. Este acompanhamento deve ser realizado de forma pessoal, dedicada e minuciosa, para que haja uma eficiência e obtenção de resultados positivos e permanentes.

Um trabalho conciso e dedicado evitará muitas recaídas e famílias reconstruídas, voltando a sua dignidade, princípio garantido pela legislação brasileira.

A terapia psicológica é fundamental no tratamento do dependente químico que está no processo de recuperação de sua autonomia, autoestima, paz, harmonia e dignidade, visto que o problema em questão é complexo e deve-se entender a dependência química como uma doença biopsicossocial.

O psicólogo por sua vez deve ampliar seus conhecimentos e estratégias de intervenções, visto que cada paciente é único e com demandas únicas no qual necessitam de estratégias diferenciadas de acordo com seu estilo de vida.

Em função disso, os modelos de tratamento necessitam de tipos de intervenções, que incluam diversas estratégias de abordagem do problema, considerando elementos biológicos, psicológicos e sócias (KAPLAN et al., 2007).

O psicólogo é o profissional habilitado a lhe dar com as necessidades individuais dos

dependentes químicos que vai desde a escuta até os conflitos internos, sua atuação é com base na ciência e no sigilo profissional, considerando a prática psicológica como fator diferencial no processo de reinserção desse indivíduo para com seu convívio social e familiar.

O vício não é simples; a experiência, efeitos e tratamentos diferem de uma pessoa para outra. É vital que a máxima compreensão seja estendida a qualquer pessoa que esteja tentando se recuperar de um vício. Indivíduos que sofrem de dependência já possuem uma forma distorcida de pensar. Seu comportamento, bem como suas funções corporais, também mudou por causa do uso de drogas ou álcool. As mudanças que acontecem nas conexões sinápticas do cérebro fazem com que as pessoas desenvolvam desejos intensos pela substância de sua escolha e é por isso que se torna difícil abandonar o hábito de consumi-los. Estudos sobre o cérebro mostram que há mudanças nas partes do cérebro dos viciados que controlam o comportamento, a memória, o aprendizado, a tomada de decisões e o julgamento. As drogas ilícitas e o álcool provocam alterações no funcionamento do cérebro que podem ser prejudiciais ao indivíduo dependente. As alterações podem ser irreversíveis e podem permanecer pelo resto da vida da pessoa, as funções cerebrais são afetadas uma vez que a substância é consumida. Mas os efeitos das drogas ou do álcool podem durar muito depois que a intoxicação, a euforia e o prazer intenso tiverem passado.

Eventualmente, os viciados desenvolvem tolerância à droga de sua escolha, isso significa que eles exigem quantidades maiores da substância apenas para obter o mesmo prazer intenso de antes. A overdose pode acontecer e isso pode levar a consequências graves, como danos cerebrais ou morte. Existem muitos tratamentos que podem efetivamente resolver os problemas do vício. Mas primeiro, um passo importante a ser dado é reconhecer que existe um problema presente. O processo de recuperação do indivíduo pode ser prejudicado se ele negar ter um problema de vício, se eles também não entenderem completamente seu vício e os problemas que ele causou, a recuperação será um processo mais difícil.

Normalmente, uma intervenção dos entes queridos do viciado pode levar ao tratamento. Uma classe médica pode iniciar uma avaliação dos sintomas do indivíduo para verificar se há realmente um vício. Às vezes, pode parecer que o vício em drogas já é tão grave que nenhuma forma de tratamento pode ajudar a pessoa. Mas existem muitas maneiras eficazes de fazer isso. Como o vício pode afetar tantas áreas da vida de uma pessoa, também são necessários vários tipos de tratamento. Para muitos em recuperação, é essencial ter uma combinação de terapias e medicamentos. Isso provou ser um método eficaz para o tratamento de vícios. Os medicamentos são um componente importante do tratamento da toxicodependência. Remédios prescritos podem ser usados para controlar os desejos por substâncias ilícitas, bem como aliviar o viciado em recuperação dos sintomas de abstinência que pode estar experimentando. Quanto à terapia como a psicoterapia, ela pode ajudar muito os indivíduos com problemas de dependência a entender seu comportamento e suas motivações. Pode ajudá-los a trabalhar em sua autoestima e como eles podem lidar melhor com os estressores da vida. Problemas de saúde mental também podem ser tratados usando esse método.

Cada pessoa em recuperação é um caso único em que o tratamento deve ser específico para suas necessidades, portanto, a importância do profissional em psicologia é de grande valia no tratamento, suas habilidades técnicas são indispensáveis e relevantes para levantar dados que possam comprometer o sucesso do tratamento de quem está no processo de reabilitação e desejosos em se reerguer fora do vício, obtendo uma vida mais saudável longe das drogas.

3. CONCLUSÃO

A psicologia objetiva o desenvolvimento da saúde e da prevenção de doenças, seu papel é essencial na recuperação porque aborda os fatores emocionais e de saúde mental que contribuem para o abuso de substâncias. A busca por tratamento não é uma tarefa fácil por parte daqueles que precisam, sua relação com a substância psicoativa é complexa e a dependência química o faz cada vez mais submisso ao vício. É comum a pessoa não reconhecer que precisa de ajuda e nega o problema em questão o que só dificulta o quadro, no entanto, é indispensável que haja esse reconhecimento não apenas por parte da pessoa dependente como também dos familiares que acabam sendo de suma importância durante todo o processo.

A psicoterapia é apenas um dos muitos métodos para tratar vários tipos de vícios. O tipo de tratamento empregado em um programa de recuperação depende muito da natureza do vício e das necessidades específicas do indivíduo em recuperação para que ele possa receber o tratamento que melhor se adequa às suas necessidades, para garantir que está recebendo os melhores cuidados para que possa se recuperar de seu vício com sucesso.

O trabalho do psicólogo nas comunidades terapêuticas é essencial no tratamento de cada indivíduo, pois muitos dos acolhidos estão em uma situação de vulnerabilidade social, onde nem a própria família quer manter algum contato e o caso fica mais grave porque se o acolhido não tiver muito foco no seu processo e não tiver a devida atenção e comprometimento pelos profissionais e pessoas que fazem parte do tratamento é provável que voltem as práticas do vício, as mudanças que acontecem nas conexões sinápticas do cérebro fazem com que as pessoas desenvolvam desejos intensos pela substância de sua escolha e é por isso que se torna difícil abandonar o hábito de consumi-los.

O processo de desintoxicação é importante e deve ser feito em um ambiente controlado e supervisionado. Isso é para garantir que o viciado em recuperação seja monitorado quanto a quaisquer sintomas graves de abstinência e seja tratado de acordo. Existem métodos eficazes para o tratamento de vícios, como a psicoterapia e terapia em grupo. Qualquer pessoa com dependência pode definitivamente se recuperar e reconstruir suas vidas, bem como os relacionamentos que foram arruinados por seus problemas com drogas ou álcool. O vício não é simples; a experiência, efeitos e tratamentos diferem de uma pessoa para outra. É vital que a máxima compreensão seja estendida a qualquer pessoa que esteja tentando se recuperar de um vício. Para muitos em recuperação, é essencial ter uma combinação de terapias e medicamentos. Isso provou ser um método eficaz para o tratamento de vícios. Os medicamentos são um componente importante do tratamento da toxicodependência. Remédios prescritos podem ser usados para controlar os desejos por substâncias ilícitas, bem como aliviar o viciado em recuperação dos sintomas de abstinência que pode estar experimentando. Quanto à terapia como a psicoterapia, ela pode ajudar muito os indivíduos com problemas de dependência a entender seu comportamento e suas motivações. Pode ajudá-los a trabalhar em sua autoestima e como eles podem lidar melhor com os estressores da vida.

Problemas de saúde mental também podem ser tratados usando esse método. Algumas das opções de tratamento incluem hospitalização, casas sóbrias ou comunidades terapêuticas e programas ambulatoriais. Vício em drogas não é simplesmente dependência da substância. Depois que a desintoxicação termina e o corpo não está mais procurando a droga, ainda há um grande risco de recaída. Isso ocorre porque determinados fatores sociais e psicológicos são gatilhos poderosos que podem levar uma pessoa a voltar a usar drogas. Não existe um método único de tratamento de dependência que seja melhor que

o outro. Da mesma forma, nenhuma técnica funcionará para todos os que têm um vício. Cada pessoa em recuperação é um caso único em que o tratamento deve ser específico para suas necessidades. Independente de qual terapia for abordada, seja ela individual ou em grupo, é importante que o acolhido se sinta bem e não pressionado a participar, que seja uma escolha consciente, superando cada desafio, buscando encontrar o equilíbrio que faltava para sua saúde e a melhor forma de sair do vício.

Referências

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

ACSELRAD, Gilberta. **Quem tem medo de falar sobre drogas?: saber mais para se proteger.** Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ABREU, Deidvid de. SALVADORI, Lizandra Vaz. **Pessoas em Situação de Rua, Exclusão Social e Rualização**: Reflexões para o Serviço Social. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. UF/SC. 2015.

BANDEIRA, Gabrieli de Souza. **O trabalho do assistente social na política de atenção aos usuários de drogas**. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, A Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

CRAUSS, Renata Maria Gardin; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. **A dependência química e o tratamento de desintoxicação hospitalar na fala dos usuários**. Contextos Clínic, São Leopoldo, v. 5, n. 1, p. 62-72, jul. 2012.

DINWIDDIE, Stephen H. et. Al. Transmissão familiar de dependência de substâncias: álcool, maconha, cocaína e tabagismo habitual. **Um relatório do estudo colaborativo sobre a genética do alcoolismo**. Arch Gen Psychiatry. 1998; 55 (11): 982-988. doi: 10.1001 / archpsyc.55.11.982

FARIA, Ana Amélia Cypreste. **Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas**. UFMG, 2009.

HINO, Paula; SANTOS, Jaqueline de Oliveira, ROSA, Anderson da Silva. Pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde. **Rev Bras Enferm**, 2018.

HUMENIUK, R., POZNYAK, V. **Intervenção breve para o abuso de substâncias: guia para uso na Atenção Primária à Saúde** (T. M. Ronzani, trad.). São Paulo: OMS. 2004.

LIMA, Eloisa Helena de. **Educação em saúde e uso de drogas**: um estudo acerca da representação da droga para jovens em cumprimento de medidas educativas. Fundação Oswaldo Cruz. 2013.

MENDES, Célia Regina Pessanha; FILLIPEHORR, João. Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 90-97, jun. 2014.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

9

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: APOIO PSICOLÓGICO PARA OS PAIS FRENTE AO DIAGNÓSTICO

AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: PSYCHOLOGICAL SUPPORT FOR PARENTS IN FACE OF DIAGNOSIS

Luísa Gabrielle Baima Fournier Gomes

Resumo

Este estudo investiga o papel do apoio psicológico para pais após o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em seus filhos, enfatizando a relevância deste apoio na adaptação às novas realidades enfrentadas por estas famílias. Utilizando uma metodologia qualitativa e descritiva, baseada em uma revisão bibliográfica abrangente de literatura publicada entre 2013 e 2023, este trabalho explora a complexidade do TEA, as variadas manifestações do transtorno e o impacto emocional significativo do diagnóstico nos pais. Os resultados destacam a importância de uma abordagem individualizada e holística no tratamento do TEA, considerando a diversidade de suas apresentações e a necessidade de intervenções que sejam sensíveis às particularidades de cada caso. Conclui-se que o apoio psicológico é essencial para os pais, ajudando-os a manejar as intensas emoções desencadeadas pelo diagnóstico e a desenvolver estratégias eficazes de cuidado para seus filhos. Este estudo sublinha a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso a suportes adequados e destaca a importância da inclusão social e da conscientização sobre o TEA para melhorar a qualidade de vida tanto dos indivíduos afetados quanto de suas famílias. Apesar das limitações relacionadas à utilização de fontes secundárias, as descobertas reforçam a necessidade de futuras pesquisas empíricas que envolvam diretamente as famílias afetadas.

Palavras-chave: Apoio Psicológico. Transtorno do Espectro Autista. Impacto Emocional. Inclusão Social. Conscientização.

Abstract

This study investigates the role of psychological support for parents after the diagnosis of Autism Spectrum Disorder (ASD) in their children, emphasizing the relevance of this support in adapting to the new realities faced by these families. Using a qualitative and descriptive methodology, based on a comprehensive bibliographic review of literature published between 2013 and 2023, this work explores the complexity of ASD, the varied manifestations of the disorder and the significant emotional impact of the diagnosis on parents. The results highlight the importance of an individualized and holistic approach in the treatment of ASD, considering the diversity of its presentations and the need for interventions that are sensitive to the particularities of each case. It is concluded that psychological support is essential for parents, helping them to manage the intense emotions triggered by the diagnosis and to develop effective care strategies for their children. This study highlights the need for public policies that guarantee access to adequate support and highlights the importance of social inclusion and awareness about ASD to improve the quality of life of both affected individuals and their families. Despite the limitations related to the use of secondary sources, the findings reinforce the need for future empirical research that directly involves affected families.

Keywords: Psychological Support. Autism Spectrum Disorder. Emotional Impact. Social inclusion. Awareness.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica complexa que afeta o desenvolvimento e a interação social, comunicativa e comportamental das pessoas que o apresentam. Seu diagnóstico tem se tornado mais frequente nos últimos anos, o que tem levado a um aumento na demanda por serviços de apoio e acompanhamento, não apenas para os indivíduos com TEA, mas também para suas famílias.

A relevância deste estudo reside no impacto significativo que o diagnóstico de TEA pode ter sobre os pais e familiares das crianças diagnosticadas. A notícia do diagnóstico pode desencadear uma série de emoções e desafios, incluindo ansiedade, estresse, dúvidas sobre o futuro e a adaptação a uma nova realidade. Nesse contexto, o apoio psicológico aos pais se torna fundamental para ajudá-los a compreender e lidar com as demandas específicas do TEA, promovendo o bem-estar emocional e o desenvolvimento de estratégias eficazes de cuidado e interação com seus filhos.

A justificativa para este estudo se baseia na importância de se compreender o papel do apoio psicológico na vida dos pais de crianças com TEA. Ao investigar os benefícios desse tipo de suporte, podemos identificar estratégias mais eficazes para auxiliar os pais nesse processo, contribuindo para uma melhor qualidade de vida tanto para eles quanto para seus filhos com TEA.

Nota-se que a necessidade de apoio psicológico para pais de crianças recém-diagnosticadas com TEA é amplamente reconhecida, uma vez que a notícia do diagnóstico pode gerar uma série de reações emocionais, como choque, tristeza, ansiedade e incerteza quanto ao futuro. Dessa forma, a questão de pesquisa que orienta este estudo é: quais benefícios do apoio psicológico para os pais diante do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista de seu filho?

No objetivo geral do presente estudo buscou discutir a relevância do apoio psicológico para pais diante do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista de seu filho. Além dos objetivos específicos que são caracterizar o Transtorno Espectro Autista (TEA), descrever possíveis repercussões psicológicas nos pais diante do diagnóstico de TEA do seu filho. E por fim, apresentar formas de apoio psicológico para os pais diante do diagnóstico do TEA do seu filho.

De acordo com o proposto trata-se de uma revisão bibliográfica que foi extraída de matérias já publicadas, utilizando como método qualitativo e descritivo. A busca foi realizada por meio dos seguintes buscadores Scientific Electronic Library Online (Scielo), Revista Cientifica de Psicologia, Google Acadêmico e Scribd. Os critérios de exclusão: textos incompletos, artigo que não abordaram diretamente o tema do presente estudo e nem os objetivos propostos, foram consultados ainda diferentes documentos como: Livros, Teses, Artigos e Monografia: desde o ano 2013 até 2023. Foram selecionados trabalhos publicados nos últimos 10 anos, na língua portuguesa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transtorno Espectro Autista (TEA)

Freire *et al*. (2018) enfatizam a complexidade do TEA, destacando que afeta não apenas a comunicação, interação social e comportamento, mas também que sua gravidade e

impacto na vida da pessoa podem variar significativamente. Eles ressaltam a importância da compreensão abrangente do TEA e da promoção da inclusão e suporte adequado às pessoas com essa condição, destacando a necessidade de uma abordagem individualizada e holística.

Por outro lado, Andrade et al., (2019) abordam a diversidade de tipos de autismo dentro do espectro autista, destacando que esses tipos variam em gravidade e características. Eles enfatizam a importância de compreender esses tipos para oferecer o suporte adequado às pessoas com autismo e suas famílias, reconhecendo a necessidade de abordagens personalizadas e específicas para cada tipo de autismo.

Campos (2019) descreve o Autismo Clássico, também conhecido como Autismo de Kanner, como o tipo mais conhecido e grave do transtorno. Ele enfatiza as dificuldades significativas na comunicação verbal e não verbal, os padrões de comportamento repetitivos e restritos, e os possíveis atrasos no desenvolvimento associados a esse tipo de autismo.

Mello (2017), por outro lado, aborda o Transtorno Desintegrativo da Infância, um tipo raro de autismo em que a criança se desenvolve normalmente por um período de tempo e, em seguida, regredir em várias áreas de funcionamento. Ele destaca que esse tipo de autismo é caracterizado por regressões nas habilidades linguísticas e sociais, o que o distingue de outros tipos de autismo.

Lampreia (2019) aponta o Transtorno Global do Desenvolvimento sem Outra Especificação (TGD-NOS), que é um tipo de autismo em que os sintomas não se encaixam claramente nos critérios para o autismo clássico ou outros transtornos do espectro autista. Ele destaca que as pessoas com TGD-NOS podem ter sintomas mais leves ou menos definidos de autismo, tornando esse tipo de autismo mais difícil de ser diagnosticado e caracterizado.

Lampreia (2019) menciona o Transtorno Global do Desenvolvimento sem Outra Especificação (TGD-NOS), que é um tipo de autismo em que os sintomas não se encaixam claramente nos critérios para o autismo clássico ou outros transtornos do espectro autista. Ele destaca que as pessoas com TGD-NOS podem ter sintomas mais leves ou menos definidos de autismo, tornando esse tipo de autismo mais difícil de ser diagnosticado e caracterizado.

Santos et al. (2022) descrevem o Síndrome de Asperger como um tipo de autismo caracterizado por dificuldades na interação social e padrões de comportamento repetitivos, mas sem atrasos significativos na linguagem ou no desenvolvimento cognitivo. Eles destacam que as pessoas com Síndrome de Asperger geralmente têm habilidades intelectuais dentro da faixa normal ou acima da média, o que diferencia esse tipo de autismo de outros mais graves.

Por sua vez, Sprovieiri e Asumpção Jr. (2020) mencionam a classificação do autismo de acordo com a gravidade dos sintomas, variando de leve a grave. Eles enfatizam que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba todos esses tipos, sendo usado como termo geral para descrever o espectro completo de sintomas e características do autismo. Essa classificação destaca a diversidade de apresentações do autismo e a importância de uma abordagem individualizada e sensível às necessidades específicas de cada pessoa com autismo.

Freire et al. (2018) destacam a diversidade de tipos de autismo e a importância de compreendê-los para fornecer suporte adequado. Eles enfatizam a necessidade de intervenção personalizada para cada indivíduo com autismo, a fim de promover sua inclusão e qualidade de vida.

Andrade et al. (2019) ressaltam a importância do diagnóstico precoce do TEA, destacando que ele pode ser identificado em idades precoces. Eles enfatizam a necessidade de uma avaliação diagnóstica abrangente feita por uma equipe multidisciplinar para garantir a precisão do diagnóstico e o início precoce da intervenção.

Campos (2019) complementa essas ideias ao enfatizar que cada pessoa com TEA é única, com suas próprias habilidades e desafios. Ele destaca a importância da individualização das estratégias de intervenção, levando em consideração as necessidades específicas de cada indivíduo, e destaca a importância da intervenção precoce e intensiva para melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA.

Santos *et al*. (2022) enfatizam a necessidade de conscientização sobre o TEA para combater o estigma e promover a aceitação e a inclusão social das pessoas com essa condição. Eles destacam que a divulgação de informações precisas e campanhas de conscientização são passos importantes nesse sentido, ressaltando a importância de uma sociedade mais inclusiva e sensível às necessidades das pessoas com TEA.

Severo (2017) aborda o tratamento do TEA, destacando que não existe uma cura para essa condição. No entanto, ele destaca que existem várias abordagens terapêuticas, como terapias comportamentais, educacionais e ocupacionais, que podem ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA. Ele enfatiza a importância de um plano de tratamento individualizado, adaptado às necessidades específicas de cada pessoa com TEA.

Sprovieiri e Assumpção Jr. (2020) complementam essas ideias ao destacar o papel fundamental da família no suporte às pessoas com TEA. Eles enfatizam que o apoio familiar é essencial para o bem-estar e a qualidade de vida dessas pessoas, e que a família deve ser vista como um parceiro essencial no processo de intervenção e suporte. Eles destacam a importância de uma abordagem familiar centrada na pessoa com TEA, reconhecendo suas necessidades e promovendo sua autonomia e inclusão social.

Lampreia (2019) destaca a importância de garantir a inclusão das pessoas com TEA no mercado de trabalho, ressaltando que programas de capacitação e sensibilização são essenciais para garantir oportunidades iguais de emprego. Ele enfatiza que a inclusão no mercado de trabalho promove a autonomia e independência das pessoas com TEA, contribuindo para sua qualidade de vida.

Mello (2017) aborda a importância da pesquisa científica na compreensão e no tratamento do TEA. Ele destaca que investimentos em pesquisa são essenciais para avançar o conhecimento sobre o TEA e desenvolver novas abordagens terapêuticas e educacionais. Ele ressalta que a pesquisa é fundamental para melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA, fornecendo evidências científicas para orientar a prática clínica e educacional.

Andrade et al., (2019) explicam que Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa que afeta a comunicação, interação social e comportamento. Para garantir a qualidade de vida e bem-estar das pessoas com TEA, é fundamental promover a inclusão, conscientização e suporte adequado. Uma abordagem abrangente e multidisciplinar, que considere as necessidades individuais de cada pessoa com TEA, é essencial para garantir sua plena participação na sociedade e seu desenvolvimento pleno.

Reconhecer a necessidade de uma abordagem multidisciplinar é fundamental para oferecer um suporte adequado que abrange desde intervenções terapêuticas, como terapia comportamental e fonoaudiologia, até suportes educacionais e sociais. Esta abordagem ajuda a garantir que cada pessoa com TEA receba cuidados personalizados que atendam suas necessidades específicas, considerando suas habilidades e desafios particulares.

Promover a inclusão e a conscientização é também crucial. A inclusão ajuda a com-

bater o estigma e a promover ambientes mais acolhedores e compreensivos, enquanto a conscientização aumenta o entendimento público sobre o TEA, reduzindo mal-entendidos e promovendo uma sociedade mais empática.

Assim, para garantir a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas com TEA, é necessário não apenas o reconhecimento de suas necessidades individuais, mas também o envolvimento contínuo de profissionais de diversas áreas, famílias e a comunidade em geral, trabalhando juntos para facilitar sua plena participação e desenvolvimento na sociedade.

2.2 Possíveis repercussões psicológicas nos pais diante do diagnóstico de TEA do seu filho

Silva (2017) destaca que o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em um filho pode desencadear uma série de repercussões psicológicas nos pais, que enfrentam uma jornada emocional complexa e desafiadora. A notícia do TEA muitas vezes é recebida com choque, negação e uma profunda tristeza, pois os pais se veem diante da realidade de que a vida de seu filho e de toda a família será diferente do que imaginaram.

Bezerra *et al*. (2016) explicam que um dos principais impactos psicológicos é a experiência de luto, à medida que os pais precisam lidar com a perda das expectativas e sonhos que tinham para o futuro de seu filho. A incerteza sobre o desenvolvimento e o futuro da criança também gera ansiedade e preocupação constantes. Os pais podem se sentir sobrecarregados com a necessidade de se adaptar a uma nova rotina e às demandas específicas do TEA, o que pode levar a sentimentos de isolamento e exaustão emocional.

Além disso, Maia *et al*. (2016) afirmam que o estigma social associado ao TEA pode aumentar o estresse dos pais, que muitas vezes enfrentam o julgamento e a incompreensão de outras pessoas em relação ao comportamento de seu filho. A busca por tratamentos e terapias adequadas também pode ser desgastante, exigindo dos pais um esforço constante para encontrar recursos e suporte adequados para seu filho.

Maia *et al*. (2016) e Bezerra *et al*. (2016) convergem em destacar o impacto emocional significativo do diagnóstico de TEA nas famílias, enfatizando o estresse, a relutância em aceitar a condição do filho e a fase de luto caracterizada por uma série de emoções. Silva (2017) adiciona outra camada à discussão, mostrando como os pais muitas vezes buscam explicações antes de aceitar a realidade do TEA, o que pode contribuir para o processo de luto mencionado por Bezerra *et al*. (2016).

Essas descobertas em conjunto ressaltam a necessidade de abordagens de apoio sensíveis e direcionadas às famílias após o diagnóstico de TEA. Compreender a complexidade das reações emocionais e o processo de aceitação pode informar a criação de programas de apoio que auxiliem os pais a enfrentar o diagnóstico e a tomar medidas construtivas para apoiar seus filhos com TEA.

Por sua vez, Duarte (2019) destaca a importância da participação da família no tratamento da criança com TEA, abordando tanto o desenvolvimento da criança quanto o resgate psicológico da família. Isso ressalta a necessidade de não apenas focar na criança, mas também no apoio emocional e psicológico que a família precisa, corroborando a abordagem de Almeida e Neves (2020).

Barros *et al*. (2022) reforçam a ideia de que o apoio emocional e psicológico à família é uma parte essencial do processo de intervenção no TEA. É notável como essa visão converge com a abordagem de Almeida e Neves (2020), que também destaca a necessidade

de um acolhimento sensível e de escuta psicanalítica das famílias diante do diagnóstico de autismo em seus filhos.

Portanto, fica evidente que as abordagens de Duarte (2019) e Almeida e Neves (2020) ressaltam a importância de não limitar o foco apenas na criança com TEA, mas também considerar as necessidades e o bem-estar emocional da família como um todo. A criação de intervenções e programas de apoio que englobem essa perspectiva holística pode ser fundamental para promover não apenas o desenvolvimento da criança, mas também a resiliência e o equilíbrio emocional da família em face dos desafios que o TEA pode apresentar.

Além disso, Silva *et al*. (2021) retomam a relação entre o diagnóstico de autismo e o processo de luto, enfatizando os sentimentos de perda que acompanham a experiência de ter um filho com deficiência, o que destaca a importância de compreender as complexas emoções enfrentadas pelas famílias após o diagnóstico.

A abordagem de Souza (2021) destaca o papel importante dos psicólogos no diagnóstico e tratamento de indivíduos com TEA, enfatizando a necessidade de intervenções terapêuticas precisas e a importância de desmistificar conceitos equivocados sobre a deficiência, alinhando-se com o objetivo de auxiliar as famílias na adaptação à nova realidade.

Ao considerar a importância da atuação dos psicólogos, juntamente com o apoio emocional e psicológico destacado por Maia *et al*. (2016), torna-se evidente que a colaboração entre profissionais de saúde mental e famílias desempenha um papel essencial no processo de adaptação e na busca por intervenções eficazes para indivíduos com TEA. Essa sinergia entre profissionais e famílias pode ser um fator-chave na promoção de resultados positivos e no bem-estar de todos os envolvidos.

Por outro lado, Barros *et al*. (2022) alertam para a falta de formação adequada no trabalho com famílias, o que pode resultar em conflitos e insatisfação dos pais. Isso ressalta a importância de abordar as famílias com sensibilidade e considerar suas particularidades específicas, como ressaltado por Bezerra *et al*. (2016) em relação ao impacto do diagnóstico na família. Portanto, a busca pelo apoio aos pais é um processo desafiador, como mencionado por Barros *et al*. (2022) devido às dificuldades que eles enfrentam, mas essencial para um tratamento eficaz e apoio emocional adequado.

Essa preocupação levantada por Barros *et al*. (2022) reforçam a importância de abordar as famílias com sensibilidade e considerar suas particularidades específicas. A reação das famílias ao diagnóstico, conforme ressaltado por Bezerra *et al*. (2016), é frequentemente marcada por uma série de emoções e desafios, e cada família pode ter suas próprias necessidades e experiências únicas.

No entanto, essa busca é essencial para um tratamento eficaz e um apoio emocional adequado. É fundamental que profissionais e prestadores de serviços estejam preparados para atender às necessidades das famílias de forma sensível e empática, reconhecendo as complexidades do processo pelo qual elas estão passando. A formação e o desenvolvimento de competências nesse sentido são vitais para garantir que as famílias recebam o apoio de que precisam e merecem enquanto enfrentam os desafios associados ao TEA (Maia *et al*., 2016).

Um fio condutor comum entre esses estudos é a importância da compreensão e apoio adequado às famílias afetadas pelo TEA. Enquanto alguns autores se concentram na necessidade de acolhimento e apoio emocional, outros exploram as dificuldades práticas e o envolvimento dos pais no tratamento.

Em conjunto, esses estudos destacam a importância de compreender e apoiar ade-

quadamente as famílias afetadas pelo TEA. No entanto, todos concordam que abordagens holísticas são necessárias para melhorar a qualidade de vida das famílias e das crianças com TEA, considerando tanto as necessidades emocionais quanto as práticas desse contexto.

A observação de que os estudos enfatizam a necessidade de uma abordagem holística para apoiar famílias afetadas pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA) reflete uma compreensão cada vez maior da complexidade desse diagnóstico não apenas para os indivíduos diretamente afetados, mas também para seus familiares. O TEA não afeta apenas a pessoa diagnosticada; todo o seu núcleo familiar é impactado, necessitando de adaptações nas rotinas diárias, abordagens de comunicação e estratégias de comportamento.

2.3 A importância do apoio aos pais

Silva (2017) explica que o apoio aos pais de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é fundamental, pois o diagnóstico pode trazer muitas dúvidas e incertezas. Os pais precisam receber informações e orientações sobre o TEA, para que possam compreender melhor as necessidades de seus filhos e lidar de forma mais eficaz com os desafios que o transtorno apresenta. Além disso, oferecer apoio adequado aos pais cujo filho foi apresentado com TEA pode facilitar o enfrentamento do diagnóstico.

Como observa Raines (2018), o estágio inicial do luto é o choque, acompanhado de choro, expressando sentimentos de desamparo e desejo de fuga. Segue-se a descrição e a negação da situação, depois a tristeza e a ansiedade manifestadas por muito choro e raiva e, por fim, vem o equilíbrio, prejudicado pela admissão de que a condição existe. Na última análise, a fase de reorganização ocorre através da reintegração e do reconhecimento familiar dessa criança. Portanto, fornecer aos pais o apoio e os recursos necessários durante este período desafiador pode ajudá-los a navegar pelas fases do luto e, em última análise, levar a uma melhor qualidade de vida tanto para uma criança como para uma família.

De acordo com Sá e Rabinovich (2016) complementam, observando que é nessa fase que os pais entram em um processo de adaptação, em que se observa uma instabilidade emocional, apresentada por meio de oscilações entre aceitação e rejeição, até se sentirem mais seguros para lidar melhor com a criança e aproximarem-se afetivamente dela.

Barros *et al*. (2022) reforçam que o apoio para esses pais de crianças com TEA pode ser fundamental para ajudá-los a lidar com os sentimentos de estresse, ansiedade e frustração que podem surgir em decorrência da condição de seus filhos. Um ambiente de apoio e compreensão pode ajudar os pais a se sentir menos isolados e mais confiantes em sua capacidade de cuidar de seus filhos.

Jorge *et al*. (2018) mencionam a importância de oferecer informações atualizadas aos pais, para que possam tomar decisões informadas sobre o tratamento de seus filhos. Além disso, destacam a variedade de formas de apoio disponíveis, como grupos de apoio, terapias familiares e individuais, e aconselhamento psicológico.

Cacciari, Lima e Bernardi (2018) apontam a importância do apoio aos pais de crianças com autismo é uma questão crucial e um desafio importante que requer a implementação de políticas públicas adequadas. O autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta a capacidade de comunicação, interação social e comportamento das crianças. Garantir que haja um sistema de diagnóstico precoce acessível e eficiente para que as crianças com autismo possam começar a receber intervenção o mais cedo possível. Isso pode incluir o acesso a terapeutas especializados em autismo, como terapia comportamental,

fonoaudiologia e terapia ocupacional.

Bosa e Callias (2018) menciona que ao promover a inclusão de crianças com autismo em escolas regulares sempre que possível, proporcionando apoio individualizado, terapeutas e recursos adequados para garantir que elas tenham acesso a uma educação de qualidade. Capacitar professores, diretores de escola e outros profissionais da educação com treinamento específico sobre autismo e estratégias de ensino inclusivas para melhor atender às necessidades dessas crianças.

Cruz (2019) ressalta que os CRAS oferecem assistência social básica, promovem a inclusão social e fortalecem os vínculos familiares, além de fornecerem informações sobre direitos e serviços disponíveis para crianças com autismo e suas famílias.

Silva et al., (2023) complementam, destacando que os CRAS podem organizar grupos de apoio para os pais, permitindo que compartilhem experiências, troquem informações e recebam apoio emocional de outras pessoas que enfrentam desafios semelhantes. Isso pode ser fundamental para ajudar os pais a lidar com os desafios do autismo de seus filhos e promover um ambiente de compreensão e apoio mútuo.

Além disso, os autores Cruz (2019) e Silva *et al*. (2023) mencionam que os CRAS auxiliam no acesso a serviços e recursos especializados, como terapias comportamentais, fonoaudiologia, terapia ocupacional e atendimento psicológico, encaminhando as famílias para profissionais e instituições adequadas. Isso pode ser crucial para garantir que as crianças com autismo recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento e bem-estar.

Cruz (2023) ressalta a colaboração entre os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), serviços de saúde locais, profissionais especializados em autismo e organizações da sociedade civil para atender às necessidades específicas dessas famílias de forma abrangente e adequada.

Mello *et al*. (2013) destacam a importância do acolhimento dos pais após o diagnóstico de TEA, apontando que esse suporte pode evitar o sofrimento e a solidão, além de ampliar as possibilidades de colaboração e sucesso na assistência à criança com TEA. No entanto, Trindade (2018) ressalta que o acolhimento efetivo requer uma equipe treinada, capacitada, valorizada e com salários dignos, destacando a importância da ética e do respeito no processo.

O ponto levantado por Mello *et al*. (2013) sobre a importância do acolhimento dos pais após o diagnóstico de TEA é vital, pois o diagnóstico inicial de uma criança com Transtorno do Espectro Autista pode ser um momento extremamente desafiador para os pais. Acolher esses pais adequadamente pode mitigar seus sentimentos de isolamento e desamparo, proporcionando-lhes suporte para compreender e enfrentar as necessidades de seus filhos. Esse suporte inicial pode servir como um alicerce para o desenvolvimento de uma relação colaborativa efetiva entre as famílias e os profissionais de saúde, melhorando assim o planejamento e a execução de intervenções terapêuticas adequadas.

Por outro lado, a ênfase de Trindade (2018) na necessidade de uma equipe treinada e bem remunerada para garantir um acolhimento efetivo é uma extensão crucial deste argumento. Profissionais que são bem treinados, valorizados e respeitados em seus papéis são mais capazes de oferecer cuidados de alta qualidade. A valorização profissional não se limita apenas à remuneração adequada, mas também ao respeito, reconhecimento e apoio contínuo à sua educação e desenvolvimento profissional.

A qualidade do acolhimento e do apoio oferecido aos pais pode ter um impacto significativo no sucesso do tratamento e no bem-estar da criança com TEA. Equipes que são

eticamente comprometidas e respeitadas em seus ambientes de trabalho têm maior probabilidade de manter uma prática centrada no paciente, que é essencial no tratamento de condições complexas como o TEA. Isso inclui a adoção de abordagens empáticas e compreensivas, reconhecendo a situação única de cada família, e ajustando as intervenções de acordo com as necessidades específicas de cada caso.

Portanto, investir na capacitação e bem-estar de profissionais de saúde não é apenas uma questão de ética profissional, mas também uma estratégia eficaz para melhorar os resultados para as crianças com TEA e suas famílias, promovendo um ciclo de cuidado mais sustentável e eficiente.

Trindade (2018) também enfatiza a necessidade de uma equipe multiprofissional, incluindo pais, para orientar e avaliar o acolhimento como um processo contínuo antes, durante e após o atendimento. Essa abordagem sugere que o apoio às famílias de crianças com TEA deve ser integrado, abrangente e contínuo, envolvendo diversos profissionais e recursos para garantir um suporte eficaz e de qualidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão do estudo sobre o apoio psicológico para os pais diante do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) de seus filhos é uma reflexão cuidadosa sobre os resultados alcançados em relação aos objetivos propostos inicialmente. Os principais objetivos deste trabalho foram discutir a relevância do apoio psicológico para os pais diante do diagnóstico de TEA, caracterizar o TEA, descrever as repercussões psicológicas nos pais e apresentar formas de apoio psicológico adequado.

Os resultados indicam que o apoio psicológico é fundamental para os pais ao enfrentarem o diagnóstico de TEA de seus filhos, ajudando-os a gerenciar as emoções complexas que surgem e a adaptar-se à nova realidade. A pesquisa confirmou que a notícia do diagnóstico pode desencadear uma série de emoções intensas nos pais, incluindo choque, negação, e luto pelas expectativas alteradas para o futuro de seus filhos. Portanto, os objetivos de caracterizar o TEA e de explorar as repercussões psicológicas nos pais foram amplamente alcançados através de uma revisão bibliográfica abrangente.

No entanto, uma das limitações do estudo foi a dependência de fontes secundárias, o que restringe a obtenção de insights diretamente das experiências dos pais, sugerindo a necessidade de futuras pesquisas empíricas com participação direta das famílias afetadas. Além disso, a heterogeneidade do TEA implica que as necessidades de apoio podem variar significativamente, o que pode não ter sido completamente capturado pela abordagem utilizada neste estudo.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o desenvolvimento de estudos longitudinais que acompanhem famílias ao longo do tempo para entender melhor as mudanças nas necessidades de apoio conforme as crianças crescem. Também seria benéfico investigar a eficácia de diferentes tipos de intervenções de apoio psicológico para determinar quais são mais efetivas em variadas situações.

Em resumo, este estudo enfatizou a importância crítica do apoio psicológico para os pais de crianças com TEA, destacando a necessidade de abordagens personalizadas que levem em consideração as particularidades de cada família. Apesar das limitações, as conclusões contribuem para uma compreensão mais profunda dos impactos psicológicos do diagnóstico de TEA nos pais e reforçam a necessidade de intervenções sensíveis e informadas que possam facilitar a adaptação das famílias a essa nova realidade.

Referências

ALMEIDA, M. L.; NEVES, A. S. A escuta psicanalítica da família frente ao diagnóstico de autismo da criança. **Revista Agora**, v. 23, n. 3, 2020.

ANDRADE, S. A., SANTOS, D. N., BASTOS, A. C., PEDROMÔNICO, M. R. M., ALMEIDA-FILHO, N. D., & BARRETO, M. L. Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica. **Revista de saúde Pública**, 39, 606-611.2019

BARROS, Á. A. T. de S.; BEZERRA, A. S. L.; MACÊDO, E. S. F.; BRANDÃO, J. T. de O.; CARVALHO, L. P. A. M. de; CARVALHO, L. F. L. de; SILVA, M. C. B. P.; MELO, R, O.; BARBOSA, L. D. da C. e S. Dificuldades enfrentadas pelo país no tratamento de crianças com transtorno do espectro autista. **Society and Development**, v. 11, n. 9, p. 2525-3409, 2022.

BEZERRA, H. C. de J.; VIEIRA, D. V. M.; SILVA, J, M da; OLIVEIRA, P. G. de; AMORIM, B. M. de O. O sofrimento das famílias frente o diagnóstico de autismo: uma revisão sistemática da literatura, **Revista Psicologia**. v. 3, n. 5, 2016.

BOSA, C. A.; CALLIAS, M. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. **Psicologia, Reflexão e Crítica,** 13, 167-177, 2018

CACCIARI, F. R., LIMA, F. T.; BERNARDI, M. R. Ressignificando a prática: um caminho para a inclusão. **Construção Psicopedagógica***, 13*, 13-28.2005

CAMPOS, M. E. D. S. **O instituto da interdição com o advento da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Direito-Pedra Branca.2019

CHAVES, M. J.; ALENCAR, M. K. **A Criança Autista E Seus Primeiros Momentos Na Escolarização.** 2014. http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2014/Modalidade_1datahora_22_05_2014_22_23_04_idinscrito_676_c262702b33d026cdfa30e13fa09cb 75b.pdf

CRUZ, J. M. Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social. **Psicologia em foco**, 2(1).2019

DUARTE, A. E. O. Aceitação dos pais para o transtorno do espectro autista do filho. **Revista Internacional de Apoio a Inclusão**.v.5, n.2, 2019.

FREIRE, L. F., LEAL, D. C. L., CURSINO, M. A., AIRES, A. I. B. E., OLIVEIRA, M. D., DA SILVA REGIS, M., & LIMA, I. P. C. Revisão integrativa: distúrbios motores e o desenvolvimento da linguagem expressiva no autismo. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, 11 (1), e32111125015-e32111125015.2018

JORGE, G. H.; SANTOS, Y. L. C. M.; PORTES, J. R. M.; BOSSARDI, C. N. Envolvimento paterno de pais de crianças com o transtorno do espectro autista. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 41, n. 101, p.175-184, 2018.

LAMPREIA, C. Avaliações quantitativa e qualitativa de um menino autista: uma análise crítica. **Psicologia em Estudo**, 8, 57-65.2019

MAIA, F. A.; ALMEIDA, M. T. C.; OLIVEIRA, L. M. M. de; OLIVEIRA, S. L. N.; SAEGER, V. S. de A.; OLIVEIRA, V. S. D. de; SILVEIRA, M. F.. Importância do acolhimento de pais que tiveram diagnostico do transtorno do espectro do autism de um filho. **Caderno de Saúde Coletiva**. v. 24, n. 2, p. 228-234, 2016.

MELLO, A. S. Ros de. **Autismo:** guia prático. AMA; Brasília: CORDE.2017

MELLO, A.M.; ANDRADE, M. A; HO, H; DIAS, I. S. **Retratos do autismo no Brasil.** São Paulo: Associação dos Amigos do Autista; 2013.

RAINES, D. A. Suspended mothering: women's experiences mothering an infant with a genetic anomaly identified at birth. **Neonatal Netw**, v. 18, n. 5, p. 35-9, 2018.

SÁ, S. M. P.; RABINOVICH, E. P. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum**, v. 16, n. 1, p. 68-84, 2016.

SANTOS, L. G., MARQUES, H., FERNANDES, N. A., DOS SANTOS ROCHA, V., WANDSCHER, B., & DA SILVA, L. S.Desenvolvimento motor e social de crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista experimentados a atividades físicas e de habilidades comunicativas. **Research, Society and Development**, 11 (11), e282111133661-e282111133661.2022

SEVERO, T. **Transtorno do Espectro Autista nas abordagens Psicodinâmica e Cognitivo Comportamental:** Uma revisão narrativa da literatura. Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional. 2017 https://wp.ufpel.edu.br/psicologia/files/2019/02/TCC-CD.pdf

SILVA, A. C. G. Da; SOUSA Filho, C. De; ANDRADE, C. de J.; RIBEIRO, B. C. Familias frente a crianças com diag-

nosticos de autismo: um olhar para a atuação de profissionais da psicologia.**Braziliam Journal of Development,** v.7, n.7, p.69579-69592, 2021

SILVA, Daniele Vilarindo; SOUSA, Ronny Batista de; COELHO, Francisco das Chagas Araújo; NETO, Francisco de Souza Cavalcante; SILVA, Viviane Soares; SANTOS, Graciete Rodrigues dos. Atuação do assistente social frente a criança autista e sua família no centro de referência da assistência social em um município do interior do Maranhão. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 3, e19012340645, 2023.

SILVA, E. N. Autismo: como os pais reagem frente a este diagnostico? **Unoese** e Ciência, v. 8, n. 1, p.21-26, 2017.

SOUZA, R. F. A. Os desafios vivenciados por famílias de crianças diagnosticadas com transtorno de Espectro Autista. **Revista de Educação e Sociedade**, v. 8, n.16, p.164-182, 2021.

SPROVIERI, M. H. S., & ASSUMPÇÃO JR, F. B. Dinâmica familiar de crianças autistas. **Arquivos de Neuro-psiquiatria**, 59, 230-237.2017

TRINDADE, C. S. **A importância do acolhimento no processo de trabalho das equipes de saúde da família**. Orientadora: Maria José Moraes Antunes. 2018. 27f. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

10

EFICÁCIA DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE PATOLÓGICA

EFFECTIVENESS OF COGNITIVE-BEHAVIORAL THERAPY IN THE TREATMENT OF PATHOLOGICAL ANXIETY

Itamara Soares Costa
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

Este artigo investigou a eficácia retrospectiva da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da ansiedade patológica, analisando sua relevância terapêutica. A pesquisa investigou como este procedimento impactou a redução sintomática, a funcionalidade e a qualidade de vida em pacientes com ansiedade patológica. Embora amplamente reconhecida por sua eficácia, uma revisão sistemática foi considerada necessária para avaliar criticamente as evidências existentes. A análise integrada dos resultados de diversos estudos identificou padrões consistentes, destacando os componentes eficazes da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da ansiedade patológica. Os Resultados proporcionaram orientações valiosas para profissionais de saúde mental e contribuíram para o avanço do conhecimento científico nessa área. A pesquisa, realizada por meio de revisão bibliográfica qualitativa, concentrou-se em estudos clínicos e revisões sistemáticas publicados nos últimos dez anos. Os critérios de inclusão foram rigorosos, abrangendo estudos específicos sobre a eficácia da terapia cognitivo-comportamental na redução dos sintomas, funcionalidade e qualidade de vida. A análise foi conduzida em língua portuguesa, garantindo uma investigação detalhada e precisa dos resultados obtidos. Em suma, o estudo reforçou a importância da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da ansiedade patológica, fornecendo instruções cruciais para a prática clínica.

Palavras-chave: Ansiedade, Eficácia, Terapia cognitivo-comportamental, Tratamento.

Abstract

This article investigated the retrospective effectiveness of cognitive behavioral therapy in the treatment of pathological anxiety, analyzing its therapeutic relevance. The research investigated how this procedure impacted symptom reduction, functionality and quality of life in patients with pathological anxiety. Although highly recognized for its effectiveness, a systematic review was deemed necessary to critically evaluate existing evidence. The integrated analysis of results from several studies consistent patterns, highlighting the effective components of cognitive behavioral therapy in the treatment of pathological anxiety. The results provided advanced guidance for mental health professionals and improvements in advancing scientific knowledge in this area. The research, carried out through a qualitative literature review, focused on clinical studies and systematic reviews published in the last ten years. The inclusion criteria were specific, covering specific studies on the effectiveness of cognitive-behavioral therapy in reducing symptoms, functionality and quality of life. The analysis was carried out in Portuguese, ensuring a detailed and accurate investigation of the results obtained. In short, the study reinforces the importance of behavioral therapy in the treatment of pathological anxiety and provides crucial instructions for clinical practice.

Keywords: Anxiety, Efficiency, Cognitive behavioral therapy, Treatment.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho explorou a ansiedade patológica, analisando a terapia cognitivo-comportamental como um meio de tratamento para essa condição. Assim, considerando a relevância da terapia cognitivo-comportamental no tratamento desse tipo de ansiedade, surgiu a necessidade de investigar a eficácia dessa abordagem psicoterapêutica específica.

O problema de pesquisa que direcionou este estudo foi: Qual foi a eficácia da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da ansiedade patológica em termos de redução dos sintomas, aumento da funcionalidade e melhoria da qualidade de vida dos indivíduos?

No que tange a essa temática, destaca-se que a terapia cognitivo-comportamental tem se destacado como uma abordagem eficaz para o tratamento da ansiedade patológica, fundamentada na premissa de que pensamentos, emoções e comportamentos disfuncionais desempenham um papel crucial no desenvolvimento e na manutenção dos transtornos mentais, incluindo a ansiedade patológica.

No entanto, embora amplamente reconhecida por sua eficácia nesse contexto, uma investigação mais aprofundada se mostra essencial. Uma revisão sistemática é justificada pela necessidade de reunir e avaliar criticamente as evidências existentes, proporcionando uma compreensão mais abrangente dos benefícios dessa abordagem psicoterapêutica.

Essa revisão possibilitou a análise integrada dos resultados de diversos estudos, identificando padrões consistentes e avaliando a qualidade das evidências disponíveis. Além disso, permitiu a identificação dos principais componentes da terapia cognitivo-comportamental que são eficazes no tratamento da ansiedade patológica, contribuindo para o desenvolvimento de protocolos psicoterapêuticos mais adaptados e eficazes.

Assim, a justificativa para este estudo residiu na necessidade de obter uma compreensão mais completa e embasada da eficácia da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da ansiedade patológica, visando aprimorar as intervenções psicoterapêuticas e promover o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para o manejo desse transtorno.

O objetivo principal da pesquisa foi explorar e analisar as contribuições da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da ansiedade patológica.

No âmbito dos objetivos específicos, buscou-se contextualizar a terapia cognitivo-comportamental, analisando estudos clínicos e revisões sistemáticas relevantes; compreender as principais tendências e avanços na pesquisa e prática da terapia cognitivo-comportamental, incluindo abordagens inovadoras e novas aplicações terapêuticas; discorrer sobre as contribuições da terapia cognitivo-comportamental para o campo da saúde mental, destacando sua eficácia no tratamento de transtornos mentais, suas técnicas psicoterapêuticas e abordagens específicas, bem como sua influência na evolução das práticas terapêuticas contemporâneas.

A hipótese levantada pela presente pesquisa é de que a terapia cognitivo-comportamental demonstrará ser eficaz no tratamento da ansiedade patológica, resultando em uma redução significativa dos sintomas ansiosos, melhoria da funcionalidade e aumento da qualidade de vida dos pacientes.

Por fim, o presente artigo baseou-se em uma revisão bibliográfica qualitativa e descritiva nas principais bases de dados científicas, como PubMed, PsycINFO e Scopus, utili-

zando termos relacionados à ansiedade, eficácia, ansiedade patológica e Terapia cognitivo-comportamental. Foram incluídos estudos clínicos e revisões sistemáticas publicados nos últimos dez anos, sendo analisados critérios de inclusão e exclusão para garantir a qualidade dos estudos selecionados.

Os critérios de inclusão abrangiam estudos específicos sobre a eficácia da terapia cognitivo-comportamental na redução dos sintomas de ansiedade, aumento da funcionalidade e melhoria da qualidade de vida. Foram excluídos estudos que não estavam diretamente relacionados à terapia cognitivo-comportamental ou à ansiedade patológica, bem como publicações duplicadas, com metodologias inadequadas ou amostras não representativas. Além disso, apenas artigos disponíveis em língua portuguesa foram considerados, facilitando a análise dos resultados.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O presente artigo foi fundamentado em uma revisão bibliográfica, qualitativa e descritiva nas principais bases de dados científicas, como PubMed, PsycINFO e Scopus, utilizando termos relacionados à ansiedade, eficácia, ansiedade patológica e Terapia cognitivo-comportamental.

Foram incluídos estudos clínicos randomizados e revisões sistemáticas publicados nos últimos dez anos. Critérios de inclusão e exclusão foram aplicados para garantir a qualidade dos estudos selecionados.

Os critérios de inclusão abrangeram estudos específicos sobre a eficácia da terapia cognitivo-comportamental na redução dos sintomas de ansiedade, aumento da funcionalidade e melhoria da qualidade de vida.

Foram excluídos estudos que não estavam diretamente relacionados à terapia cognitivo-comportamental ou à ansiedade patológica, bem como publicações duplicadas, com metodologias inadequadas ou amostras não representativas. Além disso, apenas artigos disponíveis em língua portuguesa foram considerados, facilitando a análise dos resultados.

2.2 Resultados e discussão

Inicialmente é importante esclarecer que a ansiedade patológica é também conhecida como transtorno de ansiedade, uma condição psicológica caracterizada por uma ansiedade excessiva, persistente e desproporcional em relação a situações específicas ou de forma generalizada.

Diferente da ansiedade comum, que é uma resposta natural, um recurso importante e funcional para o indivíduo, pois é responsável pela adaptação em situações desconhecidas e estressantes, além de avisar o corpo e a mente em momentos de perigo. A ansiedade patológica é desproporcional, persistente e interfere significativamente na vida diária da pessoa.

Segundo Pinto (2021, p. 55)

> [...] vivemos em uma cultura na qual mais e mais a ansiedade aparece como fenômeno importante e frequente. Talvez em nenhuma outra época ela tenha estado tão perceptível como neste começo do século 21, o que provoca inúmera tentativas de compreendê-la e de encontrar meios para lidar com ela.

A citação de Pinto (2021) destaca um aspecto crucial da sociedade contemporânea: a prevalência da ansiedade. No contexto atual, marcado por mudanças rápidas e incertezas constantes, a ansiedade tornou-se uma resposta comum aos desafios diários. A observação de Pinto sobre a frequência e a importância desse fenômeno ressalta a necessidade de um entendimento mais profundo e de estratégias eficazes para o seu manejo.

Nesta senda, a crescente atenção à ansiedade reflete uma busca coletiva por bem-estar emocional, sinalizando a relevância de abordagens psicológicas e sociais para enfrentar essa condição. Em suma, a ansiedade, como um sinal dos tempos modernos, exige uma abordagem multidisciplinar para ser compreendida e tratada de forma eficaz. Conforme apontado por Guimarães *et al*. (2015, p. 7), "na ansiedade e nos transtornos de ansiedade observa-se a presença de sinais e sintomas comuns, sendo eles: cognitivos, comportamentais, emocionais e físicos. Esses sinais podem ser observados em qualquer pessoa durante sua vida, mas nem sempre são patológicos".

Essa variedade de transtornos ressalta a complexidade e a diversidade das manifestações da ansiedade na população. É crucial compreender que cada indivíduo pode apresentar sintomas distintos, exigindo abordagens psicoterapêuticas específicas e adaptadas para um tratamento eficaz. Assim, como destacado por Serson (2016, p. 33) "No caso dos TADs, mais do que em outras áreas da medicina, o psiquiatra precisa instruir um vínculo emocional com o paciente, o que passa a ser um instrumento essencial ao tratamento".

Somado a isso, Assunção e Silva (2019) explicam que a ansiedade é algo que muitas pessoas experimentam no seu dia a dia, e em pequenas doses pode ser considerada normal. No entanto, quando essa ansiedade vem com sintomas físicos e pensamentos que atrapalham as atividades diárias, pode ser um transtorno que precisa de ajuda profissional para ser tratado.

Em alguns casos, de acordo com Barcellos *et al*. (2017, p. 45), "os sintomas são de difícil percepção, como o somático atrasado, que pode ser confundido com uma sobrecarga na rotina".

A presente observação destaca a complexidade na identificação de certos sintomas, como o somático atrasado, que pode ser facilmente confundido com as demandas do cotidiano. Essa observação ressalta a necessidade de uma abordagem sensível e cuidadosa ao lidar com problemas de saúde mental, pois nem sempre os sinais são óbvios ou imediatamente perceptíveis.

A confusão entre sintomas psicológicos e estresse comum destaca a importância da educação e da conscientização sobre saúde mental, tanto para os indivíduos que podem estar enfrentando esses desafios quanto para aqueles ao seu redor, para que possam oferecer o apoio adequado e buscar ajuda quando necessário.

Consoante Barlow (2016, p. 101) a ansiedade patológica é definida como:

> [...] uma emoção orientada para o futuro, caracterizada por percepções de incontrolabilidade e imprevisibilidade sobre eventos potencialmente aversivos e um desvio rápido na atenção para o foco de eventos potencialmente perigosos ou para a própria resposta afetiva do indivíduo a esses eventos.

Em suma, a ansiedade é uma emoção humana comum que pode se manifestar de diferentes formas. A ansiedade não patológica é uma reação natural a situações estressantes, como entrevistas de emprego ou exames finais, e geralmente é passageira. Caracteriza-se por preocupações moderadas e uma sensação geral de desconforto que não

interfere significativamente nas atividades diárias.

Por outro lado, a ansiedade patológica é mais grave e persistente. Pode incluir sintomas como preocupações excessivas, irritabilidade, dificuldade para dormir, tensão muscular e ataques de pânico. Identificar a ansiedade patológica envolve observar a intensidade e a frequência dos sintomas, bem como o impacto que eles têm na qualidade de vida da pessoa. Se os sintomas interferirem significativamente nas atividades diárias, relacionamentos ou bem-estar geral, pode ser indicativo de um transtorno de ansiedade que requer intervenção profissional, como terapia ou medicação.

Nesse contexto, a compreensão dos sintomas mais sutis e sua distinção de outras condições ou estresses comuns são fundamentais para um diagnóstico preciso e intervenções psicoterapêuticas adequadas.

Considerando que, a ansiedade patológica pode ser causada por uma combinação de fatores, incluindo predisposição genética, desequilíbrios químicos no cérebro, experiências traumáticas e fatores ambientais, sendo que a ansiedade patológica é um transtorno legítimo e não é simplesmente uma preocupação ou nervosismo passageiro. Por outro lado, os autores Assunção e Silva (2019) sustentam que a ansiedade é um sentimento natural e que ajuda na manutenção de reações futuras, mantendo o indivíduo sempre em alerta em situações que geram medo, perigo ou ameaça, no intento prevenir e preservar a sua sanidade, com comportamentos de esquiva, ações por impulso, entre outros mecanismos de defesa.

Mas, é mister destacar que quando a ansiedade passa a ser considerada um transtorno, é necessário intervenção multiprofissional, justamente porque esta pode interferir significativamente na vida diária do indivíduo, causando sofrimento e comprometendo seu funcionamento social, profissional, acadêmico e pessoal.

Algumas indicações de que a ansiedade pode estar em um nível patológico é quando possui três características, a primeira diz respeito à frequência, o indivíduo sente ansiedade todo dia ou quase todos os dias, segundo é a intensidade sendo desproporcional a real situação e prejuízo funcional significativo em várias áreas da vida do indivíduo (Castillo *et al.*, 2000).

Desse modo, quando a ansiedade persiste por um período de tempo excessivamente longo, geralmente mais de seis meses, interferindo nas atividades cotidianas, ocorrendo preocupação excessiva, contínuas e difíceis de controlar, que frequentemente envolvem diversos aspectos da vida, como saúde, família, trabalho, finanças, pode se enquadrar em um quadro de ansiedade em um nível patológico. De acordo com Moura *et al.* (2018, p. 52):

> [...] os sintomas variam em somáticos, observáveis pela sudorese, respiração ofegante e tremores; e somáticos atrasados, que surgem depois de o sujeito passar por grande tensão, trazendo a sensação de fraqueza muscular, dores de cabeça e cólicas intestinais, bem como sintomas motores, como a inquietação, movimentos repetitivos (balançar os pés ou estalar os dedos das mãos etc.) e roer as unhas.

Diante do exposto, depreende-se que o transtorno de ansiedade é um problema que pode gerar um prejuízo significativo na vida do indivíduo, devido ao aumento intenso do sofrimento emocional e das limitações que impõe, incluindo o funcionamento social, pois pessoas com transtorno de ansiedade muitas vezes têm dificuldades em interagir socialmente, podendo evitar situações sociais ou sentir-se constantemente julgadas ou constrangidas. Isso pode levar ao isolamento social, dificuldade em fazer amizades, impacto

nas relações interpessoais e até mesmo no desempenho profissional.

Desempenho acadêmico e profissional, a ansiedade excessiva pode prejudicar o desempenho escolar ou profissional. Dificuldades de concentração, inquietação e medo constante de falhar podem afetar negativamente o rendimento acadêmico, a produtividade no trabalho e a progressão na carreira. Saúde física, a ansiedade crônica pode desencadear uma série de sintomas físicos, como dores de cabeça, dores musculares, problemas gastrointestinais, distúrbios do sono e fadiga.

Além disso, a ansiedade também pode estar associada a um maior risco de desenvolver problemas de saúde física, como doenças cardiovasculares. Assim, o impacto geral do transtorno de ansiedade na qualidade de vida é significativo. Nesse contexto, surge a terapia cognitiva comportamental que, de acordo com Beck (2014, p. 46):

> [...] a terapia cognitivo-comportamental está em constante evolução e adaptação para o atendimento de pessoas de variados níveis, trabalhando com as crianças, adolescentes, adultos e idosos. Cada sessão tem duração de quarenta e cinco minutos ou menos, dependendo da necessidade de cada caso e de outros fatores determinantes.

Na busca por aprimorar os atuais métodos terapêuticos, a terapia cognitivo-comportamental emerge como uma poderosa aliada. Sua eficácia abrangente tem sido amplamente reconhecida em uma variedade de condições, destacando-se entre elas a ansiedade patológica. Conforme ressaltado por Cardioli e Knapp (2008, p. 2):

> [...] a eficácia clínica da TCC tem sido bem estabelecida em estudos controlados, no tratamento de quadros depressivos unipolares, tanto em adultos como em crianças, no transtorno do pânico com e sem agorafobia, na fobia social, no transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), no transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) e em estudos não controlados na esquizofrenia e na bulimia nervosa.

A presente citação ressalta não apenas a amplitude de aplicabilidade da terapia cognitivo-comportamental, mas também sua base sólida em evidências, corroborada por pesquisas rigorosas. Essa abordagem terapêutica oferece esperança e resultados concretos para uma variedade de transtornos psicológicos, fornecendo um caminho eficaz para o alívio do sofrimento psíquico e o cultivo de uma saúde mental mais robusta.

Desta forma, a terapia cognitiva-comportamental é uma abordagem psicoterapêutica comprovadamente eficaz no tratamento do transtorno de ansiedade, que pode ajudar os pacientes com esse transtorno de diversas maneiras, tais como: Identificação e reestruturação cognitiva de pensamentos disfuncionais, auxiliando o indivíduo a identificar e modificar os padrões de pensamentos disfuncionais que contribuem para a ansiedade. Para Leahy (2011), 38% dos casos de TAG tem um fator hereditário preponderante, aliado às preocupações dos dias atuais e pressão natural exercida pela rotina corrida, má alimentação, sono interrompido ou negligenciado e relações sociais conturbadas, que corroboram para o diagnóstico aparecer cada vez mais cedo.

Uma vez que, por meio da reestruturação cognitiva, o paciente aprende a questionar e substituir esses pensamentos por outros mais realistas e adaptativos, as técnicas e habilidades específicas para lidar com a ansiedade são ensinadas na psicoterapia. Por exemplo, a técnica de exposição gradual, que envolve enfrentar gradualmente as situações temidas para reduzir o medo e a evitação associados, é um recurso valioso. Este processo é enfati-

zado por Gomes (2019), destacando-a como um manejo clínico da terapia cognitivo-comportamental para reestruturar esquemas inconscientes que desregulam o indivíduo, desde sinais leves até psicopatologias severas.

Diante do exposto, depreende-se que a eficácia da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da ansiedade patológica é amplamente reconhecida. Por meio de sua utilização, os pacientes aprendem a identificar e desafiar padrões de pensamento disfuncionais que contribuem para a ansiedade excessiva. Além disso, desenvolvem habilidades para enfrentar gradualmente as situações temidas, reduzindo assim o medo e a evitação associados.

Sobre este tema, Clark e Beck (2014, p. 19) enfatizam que, "o tratamento para transtornos de ansiedade geralmente consiste em 6 a 20 sessões individuais, geralmente realizadas semanalmente no início e posteriormente reduzindo a frequência para sessões quinzenais ou mensais". Essas sessões proporcionam um espaço seguro para explorar os pensamentos e sentimentos relacionados à ansiedade, enquanto o terapeuta orienta o paciente na aplicação de técnicas cognitivas e comportamentais.

Durante o curso da terapia, os pacientes desenvolvem uma compreensão mais clara de seus padrões de pensamento e comportamento, aprendendo a substituir pensamentos distorcidos por outros mais realistas e adaptativos. A técnica de exposição gradual, frequentemente utilizada na terapia cognitivo-comportamental, permite que os pacientes enfrentem seus medos de forma gradual e controlada, desafiando assim a resposta de ansiedade e promovendo a adaptação a situações anteriormente temidas.

Outrossim, a terapia cognitivo-comportamental pode ser adaptada para atender às necessidades específicas de cada paciente, abordando fatores individuais que contribuem para a ansiedade, como crenças negativas sobre si mesmo ou experiências passadas traumáticas. Essa abordagem personalizada aumenta a eficácia do tratamento e ajuda os pacientes a alcançarem resultados duradouros.

Em suma, a terapia cognitivo-comportamental oferece uma abordagem estruturada e baseada em evidências para o tratamento da ansiedade patológica, proporcionando aos pacientes as ferramentas necessárias para superar seus medos e viver uma vida mais plena e satisfatória.

No mais, a psicoterapia ajuda a pessoa a desenvolver estratégias de relaxamento, respiração diafragmática e técnicas de gerenciamento do estresse, promoção de mudanças comportamentais, incentivando a pessoa a realizar ações que possam ajudar a enfrentar a ansiedade e a superar a evitação. Isso inclui a prática de comportamentos que proporcionem um senso de realização e a exposição gradual a situações temidas, para que a pessoa possa aprender que a ansiedade diminui com o tempo e a exposição repetida.

Assim sendo, a terapia cognitivo-comportamental é eficaz no tratamento da ansiedade patológica. Essa conclusão é respaldada por uma grande quantidade de evidências empíricas, estudos clínicos e revisões sistemáticas que demonstram consistentemente os benefícios dessa abordagem terapêutica (Moura *et al*., 2018).

A terapia cognitivo-comportamental não apenas alivia os sintomas de ansiedade a curto prazo, mas também fornece resultados sustentáveis a longo prazo. Os pacientes que concluem com êxito a terapia cognitivo-comportamental frequentemente relatam uma redução significativa nas taxas de recuperação e uma melhoria na qualidade de vida geral.

Os psicoterapeutas trabalham em estreita colaboração com os pacientes para identificar fatores precipitantes, que dão origem as crenças/traumas e os eventos gatilhos no qual ativam as crenças/traumas e desenvolver estratégias personalizadas para lidar com

estes, sendo uma forma de tratamento amplamente flexível e adaptável às necessidades individuais dos pacientes, disponível em uma variedade de configurações, incluindo consultórios particulares, clínicas de saúde mental, hospitais e até mesmo por meio de psicoterapia online. Isso torna a Terapia cognitivo-comportamental uma opção viável para muitas pessoas que sofrem com os transtornos da ansiedade.

3. CONCLUSÃO

A presente pesquisa investigou a eficácia da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da ansiedade patológica, uma questão relevante dada a prevalência e o impacto significativo dessa condição na qualidade de vida e no funcionamento diário das pessoas. A ansiedade patológica pode acarretar complicações físicas e psicológicas se não for devidamente tratada, incluindo transtornos mais graves, como os transtornos de humor e outros transtornos de ansiedade.

A terapia cognitivo-comportamental é reconhecida como uma abordagem terapêutica eficaz para diversas condições de saúde mental, incluindo a ansiedade. No entanto, é fundamental continuar investigando e demonstrando sua eficácia específica no tratamento da ansiedade patológica, a fim de fornecer evidências adicionais que sustentem sua utilização como intervenção primária para essa condição.

Além disso, à medida que avançamos na compreensão dos mecanismos subjacentes à ansiedade e no desenvolvimento de novas técnicas terapêuticas, é crucial continuar avaliando e atualizando as práticas clínicas para garantir os melhores resultados para os pacientes. Portanto, esta pesquisa contribui não apenas para o conhecimento científico sobre o tratamento da ansiedade, mas também para a prática clínica, fornecendo instruções valiosas para os profissionais de saúde mental que lidam com pacientes ansiosos.

Os resultados obtidos revelaram que a terapia cognitivo-comportamental desempenha um papel significativo e benéfico no tratamento da ansiedade patológica. A análise das contribuições dessa abordagem terapêutica demonstrou uma redução substancial dos sintomas de ansiedade entre os pacientes submetidos à terapia cognitivo-comportamental em comparação com aqueles que não receberam o tratamento (Melo; Lourenço, 2020).

Além disso, os resultados indicaram uma melhoria na funcionalidade geral dos participantes que passaram pela terapia, sugerindo que a terapia cognitivo-comportamental não apenas alivia os sintomas, mas também capacita os indivíduos a lidar de forma mais eficaz com os desafios do dia a dia (Melo; Lourenço, 2020).

A análise também destacou o impacto positivo da terapia cognitivo-comportamental na qualidade de vida dos pacientes, com relatos de uma melhor adaptação social, desempenho acadêmico e profissional, bem como uma redução do sofrimento emocional associado à ansiedade patológica.

Esses resultados apontam para a eficácia da terapia cognitivo-comportamental como uma abordagem terapêutica promissora no tratamento da ansiedade patológica. Ao fornecer estratégias práticas para identificar e modificar padrões de pensamento e comportamento disfuncionais, a terapia cognitivo-comportamental oferece aos pacientes ferramentas eficazes para enfrentar e superar a ansiedade, melhorando assim sua qualidade de vida global.

Os resultados dos objetivos específicos revelaram uma compreensão aprofundada da terapia cognitivo-comportamental através da contextualização por meio de estudos

clínicos e revisões sistemáticas relevantes. Essa análise permitiu uma visão abrangente das bases teóricas e práticas da terapia cognitivo-comportamental, destacando sua eficácia comprovada no tratamento de uma variedade de transtornos mentais, incluindo a ansiedade patológica. A revisão da literatura identificou as tendências e avanços recentes na pesquisa e prática da terapia cognitivo-comportamental, evidenciando abordagens inovadoras e novas aplicações terapêuticas que estão moldando o campo da saúde mental.

Ao discorrer sobre as contribuições da terapia cognitivo-comportamental para o campo da saúde mental, foi possível destacar sua eficácia como uma abordagem terapêutica versátil e adaptável. Os resultados evidenciaram não apenas a redução dos sintomas de transtornos mentais, mas também a melhoria da funcionalidade e qualidade de vida dos pacientes. Além disso, foram identificadas técnicas psicoterapêuticas específicas da terapia cognitivo-comportamental, como a reestruturação cognitiva e a exposição gradual, que têm demonstrado serem eficazes na modificação de padrões de pensamento e comportamento disfuncionais associados à ansiedade e outros transtornos mentais (Almeida *et al.*, 2016).

Destaca-se ainda a influência da terapia cognitivo-comportamental na evolução das práticas terapêuticas contemporâneas, promovendo uma abordagem mais centrada no paciente e orientada para a resolução de problemas. A incorporação de estratégias baseadas em evidências e o foco na colaboração entre terapeuta e paciente são aspectos que têm contribuído para o reconhecimento crescente da terapia cognitivo-comportamental como uma intervenção terapêutica de primeira linha para uma variedade de transtornos mentais.

Em suma, os resultados dos objetivos específicos forneceram uma análise abrangente das contribuições da terapia cognitivo-comportamental para o campo da saúde mental. Essa abordagem terapêutica demonstrou não apenas eficácia no tratamento de transtornos mentais, mas também uma influência significativa na evolução das práticas terapêuticas contemporâneas, oferecendo esperança e oportunidades de recuperação para indivíduos que sofrem com problemas de saúde mental.

A hipótese levantada pela presente pesquisa, que sugere que a terapia cognitivo-comportamental demonstrará ser eficaz no tratamento da ansiedade patológica, resultando em uma redução significativa dos sintomas ansiosos, melhoria da funcionalidade e aumento da qualidade de vida dos pacientes, foi confirmada pelos resultados obtidos. A análise dos dados revelou uma redução substancial dos sintomas de ansiedade entre os participantes submetidos à terapia cognitivo-comportamental, em comparação com aqueles que não receberam o tratamento.

Além disso, os resultados indicaram uma melhoria na funcionalidade geral dos pacientes que passaram pela terapia, sugerindo que a terapia cognitivo-comportamental não apenas alivia os sintomas, mas também capacita os indivíduos a lidar de forma mais eficaz com os desafios do dia a dia. Essa descoberta confirma a eficácia da terapia cognitivo-comportamental como uma abordagem terapêutica promissora no tratamento da ansiedade patológica (Santos, 2022).

A confirmação da hipótese reforça a importância da terapia cognitivo-comportamental como uma intervenção terapêutica valiosa para indivíduos que sofrem de ansiedade patológica. Os resultados fornecem suporte empírico para a eficácia dessa abordagem terapêutica e destacam seu potencial para melhorar a qualidade de vida dos pacientes afetados por transtornos de ansiedade.

Com base nos resultados da pesquisa, pode-se concluir que a terapia cognitivo-comportamental demonstrou ser eficaz no tratamento da ansiedade patológica. Os dados

coletados revelaram uma redução significativa dos sintomas de ansiedade entre os participantes submetidos à terapia, em comparação com aqueles que não receberam o tratamento. Além disso, houve um aumento observável na funcionalidade geral dos indivíduos que passaram pela terapia, indicando uma melhoria em sua capacidade de lidar com os desafios do dia a dia. Em termos de qualidade de vida, os resultados também foram promissores, com os participantes relatando uma melhoria em vários aspectos, como relacionamentos interpessoais, desempenho no trabalho e satisfação geral com a vida.

Essas descobertas sugerem que a terapia cognitivo-comportamental pode ser uma abordagem terapêutica valiosa e eficaz para indivíduos que sofrem de ansiedade patológica. Ao fornecer estratégias práticas para identificar e modificar padrões de pensamento e comportamento disfuncionais, a terapia cognitivo-comportamental pode capacitar os pacientes a enfrentar seus medos e preocupações de maneira mais eficaz. Isso não apenas reduz os sintomas de ansiedade, mas também pode ter um impacto positivo significativo em sua qualidade de vida global. No entanto, é importante ressaltar a necessidade de mais pesquisas para confirmar e expandir esses resultados, bem como para explorar a eficácia da terapia cognitivo-comportamental em diferentes populações e contextos clínicos.

Referências

ALMEIDA, R. da S. *et al.* O uso dos grupos terapêuticos no tratamento dos transtornos de ansiedade sob o olhar da terapia cognitivo-comportamental. Ciências Biológicas e da Saúde, Maceió, v. 3, n. 3, p. 101-11, 2016.

ASSUNÇÃO, W. C.; SILVA, J. B. F. da. Aplicabilidade das técnicas da terapia cognitivo comportamental no tratamento de depressão e ansiedade. Revista Educação, Psicologia e Interfaces, [*S. l.*], v. 3, n. 1, p. 77-94, 2019. Disponível em: https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/113. Acesso em: 22 mar. 2024.

BARCELLOS, M. T. *et al.* TeleConduta: ansiedade. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: https://www.ufrgs.br/telessauders/documentos/telecondutas/Telecondutas_Ansiedade_20170331.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

BARLOW, D. H. **Manual clínico dos transtornos psicológicos**: tratamento passo a passo. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BECK, J. S. Introdução à terapia cognitivo-comportamental. *In*: BECK, J. S. Cognitivo comportamental: teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artemed, 2014. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.adventista.edu.br/source2019/psicologia/Judith-Beck.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

CARDIOLI, A. V.; KNAPP, P. A terapia cognitivo-comportamental no tratamento dos transtornos mentais. Brazilian Journal of Psychiatry, São Paulo, v. 30, p. S51-S53, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/xZ6MGPFQJfqf4CysRQYByyh/?stop=previous&lang=pt&format=html# . Acesso em: 14 abr. 2024.

CASTILLO, A. R. G. L. *et al.* Transtornos de ansiedade. Brazilian Journal of Psychiatry, São Paulo, v. 22, p. 20-23, 2000. Suplemento 2.

CLARK, D. A.; BECK, A. T. Vencendo a ansiedade e a preocupação com a terapia cognitivo-comportamental: manual do paciente. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GOMES, H. V. O manejo clínico cognitivo comportamental no tratamento de transtornos depressivos. Psicologia: O portal dos Psicólogos, Teresina, 18 nov. 2019. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1359.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

GUIMARÃES, A. M. V. *et al.*. Transtornos de ansiedade: um estudo de prevalência sobre as fobias específicas e a importância da ajuda psicológica. Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde, Aracaju, v. 3, n. 1, p. 115-128, 2015.

LEAHY, R. L. Livre de ansiedade. Porto Alegre: Artmed, 2011. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1083189. Acesso em: 14 abr. 2024.

MELO, A. L. C.; LOURENÇO, L. M. Terapia cognitivo-comportamental no tratamento de um caso de transtorno de ansiedade generalizada: um relato de caso. Psicologia: O portal dos Psicólogos, Teresina, 1º jun. 2020. Dis-

ponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1408.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

MOURA, I. M. *et al*. A terapia cognitivo-comportamental no tratamento do transtorno de ansiedade generalizada. Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes, v. 9, n. 1, p. 423-441, 2018.

PINTO, E. B. Dialogar com a ansiedade: uma vereda para o cuidado. São Paulo: Summus, 2021.

SANTOS, E. M. S. Avaliação da eficácia de um protocolo de tratamento cognitivo-comportamental em grupo para transtorno de ansiedade generalizada. 2022. 88 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2002. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/14434/3/2022%20-%20Ellen%20Mariane%20Silva%20Santos.pdf. Acesso em: 2 abr. 2024.

SERSON, B. Transtornos de ansiedade, estresse e depressão: conhecer e tratar. São Paulo: MG Editores, 2016.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

11

TRANSIÇÃO PARA A MATERNIDADE: PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA PARA A MUDANÇA DE IDENTIDADE DURANTE O PRÉ-NATAL

TRANSITION TO MOTHERHOOD: PSYCHOLOGICAL PREPARATION FOR IDENTITY CHANGE DURING PRENATAL CARE

Gabryelle Corrêa Gonçalves Soares
Elizabeth Silva Dias

Resumo

Este estudo investiga a transformação enfrentada pelas mulheres ao se tornarem mães, destacando a preparação psicológica durante a gestação e sua influência na construção da identidade materna. O objetivo geral é compreender como essa preparação afeta a transição para a maternidade e a formação da identidade materna. Os objetivos específicos incluem conceituar o processo de transição, contextualizar a preparação psicológica por meio da análise da literatura acadêmica e examinar a percepção das mulheres sobre seu novo papel e relacionamento com o bebê. A metodologia utilizada foi uma revisão sistemática da literatura com abordagem qualitativa e descritiva, focando em estudos dos últimos dez anos. Foram identificadas estratégias como educação pré-natal, apoio social, mindfulness e terapia cognitivo-comportamental, que ajudam na preparação emocional das gestantes. Os resultados indicam que uma preparação psicológica adequada durante o pré-natal está associada a uma experiência de maternidade mais satisfatória e uma identidade materna mais sólida. Esta preparação melhora o bem-estar emocional das mulheres, fortalece o vínculo com o bebê e promove uma adaptação saudável. O artigo conclui que a preparação psicológica durante a gestação é crucial para uma transição positiva para a maternidade, beneficiando tanto as mães quanto os bebês.

Palavras-chave: Identidade materna, Maternidade, Pré-natal, Preparação psicológica, Transição.

Abstract

This study investigates the transformation faced by women when they become mothers, highlighting the psychological preparation during pregnancy and its influence on the construction of maternal identity. The general objective is to understand how this preparation affects the transition to motherhood and the formation of maternal identity. Specific objectives include conceptualizing the transition process, contextualizing psychological preparation through analysis of academic literature, and examining women's perceptions of their new role and relationship with their baby. The methodology used was a systematic literature review with a qualitative and descriptive approach, focusing on studies from the last ten years. Strategies such as prenatal education, social support, mindfulness and cognitive-behavioral therapy were identified, which help with the emotional preparation of pregnant women. The results indicate that adequate psychological preparation during prenatal care is associated with a more satisfactory motherhood experience and a more solid maternal identity. This preparation improves women's emotional well-being, strengthens the bond with the baby and promotes healthy adaptation. The article concludes that psychological preparation during pregnancy is crucial for a positive transition to motherhood, benefiting both mothers and babies.

Keywords: Maternal identity, Maternity, Prenatal, Psychological preparation, Transition.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por tema “Transição para a maternidade: preparação psicológica para a mudança de identidade durante o pré-natal”. E se desenvolveu a partir do seguinte questionamento: Como a preparação psicológica durante o período pré-natal influencia a experiência da transição para a maternidade e a construção da identidade materna?

Sobre a temática proposta, pode-se esclarecer, inicialmente que a transição para a maternidade é um período de transformação complexa na vida da mulher. A chegada de um filho não traz apenas mudanças físicas, mas também desencadeia uma série de ajustes emocionais, psicológicos e identitários. Durante a gravidez, a mulher enfrenta não apenas as transformações corporais inerentes a esse processo, mas também uma mudança de identidade que pode ser desafiadora e enriquecedora ao mesmo tempo.

A jornada da maternidade é marcada por uma série de expectativas, ansiedades e emoções intensas. A mulher passa por uma reavaliação profunda de sua própria identidade e papel na sociedade, à medida que se prepara para assumir um novo papel como mãe.

Sendo o período pré-natal, que engloba os nove meses de gestação, uma fase crucial para a preparação emocional e psicológica da mulher para a maternidade. Durante essa fase, a mulher enfrenta uma série de desafios emocionais, como lidar com as mudanças corporais, enfrentar incertezas sobre a saúde do bebê, adaptar-se às expectativas da sociedade e da família, além de enfrentar preocupações financeiras e questões práticas relacionadas ao parto e cuidados com o recém-nascido (Benincasa *et al.*, 2019).

O objetivo principal da pesquisa foi compreender de que maneira a preparação psicológica durante o período pré-natal influencia a experiência da transição para a maternidade e a construção da identidade materna.

Em relação aos objetivos específicos, esses foram: conceituar o processo de transição para a maternidade, com foco na preparação psicológica das gestantes para a mudança de identidade durante o período pré-natal; contextualizar o objeto de estudo sobre a transição para a maternidade, com foco na preparação psicológica para a mudança de identidade durante o pré-natal, através da análise da literatura acadêmica existente, identificando as principais teorias e abordagens relacionadas ao tema.

Por outro lado, discorreu-se sobre como a preparação psicológica durante o pré-natal se relaciona com a construção da identidade materna, examinando como as mulheres percebem seu novo papel, sua autoimagem e seu relacionamento com o bebê. Destacou-se a importância da psicologia como um campo fundamental para o suporte emocional e a preparação das gestantes, contribuindo para uma experiência mais saudável e satisfatória da maternidade.

O estudo e a compreensão do tema se fazem necessários primeiramente, porque a transição para a maternidade é um evento de grande relevância social, impactando não apenas a vida das mulheres, mas também de suas famílias. E compreender como a preparação psicológica durante o pré-natal influencia essa transição é essencial para promover o bem-estar tanto da mãe quanto do bebê.

Além disso, o período da gravidez e pós-parto é caracterizado por uma série de mudanças físicas, emocionais e sociais, sendo crucial uma abordagem que contemple o aspecto psicológico para mitigar o estresse, a ansiedade e outros problemas de saúde mental associados a essa fase.

Investigar essa temática também contribui para a prática clínica, fornecendo *insights* valiosos para profissionais de saúde mental. Compreender como as gestantes percebem e enfrentam a transição para a maternidade durante o pré-natal pode orientar o desenvolvimento de intervenções mais eficazes, visando oferecer suporte emocional adequado nesse período crucial. Pois, embora seja um tema de grande relevância, ainda existem lacunas na pesquisa, especialmente no que diz respeito aos processos psicológicos envolvidos na transição para a maternidade e na eficácia das intervenções psicológicas durante o pré-natal.

Portanto, investigar essa questão não só amplia o conhecimento científico na área, como também tem o potencial de impactar positivamente a prática clínica e as políticas públicas voltadas para a saúde materna e infantil. Em suma, o tema proposto oferece uma oportunidade para explorar um aspecto fundamental da experiência humana, com potencial para melhorar significativamente a qualidade de vida de mulheres grávidas e suas famílias.

Tendo em mente a pergunta sugerida pela problematização da pesquisa, surge como hipótese a seguinte ideia: uma preparação psicológica adequada durante o período pré-natal está positivamente associada a uma experiência mais satisfatória da transição para a maternidade e a uma construção mais consolidada da identidade materna.

Referida hipótese foi confirmada ao final da pesquisa, de acordo com o raciocínio que será explanado ao longo de todo o trabalho. Os métodos utilizados para se chegar às conclusões obtidas foram revisão sistemática da literatura, com abordagem qualitativa e descritiva. Concentrada na análise de pesquisas dos últimos 10 anos, garantindo que as informações e descobertas apresentadas fossem baseadas em evidências recentes e que reflitam a evolução das teorias e práticas na área de psicologia perinatal.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Metodologia

A metodologia adotada nesta pesquisa visou obter uma compreensão abrangente e aprofundada da relação entre a preparação psicológica durante o período pré-natal e a experiência da transição para a maternidade, com foco na mudança de identidade. A abordagem foi qualitativa e descritiva, permitindo a exploração das percepções, emoções e experiências das mulheres de maneira contextualizada e detalhada.

A metodologia geral foi composta pelos seguintes passos: revisão sistemática da literatura, para compreender as principais teorias, conceitos e pesquisas relevantes sobre o assunto, o que forneceu uma base sólida para a pesquisa e ajudou a identificar as lacunas existentes. A análise da pesquisa concentrou-se nos últimos 10 anos, garantindo que as informações e descobertas apresentadas fossem baseadas em evidências recentes e refletissem a evolução das teorias e práticas na área de psicologia perinatal.

Para coletar uma variedade representativa de estudos e pesquisas, as buscas foram realizadas em diversas fontes acadêmicas respeitáveis, incluindo bases de dados como Scielo, Pepsic e Google Acadêmico. A escolha dessas fontes baseou-se em sua reputação por abrigar uma ampla gama de artigos científicos revisados por pares em psicologia e áreas relacionadas. Além disso, a inclusão do Google Acadêmico permitiu abranger uma variedade maior de literatura, incluindo trabalhos de diversas partes do mundo.

As palavras-chave cuidadosamente selecionadas foram utilizadas para direcionar a

pesquisa e garantir a relevância dos artigos identificados, tais como Identidade materna, Maternidade, Pré-natal, Preparação psicológica, Transição. Os resultados foram discutidos à luz da literatura existente, permitindo uma interpretação mais ampla das descobertas. Foram destacadas as conexões entre os achados e os conceitos teóricos, além de explorar as implicações práticas e teóricas dos resultados.

A pesquisa foi concluída com uma síntese dos principais achados e conclusões. Com base nos resultados, foram propostas recomendações para profissionais de saúde, familiares e políticas públicas, visando à promoção de uma preparação psicológica mais eficaz para a transição para a maternidade. Por meio dessa metodologia qualitativa, a pesquisa buscou capturar as experiências e percepções das mulheres de maneira holística, contribuindo para uma compreensão mais profunda da relação entre a preparação psicológica durante o pré-natal e a transição para a maternidade.

2.2. Resultados e discussão

A transição para a maternidade é um período de intensa mudança e crescimento, tanto físico quanto emocionalmente. Durante o pré-natal, a preparação psicológica desempenha um papel crucial na ajuda às futuras mães a navegarem por essa fase de transição de identidade. Várias estratégias e intervenções foram elaboradas com base em pesquisas para apoiar essa preparação.

A educação é uma ferramenta essencial na preparação psicológica durante o período de pré-natal. Nos estudos de Andersson, Christensson e Hildingsson (2013) é destacada a importância dos cursos pré-natais, que oferecem informações sobre o parto, cuidados com o recém-nascido, amamentação e outros aspectos da maternidade. Esses cursos ajudam as mulheres a se sentirem mais confiantes e preparadas para a maternidade.

O apoio social desempenha um papel significativo na preparação psicológica durante esse período. Somado a isso, outra pesquisa realizada por Bitencourt (2017) destaca que o apoio de familiares, amigos e parceiros desempenha um papel fundamental no bem-estar emocional das gestantes. Ter um sistema de apoio sólido ajuda as futuras mães a lidar com os desafios emocionais da maternidade.

Além disso, práticas de *mindfulness* e meditação têm instruções recomendadas na redução do estresse durante a gravidez e na preparação psicológica para a maternidade. Por outro lado, a terapia cognitivo-comportamental também tem sido utilizada com sucesso na preparação psicológica para a maternidade. O estudo de Palmeira (2019) mostra que a terapia cognitivo- comportamental é eficaz na prevenção e tratamento da depressão perinatal, proporcionando às mulheres habilidades para enfrentar os desafios emocionais da maternidade, enfatizando que:

> A proposta de atendimento da TCC ao parto e pós-parto é um trabalho psicoeducativo, que ajuda as puérperas no levantamento de crenças e pensamentos disfuncionais a respeito dos papéis materno e paterno, quanto em relação ao parto, amamentação, sexualidade, bem como, suas expectativas sobre o modelo de filho ideal (Aguiar *et al*., 2013, p. 176).

Dado que, a transição para a maternidade é uma jornada única para cada mulher, e a preparação psicológica desempenha um papel essencial nessa transição. As estratégias mencionadas, como educação, apoio social, *mindfulness* e terapia cognitivo-comportamental, oferecem ferramentas avançadas para ajudar as futuras mães a se adaptarem à

sua identidade nova e a enfrentarem os desafios emocionais da maternidade com confiança. Afinal, como pontualmente destacado por Borges (2005, p. 24):

> A transição para a maternidade tem este 'colorido' especial, que permite que se destaquem aspectos importantes; esta fase do ciclo vital configura-se, então, em um período crítico no qual provavelmente emergirão novas significações e re-organização de papéis e de posicionamentos da mulher em suas interações.

Sendo o período pré-natal fundamental para a preparação psicológica, desempenhando um papel vital na adaptação a essas mudanças, permitindo que as mulheres enfrentem a maternidade de maneira saudável e positiva. Kimura (2010, p. 441) enfatiza que:

> No caso da mulher, quando vivencia o processo da gravidez, ela se identifica com uma identidade pressuposta de mãe, o que posteriormente como representação será interiorizado e objetivado socialmente. Existe uma identidade pressuposta, que é reposta a cada momento. Nesse contexto, a maternidade é um fenômeno social.

Neste contexto, a citação destaca a complexidade da identidade da mulher durante o processo de gravidez, sugerindo que esta se alinha com a noção preconcebida de ser mãe. Essa identidade pressuposta, uma vez internalizada pela mulher, é então objetivada e reconhecida socialmente.

A citação sugere que a maternidade não é apenas uma experiência individual, mas também um fenômeno social, influenciado pelas expectativas e normas da sociedade em que a mulher está inserida. Portanto, durante a gravidez, a mulher não só se prepara para o papel de mãe biológica, mas também adota uma identidade que é moldada e validada pelo ambiente social ao seu redor.

Outros estudos também enfatizam a importância de uma preparação psicológica eficaz para a formação de uma identidade materna saudável. De acordo com Silva (2013, p. 208):

> A preparação da gestante para o parto, assim como o acompanhamento do desenvolvimento do ciclo gravídico, é extremamente importante para mãe e bebê, pois além de evitar problemas clínicos também pode atuar em nível de tratamento quando necessário.

A importância da preparação da gestante para o parto e do acompanhamento durante todo o ciclo gravídico é destacada, evidenciando a necessidade de cuidados preventivos e intervenções oportunas para garantir a saúde materna e fetal. A citação ressalta que esse processo vai além de evitar problemas clínicos, abrangendo também a capacidade de tratar questões de saúde quando necessário. Pois, como enfazitado no estudo realizado por Klaus e Kennel (1992 *apud* Piccinini *et al.*, 2008, p. 67):

> [...] as gestantes relataram diversos sentimentos, como os de conformidade, inadequação e estranhamento e intensificação nos sentimentos. A conformidade, à semelhança do que foi dito acima, pode expressar um estado de aceitação das mudanças do período gestacional. Já a satisfação com as alterações psicológicas evidenciou uma sensação das gestantes de crescimento psíquico. Esse dado corrobora a literatura, que compreende a gestação como dotada de potencial para o crescimento emocional.

A análise revela que as gestantes experienciam uma gama diversificada de sentimentos durante a gravidez, abrangendo desde a conformidade até a inadequação e o estranhamento, além de uma intensificação emocional. A conformidade parece indicar uma aceitação das mudanças físicas e emocionais que acompanham a gestação, enquanto a satisfação com essas alterações psicológicas sugere um processo de crescimento pessoal para as mulheres grávidas.

Apesar de todos os percalços, a teoria do apego, desenvolvida por Bowlby (1969 *apud* Oliveira, 2021, p. 56), ressalta a importância das relações de apego no desenvolvimento emocional da criança durante o período de gestação e maternidade. Durante o período pré-natal, a preparação psicológica oferece à mulher a oportunidade de iniciar a construção de um vínculo emocional com seu bebê. Essa fase se revela como um aspecto crucial para o estabelecimento de um apego seguro e saudável após o nascimento, o que é de extrema importância para o desenvolvimento emocional da criança e para as mães entenderem o seu novo papel social.

Resumidamente, a preparação psicológica durante o período pré-natal emerge como um pilar essencial para uma transição bem-sucedida para a maternidade. Haja vista, como bem pontuado por Arrais, Mourão e Fragalle (2014, p. 252):

> Vale ter em mente a promoção da integridade biopsicossocial da gestante; para isso, segundo Rosenberg (2007), o trabalho de equipe é essencial. Assim, visando à proteção da mulher quanto aos problemas emocionais e outras questões relacionadas ao ciclo gravídico, são necessários programas de assistência e orientação, entre os quais são apontados os cursos para gestante e o PNP.

Pelo exposto, destaca-se que promover a integridade psicossocial das gestantes é essencial para garantir não apenas sua saúde física, mas também seu bem-estar emocional e social durante a gravidez. Nesse sentido, a citação ressaltou a importância de abordagens integradas, reconhecendo que os cuidados durante a gestação vão além do acompanhamento médico tradicional.

Assim, é fundamental adotar programas e estratégias que ofereçam suporte emocional, orientação e assistência abrangente para as gestantes. Isso inclui a implementação de cursos para gestantes e o fortalecimento do Programa Nacional de Parto, que podem fornecer informações relevantes, promover a conscientização sobre questões emocionais e sociais relacionadas à gravidez e oferecer suporte prático para lidar com esses desafios. Ao priorizar a integridade psicossocial das gestantes, pode-se ajudar a garantir uma experiência de gravidez mais saudável e gratificante, contribuindo para o bem-estar global da mulher e do bebê.

Assim, depreende-se que a preparação psicológica eficaz não apenas ajuda as mulheres a enfrentarem as mudanças da maternidade, mas também fortalece o vínculo com seus bebês e contribui para o desenvolvimento de relações de apego saudáveis. Além disso, a aquisição de conhecimentos práticos proporciona uma base sólida para enfrentar os desafios da maternidade. Portanto, é essencial que as gestantes recebam apoio psicológico e educacional apropriado para enfrentar essa transição de maneira positiva e saudável, promovendo o bem-estar da mãe e do bebê.

Em conclusão, a preparação psicológica durante o período pré-natal desempenha um papel fundamental na jornada para a maternidade, ajudando as mulheres a enfrentarem as complexas mudanças físicas, emocionais e psicológicas que a maternidade traz

consigo. Com base nas estratégias e intervenções discutidas, bem como nas pesquisas e teorias apresentadas ao longo deste texto, fica claro que a preparação adequada não apenas fortalece o bem-estar emocional das gestantes, mas também promove relações de apego saudáveis com seus bebês e oferece a confiança necessária para enfrentar os desafios práticos da maternidade.

Portanto, é imperativo que as gestantes recebam o apoio psicológico e educacional apropriado para garantir uma transição positiva e saudável para a maternidade, beneficiando tanto as mães quanto os bebês.

3. CONCLUSÃO

A presente pesquisa investigou a preparação psicológica para a mudança de identidade durante o pré-natal, uma questão relevante dada a magnitude desse período na vida de uma mulher. A chegada de um filho não é apenas um evento físico, mas também um processo profundo de transformação emocional, psicológica e identitária.

Durante a gravidez, as mulheres enfrentam uma reavaliação de sua identidade e papel na sociedade, preparando-se para assumir uma nova função como mãe. Essa transição é permeada por expectativas, ansiedades e emoções intensas, destacando a necessidade de uma preparação psicológica adequada para enfrentar essas mudanças de maneira saudável e positiva.

O preparo psicológico durante o período pré-natal é fundamental, pois ajuda a mulher a enfrentar os desafios emocionais e psicológicos que acompanham a gravidez e a transição para a maternidade. Durante essa fase, a mulher pode experimentar uma ampla gama de emoções, desde alegria e excitação até ansiedade e medo do desconhecido.

O preparo psicológico proporciona à mulher ferramentas e estratégias para lidar com essas emoções de forma saudável e construtiva, promovendo uma gravidez mais tranquila e uma transição para a maternidade mais suave. Além disso, o preparo psicológico pode ajudar a mulher a desenvolver habilidades de enfrentamento para lidar com o estresse, a ansiedade e outras questões emocionais que possam surgir durante o pré-natal e o pós-parto. Isso é importante não apenas para o bem-estar emocional da mulher, mas também para o bem-estar do bebê, pois uma mãe emocionalmente saudável é capaz de oferecer um ambiente mais estável e acolhedor para o desenvolvimento do bebê durante a gravidez e após o nascimento.

O objetivo principal da pesquisa foi compreender de que maneira a preparação psicológica durante o período pré-natal influencia a experiência da transição para a maternidade e a construção da identidade materna. Nesse contexto, diversos estudos e análises foram conduzidos para investigar as estratégias e intervenções psicológicas destinadas a auxiliar as futuras mães a enfrentarem as complexas mudanças emocionais e psicológicas associadas à maternidade.

Os resultados da pesquisa revelaram que a preparação psicológica durante o pré-natal desempenha um papel fundamental na jornada para a maternidade. Estratégias como educação, apoio social, *mindfulness* e terapia cognitivo-comportamental foram identificadas como fatores-chave para ajudar as gestantes a se adaptarem às novas identidades e aos desafios emocionais da maternidade.

No que diz respeito à educação, os cursos pré-natais foram destacados como uma ferramenta valiosa para fornecer informações essenciais sobre o parto, cuidados com o recém-nascido e amamentação, ajudando as mulheres a se sentirem mais confiantes e

preparadas para a maternidade (Andersson; Christensson; Hildingsson, 2013). Além disso, o apoio social, tanto de familiares quanto de amigos e parceiros, mostrou-se crucial para o bem-estar emocional das gestantes, proporcionando um suporte necessário para lidar com os desafios da gravidez e da transição para a maternidade.

A prática de *mindfulness* e meditação foi reconhecida como uma estratégia eficaz na redução do estresse durante a gravidez e na promoção do bem-estar emocional das gestantes. Da mesma forma, a terapia cognitivo-comportamental demonstrou ser uma abordagem eficaz na prevenção e tratamento da depressão perinatal, fornecendo às mulheres habilidades para enfrentar os desafios emocionais da maternidade e promovendo um crescimento pessoal durante esse período de transição.

Além disso, os resultados destacaram a importância da preparação psicológica na formação de uma identidade materna saudável e na promoção de relações de apego seguras com o bebê. Durante o período pré-natal, as mulheres têm a oportunidade de iniciar a construção de um vínculo emocional com seus bebês, o que se revela como um aspecto crucial para o desenvolvimento emocional da criança e para a adaptação bem-sucedida à maternidade.

Em suma, os resultados obtidos nesta pesquisa ressaltam a importância da preparação psicológica durante o período pré-natal como um componente essencial para uma transição bem-sucedida para a maternidade. Ao oferecer suporte emocional, informacional e prático às gestantes, é possível promover um ambiente favorável ao desenvolvimento saudável da mãe e do bebê, contribuindo para uma experiência de gravidez mais positiva e gratificante.

Os resultados dos objetivos específicos revelaram uma série de descobertas importantes. Primeiramente, em relação ao objetivo de conceituar o processo de transição para a maternidade, com foco na preparação psicológica das gestantes durante o período pré-natal, foi possível identificar os principais aspectos desse processo e sua influência na mudança de identidade das mulheres. A análise da literatura acadêmica existente proporcionou uma compreensão mais aprofundada das teorias e abordagens relacionadas ao tema, fornecendo uma base sólida para investigações adicionais.

Além disso, a contextualização do objeto de estudo sobre a transição para a maternidade, com ênfase na preparação psicológica para a mudança de identidade durante o pré-natal, permitiu uma análise detalhada das diferentes perspectivas e abordagens adotadas pelos pesquisadores no campo. Essa revisão da literatura acadêmica existente foi fundamental para identificar lacunas no conhecimento e áreas para futuras pesquisas.

Por outro lado, ao discorrer sobre como a preparação psicológica durante o pré-natal se relaciona com a construção da identidade materna, foi possível examinar de que forma as mulheres percebem seu novo papel, sua autoimagem e seu relacionamento com o bebê.

Os resultados destacaram a importância da psicologia como um campo fundamental para oferecer suporte emocional e preparar as gestantes para os desafios emocionais da maternidade. Essa compreensão mais profunda contribuiu para uma visão mais abrangente da experiência da maternidade e ressaltou a importância de intervenções psicológicas eficazes para promover uma transição mais saudável e satisfatória para as gestantes.

A hipótese levantada pela presente pesquisa, que sugere que uma preparação psicológica adequada durante o período pré-natal está positivamente associada a uma experiência mais satisfatória da transição para a maternidade e a uma construção mais consolidada da identidade materna, foi confirmada pelos resultados obtidos.

A análise dos dados revelou que o objetivo principal da intervenção psicológica neste contexto é proporcionar um ambiente de escuta qualificada e acolhedora para as mulheres grávidas, permitindo que expressem seus medos e ansiedades. Além disso, essa intervenção busca facilitar a troca de experiências, descobertas e informações entre as gestantes, bem como envolver a família, especialmente o cônjuge e as avós, no processo de gestação e puerpério, promovendo assim o compartilhamento da parentalidade (Arrais; Mourão; Fragalle, 2014).

Esses resultados sugerem que a intervenção psicológica durante a gravidez não apenas proporciona suporte emocional imediato, mas também promove uma base sólida para o desenvolvimento de relações saudáveis e satisfatórias entre mãe e filho.

Com base nos resultados da pesquisa, pode-se concluir que a preparação psicológica durante o período pré-natal desempenha um papel multifacetado e essencial na jornada para a maternidade. Por meio do fornecimento de suporte emocional adequado, essa preparação auxilia as gestantes a enfrentarem os desafios emocionais e psicológicos associados à gravidez e à transição para a maternidade. Através de intervenções psicológicas, como a escuta qualificada e o compartilhamento de experiências, as gestantes têm a oportunidade de expressar seus medos, ansiedades e preocupações de uma maneira segura e acolhedora.

Ademais, a preparação psicológica pré-natal não se limita apenas às gestantes; ela também se estende à família, incluindo o cônjuge e as avós. Essa inclusão permite que a família participe ativamente da gestação e do período puerperal, promovendo um ambiente de apoio e compreensão durante essa fase de transição.

É importante ressaltar que a preparação psicológica não se concentra apenas nos aspectos emocionais, mas também fornece informações práticas e relevantes sobre a gravidez, parto, cuidados com o recém-nascido e outros aspectos da maternidade. Essa combinação de apoio emocional e educação prática ajuda as gestantes a se sentirem mais confiantes e preparadas para enfrentar os desafios que surgem durante a transição para a maternidade.

Em última análise, os resultados da pesquisa destacam a importância de uma abordagem holística e integrada para a preparação psicológica pré-natal. Ao oferecer um suporte abrangente que atenda às necessidades emocionais, sociais e práticas das gestantes e de suas famílias, é possível promover uma transição mais suave e satisfatória para a maternidade e contribuir para o desenvolvimento de uma identidade materna saudável e consolidada.

Referências

AGUIAR, A. M. de *et al*. Atendimento psicoeducativo em grupo para mulheres no pós-parto: relato de experiência. **Aletheia**, Canoas, n. 41, p. 174-184, ago. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2019.

ANDERSON, E.; CHRISTENSON, K.; HILDINGSSON, I. Monthers satisfaction withgroup antenatal care versus individual antennal care: a clinical trial. **Sexual & Reproductive Healthcare**, Amsterdam, v. 4, n. 3, p. 113-120, 2013. p. 113. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1877575613000402. Acesso em: 29 mar. 2024.

ARRAIS, A. da R.; MOURÃO, M. A.; FRAGALLE, B. O pré-natal psicológico como programa de prevenção à depressão pós-parto. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 251-264, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ScBXWZFtCyVFXXfzs8jQRmp/#. Acesso em: 12 mar. 2024.

BENINCASA, M. *et al.* O pré-natal psicológico como um modelo de assistência durante a gestação. **Revista**

da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 238-257, 2019. Disponível em: https://revistasbph.emnuvens.com.br/revista/article/view/188/178. Acesso em: 10 mar. 2024.

BITENCOURT, S. M. Maternidade e universidade: desafios para a construção da igualdade de gênero. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2017.

BORGES, A. P. V. **Significações durante a transição para a maternidade**: a mulher antes e depois do parto. 2005. 173 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: chrome-https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_patricia_borges.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

KIMURA, A. F. A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 31, n 2, p. 339-443, ago. 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/jq8xLSPLDJ95LvT7sDGBLyM/# . Acesso em: 29 mar. 2024.

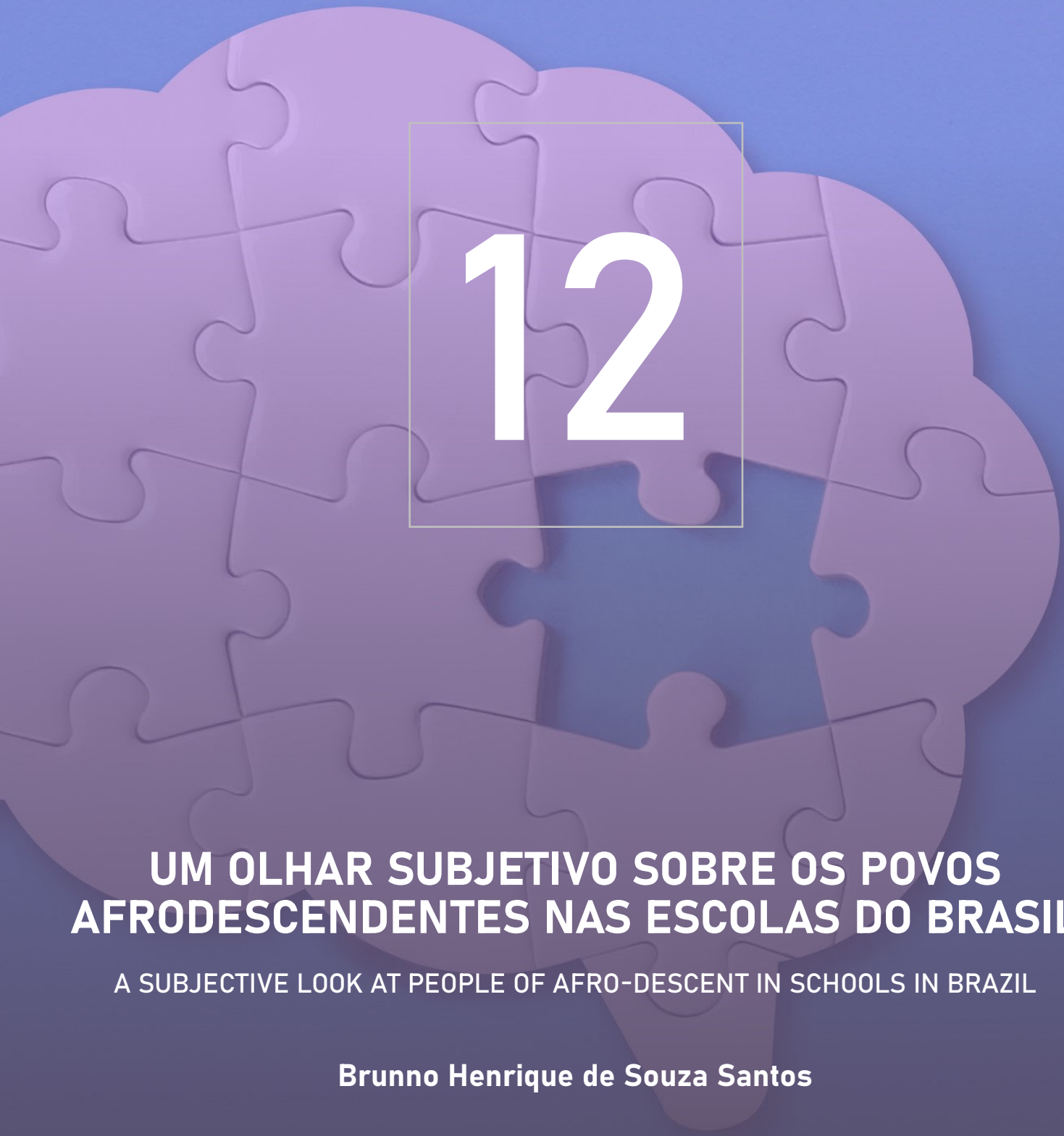
OLIVEIRA, F. **Contribuições da teoria do Apego de Bowlby para a preparação psicológica pré-natal**. Rio de Janeiro: Editora MNO, 2021.

PALMEIRA, S. F. T. **Violência obstétrica**: psicologia e a humanização ao parto. 2019. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade da Amazônia, Vilhena, 2019. Disponível em: http://189.126.105.41/bitstream/123456789/120/1/TCC.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

PICCININI, C. A. *et al*. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 63-72, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/dmBvk536qGWLgSf4HPTPg6f/?forma#. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, E. A. T. Gestação e preparo para o parto: programas de intervenção. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 208-215, 2013. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/102/10.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA



12

UM OLHAR SUBJETIVO SOBRE OS POVOS AFRODESCENDENTES NAS ESCOLAS DO BRASIL

A SUBJECTIVE LOOK AT PEOPLE OF AFRO-DESCENT IN SCHOOLS IN BRAZIL

Brunno Henrique de Souza Santos

Resumo

O presente artigo tem como objetivo geral compreender de que forma as experiências emocionais ruins, marcadas na mente de um indivíduo e enraizadas pelo tempo, poderão ajudar, numa tentativa de compreensão da ideia de alteridade. A forma como desenvolveu a escravidão no Brasil repercute diretamente na evolução econômica do país com assimetrias econômicas e sociais presentes entre brancos e negros, de modo que se relaciona também no âmbito social marcado por desigualdades e desníveis de acesso a oportunidades e as práticas da psicologia na escola podem intervir nesse processo de autoconhecimento e valorização da identidade. Em relação aos aspectos metodológicos trata-se de uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Assim, tem-se um fortalecimento do movimento afrodescentes no Brasil com essa ampliação de debate afirmativo sobre suas respectivas histórias e culturas, dando continuidade na busca dos direitos a esses povos que ainda hoje são alvos de preconceito e discriminação em vários sentidos.

Palavras-chave: Psicologia, Afrodescentes, Preconceito, Discriminação, Escola.

Abstract

The general objetive off this article is to understand how bad emotional experiences, marked in an individual's mind and rooted over time, can help, in an attempt to understand the idea of otherness. The way in which slavery developed in Brazil has a direct impact on the economic evolution of the country with economic and social asymmetries present between whites and blacks, in a way that is also related to the social sphere marked by inequalities and uneven access to opportunities and the practices of psychology in School can intervene in this process of self-knowledge and appreciation of identity. In relation to methodological aspects, this is a bibliographical review, with an exploratory nature and a qualitative approach. Thus, there is a strengthening of the Afro-descendant movement in Brazil with this expansion of affirmative debate about their respective histories and cultures, continuing the search for rights for these people who are still targets of prejudice and discrimination in various ways.

Keywords: Psychology, Afro-descendants, Prejudice, Discrimination, School.

1. INTRODUÇÃO

A construção da identidade negra e a forma como os indivíduos se relacionam com a sociedade, foram afetadas pelas experiências emocionais ruins, destacando-se que desde a socialização primária, o brasileiro afrodescendente está submetido a ideologias que o compelem a repudiar sua negritude e a adotar um modo "esbranquiçado" de ser e viver. Isso leva a uma submissão de aceitação e incorporação de valores ditados como ideais por uma sociedade branca que, simultaneamente, desqualifica suas qualidades e valores étnicos, milenarmente construídos.

A autorrejeição e a sensação de ser perseguido pelo próprio corpo, enraizado pelo tempo e afetando a forma como o indivíduo se relaciona consigo mesmo e com os outros, podem ser geradas. No entanto, a psicologia pode contribuir para o resgate da identidade individual e coletiva dos indivíduos em conflito de sofrimento de sua origem afrodescendente nas escolas, por meio de trabalhos que poderão fornecer elementos para o favorecimento de estratégias de reversão dos problemas sofridos pelos indivíduos que dela fazem parte.

Deve-se enfatizar as raízes e a história do processo de formação do povo brasileiro nos currículos, além de prepará-los para poder enfrentar as situações de exclusão, comuns nas relações entre alunos, onde as famílias, muitas vezes reprodutora dos padrões sociais que pretendem garantir a ordem e o progresso, deixa de exercer um papel transformador. A rede escolar, representada por profissionais despreparados, peca pela falta de uma prática competente que venha contemplar a diversidade pluriétnica brasileira e colaborar para a construção de uma sociedade mais harmônica.

A mídia acaba promovendo a retroalimentação da insatisfação racial e decorrente sofrimento por que passa a maioria da população brasileira, aumentando a evasão escolar, principalmente com os afrodescendentes brasileiros, sujeitos a condições socioeconômicas desfavoráveis, o que acaba por favorecer a reprodução das desigualdades na distribuição de renda.

Esse processo justifica-se como resultante de problemas pessoais da própria pessoa negra, em que ela é responsabilizada pelas dificuldades às quais está experimentada, encobrindo o fato de que situações sociais concretas determinam que as pessoas negras não tenham as mesmas oportunidades de estudo e de trabalho, dentre outras.

A partir dessas análises, pretende-se pesquisar: como a psicologia pode contribuir no resgate da identidade individual e coletiva dos indivíduos em conflito de aceitação de sua origem afrodescendente nas escolas? Para responder à pergunta problema, o objetivo geral: Compreender de que forma as experiências emocionais ruins, marcadas na mente de um indivíduo e enraizadas pelo tempo, poderão ajudar, numa tentativa de compreensão da ideia de alteridade. E os objetivos específicos: conhecer os principais obstáculos de identidade dos indivíduos nas redes escolares do Brasil; entender as mudanças e padrões emocionais de significado histórico-cultural afrodescendente de desenvolvimento humano nas escolas; e saber os mecanismos de reconhecimento, visando a conscientização dos indivíduos para os múltiplos percursos que consubstanciam a humanização nesses espaços, serão apresentados nesse estudo.

Nessa senda, a presente pesquisa tem a seguinte pergunta norteadora: Como a psicologia pode contribuir no resgate da identidade individual e coletiva dos indivíduos em

conflito de aceitação de sua origem afrodescendente nas escolas.

O presente tem como objetivo geral: Compreender de que forma as experiências emocionais ruins, marcadas na mente de um indivíduo e enraizadas pelo tempo, poderão ajudar, numa tentativa de compreensão da ideia de alteridade. E tem como objetivos específicos: Conhecer os principais obstáculos de identidade dos indivíduos nas redes escolares do Brasil; Entender as mudanças e padrões emocionais de significado histórico-cultural afrodescendente de desenvolvimento humano nas escolas; Saber quais os procedimentos de reconhecimento que visam a conscientização dos indivíduos para os múltiplos percursos que consubstanciam a humanização nesses espaços.

Essa pesquisa reveste-se de relevância social, acadêmica e científica ao estudar como as pessoas se relacionam e interagem em diferentes contextos sociais, incluindo família, trabalho, escola, comunidade e sociedade em geral, investigando como formam suas identidades, crenças, valores e atitudes, e como esses fatores influenciam suas normas sociais. Com um papel importante na promoção da justiça e na compreensão das desigualdades, buscando soluções para problemas como a discriminação, o racismo, a violência e a exclusão social, promovendo uma educação inclusiva e igualitária, que valoriza a diversidade e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Para que se compreenda o assunto em pauta, observou-se a compreensão das variáveis associadas ao papel do psicólogo frente ao resgate, e conflitos individuais e coletivos, partindo de referenciais teóricos que estimularam o saber em sua multiplicidade.

2. DESENVOLVIMENTO

No transcorrer da história humana, tem-se discutido como as pessoas se relacionam e interagem em diferentes contextos sociais, e compreende-se como as pessoas são influenciadas pelas normas, valores e crenças sociais, bem como elas influenciam e moldam esses mesmos aspectos. Há uma reflexão sobre a necessidade de uma educação multicultural que reconheça a diversidade e os direitos humanos, e sobre a urgência de adotar ações afirmativas, como a política de cotas, para garantir o acesso e a permanência de afrodescendentes no ensino superior e valorizar a cultura e a história desses povos.

> Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p 97).

Preocupando-se em analisar os processos de formação de identidade, preconceito, detecção, estereótipos e exclusão social, buscando formas de promover a igualdade e a justiça social, a psicologia têm um papel importante na promoção da saúde mental e no desenvolvimento de intervenções psicossociais que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas, onde “a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade” (HOOKS, 1995, p. 466).

Ao discutir a importância da psicologia na compreensão da construção da identidade individual e coletiva dos afrodescendentes, e como isso é afetado pelas relações sociais,

especialmente na escola, pode-se descrever um olhar nesse processo, que a educação formal deve enfatizar as raízes de matriz africana nos currículos, reconstruindo a história da formação do povo brasileiro com uma visão mais abrangente e que a formação dos professores em relação a questões raciais é fundamental para que situações de discriminação não ocorram. Além disso, existe a importância de uma identidade afrocentrada de como as experiências desconfirmatórias podem provocar transformações na visão de mundo presente, sugerindo uma nova direção.

A psicologia pode contribuir no resgate da identidade individual e coletiva dos indivíduos em conflito de aceitação de sua origem afrodescendente nas escolas, por meio da compreensão dos processos psicológicos envolvidos na construção da identidade e na promoção de uma educação que valorize a diversidade cultural e combata o preconceito e a discriminação racial pelos indivíduos na construção de sua identidade nas redes escolares do Brasil, especialmente no que se refere à identidade negra. Alguns desses obstáculos incluem a prevalência de valores eurocêntricos na sociedade brasileira, a ideologia do branqueamento que nega a herança de outros povos na composição da identidade brasileira, a isenção racial e o mito da democracia racial que prega a igualdade entre todos, mas exalta somente a cultura europeu. Além disso, a autodeclaração de pertencimento étnico-racial para ter direito a cotas pode resultar em fortalecimento da identidade negra ou em negação ao seu reconhecimento. A participação em eventos que discutem a identidade negra, como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), pode contribuir para o fortalecimento identitário dos indivíduos.

Destaca-se a necessidade de ressignificar a cultura e as experiências específicas dos negros subalternizados, a fim de valorizá-las e promover o pertencimento étnico-racial em um espaço historicamente homogêneo, onde aponta que a participação em eventos e ações que discutem a temática da população negra, bem como as disciplinas de direitos humanos e educação das relações étnico-raciais, ocorreram para o fortalecimento identitário dos estudantes negros.

Portanto é importante ressaltar que trata-se da colonialidade do ser, que nega aos sujeitos negros a sua humanidade por meio de uma violência epistêmica construída em torno do conceito de raça e os têm como “não europeus”, historicamente desumanizados e inferiorizados. Sugere-se que a preservação da cultura e das experiências específicas dos estudantes negros, bem como a discussão sobre a temática da população negra, são fundamentais para o fortalecimento identitário e emocional desses estudantes nas escolas.

A auto afirmação por imposição de culturas exploradoras atemporais e o não reconhecimento de seus valores ancestrais africanos, remete a desvalorização do indivíduo que está enraizada e perpetuada pelos seus ascendente, mas há a importância de reconhecer a matriz e os conhecimentos dela originários como uma tarefa fundamental para superar a estrutura epistemológica que leva à reprodução do racismo estrutural no Brasil.

Não configura-se apenas ao ódio entre raças, mas se estrutura a partir de um sistema ideológico hierarquizante que torna invisíveis conhecimentos e técnicas alheias aos centros de poder dominantes. Nesse sentido, o estudo dessas habilidades tão ricas e diversas, é uma tarefa que muito pode contribuir para avançar na direção da inclusão de afrodescendentes no Brasil, como descreve Bell Hooks:

> Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa se refletir num processo pedagógico, nós, como professores em todos os níveis do ensino fundamental à universidade – temos de reconhecer que nosso estilo de ensino tem de mudar (HOOKS, 2017, p. 51).

A implantação de comissões para a verificação da validação da autodeclaração de cotas, a fim de coibir fraudes e garantir a passagem da política afirmativa; a valorização da diversidade e a promoção de ações que valorizam a cultura e as experiências específicas dos estudantes negros, como eventos e ações que discutem a temática da população negra; a discussão sobre a temática da população negra em disciplinas de direitos humanos e educação das relações étnico-raciais; a promoção de coletivos e ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) para que os estudantes cotistas possam se conscientizar sobre a importância histórica das políticas afirmativas e da democratização do acesso ao ensino superior; e o resgate da história da população negra de forma positiva, valorizando a sua autoestima e ocupando o lugar da memória negativa presente ao longo de sua história, são exemplos de alguns procedimentos de reconhecimento e conscientização desses indivíduos.

Uma das formas de fazer isso é através da promoção de intervenções psicológicas que visam a valorização da cultura afrodescendente e a desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais que ajudem a criar espaços seguros e acolhedores nas escolas, para que os indivíduos afrodescendentes possam expressar suas experiências e sentimentos relacionados à representação racial. Isso pode ser feito através de grupos de apoio, terapia individual ou em grupo, e outras intervenções psicológicas que visem a promoção da autoestima e da autoconfiança dos indivíduos afrodescendentes.

Isso pode ser feito através da educação e conscientização dos professores e demais profissionais da escola sobre a importância da valorização da cultura afrodescendente e da promoção da igualdade racial, por meio de treinamentos, workshops e outras atividades que visem a sensibilização e a conscientização dos profissionais da escola sobre a importância da diversidade cultural e da igualdade racial.

Percebe-se que a compreensão da ideia de alteridade pode ser alcançada por meio da reflexão sobre as experiências emocionais ruins que um indivíduo pode ter vivenciado, especialmente em relação a questões de preconceito. A partir dessa reflexão, é possível desenvolver a empatia e a compreensão das perspectivas e vivências de outras pessoas, especialmente aquelas que são diferentes de nós em termos de raça, gênero, orientação sexual, entre outros aspectos. Para Figueiredo e Grosfoguel:

> [a] perspectiva particular do homem branco se ergue como a norma universal de produção de conhecimentos, por meio da qual se medem e avaliam todas as outras formas de produzir conhecimentos. O homem branco pensa desde uma geopolítica e corpo-política do conhecimento particular, como homem, branco e privilegiado; porém, em nome de um suposto universalismo, encobre sua localização, recorrendo ao mito que lhe permite pensar fora do corpo e fora do tempo e do espaço (FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2009, p. 228).

Uma forma de priorizar e retomar valores de matriz africana em ambientes escolares começou a 20 anos atrás com a Lei 10.639/03, que tem como objetivo promover o ensino da história e cultura afro-brasileira e da África nas escolas, visando a valorização da diversidade étnico-racial e o combate ao racismo. Com isso, a lei contribui para o resgate da identidade individual e coletiva dos indivíduos afrodescendentes, ao reconhecer e reconhecer sua cultura e história, e para a promoção da igualdade racial, ao combater o racismo e a distinção. Sobre outros aspectos no processo de aprendizagem, afirma Oliveira que:

> A perspectivas multicultural obriga-as a reconhecer as estreitas fronteiras que moldam o modo como o conhecimento é partilhado. Leva-as a reconhecer

> sua cumplicidade na aceitação de todos os tipos de preconceitos e as incita a usar o conflito provocado pelas diferenças como catalisador de novos modos de pensar (OLIVEIRA, 2014).

Além disso, a lei também pode contribuir para a formação de professores e elaboração de materiais didáticos que contemplem a diversidade de identificação semelhante e promovam a inclusão e a equidade. No entanto, a implementação da lei ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos e a resistência de alguns professores e gestores escolares.

2.1 Metodologia

Visando atender ao objetivo de pesquisa solicitado, realizou-se uma revisão bibliográfica da literatura, a qual é considerada método de pesquisa que possibilita a busca, a avaliação crítica e a síntese do estado do conhecimento sobre determinado assunto (MENDES, 2008). O método de investigação fundamentado na revisão bibliográfica busca manter os padrões de clareza, rigor e replicação dos primários (MINAYO, 2018).

Propõe-se a realização de uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa. A revisão bibliográfica da literatura tem como critério de exclusão artigos repetidos, artigos não acessíveis em texto completo, resenhas, anais de congresso, monografias, teses, editoriais, artigos que não abordaram diretamente o tema deste estudo e artigos publicados fora do período de análise (LUPPETI, 2017).

Para a seleção dos artigos foram consultadas as plataformas de dados de literatura científica e técnicas: Scientific Electronic Library Online (Scielo), e Google Acadêmico e Scopus. O período dos artigos pesquisados serão os trabalhos publicados nos últimos 20 anos. As palavras chaves utilizadas na busca serão: subjetivo; afrodescendente; matriz; africana; Brasil.

A técnica utilizada na pesquisa será de revisão bibliográfica e análise qualitativa, pois será indispensável o uso da legislação e da doutrina como mecanismos para a coleta de informações.

O método de investigação fundamentado na revisão bibliográfica busca manter os padrões de clareza, rigor e replicação dos primários (MINAYO, 2018).

> A revisão bibliográfica tem como critério a exclusão de artigos repetidos, artigos não acessíveis em texto completo, resenhas, anais de congresso, monografias, teses, editoriais, artigos que não abordaram diretamente o tema deste estudo e artigos publicados fora do período de análise (LUPPETI, 2017).

Para a seleção dos artigos foram consultadas as plataformas de dados de literatura científica e técnicas.

2.2 Resultados e Discussão

O presente estudo tem como objetivo demonstrar a importância da discussão da temática diversidade cultural e pluralidade étnica no que diz respeito a história da escravidão no Brasil no contexto econômico, para que assim se reflita e questione melhores práticas de inclusão até a chegada da instituição das cotas raciais, pois o debate de temas sociais vão além de transmissibilidade conteudística, mas sobretudo propõe-se o enfra-

quecimento de discursos racistas, discriminatórios e colonizadores para o fortalecimento da democracia com a formação das identidades das novas gerações.

A ampliação do horizonte permeado na diversidade étnica, histórica, cultural, social e econômica em nosso país, reparando as exclusões sociais e culturais ocorridas em nosso percurso histórico pretende revisitar os encontros e desencontros culturais. Contudo pode-se visualizar grande lacuna nos livros didáticos, sendo ausente a abordagem antropológica da população negra por inúmeros motivos, sendo a introdução da história e cultura afro-brasileira depende da aproximação e conhecimentos da cultura africana com uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos,

Dessa forma, deve-se ter novos olhares a fim de se desconstituir os danos provocados há séculos por estas etnias que foram marginalizadas culturalmente e agora tem a chance de serem promovidas através da atuação de diretores, coordenadores escolares, professores, e demais profissionais envolvidos com criação de currículos e projetos pedagógica a fim de valorizar a pluralidade existente no contexto no qual estamos inseridos, promovendo a mudança de concepção, e vir atender uma questão de justiça social.

A escola não é e nem deve ser o único, mas, sem sombras de dúvidas, é um dos espaços mais importantes para o desenvolvimento sociocultural da espécie humana na contemporaneidade. Marcada pelo pluralismo, diversos foram os desafios já enfrentados por esta instituição que há séculos faz parte do cotidiano das mais diversas sociedades pelo mundo a fora e assim preservar o ambiente.

Cada realidade cultural tem sua lógica própria e essa só terá sentido se levar em conta as práticas, costumes e momento temporal em que estão inseridas. “Cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes” (SANTOS, 2006, p. 12).

O amadurecimento cultural e político de uma sociedade, bem como sua percepção como fundamental na participação ativa nos espaços a ela reservados no âmbito da estrutura estatal faz-se necessário. Quando várias ideologias e pensamentos estão postos na sociedade, trata-se de uma forma de vivenciar as “culturas” presentes em um determinado espaço e período histórico, fomentando a democracia e legitimação de diferentes expressões culturais. Portanto uma educação voltada para o melhor entendimento e aprimoramento desses conceitos constitui um imenso desafio social

Nesse ínterim, importante destacar a diversidade de grupos existentes no mundo, onde há traços que irão diferenciar os povos, miscigenando a cultura. Sobre a temática, discorre Canclini (1999):

> A identidade é uma construção que se narra. Estabelecem-se acontecimentos fundadores, quase sempre relacionados à apropriação de um território por um povo ou à independência obtida através do enfrentamento dos estrangeiros. Vão se somando façanhas em que os habitantes defendem-se, ordenam seus conflitos e estabelecem os modos legítimos de convivência, a fim de se diferenciarem dos outros (CANCLINI, 1999, pg. 163).

Nesse sentido a cultura muito influencia o aspecto econômico de um país e interfere diretamente da educação, onde as pessoas poderão melhor se apropriarem do consumo do que veem, escutam ou conseguem extrair no meio onde estão localizadas.

Ajala e Lucilon (2020) discorrem sobre o tema, afirmando que é substancial a atuação do Estado nas políticas públicas referentes a efetivação dos direitos fundamentais e sociais, principalmente no tocante à sua promoção e prevenção.

Desse modo, o direito social deve ser garantido pelo Estado mediante políticas econômicas e sociais e ao observar o conceito de política pública, está se serve para correção ou diminuição de problema social identificado, compreendendo como o conjunto de diretrizes e metas de ação e de prioridades alocativas do Estado (FORTINI *et al*., 2008).

A Constituição Federal garante a igualdade formal entre todos, contudo na prática não é eficaz, sendo necessária a propositura de ações afirmativas que compensem esse desfavorecimento a determinadas classes ou pessoas.

As políticas afirmativas são políticas focalizadas em alocar recursos em benefício do coletivo. Trata-se de uma medida que tem por objetivo combater qualquer tipo de discriminação, e garantir que todos os cidadãos tenham seus direitos, independente das questões socioeconômico ou raciais (GEMMA, 2010).

A teoria da justiça compensatória onde se entende que determinados grupos foram vítimas de algum tipo de discriminação no passado, nesse caso, os negros, atualmente ainda sofrem com problemas de ordem econômica, social e cultural (BASTOS, 2001).

Já a teoria da justiça distributiva tem a ver com a igualdade proporcional, deixando evidente que todas as pessoas devem ter as mesmas vantagens e direitos e podem vir a ser promovidas por meio das ações afirmativas (MORAES, 2011).

É importante frisar que as cotas têm como objetivo promover o acesso dessas pessoas ao sistema educacional para posteriormente terem mais chances no mercado de trabalho, dessa forma, diminuindo as desigualdades raciais e sociais que ainda permanecem enraizadas em nossa sociedade (TEIXEIRA, 2003). A Lei n° 12.711/12, conhecida como Lei de Cotas, traz a definição, ou melhor dizendo, os critérios básicos de quem pode ser beneficiado pelo sistema de cotas raciais nas universidades.

A existência das ações afirmativas é imprescindível, pois, serve como base para que seja alcançado o equilíbrio entre as pessoas que vivem em uma sociedade, dessa forma, busca-se a igualdade entre os seres humanos, principalmente quando se trata de oportunidades como: trabalho, saúde, educação, entre outras coisas.

Entretanto deve-se frisar o caráter temporário das cotas sociais, sendo apenas uma solução passageira, provisória. Durante seu funcionamento, o Estado deve investir em áreas como educação e economia até que se atinja uma igualdade entre as classes sociais e entre as escolas e universidades públicas e privada

Para Freire (1987) a aprendizagem precisa romper com uma série de paradigmas promovendo a inserção de metodologias que ativem o cérebro do aluno para situações práticas ou aproximem-se de sua realidade. Deste modo, a dinâmica deve-se situar no contexto multicultural que estamos inseridos, dando oportunidade de conhecimento de todos os modos de vida, crenças e valores populares, incluindo nesse meio, os negros e índios.

Silva (2001), ensina-nos: Se se quer ter a tolerância como objetivo a ser incorporado à mentalidade brasileira pela via da Educação, a formação continuada de professores das redes públicas e privadas e os cursos de licenciatura nas universidades devem acolher sistematicamente atividades voltadas à sensibilização para a alteridade e garantir o acesso dos professores e estudantes ao conhecimento acumulado sobre os grupos étnicos específicos e os povos indígenas no país (SILVA, 2001, p. 120).

Desse modo, os processos de resistência institucional e a herança eurocêntrica presente nos projetos pedagógicos dos cursos são grandes desafios para as universidades e para as mudanças sociais. Elas terão que enfrentar comportamentos (FRANCISCA NAVANTINO, 2019).

3. CONCLUSÃO

Demonstrou-se que sempre houve muitos desafios de socialização e participação das comunidades africanas para manutenção do respeito a suas etnias, bem como a promoção de sua autonomia e como o trabalho escravo intensificou o processo econômico brasileiro.

Diante dos conhecimentos expostos, nota-se que enfoques na estrutura do sistema escravista até o estudo do comum e do banal, diferentes abordagens vêm sendo exploradas, todavia é notório que no Brasil, podemos observar que a escravidão assume caráter rural, onde a maioria dos escravos estavam ligados aos serviços agrícolas, e os movimentos abolicionistas, assim como o fim do tráfico internacional de escravos, tiveram maiores impacto em sua economia.

Reconhecendo que a dignidade da pessoa humana precisa ser o princípio basilar de toda ordem social e econômica a fim de garantir o equilíbrio das relações humanas, ao abolir a escravidão, o Brasil se posiciona internacionalmente como um país que se preocupa com a garantia dos direitos humanos Dessa forma, denota-se a importância de se incluir o estudo dessa temática no âmbito escolar, de forma a garantir o multipluralismo e a valorização da cultura étnica, evidenciando de forma realista os acontecimentos históricos ocorrido no país e enfatizando que a cultura é grande influenciadora da educação.

As cotas raciais devem ser vistas como uma forma de discriminação positiva, percebe-se que elas discriminam o indivíduo por um determinado período, visando reduzir os problemas das desigualdades sociais que se encontram presentes há muitos anos e assim se classifica como uma política pública afirmativa necessária.

Referências

AJALA, Vladson dos Santos; LUCILON, Maria Cristina Schneider Lucion. **A promoção ao direito** à saúde **como elemento de sustentação do Sistema** Único **de Saúde no Brasil**. Direito & Saúde: diálogos ao encontro dos Direitos Humanos [recurso eletrônico] / Janaína Machado Sturza; Evandro Luis Sippert (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi,2020 Disponível em: http://www.editorafi.org. Acesso em 10 de nov. 2021

ALMEIDA, M. A. B. DE ., & SANCHEZ, L. P **Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social**. Proposições, 28(1), 55–80. https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141 2017

BARBOSA, Paulo Sérgio Medeiros. **Saberes e Fazeres Sítio dos Crioulos: inventário participativo do ponto de memória**. Jerônimo Monteiro-ES: Associação Quilombos Sítio dos Crioulos, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CARNEIRO, Sueli (2005). A **construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, pg 96-110.2005

DIAS, A. C. G., PATIAS, N. D., & ABAID, J. L. W.. **Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões.** Psicologia Escolar E Educacional, 18(1), 105–111. https://doi.org/10.1590/S1413-85572014000100011 2014

FARIAS, FERNANDA & GOMES, EMERSON. **A importância de práticas educativas decoloniais no ensino de Ciências.** 44-45. 2023

FERREIRA, R. F., & CAMARGO, A. C.. **As relações cotidianas e a construção da identidade negra.** Psicologia: Ciência E Profissão, 31(2), 374–389. https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013 2011

FERREIRA, R., & CAMARGO, A. **A naturalização do preconceito na formação da identidade do afrodescendentes.** EccoS – Revista Científica, 3(1), 75-92. doi:https://doi.org/10.5585/eccos.v3i1.247 2008

FIGUEIREDO, A.; GROSFOGUEL, R. **Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário.** Sociedade e Cultura, Goiânia, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234,

jul./dez. 2009. https://doi.org/10.5216/sec.v12i2.9096

FORTINI, Cristiana, ESTEVES, Júlio César dos Santos, DIAS, Maria Tereza Fonseca.GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Direitos sociais e fundamentos constitucionais: modificações no regime jurídico do benefício previdenciário da pensão por morte**. RDRST, Brasília, volume 1, n. 2, 2015, p 197-209, jul-dez/2015.

FREIRE, P., & GONZAGA, M. A **Representações sociais de praticantes de religião de matriz africana sobre a laicidade: um estudo de caso sobre identidades e decolonialidade.** Revista Brasileira De Sociologia Do Direito, 7(2), p. 157-187. https://doi.org/10.21910/rbsd.v7n2.2020.344. 2020

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 36.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, RITA DE CÁSSIA RAFAEL**. AFRODESCENDENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA: (IN) VISIBILIDADE ENTRE AS LEIS E AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS (ESCOLAS MUNICIPAIS DE GOIÂNIA-2017)**. 2018. 142 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

HOOKS, b. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 02/95, p. 464-478, 1995. https://doi.org/10.1590/%25x

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.**

MARTINS, Célia. **O que é política educacional.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994

NUNES, Leonardo Vieira. **Indicadores do perfil profissional do psicólogo escolar das equipes especializadas de apoio à aprendizagem da Secretaria de Educação do DF**. 2016. xi, 132 f., il. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, É.. **De mãos dadas com hooks. Revista Estudos Feministas**, 22(3), 1001–1003. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300022 . 2014 Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

RAIMUNDO, M. H. **Violência e Vingança: Exu na engrenagem dos ataques contra as religiosidades de matriz africana.** Revista Calundu, 5(1). https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v5i1.38718 2021

SILVA, A.L. **Educação para a Tolerância e Povos Indígenas**. In*:* GRUPIONI, L.D.; VIDAL, L.B.; FISCHMANN, R. (orgs.) Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo: Edusp, 2001. p. 120-132

SILVA, A.L. Educação para a Tolerância e Povos Indígenas. In*:* GRUPIONI, L.D.; VIDAL, L.B.; FISCHMANN, R. (orgs.) **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade.** São Paulo: Edusp, 2001. p. 120-132.

SILVA, P. B. G. **Politicas curriculares para combater o racismo**. A Página da Educação. Edição n. 150, ano 14, nov. 2005.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

13

A INFLUÊNCIA DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NOS PROCESSOS SELETIVOS DAS EMPRESAS

THE INFLUENCE OF ORGANIZATIONAL PSYCHOLOGY ON THE SELECTION PROCESSES OF COMPANIES

Rafaela Almeida Sousa

Resumo

Este trabalho investiga a influência da psicologia organizacional nos processos seletivos das empresas, abordando a importância de compreender os variados aspectos dessa atuação para melhorar a eficácia e a precisão desses procedimentos. O objetivo geral é realizar um estudo aprofundado sobre o papel da psicologia organizacional nos processos seletivos, examinando a legislação pertinente, as práticas recomendadas, e os impactos resultantes. Especificamente, busca-se elucidar o conceito e a evolução histórica da psicologia organizacional, analisar as técnicas psicológicas aplicadas e avaliar seus efeitos tanto para recrutadores quanto para candidatos, além de identificar desafios e propor soluções práticas. A metodologia empregada inclui uma revisão bibliográfica abrangente, focando em literatura especializada no campo da psicologia organizacional e estudos de caso relevantes. As conclusões destacam a necessidade de uma aplicação cuidadosa da psicologia organizacional para superar barreiras nos processos seletivos, enfatizando a importância de técnicas psicológicas adequadas para garantir processos mais justos e eficientes. Este estudo contribui para o aprimoramento das práticas de seleção, oferecendo insights valiosos para profissionais de RH e psicólogos organizacionais.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional. Processos Seletivos. Técnicas Psicológicas. Eficiência. Desafios.

Abstract

This work investigates the influence of organizational psychology on companies' selection processes, addressing the importance of understanding the various aspects of this activity to improve the effectiveness and precision of these procedures. The general objective is to carry out an in-depth study on the role of organizational psychology in selection processes, examining the relevant legislation, recommended practices, and the resulting impacts. Specifically, we seek to elucidate the concept and historical evolution of organizational psychology, analyze the psychological techniques applied and evaluate their effects for both recruiters and candidates, in addition to identifying challenges and proposing practical solutions. The methodology employed includes a comprehensive literature review, focusing on specialized literature in the field of organizational psychology and relevant case studies. The conclusions highlight the need for a careful application of organizational psychology to overcome barriers in selection processes, emphasizing the importance of appropriate psychological techniques to guarantee fairer and more efficient processes. This study contributes to the improvement of selection practices, offering valuable insights for HR professionals and organizational psychologists.

Keywords: Organizational psychology. Selection Processes. Techniques Psychological. Efficiency. Challenges.

1. INTRODUÇÃO

A importância da psicologia organizacional nos processos seletivos de empresas constitui um tema de significativa relevância na conjuntura atual das práticas corporativas. Este estudo se debruça sobre a interseção entre a psicologia aplicada e os mecanismos de recrutamento e seleção, procurando elucidar os impactos e as potencialidades dessa relação para o ambiente organizacional. Nesse contexto, surge a indagação central: De que forma a psicologia organizacional pode influenciar os processos seletivos das empresas?

A relevância deste estudo reside na crescente valorização do capital humano como diferencial competitivo nas organizações. A aplicação de conceitos e técnicas da psicologia organizacional nos processos de seleção representa uma oportunidade para as empresas aprimorarem suas práticas de recrutamento, assegurando a identificação de profissionais que não apenas possuam as competências técnicas necessárias, mas que também estejam alinhados com a cultura e os valores organizacionais.

Este artigo tem por objetivo geral explorar a atuação da psicologia organizacional nos processos seletivos, analisando como este campo de conhecimento contribui para a eficiência e eficácia desses processos nas corporações, por sua vez, dentro dos objetivos específicos, propõe-se inicialmente apresentar o conceito e o histórico da psicologia organizacional, estabelecendo uma fundamentação teórica para o entendimento das suas aplicações práticas.

Ademais, este estudo visa examinar as técnicas psicológicas utilizadas durante os processos seletivos, destacando sua importância para a avaliação holística dos candidatos e para a promoção de práticas de recrutamento mais inclusivas e justas. Tal abordagem permite não apenas a identificação de competências técnicas, mas também a avaliação de aspectos comportamentais e culturais que influenciam na integração e no desempenho dos profissionais nas empresas.

Dessa forma, este artigo se propõe a conduzir uma análise criteriosa sobre a interação entre a psicologia organizacional e os processos seletivos, fundamentados e em uma revisão bibliográfica extensiva que abarca tanto a teoria quanto a prática. Ao fazê-lo, busca-se contribuir para o aprimoramento das estratégias de recrutamento e seleção, oferecendo insights valiosos para profissionais de recursos humanos e gestores interessados em promover ambientes de trabalho mais produtivos, éticos e alinhados às necessidades contemporâneas das organizações.

2. DESENVOLVIMENTO

2. 1 Metodologia

Para a elaboração deste estudo, adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica, com o propósito de compreender de forma abrangente como a psicologia organizacional influencia os processos seletivos nas empresas. Esta abordagem qualitativa e descritiva possibilitou uma análise detalhada dos conceitos, teorias e práticas associadas ao campo da psicologia organizacional, especialmente no que tange ao recrutamento e seleção de talentos em ambientes corporativos.

A pesquisa concentrou-se na consulta de materiais publicados no intervalo de dez anos, entre 2014 e 2024, visando incluir as contribuições mais recentes e relevantes sobre

o tema. Para tal, foram utilizadas como principais fontes de informação bases de dados acadêmicas de reconhecida confiabilidade e abrangência, como o Scielo e o Google Acadêmico. Estas plataformas proporcionaram acesso a uma vasta gama de documentos acadêmicos, incluindo livros, dissertações, artigos científicos e relatórios de pesquisa.

A seleção dos materiais seguiu critérios rigorosos de inclusão e exclusão, priorizando trabalhos que apresentassem uma clara conexão com os objetivos propostos. Foram incluídos no estudo documentos que discutiam especificamente a aplicação de teorias e técnicas da psicologia organizacional em processos de recrutamento e seleção. Excluíram-se da análise trabalhos que, embora versassem sobre psicologia organizacional, não focalizavam diretamente os processos seletivos, ou que estavam fora do período delimitado para a pesquisa.

As palavras-chave utilizadas na busca dos materiais foram: “psicologia organizacional”, “processos seletivos”, “recrutamento e seleção” e “práticas de recrutamento”. Estes descritores facilitaram a filtragem e a identificação de literatura pertinente ao tema em estudo, permitindo uma coleta de dados focada e eficiente.

Este método de revisão bibliográfica, ao permitir uma exploração extensiva da literatura disponível, forneceu uma base sólida para o entendimento das interações entre a psicologia organizacional e os processos seletivos nas empresas. Através deste procedimento, foi possível agrupar e analisar informações chave, contribuindo para a elaboração de um panorama abrangente sobre o estado atual do conhecimento no campo e identificando lacunas que possam orientar futuras investigações.

2.2 Resultados e Discussão

A psicologia organizacional desempenha um papel crucial nos processos seletivos dentro das corporações, atuando como um pilar fundamental na identificação e atração de talentos alinhados aos valores e necessidades da empresa. Este campo da psicologia se concentra na otimização do bem-estar dos colaboradores e na maximização da eficácia organizacional, o que é essencial durante as etapas de recrutamento e seleção (ANDRADE; SEABRA, 2014).

Através da aplicação de teorias psicológicas e métodos científicos, profissionais capacitados são capazes de desenvolver processos seletivos que não apenas identificam as competências técnicas dos candidatos, mas também suas capacidades comportamentais e culturais de se integrar à empresa. A utilização de técnicas como entrevistas comportamentais, testes psicométricos e dinâmicas de grupo permite uma avaliação holística do potencial do candidato, promovendo decisões de contratação mais informadas e reduzindo as chances de turnover (ANDRADE; SEABRA, 2014).

No âmbito dos processos seletivos, a psicologia organizacional não se limita apenas à seleção de candidatos, mas também envolve a preparação e o desenvolvimento dos recrutadores. Profissionais de RH e gestores são frequentemente capacitados em técnicas de entrevista, interpretação de linguagem corporal e análise de testes psicológicos, garantindo que o processo seja conduzido de maneira ética e eficiente (CARVALHO, 2018).

Esta preparação contribui significativamente para a construção de uma experiência positiva para os candidatos, independentemente do resultado do processo seletivo, reforçando a imagem da empresa como um empregador desejável. A formação contínua em psicologia organizacional habilita os recrutadores a se adaptarem às mudanças no mercado de trabalho e às novas tendências em gestão de talentos, assegurando que os pro-

cessos seletivos permaneçam relevantes e eficazes ao longo do tempo (CARVALHO, 2018).

Entretanto, a implementação de práticas de psicologia organizacional em processos seletivos não está isenta de desafios. Questões como viés inconsciente, resistência à mudança e limitações de recursos podem afetar negativamente a eficácia desses processos. A adoção de uma abordagem baseada em dados e a utilização de tecnologias avançadas, como software de recrutamento e plataformas de avaliação online, têm se mostrado estratégias efetivas para superar esses obstáculos (FERREIRA; VARGAS, 2014).

Além disso, o compromisso com a diversidade e inclusão tem impulsionado empresas a revisarem suas práticas de recrutamento, buscando eliminar barreiras discriminatórias e promover um ambiente de trabalho mais equitativo. A psicologia organizacional, portanto, serve como uma ferramenta valiosa para navegar nessas complexidades, orientando a criação de processos seletivos que são justos, transparentes e alinhados aos objetivos estratégicos da organização (FERREIRA; VARGAS, 2014).

A avaliação da eficácia dos processos seletivos é outra área na qual a psicologia organizacional oferece contribuições significativas. Por meio de métodos de avaliação e feedback, organizações podem medir o sucesso de suas iniciativas de recrutamento e identificar áreas para melhoria (LIMA; RABELO, 2018).

Essa análise contínua ajuda a assegurar que os processos seletivos não apenas atendam às necessidades imediatas de contratação, mas também contribuam para o desenvolvimento de uma força de trabalho resiliente, capaz de se adaptar às demandas futuras do mercado. Ademais, o foco na experiência do candidato tem levado a práticas mais humanizadas de recrutamento, reconhecendo o valor de cada indivíduo (LIMA; RABELO, 2018).

Sendo assim, a integração da psicologia organizacional nos processos seletivos representa uma estratégia vital para empresas que buscam não apenas preencher vagas, mas construir equipes de alto desempenho alinhadas com sua cultura e objetivos (LOSEKANN; MOURÃO, 2020).

A abordagem multifacetada deste campo, que combina conhecimento científico com sensibilidade humana, oferece uma base sólida para práticas de recrutamento que são tanto eficazes quanto inclusivas. Enquanto os desafios permanecem, o compromisso contínuo com a inovação e a inclusão na psicologia organizacional promete pavimentar o caminho para processos seletivos mais justos e eficientes no futuro (LOSEKANN; MOURÃO, 2020).

Entender a influência da psicologia organizacional nos processos seletivos requer uma exploração inicial do seu conceito e histórico. Essa disciplina, situada no cruzamento entre a psicologia e a administração de empresas, dedica-se ao estudo do comportamento humano dentro das organizações. Com origens que remontam ao início do século XX, a psicologia organizacional tem evoluído significativamente, adaptando-se às mudanças no ambiente de trabalho e às necessidades das organizações modernas (MESQUITA; PINHEIRO, 2017).

Seu papel é crucial na criação de ambientes de trabalho produtivos e saudáveis, facilitando, assim, a harmonia entre os objetivos organizacionais e as necessidades individuais dos trabalhadores. Este campo tem aplicado seu corpo teórico e prático não apenas ao desenvolvimento organizacional e à gestão de conflitos, mas também aos processos seletivos, enfatizando a importância de atrair e reter talentos alinhados à cultura e aos valores da empresa. (MESQUITA; PINHEIRO, 2017).

Dentro dos processos seletivos, a aplicação de técnicas psicológicas especializadas

emerge como um componente central para alcançar resultados efetivos. A utilização de entrevistas comportamentais, testes psicométricos e dinâmicas de grupo são exemplos de como a psicologia organizacional contribui para uma avaliação abrangente dos candidatos. Essas técnicas permitem não apenas a análise das competências técnicas, mas também uma compreensão profunda das habilidades interpessoais (MACHADO, 2018).

Além disso, essas abordagens promovem a objetividade e a imparcialidade nos processos seletivos, reduzindo vieses e aumentando a precisão na seleção de talentos. A precisão dessas técnicas, quando bem aplicadas, pode significativamente melhorar tanto a qualidade dos candidatos selecionados quanto a satisfação geral do processo seletivo, beneficiando igualmente recrutadores e candidatos. O foco em métodos cientificamente validados demonstra o potencial da psicologia organizacional para deixar os processos seletivos mais eficientes (MACHADO, 2018).

Os desafios enfrentados pela psicologia organizacional nos processos seletivos não são triviais. Barreiras como viés inconsciente, resistência à mudança organizacional e limitações de recursos podem comprometer a eficácia desses processos. Além disso, a dinâmica rápida do mercado de trabalho exige que as práticas de seleção se adaptem continuamente para atender às novas demandas de competências (SANTOS; LIMA, 2018).

Nesse contexto, a psicologia organizacional não só tem que fornece as ferramentas para superar esses obstáculos, mas também garantir que as empresas permaneçam competitivas. Uma das soluções práticas propostas envolve o uso de tecnologia, como plataformas de recrutamento online e sistemas de gestão de candidatos, que podem ajudar a automatizar e otimizar partes do processo seletivo (SANTOS; LIMA, 2018).

A capacitação e o desenvolvimento contínuo dos profissionais de RH se apresentam como elementos vitais na eficácia dos processos seletivos, uma realidade amplamente reconhecida dentro da esfera da psicologia organizacional. Tais profissionais são a chave para a implementação de estratégias inovadoras e inclusivas, visando aprimorar não apenas a seleção de candidatos, mas também o ambiente organizacional como um todo (ANDRADE; SEABRA, 2014).

A formação desses profissionais envolve não só o conhecimento técnico das ferramentas de seleção, mas também uma compreensão profunda das dinâmicas humanas e organizacionais. Essa abordagem integrada é crucial para a construção de uma ponte eficaz entre a empresa e seus potenciais funcionários, contribuindo para uma seleção mais alinhada aos objetivos de longo prazo da organização. A perspectiva de treinamento contínuo em psicologia organizacional não apenas amplia o horizonte dos recrutadores, mas também impulsiona uma cultura de aprendizado constante dentro das empresas (ANDRADE; SEABRA, 2014).

Outra dimensão crítica explorada pela psicologia organizacional nos processos seletivos diz respeito ao alinhamento entre as expectativas dos candidatos e os valores corporativos. A congruência entre o indivíduo e a organização é um fator determinante para a satisfação e a retenção de longo prazo dos funcionários. Nesse contexto, práticas de recrutamento transparentes e comunicativas são essenciais (CARVALHO, 2018).

As práticas mais transparentes permitem que ambos os lados da mesa de seleção tenham uma compreensão clara do que é esperado e oferecido, estabelecendo assim uma relação de trabalho baseada em confiança e respeito mútuo. Este enfoque em transparência e alinhamento cultural reflete um dos princípios mais importantes da psicologia organizacional: o de promover um encaixe perfeito entre o talento humano e a missão da empresa (CARVALHO, 2018).

A inovação tecnológica tem se tornado uma aliada poderosa na superação dos desafios intrínsecos aos processos seletivos contemporâneos. A adoção de soluções tecnológicas avançadas permite uma gestão mais eficaz dos candidatos, desde a triagem inicial até as fases mais avançadas de seleção (FERREIRA; VARGAS, 2014).

Softwares de gestão de recrutamento, por exemplo, oferecem recursos que vão além da simples automação de tarefas, incluindo análises preditivas e algoritmos de matching que podem significativamente aumentar a precisão na identificação de candidatos ideais. Essa integração de tecnologia e psicologia organizacional abre novas possibilidades para personalizar o processo seletivo, tornando-o mais ágil e adaptado às necessidades específicas de cada vaga (FERREIRA; VARGAS, 2014).

No cenário atual, o compromisso com práticas sustentáveis e responsáveis socialmente ganha destaque como um dos pilares da psicologia organizacional aplicada aos processos seletivos. Empresas líderes estão cada vez mais conscientes da importância de adotar abordagens que respeitem a diversidade e promovam a inclusão (LIMA; RABELO, 2018).

Nesse sentido, a psicologia organizacional oferece frameworks e insights valiosos para a criação de processos seletivos que não apenas atendam às necessidades imediatas de talento, mas que também reflitam os valores sociais e éticos mais amplos da empresa. Essa tendência em direção a uma maior responsabilidade social corporativa reflete um entendimento mais profundo do papel das organizações na sociedade, bem como um compromisso com a construção de um futuro mais inclusivo e equitativo (LIMA; RABELO, 2018).

A avaliação contínua dos processos seletivos, uma prática recomendada pela psicologia organizacional, serve como um mecanismo de feedback essencial para as empresas. Através dela, é possível identificar não apenas as áreas de sucesso, mas também aquelas que necessitam de ajustes ou melhorias (LOSEKANN; MOURÃO, 2020).

Esta abordagem baseada em evidências garante que as práticas de seleção evoluam em consonância com as mudanças no mercado de trabalho e as expectativas dos candidatos. Além disso, a coleta e análise de dados ao longo do tempo podem revelar insights importantes sobre a eficácia das diferentes técnicas de seleção, permitindo uma otimização contínua dos processos. Esta orientação para a melhoria contínua é fundamental para manter a relevância e a eficiência dos processos seletivos em um ambiente empresarial em constante mudança (LOSEKANN; MOURÃO, 2020).

3. CONCLUSÃO

Conclui-se que que os objetivos propostos foram amplamente alcançados, proporcionando uma compreensão aprofundada sobre o impacto da psicologia organizacional nos processos seletivos de empresas. Identificou-se que as práticas psicológicas organizacionais têm uma influência significativa no recrutamento e seleção, não apenas no que se refere à identificação de competências técnicas e comportamentais dos candidatos, mas também na promoção de processos seletivos mais inclusivos e alinhados com os valores corporativos.

Foi possível constatar que o uso de técnicas e teorias da psicologia organizacional contribui para o aprimoramento dos processos seletivos, auxiliando na seleção de candidatos que não somente atendem aos requisitos técnicos da vaga, mas que também se harmonizam com a cultura e os objetivos estratégicos da empresa. Este alinhamento é crucial para a retenção de talentos e para a promoção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

Entretanto, a pesquisa também revelou desafios associados à aplicação da psicologia organizacional nos processos seletivos, como a resistência a mudanças nas práticas estabelecidas e a dificuldade de integrar plenamente os princípios psicológicos às estratégias de recrutamento de algumas organizações. Estes obstáculos destacam a necessidade de um compromisso contínuo com a educação e o desenvolvimento profissional, tanto para os profissionais de RH quanto para os gestores, enfatizando a importância de adotar abordagens baseadas em evidências.

As limitações deste estudo se concentram na natureza da revisão bibliográfica realizada, que, embora abrangente, está sujeita à disponibilidade de publicações nas bases de dados consultadas. Além disso, a análise focou predominantemente em literatura publicada em um intervalo de dez anos, o que pode excluir contribuições relevantes de períodos anteriores.

Como recomendação para trabalhos futuros, sugere-se a realização de pesquisas empíricas que possam complementar os achados desta revisão bibliográfica, explorando, por exemplo, estudos de caso em organizações específicas para verificar a aplicação prática das teorias e técnicas da psicologia organizacional nos processos seletivos. Tais estudos poderiam oferecer insights valiosos sobre como superar os desafios identificados e promover a implementação efetiva de práticas inovadoras de recrutamento e seleção.

Dessa forma, este trabalho contribuiu para a compreensão do papel crucial da psicologia organizacional nos processos seletivos, destacando a sua relevância para o desenvolvimento de práticas de recrutamento que beneficiam tanto as organizações quanto os candidatos. Assim, reafirma-se a importância de continuar explorando este campo de estudo, buscando sempre o aperfeiçoamento e a inovação nas práticas de gestão de talentos nas empresas.

Referências

ANDRADE, Diego Maximo de; SEABRA, Helyne Jesus Souza. **Recrutamento e seleção na revenda da Brasil Kirin**. 2014. 29 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional, Faculdade Católica de Anápolis - Instituto Superior de Educação, Anápolis, 2014. Disponível em: http://catolicadeanapolis.edu.br/biblioteca/wpcontent/uploads/2018/11/ArtigoRecrutamento-e-Sele%C3%A7%C3%A3o--daRevenda_da__Brasil_Kir.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.

CARVALHO, Lícia Maria de Figueirêdo. **Processo de recrutamento e seleção em empresas de mercado de luxo.** 2018. 13 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão de Pessoas, Ciências Sociais Aplicadas, Unisul Virtual, [S.L.], 2018. Disponível em: https://riuni.unisul.br/handle/12345/5488. Acesso em: 28 mar. 2024.

FERREIRA, Franciele Silva; VARGAS, Eudes Cristiano. **Estação Científica (Unifap)**, Macapá, v. 4, ed. 2, p. 21-39, 2014. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/233924149.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

LIMA, A.S.H.; RABELO, A.A. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 2018;7:139-148. DOI: https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v7i1.1697. Acesso em: 27 mar. 2024.

LOSEKANN, R.G.C.B.; MOURÃO, H.C. **Cadernos de Administração**, 2020;280:71- 5. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53637. Acesso em: 22 mar. 2024.

MACHADO, Barbara Blauth. **Recrutamento e seleção de funcionários em um hotel de Florianópolis**. 2018. 12 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão de Pessoas, Ciências Sociais Aplicadas, Unisul Virtual, [S.L.], 2018. Disponível em: https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/5698. Acesso em: 22 mar. 2024.

MESQUITA, Alex Andrade; PINHEIRO, Lucidalva. **Revista de Ciências Gerenciais**, [S.L.], v. 33, n. 21, p. 49-55, jan. 2017. Disponível em: https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/3522. Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTOS, Suênia Soares; LIMA, Thales Batista de. **Turismo e Sociedade**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 217-235, 29 dez. 2018. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/60836/37454. Acesso em: 15 mar. 2024.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

14

DEPRESSÃO NA TERCEIRA IDADE: UM ESTUDO SOBRE CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

DEPRESSION IN OLDER AGE: A STUDY ON CAUSES AND CONSEQUENCES

Chrysley Carla Pereira Lima
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre a depressão na terceira idade, a partir da análise acerca das suas causas e consequências. Observa-se que a população idosa tem crescido consideravelmente, o que traz consigo, igualmente, grandes desafios psicossociais enfrentados pelos idosos, como a solidão, o luto e as mudanças na saúde física. Tais desafios podem desencadear processos depressivos, os quais, caso não observados e, por conseguinte, tratados adequadamente acarretam consequências preocupantes como pensamento suicida ou até mesmo a morte. Direcionar uma atenção especial sobre essa temática torna-se fundamental para promoção de estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento eficazes para melhorar a qualidade de vida e bem-estar emocional da pessoa idosa. O método de análise bibliográfica utilizado é a pesquisa qualitativa e descritiva. Quanto a metodologia, este estudo baseia-se na revisão de literatura sobre a depressão na terceira idade, conduzida por meio de pesquisas na base de dados da SciELO e em outros recursos relevantes. Os resultados e as discussões destacam a depressão em idosos como um importante problema de saúde, cuja incidência tem aumentando e demandado atenção significativa por parte da família, da sociedade e das políticas públicas. Esse reconhecimento é crucial, haja vista que a depressão em idosos pode ter impactos devastadores na qualidade de vida, no funcionamento diário e na saúde em geral. Além disso, ressalta-se a necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas e estudos para aprofundamento da temática em questão.

Palavras-chave: Depressão, Terceira Idade, Causas, Consequências.

Abstract

This article aims to discuss depression in old age, based on an analysis of its causes and consequences. It is observed that the elderly population has grown considerably, which also brings with it major psychosocial challenges faced by the elderly, such as loneliness, grief and changes in physical health. Such challenges can trigger depressive processes, which, if not observed and, therefore, treated appropriately, lead to worrying consequences such as suicidal thoughts or even death. Directing special attention to this issue is essential for promoting effective prevention, early diagnosis and treatment strategies to improve the quality of life and emotional well-being of older people. The bibliographic analysis method used is qualitative and descriptive research. Regarding methodology, this study is based on a literature review on depression in old age, conducted through research in the SciELO database and other relevant resources. The results and discussions highlight depression in the elderly as an important health problem, whose incidence is increasing and demands significant attention from the family, society and public policies. This recognition is crucial, given that depression in the elderly can have devastating impacts on quality of life, daily functioning and health in general. Furthermore, the need to develop more research and studies to delve deeper into the topic in question is highlighted.

Keywords: Depression, Old Age, Causes, Consequences.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema da depressão na terceira idade, uma vez que se sabe que a velhice é um processo natural do ser humano e que caracteriza uma das etapas da vida. Para tanto, faz-se necessário definir a faixa etária classificada como idoso no Brasil, a qual segundo o Estatuto do Idoso (Lei 10741/03) é todo indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos.

O envelhecimento pode se dar de forma senescência, no qual ocorre de forma normal e o indivíduo vive harmoniosamente com limitações impostas pela idade, ou pode ser marcado por condições que limitam intensamente esse indivíduo em seu cotidiano, chamado de senilidade, caracterizado por uma velhice que se dá fora do normal ou de forma patológica, incapacitando-o para atividades da vida diária.

A população idosa tem crescido consideravelmente e como consequências desse envelhecimento aumentam-se as doenças crônicas, dentre elas a depressão. A Organização Mundial da Saúde estima que até 2025 a população idosa será de aproximadamente 30 milhões, contudo a prevalência de idosos que, por diversos fatores, sofrem com episódios depressivos será em torno de 10,3% desse total (Snowdon, 2002).

A depressão é caracterizada por multifatores, atingindo os aspectos afetivos, biológicos e sociais, sendo seus principais sintomas humor deprimido e perda de prazer ou interesse pelas atividades que outrora foram prazerosas. Contudo, muitos profissionais tendem a compreender os sintomas depressivos em idosos como algo normal do processo de envelhecimento. Muitas das vezes, as queixas trazidas como insônia, fraqueza, hábitos alimentares e solidão são vistas como comportamentos esperados na terceira idade, fazendo com que esses sintomas sejam negligenciados.

São várias as causas da depressão na terceira idade, porém a prevalência está associada a fatores psicossociais estressantes, em que se destacam sofrimento crônico, estado civil, luto, doença, aposentadoria, condições econômicas, entre outros.

É de suma importância, portanto, discutir acerca deste tema, principalmente porque o diagnóstico de depressão na terceira idade é de delicada conclusão. Sendo assim, torna-se relevante investir em estudos relacionados a saúde mental na terceira idade para que assim se possa levar informação e, acima de tudo, orientação principalmente àqueles que convivem com idosos em seu cotidiano. Isso pode ajudar a evitar que os idosos sejam julgados ou negligenciados por seus cuidadores.

Para desenvolver o conteúdo desse trabalho, estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: Quais as causas e consequências da depressão na terceira idade? Para responder a este, designa-se o seguinte objetivo geral: Compreender as causas e consequências do transtorno depressivo na terceira idade. Segue-se, então, os objetivos específicos: Elencar as causas do transtorno depressivo na terceira idade; Descrever as consequências do transtorno depressivo na terceira idade.

Destacar as múltiplas causas e, principalmente, as consequências da depressão em idosos torna-se crucial, uma vez que as mesmas podem ser profundamente devastadoras. Muitas vezes, esses efeitos têm repercussões irreparáveis tanto para o idoso quanto para seus familiares. O desconhecimento do diagnóstico, comumente, resulta na minimização da condição do idoso tanto por parte dos familiares quanto por alguns profissionais de saúde, que tendem a rotular os sintomas como parte natural do envelhecimento. Essa falta de conhecimento pode impedir a obtenção do suporte necessário e adequado, prolon-

gando o sofrimento e dificultando a recuperação, o que pode ser extremamente danoso à pessoa idosa.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Este trabalho integra uma breve revisão da literatura, a qual foi realizada através de buscas e seleção de revisões bibliográficas e textos de sociedades que abordam o assunto, utilizando a base de dados da SciELO e outros. O período dos artigos pesquisados abrangeu os trabalhos publicados nos últimos 10 anos, garantindo uma análise atualizada e relevante sobre as causas e consequências da depressão em idosos. Essa abordagem temporal permite uma compreensão mais abrangente das tendências e mudanças na compreensão da depressão nesta faixa etária, fornecendo uma base sólida para as conclusões do estudo.

A pesquisa foi realizada através do emprego dos termos, “Depressão na terceira idade”, “Depressão em idosos” e “Causas da depressão na terceira idade”. No percurso da inclusão dos textos foram analisados os artigos do tema apresentado, publicados em português, o que possibilitou melhor análise dos estudos disponíveis, garantindo a relevância e a acessibilidade dos materiais selecionados para a pesquisa.

O método de revisão bibliográfica adotado neste estudo é uma pesquisa qualitativa e descritiva, cujo enfoque está na análise crítica e na síntese de informações existentes sobre o tema, visando a compreensão aprofundada das causas e consequências da depressão na terceira idade.

2.2 Resultado e Discussão

Foram encontrados para as buscas: Depressão em idosos (102 resultados); e Causas da depressão em idosos (64 resultados). Foram selecionados 09 artigos devido maior aproximação com o tema, cuja objetivo é entender quais as causas específicas da depressão na terceira idade, assim como as consequências dessa quando não tratada.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relata que o seguimento populacional que mais aumenta na população brasileira é o de idosos, com taxas de crescimento de mais de 4%, considerando o período entre 2012 a 2022. A população com 60 anos ou mais de idade passou de 14,2 milhões, em 2000, para 19,6 milhões, em 2010, devendo atingir 41,5 milhões, em 2030, e 73,5 milhões, e, 2060. Espera-se, para os próximos 10 anos um incremento médio de mais de 1,0 milhões de idosos anualmente. Essa situação de envelhecimento populacional é consequência, primeiramente, da rápida e contínua queda da fecundidade no país, dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida, além de ser também influenciada pela queda da mortalidade em todas as idades (Stella *et al.*, 2002).

Consciente de que o envelhecimento é um processo natural do homem, esse pode se dar de duas formas: senescência, na qual ocorre o envelhecimento normal e saudável em que o indivíduo convive com boa aceitação com as limitações impostas pela idade; e senilidade, caracterizado por ser uma transição que ocorre de forma anormal ou patológica, causando o efeito das doenças e acarretando incapacidade progressiva à vida, com condições que prejudicam a funcionalidade do indivíduo nas atividades de vida diária (Lima *et al.*, 2018).

Uma dessas doenças que assolam a terceira idade é o transtorno depressivo, tema que vem sendo amplamente discutido dada e emergência da situação:

> A conhecida relação entre sintomas depressivos e idade avançada tem gerado muitos estudos, a maioria dos quais investigam os antecedentes depressivos, episódios depressivos ou distimia na história pregressa do paciente para identificar sua natureza e classificá-la entre depressão senil, involutiva, pré-senil etc. (Almeida, 1997, p. 03 *apud* Silva, 2010, p. 3).

Dessa forma, apesar de não ser uma regra, a maioria dos senis apresentam um quadro depressivo mesmo que leve (Barroso *et al.*, 2018). De acordo com achados, a prevalência de episódios depressivos maior em idosos é cerca de 10,3%, o que ocasiona vários prejuízos na vida diária desses, prejudicando, inicialmente, a qualidade de vida e chegando a morbimortalidade e aumento da taxa de riscos de suicídio.

O processo depressivo em idosos pode ocorrer de forma atípica ou indireta, diferenciando-se frequentemente das apresentações clássicas de depressão observadas em adultos mais jovens. Essa diferenciação pode dificultar o diagnóstico e o tratamento adequados:

> A depressão no idoso é apresentada de maneira atípica ou indireta, ou seja, encoberta por múltiplas e variadas queixas somáticas e associada a quadros de franca ansiedade. Em menor escala pode surgir alterações do sono, alterações do apetite, reconhecimento dos sintomas psiquiátricos, perda de energia, sensação de culpa, tristeza subjetiva, diminuição da concentração e pensamentos sobre a morte (Almeida, 1997, p. 2 *apud* Silva, 2010, p. 2).

Na geriatria, as doenças mais recorrentes são demência e depressão, e muitas vezes uma se associa a outra dificultando sobremaneira o diagnóstico:

> A análise dos dados sobre depressão ou quadros com a presença de sintomas depressivos é invariavelmente dificultada pela imprecisão das definições e da elaboração do conceito que se refere aos quadros clínicos designados como transtornos depressivos ou simplesmente à sintomas chamados depressivos (Stoppe Júnior, 1999, p. 2 *apud* Silva, 2010, p. 2).

As dificuldades com a memória são queixas que também frequentemente podem estar relacionadas à idade; uma boa memória é essencial para o envelhecimento, até mesmo para garantir independência em seu cotidiano. Contudo, essa é uma queixa que merece atenção e não deve ser avaliada isoladamente, pois pode estar associada a outros transtornos, nos quais estão a ansiedade e depressão.

Quando trata-se desse assunto, é importante considerar a família como o principal suporte para o cuidado com o idoso com depressão. Esta também merece atenção, assim como o bem-estar dos integrantes, pois os sintomas apresentados pelo transtorno depressivo podem ser transferidos para os outros integrantes da família, ocasionando um transtorno familiar.

O ambiente familiar pode ser classificado em funcional e disfuncional. Em um ambiente familiar funcional, há um equilíbrio afetivo que promove a autonomia e a responsabilidade mútua entre os membros da família, incluindo o cuidado adequado com os idosos. Isso implica em prestar atenção às necessidades deles, oferecer zelo e suporte emocional,

além de envolver todos os membros da família nesse cuidado. Por outro lado, um ambiente familiar disfuncional pode falhar em fornecer esse apoio necessário aos idosos, o que pode resultar em problemas como o agravamento do transtorno depressivo. A falta de atenção, cuidado e envolvimento pode levar os idosos a se sentirem negligenciados, isolados e desvalorizados, impactando negativamente sua saúde mental e emocional (Rosa; Lisboa; Tomaz, s.d).

Sendo assim, a família é uma importante rede de apoio para a pessoa idosa e, principalmente, para aquele com transtorno depressivo. Contudo, a mesma também necessita de uma atenção especial para que assim os integrantes possam buscar manejo adequado para com a pessoa idosa já acometida do transtorno depressivo.

As diferentes etapas da vida e do desenvolvimento humano são frequentemente marcadas por crises existenciais que demandam adaptações e enfrentamentos por parte dos indivíduos. Na terceira idade, essas crises podem se intensificar devido às mudanças significativas e às perdas que acompanham o envelhecimento. Entre os desafios mais comuns enfrentados pelos idosos estão os prejuízos fisiológicos, a aposentadoria, a perda de entes queridos e a necessidade de redefinir o próprio papel na sociedade e na família (*Ibid*; s.d)

A depressão na terceira idade está frequentemente associada a uma série de fatores, incluindo dependência física e/ou emocional, além de comorbidades pré-existentes, o que se associa ao aumento da mortalidade e morbidade. Notavelmente, a pessoa idosa está em situação de perdas constantes do ponto de vista vivencial, aos quais podemos citar: diminuição do suporte sociofamiliar, perda do status ocupacional e econômico, diminuição das condições físicas e uma frequência aumentada para doenças físicas, manifestando muitas vezes o rebaixamento do humor e, biologicamente, com o avançar da idade podem aumentar a incidência de fenômenos degenerativos ou doenças físicas capazes de desencadear sintomas depressivos (Rosa; Lisboa; Tomaz, s.d).

Para o diagnóstico da depressão na terceira idade é necessário considerar não apenas o humor deprimido ou a tristeza, uma vez que geralmente os idosos apresentam dificuldade em perceber o estado de tristeza e alegam uma irritabilidade, acarretando, entre outros sintomas, a perda do prazer na realização das atividades (Barroso *et al.*, 2018).

No tocante às causas da depressão na terceira idade é importante considerar que a mesma se dá devido à vários fatores, tais como: solidão por falta de interação e atenção dos que fazem parte do cotidiano desses idosos; separação conjugal por divórcio ou viuvez; afastamento das atividades laborais por aposentadoria, passando a sentirem-se inválidos ou sem utilidade; dependência de cuidadores que nem sempre são da família, muitas das vezes alguém estranho ao idoso, que deverá a partir desse momento fazer parte de sua intimidade, como no momento do banho ou até realizar trocas de fraldas geriátricas, devido alguma enfermidade ou declínio cognitivo, entre muitos outros (Gameiro; Minguini; Alves, 2014).

Com base nos achados, observa-se então uma mudança no comportamento da pessoa idosa, evidenciada através do rebaixamento do humor, muitas vezes apresentando irritabilidade e comportamento deprimido, associado à perda do prazer nas atividades que outrora apresentava satisfação. Fatores biológicos, como uso de medicamentos, questões hormonais e doenças crônicas devem também ser considerados nesse processo.

Frente a isso, torna-se de extrema relevância atentar-se aos primeiros sinais de humor rebaixado na pessoa idosa, pois sem atenção e intervenção adequada em tempo hábil, tais sintomas tendem a se agravar trazendo consequências que podem ser devastadoras.

No que tange às consequências da depressão na terceira idade, de acordo com os

achados, observa-se que os idosos que sofrem de depressão muitas vezes enfrentam um intenso sofrimento emocional, que pode passar despercebido por seus familiares ou outras pessoas próximas. Um dos aspectos mais preocupantes é o sentimento de ser um fardo para os outros. Os idosos podem se sentir desvalorizados, solitários e incapazes de contribuir para a vida daqueles ao seu redor, o que pode levar a sentimentos de desesperança e desamparo. Infelizmente, em casos extremos, isso pode levar a pensamentos suicidas ou mesmo a tentativas de suicídio.

Nota-se então que, devido a uma série de fatores, as tentativas de suicídio entre os idosos têm uma taxa de sucesso mais alta em comparação com outras faixas etárias. Isso ressalta a urgência de identificar e tratar a depressão entre os idosos de forma eficaz, bem como de implementar estratégias de prevenção do suicídio específicas para essa população (Barroso *et al*., 2018).

Uma boa convivência com familiares e cuidadores desempenha um papel crucial na saúde mental e bem-estar geral da pessoa idosa. O apoio emocional, a compreensão e o carinho proporcionados por essas relações podem ajudar a reduzir o isolamento social, promover o senso de pertencimento e melhorar a qualidade de vida do idoso (Rosa; Lisboa; Tomaz, s.d).

Além disso, o tratamento da depressão na terceira idade muitas vezes requer uma abordagem ampliada. A psicoterapia, conduzida por um psicólogo especializado em gerontologia ou saúde mental do idoso, pode ser muito benéfica. Através dela, os idosos podem explorar e lidar com os pensamentos, emoções e comportamentos associados à depressão, desenvolvendo estratégias de enfrentamento e promovendo uma maior resiliência emocional.

Em alguns casos, o tratamento medicamentoso também pode ser indicado, especialmente quando a depressão é grave ou persistente. Os medicamentos antidepressivos prescritos por um psiquiatra ou geriatra podem ajudar a aliviar os sintomas da depressão e facilitar a participação efetiva na psicoterapia e outras atividades terapêuticas (Stella *et al*., 2002).

É importante ressaltar que o tratamento da depressão na terceira idade deve pautar-se nas particularidades e necessidades individuais do idoso, levando em consideração fatores como a gravidade dos sintomas, a presença de condições médicas coexistentes e as preferências pessoais. Uma abordagem colaborativa, envolvendo a participação ativa do idoso, de seus familiares e de uma equipe de profissionais de saúde, é essencial para alcançar os melhores resultados no tratamento da depressão nessa fase da vida.

3. CONCLUSÃO

O envelhecimento é um processo natural e inerente à vida. O quantitativo populacional de idosos tem aumentando exponencialmente ao longo dos anos, com uma tendência de crescimento contínuo, reflexo, sobretudo, da redução da taxa de natalidade, e do avanço da medicina e da qualidade de vida da população.

A depressão é um problema de saúde que atinge todas as faixas etárias, inclusive os idosos. As causas, conforme observado, podem ser diversas, perpassando pelas questões relativas às perdas de entes queridos, amigos próximos, parceiros, perda de independência devido a problemas de saúde ou incapacidade, ou ainda perda de habilidades cognitivas. Essas perdas podem desencadear um luto prolongado e profundo, provocando sentimentos de solidão, isolamento social e diminuição da autoestima, todos fatores de risco para o

desenvolvimento da depressão em idosos.

Quanto às consequências, pode-se inferir que os impactos da depressão afetam diretamente a qualidade de vida e a saúde em geral da pessoa idosa, fazendo com que haja dificuldades significativas em realizar atividades básicas, manter relacionamentos interpessoais saudáveis e até mesmo cuidar de sua própria saúde física. A depressão pode causar uma sensação avassaladora de desespero, desamparo e falta de sentido na vida, levando a uma perda de esperança no futuro, o que é muito preocupante, pois corrobora para o isolamento social e desenvolvimento de problemas de saúde crônicos. Além disso, quando não observada ou tratada adequadamente, a depressão pode levar o idoso a desenvolver pensamentos suicidas e até mesmo o próprio ato de suicídio.

Diante desta realidade, torna-se imperativo desenvolver estratégias de cuidado adequadas para atender às necessidades dessa parcela da sociedade. Isso inclui políticas de saúde pública que promovam o acesso a serviços médicos especializados, programas de apoio psicossocial para lidar com questões emocionais e sociais, além de iniciativas que visem o tratamento de doenças crônicas e transtornos mentais, como a depressão.

Essa problemática merece destaque especial na pauta das ações de caráter preventivo, uma vez que ao promover ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida desta população e que levem orientação à família e/ou cuidadores sobre os sinais de alerta da depressão em idosos, pode haver um impacto significativo na redução do número de casos. É fundamental que as políticas públicas priorizem a saúde mental da população idosa e destinem recursos adequados para prevenir e tratar a depressão e o suicídio entre os idosos.

Ao reconhecer e responder proativamente às demandas da população idosa, o envelhecimento se tornará um processo mais saudável, digno e satisfatório para todos. É essencial que a sociedade esteja preparada para compreender as especificidades desde público, a partir de um olhar mais humano e empático, sobretudo quanto aos desafios enfrentados pelos idosos com depressão. O apoio emocional e social aos idosos em risco faz toda a diferença. Todos podem trabalhar juntos em prol de uma sociedade mais inclusiva e preparada para o envelhecimento, criando um ambiente onde todas as pessoas possam envelhecer com dignidade, segurança e qualidade de vida.

Referências

BARROSO, M.L. *et al.* **A depressão como causa do desenvolvimento da ideação suicida na pessoa idosa e as consequências no âmbito familiar,** v.12, n.41, 2018. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1201Acesso em 18 de outubro de 2023.

GAMEIRO, G.R.; MINGUINI, I.P.; ALVES, T.C. **O papel do estresse e dos eventos de vida no aparecimento da depressão em idoso.** Revista Med. São Paulo, 2014. Disponível em: https://revistas.usp.br/revistadc/article/view/86139. Acesso em 22 de outubro de 2023.

LIMA, C.M. *et al*. **Um estudo sobre a depressão na terceira idade.** Inova Saúde, v. 7, n.1, 2018. Disponível em: https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/Inovasaude/article/view/4258. Acesso em 22 de outubro de 2023.

ROSA, A.F.F.; LISBOA, T.O,S.; TOMAZ, R.S.R. **Depressão na terceira idade.** s.d. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/1122/1/Ana%20e%20Thais-%20tcc%20-%20Finalizado.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2023.

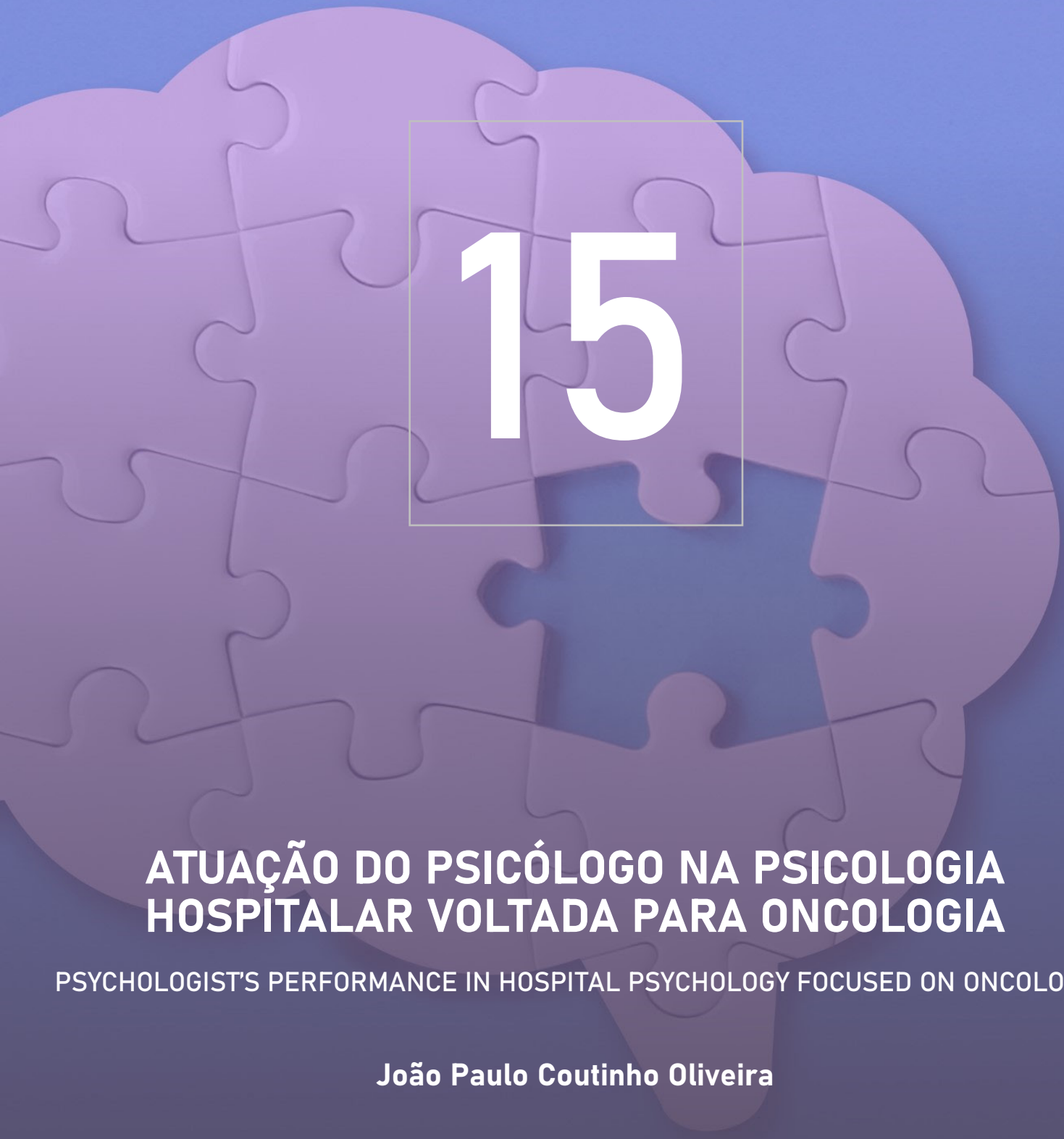
SILVA, G.B., *et al.* **Caracterizando a depressão no idoso:** uma revisão bibliográfica. Enciclopédia biosfera, 2010. Disponível em: https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/4728. Acesso em 22 de outubro de 2023.

SNOWDON, J. **Prevalência da depressão na velhice.** Departamento de Medicina Psicológica, Universidade

de Sydney, Rozelle Hospital, Austrália. Revista Brasileira de Psiquiatria, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/W4B9sg6vySKHqMhyRQ7bPxrB/abstract/?format=html&lang=pt. Acesso em 24 de outubro de 2023.

STELLA, F. *et al.* **Depressão no idoso:** diagnóstico, tratamento e benefícios da atividade física. Universidade Estadual Paulista – UNESP, v.8, 2002. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2544.pdf. Acesso em 24 de outubro de 2023.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA



15

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA PSICOLOGIA HOSPITALAR VOLTADA PARA ONCOLOGIA

PSYCHOLOGIST'S PERFORMANCE IN HOSPITAL PSYCHOLOGY FOCUSED ON ONCOLOGY

João Paulo Coutinho Oliveira

Resumo

Este trabalho tem como objetivo conhecer as principais funções dos psicólogos no contexto hospitalar na oncologia. Tem como método a Revisão de Literatura por meio de pesquisa em artigos, trabalhos de conclusão de curso e revistas cientificas publicadas em bases de dados científicos online como Google Acadêmico e Scielo a partir de 2007 a 2021 e sites relacionados ao tema, sendo uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo. A psico-oncologia é a especialidade entre a psicologia e oncologia, atendendo todas as pessoas envolvidas no tratamento, a família, amigos, profissionais que estão ajudando o paciente e o próprio paciente. A psico-oncologia tem o objetivo de prevenção de doenças e tratamentos de demandas psicológicas pós e pré-internação, podendo atender em grupos ou de forma individual, fazendo aconselhamento e podendo ajudar os pacientes ou até a família na aceitação do diagnóstico e dando assistência a família caso o paciente venha a óbito, podendo ser atendimento individual ou me grupo. A psico-oncologia no Brasil é bem recente, tendo início de encontro de profissionais em 1989, a psico-oncologia surgiu a partir de necessidades de pessoas adoecidas com câncer, tendo em vista que, pesquisas mostram que o fator psicológico afeta muito o paciente no desenvolvimento do câncer.

Palavras-chave: Atendimentos. Adoecimento. Internação. Tratamento. Família.

Abstract

This work aims to understand the main functions of psychologists in the hospital context in oncology. Its method is Literature Review through research in articles, course completion works and scientific magazines published in online scientific databases such as Google Scholar and Scielo from 2007 to 2021 and websites related to the topic, being a research of qualitative and descriptive nature. Psycho-oncology is the specialty between psychology and oncology, serving all people involved in the treatment, family, friends, professionals who are helping the patient and the patient themselves. Psycho-oncology aims to prevent diseases and treat post- and pre-hospitalization psychological demands, being able to assist in groups or individually, providing counseling and being able to help patients or even families in accepting the diagnosis and providing assistance to family if the patient dies, which can be individual or group care. Psycho-oncology in Brazil is very recent, with professionals meeting in 1989. Psycho-oncology emerged from the needs of people suffering from cancer, considering that research shows that the psychological factor greatly affects the patient in cancer development.

Keywords: Services. Illness. Hospitalization. Treatment. Family.

1. INTRODUÇÃO

A psicologia hospitalar é o campo de atuação do psicólogo que visa ajudar no atendimento, prevenção de doenças e tratamento de demandas psicológicas, trabalhando com todo o público que está no hospital com atendimentos individuais e atendimentos em grupo, visando uma melhor qualidade de vida para todos.

Santos (2005) relata que foi em 1970 que equipes formadas por psicólogos e psiquiatras passaram a ser requisitados pelos médicos oncologistas para auxiliar no processo de diagnóstico de câncer e ajudar o paciente e a família do paciente diante do diagnóstico, a partir desse ano que a visão das pessoas sobre o câncer foi mudando.

A psicologia oncológica surgiu a partir das necessidades de pessoas com câncer, a oncologia é a ciência que estuda o câncer e como ele se desenvolve, existem diversos grupos de profissionais estudando e trabalhando para descobrir os possíveis tratamentos, estão entre eles o cirurgião oncológico, radioterapeuta e psicólogo, que participam de uma equipe multidisciplinar, e de acordo com o ministério da saúde é obrigatório a presença de psicólogos nos serviços de suporte na rede do Sistema Único de Saúde.

De acordo com (Bovbjerg, 1990), acredita-se que os estados psicológicos possam contribuir na possibilidade do agravamento do câncer. Vem sendo estudado por pesquisadores possíveis efeitos nos estados emocionais a modificação hormonal na alteração do sistema imunológico, acredita-se que há uma relação entre o estresse e a depressão que possam acarretar o desenvolvimento de tumores.

O trabalho do psicólogo oncológico pode ser na terapia individual, grupal, trabalho de apoio, aconselhamento e pode ajudar na aceitação de diagnósticos e na melhora da qualidade de vida, usando técnicas de controle de estresse, dor e efeitos adversos a tratamentos, melhorando a ansiedade e possíveis transtornos.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO CÂNCER

O câncer é representado por um conjunto de patologias, que a alteração principal são as alterações de um processo de divisão celular, gerando um desenvolvimento anormal dessas células (Frank, 1990). Conforme os dados do Instituto Nacional do Câncer [INCA], o câncer é um problema que atingi pessoas independentemente da idade e nacionalidade, se constituindo a segunda principal causa de morte por doença em todo o mundo, responsável por 6 milhões de óbitos anuais. A palavra câncer é originaria do latim câncer, que significa caranguejo. Tal nomenclatura está relacionada a característica de infiltração de câncer, semelhante às pernas do crustáceo e a ideia de que o câncer torna sua vítima prisioneira da mesma forma que o caranguejo (INCA, 2000).

No Brasil, dados do INCA diz que o câncer é a segunda maior causa de morte por doenças, sendo responsável por quase 11% do total de óbitos em 1994. No Nordeste é o terceiro estado do país com o maior índice de morte por câncer, perdendo para a região Sudeste com 11% e em primeiro lugar a região Sul com 15% das mortes por doença (INCA, 2000).

O câncer não é causado por um simples motivo, existem diversos fatores que causam, como fatores genéticos, fatores ambientais e fatores individuais. Entre 80% e 90% de causas de câncer estão associados a causas externas, geralmente essas mudanças externas são provocadas pelo homem, como, hábitos e estilo de vida. Apesar dos fatores genéticos

exercerem um papel importante nos causadores de câncer, são raros os cânceres que se devem exclusivamente a fatores hereditários, familiares e étnicos. Junto a tudo isso, o envelhecimento natural do ser humano é normal que problemas físicos e psicológicos afetem nessas mudanças de hábitos do dia a dia, fazendo com que o ser humano se torne mais frágil e vulnerável para o processo cancerígeno (INCA, 2000).

O diagnóstico de câncer é sempre visto pela família, paciente e amigos como algo que traz muito sofrimento, já para o profissional da saúde, é um momento crucial e como o profissional interfere diretamente na relação do paciente com o diagnóstico que foi dado, a comunicação de más notícias é muito frequente para os profissionais da saúde (DE CARVALHO, 2002).

O alto índice de mortes por câncer causa angústia, ansiedade e entre outros diversos comportamentos desconfortantes diante do momento do diagnóstico dado, dessa forma é muito importante a forma da abordagem do profissional para o paciente, pois se usado uma abordagem mais agressiva para o resultado do diagnóstico, podendo quebrar todo o laço da relação do paciente e profissional.

3. DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

O momento do recebimento de um diagnóstico de câncer dado, pode causar transtornos entre a relação do paciente e família, a percepção do paciente e familiares podem ser diferentes e distorcidas da situação real do paciente, então é comum que seja pautado mitos e fantasias pelos membros da família e pelo próprio paciente (FERREIRA *et al.*, 2010; MELO; SILVA; FERNANDES, 2005; MCDANIEL; HEPWORTH; DOHERTY, 1994).

Pacientes com câncer são suscetíveis a alguns transtornos psicológicos, entre eles que é muito comum, está o transtorno depressivo grave, transtorno de ansiedade, transtornos sexuais e suicídio (RUDNICK; OLIVEIRA; ROSA, 2018).

> O acompanhamento clínico revela sintomas de ansiedade e depressão desde a fase diagnóstica do(s) câncer(es). Observam-se, também, repercussões dessas reações psicológicas na adesão ao tratamento, duração das internações, qualidade de vida, prognóstico e sobrevida à doença (BULTZ; JOHANSEN, 2011; DALTON *et al.*, 2009; STARK *et al.*, 2002).
>
> Aproximadamente 20 a 48% dos pacientes oncológicos apresentam critérios diagnósticos para ansiedade e/ou para depressão (BALLENGER *et al.*, 2001; LEVIN; ALICI, 2010; MILLER; MASSIE, 2010; STARK *et al.*, 2002).

O diagnóstico de câncer impacta uma família não só no contexto psicológico, aparecem outros problemas como, dificuldades econômicas geradas pelos gastos com o tratamento, ocultação do diagnóstico como forma de minimizar comentários indesejáveis, surgimentos de conflitos familiares que acabam prejudicando a família como um todo, necessidades de adaptação de rotinas que são necessárias para um bom desenvolvimento do tratamento do paciente (FERREIRA et al., 2010). Existem também os impactos que o tratamento pode causar na rotina anterior ao diagnóstico dado, como, redução de renda, mudanças de sonhos e planos já planejados, saúde prejudicada, impedindo de fazer certas tarefas que eram comuns anteriormente (BERGAMASCO; ANGELO, 2001; SILVA, 2000).

O tratamento do câncer pode ser realizado através de cirurgia, radioterapia, quimiote-

rapia, transplante de medula óssea. Em muitos casos, pode haver necessidade de combinar mais de uma modalidade de tratamento (INCA, 2013). O tratamento para essa doença depende da região em que o tumor se encontra, do tamanho, grau de comprometimento e condições clínicas do paciente. Cirurgia, radioterapia, quimioterapia, terapia biológica hormonioterapia, transplante de medula óssea e terapia gênica são alguns dos tratamentos, que podem ser realizados isoladamente ou em conjunto (ARAGUAIA, 2013).

4. ESTRATÉGIAS E ENFRENTAMENTOS

Estratégias de enfrentamento. Algumas estratégias de enfrentamento podem ser positivas ou negativas, vai depender do paciente, é importante que a família e o paciente conversem sobre o diagnóstico que foi dado, caso não haja nenhum tipo de interação, possa ser que o relacionamento possa causar outros transtornos, esse comportamento de fuga e esquiva está relacionado aos sentimentos negativos que despertam na família e no paciente, principalmente em relação à morte (MARTINS *et al*., 2011).

As intervenções psicológicas em pacientes oncológicos. O apoio psicossocial de familiares e fundamental para o desenvolvimento do tratamento oncológico do paciente, os terapeutas têm de ter conhecimento sobre a doença como um distúrbio médico, e ter conhecimento e habilidade para transmitir segurança para o paciente durante o diagnóstico (LASSEN; GAT TINGER; SAXER, 2013).

A partir do diagnóstico dado, o paciente poderá reagir de diversas formas, podendo mudar a sua percepção de si mesmo, podendo mudar o seu relacionamento com amigos e familiares por ter um sentimento de pertencer e depender dos outros, com isso tendo um relacionamento mais frágil com amigos e familiares. A adaptação a esse novo estilo de vida pode estar associada a alguns obstáculos distintos, conforme definido por Faulkner e Maguire (1994), que são as incertezas sobre o seu futuro, buscar um novo significado para a vida e apoio emocional.

> Pacientes cirúrgicos utilizam algumas estratégias emocionais que os costumam utilizar em comportamentos de negação. Na primeira, os mecanismos de defesa podem ser positivos, na medida em que ajudam o paciente a se reorganizar ante a doença e o tratamento. Auxiliam, ainda, na elaboração emocional dos momentos mais difíceis da doença, como em fases de aceitar mudanças tanto em relação aos cuidados com a alimentação e com a higiene pessoal, quanto com as limitações físicas relacionadas a locomoção, assim como, a dependência de outra pessoa para realizar algumas atividades de vida diária. Essa regressão psicológica pode vir acompanhada de certa infantilidade de pensamento e comportamento (OLIVEIRA, 2018).

Algumas estratégias como, psicoterapia e espiritualidade podem ajudar a família, caso sejam religiosos. A estratégia da psicoterapia é importante para a paciente e para a família e principalmente para o principal cuidador do paciente, podendo ajudar até em uma melhor comunicação entre si. Para o principal cuidador, é importante priorizar algumas estratégias de enfrentamento, como a psicoterapia, o principal cuidador poderá ficar sobrecarregado por ter a responsabilidade de ter assumido esse papel de cuidador, é importante, pois poderá trabalhar outras questões em relação a doença do paciente (FLORIANI, 2004; MARTINS *et al*.,2011; SILVA, 2009; VENÂNCIO, 2004; VOLPATO; SANTOS, 2007). Frequentar grupos de apoio do próprio hospital em que o paciente está internado, pois, no grupo de apoio, os profissionais da saúde tiram todas as dúvidas dos cuidadores presentes,

da alimentação até as questões emocionais (GARCIA *et al.*, 2000).

Além do acompanhamento psicológico, a religiosidade para algumas famílias podem ser uma boa estratégia de enfrentamento durante o período de tratamento Ferreira et al. (2010), essa estratégia de enfrentamento é um comportamento muito usado por algumas famílias na sua rotina do dia a dia, é aumentado esse comportamento espiritual durante a descoberta da doença oncológica (CARVALHO *et al.*, 2008; GERONASSO; COELHO, 2012).

Conforme estudos de Almeida e Stroppa (2009) existe uma forte conexão entre a espiritualidade e os enfrentamentos de crises, nesse enfrentamento a família faz uso de Coping Religioso/Espiritual (CRE), que é uma estratégia de enfrentamento de momentos de crise (ALMEIDA; STROPPA, 2009; PANZINI; BANDEIRA, 2007; PANZINI *et al.*, 2007). O Coping Religioso/Espiritual, pode proporcionar uma maior aceitação do diagnóstico, firmeza, reduzir a ansiedade o estresse, melhorar a qualidade de vida e adesão ao tratamento por Fornazari e Ferreira (2010).

5. O PSICÓLOGO DENTRO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E A FORMA DA COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS

Dentro de um contexto hospitalar a comunicação é primordial para o acesso da equipe com os pacientes, pois cada paciente tem a sua subjetividade. Dessa forma como as informações são repassadas dentro de cada ambiente do hospital implica acerca de temas como enfermidade e saúde (LEFEVRE; LEFEVRE; FIGUEIREDO, 2010).

Para Camargo *et al.* (2019), a definição de notícias más é aquela notícia que que vem com um grande cunho emocional que é capaz de alterar compreensões pessoais. Um ponto importante é que, a forma como a notícia pode chegar para o paciente pode ser vista de uma percepção e ouvida de forma diferente com uma reação diferente, podendo compreender melhor e de forma mais leve a notícia (BARROS; FARIA, 2022).

A falta de cuidado ou até habilidade de más notícias das equipes multidisciplinares em hospitais podem atrapalhar em diversos fatores a relação de paciente e profissional, usando essa forma de abordagem menos cuidadosa pode atrapalhar, por exemplo, no vínculo entre paciente e a equipe. Um bom vínculo de paciente e com o profissional pode gerar um melhor desenvolvimento em relação ao tratamento e vivência da doença (CAMARGO *et al.*, 2019).

6. ACOLHIMENTO NO CONTEXTO HOSPITALAR

O acolhimento é uma estratégia de cuidado no campo da saúde. É configurado como uma das referências ético-estético-políticas pela Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2011 p. 56), o acolhimento, é um compromisso coletivo em criar vínculos de maneira responsável, deixando as diferenças de lado, estimulando a autonomia e a valorização da vida.

O acolhimento e a ambiência ocupam um espaço fundamental no contexto hospitalar, fazendo a partir de uma busca ativa, ofertando um ambiente seguro para que o paciente ou os familiares e acompanhantes possam se expressar de uma forma mais livre. O acolhimento está relacionado está relacionado a confiança que a equipe de profissionais estabelece com os pacientes, entregando algumas melhorias de condições de vivência do paciente durante a sua estadia no leito, envolvendo um bem-estar ambiental e emocional.

Há uma lacuna teórica, a maior parte da literatura que fala sobre o acolhimento é no contexto hospitalar. Ouvindo as queixas do paciente e acompanhantes, considerando as suas preocupações e angústias, fazendo o uso da escuta qualificada, que possibilite analisar melhor a demanda. (SHINZATO *et al.,* 2016).

O principal objetivo da escuta qualificada é ouvir o sujeito e a família do paciente, tendo como objetivo conhecer o paciente e sua família além da doença, então, fazer uma escuta diferenciada, humanizando o atendimento faz uma diferença significativa, ajudando o sujeito a que está em processo de tratamento (CECILIO; MERHY, 2003).

O trabalho da psicologia pode fornecer para o paciente um olhar diferente do que é mostrado, fazendo o paciente ter uma percepção mais realista da sua patologia, fazendo observar para além de um corpo adoecido, fazendo o paciente não ter um olhar de desprezo para si, fazendo olhar de uma forma mais ampla para o seu processo de adoecimento (AMARANTE, 1999).

O acolhimento é um ato de acolher, uma ação de aproximação, um “estar com” e um “estar perto de”, ou seja, um ato de inclusão (BAHIA, 2005).

7. METODOLOGIA

A técnica de Revisão de Literatura foi utilizada como metodologia, com pesquisas em artigos, revistas e trabalhos de conclusão de curso publicados em bases online de dados científicos, sendo umas pesquisas qualitativas e descritivas.

As fontes utilizadas foram: Artigos científicos na base de dados do Google Acadêmico e Scielo, publicado a partir de 2007 a 2023 e sites relacionados com o tema.

8. CONCLUSÃO

O produto deste trabalho é o fruto de estudos, com práticas de estágio e a busca de informações. Percebe-se que a psicologia hospitalar vem ganhando um espaço cada vez maior na psicologia, pois todos nós passamos pelo menos uma vez por um hospital como paciente ou como profissional. Sem dúvida o tema psicologia hospitalar voltada para a oncologia é muito importante dentro de um contexto mais amplo na psicologia, pois a oncologia é uma das áreas mais importantes dentro da psicologia hospitalar por conta da demanda que é recebida no contexto hospitalar.

Dessa forma, o trabalho produzido vai contribuir para sanar as dúvidas de que está adentrando na psicologia hospitalar voltada para a oncologia e para pacientes e familiares de pacientes, servindo para dar um norte de como trabalhar como psicólogo hospitalar e enriquecer os conhecimentos ainda não adquiridos.

Por fim, as informações aqui reunidas são relevantes para um estudo superficial sobre o assunto voltado a psicologia hospitalar voltado para a oncologia.

Referência

Angerami-Camon, V. A. (1984). **Psicologia hospitalar: a atuação da psicologia no contexto hospitalar**. São Paulo: Traço

Angerami-Camon, V. A. (2002). **Psicologia hospitalar, passado, presente e**

perspectivas. In V. A. Angerami-Camon (Org.), O doente, a psicologia e o hospital (pp.3-27). São Paulo: Cengage Learning.

Amorim, S. F. (2006**). Intervenção psicológica no hospital geral.** In W. L. Bruscato, C. Benedetti, & S. R. A. Lopes (Orgs.), **A prática da psicologia hospitalar na Santa Casa de São Paulo: novas páginas em uma antiga história** (pp.69-80). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ana Paula Wilvert, Camilla Volpato Broering (organizadoras). **A Atuação da Psico-oncologia: reflexões e possibilidades de intervenção**. 2021.

Bergerot, C. D., Largos, J. A., & Araujo, T. C. C. F. de. (2014). **Avaliação de ansiedade e depressão em pacientes oncológicos: comparação psicométrica.** Psico

USF, 19(2), 187–197. https://doi.org/10.1590/1413-82712014019002004

BAHIA. Secretaria de Saúde do Estado. **A estratégia de acolhimento na atenção básica.** Salvador, 2005.

Costa Junior, Á. L. (2001). **O desenvolvimento da psico-oncologia: implicações para a pesquisa e intervenção profissional em saúde.** Psicologia Ciência e Profissão, 21(2), 36–43. https://doi.org/10.1590/s1414-98932001000200005

Campos, E. M. P., Rodrigues, A. L., & Castanho, P. (2021**). Intervenções Psicológicas na Psico Oncologia.** Mudanças - Psicologia da Saúde, 29(1), 41–47.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104

32692021000100005

Carvalho, M. M. (2002). **Psico-oncologia: história, características e desafios.** Psicologia USP, 13(1), 151–166. https://doi.org/10.1590/s0103-65642002000100008

CARVALHO, V. A. et al. (Org.). **Temas em psico-oncologia.** São Paulo: Summus, 2008. 645 p.

Dor e Cuidados Paliativos / Editores: Sérgio Luiz do Logar Mattos, Mauro Pereira de

Azevedo, Mirlane Guimarães de Melo Cardoso e Rogean Rodrigues Nunes. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Anestesiologia/SBA, 2018.

DE CARVALHO, Maria MaragaridaM. J. **Introdução à psiconcologia.** São Paulo: Livro pleno, 2002.

GIBELLO, Juliana; NETTO, Marcus Vinícius Rezende Fagundes**. Cuidados paliativoseatuaçãodopsicólogohospitalar.** In:KERNKRAUT,AnaMerzel;DA SILVA, Ana Lucia Martins; GIBELLO, Juliana.

GAZOTTI, T. DE C.; CURY, V. E. **Vivências de Psicólogos como Integrantes de Equipes Multidisciplinares em Hospital.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, 2019.

Impacto psicológico do diagnóstico de câncer na família: um estudo de caso a partir da percepção do cuidador. Pensando famílias.

Instituto Nacional do Câncer (Ministério da Saúde) https://www.inca.gov.br/

J. C., Bueno, P. R. T., Rezende, F. F., & Valério, N. I. (2013). **Psico-Oncologia: atuação do psicólogo no Hospital de Câncer de Barretos.** Psicologia USP, 24(1), 35–53.

MOSIMANN, L. T. N. Q.; LUSTOSA, M. A. **A Psicologia hospitalar e o hospital.** Rev.

SBPH, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 200-232, jun. 2011.

O psicólogo no hospital: Da prática assistencial à gestão de serviço. São Paulo: Blucher,2017 Psicologia e Saúde em Debate. (2023).

Farinhas, Giseli Vieceli, Maria Isabel Wendling, and Letícia Lovato Dellazzana-Zanon. "Impacto psicológico do diagnóstico de câncer na família: um estudo de caso a partir da percepção do cuidador." *Pensando famílias* 17.2 (2013): 111-129.

Scannavino, C. S. S., Sorato, D. B., Lima, M. P., Franco, A. H. J., Martins, M. P., Morais Júnior, https://doi.org/10.1590/s0103-65642013000100003

Simonetti, Alfredo. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença** / Alfredo Simonetti. 8. ed. - São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016. 200 p.

Shinzato CM, Lima LR, Volpe CR, Santos WS, Rehem TC. Welcoming in primary health care from the viewpoint of nurses. **Acta Paul Enferm.** 2016;29(4):463-8.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

16

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO AMBIENTE DE TRABALHO

THE IMPORTANCE OF THE PSYCHOLOGIST IN THE WORK ENVIRONMENT

Elizabete Moreira da Silva de Jesus
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

No presente trabalho acompanharemos a importância de um profissional da Psicologia Organizacional do Trabalho, que vai atuar junto ao Departamento de Recursos Humanos, dentro das organizações. Apesar das atividades distintas entre esses dois modelos de atuação dentro do ambiente de trabalho, ambos servem de suporte um para o outro. Vale ressaltar que é no setor do Recursos Humanos, a porta de entrada de um novo funcionário para empresa. Entendendo de forma sistema a atuação do profissional de Psicologia, e suas competências, seu maneja dentro do ambiente do trabalho. Veremos alguns impactos gerados nas organizações pela falta desse profissional de certa forma compreenderemos melhor, quão relevante é a atuação competente de um profissional da Psicologia. A atuação do Psicólogo Organizacional é indispensável dentro de uma empresa que busca colaboradores mais motivados e engajados e satisfeitos com o ambiente de trabalho. Tendo em vista seu papel de facilitador com o maneja adequado para gerar um ambiente mais saudável de trabalho promovendo qualidade de vida, de maneira que se adeque as necessidades dos funcionários e os interesses das empresas.

Palavras-chave: Psicologia; Organizações; Trabalho; Empresas; Funcionários.

Abstract

In this paper, we will look at the importance of a professional in Organizational Work Psychology working alongside the Human Resources Department within organizations. Despite the different activities between these two models of action within the workplace, both serve as support for each other. It's worth pointing out that it's in the Human Resources sector that a new employee enters the company. Understanding the work of psychology professionals and their competencies, their management within the workplace. We'll see some of the impacts generated in organizations by the lack of this professional and, in a way, we'll better understand how relevant the competent work of a psychology professional is. The work of the Organizational Psychologist is indispensable within a company that seeks more motivated and engaged employees who are satisfied with the work environment. In view of their role as a facilitator with the appropriate management to generate a healthier working environment promoting quality of life, in a way that suits the needs of employees and the interests of companies.

Keywords: Psychology; Organizations; Work; Companies; Employees.

1. INTRODUÇÃO

As organizações do trabalho é um ambiente na qual acontece a socialização organizacional, ou seja, os primeiros passos da relação entre empresa e colaborador. Nesse ambiente acontece o processo de recrutamento e seleção, que por mais que seja complexo as ferramentas precisam garantir de certa forma a escolha de um melhor candidato. É com base nessa fala que a Psicologia Organizacional que atua na área de processos como agregar pessoas á organização, aplicar pessoas, isto é, incorpora-las á empresa, processos de recompensar pessoas, nesse processo está incluído as políticas de remuneração de benefícios e incentivos, processos de desenvolver pessoas, ou seja, os treinamentos e desenvolvimentos das pessoas e organizações, o processo de manter pessoas, que está ligado a garantir a integridade física e mental do trabalhador, preservando os risco de saúde; e um outro importante que faz parte do trabalho do psicólogo que é o processo de monitorar pessoas, ou seja, é uma construção de dados que permite aos profissionais e gestores tomarem decisões sobre promoções, demissões, punições, premiações e demais.

O presente trabalho contém informações importantes e relevantes sobre a atuação do psicólogo organizacional no ambiente de trabalho, tendo em vista os impactos satisfatórios nos resultados das empresas, bem como colaboradores mais engajados, e motivados, mais saudáveis e mais comprometidos a longo prazo. Vale ressaltar que o suporte do profissional da psicologia no ambiente de trabalho, mesmo com a presença de problemas ou ruídos na comunicação, seja reduzido e solucionado devidamente. Dito isso compreendesse que o ambiente de trabalho é um campo que se configura uma gama de conhecimentos e práticas, que objetiva o estudo, a análise e intervenções nas relações entre trabalho e saúde mental, por intermédio de sugestões programáticas que se desenvolve durante os serviços prestados pelo profissional da Psicologia. Vale ressaltar que a saúde do trabalhador se estrutura ao campo do saber e de práticas que se estabelece a partir da atuação da psicologia sobre o trabalho e toda sua configuração e os processos que a organiza.

Entendemos que pode haver impactos e possíveis situações de risco no ambiente de trabalho, com a ausência do profissional de Psicologia Organizacional do Trabalho. Pois essa ausência demanda de riscos para saúde e bem-estar emocional, que podem desencadear de uma série de fontes sejam elas pessoais ou associadas ao local de trabalho. Sem falar no aumento de custos, e a perda de eficiência e a falta de colaboração entre as equipes. Dito isso sinalizo que o processo de avaliação psicológica dentro das organizações, é considerada uma ferramenta fundamental nesse processo de seleção de pessoas, por meio de testes psicológicos, que avalia a personalidade, a atenção e desempenho do candidato. Dito isto os impactos com a ausência do profissional da psicologia podem gerar, conflitos entre os trabalhadores, e disfunções comportamentais causadas nas relações interpessoais, pelo fato dos trabalhadores terem sua subjetividade, levando em conta suas teorias particulares nas relações pessoais. Pode-se dizer que o trabalho é um meio de sobrevivência, uma forma de se realizar pessoalmente, é também a construção de identidade por meio dessa socialização, e pode se tornar um meio de adoecimento para o trabalhador, com a ausência das atividades desenvolvidas nesse processo organizacional dentro do ambiente de trabalho.

Compreendemos de forma sistêmica a importância da atuação do profissional de Psicologia dentro do ambiente de trabalho. Vamos compreender as necessidades de se avaliar os colaboradores e analisar as ações de intervenções aplicadas pelos profissionais de psicologia, e seu papel nos processos seletivos, pelo fato de possuir a capacidade de perceber as diferenças entre os candidatos por meio das suas ferramentas. Vale ressaltar que

os benefícios para as empresas e para os colaboradores são promissores para o desenvolvimento tanto da empresa quanto dos colaboradores. Portanto é importante destacar que a participação dos trabalhadores nas ações promovidas voltadas a proteção e promoção da saúde, contribui para transformar os impactos dos processos saúde e doença recorrentes no ambiente de trabalho. Cabe a psicologia dentro desse contexto, olhar para o sujeito levando em consideração a importância de resgatar o valor, a subjetividade de cada um, seus conhecimentos, para que possam compreender melhor suas práticas de trabalho. Compreende-se que as empresas junto aos psicólogos precisam averiguar de forma minuciosa, as consequências que os impactos desenvolverão na saúde do trabalhador.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

No presente trabalho temos um estudo de revisão literária por meio bibliográfico, a partir de uma análise referente ao tema pesquisado, em busca de critérios de utilização de ferramentas com informações relevantes para estrutura da pesquisa, de forma descritiva mediante o recolhimento de referências. A pesquisa aconteceu de forma qualitativa pois permitiu examinar todo o processo dos dados, focando na interpretação do detalhamento significativo dos elementos para o trabalho, por meio da pesquisa bibliográfica. As pesquisas foram feitas através de livros, sites, banco de dados e bibliotecas virtuais, com tempo estimado da pesquisa de 1 ano, levando em consideração estudos realizados mediante consideráveis informações para estruturação do trabalho. Foram considerados estudos realizados entre os anos de 2019 a 2022, incluindo uma publicação do Conselho Federal de Psicologia em 2019 com o livro de tema Saúde do Trabalhador, que dará ênfase para o arranjo do trabalho. Portanto essa pesquisa bibliográfica é baseada em materiais já desenvolvidos, que são compostos por livros, biblioteca virtual e revisão literária.

2.2 Resultados e Discussão

As organizações estão presentes na nossa vida desde muito cedo, pode-se dizer que quando fomos inseridos em um ambiente familiar, e escolar cujo serviço é voltado a educação, e com um tempo no ambiente de trabalho, passamos a participar de uma organização. Quando falamos de estrutura organizacional, entendemos que é a maneira pela qual determinada empresa define suas atividades, sendo elas distribuídas, agrupadas e coordenadas, pode-se dizer que essa estrutura diz respeito a distribuição de autoridades, a especificação das atividades e o delineamento de um sistema de comunicação. Toda essa estrutura mostra como as pessoas e os grupos estabelecem relações estáveis de interdependência, previsibilidade e hierarquia. Portanto entende-se que a psicologia do trabalho tem como ponto central o estudo e a compreensão de todas as implicações do trabalho humano, pois uma de suas características é ver o homem como sujeito, que possui desejos, e na pratica de seus esforços, precisam está aliado com sua saúde e bem estar, independente de aumentar ou não a lucratividade e produtividade da empresa. A partir desse viés pode-se dizer que o papel do psicólogo organizacional é de grande importância dentro desse ambiente, tendo em vista que sua atuação está direcionada ao campo de compreensão e intervenção no trabalho e nas organizações, com foco voltado a análise das interações das múltiplas dimensões que caracterizam o sujeito, os grupos e as organizações, com objetivo de desenvolver estratégias e processos que facilite e mantenha o bem-estar em ambiente laboral (Gestão de Pessoas, 2014, p.5 e 173).

A psicologia organizacional é uma ferramenta indispensável na área em que atua nas empresas, pois um dos fatores reforçadores desse pensamento é o fato do profissional, lhe dar com questões como liderança, motivação, formação de equipes, seleção e desenvolvimento de pessoas. Pode-se dizer que se objetiva estudar o comportamento dos indivíduos relacionados ao ambiente de trabalho, como facilitador de construções de ambientes com níveis excelentes de qualidades por todo o ambiente de trabalho. O psicólogo também atua sobre os problemas organizacionais da gestão, focando no bem-estar dos colaboradores levando em consideração que eles passam uma boa parte do seu tempo no ambiente de trabalho. Mediante esse contexto podemos observar que dentro desse cenário a necessidade de um profissional de psicologia, aplicando de forma sistêmica todo seu manejo e conhecimento, com estratégia de gestão, voltadas para identificação e resolução de conflitos, com o intuito de diminuir os impactos causados nas relações interpessoais, é de suma importância para o ambiente de trabalho. A falta e a necessidade do profissional geram impactos negativos para o bom desenvolvimento da empresa, e desempenho dos colaboradores. A presença do profissional de psicologia, gera um ambiente mais facilitador no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento para o indivíduo, favorecendo o sucesso do andamento das organizações (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p.10).

2.2.1 As necessidades de se avaliar os novos colaboradores.

Podemos afirmar que as empresas independentemente do tamanho que seja, tem investido nas áreas de Recursos Humanos (RH), que não é responsável somente por assuntos relacionados a pessoas ou as ações desenvolvidas nessa área. Algumas organizações confundem a área de Recursos Humanos (RH), com o Departamento de Pessoas (DP), pois apesar dos dois trabalharem em conjunto, cada um desenvolve papeis distintos e ativadas, o seja, o RH está mais voltado a área de gestão de pessoas, já o DP, está direcionado a aspectos burocráticos e legais, ou seja, funcionário e empresa.

Partindo desse contexto identificamos um dos nossos objetivos específicos, que é de se identificar as necessidades de avaliar os futuros colaboradores que poderão fazer parte de uma determinada organização. Haja vista que o recrutamento é um sistema de informações que objetiva atrair candidatos que sejam qualificados para compor determinada vaga, e fazer parte dessa organização. Portanto o planejamento do recrutamento é de suma importância e faz parte desse processo de selecionar candidatos através de um filtro interno feito pelo profissional sobre as características daquela vaga, a divulgação da vaga bem estruturada, a seleção dos currículos dentro do cronograma de currículo de auto padrão para a vaga específica e o acolhimento dos candidatos para uma entrevista. Identificar o que o candidato oferece e suas características, fazem parte das técnicas de seleção para saber quais são as condições pessoas e a competência desejada para ocupar a vaga. Segundo o fluxo de avaliação dos candidatos selecionados, segue-se a segunda etapa que é a avaliação dos candidatos, que é utilizada técnicas de teste de conhecimento, testes psicológicos, dinâmicas de grupo e entrevista com os selecionados e com os gestores da área. Portanto podemos afirmar que a entrevista é uma técnica muito importante na seleção, pois ela pode ser utilizada para pesquisar aspectos profissionais e processos de vida do candidato, bem como par identificar seus anseios e suas expectativas futuras. Os testes psicológicos são utilizados em processos seletivos, vale ressaltar que só pode ser aplicado por Psicólogos. Os testes possibilitam identificar e avaliar aspectos da personalidade e aptidões do candidato que podem não estar tão explicitas no momento de sua apresentação durante a entrevista. Uma outra ferramenta é as técnicas de vivência, que são as provas situacionais, dinâmica de grupo, psicodrama dentre outros. Dito isto é possível afirmar que

o momento da seleção dos candidatos é fundamental no processo de agregar pessoas, pois é nele que os candidatos serão avaliados em profundidade para verificar se realmente está apto para conseguir se adequar a cultura da organização (Caxito, 2019).

2.2.2 A análise das ações de intervenção aplicadas pelos profissionais da Psicologia.

Dentre as ações que são desenvolvidas pelo profissional da Psicologia dentro das organizações, destacaremos o modelo de entrevista comportamental também conhecida como: entrevista por competência ela possibilita uma análise mais estruturada sobre as habilidades do candidato que foram desenvolvidas ao longo de sua vida profissional. Esse modelo de análise permite que o entrevistado descreva ações, e os comportamentos e sentimentos em diversos momentos de sua carreia, sendo possível averiguar qual é o provável comportamento do candidato em caso de contratação. O objetivo desse modelo é averiguar e entender melhor, as experiencias que o entrevistado teve em outras empresas e algumas situações passadas que de certa forma possa refletir aos desafios do cargo pretendido. Portanto essa estruturação é feita por meio de perguntas abertas especificas que levem respostas com verbo de ação no passado, tais como: contexto (como era a situação); ação (o que ele fez); resultado (quais são os resultados obtidos por meio da ação tomada).

Entre outras ações a serem aplicadas pelo profissional dentro das organizações mediante sua gestão, na qual precisa avaliar como andar o, clima organizacional da empresa, que diz respeito a um instrumento de medida para identificar as dimensões e os componentes do clima organizacional, ou seja, ele é usado para averiguar as influências do ambiente interno do trabalho sobre o comportamento humano, ele serve como base para interpretar as situações dentro das organizações. O clima psicológico por outro lado, refere-se a atributos de um indivíduo, uma avaliação personalista de eventos baseada na interação entre os fatos e a percepção daqueles eventos. Em formato de questionário com perguntas, são distribuídos aos funcionários para que se avalie alguns pontos importantes dentro das organizações. São eles: o apoio da chefia e da organização; as recompensas; o conforto físico; o controle de pressão; a coesão entre colegas.

Em diversos momentos da gestão do profissional ele vai precisar avaliar o desempenho dos funcionários, com relação aos objetivos que foram traçados pela empresa e as metas estabelecidas. Dito isto um modelo de ação que pode ser usado nessas organizações dentro desse contexto pelo profissional, é a entrevista de avaliação que tem como utilidade; verificar a necessidade de um treinamento; classificar o funcionário e habilitá-lo a participar de um processo de promoção; avaliar a conduta e o comportamento do funcionário em processos de avaliação organizacional. O profissional avalia o desempenho, e não a conduta ou os hábitos, e facilitar a ideia sugerindo maneias de superar os pontos fracos. Vale ressaltar que o profissional da área que atua como facilitador promovendo diversas ações importantes dentro das organizações, precisa estar apto para desenvolver a gestão de pessoas, que tem como base competências individuais e organizacionais, pois além de seus conhecimentos, habilidades e atitudes precisa haver uma entrega, portanto a competência só vai estar completa quando consideramos a entrega como seu posto-chave (Caxito, 2019).

2.2.3 Os impactos e possíveis situações de risco no ambiente de trabalho, com a ausência do profissional de Psicologia Organizacional do Trabalho

O Psicólogo organizacional é visto como um especialista nas questões comportamentais, tendo em vista que ele está diretamente envolvido em alguns processos específicos, tais como, recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento. A Psicologia Organizacional é a área que faculta o entendimento com relação ao fenômeno do comportamento humano. Muitas são as demandas existentes no ambiente de trabalho, principalmente o estresse, que merece uma atenção maior por se tratar de uma condição de segurança no trabalho, portanto entende-se que as condições sociais e psicológicas fazem parte do ambiente de trabalho. O profissional é um facilitador na busca pelo bem-estar, justiça organizacional, e qualidade de vida dos trabalhadores. O Psicólogo tem as ferramentas necessárias para possibilitar mais segurança e qualidade de vida, através da formação de laços afetivos que vão se construindo dendro das organizações. Com o conhecimento da cultura organizacional, se compreende melhor a estrutura e os processos da organização, possibilitando de acordo com as demandas, treinamentos e desenvolvimentos aos colaboradores, que pode solucionar possíveis problemas que foram identificados, e propagar estratégias de promoção de melhoria, e potencializar os pontos positivos.

Existem algumas características que torna o ambiente de trabalho com condições que prejudica o bem-estar, o desempenho e a saúde dos funcionários. Principalmente as mudanças nos comportamentos dos gestores que utilizam uma comunicação violenta, principalmente em seus feedbacks, com atitudes negativas e destrutivas, que favorece a desmotivação da equipe dentro do ambiente, e a insatisfação. As fofocas, os preconceitos, os boatos, as discussões, tornam um ambiente de trabalho toxico e vulnerável a problemas que comprometem a qualidade de vida e o bem-estar. Consequentemente afeta a produtividade, o desempenho e a eficiência da empresa, propagando a baixa concentração, o cansaço físico, emocional ou mental provocado pelo excesso de pressão no trabalho. O que pode carretar em um risco ocupacional que merece um sinal de alerta que é a síndrome de burnout, que ocorre quando o funcionário se dedica muito as exigências impostas pelo trabalho que acaba absorvendo as energias desse profissional que possibilita um desgaste tão grande a ponto de ele não suportar mais. Essa síndrome é um estado de tensão emocional e estresse crônicos que são desencadeados pelas péssimas condições físicas, emocionais e psicológicas desgastantes no ambiente de trabalho. Vale ressaltar que existe outros modelos de adoecimentos emocionais que podem se desenvolvidos dentro do ambiente de trabalho, pela falta de atenção dos donos das empresas com esse cuidado com o ambiente de trabalho. É por esse motivo que destaco ser indispensável a atuação do psicólogo organizacional dentro das organizações, pois seu olhar é voltado pela maneira como as organizações se constitui para gerenciar e orientar o comportamento humano no trabalho, a ponto de desenvolver, estratégias, políticas, práticas e processos de como lidar com pessoas (Cintra, 2018).

3. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise do mundo corporativo, que está cada vez mais complexo. Compreender que os mecanismos psicológicos que impulsionam o comportamento humano dentro do ambiente de trabalho são cruciais. Vale ressaltar que a área da psicologia organizacional vai além de um estudo sobre comportamento dentro das organizações, pois é uma ciência que tem como objetivo compreender e aprimorar as relações entre os colaboradores e toda a estrutura organizacional,

possibilitando um ambiente propicio para o crescimento recíproco. A aplicação da psicologia organizacional oferece uma análise sistemática e profunda das interações humanas no que diz respeito as organizações. Possibilitando uma contribuição significativa para o alcance dos objetivos e metas corporativas. Portanto a prioridade da Psicologia Organizacional é promover bem-estar no ambiente de trabalho, pois os profissionais identificam através do diagnostico organizacionais os fatores que possam afetar a saúde mental e emocional dos colaboradores. Dito isso ressalto a importância de um profissional dentro das organizações de trabalho, pois seu papel é implementar estratégias e programas que promovam um ambiente de trabalho mais equilibrado e favorável para o desenvolvimento pessoal e profissional desse colaborador.

Referências

CARDOSO, R.S. **A relevância da organização psicológica no contexto organizacional**. https://monografias.brasilescola.uol.com.br/psicologia/a-relevancia-da-avaliacao-psicologica-no-contexto-organizacional.htm. Acesso em 15 de outubro de 2023

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública:** referências para atuação da(o) psicóloga(o), [recurso eletrônico] / Conselho Federal de Psicologia. —— 2. ed. —— Brasília: CFP, 2019.

CINTRA, Josiane Costa. **Psicologia Organizacional do Trabalho II**, – Londrina: Editora e Distribuidora. Educacional S.A., 2018

CAXITO, Fabiano. **Recrutamento e seleção de Pessoas**, Iesde Brasil. S/A, 2019.

GONDIM, S. M. G.; Souza, J. J.; Peixoto, A. L. A. Gestão de pessoas. In: Borges, L. O; Mourão, L. (Orgs.). **O trabalho e as organizações:** atuações a partir da psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MACORE, S.A. **Impactos da falta do psicólogo organizacional nos recursos humanos**. TCC Licenciatura em Psicologia das Organizações. Instituto Superior de Ciências e Tecnologias Alberto Chipante. 2020. Disponível em: https://pt.slideshare.net/sergiomacore/impacto-da-falta-da-aplicao-do-psiclogo-psicologia-organizacional-nos-recursos-humanos. Acesso em 17 de outubro de 2023.

ZANELLI, José Carlos. Formação e atuação do psicólogo organizacional: uma revisão da literatura. **Temas em Psicologia**, v. 3, n. 1, p. 95-107, 1995.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

17

O HOSPITAL E O TRATAMENTO DE PACIENTES PSICOACTIVOS: A ARTETERAPIA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO TRATAMENTO DE DROGADIÇÃO

THE HOSPITAL AND THE TREATMENT OF PSYCHOACTIVE PATIENTS: ART THERAPY AS A TOOL FOR PROMOTING MENTAL HEALTH IN DRUG ADDICTION TREATMENT

Thelmylla Bianca Soares Sousa

Bruno Luan da Silva dos Santos

Resumo

O objetivo geral deste estudo é analisar a arteterapia como uma ferramenta de promoção de saúde no tratamento de indivíduos em situação de dependência de álcool e outras drogas, além da recuperação e reintegração desses indivíduos na sociedade. Nesse contexto, a arteterapia é apresentada como uma abordagem e método complementar eficaz na recuperação, utilizando a expressão artística como ferramenta terapêutica. Busca-se averiguar, por essa perspectiva, a eficácia da arteterapia no tratamento de pacientes dependentes de substâncias psicoativas em comparação com outras formas de terapia tradicionalmente utilizadas. Além disso, procura-se identificar os benefícios psicológicos e emocionais proporcionados pela arteterapia para esses pacientes. Adicionalmente, investiga-se a percepção dos pacientes sobre a arteterapia e seu impacto no processo de recuperação e reintegração social. Este artigo revisa estudos que demonstram os benefícios da arteterapia em ambientes hospitalares para indivíduos dependentes de drogas. A metodologia inclui uma revisão bibliográfica qualitativa e descritiva com um recorte temporal de 50 anos, baseada em leituras de artigos e livros disponíveis, analisando esses trabalhos quanto à sua contribuição para o surgimento de novos conhecimentos e reflexões sobre o tema abordado.

Palavras-chave: Arteterapia. Dependência Química. Substâncias Psicoativas.

Abstract

The general aim of this study is to analyze art therapy as a health promotion tool in the treatment of individuals suffering from alcohol and other drug addiction, as well as the recovery and reintegration of these individuals into society. In this context, art therapy is presented as an effective complementary approach and method for recovery, using artistic expression as a therapeutic tool. From this perspective, the aim is to investigate the effectiveness of art therapy in the treatment of patients dependent on psychoactive substances in comparison with other forms of therapy traditionally used. It also seeks to identify the psychological and emotional benefits provided by art therapy for these patients. In addition, the patients' perception of art therapy and its impact on the recovery and social reintegration process is investigated. This article reviews studies that demonstrate the benefits of art therapy in hospital settings for drug- dependent individuals. The methodology includes a qualitative and descriptive bibliographic review with a time frame of 50 years, based on readings of available articles and books, analyzing these works in terms of their contribution to the emergence of new knowledge and reflections on the subject.

Keywords: Art therapy. Chemical dependency. Psychoactive substances.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o hospital e o tratamento de doentes psicoativos, enfocando a arteterapia como ferramenta de promoção da saúde mental no tratamento da toxicodependência. O estudo desenvolveu-se a partir do seguinte questionamento: como a arteterapia pode ser utilizada como ferramenta de promoção da saúde mental no tratamento da toxicodependência em pacientes psicoativos?

Sobre a temática proposta, inicialmente, é pertinente esclarecer que não se pode abordar o uso de substâncias psicoativas sem considerar sua vertente histórica e cultural, as quais estão presentes em diversas, se não todas, as civilizações desde seus primórdios. Essas substâncias alternaram entre práticas religiosas, recreativas e outras finalidades específicas, como a cura de doenças. O homem, ao longo da história, sempre buscou meios de mitigar suas aflições, aumentar seu prazer e encontrar alívio para seus sofrimentos. Contudo, é relevante ressaltar que, nas sociedades antigas, o uso dessas substâncias psicoativas, por exemplo, pelos povos originários, ocorria em cerimônias coletivas, rituais e festividades, em que apenas um pequeno grupo se beneficiava de seus efeitos.

O objetivo principal da pesquisa foi investigar como a arteterapia pode ser utilizada como uma ferramenta eficaz na promoção da saúde mental de doentes psicoativos em tratamento da toxicodependência. Especificamente, buscou-se compreender os impactos da arteterapia no bem-estar emocional e psicológico desses pacientes, bem como avaliar sua eficácia na redução dos sintomas associados à dependência química. Além disso, a pesquisa visou identificar as melhores práticas e técnicas arteterapêuticas que podem ser implementadas em ambientes hospitalares para apoiar a recuperação e a reintegração social dos doentes psicoativos.

Os objetivos específicos da pesquisa incluem a investigação da eficácia da arteterapia no tratamento de pacientes dependentes de substâncias psicoativas, comparando-a com outras formas de terapia tradicionalmente utilizadas. Além disso, busca-se identificar os benefícios psicológicos e emocionais proporcionados pela arteterapia para esses pacientes. Adicionalmente, pretende-se analisar a percepção dos pacientes sobre a arteterapia e seu impacto no processo de recuperação e reintegração social, a fim de fornecer insights valiosos para a prática clínica e o desenvolvimento de intervenções terapêuticas mais eficazes nesse contexto.

A justificativa para a investigação deste tema é fundamentada na relevância do estudo e compreensão das intervenções terapêuticas voltadas para pacientes dependentes de substâncias psicoativas. Diante do aumento dos casos de toxicodependência e das complexidades associadas ao tratamento desses pacientes, é crucial explorar abordagens terapêuticas inovadoras que possam complementar ou aprimorar os métodos tradicionais.

Nesse contexto, a arteterapia emerge como uma alternativa promissora, oferecendo um meio de expressão não verbal que pode ajudar os pacientes a explorar emoções, enfrentar desafios e promover o autoconhecimento. Além disso, compreender a eficácia e os benefícios da arteterapia para a saúde mental desses pacientes pode fornecer subsídios para aprimorar as práticas clínicas e desenvolver intervenções mais abrangentes e individualizadas. Assim, a investigação deste tema se faz necessária para ampliar o leque de opções terapêuticas disponíveis e contribuir para a melhoria do cuidado e da qualidade de vida dos pacientes afetados pela toxicodependência.

Tendo em mente a pergunta sugerida pela problematização da pesquisa, uma hipó-

tese que se levantou é que a arteterapia pode ser uma ferramenta eficaz na promoção da saúde mental no tratamento da toxicodependência em pacientes psicoativos. Acredita-se que a expressão criativa por meio da arte pode oferecer uma via alternativa para a compreensão e o processamento de emoções, traumas e experiências relacionadas ao vício em substâncias psicoativas. Portanto, espera-se que a participação em sessões de arteterapia possa resultar em melhorias no bem-estar emocional, na redução dos sintomas associados à dependência química e na percepção positiva dos pacientes sobre seu processo de recuperação e reintegração social.

Os métodos utilizados para chegar às conclusões obtidas incluíram uma revisão bibliográfica qualitativa e descritiva, com um recorte temporal de 50 anos, abordando estudos que demonstram os benefícios da arteterapia em ambientes hospitalares para indivíduos dependentes de drogas. Essa metodologia envolveu a análise de artigos e livros disponíveis, avaliando sua contribuição para o surgimento de novos conhecimentos e reflexões sobre o tema abordado.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O estudo foi desenvolvido através da pesquisa de revisão bibliográfica qualitativa e descritiva, um método integrativo que possibilita a identificação, análise e sintetização dos conhecimentos já antes produzidos de forma sistemática.

A questão norteadora usada para fundamentar a pesquisa foi: Quais os desafios enfrentados por homens drogadictos no processo de internação hospitalar e como a arteterapia pode ajudar nesse momento?

As seguintes pesquisas relacionadas a quais os desafios e possibilidades enfrentados por drogadictos redigidas em livros, dissertações e artigos científicos selecionados através da busca nas bases de dados como “SciELO”, a “Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP” e o buscador GOOGLE ACADÊMICO, tendo sido realizada durante os meses de setembro e outubro de 2023, com um recorte temporal de 50 anos.

Os descritores usados e selecionados foram: substâncias psicoativas; dependência química; arteterapia. A pesquisa teve como busca artigos no idioma português. Esses trabalhos que serviram como base para o presente estudo foram analisados quanto a sua contribuição para o surgimento de novos saberes a partir da reflexão do tema abordado.

Foram utilizados somente as fontes de estudo que contivessem informações pertinentes para o estudo em relação ao tema aqui proposto, como título, objetivos, faixa temporal e no idioma português brasileiro. Foram excluídos da busca os trabalhos que não estavam em concordância com a temática principal, em outros idiomas ou quaisquer tipos de duplicidade.

2.2 Resultados e Discussão

Usando o pesquisador Google Acadêmico foram encontrados cerca de 660 (seiscentos e sessenta) artigos e na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertação da USP foram encontrados 149 (cento e quarenta e nove) estudos. Após uma pesquisa inicial foi feita uma triagem detalhada, buscando obras que tivessem melhor correlação com o tema abordado no presente estudo, podendo totalizar 9 obras através do buscador “Goo-

gle Acadêmico" e 1 tese através da Biblioteca Digital da USP.

A análise de dados foi feita através de uma leitura minuciosa possibilitando um melhor entendimento do foco principal de cada autor em seus respectivos trabalhos, ajudando a sustentar os critérios de inclusão e exclusão. Em seguida à recolhida de dados e leitura os artigos estabelecidos foram categorizados em temas por semelhanças do conteúdo de cada autor. Cada resultado e exemplo foi discutido e revisado à luz da cientificidade e eficácia apresentada na discussão do estudo.

Segundo Pechansky (2004), o uso abusivo de drogas ocasiona, em sua grande maioria, graves problemas tanto para o indivíduo exposto quanto para a sociedade como um todo, gerando impacto sobre sua saúde, vida financeira, familiar e psicoemocional. Por causar dependência mental e física, os efeitos desse uso abusivo estão aparecendo cada vez mais precocemente, gerando agravos e levando a internações.

Para Flávia Antunes (2013), os usuários de drogas acabam por tornar-se progressivamente tolerantes a intoxicações e sofrendo, como consequência, com sintomas de abstinência. Paralelo a isso, o indivíduo também pode sofrer sequelas físicas no seu corpo de forma geral, tendo como mais comuns o coração, fígado, pâncreas, sistema imunológico etc. Concomitantemente, uma vulnerabilidade maior ao surgimento de transtornos mentais e outras doenças associadas ao abuso de drogas.

A Organização Mundial de Saúde (2001) deixa claro que a dependência química pode e deve ser tratada como doença médica crônica e como uma problemática social, podendo ser caracterizada como um estado mental e físico que muitas vezes é resultado devido a interação prolongada do contato com as substâncias. Por isso não é suficiente apenas identificar e realizar o tratamento dos sintomas causado pelo uso de drogas, mas também levar em consideração as consequências e os motivos que levaram à dependência do indivíduo.

A rede de atenção à saúde do usuário de álcool e outras drogas é constituída por diversos níveis de complexidade, sendo a UTI (Unidade de Terapia Intensiva), a mais complexa dentre elas. Por conta da sua proposta a UTI exige uma rotina e execução de fazeres de forma ordenada e planejada. Para que isso aconteça é necessário conhecer sua demanda, identificando as causas de internação que poderiam ser evitadas (Pereira, 2016).

Para Sousa (2010), é possível observar que pacientes que fazem uso de drogas acabam sendo encaminhados para internações, principalmente, por complicações clínicas ou traumáticas, crônicas ou agudas e agravadas pelo grau de abuso dessas substâncias.

A internação, acaba por ser um fator de sofrimento para pacientes e familiares, é necessário que toda a equipe multidisciplinar deva estar preparada, com conhecimentos suficientes sobre as características, necessidades e agravos para que possam buscar novas estratégias de contato e vínculo com esse público, para então implementar novas formas de tratar e promover saúde para esses indivíduos (Ministério da Saúde, 2004).

Dentro das diretrizes das Políticas Públicas Nacionais, é necessário que se faça a criação e o norteamento de serviços cada vez mais inovadores e diversificados, para que possa abranger o maior número de demandas e individualidades possíveis diante as práticas de atenção e a reabilitação biopsicossocial (Valladares-Torres, 2011).

A arteterapia surgiu então, a partir da visão do médico Johann Reil, quando viu na arte a possibilidade da utilização na cura dos seus pacientes psiquiátricos, porém foi apenas com Sigmund Freud e Carl Gustav Jung que a arteterapia teve sua teorização e aprimoração consolidada dentro dos tratamentos psico-emocionais.

Porém, existem três vertentes pioneiras na fundamentação da arteterapia. A primeira deu seu início nos anos 40 com a psicoterapeuta Margareth Naumburg (1890-1983), que fundamentava seus trabalhos na psicanálise, utilizando a arteterapia no tratamento psicoterápico que privilegiavam os conteúdos simbólicos no seu processo de realização (Andrade, 2000). Margareth enfatizava a criação artística, mas também dava um lugar privilegiado à comunicação verbal durante os tratamentos de seus pacientes (Duchastel, 2010).

A segunda vertente acontece com Edith Kramer, artista e psicanálista austríaca, entendia o valor psicoterapêutico da comunicação verbal, mas acreditava que o fazer da arte em si era o cerne do processo terapêutico e não o produto final produzido pelo paciente (Andrade, 2000; Ciornai, 2004; Duchastel, 2010).

A terceira via surge então com a discussão sobre o valor da arte *em* ou *como* terapia. A discussão começa com Elionor Ulman e Janie Rhyne. Ambas concordavam que o valor da arte na terapia, se dá tanto no processo quanto na análise do produto final e a arte em si, produzida por aquele paciente. Mais tarde, Rhyme passou a fundamentar seus trabalhos na gestalt-terapia (Ciornai, 2004; Duchastel, 2010).

Já no Brasil, Nise da Silveira, um grande nome contemporâneo às três vertentes apresentadas acima e que pode ser considerada uma quarta linha de pensamento da arteterapia enquanto método, tornou-se referência após abrir caminho para a produção de expressão e criatividade no Hospital Psiquiátrico Dom Pedro II, no Rio de Janeiro. Através de sua dedicação à psicologia analítica junguiana, Nise usou como fundamentação teórica de seus trabalhos os simbolismos e emersão do inconsciente coletivo presente em seus pacientes (Andrade, 2000; Maciel, 2012). Com um ambiente permeado por arte e liberdade, Nise da Silveira começou a perceber mudanças significativas geradas em seus pacientes, uma vez que esses poderiam expressar e se comunicar por formas antes ignoradas. Em 1946, Nise criou a seção de Terapêutica Ocupacional no Hospital Dom Pedro II, e em 1952 fundou o Museu da Imagem do Incosciente, que veio a se tornar um espaço de estudos e pesquisas em saúde mental e arte, tornando um dos simbolos e referência para o Movimento da Luta Antimanicomial (Andrade, 2000; Silveira, 1986; 2015).

Apesar dos grandes feitos de Nise da Silveira, Ciornai (2004) traz que, é apenas depois dos anos 60 com o retorno de Hanna Kwiatkowska para o Brasil que a arteterapia passa a se definir como um campo de conhecimento e atuação de profissionais do ramo da psiquiatria e psicologia.

Ciornai (2004) nos relata que, com os cursos oferecidos por Hanna, a arteterapia começa a tormar sua forma abrangente que possibilita a introdução da técnica em diferentes abordagens utilizando-se de diversos recursos no ambiente terapêutico.

Embora a arteterapia possa ser desenvolvida a partir de diferentes referenciais teóricos, todos eles compartilham um elemento comum: o uso da arte como meio de expressão da subjetividade do indivíduo.

Para Andrade (2000, p.18):

> [...] A expressão “artística” revela a interioridade do homem, fala do modo de ser e visão de cada um e seu mundo. Esse ato revela um suposto sentido, e cada teoria e método em arte-terapia e terapia expressiva se apodera desse ato diferentemente, por intermédio desse “fazer arte”, expressar-se, o terapeuta pode estabelecer um contato com o cliente possibilitando a este último o autoconhecimento, a resolução de conflitos pessoais e de relacionamento e o desenvolvimento geral da personalidade.

Dessa forma, a arteterapia se apresenta como uma ferramenta preciosa no cuidar, no processo terapêutico e no recuperar se utilizando da criatividade, transformação e facilitação da experiência simbólica dos pacientes hospitalizados por complicações decorrentes do abuso de drogas (Valladares-Torres *et al*., 2008).

Valladares-Torres (2011) afirma que, a arteterapia aplicada em grupos de drogadictos, tem como objetivo trabalhar os sentidos, reestruturar e reorganizar mentalmente o indivíduo, melhorar a autoestima e autonomia e criar expectativas boas em relação a sua vida dentro de suas possibilidades e limites, ajudando a melhorar de forma geral seus relacionamentos consigo mesmo e o outro.

Além de tudo isso, é possível perceber como a arteterapia, quando aplicada em diferentes contextos, pode ajudar na remissão de sintomas, o que auxilia no processo de melhora e reabilitação dos indivíduos (Vergueiro, 2017).

3. CONCLUSÃO

A hospitalização de indivíduos dependentes de substâncias psicoativas constitui uma etapa crucial no processo de desintoxicação e estabilização, essencial para a subsequente reintegração social. No entanto, diante a revisão bibliográfica apresentada foi possível perceber que a eficácia desses tratamentos pode ser substancialmente aprimorada com a integração de abordagens terapêuticas complementares, como a arteterapia. Este método tem, cada vez mais, se mostrado eficaz na melhoria do bem-estar emocional e mental dos pacientes, proporcionando um meio seguro e criativo para a expressão de emoções, redução do estresse e fortalecimento da autoestima.

Os estudos revisados indicam que a arteterapia não apenas facilita a comunicação não verbal para aqueles que encontram dificuldade em verbalizar suas experiências, mas também diminui a resistência aos tratamentos tradicionais utilizados, dessa forma, promove um ambiente terapêutico mais acolhedor e produtivo. Com base nas evidências apresentadas, recomenda-se que as instituições hospitalares considerem a implementação de programas de arteterapia como parte integrante dos tratamentos para dependência química. Além de contribuir para uma recuperação mais holística e sustentada, essa abordagem tende a aumentar as taxas de sucesso na reabilitação e manutenção do processo de abstinência.

Pesquisas futuras devem focar na quantificação dos benefícios da arteterapia e explorar sua aplicação em diferentes contextos clínicos. A continuidade da implementação de métodos terapêuticos interdisciplinares, que considerem as dimensões biopsicossociais, é essencial para o avanço das práticas de tratamento e para o bem-estar dos pacientes.

Em conclusão, a arteterapia configura-se como um método terapêutico que facilita as manifestações artísticas, permitindo que os pacientes estabeleçam uma comunicação profunda consigo mesmos, com os outros e com o mundo. Através do contato com processos e resultados artísticos, os pacientes podem confrontar seus medos, anseios e desejos, desvelando caminhos para sua recuperação, identidade e autoestima. Um dos princípios fundamentais da prática arteterapêutica é estimular os sujeitos a expressar suas emoções e sentimentos, fortalecendo todas as suas habilidades, sendo elas criativas ou não.

Referências

ANDRADE, Liomar Quinto. **Terapias Expressivas: Arte-Terapia, ArteEducação, Terapia- Artística.** São Paulo: Vector. 2000.

ANTUNES, Flávia; OLIVEIRA, Magda Lúcia Felix de. **Características dos pacientes internados numa unidade de terapia intensiva por abuso de drogas**. Invest. educ. enferm, Medellín, Jul 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120530720130002000005&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 31 Out 2023.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais — DSM-IV** (4ª ed.) (D. Batista, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CIORNAI, Selma. **Percursos em arteterapia: arteterapia gestáltica, arte em psicoterapia, supervisão em arteterapia**. São Paulo: Summus, 2004.

DUCHASTEL, Alexandra. **O caminho do imaginário: o processo de arteterapia.** São Paulo: Paulus, 2010.

MACIEL, Carla; CARNEIRO, Celeste. **Diálogos criativos entre Arteterapia e a Psicologia Junguiana.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde. **A política do Ministério da Saúde para atenção a usuários de álcool e outras drogas.** 2nd ed. Brasília (DF): MS; 2004.

NAGE, Ariadna Joana Ramos; SIMONATO, Fernanda Beatriz de Almeida. **Arteterapia: Instrumentalização do processo psicoterapeutico e as contribuições de Nise da Silveira.** Universidade Paranaense - UNIPAR. 2022. Disponível em: https://www.unipar.br/documentos/460/Psicologia_PJ2RrHX.pdf Acesso em: 20, abr 2024.

PECHANSKY, Flavio. SZOBOT, Claudia Maciel. SCIVOLETTO, Sandra. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/V6Ptzt3W73RGSJ6k7jPMv4r/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 4 mar, 2024.

PEREIRA, Gabriela Botelho. OLIVEIRA, Michele Mandagará de. Internações em unidade de terapia intensiva relacionadas ao uso abusivo de álcool, tabaco e drogas ilícitas. **Rev. de Ciências e Saúde - Vittalle**. Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: https://periodicos.furg.br/vittalle/article/view/6224/4231. Acesso em: 4 mar, 2024.

SILVEIRA, Nise da. **Imagens do Inconsciente.** 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

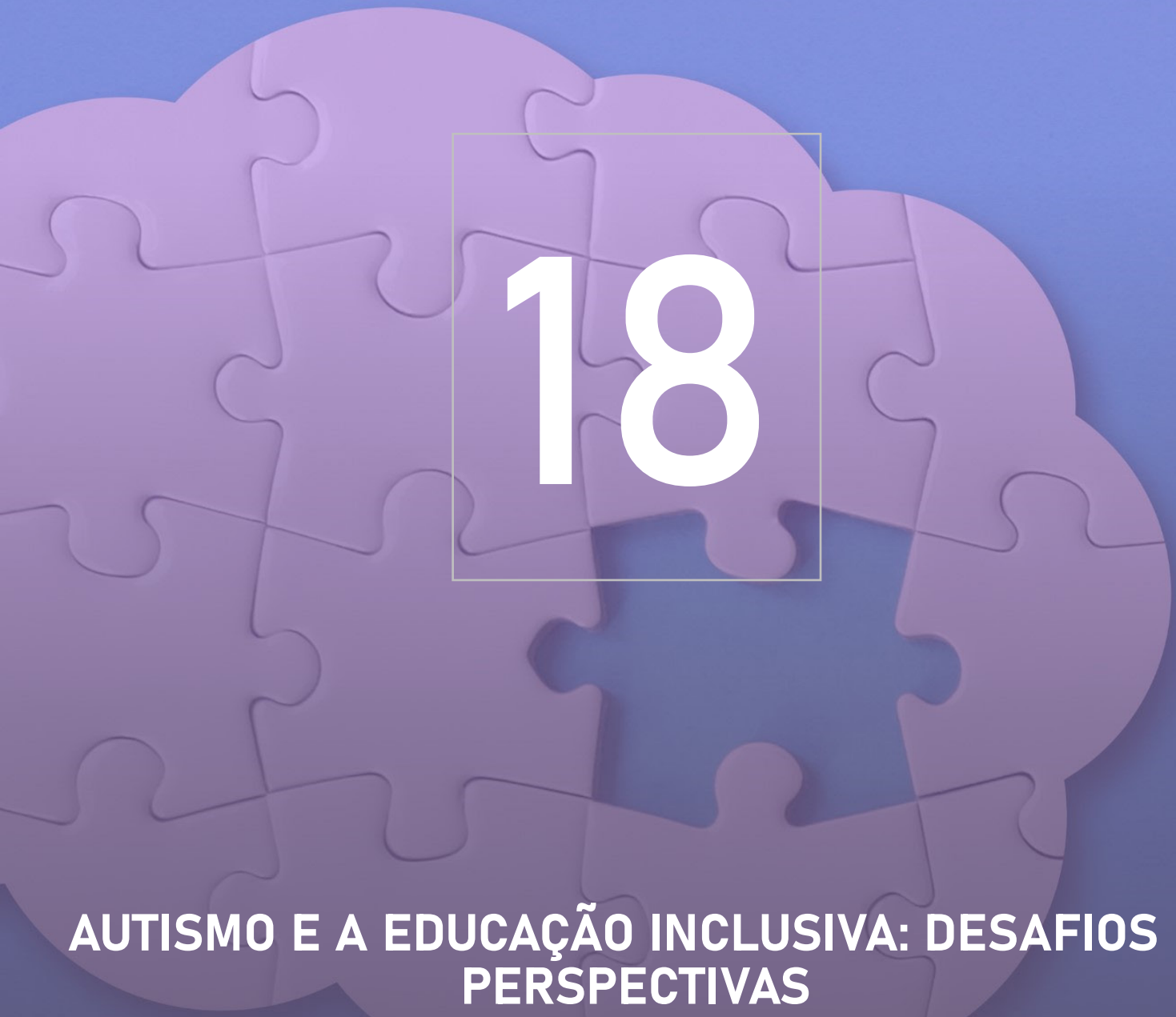
SOUSA, Fernando Sergio Pereira de. OLIVEIRA, Eliany Nazaré. **Caracterização das internações de dependentes químicos em unidade de internação psiquiátrica do hospital geral**. Universidade Estadual Vale do Acaraú. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/WySrVG5ZTTSLdxRpbqpDZYj/abstract/?lang=pt Acesso em: 4 mar, 2024.

VALLADARES-TORRES, Ana Cláudia Afonso. Arteterapia no cuidar e na reabilitação de drogadictos -álcool, crack e outras drogas: símbolos recorrentes. **Rev. Científica de Arteterapia Cores da Vida**. p (23-37). 2011. Disponível em: https://www.abcaarteterapia.com/_files/ugd/217038_5c9eb21252ac4a2bb6992b03ac5ba269.pdf#page=23 Acesso em: 4 mar, 2024.

VALLADARES-TORRES, Ana Cláudia Afonso. A contribuição da arteterapia na remissão de sintomas depressivos e ansiosos nas toxicomanias. **Rev. Científica de Arteterapia Cores da Vida**. p (36-49). 2017. Disponível em: https://www.abcaarteterapia.com/_files/ugd/217038_dc538a03a49b469ebe201a-62d3a2bc33.p df#page=36 Acesso em: 4 mar, 2024

VERGUEIRO, P. V. A psique expressiva: o estudo de um processo psicoterápico aliado à produção plástica. **Rev. Do Instituto Junguiano de São Paulo**. 2017. Disponível em: https://self.ijusp.org.br/self/article/view/22/pdf Acesso em: 4 mar, 2024.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA



18

AUTISMO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

AUTISM AND INCLUSIVE EDUCATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Thatiane Serra Mondego Moraes
Elizabeth Silva Dias

Resumo

Este trabalho discute a importância da educação inclusiva para crianças autistas, analisando seus impactos positivos na aprendizagem acadêmica, desenvolvimento social e emocional, além dos desafios enfrentados pelas escolas e estratégias para superá-los. Os objetivos específicos são: analisar pesquisas sobre educação inclusiva para crianças autistas, identificar impactos positivos na aprendizagem e no desenvolvimento social e emocional dessas crianças, discutir desafios enfrentados pelas escolas na implementação da inclusão e propor estratégias eficazes para superá-los. A metodologia é qualitativa, baseada na revisão de literatura e análise de estudos de caso. A pesquisa envolve a seleção de artigos científicos, teses e dissertações sobre educação inclusiva para crianças autistas, coletando dados de bancos de dados acadêmicos. A inclusão escolar é essencial para o desenvolvimento das crianças autistas, proporcionando interação com colegas, desenvolvimento de habilidades sociais e aprendizagem acadêmica. O trabalho aborda resultados de pesquisas que evidenciam os impactos positivos da inclusão na aprendizagem e no desenvolvimento social e emocional dessas crianças, discutindo também os desafios enfrentados pelas escolas e estratégias para superá-los. A inclusão escolar é fundamental para o pleno desenvolvimento das crianças autistas, promovendo sua participação igualitária na sociedade.

Palavras-chave: Autismo, Desafios escolares, Desenvolvimento social, Educação inclusiva.

Abstract

This work discusses the importance of inclusive education for autistic children, analyzing its positive impacts on academic learning, social and emotional development, in addition to the challenges faced by schools and strategies to overcome them. The specific objectives are: to analyze research on inclusive education for autistic children, identify positive impacts on the learning and social and emotional development of these children, discuss challenges faced by schools in implementing inclusion and propose effective strategies to overcome them. The methodology is qualitative, based on literature review and case study analysis. The research involves the selection of scientific articles, theses and dissertations on inclusive education for autistic children, collecting data from academic databases. School inclusion is essential for the development of autistic children, providing interaction with peers, development of social skills and academic learning. The work addresses research results that highlight the positive impacts of inclusion on the learning and social and emotional development of these children, also discussing the challenges faced by schools and strategies to overcome them. School inclusion is fundamental for the full development of autistic children, promoting their equal participation in society.

Keywords: Autism, School challenges, Social development, Inclusive education.

1. INTRODUÇÃO

O aumento contínuo na prevalência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre crianças em idade escolar, como revelado no mais recente relatório do CDC, divulgado em 2021 com dados observados em 2018, evidencia a importância crescente de compreender e atender às necessidades educacionais específicas dessas crianças. Com uma taxa alarmante de 1 em cada 44 crianças afetadas pelo TEA em 11 estados norte-americanos, a necessidade de promover ambientes escolares inclusivos se torna imperativa (Marques, 2022).

Diante desse contexto, o presente estudo se propôs a analisar a importância da educação inclusiva para crianças autistas, examinando os impactos positivos dessa abordagem na aprendizagem acadêmica, no desenvolvimento social e emocional dessas crianças. O estudo se desenvolveu a partir do seguinte questionamento: como a educação inclusiva influencia a aprendizagem acadêmica, o desenvolvimento social e emocional de crianças autistas, e de que maneira essa abordagem pode ser otimizada para melhor atender às suas necessidades específicas?

Além disso, o estudo buscou identificar os desafios enfrentados pelas escolas na implementação da educação inclusiva e propor estratégias eficazes para superá-los. Reconhecendo a urgência de compreender a relação entre a inclusão escolar e o desenvolvimento das crianças autistas, este estudo aspira contribuir para o avanço do conhecimento nessa área, visando aprimorar as práticas educacionais e promover a igualdade de oportunidades para todas as crianças, independentemente de suas diferenças individuais.

Os objetivos específicos deste trabalho abrangeram diferentes aspectos da educação inclusiva para crianças autistas. Inicialmente, foi realizada uma análise de pesquisas existentes sobre o tema, visando compreender o estado do conhecimento e identificar lacunas na literatura. Em seguida, buscou-se identificar os impactos positivos da inclusão na aprendizagem acadêmica e no desenvolvimento social e emocional dessas crianças, destacando como a convivência em um ambiente escolar inclusivo pôde promover seu crescimento integral.

Além disso, o estudo se dedicou à discussão dos desafios enfrentados pelas escolas na implementação da educação inclusiva, abordando questões como a escassez de recursos, a formação inadequada dos professores e as resistências institucionais. Por fim, foram propostas estratégias eficazes para superar esses obstáculos, visando a criação de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e benéfico para todas as crianças.

A justificativa para abordar esse tema reside na necessidade de compreender e promover práticas inclusivas que atendam às necessidades individuais das crianças autistas, garantindo-lhes oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento. Além disso, a importância de promover uma sociedade mais inclusiva e diversa, na qual todas as crianças tenham a chance de alcançar seu potencial máximo, independentemente de suas diferenças individuais, reforça a relevância deste estudo.

Tendo em mente a pergunta sugerida pela problematização da pesquisa, levantou-se como hipótese a seguinte ideia: a educação inclusiva para crianças autistas tem o potencial de promover um ambiente de aprendizado mais enriquecedor, que favorece não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o progresso social e emocional dessas crianças. A convivência com colegas neurotípicos e a adaptação do currículo para atender às necessidades individuais dos alunos autistas podem criar oportunidades significativas

para o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas, contribuindo para uma educação mais abrangente e eficaz para esse grupo específico de estudantes.

A metodologia adotada nesta pesquisa foi qualitativa, baseada na revisão de literatura e análise de estudos de caso. A pesquisa envolveu a seleção criteriosa de artigos científicos, teses e dissertações sobre educação inclusiva para crianças autistas, com a coleta de dados realizada em bancos de dados acadêmicos. Essa abordagem permitiu uma análise abrangente e detalhada das práticas pedagógicas, benefícios da inclusão e desafios enfrentados pelas escolas na implementação da educação inclusiva para crianças autistas. A análise minuciosa dos materiais coletados proporcionou uma compreensão aprofundada do tema em questão e permitiu a elaboração de conclusões embasadas em evidências científicas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O presente estudo foi elaborado seguindo os princípios da pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e descritiva. Baseou-se em uma análise conduzida por meio da busca e revisão de informações provenientes de diversas fontes, incluindo livros, artigos científicos e bancos de dados como Google Acadêmico, Scielo, revistas científicas, bem como bibliotecas físicas e virtuais.

As referências selecionadas foram restritas a publicações em língua portuguesa, sendo o critério de inclusão baseado em palavras-chave e ferramentas de busca. As palavras-chave adotadas para a filtragem dos materiais foram: Autismo, Desafios Escolares, Desenvolvimento Social e Educação Inclusiva. A pesquisa foi fundamentada na leitura, registro e análise crítica dos referidos materiais coletados.

O objetivo desta pesquisa é investigar os desafios enfrentados por crianças autistas no contexto da educação inclusiva, bem como identificar as estratégias de ensino mais eficazes para esses alunos e compreender a percepção dos professores em relação à inclusão de crianças autistas em suas salas de aula.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere à definição de autismo, a Organização Pan-Americana da Saude define que

O transtorno do espectro autista (TEA) se refere a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva (Organização Mundial da Saúde, 2020).

Somado a isso, de acordo com o Manual de Diagnóstico de Transtornos Mentais, os sinais desses distúrbios formam um contínuo único de dificuldades, variando de leves a graves, nos aspectos de comunicação social e comportamentos repetitivos e restritos, ao invés de serem considerados distúrbios separados. Essa revisão teve o objetivo de aprimorar a precisão e a eficácia dos critérios de diagnóstico para o transtorno do espectro autista, bem como identificar áreas específicas para intervenções terapêuticas mais direcionadas às dificuldades observadas (American Psychiatric Association, 2014).

Ao compreender a complexidade do autismo e sua manifestação individualizada, torna-se evidente a importância da educação inclusiva para crianças autistas, visando atender às suas necessidades específicas e promover seu pleno desenvolvimento. O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter.

Conforme preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino" (Brasil, 1996).

Esta legislação respalda a necessidade de oferecer um ensino adaptado e inclusivo, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Segundo Wuo, Yaedu e Wayszceyk (2019, p. 9):

> [...] o novo modelo proposto pela American Psychiatric Association (APA), a conhecida tríade do autismo é agrupada em uma díade, a partir de duas dimensões. A primeira caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos. A segunda refere-se aos padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014).

Wuo, Yaedu e Wayszceyk (2019) propõem ainda um novo modelo para compreender o autismo, no qual a tríade de sintomas anteriormente reconhecida é agrupada em uma díade, abordando duas dimensões distintas. A primeira dimensão destaca os déficits persistentes na comunicação social e na interação social em diversos contextos. Por sua vez, a segunda dimensão diz respeito aos padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Essa abordagem oferece uma perspectiva mais refinada e detalhada dos sintomas do autismo, permitindo uma compreensão mais precisa das características individuais de cada pessoa dentro do espectro autista.

Outrossim, de acordo com os autores Thiengo *et al.* (2020, p.3), ao citarem Lemos (2012), afirmam que, com base no "modelo médico da deficiência, tornou-se imperativo incluir as pessoas com deficiência utilizando esse modelo de habilitação, reabilitação e educação, de modo a atender aos padrões reconhecidos no ambiente social".

Esta citação ressalta a importância de adotar uma abordagem centrada na pessoa com deficiência, focada em promover sua participação plena na sociedade, ao invés de apenas remediar suas limitações. Incorporar essa perspectiva holística no contexto da educação inclusiva para pessoas com autismo é fundamental para garantir que suas necessidades individuais sejam atendidas de forma eficaz, permitindo-lhes desenvolver todo o seu potencial e contribuir de maneira significativa para a comunidade.

No contexto atual, especialistas em educação inclusiva têm dedicado considerável atenção a essa temática ao longo das últimas décadas, com o objetivo de assegurar a equidade e a participação de todos os estudantes no ambiente escolar. Os autores Ifadireó *et al.* (2021) enfatizam que se o foco for, principalmente, a inserção da educação inclusiva com crianças e adolescentes autistas, torna-se primordial ter em vista o fato de que pessoas autistas, por exemplo, enfrentam dificuldades em aprender e absorver conteúdos em aulas expositivo-narrativas, devido à redução da capacidade cognitiva de abstração. Essa citação sublinha a necessidade de adaptar as práticas pedagógicas para atender às neces-

sidades específicas dos estudantes autistas, reconhecendo suas dificuldades e buscando estratégias educacionais mais eficazes e inclusivas.

A exemplo, pode-se destacar que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que já é uma realidade em muitas instituições de ensino particular, onde a gestão acompanha e fornece formação continuada para aprimorar as práticas do educador. O AEE é definido como a mediação pedagógica que visa facilitar o acesso ao currículo, atendendo às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, TEA e altas habilidades ou superdotação, que compõem o público da educação especial (Brasil, 2023).

Sua oferta é obrigatória e deve constar do projeto pedagógico da escola, conforme estabelecido pelo Decreto n° 7.611/2011, abrangendo todas as etapas e modalidades da educação básica. O AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, garantindo-lhes oportunidades igualitárias de aprendizado e desenvolvimento (Brasil, 2023).

Nessa perspectiva, Silva, Rosa e Col (2022, p. 9) ao citarem Jia e Xie (2021), enfatizam que “existem várias metodologias para abordagem de crianças com autismo, sendo elas: musicoterapia, terapia farmacológica, análise comportamental aplicada, intervenção esportiva, entre outras”. Esse comentário ressalta a importância de utilizar uma abordagem multidisciplinar para atender às necessidades individuais das crianças com autismo.

A musicoterapia, por exemplo, pode ajudar no desenvolvimento das habilidades sociais e de comunicação. A terapia farmacológica pode ser útil no manejo de sintomas específicos, enquanto a análise comportamental aplicada é eficaz na modificação de comportamentos e no ensino de novas habilidades. A intervenção esportiva, por sua vez, contribui para o desenvolvimento físico e social, promovendo a inclusão através de atividades recreativas. Portanto, a implementação dessas metodologias, aliada a ambientes escolares acessíveis e inclusivos, pode melhorar significativamente a experiência educacional e a qualidade de vida dessas crianças (Silva; Rosa; Col, 2022).

Além do mais, de acordo com os dados da Plataforma de Educação SAS, esta é considerada “um importante parceiro nesse aspecto, já que desenvolve materiais didáticos personalizados para as necessidades das escolas e fornece plataformas digitais que são interativas e inclusivas”. Observa-se a relevância da SAS na criação de soluções educacionais adaptadas e acessíveis, sublinhando sua contribuição para a modernização e eficácia do ensino nas instituições escolares (SAS Plataforma de Educação, 2021).

Por outro lado, em uma pesquisa realizada por Nunes, Azevedo e Schmidt (2013, p. 561), foram identificadas diversas barreiras que dificultavam o processo de inclusão escolar. Os autores destacam que “foram identificadas barreiras que dificultavam esse processo, como a escassa rede de apoio, pouca formação específica dos professores e presença de atitudes segregacionistas dos colegas, gerando insegurança nos pais dos alunos incluídos”.

Essas dificuldades são particularmente preocupantes, pois a falta de uma rede de apoio robusta impede que os alunos recebam a assistência necessária para seu desenvolvimento pleno. Além disso, a insuficiente formação dos professores em temas de inclusão limita a capacidade de adaptação das práticas pedagógicas às necessidades dos alunos com deficiência. As atitudes segregacionistas por parte dos colegas, por sua vez, contribuem para um ambiente escolar hostil, aumentando a insegurança dos pais e dificultando a plena integração desses alunos no ambiente escolar. Essas barreiras evidenciam a necessidade de políticas educacionais mais eficazes e de um investimento contínuo na formação de professores, bem como na promoção de uma cultura escolar mais inclusiva e

acolhedora (Nunes; Azevedo; Schmidt, 2013).

De acordo com Pereira *et al.* (2020, p. 2):

> [...] tendo em vista a quantidade e variedade de comprometimentos no sujeito com TEA, há diversos tipos de tratamento ofertados na atualidade. Entre os protocolos, está o uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). A CAA é uma área de pesquisa e prática clínica e educacional, e seu uso visa compensar, temporariamente ou permanentemente, o comprometimento da compreensão ou expressão.

Diante do exposto, é importante destacar que a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) é uma abordagem essencial para facilitar a comunicação dos alunos com TEA. A CAA utiliza uma variedade de recursos, incluindo visuais, pictogramas e tecnologias avançadas, para auxiliar esses alunos na expressão de suas necessidades, pensamentos e sentimentos. Esses recursos não apenas melhoram a capacidade de comunicação dos alunos com autismo, mas também promovem sua inclusão efetiva no ambiente escolar.

Para Maia, Silveira e Araújo (2022, p.19), "O conhecimento do TEA e de suas características clínicas são importantes para o diagnóstico precoce. Assim, é imprescindível a coesão da equipe de avaliação diagnóstica para este processo. Quanto mais cedo é realizado o diagnóstico e iniciada a intervenção, melhor será o prognóstico da condição".

Dessa forma, a intervenção precoce emerge como um elemento crucial nesse processo. Quanto mais cedo forem realizados o diagnóstico e a intervenção, maiores serão as chances de sucesso na educação de alunos com autismo. Portanto, é fundamental identificar sinais precoces e oferecer intervenção e suporte desde os estágios iniciais. O uso de materiais visuais, como cartões, imagens ou gráficos, pode ser especialmente benéfico para auxiliar na compreensão de conceitos e na organização do aprendizado, contribuindo para um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz para alunos com TEA.

No mais, também existe outra ferramenta denominada de Plano de Ensino Individualizado (PEI) nas escolas. Segundo dados da plataforma Neuro+Conecta (2023), o PEI "é considerado uma ferramenta que contribui para melhorar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas que possuem algum tipo de limitação ou dificuldades para aprender. Por isso, é um recurso pedagógico voltado para as necessidades individuais do aluno".

O presente projeto é importante em razão de objetivar adaptar o currículo e as atividades para atender às necessidades e interesses individuais de cada aluno com autismo, garantindo que o conteúdo seja relevante. Afinal, promover a interação social entre alunos com autismo e seus pares neurotípicos, incentivando a colaboração, a empatia e a compreensão mútua. Considerar as questões sensoriais, como sensibilidade a estímulos auditivos, táteis ou visuais, e oferecer estratégias para ajudar os alunos com autismo a lidar com essas dificuldades.

No entanto, é essencial destacar que cada aluno dentro do espectro do autismo é singular, demandando, portanto, a personalização das estratégias e abordagens educacionais de acordo com suas necessidades específicas. Conforme apontado por Lucelmo Lacerda em Autismo e Realidade (2021), essa individualização é crucial para promover um ambiente de aprendizado efetivamente inclusivo.

> A questão primordial, diz Lucelmo, que é pai de autista, deve girar não em torno do local de aprendizado, se na escola comum ou na especial, mas sim de como ampliar ao máximo o aprendizado de cada pessoa e, a partir daí, definir

> qual é o melhor ambiente para que o processo aconteça. Para o especialista, o desvio da discussão fundamental está ligado a uma resistência à aplicação de dados científicos no meio educacional, tanto por falta de recursos, tanto por uma questão cultural da pesquisa acadêmica no país (Autismo e Realidade, 2021).

Desse modo, a presente citação ressalta a importância de se concentrar no desenvolvimento individual de cada pessoa com autismo, independentemente do ambiente escolar. O foco principal não deve ser apenas decidir entre uma escola comum ou especial, mas sim em maximizar o potencial de aprendizado de cada aluno. Além disso, é crucial reconhecer as barreiras que impedem a aplicação efetiva de evidências científicas no campo educacional, seja por falta de recursos ou por resistência cultural à pesquisa acadêmica. Portanto, a reflexão sobre essa citação destaca a necessidade de uma abordagem centrada no aluno, que leve em consideração suas necessidades individuais e promova uma verdadeira inclusão no ambiente educacional.

Portanto, torna-se evidente que a compreensão e o atendimento adequado das necessidades das crianças autistas são essenciais para promover sua inclusão efetiva na sociedade, especialmente no ambiente educacional. A abordagem centrada na pessoa com deficiência, a intervenção precoce, o uso de estratégias multidisciplinares e a personalização do ensino são aspectos fundamentais para garantir que cada aluno dentro do espectro do autismo tenha a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial.

No entanto, é crucial reconhecer as barreiras existentes, como a falta de formação específica dos professores e atitudes segregacionistas, e trabalhar para superá-las por meio de políticas educacionais mais eficazes e investimento contínuo na formação e capacitação dos profissionais da educação. Ao adotar uma abordagem holística e inclusiva, é possível criar ambientes educacionais mais acolhedores e acessíveis, onde todas as crianças, independentemente de suas diferenças individuais, possam aprender, crescer e prosperar juntas.

4. CONCLUSÃO

A presente pesquisa sobre Autismo e Educação Inclusiva: Desafios e Perspectivas se mostra relevante por várias razões. Em primeiro lugar, o autismo é um transtorno complexo que afeta a maneira como uma pessoa percebe o mundo e interage com os outros, apresentando desafios específicos no contexto educacional. Compreender melhor como proporcionar uma educação inclusiva para crianças e jovens autistas é fundamental para garantir que eles recebam o apoio necessário para desenvolver todo o seu potencial.

Além disso, a inclusão de alunos autistas nas escolas regulares é um direito garantido por legislações em muitos países, o que torna essencial investigar os desafios enfrentados nesse processo. A falta de compreensão sobre as necessidades específicas desses alunos e a escassez de recursos adequados podem resultar em exclusão, limitando suas oportunidades de aprendizado e crescimento.

Ao abordar esses desafios, a pesquisa contribui para promover uma educação mais equitativa e inclusiva, alinhada com os princípios de respeito à diversidade e igualdade de oportunidades. Ao compreender as perspectivas dos educadores, dos próprios alunos autistas e de suas famílias, podem-se identificar estratégias eficazes para superar as barreiras existentes e criar ambientes educacionais mais acolhedores e acessíveis para todos.

Os resultados da pesquisa destacaram a significativa importância da educação inclu-

siva para crianças autistas em diversos aspectos. Em relação à aprendizagem acadêmica, observou-se que a participação dessas crianças em ambientes inclusivos promove um aumento na motivação para aprender, bem como uma melhoria na sua capacidade de concentração e engajamento nas atividades escolares. Afinal, como destaca os Balbino, Silva, Oliveira e Balbino (2021, p.1597)

> [...] Aquele aluno que antes ficou no canto da sala, sem brincar com outros colegas ousem fazer as atividades propostas e que, por uma série de outras situações, ficou excluído, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto social, quando passa a ser acompanhado por um mediador escolar, passa a ser visto.

Em suma, os resultados da pesquisa demonstraram que a educação inclusiva oferece uma série de benefícios para crianças autistas, tanto em termos de aprendizagem acadêmica quanto de desenvolvimento social e emocional. Esses achados ressaltam a importância de promover práticas inclusivas nas escolas, visando garantir que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade e sejam capazes de alcançar seu pleno potencial.

Os resultados obtidos na análise das pesquisas existentes revelaram uma variedade de informações pertinentes ao tema da educação inclusiva para crianças autistas. Foi observado um corpo substancial de literatura que enfatiza os benefícios da inclusão para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dessas crianças. No entanto, também foram identificadas lacunas significativas na compreensão dos mecanismos específicos pelos quais a inclusão afeta positivamente os alunos autistas, bem como na implementação de estratégias eficazes para garantir uma inclusão bem-sucedida.

Em relação aos impactos positivos da inclusão na aprendizagem acadêmica, os resultados indicaram que a participação em ambientes inclusivos proporcionou oportunidades para uma maior interação com os colegas e professores, facilitando o desenvolvimento de habilidades de comunicação, linguagem e colaboração. Além disso, a adaptação do currículo e o uso de metodologias pedagógicas inclusivas foram associados a melhorias no desempenho acadêmico dos alunos autistas, promovendo uma maior motivação para aprender e uma maior autonomia no processo de aprendizagem.

No que diz respeito ao desenvolvimento social e emocional, os resultados destacaram os benefícios da convivência em um ambiente escolar inclusivo para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais nas crianças autistas. A interação com colegas neurotípicos proporcionou oportunidades para praticar habilidades sociais, como fazer amizades, resolver conflitos e colaborar em atividades de grupo. Além disso, a inclusão foi associada a uma maior autoestima e autoconfiança nas crianças autistas, promovendo um maior senso de pertencimento e bem-estar emocional.

Em suma, os resultados dos objetivos específicos enfatizam a importância da inclusão na promoção do crescimento integral das crianças autistas, tanto em termos de desenvolvimento acadêmico quanto de desenvolvimento social e emocional. Esses achados destacam a necessidade de investir em práticas inclusivas nas escolas, visando garantir que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade e sejam capazes de alcançar seu pleno potencial.

Diante disso, a hipótese levantada é de que a educação inclusiva para crianças autistas tem o potencial de promover um ambiente de aprendizado mais enriquecedor, favorecendo não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o progresso social e emocional dessas crianças. A convivência com colegas neurotípicos e a adaptação do currículo

para atender às necessidades individuais dos alunos autistas podem criar oportunidades significativas para o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas, contribuindo para uma educação mais abrangente e eficaz para esse grupo específico de estudantes. Essa hipótese foi confirmada pelos dados analisados durante a pesquisa.

Considerando o problema da pesquisa, que aborda como a implementação de estratégias de educação inclusiva impacta o desenvolvimento acadêmico e socioemocional de crianças autistas em idade escolar, os resultados obtidos indicam que a implementação efetiva dessas estratégias tem um impacto positivo significativo. A convivência em um ambiente inclusivo proporcionou oportunidades para melhorar habilidades de comunicação, interação social e autonomia nas crianças autistas. Esses achados sugerem que a educação inclusiva desempenha um papel crucial no progresso mais abrangente e equilibrado no desenvolvimento dessas crianças.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* São Paulo: Artmed, 2014. Disponível em: https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

AUTISMO E REALIDADE. **Lucelmo Lacerda**: por uma aprendizagem efetivamente inclusiva. São Paulo, 31 out. 2021. Disponível em: https://autismoerealidade.org.br/2021/10/31/lucelmo-lacerda-por-uma-aprendizagem-efetivamente-inclusiva/. Acesso em: 15 maio 2024.

BALBINO, Elisa Maria Santos *et al.* O aluno com transtorno do espectro autista e o mediador escolar: um olhar inclusivo. **Diversitas Journal**, v. 6, n. 1, p. 1593-1605, jan./mar. 2021. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1663. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **O que é o atendimento educacional especializado (AEE)**? Brasília, DF: Inep, 6 jun. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/censo-escolar/educacao-especial/o-que-e-o-atendimento. Acesso em: 10 maio 2024.

IFADIREÓ, Miguel Melo *et al.* Educação inclusiva no ensino de crianças autistas: uma revisão de literatura com foco na igualdade de oportunidades. **Id on Line: Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Jaboatão dos Guararapes, v. 15, n. 6, p. 44-63, 2021. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3120/4920. Acesso em: 12 maio 2024.

MAIA, Fernanda Alves; SILVEIRA, Marise Fagundes; ARAÚJO, Stéffany Lara Nunes Oliveira (org.). Transtorno do espectro do autismo: um estudo epidemiológico no Norte de Minas Gerais. Rio Branco: Stricto Sensu Editora, 2022. Disponível em: https://sseditora.com.br/wp-content/uploads/Transtorno-do-Espectro-do-Autismo.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

MARQUES, Isabela. Qual a prevalência do autismo no Brasil? *In*: GENIAL CARE. **Blogpost**. [*S. l.*], 4 out. 2022. Disponível em: https://genialcare.com.br/blog/prevalencia-do-autismo-no-brasil/. Acesso em: 15 maio 2024.

NEURO+CONECTA. **Plano de Ensino Individualizado (PEI)**: saiba a importância. São Paulo, 2023. Disponível em: https://neuroconecta.com.br/plano-de-ensino-individualizado-pei-saiba-a-importancia/#:~:text=Um%20PEI%20que%20%C3%A9%20apropriado,durante%20as%20atividades%20em%20grupo. Acesso em: 10 maio 2024.

NUNES, Debora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana, Queiroz Orrico; SCHMIDT, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 557-572, sep./dic. 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3131/313128786005.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. **Transtorno do espec-**

tro autista. Washington, DC: Opas, 2020. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista#:~:text=O%20transtorno%20do%20espectro%20autista,e%20realizadas%20de%20forma%20repetitiva. Acesso em: 10 maio 2024.

PEREIRA, Erika Tamyres *et al*. Comunicação alternativa e aumentativa no transtorno do espectro do autismo: impactos na comunicação. **CoDAS**, São Paulo, v. 32, n. 6, p. 1-8, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/codas/a/QxhXpZ3jckz6K3dyCdbVhXq/#%20https://sseditora.com.br/wp-content/uploads/Transtorno-do-Espectro-do-Autismo.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

SAS PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO. **Práticas pedagógicas**. São Paulo, 9 ago. 2021. Disponível em: https://blog.saseducacao.com.br/exemplos-de-praticas-inclusivas/. Acesso em: 15 maio 2024.

SILVA, Lisa Gabrielle Patrício da; ROSA, Rubens Gabriel Martins; COL, Mayse Pereira Dal. Espectro autista na infância: dificuldades no processo de educação e interação social. **Revista Científica do Tocantins**, Tocantins, v. 2, n. 2, p. 1-13, 2022. Disponível em: https://itpacporto.emnuvens.com.br/revista/article/view/65/59. Acesso em: 16 maio 2024.

THIENGO, Edmar Reis *et al*. Inclusão de alunos autistas como percursos da redução dos danos causados pelo desprezo social: uma revisão bibliográfica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, São Paulo, v. 132, n. 2, p. 1-7, 2021. Disponível em: https://repositorio.ivc.br/bitstream/handle/123456789/1373/4942-Artigo-66722-2-10-20210210.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 maio 2024.

WUO, Andrea Soares; YAEDU, Fabiana Batista; WAYSZCEYK, Sheila. Déficit ou diferença? Um estudo sobre o autismo em pesquisas educacionais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1-21, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3131/313158902102/313158902102.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

19

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO ESCOLAR: INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

THE ROLE OF PSYCHOLOGISTS IN THE SCHOOL CONTEXT: INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER

Paula Martins Pegorelli
Alice Parentes Da Silva Santos

Resumo

O presente artigo aborda a problemática sobre a inclusão de crianças diagnosticadas com Transtorno Do Espectro Autista dentro do ambiente escolar, levando em consideração a dificuldade pedagógica e social das mesmas. Abordando também a importância do psicólogo dentro do âmbito escolar como facilitador desta inclusão e como peça chave para alinhamento e propulsor de conhecimento e capacitação da equipe escolar. O artigo tem como objetivo buscar e pesquisar manejos, abordagens adequadas para a adaptação e principalmente a inclusão desta criança. Tornando esse momento de grande importância na vida da criança mais confortável, trazendo também a importância do psicólogo para a mesma e sua rede de apoio. Buscando definir o impacto desta adaptação na vida do individuo. A natureza do trabalho é a realização de uma pesquisa e revisão bibliográfica, descritiva a partir de abordagem qualitativa dos últimos dez anos encontrados em livros, acervo pessoal e sites de bancos de dados de psicologia: Scielo, Google acadêmico e Pepsic.

Palavras-chave: Abordagem, Pedagógica, Adaptação, Manejos.

Abstract

This article addresses the issue of the inclusion of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder within the school environment, taking into consideration their pedagogical and social difficulties. It also discusses the importance of psychologists within the school setting as facilitators of this inclusion and as key figures for aligning and driving knowledge and training within the school staff. The article aims to seek and research appropriate approaches for the adaptation and, primarily, the inclusion of these children, making this significant moment in the child's life more comfortable. It also emphasizes the importance of psychologists for the child and their support network, seeking to define the impact of this adaptation on the individual's life. The nature of the work involves conducting research and a bibliographic review, descriptively approaching the past ten years found in books, personal archives, and psychology databases such as Scielo, Google Scholar, and Pepsic.

Keywords: Approach, Pedagogical, Adaptation, Handling

1. INTRODUÇÃO

Dentro do ambiente escolar é possível perceber a difícil adaptação das crianças, principalmente na fase de transição, do sair do âmbito familiar de casa e ser introduzido dentro de um local novo e de regras sociais. Esse ambiente pode tornar-se um local de exploração positiva, mas também de dificuldade para a criança, tendo em vista que o mesmo vai apresentar diversas experiências e dificuldades. Tais dificuldades podem ser maiores para crianças que foram diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Um dos principais sintomas do transtorno do espectro autista é a dificuldade na execução de funções motoras, intelectuais e sociais. Compreende-se que dentro do ambiente escolar essas funções são de grande importância. O indivíduo diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) geralmente possui um atraso no campo da linguagem e da interação social, mostrando comportamentos atípicos ou de difícil compreensão o que dificulta sua integração com outras crianças.

O presente estudo bibliográfico traz como discussão o estudo do melhor manejo e abordagens dentro da psicologia e da participação do psicólogo para a introdução de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito escolar, trazendo com objetivo uma contribuição maior e ampliada sobre o assunto visando contribuir também com os profissionais da área da psicologia.

Tratando-se de objetivos propostos dentro do presente estudo designou-se discutir o papel do psicólogo no ambiente escolar e como o mesmo pode e deve contribuir com a introdução de crianças Transtorno do Espectro Autista (TEA) e principalmente os impactos gerados nessa criança e no seu entorno dependendo da forma que a mesma será introduzida nesse meio, aprofundando de forma clara e especifica a melhor maneira de realizar essa ação, traçando metas, objetivos em cima das informações e ciência dentro da área da psicologia e do Transtorno do Espectro Autista. O presente estudo também irá ressaltar a importância da atuação do psicólogo escolar juntamente com a equipe de coordenação, professores e demais áreas de trabalho dentro do ambiente escolar, visando a melhor autonomia, introdução e abordagem para com a criança diante desta situação de adaptação e inclusão.

Desde modo é de suma importância trabalhar e estudar as melhores abordagens e maneiras para introduzir uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito escolar, buscando recursos e adaptações para que os impactos dessa vivência sejam positivos para a criança, criando um local de aprendizado, mas principalmente de evolução dessa criança.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A natureza do trabalho é a realização de uma pesquisa e revisão bibliográfica, descritiva a partir de abordagem qualitativa dos últimos vinte e cinco anos encontrados em livros, acervo pessoal e sites de bancos de dados de psicologia: Scielo, Google Acadêmico e Pepsic.

2.2 Resultados e Discussão

De acordo com Lucelmo (2017), apesar dos sintomas relatados, a caracterização do Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode variar e abranger outros campos, desde a deficiência intelectual (DI) até mesmo outras comorbidades como: hiperatividade, seletividade alimentar, Transtorno de Déficit de Atenção, distúrbios do sono, epilepsia, acessos de raiva e mudanças de humor.

Segundo Oliveira e Sertié (2017) os fatores determinantes e causadores do Transtorno do Espectro Autista ainda são desconhecidos, em constante estudo. É possível constatar a predominância no sexo masculino e que fatores ambientais como infecções e medicamentos usados durante a gestação tenham um papel no desenvolvimento do (TEA). Quando se fala de fatores causadores do (TEA) não se pode deixar de citar os fatores genéticos, que apresenta-se em 50 a 90% dos casos.

Ainda de acordo com Oliveira e Sentrié (2017) o TEA é considerado uma doença geneticamente heterogênea e complexa, já que apresenta diferentes padrões de herança e variantes genéticas casuais. Os sintomas manifestados pelo individuo com autismo é de suma importância para o diagnóstico precoce. A maioria das vezes os sintomas são identificados pelos pais, familiares e cuidadores que por meio da convivência diária passam a notar determinadas características da criança, que pode ser apresentada antes dos três anos de idade. Essas características ou sintomas apresentam-se na forma de uma tríade bastante singular, caracterizada pela dificuldade e prejuízos qualitativos na interatividade social, na restrição do ciclo de atividades e interesses da criança e no prejuízo da comunicação verbal e não verbal.

Segundo Monhol *et al*. (2021) o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista não só impacta na vida do indivíduo, da criança, mas também nos pais, familiares e toda rede de apoio que envolve essa criança, devido à grande necessidade de acompanhamento das necessidades do mesmo.

Como Pinto *et al*. (2016) citam existir uma mudança da rotina diária de todos os envolvidos, readaptação de papeis dentro e fora de casa, impactando inclusive a vida escolar da criança, onde serão necessárias outras formas de intervenção e de adaptação do âmbito escolar.

De acordo com a lei 12.764, lei Berenice Piana a criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista tem o direito a inserção a escola regular, após a lei entrar em vigor no Brasil a quantidade de alunos inscritos no ensino regular com o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista aumentou. Esses alunos vêm ganhando cada dia mais espaço dentro do ambiente escolar e desta forma é necessário adquirir outras perspectivas para adaptar e conduzir da melhor forma essa experiência escolar. As escolas precisam estar em constante evolução e estudos, tendo em vista que os alunos diagnosticados com (TEA), até mesmo aqueles que não possuem o cognitivo alterado, necessitam de outro suporte tanto da equipe pedagógica e principalmente um suporte psicológico dentro do ambiente escolar. O ambiente escolar para as crianças com (TEA) surge não apenas para o crescimento cognitivo e conhecimento de diversas áreas educacionais, mas também como um novo meio de estimulação, principalmente das habilidades sociais dessa criança, impactando diretamente na sua evolução.

Segundo Andaló (2012) quando falamos de ambiente escolar automaticamente pensamos na equipe do núcleo pedagógico, como diretores, coordenadores e professorem, porém, é necessário e de extrema importância o psicólogo fazer parte desse núcleo, principalmente quando falamos de introdução de uma criança com Transtorno do Espectro

Autista dentro desse ambiente.

De acordo com Lucelmo (2017) as crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em sua grande maioria, possuem uma grande estimulação sensorial e uma baixa habilidade de interação social, o que acaba sendo um grande desafio para escola adaptar e tornar esse convívio agradável e apto para a criança desenvolver e aprender.

De acordo com Gomes e Ghedin (2021), Piaget traz à tona as fases do desenvolvimento da criança, sendo eles: sensório motor (0 a 2 anos), pré-operatório (2 a 6 anos), operatório concreto (7 a 12 anos) e operatório formal (a partir dos 12 anos). Dentro destas fases do desenvolvimento da criança é possível analisar e ter maior percepção da importância de cada uma delas para uma melhor trajetória do indivíduo, tendo em vista a importância que cada fase seja executada, vivenciada da maneira correta, cumprindo os seus objetivos. Isso vale também e principalmente para uma criança atípica. Ainda tratando-se e falando das fases do desenvolvimento cognitivo proposto por Piaget é necessário observar que cada fase trás para vida desta criança um vivenciar, um experimentar diferente. Na fase sensório motor a criança vai passar por experiências, estímulos sensoriais, motores e descobrir funções involuntárias, como o ato de sucção. Essa criança também constituirá a noção de permanência dos objetos. Na fase pré-operatório a criança será marcada pelo jogo simbólico, o início de habilidades de agrupamento, conservação e classificação. Essa fase também será dividida em dois momentos distintos: fase pré-conceitual onde ela irá vivenciar o animismo, realismo, artificialismo e egocentrismo. A fase de pensamento intuitivo ela passará por etapas de concentração, raciocínio transdutivo, dificuldade de transformação, sincretismo, dificuldade de classificação, dificuldade de seriação. Na fase do operatório concreto, que acontece dos sete aos doze anos, será desenvolvido o pensamento lógico e concreto, a construção de regras e estratégias e habilidades do pensamento indutivo. A última fase, o operatório formal, vai trazer a compreensão de conceitos abstratos, o desenvolvimento do raciocínio matemático e pensamentos embasados na lógica dedutiva. Para poder realizar a adaptação e inclusão de uma criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é de extrema importância o aprofundamento das fases do desenvolvimento cognitivo proposto por Piaget (1973), tendo em vista que mesmo tratando-se de uma criança atípica, diagnosticada com um transtorno, vai ser necessário ela passar por todas as fases e é de obrigação da equipe escolar, juntamente com o psicólogo escolar encontrar as melhores técnicas e maneiras para que esta criança desenvolva-se adequadamente. Segundo Piaget (1970), o principal objetivo da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.

De acordo com Raad (2016), para Vigotski o professor dentro do ambiente escolar é o maior organizador do ambiente social, ele é responsável por criar instrução e consequentemente transformar o desenvolvimento do indivíduo. Parafraseando Vigotski (1997, p.172):

> "O processo pedagógico é a vida social ativa, é a troca de vivências combativas, é uma tensa luta em que o professor, no melhor dos casos, personifica uma pequena parte da classe - com frequência, ele está totalmente só. Em suma, só a vida educa e, quanto mais amplamente a vida penetrar na escola, tanto mais forte e dinâmico será o processo educativo. O maior pecado da escola foi se fechar e se isolar da vida mediante uma alta cerca. A educação é tão inconcebível à margem da vida como a combustão sem oxigênio ou a respiração no vácuo. Por isso, o trabalho educativo do pedagogo deve sempre estar vinculado ao seu trabalho social, criativo e relacionado à vida."

Segundo Assis e Alves (2022) o profissional psicólogo dentro da escola, infelizmente,

ainda é uma área pouco valorizada e até mesmo dispensável, tendo em vista que é uma área pouco falada e até mesmo negligenciada pelos outros profissionais. Porém, o papel do psicólogo dentro da escola é de suma importância e é necessário um preparo por parte do profissional, com cursos, experiências e dedicação. O psicólogo dentro da escola não atua somente no lidar de conflitos dos alunos e funcionários, ele é peça fundamental quando se trata de inclusão e adaptação das crianças, principalmente as crianças que necessitam uma atenção superior, como as crianças com o Transtorno do Espectro Autista. É papel do profissional da psicologia encontrar os melhores manejos para adaptação e crescimento desta criança, analisando de forma individual as queixas e necessidades dessa criança, realizando desde supervisões, reuniões com os pais e equipe, relatórios constantes e até mesmo encaminhamentos para outros profissionais, visando melhorar a evolução da mesma. A baixa interação social e a baixa comunicação verbal ou não verbal do indivíduo com Transtorno do Espectro Autista podem ocasionar um isolamento permanente da criança e de sua família, porém a inclusão escolar pode trazer inúmeros benefícios para a melhora dessas habilidades e consequentemente da aprendizagem dessa criança. O papel do psicólogo é desenvolver estratégias e atividades para essas crianças. As brincadeiras e jogos lúdicos são uma das maneiras eficazes de adaptar essa criança, através deles é possível estabelecer um vinculo terapêutico com o indivíduo e trabalhar desde o repertório básico de higiene pessoal, de coordenação motora até mesmo a psicoterapia e regulação de sentimentos dessa criança, o que ocasiona uma funcionalidade e independência da mesma.

Ainda de acordo com Assis e Alves (2022) é interessante o profissional psicólogo possuir o conhecimento da técnica Applied Behavior Analysis (ABA), trata-se de um tratamento terapêutico voltando para o indivíduo diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ele é utilizado para diminuir os chamados “comportamentos problema”. A técnica (ABA) mostra-se eficiente, pois com ela a criança terá a oportunidade de desenvolver-se não só educacionalmente, mas também socialmente. Podemos citar também O Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados à Comunicação (TEACCH, na sigla em inglês), um programa educacional e clínico, um método comportamental aplicado no ambiente pedagógico com foco nos cuidados especiais acerca da organização visual e estrutural. O ambiente pedagógico precisa ser estruturado e organizado por meio de rotinas e atividades, onde a criança consiga visualizar o que precisa realizar naquele momento. A formação de rotina, de acordo com diversos estudos, é de suma importância para a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), fazendo-a realizar as atividades necessárias de maneira mais adequada e sem distração.

Segundo Weizenmann *et al*. (2020) é possível reconhecer o papel fundamental do psicólogo dentro do ambiente escolar, tendo em vista que é necessária a capacitação de todos os envolvidos nesse ambiente e o psicólogo é um agente de capacitação, de conhecimento para todos. A presença do profissional da psicologia dentro do ambiente escolar é benéfica e positiva não apenas para a criança que necessita da sua intervenção, mas também de toda equipe e família do indivíduo.

3. CONCLUSÃO

Levando em consideração a metodologia adotada no presente estudo, a revisão bibliográfica, contatou-se que o processo de inserção do aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) deve ser conduzido de uma forma objetiva e baseada fortemente nas técnicas e abordagens apropriadas adotando os melhores manejos para que essa etapa da vida desse individuo não seja traumática e não cause prejuízos pedagógicos e emocionais nessa criança.

É necessário aprofundar o estudo em torno da situação, em busca dos manejos adequados e de forma individualizada para cada criança, levando em total consideração que cada uma possui sua individualidade e subjetividade dentro do seu diagnóstico. É necessário ressaltar também que a criança não é o seu diagnóstico, que ali existe um sujeito com vontades, com personalidade, com desejos e que o mesmo não deve ser excluído dentro do ambiente escolar, o principal objetivo é que essa criança consiga acompanhar da melhor forma possível o conteúdo pedagógico, consiga estabelecer conexões pessoais com as demais crianças e desta forma desenvolver-se de maneira cognitiva e como ser humano dentro do âmbito escolar.

Essa adaptação e inclusão deve ser realizada por etapas, a primeira delas o conhecer da escola e seus entornos, de forma física até a parte da apresentação da equipe do local, sempre usando técnicas da Análise Experimental do Comportamento e o uso do lúdico para transformar esse processo no mais confortável para o mesmo.

Após a criança se sentir a vontade com o local é colocado em pauta todas as necessidades daquela criança e qual os manejos e recursos pedagógicos e psicológicos devem ser feitos. O processo pode ser longo, mas quando realizado de forma correta só traz benefícios para a criança e principalmente para sua família, sua rede de apoio tendo em vista a suma importância deles na vida do indivíduo e no processo de adaptação, os impactos desse processo não atingem somente a criança e sim todos ao seu redor, incluindo a equipe que trabalha diariamente com a mesma fora do âmbito escolar. É necessário um alinhamento entre a escola e a equipe que trata e atende essa criança, o conhecimento que os mesmos possuem da rotina e das técnicas aplicadas em cima dessa criança vão servir de base e norte para o planejamento psicológico que será realizado na escola.

Pode-se notar que a quantidade de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem crescendo cada vez mais dentro das escolas, não somente por conta da Lei 12.764, lei Berenice Piana, mas por conta do aprofundamento dentro dos estudos do (TEA) gerando cada vez mais indivíduos com diagnostico fechado para o (TEA) e assim sendo possível realizar e procurar a maneira mais adequada para essa introdução.

Desta forma constatou-se a grande necessidade de capacitação dos funcionários inseridos no contexto escolar, com auxílio do psicólogo dentro desse ambiente, para que os mesmos tenham o conhecimento e capacidade técnica para lidar com o processo e os contratempos que surgirão a partir do momento que esta criança adentra o âmbito escolar. É possível perceber também a suma importância da troca de informações entre a equipe da escola juntamente com a equipe de clínica ou suporte que a criança realiza fora da escola.

Através do presente artigo e estudo feito sob os aspectos psicológicos que a introdução ao âmbito escolar na criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode gerar em sua vida chegou-se a conclusão que ainda é necessário maior acompanhamento e maior aprofundamento da causa para que no futuro os impactos positivos sejam maiores que os impactos negativos, gerando consequentemente um melhor desenvolvimento da criança dentro de inúmeros aspectos, sejam eles cognitivos, pedagógicos e principalmente psicológicos. Pode-se notar também a carência de profissionais habilitados para conduzir a melhor maneira, dentro dos estudos do Transtorno do Espectro Autista (TEA), tendo em vista a necessidade de aprofundamento e capacitação dentro deste transtorno para que seja realizada de maneira humana e certeira a adaptação e inclusão desta criança, para que não gere sofrimento e impactos traumáticos, não só para ela, mas também e principalmente para a família e toda rede de apoio deste indivíduo.

Não é possível deixar de citar a suma importância do alinhamento da equipe mul-

tidisciplinar da escola que irá passar por esse processo de adaptação juntamente com a criança, é necessária a aliança entre a equipe de psicologia juntamente com a equipe de pedagogia, psicopedagogia e a equipe de coordenação deste âmbito escolar, visando sempre o conforto e estrutura para a criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse alinhamento deve ser feito através de cursos de aprofundamento dentro do estudo do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e de preferência com a equipe que cuida desta criança fora o âmbito escolar, equipe que já conhece mais profundamente o indivíduo e poderá instruir de maneira mais objetiva e adequada o que deve ser manejado e abordado com a mesma.

Referências

ALVES Viviane Victoria de Castro. (2015). **A criança com autismo: trajetórias desenvolvimentais atípicas à luz da teoria piagetiana da equilibração.**

ANDALÓ Carmem Silvia de Arruda.(2012). **O papel do psicólogo escolar.**

ASSIS Jennyfer Pereira Gonçalves, ALVES Viviane Victoria de Castro. (2022). **O papel do psicólogo escolar no desenvolvimento educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista.**

GOMES Ruth Cristina Soares, GHEDIN Evandro. (2021). **O desenvolvimento cognitivo na visão de Jean Piaget e suas implicações a educação cientifica.**

LACERDA, Lucelmo. **Transtorno do Espectro Autista: uma brevíssima introdução.** São Paulo:CRV. 2017.

LEFRANÇOIS, Guy R. (2008). **Teorias da Aprendizagem.** Tradução: Vera Magyar. 5ª edição. São Paulo.

MONHOL Patricia Poleto, JASTROW Juliana Maria Bello, SOARES Yasmin Neves, CUNHA Nathalya das Candeias Pastore, PIANISSOLA Micael Colodette, RIBEIRO Larissa Zuqui, SANTOS Jaçamar, BEZRRA Italla Maria Pinheiro. (2021). **Crianças com transtorno do espectro autista: percepção e experiência das famílias.**

OLIVEIRA Karina Griesi, SERTIÉ Andréa Laurato. (2017). **Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético.**

PASCUAL Jesus Garcia. (1999). **Autonomia intelectual e moral como finalidade da educação contemporânea.**

PINO Angel. (2010). **A criança e seu meio: contribuição de Vigotski ao desenvolvimento da criança e à sua educação.**

PINTO Rayssa Naftaly Muniz, TORQUATO Isolda Maria Barros, REICHERT Neusa Collet, Altamira Pereira da Silva, NETO Vinicius Lino de Souza, SARAIVA Alynne Mendonça. **Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares.**

RAAD Ingrid Lilian Fuhr. (2016). **As ideias de Vigotski e o contexto escolar.**

WEIZENMANN Luana Stela, PEZZI Fernanda Aparecida Szareski, ZANON Regina Basso. (2020). **Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes.**

Pascal Editora

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

20

DESCOBERTA TARDIA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

LATE DISCOVERY OF AUTISTIC SPECTRUM DISORDER (ASD)

Diego Vieira da Silva

Resumo

O Transtorno do Espectro Autista – TEA é um distúrbio de neurodesenvolvimento que pode ser percebido logo cedo nos primeiros meses de vida e seu diagnóstico ser dado entre os 2 e 3 anos de vida. Quando descoberto cedo, o indivíduo pode iniciar o tratamento e diminuir o impacto em seu desenvolvimento, conseguindo assim se adaptar melhor a uma rotina e ter uma qualidade de vida melhor, quando descoberto tardiamente a pessoa acaba não tendo a orientação que deveria para enfrentar os obstáculos que encontra durante seu amadurecimento e acaba tendo muitas dificuldades de adaptação por não entender o que se passa. Portanto objetiva-se compreender melhor como essa nova realidade é recebida pelo adulto e como se adaptar depois de grande em uma sociedade que em pleno século XXI, ainda tem muitos preconceitos quando se trata de algo que não tem conhecimento. Para esse artigo foram usados pesquisas e artigos desenvolvidos nos últimos 10 anos. Verificando assim que o tema ainda carece de mais estudos aprofundados, pois o TEA vem ganhando mais destaque nos últimos tempos devido muitas pessoas estarem sendo diagnosticadas mais tarde e muitas vezes já adultos.

Palavras-chave: Autismo. TEA. Espectro. Descoberta tardia. Adulto.

Abstract

Autism Spectrum Disorder – ASD is a neurodevelopmental disorder that can be noticed in the first months of life and diagnosed between the 2nd and 3rd years of life. When discovered early, the individual can start treatment and reduce the impact on their development, thus being able to better adapt to a routine and have a better quality of life. When discovered late, the person ends up not having the guidance they should to face obstacles. that he encounters during his maturation and ends up having many difficulties in adapting because he does not understand what is going on. Therefore, the aim is to better understand how this new reality is received by adults and how to adapt after growing up in a society that, in the 21st century, still has many prejudices when it comes to something that they are not aware of. For this article, research and articles developed in the last 10 years were used. This means that the topic still needs further in-depth studies, as ASD has been gaining more prominence in recent times due to many people being employed later in life and often as adults.

Keywords: Autism. ASD. Spectrum. Late discovery. Adult.

1. INTRODUÇÃO

O Autismo é uma variação do funcionamento típico do cérebro e resulta em uma dificuldade de comunicação e interação com o meio social no qual a pessoa está inserido, muitas vezes é diagnosticado nos primeiros anos de vida, o que permite ao diagnosticado ter um desenvolvimento apropriado para a sua condição. O autismo diagnosticado tardiamente em um adulto ainda não é muito estudado e por isso deveríamos ter um olhar mais direcionado para esse nicho de estudo que ainda é muito prejudicado e que pode ter como tratamento a Terapia Cognitiva Comportamental (TCC), já que a mesma pode ser usada em vários tipos de processos.

O despreparo de alguns profissionais muitas vezes colabora para um diagnóstico tardio, visto que geralmente o TEA é visto como um transtorno restrito à Infância, pois a falta de experiência acaba impedindo que a pessoa receba o seu resultado logo nos primeiros anos, o indivíduo acaba não se integrando bem ao seu círculo social e se isola. O adulto após ser diagnosticado tende a lidar com uma nova visão de vida e passa a se perguntar de como terá que ser sua nova vida, como os outros irão lhe enxergar após descobrirem.

O processo de diagnóstico para um adulto é diferente do processo usado em uma criança e hoje em dia muitos adultos têm procurado ajuda especializada após conhecerem alguém que possui o espectro e acharem que também o tem. Após o diagnóstico o paciente passa a se entender melhor e aceitar suas diferenças e sua condição.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido através revisão literária onde foram pesquisados livros, dissertações e artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados (livros, sites de banco de dados).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa foi qualitativa, pois segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), preocupa-se com aspectos da realidade, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Com relação aos procedimentos técnicos, foi uma pesquisa do tipo bibliográfica, em que foram buscadas informações sobre o tema através de periódicos, publicados nos últimos 20 anos, dissertações, livros, teses, e outros materiais que trouxeram mais informações ao pesquisador (GIL, 2002).

O conteúdo bibliográfico foi coletado, selecionado e analisado pelos pesquisadores. Deste modo, foram acrescentados ao estudo artigos de revisão bibliográfica, estudos de experimento, epidemiológicos e textos de apoio. Correspondendo aos objetivos deste estudo, foram considerados os que obtiveram parâmetros relacionados pacientes que descobrem tardiamente que possuem o TEA e o impacto psicológico causado após a descoberta.

2.2 Resultados e discussão

2.2.1 Evolução histórica do transtorno do espectro autista

O DSM-V (2014) descreve o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento, por

isso, para melhor compreendê-lo, serão apresentadas algumas definições, tipos, níveis e suas evoluções ao longo do tempo.

Segundo Vila, Diogo e Sequeira (2009, p. 2) "[...] a primeira identificação do Autismo foi em 1943, descoberta pelo psiquiatra norte-americano Leo Kanner, segundo ele "[...] o autismo era descrito como um quadro uniforme de características restritas ao auto isolamento e à preservação da rotina" (EISENBERG; KANNER *apud* ARAÚJO *et al*., 2015, p. 78). Ou seja, apenas essas características eram suficientes para se chegar ao referido diagnóstico.

O termo Síndrome de Asperger foi descrita em 1944 pelo médico pediatra Hans Asperger, que por sua vez, a nomeou como uma psicopatia autística. Porém, este somente foi regularmente utilizado em 1981 por Wing. Essa síndrome era entendida como uma variante do autismo no que se refere à característica de alto funcionamento cognitivo (ORRÚ, 2010). Ela inseriu-se na classificação dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, que por sua vez, caracterizava danos graves e agressivos em 5 diversas áreas do desenvolvimento, ocasionando prejuízos nas habilidades da interação social recíproca, de comunicação, na presença de comportamentos, nos interesses e atividades estereotipadas (ORRÚ, 2010). Segundo o DSM-IV:

> Os prejuízos qualitativos que definem essas condições representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo. Esta seção abarca Transtorno Autista, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem outra especificação (APA *apud* ORRU, 2010, p.1).

Atualmente o autismo é definido pelo DSM-V (2014) como sendo um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de comunicação, interações sociais e comportamentos repetitivos e restritos. Estes sintomas apresentam-se precocemente na fase do desenvolvimento, porém podem não se manifestar até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou serem mascaradas por estratégias aprendidas mais tarde na vida.

Na página eletrônica internacional da Organização Mundial da Saúde – OMS consta que em 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a décima primeira revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), e atualizada em 11 de fevereiro de 2022. Nela todas as patologias como, autismo infantil e atípico, Síndrome de Rett, o Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Hiperatividade, Síndrome de Asperger e outros transtornos invasivos do desenvolvimento, passaram a ser chamadas de Transtornos do Espectro do Autista (STEIN *et al*. *apud* ALVES *et al*., 2020).

2.2.2 A busca do diagnóstico

Observa-se os impactos de crescer com a percepção dessa diferença não diagnosticada conforme o exposto. Ser Autista não é fácil, viver anos sem saber é ainda pior: tempo perdido! A falta de tratamento adequado, inúmeras adaptações, lidar com expectativas, não ter o acompanhamento necessário são alguns dos efeitos negativos na vida de um neurodiverso sem diagnóstico (ARAÚJO, 2019).

O caminho para um diagnóstico pode ser complexo uma vez que os marcadores mais notados no TEA como comportamento inadequado, isolamento social, e outros que levam a ser considerado uma criança "estranha" estão mais presentes na infância. Na fase adulta alguns desses sintomas passam a ser controlados e reiteradamente são atribuídos a outras

causas fora do TEA, motivo que leva esses adultos a se sentirem negligenciados.

Alarcón (2022) expõe que “receber o diagnóstico de autismo é uma verdadeira jornada para a maioria dos autistas, incluindo idas a médicos e avaliações”. No caso de Tramonte (2020), por exemplo, ele mesmo levantou a hipótese de diagnóstico aos 31 anos, dando início a testes neuropsicológicos, porém só obteve o diagnóstico aos 38 anos.

Na grande maioria das vezes, esses adultos, na infância, não tiveram acesso a profissionais de saúde que percebessem a questão, ou ainda existiam aqueles que eram diagnosticados com outros distúrbios mentais, em que os tratamentos não proporcionaram melhora do quadro. É necessário ressaltar que o conceito do autismo como entendemos hoje, como um espectro, só foi divulgado e mais bem compreendido a partir de 2013.

Indivíduos nascidos antes dos anos 80 podem ter recebido diagnóstico errôneo, já que antes dessa época não existia uma definição dos critérios diagnósticos (STAGG; BELCHER, 2019). O CID-10R e DSM-IV agrupavam o Autismo em subgrupos e usavam menos o perfil cognitivo na confirmação diagnóstica, eram diferentes diagnósticos com critérios específicos. Com a atualização do CID-11 e do DSM-5, a partir de 2013, o autismo passou a ser considerado um espectro, e os critérios avaliados passaram a ser comportamentais, cognitivos e de adaptação ao meio. Essa mudança de critérios aumenta a sensibilidade diagnóstica, permitindo que outros indivíduos que antes não se encaixavam em determinado diagnóstico sejam identificados (FERNANDES; TOMAZELLI; GIRIANELLI, 2020).

Araújo (2019) relata que a busca por um diagnóstico no adulto é uma saga: “esse momento é provação, resistência, teste de paciência e sanidade!”. Além disso, queixa-se da ausência de empatia, ridicularização da suspeita do diagnóstico e uso de jargões, como: “você não é Autista, dê graças a Deus por ser normal!” e ainda questiona por que não são escutados.

Realizar um diagnóstico de TEA no adulto requer uma verdadeira e profunda investigação, é necessário obter informações das características ligadas ao neurodesenvolvimento desde a primeira infância, conversar com familiares e pessoas próximas que forneçam informações fidedignas que possam deferir o diagnóstico (HATEM, GÉO, 2021).

Outro aspecto dificultador do diagnóstico no adulto está relacionado à camuflagem na tentativa de se adaptar à “normalidade”. Muitos desenvolvem estratégias para esconder os comportamentos inadequados e assim acabam mascarando os sintomas a serem observados (LEEDHAM *et al*., 2020).

Uma boa parte dos adultos diagnosticados hoje só chegaram a esse diagnóstico por terem apresentado crises relacionadas a distúrbios mentais num primeiro momento não identificado, se submetendo então a uma investigação mais cuidadosa até concluir-se o quadro de TEA (LUPINDO; MAW; SHABALALA, 2022). Outra situação que corrobora para o diagnóstico de adultos hoje, são as situações dos pais que ao acompanharem o diagnóstico dos seus filhos notam a equivalência do seu próprio comportamento e buscam respostas (LUPINDO; MAW; SHABALALA, 2022).

2.2.3 Consequências do diagnóstico tardio

Um adulto diagnosticado com autismo tardiamente tem diversas nuances da vida afetadas, entre elas tendo como principal a aceitação de sua condição e a resposta satisfatória ao acompanhamento e tratamento adequado a cada quadro. Sendo o autismo um transtorno de início precoce e curso crônico, segundo Brune *et al*. (2006) com consequências variáveis em áreas múltiplas e nucleares do desenvolvimento é caracterizado por

prejuízos na interação e na comunicação social, com restrita gama de interesses, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados e maneirismos.

Segundo Mas (2018), os Transtornos do Espectro Autista têm diferentes graus e pode manifestar-se desde a primeira infância, no entanto, as características e desenvolvimento peculiares podem a princípio serem confundidos com personalidade forte, com a individualidade peculiar, e assim, esse indivíduo vai crescendo e amadurecendo, potencializando as características que já eram originárias do TEA, levando à vida adulta um convívio com limitações e falta de compreensão.

Atualmente, os meios de comunicação divulgam cada vez mais a importância do diagnóstico precoce e após descoberto e o tratamento adequado implementado, a pessoa pode levar assim uma vida normal, livre de privações e olhares julgadores da sociedade.

O adulto que recebe o diagnóstico tardio além de lidar com a própria aceitação de compreender que necessita de apoio e tratamento adequado para poder ter uma vida como a de qualquer outra pessoa, ainda precisa lidar com o olhar da sociedade que, infelizmente, em pleno século XXI, ainda não está preparada para inserir o indivíduo em sociedade de maneira natural. Segundo Santos, Fusari, Thomes e Rios (2013) é de suma importância que pessoa com autismo seja acompanhada por profissionais capacitados e que o seu círculo social e familiares seja orientado a promover seu bem-estar, respeitando sua individualidade. Segundo Garcia *et al*. (2022), a parceria da família é crucial no momento do diagnóstico do autismo na fase infantil e principalmente na adulta, na qual apoio da mãe, irmãos, e familiares próximos que formam uma rede de apoio que sempre fortalece as dificuldades, em junção ao processo terapêutico.

O Transtorno do Espectro Autista – TEA para chegar em seu diagnóstico engloba muitas questões, essas que vem sofrendo algumas mudanças com o passar do tempo de acordo com alguns manuais diagnósticos e até mesmo em países desenvolvidos, é comumente focado no diagnóstico precoce na infância e em como lidar com as crianças autistas.

É possível observar a mudança na maneira de analisar e diagnosticar a criança e adolescente que apresente sintomas de algum tipo de transtorno com a diferenciação entre as formas congênitas observadas nos primeiros anos de vida, conforme menciona Abraão e Bianchi (2023, p. 8) a seguir:

> A busca de um denominador comum entre os transtornos das infâncias e adolescência e dos adultos significaria que, a partir desse momento, as crianças desadaptadas estariam sendo diagnosticadas sob os nomes de: mania, excitação, depressão, melancolia, obsessão, fobia, alucinação, delírio, loucura moral (perversão) e neurose (histeria, epilepsia, coréia, tiques). A diferenciação no campo do retardamento entre as formas congênitas e as adquiridas nos primeiros anos de vida, as demências infantis, aparece nesse momento. Poder incluir no campo clínico o problema etiológico, como vimos desde Esquirol, foi essencial para que questões conceituais sobre os "transtornos mentais" avançassem, culminando, por exemplo, em novas classificações nosológicas, como a de demências.

Os adultos que são diagnosticados tardiamente com TEA, acabam sofrendo durante anos com problemas que poderiam facilmente ser resolvidos aos serem direcionados para intervenções e tratamentos corretos, ajudando assim em uma compreensão mais assertiva sobre o seu caso.

Estudos e pesquisas sobre esse tema ainda são bem poucos, tendo em vista que a

maioria sequer tem um direcionamento para que seja trabalhado o diagnóstico na fase adulta. Percebe-se que ainda existe a falta de um olhar mais atento para essas pessoas que são portadoras do TEA e que com o passar do tempo enfrentam várias dificuldades a acabam não tendo oportunidade de se desenvolver e atingir seu verdadeiro potencial.

3. CONCLUSÃO

O Transtorno do Espectro Autista normalmente consegue ser descoberto nos primeiros anos de vida, em alguns casos até mesmo antes dos 12 primeiros meses, sendo comum a descoberta entre os 12 e 24 meses da criança. Quando descoberto após o período de primeira infância pode-se considerar tardio e em caso de adultos o diagnóstico é sempre considerado tardio

O diagnóstico tardio do TEA muitas vezes se dá por falta de informação e algumas comorbidades que acabam camuflando os sintomas e até mesmo sendo confundido com outras condições/ transtornos, muitas vezes a descoberta na fase adulta vem logo após alguma criança da família ser diagnosticada. Percebe-se, que é muito importante buscar a ajuda de mais de um profissional para se ter um diagnóstico fechado e o mais importante ainda que se tenha uma descoberta precoce, para que o paciente possa ser direcionado para o tratamento mais adequado para o seu quadro. Podendo assim investir mais em pesquisas e assim criar ferramentas de triagens que sejam mais assertivas, rever os processos adaptando-os para pessoas adultas, tendo assim mais material para serem usados para a avaliação, fazer programas de conscientização para diminuir essas barreiras construídas pela sociedade, fazendo com que sejam mais receptivas com essas pessoas que acabam descobrindo tardiamente sobre o TEA e possam assim receber o apoio necessário para esse se adaptar a essa nova realidade.

Referências

ALVES, Fábio Junior et al. Applied behavior analysis for the treatment of autism: A systematic review of assistive technologies. **IEEE Access**, v. 8, p. 118664-118672, 2020.

BIANCHI, Vilma Aparecida; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. A construção histórica do Autismo. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 2, p. 5260-5277, 2023.

BRUNE, Camille W. et al. 5-HTTLPR genotype-specific phenotype in children and adolescents with autism. **American Journal of Psychiatry**, v. 163, n. 12, p. 2148-2156, 2006.

COSTA, Dayana Cruz. **Transtorno do espectro autista:** Funcionamento cerebral e o impacto do diagnóstico para pais e cuidadores. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento ISSN: 2448-0959. Ano 05, Ed. 06, Vol. 01, pp. 65-75. Junho de 2020 Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/funcionamento-cerebral. Acesso em 04 nov. 2023.

EISENBERG, Leon; KANNER, Leo. Childhood schizophrenia: Symposium, 1955: 6. Early infantile autism, 1943–55. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 26, n. 3, p. 556, 1956.

ESTER ORRÚ, Sílvia. Contribuciones del abordaje histórico-cultural a la educación de alumnos autistas. **Humanidades Médicas**, v. 10, n. 3, p. 1-11, 2010.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia USP**, v. 31, p. e200027, 2020.

FREITAS, Carla Christhina, REVOREDO, Juliana Ribeiro. **Revisão Literária:** Diagnóstico Tardio do Transtorno do Espectro Autista – TEA. 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/123456789/4200. Acesso em 25 mar. 2024.

LEEDHAM, Alexandra T.; THOMPSON, Andrew R.; FREETH, Megan. A thematic synthesis of siblings' lived ex-

periences of autism: Distress, responsibilities, compassion and connection. **Research in Developmental Disabilities**, v. 97, p. 103547, 2020.

LUPINDO, Bomikazi M.; MAW, Anastasia; SHABALALA, Nokuthula. Late diagnosis of autism: Exploring experiences of males diagnosed with autism in adulthood. **Current Psychology**, v. 42, n. 28, p. 24181-24197, 2023.

SANTOS, Alessandra Ferreira. **Diagnóstico Tardio em Adultos com Transtornos do Espectro do Autismo :** Uma Revisão de Literatura e Análise de Depoimentos. 2022. 26 f. Monografia (Especialização - Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2022.

SILVA, Jessica Rayanne. *et al*. **As Consequências do Diagnóstico Tardio do Espectro Autista**. 2023. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) – Centro Universítário São Judas Campus Unimonte Santos, São Paulo, 2023.

STAGG, Steven D.; BELCHER, Hannah. Living with autism without knowing: receiving a diagnosis in later life. **Health Psychology and Behavioral Medicine**, v. 7, n. 1, p. 348-361, 2019.

VILA, Carlos; DIOGO, Sandra; SEQUEIRA, Sara. Autismo e síndrome de Asperger. **Revista científica**, 2009.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

21

O MÉTODO ABA E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

THE ABA METHOD AND POSSIBLE CONTRIBUTIONS IN THE TRATMENT OF AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD)

Ana Caroline de Andrade Fernandes

Resumo

O método ABA e as possíveis contribuições no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um assunto atual e de grande relevância a ser discutido já que o método ABA é uma grande ajuda para o TEA. Com isso, o artigo tem o objetivo geral em Compreender esse método e seus benefícios nos cuidados aos pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo que tal transtorno é visto como um grupo de condições definidas por determinado grau de dificuldade que o indivíduo apresenta em comunicar-se e interagir socialmente, onde também são considerados o desempenho de comportamentos atípicos para a obtenção do seu diagnóstico. Em vista disso, buscou-se informações importantes por meio da pesquisa bibliográfica em fontes confiáveis que forneceram dados fundamentais para a construção do mesmo. O TEA é resultante de alterações fisiológicas do cérebro que estão relacionadas ao desenvolvimento motor, da linguagem e comportamento humano, cujo primeiros sinais podem ser constatados ainda na infância. Desse modo, o Método da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é apontado na atualidade como a intervenção mais utilizada e eficaz no tratamento do TEA, pois nela são exploradas habilidades que envolve o comportamento social, comunicação, contato visual e escrita, leitura, o autocuidado, rotinas específicas do cotidiano, dentre outros contextos existentes de maior vulnerabilidade por parte do indivíduo.

Palavras-chave: TEA, Tratamento ABA, Família, Terapeuta.

Abstract

The ABA method and possible contributions to the treatment of Autism Spectrum Disorder (ASD) is a current and highly relevant subject to be discussed as the ABA method is a great help for ASD. Therefore, the article has the general objective of understanding this method and its benefits in the care of patients with Autism Spectrum Disorder (ASD), given that this disorder is seen as a group of conditions defined by a certain degree of difficulty that the individual presents. in communicating and interacting socially, where the performance of atypical behaviors is also considered to obtain your diagnosis. In view of this, important information was sought through bibliographical research in reliable sources that provided fundamental data for its construction. ASD results from physiological changes in the brain that are related to motor development, language and human behavior, the first signs of which can be seen in childhood. Thus, the Applied Behavior Analysis Method (ABA) is currently considered the most used and effective intervention in the treatment of ASD, as it explores skills involving social behavior, communication, eye contact and writing, reading, the self-care, specific daily routines, among other existing contexts of greater vulnerability on the part of the individual.

Keywords: ASD, ABA Treatment, Family, Therapist

1. INTRODUÇÃO

O Presente artigo tem como tema “O método ABA e as possíveis contribuições no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA)” onde está ressaltada toda a importância do assunto com o interesse em compreender o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e diante isso, entender a terapia ABA como um método eficaz que pode contribuir para o tratamento dos portadores do TEA.

Em vista disso, esse tema é relevante porque a terapia ABA mostra suportes científicos que contribuem positivamente para o desenvolvimento de pessoas portadoras de TEA, buscando estudos por meio dos teóricos que contribuem para a busca de conhecimentos na área, ajudando a impulsionar os portadores em seus comportamentos, nas suas aprendizagens e que possam colaborar para sua autonomia. Por conseguinte, é fundamental uma pesquisa por meio das bases teóricas com informações verdadeiras para que as ideias e contribuições sejam coerentes e fidedignas. Com isso, o trabalho tem como problema “Como o método ABA pode contribuir para o tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA)”?

Perante o exposto, o artigo tem o objetivo geral em Compreender o método ABA e sua contribuição no tratamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e como específicos, apontar os benefícios do método ABA em pacientes com TEA; relatar o papel do terapeuta no acompanhamento de pacientes autistas, e descrever a importância da família no tratamento do TEA e na inserção desse indivíduo em sociedade.

Sendo assim, artigo é desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica analisando as renomadas obras publicadas concernente ao tema, sendo pesquisas realizadas nas bases de dados da scielo, google acadêmico, e repositório de faculdades, por meio de algumas palavras chaves que indicam o acesso de maneira mais prática. Os artigos pesquisados são publicados no período dos últimos 10 anos.

Portanto, o trabalho mostra conceitos, objetivos e compreensão do tema aqui enfatizado, a fim de trazer os conhecimentos relevantes e que aponta uma pesquisa coerente e cheia de informações retiradas de fontes que contribuíram positivamente para a construção do mesmo.

2. O MÉTODO ABA COMO SUBSÍDIO NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

2.1 Transtorno do espectro autista – TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é denominado como um grupo de condições definidas por determinado grau de dificuldade que o indivíduo apresenta em comunicar-se e interagir socialmente, onde também são considerados o desempenho de comportamentos atípicos para a obtenção do seu diagnóstico.

Para Melo (2007, p. 34) o autismo é um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014, p. 102) o TEA deve preencher os seguintes critérios: 1- déficits clinicamente significa-

tivos e persistentes na comunicação social e nas interações sociais. 2- Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. 3- Os sintomas devem estar presentes no início da infância, mas podem não se manifestar completamente até que as demandas sociais excedam o limite de suas capacidades.

Os sinais despertados pelo autismo são específicos conforme o grau de comprometimento, sendo eles classificados em nível leve (pouca necessidade de apoio), moderado (apoio substancial) e severo (muito suporte). Essa atribuição é definida mediante a assistência exigida pelo indivíduo para realização das atividades do seu dia a dia (DSM-5, 2014, p. 138).

Baseado no que foi apresentado, a figura 1 retrata especificamente os níveis de autismo considerados pela DSM-5, apontando as respectivas características observadas em pacientes que possuem o transtorno. Os acometimentos desencadeados pelo transtorno prejudicam a interação social do indivíduo, principalmente no desenvolvimento das habilidades de comunicação, bem como nos comportamentos, interesses e atividades padronizadas.

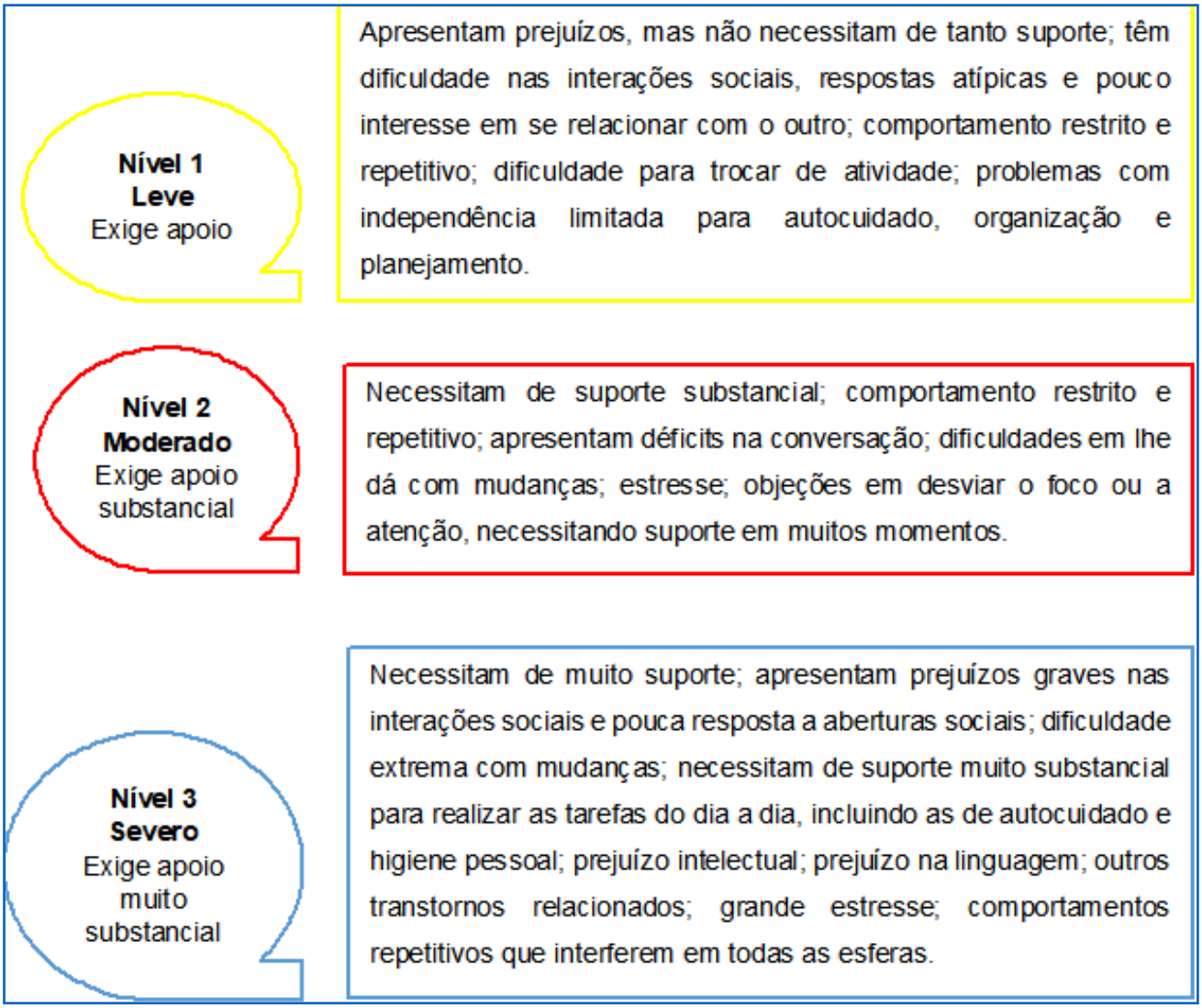


Figura 1. Níveis de gravidade e características

Fonte: DSM-5 (2014).

Conforme a Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2013), o TEA é o transtorno do neurodesenvolvimento, ou seja, é o comprometimento de habilidades que permite a in-

teração da pessoa com o meio a sua volta, resultando em problemas que podem interferir na obtenção de conhecimentos específicos. Nele pode-se constatar também a disfunção da atenção, da memória, da percepção, da linguagem, da solução de problemas ou da interação social.

Sobre isso, destaca-se que o termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, que buscava em seus estudos descrever características da esquizofrenia. No entanto, a denominação em questão só tomou maior proporção no ano de 1943, quando o psiquiatra Leo Kanner, abordou em suas primeiras pesquisas as características do autismo de forma relevante (CUNHA, 2015).

Os estudos conduzidos por Leo Kanner no ano de 1943, concernentes a temática, deram origem a publicação do artigo "Autistic Disturbances of Affective Contact" (Distúrbio Autista do Contato Afetivo), cujo foi fruto de quatro anos de investigação e registro do quadro clínico de Donald Triplett, um menino identificado como Donald T., que a partir de dois anos de idade sofreu marcantes regressos em seu desenvolvimento, apresentando desinteresse social, agressividade e apego excessivo por rotina (DONVAN; ZUCKER, 2017, p. 27).

A pesquisa supracitada foi crucial para impulsionar futuros estudos acerca do tema que culminaram no avanço de metodologias que visam o bem-estar do paciente e a criação de leis que tem a responsabilidade de assegurar os direitos dos mesmos. Conforme Cardoso et. al. (2019, p. 12) apesar se ser um assunto muito discutido atualmente, ainda não há uma definição específica para o surgimento do TEA, entretanto, as evidências científicas apontam várias motivações provocadas a partir da combinação de fatores genéticos, hereditários e ambientais.

Após sucessivas repercussões acerca do tema, tornou-se de conhecimento público a necessidade de assegurar os direitos de pessoas diagnosticadas com autismo. A partir disso, foi instituído o regulamento de proteção aos autistas, a lei 12.764/2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, que dispõe no artigo 2° as seguintes diretrizes:

> I - A intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista; II - A participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; III - A atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; IV - O estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); V - A responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações; VI - O incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; VII - O estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País (BRASIL, ART. 2°, 2012).

O referido regimento trouxe para estes indivíduos a equiparação às pessoas com deficiência, aplicando a eles os direitos e obrigações previstos da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, além de todas as outras legislações pertinentes às pessoas com deficiência. Ademais, ainda determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo sistema único de saúde; o acesso à

educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades; à previdência social e à assistência social (ALMEIDA, 2019).

No entanto, a partir da inclusão de pessoas autistas na Lei 13.146/15 cujo estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o TEA foi assegurado quanto ao direito na promoção de condições de igualdade, no exercício das competências legais e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão e cidadania (BRASIL, 2015).

Com base nesses aspectos, foram sancionados outros regulamentos de cunho estaduais que fomentam a consolidação dos direitos da pessoa com deficiência. Destaca-se, que ambas Leis são proeminentes para o estímulo da participação social na conscientização dos cidadãos acerca da importância do desenvolvimento de ações, políticas e atendimentos aos indivíduos com TEA, uma vez que estes necessitam do acompanhamento multidisciplinar para se desenvolverem.

2.2 Contribuições do método ABA no condicionamento de pessoas com TEA

É de conhecimento que pessoas autistas possuem prejuízo nas habilidades motoras, de interação e comunicação. Todavia, esses sintomas podem ser potencialmente amenizados quando há intervenção por meio da terapia ocupacional, uma vez que esta compreende até mesmo casos mais extremos, considerando autistas com níveis mais severos (nível II e III).

Dentre os tratamentos mais realizados na contemporaneidade direcionados ao TEA, encontra-se o método da Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis - ABA), o qual é utilizado para tratar acometimentos psicológicos, agindo como estratégia de reforço no processo de redução de ações não adaptativas. Tal procedimento é estruturado por equipe multidisciplinar que conta com a colaboração de profissionais de diferentes especializações.

Cabe mencionar que a expressão ABA é advinda do campo científico do Behaviorismo, que observa, analisa e explica a associação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem. Ou seja, é uma ciência comprometida em estudar os comportamentos aprimorando as interações sociais e a comunicação do indivíduo (BRASIL, 2020, p. 2).

A metodologia em questão utiliza-se do meio científico para fomentar a abordagem comportamental com vista a desenvolver, manter e aumentar comportamentos desejados e diminuir comportamentos indesejados. Envolvendo uma série de diferentes estratégias, que podem ser utilizadas em variadas situações para modificar ou ensinar novos comportamentos (SILVA, 2021, p. 10).

Dessa forma, Ribeiro e Blanco (2016, p.2) relatam que as intervenções oferecidas no tratamento do TEA são planejadas por indivíduo mediante seu grau de carência, que são desenvolvidas nas seguintes etapas:

> A primeira fase é a avaliação comportamental, buscando apontar as variantes que a controlam; a segunda fase é a seleção de metas e objetivos, em médio prazo refere-se ao desenvolvimento da comunicação, adequando os comportamentos sociais e generalizando os comportamentos aprendidos; a terceira fase é a do desenvolvimento dos programas de tratamento, no qual se determinam com clareza quais comportamentos devem ser ensinados, sendo

necessário que se faça um diagnóstico prévio do que a criança já sabe para que, no decorrer do programa, perceba sua evolução; a quarta fase refere-se à efetivação da intervenção.

Corroborando com essas informações, Bezerra (2018) explana que as características gerais de uma intervenção baseada na ABA envolvem identificação de comportamentos e habilidades que precisam ser melhorados, seleção e descrição dos objetivos, e delineamento de uma intervenção que envolve estratégias comprovadamente efetivas para modificação do comportamento. Ao final, a intenção é que as condutas aprendidas e modificadas sejam generalizadas para diversas áreas da vida do indivíduo.

Assim, as técnicas feitas a partir de estímulos conscientes e direcionadas, demonstram excelentes resultados e ampliam a capacidade de aprendizagem das crianças com autismo, melhorando a atenção, a comunicação, a interação social, a sensibilidade de estímulos e comportamentos inapropriados (SOUSA *et al*., 2019, p. 28).

A partir destas constatações os principais objetivos das intervenções em ABA, em crianças com TEA, são a ampliação do repertório comportamental e de conteúdos curriculares, onde a criança melhore sua interação e a comunicação social. Outro objetivo tem a ver com a diminuição de comportamentos disruptivos. Isto é feito pelo estabelecimento de regras claras e consistentes; uma modificação gradativa; identificação de funções subjacentes, tais como ansiedade ou incerteza; modificações ambientais e transformação das obsessões em atividades adaptativas (SILVA, 2021).

O tratamento do autismo através da terapia ABA envolve uma equipe multidisciplinar craque no assunto. São profissionais como: psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, pedagogos, fisioterapeutas e educadores físicos. A função desses especialistas é estar junto aos seus pacientes, para ajudá-los na execução de suas atividades, registrando o desenvolvimento, reportando ao terapeuta e elaborando as etapas seguintes da intervenção (BORBA; BARROS, 2018).

Ressalta-se que o diagnóstico precoce em indivíduos com TEA desempenha um papel crucial no desenvolvimento do tratamento, pois permite que as intervenções ocorram de forma eficaz alcançando seu potencial máximo de aperfeiçoamento, e consequentemente melhorando a qualidade de vida do paciente. Logo, para que tal feito aconteça é essencial a participação dos pais e responsáveis das crianças acerca da percepção de sinais e sintomas de gatilho, que à vista disso, resulte na busca de auxílio especializado com profissionais que possuam conhecimento na área.

2.3 A Importância da Mutualidade entre Terapeuta e Família no Acompanhamento de Pacientes com Autismo

Durante o acompanhamento do autismo é essencial a participação do psicólogo, pois este ajuda o paciente a administrar suas emoções, o desenvolvimento da interação social, comportamento, comunicação, independência e melhoria na qualidade de vida. Essa prática ocorre por meio de sessões, que permitem o profissional obter o conhecimento necessário relacionado a atitudes, pensamentos e hábitos do paciente que precisam ser explorados.

O ramo da psicologia no tratamento do TEA, tem a responsabilidade de examinar os processos de desenvolvimento do indivíduo dentro de diversos aspectos e desafios encontrados mediante o seu crescimento. Esse especialista é capaz de auxiliar o paciente a

desenvolver aspectos socioculturais, afetivos, e psicomotores, dentro de um ambiente seguro e acolhedor. Sobretudo auxiliam os responsáveis, reforçando a afetividade para que o mesmo esteja ainda mais estimulado para enfrentar os desafios (LUCCA; VIDAL; CORRÊS, 2022, p. 47).

Conforme apresenta Zaitter e Lemos (2011, p.18) a assistência do psicólogo é baseada em três etapas: observação – realiza a análise isolada baseada nas atitudes e comportamento; avaliação – fornece a análise detalhada da gravidade do quadro clínico, sendo esta avaliação importante na elaboração da estratégia de tratamento; diálogo –consiste em ouvir os pais, familiares e a criança, ajudando a lhe dá e controlar situações do dia a dia.

Ou seja, através desses parâmetros os psicólogos realizam diversas atividades para melhorar as habilidades sociais do autista, que ajudam a lidar com a ansiedade, depressão e situações do dia a dia como rejeição, isolamento e comportamentos inadequados. Além de utilizarem cartões simbólicos com desenhos para se aproximar do cotidiano da criança, e assim fazer intervenções comportamentais cujo podem usar determinados objetos para estimular o autocontrole e a autorregulação (ALVES; ALVES; 2022, p. 204).

Considerando que as crianças com TEA enfrentam dificuldades importantes no que consiste à realização de tarefas comuns, próprias da sua fase de desenvolvimento. É determinante destacar como parte integrante desse sistema o envolvimento familiar, isto é, a participação de entes queridos que cultivam algum vínculo afetivo com o paciente, uma vez que estes necessitam de cuidados mais supervisionados.

Corroborando com essa perspectiva Silva (2018, p. 334) relata que as características clínicas do TEA afetam as condições físicas e mentais do indivíduo, aumentando a demanda por cuidados e, consequentemente, o nível de dependência de pais e/ou cuidadores. A família dessas crianças, por sua vez, vê-se diante do desafio de ajustar seus planos e expectativas futuras às limitações da condição, além da necessidade intransponível de adaptar-se à intensa dedicação e à prestação de cuidados das necessidades específicas do filho.

A família pode colaborar de maneira muito especial para o desenvolvimento da criança portadora de autismo, principalmente fornecendo aos profissionais que o acompanham as informações sobre as formas de comunicação da criança. Que por sua vez, havendo pelo menos uma forma de comunicação utilizada pela criança, as outras podem ser desenvolvidas posteriormente (SERRA, 2010, p. 19).

Desse modo, é crucial o estabelecimento de vínculos entre familiares, crianças e demais profissionais envolvidos na assistência, para que as atividades propostas estejam direcionadas às necessidades e peculiaridades de cada criança, pois, cada uma tem o seu ritmo e sua individualidade, de forma a estabelecer sua própria rotina, a qual deve ser respeitada para obter o melhor desenvolvimento possível de suas capacidades (SILVA, 2019, p. 59).

A mutualidade entre família e especialista colabora para obtenção de conhecimentos que orientem os mesmos a defender os direitos e promover o progresso da criança com transtorno de forma inclusiva. Destaca-se, que a inclusão social das pessoas com autismo deve começar em casa. Todo autista tem direito de ser acolhido por sua família, instruída e instrumentalizada para defender os seus direitos humanos, possibilitando seu pleno desenvolvimento e a inclusão na sociedade (BATISTA; SILVA; OLIVEIRA, 2019).

É importante ressaltar que vivemos numa sociedade opressora dotada de padrões pré-estabelecidos, onde qualquer indivíduo que esteja fora deles é de primeiro momento excluído, por esse motivo, mães e familiares estão aos poucos quebrando esse paradigma. A inclusão de crianças com espectro autista é uma causa necessária, que tem desafiado os

diferentes ambientes da sociedade a ressignificarem suas práticas para fornecer o acesso a todos.

3. METODOLOGIA

O trabalho aqui realizado, discorre sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), enfatizando o método da Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis – ABA) como o mecanismo mais eficaz no tratamento de indivíduos com TEA, bem como os benefícios fornecidos pela técnica e o papel do terapeuta nessa finalidade. No entanto, a partir da compreensão alcançada na literatura da área de conhecimento, foi realizada a reflexão do assunto para a obtenção de insumos que ajudou na construção desse artigo.

A tipologia da pesquisa foi de caráter bibliográfico, que conforme Gil (2009), deve ser desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Ela permite ao investigador a cobertura de uma gama maior de fenômenos do que aquela que poderia pesquisar diretamente, promovendo a vantagem particular de requerer dados que estão dispersos no tempo e no espaço relacionados ao objeto de estudo.

Desse modo, analisou-se as renomadas obras publicadas referentes ao tema, que foram pesquisadas nas bases de dados da scielo, google acadêmico, e repositório de faculdades, que ocorreu por meio de algumas palavras chaves que facilitaram o acesso. Como critério, foram analisados artigos publicados no período dos últimos 10 anos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo tem comprometimento de pesquisa em ressaltar O método ABA e as possíveis contribuições no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), e depois da pesquisa sobre o citado tema obtem-se conhecimentos relevantes para que os objetivos aqui enfatizados sejam respondidos de maneira positiva.

Dessa forma, ao estudar sobre o Transtorno do Espectro Autista, verifica-se que esse público possui algumas características com determinado grau de dificuldade em relação a comunicação, interação social, aprendizagens e comportamentos. Nessas circunstâncias, aponta-se de acordo com as características apresentadas o autismo apresenta alguns níveis que podem ser compreendidos da seguinte forma:

- Nível 1- Leve – Precisa de apoio: Apresentam prejuízos, mas não necessitam de tanto suporte;
- Nível 2- Moderado – Exige apoio substancial: Necessitam de suporte em muitos momentos;
- Nível 3- Severo – Exige apoio muito substancial: Necessitam de muito suporte e apresentam prejuízos graves.

Diante o exposto, procurou-se entender como o método ABA contribui para pacientes com TEA, e diante os prejuízos nas habilidades motoras, de interação e comunicação que os sujeitos com TEA apresentam, compreendeu-se que a terapia ABA surge como um dos tratamentos mais realizados na contemporaneidade direcionados ao TEA, o qual é utilizado para tratar acometimentos psicológicos, agindo como estratégia de reforço no processo de redução de ações não adaptativas. Tal procedimento é estruturado por equipe multidisciplinar que conta com a colaboração de profissionais de diferentes especiali-

zações.

Sendo assim, os estudos apontam que o método ABA é de grande importância e traz benefícios no tratamento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista, uma vez que possui os suportes necessários e atualizados para a ajuda do desenvolvimento desses pacientes.

5. CONCLUSÃO

É de conhecimento que o Transtorno do Espectro Autista – TEA é um distúrbio do neurodesenvolvimento que promove o crescimento atípico dos aspectos comunicativos e comportamentais do indivíduo, acometendo tanto seu progresso pessoal como a vivência em sociedade. No entanto, é uma condição complexa que se apresenta em diferentes formas, podendo variar em três classificações (nível I, nível II, nível III,) exercendo particularidades específicas.

O TEA é resultante de alterações fisiológicas do cérebro que estão relacionadas ao desenvolvimento motor, da linguagem e comportamento humano, cujo primeiros sinais podem ser constatados ainda na infância. A identificação do transtorno é realizada por meio de diagnóstico observacional conduzido por especialista da área, através da avaliação da criança, entrevistas com os responsáveis e aplicação de instrumentos específicos.

Desse modo, o Método da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é apontado na atualidade como a intervenção mais utilizada e eficaz no tratamento do TEA, pois nela são exploradas habilidades que envolve o comportamento social, comunicação, contato visual e escrita, leitura, o autocuidado, rotinas específicas do cotidiano, dentre outros contextos existentes de maior vulnerabilidade por parte do indivíduo. Tal procedimento é estruturado por equipe multidisciplinar que conta com a colaboração de profissionais de diferentes especializações.

É importante destacar a significância da correlação entre família e terapeuta no acompanhamento de pessoas autistas, uma vez que, ambos são considerados aliados determinantes nesse viés, corroborando no conhecimento necessário para conduzir o tratamento. Juntos podem buscar melhores condições para vivência do indivíduo em sociedade através do acolhimento família e inserção social.

Referências

ALMEIDA, D. C. **Autismo e o direito: uma análise da (des)proteção jurídica à indivíduos portadores do Transtorno do Espectro Autista à luz do princípio da igualdade material.** Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO Curso de graduação em direito, Juazeiro do Norte 2019, 40 f. Disponível em: https://unileao.edu.br/repositoriobibli/tcc/DANDARA%20CHAVES%20ALMEIDA.pdf. Acesso em: 25 de mar. 2024.

ALVES, A. K. S.; ALVES, T. S. O autismo e o psicólogo na psicologia clínica. **Rev. Ibero- Americana de Humanidades**. Ciências e Educação- REASE. São Paulo, v.8.n.02.fev. 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Downloads/[12] O+AUTISMO+E+O+PSIC%C3%93LOGO+NA+PSICOLOGIA+CL%C3%8DNICA%20(1).pdf. Acesso em: 30 de out. 2023.

APA. **American Psychiatric Association. DSM-V.** Manual Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais. Porto Alegre: ARTMED, 2014.

BATISTA, K. G. S.; SILVA, M. J. da; OLIVEIRA, I. B. **A Importância da Participação da Família no Acompanhamento de Crianças com Autismo.** IV Congresso Nacional de Educação, CONEDU, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2019/ebook2/PROPOSTA_EV127_MD4_ID10949_30082019161556.pdf. Acesso em: 24 de mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 25 de mar. 2024.

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: mar. 2024.

BRASIL. **Práticas Baseadas em Evidências para Crianças, Adolescentes e Jovens com Transtorno do espectro do autismo.** São Paulo, 2 0 2 0. Disponível em: https://www.terapiaaba.com.br/upload/ebp-traducao-vf-0606.pdf. Acesso em: 26 de mar. 2024.

BEZERRA, M. F. A importância do método aba – reanálise do comportamento aplicada – no processo de aprendizagem de autistas. **Rev.Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 03, Ed. 10, Vol. 06, pp. 189- 204 outubro de 2018.

BORBA, M. M. C.; BARROS, R. S. **Ele é autista: como posso ajudar na intervenção? Um guia para profissionais e pais com crianças sob intervenção analíticocomportamental ao autismo.** Cartilha da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), 2018.

CARDOSO, A. A.; VELOSO, FREDERICO, C.; CARDOSO-MARTINS, C.; FERNANDES, F. D. M.; MAGALHÃES, M. L.; NOGUEIRA, M. F. Transtorno do Espectro do Autismo. **Sociedade Brasileira de Pediatria.** Nº. 05, abr. 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped._Desenvolvimento_-_21775b-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf. Acesso em: 26 de mar. 2024.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família.** 6° ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015. 140 p.

DONVAN, J.; ZUCKER, C. Outra Sintonia: a história do autismo Companhia das Letras, 2017.

DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli, et. al. – 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf. Acesso em: 27 de mar. 2024

ELIAS, A. T.; REAMI, C. J.; HERBST, K. R.; ARAÚJO, M. P. M. A criança com autismo e os processos de aprendizagem e de desenvolvimento: desafios e possibilidades na educação infantil. **Rev. Multivix-Cariacica**, 2022. Disponível em: https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2022/04/a-crianca-com-autismo-e-os-processos-de-aprendizagem-e-de-desenvolvimento-desafios.pdf. Acesso em: 13 de mar. 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.

LUCCA, A. H. B.; VIDAL, M. S.; CORRÊA, G. O papel do psicólogo junto ao transtorno do espectro autista. **Rev. Espaço Acadêmico**, v.11, n.03, 46-65. Disponível em: https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2022/02/revista-espaco-academico-v11-n03-artigo03.pdf. Acesso em: 30 de out. 2023.

MELLO, A. M. S. R. de. Autismo: guia prático. 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. 104 p.: il. Disponível em:https://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/Cartilha8aedio.pdf. Acesso em: 27 de mar. 2024.

RIBEIRO, E. M. A.; BLANCO, M. B. **Um estudo sobre as propostas de intervenção com crianças autistas em sala de aula.** Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pd e/2016/2016_artigo_edespecial_uenp_elzamariaalves.pdf. Acesso em: 02 de mar. 2024.

SERRA, D. Autismo, Família e Inclusão. **Revista Eletrônica: Polêmica**, v. 9, n° 1, p. 40-56, jan./mar. 2010. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2693. Acesso em: 13 de mar. 2024.

SILVA, S. E. D. **A família, o cuidar e o desenvolvimento da criança autista.** Journal of Health & Biological Sciences - JHBS, v.6, n. 3, p.334-341, 2018. Disponível em: https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/1782. Acesso em: 20 de mar. 2024.

SILVA, S. R. de A. M. Mediação escolar no transtorno de espectro autista: abordagem na sala de recursos multifuncional. **Rev. Educação Pública**, v. 19, n° 6, 26 de março de 2019. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos. Acesso em: 14 de mar. 2024.

SILVA, L. S.T. da. **Contribuições do método aba para o desenvolvimento cognitivo e pedagógico da criança com autismo.** Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE, 2021. 25 f. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3797/1/tcc_art_laysasinaratorresdasilva.pdf. Acesso em: 29 de fev. 2024.

SOUSA, D. L. D. de; SILVA, A. L. da; RAMOS, C. M. de O.; MELO, C. de F. Análise do Comportamento Aplicada: A

Percepção de Pais e Profissionais acerca do Tratamento em Crianças com Espectro Autista**. Rev. Contextos Clínicos,** v. 13, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v13n1/v13n1a07.pdf. Acesso em: 29 de out. 2023.

ZAITTER, M. A. B.; LEMOS, M. H. Z**. Psicologia aplicada à Reabilitação**. Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/410/Psicologia_Aplicada_a_Reabilitacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 de abr. 2023.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

22

TRANSTORNO DE ANSIEDADE EM ADOLESCENTES: DIAGNÓSTICO, MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS, GATILHOS E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

ANXIETY DISORDER IN ADOLESCENTS: DIAGNOSIS, CLINICAL MANIFESTATIONS, TRIGGER AND PERFORMANCE OF THE PSYCHOLOGIST

Camila Lima Martins

Resumo

Tendo em vista que nos últimos anos houve uma busca crescente pelo atendimento psicológico para adolescentes que manifestaram algum sintoma clínico de TAs, com profissionais dando maior ênfase para um público que até pouco tempo era esquecido. Se faz necessário ampliar os estudos sobre uma temática tão recorrente, focando neste escopo específico. Os TAs podem causar manifestações clínicas capazes de gerar importantes prejuízos no funcionamento normal do indivíduo. Quando presentes na infância ou na adolescência, há a possibilidade do progressivo agravamento da condição mórbida ao longo da vida. De acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde), o Brasil possui a população com maior prevalência de transtornos de ansiedade do mundo e uma das explicações para este aumento, foi o estresse causado pelo isolamento social ocorrido em decorrência da pandemia, ocasionando situações problemáticas na família, na escola e socialmente. É de fundamental importância, que o psicólogo saiba identificar os TAs em adolescentes e assim oferecer o tratamento adequado para essa demanda. Pois os adolescentes no turbilhão de transformações que o período já traz, acometido de ansiedade, que pode ser oriunda de diversos nichos sociais do mesmo, quando não tendo suporte profissional apropriado, pode estar a longo prazo, desenvolvendo outras demandas que acarretem na disfuncionalidade deste sujeito. O intuído deste trabalho versou na revisão bibliográfica em torno do tema, levando em consideração desde as manifestações clínicas do transtorno até a atuação profissional.

Palavras-chave: Transtorno de ansiedade. Adolescentes. Psicologia. Tratamento.

Abstract

Considering that in recent years there has been an increasing search for psychological care for adolescents who manifested some clinical symptoms of, with professionals placing greater emphasis on an audience that until recently was forgotten. It is necessary to expand studies on such a recurring theme, focusing on this specific scope. EDs can cause clinical manifestations capable of generating significant damage to the individual's normal functioning. When present in childhood or adolescence, there is the possibility of progressive worsening of the morbid condition throughout life. According to the WHO (World Health Organization), Brazil has the population with the highest prevalence of anxiety disorders in the world and one of the explanations for this increase was the stress caused by social isolation as a result of the pandemic, causing problematic situations in the family, at school and socially. It is of fundamental importance that the psychologist knows how to identify EDs in adolescents and thus offer appropriate treatment for this demand. Because teenagers in the whirlwind of transformations that the period already brings, affected by anxiety, which can come from different social niches of the same, when not having appropriate professional support, can be in the long term, developing other demands that lead to the dysfunctionality of this subject. . The intuition of this work was the bibliographic review on the topic, taking into account everything from the clinical manifestations of the disorder to professional performance.

Keywords: Anxiety disorder. Teenagers. Psychology. Treatment

1. INTRODUÇÃO

Estando atrás apenas do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), os transtornos de ansiedade tem sido uma crescente em crianças e adolescentes. A princípio, adolescente, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), equivale ao período de 10 a 19 anos, período marcado por mudanças no processo biológico e também psicológico. Estudos sobre ansiedade em adolescente datam do início do século XIX, no entanto, apenas no século XX tendo Freud como um dos principais estudiosos sobre o assunto, tratando-o de forma mais sistemáticas, relatando os quadros e manifestações clínicas dos seus pacientes, têm-se o primeiro caso clínico em adolescente.

A ansiedade enquanto patologia, faz com o indivíduo busque fugas, válvulas de escape, ou desenvolva estratégias compensatórias, para não dar lugar as emoções, ou sentimentos que causam desconforto. Os transtornos de ansiedade trazem prejuízos funcionais para o indivíduo, o que a longo prazo, pode desenvolver outras demandas vinculadas a patologia inicial não tratada adequadamente.

Nos últimos anos a busca pelo atendimento psicológico para adolescentes que manifestem algum sintoma clínico de TA tem crescido substancialmente, voltando os olhares dos profissionais para um público que até pouco tempo era esquecido, tocante à saúde mental da criança e do adolescente. Se faz necessário ampliar os estudos sobre uma temática tão recorrente, focando neste escopo específico.

É de fundamental importância, que o psicólogo saiba identificar o TA em adolescente e assim oferecer o tratamento adequado para essa demanda. Pois os adolescentes no turbilhão de transformações que o período já traz, acometido de ansiedade, que pode ser oriunda de diversos nichos sociais do mesmo, quando não tendo suporte profissional apropriado, pode estar a longo prazo, desenvolvendo outras demandas que acarretem na funcionalidade deste sujeito. No tocante aos estudos relativos as demandas de Transtornos de Ansiedade em adolescentes, é notório o número de estudos sobre o tema, ajudando ainda mais na atuação profissional e dando também embasamento teórico para tratar sobre o assunto.

O intuído deste trabalho é fazer uma revisão bibliográfica em torno do tema supracitado, levando em consideração desde as manifestações clínicas do transtorno até a atuação profissional.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Este estudo contemplou uma revisão de literatura voltada para atuação do Psicólogo diante de diagnóstico de Transtorno de ansiedade em adolescentes. Assim como, irá analisou a manifestação clínica do mesmo, neste público alvo. A pesquisa realizou-se por meio de teses, dissertações, artigos científicos com publicações nacionais e internacionais encontrados em bases de dados da internet como Literatura Latino-Americana, Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e o periódico CAPES.

Foram utilizados como descritores: Psicólogos, psiquiatras que tratam sobre o Transtorno de ansiedade na adolescência. Como base para discussão de diagnóstico e atuação

profissional serão escolhidos: artigos em língua portuguesa e língua inglesa, e trabalhos que apresentem a atuação profissional dentro deste escopo. Foram excluídos da revisão os estudos que não se encontram com o texto completo ou que não se encaixam ao objetivo do trabalho, evitando-se o comprometimento e qualidade do mesmo.

2.2 Resultados e discussão

2.2.1 Histórico de transtornos de ansiedade em adolescentes

Dentro dos estudos realizados, de acordo com Landeira (2004) os relatos de transtornos de ansiedade em adolescentes já ocorrem há algum tempo, e datam do século XIX. Os relatos iniciam em 1813, onde Augustin Jacob descreveu a ansiedade como uma síndrome composta por aspectos emocionais e reações fisiológicas. Passados alguns anos em 1850, a ansiedade foi descrita por Otto Domrich, como o que hoje chamamos de transtorno de pânico. Seguindo aos anos de 1871 por Jacob Mendez e 1880 por Carl Wstphal a ansiedade foi descrita dentro da sintomatologia de fobias e transtorno obsessivo- compulsivo (TOC).

Porém, através do trabalho clínico de Sigmund Freud, os transtornos de ansiedade receber uma classificação mais sistemática. Dessa forma, os estudos de Freud descreveram objetivamente as condições clínicas que provocaram a disfunção relacionada à ansiedade. Contudo, como o empirismo não abarcava as classificações psicanalistas, tornou-se necessário desenvolver novos modelos de classificação baseados no método científico (LANDEIRA; CRUZ, 2007).

Diante de um período histórico conflituoso da Segunda Guerra Mundial, o número de órfão era relativamente grande, e fomentou as pesquisas sobre a saúde mental de crianças e adolescentes. Tendo em vista que neste período, os primeiros relatos de casos clínicos de crianças com sintomas de ansiedade eclodiram, mais precisamente, no início do século XX. Em 1909, Freud publicou o caso do pequeno Hans, um menino de cinco anos que sofria de neurose fóbica. A partir da década de 1940, houve um interesse crescente pelo tema da ansiedade infantil. (SPELBERGER, 1973).

É valido ressaltar que não havia classificação de ansiedade para crianças/ adolescentes, tendo em vista que por um longo período as categorias nosológicas relacionadas à ansiedade, descritas conceitualmente na Classificação Internacional das Doenças (CID) ou no Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM), faziam referência à idade adulta. O que era disseminado entre os estudiosos, era que os medos e as preocupações durante a infância eram de curso transitório (BAPTISTA *et al.,* 2023).

Os transtornos de ansiedade abrangem muitas sintomatologias, por isso são descritos no plural, pois de acordo com o DSM-IV-TR (APA, 2000), são classificados como transtornos de ansiedade: o ataque de pânico; o transtorno de pânico, agorafobia; as fobias específicas e fobia social; o transtorno obsessivo-compulsivo; o transtorno de ansiedade generalizada; o transtorno de estresse pós-traumático; o transtorno de estresse agudo. Tanto adultos como adolescentes podem receber qualquer um destes diagnósticos (KNAPP,2004).

2.2.2 Principais manifestações clínicas do transtorno de ansiedade em adolescentes

Conforme Castillo (2000), a ansiedade é um sentimento de medo livre e desenfreado. O excesso de preocupação, a quantidade de informações, o acúmulo de muitas tarefas,

sempre pensamentos atrelados a excessos. Há um estímulo no sistema nervoso central, que tem como principal sintomas, aqueles descritos como de caráter psicológico. Os sintomas da ansiedade são pensamentos negativos com o que estar por vir; o frio na barriga e o receio diante de situações de risco.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em um estudo realizado em 2017, após um mapeamento global de transtornos mentais, o Brasil é o país com maior prevalência de transtornos de ansiedade do mundo. Cerca de 9,3% da população brasileira sofre de algum transtorno de ansiedade, já instalado de forma patológica como vemos na Figura 1, o país possui a população com a maior prevalência de transtornos de ansiedade do mundo. Para se ter uma ideia, cerca de 9,3% dos brasileiros sofrem de ansiedade patológica.

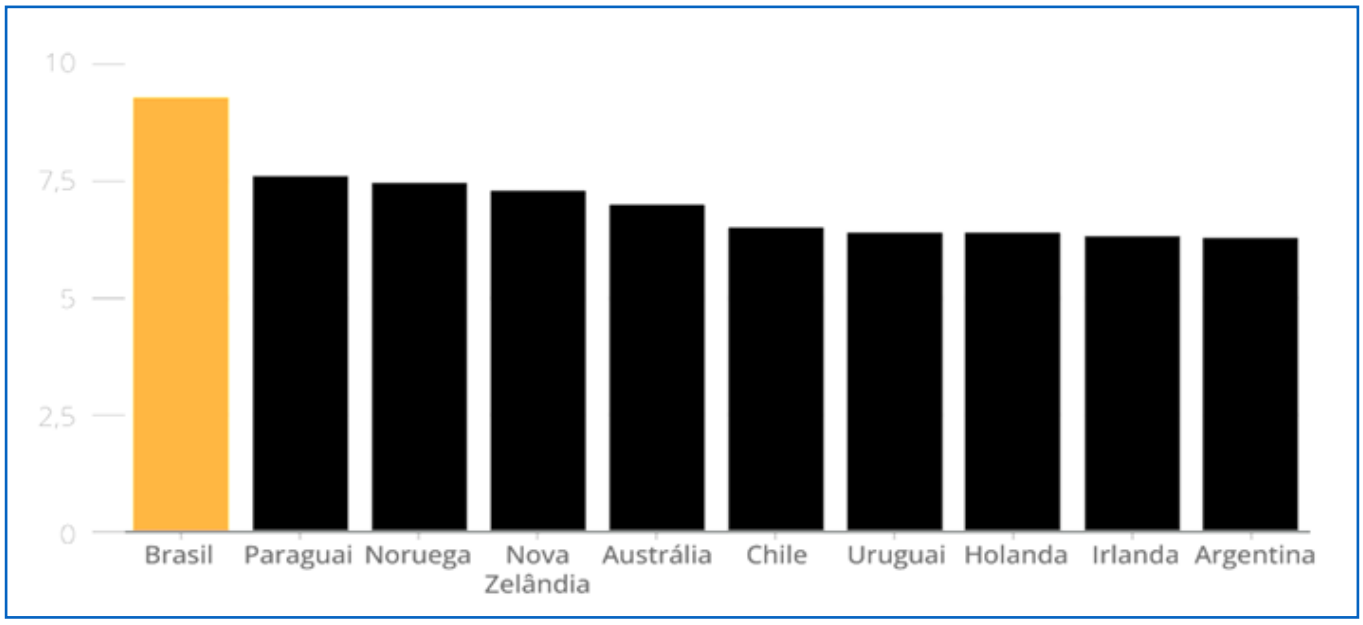


Figura 1. Prevalência de transtornos de ansiedade por país

Fonte: Organização Mundial da Saúde (2017, p 10)

O transtorno de ansiedade generalizado (TAG), tem como sua característica principal sintomas que não desaparecem. Sempre que o adolescente se ver exposto a uma situação adversa, esses sintomas físicos e psicológicos se afloram. Os sintomas mais recorrentes incluem, tremores, incapacidade de relaxar, fadiga e dores de cabeça, e sintomas de hiperatividade, como palpitações, sudorese, tontura, ondas de calor e frio, falta de ar, irritabilidade e dificuldade em respirar e também dificuldade de concentração (ANDREATINI,2001).

Ainda de acordo de Andreatini (2001) o acometido por TA também pode apresentar alterações de humor, como pensamentos preocupantes e expectativas de pensamentos negativos.

Em adolescentes o TAG, se apresenta como medo exorbitante, preocupações ou sentimentos de pânico intenso e irracionais a respeito de várias situações. Estão constantemente tensas e dão a impressão de que qualquer ocorrência pode ser provocadora de ansiedade. No entanto, em sua maioria, os casos, são negligenciados pelos pais e educadores, pelo simples fato de não saberem reconhecer as manifestações clínicas do transtorno, não conseguindo identificá-la (ASBAHR,2004).

Os principais sinais e sintomas de acordo com a literatura revisada sugerem como causadores, fatores ambientais, genéticos e físicos, como descreve a tabela 1.

Físicos	Psicológicos
- Dor e aperto no peito; - Arritmia; - Taquipneia ou dispneia; - Sudorese excessiva; - Tremores frequentes; - Fadiga e sensação de fraqueza; - Boca seca; - Insônia; - Náuseas; - Dores de barriga e/ou diarreia.	- Tensão e nervosismo constante; - Sensação de morte (ou que algo ruim possa acontecer a qualquer momento); - Falta de concentração; - Descontrole sobre os pensamentos; - Preocupação excessiva; - Irritabilidade; - Agitação (principalmente de membros superiores e inferiores, podendo ser confundida como SPI).

Tabela 1. Principais sintomas Físicos e Psicológicos do TA

Fonte: De Deus (2022, p. 5)

A observação desses sinais e sintomas, além de fatores de risco são fundamentais para o controle dos quadros de ansiedade e prevenção de crises mais graves. E, em casos de crise, algumas medidas podem ser tomadas a fim de reduzir os seus efeitos

Dentre os critérios de avaliação do TA, o profissional necessita avaliar a gravidade da ansiedade, a duração e frequência com que ela ocorre antes de prescrever algum tipo de medicação. Pois caso o diagnóstico seja um TA leve, não necessariamente se medicação, sendo eficaz ao paciente buscar acompanhamento com psicólogo para a resolução dos sintomas, caso o quadro seja de moderado a grave, aí sim não se dispensa o uso de medicação em conjunto com o acompanhamento com psicólogo (RODRIGUES, 2007).

É de suma importância identificar no paciente os seus sintomas, para que se tenha um diagnóstico precoce e eficácia na atuação profissional. E dessa forma analisar o melhor tratamento para o paciente com transtorno de ansiedade generalizada, observar se o paciente está correspondendo de melhor maneira o tratamento indicado pelo profissional e analisar as dificuldades de cada paciente (CASTILLO, 2000)

2.2.3 Atuação do psicólogo em casos de TA em adolescentes

Faz-se necessário que os profissionais conheçam métodos e estratégias que melhor se adaptam para o tratamento eficaz de suas demandas. No levantamento bibliográfico realizado no decorrer da pesquisa, a Terapia Cognitivo comportamental (TCC) é uma das abordagens com maior êxito no tratamento de diferentes sintomatologias na adolescência, de modo individual ou em grupo, cujas evidências de efetividade são amplamente conhecidas (SUVEG, 2008).

Como cada paciente é um universo diferente dentro do setting terapêutico, é necessário que haja planejamento no processo terapêutico, incluindo a anamnese bem estruturada, realizado de forma bem detalhada, não esquecendo de um breve histórico da gênese dos sintomas e de possíveis gatilhos que levam ao surgimento da sintomatologia, entre os gatilhos podem estar o luto, separação, doença, entre outros fatores familiares e sociais do adolescente. Para além disso, é interessante verificar o temperamento do adolescente e

sua relação com o meio, seja pais ou escola.

Dentro do contexto de tratamento, de acordo com a Figura 2, temos como tratamentos com melhor aceitação e resultados positivos, medicações, seguido da Terapia Cognitivo Comportamental incluindo o Mindfulness, técnica amplamente usada em diagnósticos positivos de TAG.

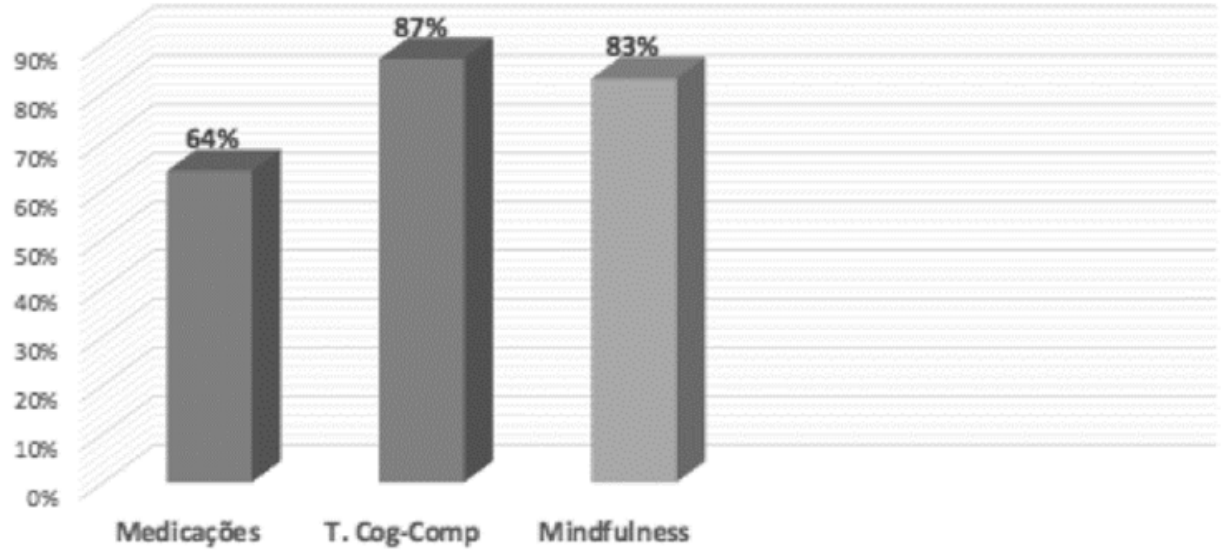


Figura 2. Tratamentos mais eficazes para ansiedade

Fonte: Revista Brasileira de Psiquiatria (2011, v 33)

Referente ao Mindfulness, o tratamento se baseia nos problemas relatados pelo paciente durante a seção, no momento presente, no "aqui e agora", e o objetivo do tratamento é ajudá-lo a aprender novas estratégias de ação no meio ambiente para promover as mudanças necessárias no presente (BECK, 2013).

São inúmeras as técnicas eficazes difundidas pela TCC para atuação profissional com adolescentes acometidos de Transtorno de ansiedade, entre elas a psicoeducação, a reorganização de processos cognitivos e também outro método largamente utilizado é a técnica de relaxamento ou mindfulness já adaptada para o público infato juvenil, que implica na concentração no tempo presente, no aqui e agora, visando acalmar primeiramente o corpo e consequente, a mente. Dito isto, não ignora-se o tratamento farmacológico, porém nunca deve ser a única opção terapêutica (ZENNER,2014).

De um modo geral, a atuação do psicólogo, tende a identificar o transtorno, seja com testes, anamnese bem elaborada, fazendo assim uma análise clínica bem completa, para então começar a trabalhar as habilidades sociais desse adolescente e auxiliar na reestruturação cognitiva deste paciente.

De acordo com Nardi e Schinohara (2004), mesmo que os Transtornos de Ansiedade sejam frequentes e incapacitantes, temos uma gama de informações sobre o assunto, no entanto especificamente sobre TAG, temos uma literatura mais generalista, associando-o sempre a outros transtornos.

Como já foi dito, a ansiedade é uma condição emocional normal, quando não ser torna incapacitante, e nos dias atuais a ansiedade enquanto patologia é percebida de forma dissociada de outros sintomas físicos, percebida de forma independente de problemas cardiorrespiratórios, gastrintestinais entre outras. Os rótulos recebidos parecem ainda hoje estar engessados, embora a patologia tenha adquirido respaldo clínico.

De modo geral todos os transtornos mentais necessitam de uma visão mais individualizada, para que sejam largamente conhecidos e assim podendo ser tratados por diversas especialidades que também tratem o biológico e os sintomas físicos, como por clínicos gerais, cardiologistas ou gastroenterologistas, não se desfazendo e nem anulando casos que necessitem que de forma concomitante utilizem psicoterapia e psicofármacos prescritos pelo Psiquiatra (NARDI; SCHINOHARA, 2004).

Uma consideração importante a ser feita sobre os sintomas físicos das crises de ansiedade e um número crescente desses pacientes, se faz devido a própria negativa do paciente em se reconhecer como alguém com algum tipo de transtorno mental. É recorrente que pacientes busquem auxílio de diversos profissionais de diferentes áreas, acreditando padecer de qualquer outro tipo de problema de saúde, uma forma de negar que exista a possibilidade de um possível transtorno mental. Há uma demora em ter um diagnóstico devido toda essa problemática estigmatizadora de buscar atendimento junto ao psicólogo ou psiquiatra (NARDI; SCHINOHARA, 2004).

Dentro da abordagem estudada neste trabalho, observou-se que a TCC trabalha de forma muito eficaz as crenças diretamente ligadas ao senso de vulnerabilidade do sujeito. Fazendo assim que os transtornos de ansiedade sejam entendidos como eventos “normais” com interpretações distorcidas feitas pelas próprias pessoas. Identificar e questionar essa forma de interpretar o mundo como algo perigoso e a si mesmo como inábil constitui o foco do entendimento sendo a intervenção terapêutica embasada na TCC (NARDI; SCHINOHARA, 2004).

Ainda sobre a TCC, o tratamento é fundamentado em psicoeducar o paciente para que o próprio possa realizar um automonitoramento de seus pensamentos, tendo em vista que os pensamentos com preocupações excessivas podem acarretar sintomas físicos em pessoas que possuem TAs. De formar bem superficial, ocorre a percepção dos pensamentos automáticos pela própria pessoa. O pensamento é modificado para que haja outras respostas fisiológicas para situações que anteriormente causariam infinitos sintomas físicos (NEWMAN; BORCOVEC, 2003).

Dentre as técnicas que podem ser utilizadas nesse processo de intervenção incluem-se o treinamento em relaxamento, a dessensibilização gradual e a reestruturação cognitiva. Salienta-se que estas podem vir a ser utilizadas, o que não significa que seu uso é obrigatório, pois o processo terapêutico é construído conforme as demandas do cliente e com a participação ativa do mesmo (NEWMAN e BORCOVEC, 2003).

3. CONCLUSÃO

O presente trabalho possibilitou uma melhor compreensão a respeito do Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) de forma específica em adolescentes. Diante da literatura estudada, foi possível perceber que é crescente o número de acometidos com algum tipo TA. Mesmo diante deste dado, o número de pessoas que procuram atendimento especializado ainda é pouco. Isso porque primeiramente existe uma negação em ter algum diagnostico de transtorno mental, levando as pessoas a buscarem auxílio em outros profissionais, mediante os sintomas físicos causados pela ansiedade.

O estudo demonstrou que alguns tratamentos realizados de forma conjunta podem ser extremamente eficazes para os TAs, entre eles mindfulness, juntamente com a TCC e a medicalização. Não são tratamentos excludentes e podem interagir de forma positiva entre si.

Embora existam tratamentos farmacológicos e psicológicos eficazes para o tratamento do TAG, muitas pessoas afetadas não procuram os serviços de saúde para fazer o tratamento e entre os que utilizam estes tipos de serviços, uma elevada porcentagem não é tratada corretamente ou não é diagnosticada.

Referências

ANDREATINI Roberto. Tratamento farmacológico do transtorno de ansiedade generalizada: perspectivas futuras, **Revista Brasileira de Psiquiatria**.vol.23. São Paulo; 2011.

ASBAHR, Flávia. **Transtornos ansiosos na infância e adolescência: aspectos**

clínicos e neurobiológicos. Jornal de Pediatria, 2004.

BAPTISTA, Américo; CARVALHO, Marina; LORY, Fátima. **O medo, a ansiedade e suas perturbações**, 2023.

BARLOW, David. et al. **Manual clinico dos transtornos psicológicos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

BECK, Judith. **Terapia Cognitiva-Comportamental: teoria e prática**. 2ª Ed. Porto Alegre, 2013.

CASTILLO, Regina. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. Transtorno de ansiedade. vol.22 s.2 São Paulo Dec. 2000.

DE DEUS, Persio Ribeiro Gomes. **Ansiedade: Como controlar uma crise, o que é e 25 sintomas**. Disponível: https://www.minhavida.com.br/saude/temas/ansiedade.

KNAPP, P. (org.). **Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

KNAPP, P. **Princípios da Terapia Cognitiva**. In: KNAPP, P.(org.) Terapia cognitivo comportamental na prática psiquiátrica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

LANDEIRA,Fernandez, **Medo e dor e a origem da ansiedade e do pânico.** Em: Intersecções entre Neurociência e Psicologia (pp:217-239). Rio de Janeiro: Editora MedBook. 2007.

NARDI, A. E.; SCHINOHARA, H. **Transtornos de Ansiedade Generalizada**. In:

KNAPP, P. Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

NEWMAN, M. G.; BORCOVEC, **T. Cognitive-Behavioral Treatment of Generalized**. J. Geriatry Psychiatry, 2003.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Depressão e outros transtornos mentais comuns: estimativas de saúde global**. Genebra: OMS; 2017. Disponível: https://iris.who.int/handle/10665/254610

RODRIGUES MLN. Colaboradores 2° Edição **Psiquiatria Básica**, 2007.

SPELBERGER, C. D. **Manual for the State- Trait anxiety Inventory for Children**. Palo Alto: Consulting Psychologist Press, 1997.

SUVEG, C.; Aschenbrand, M. A. & Kendall, P. C. **Separation Anxiety Disorder, Panic Disorder and School Refusal. Child & Adolescent Psychiatric Clinics of North America**, 2005.

ZENNER, C., Herrnleben-Kurz, S., & Walach, H. (2014). **Mindfulness-based interventions in schools—A systematic review and meta-analysis. Frontiers in Psychology**, 2014.

Pascal Editora

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

23

AUTISMO: COMUNICAÇÃO E FATORES PSICOLÓGICOS

AUTISM: COMMUNICATION AND PSYCHOLOGICAL FACTORS

Raisse Martins Silva

Marco Aurelio Fernandes

Resumo

O presente artigo evidência por meio de uma metodologia descritiva e revisada estudos referentes ao transtorno do espectro autista, as implicações da comunicação e os aspectos psicológicos envolvidos no tratamento necessário, enfatizando a importância da psicologia como ciência fundamental no desenvolvimento e tratamento. O artigo teórico elenca pontos estruturados baseados em fundamentações da análise do comportamento aplicada, utilizando-se de revisões bibliográficas relacionadas como aporte teórico para discussão e entendimento da presente temática, trazendo de forma sistemática conceitualizações e estudos da área. Presente dentro dos transtornos do neurodesenvolvimento, o transtorno do espectro autista envolve como o próprio nome sugere múltiplas características e, por tanto, sua manifestação varia em cada portador, embora algumas características se assemelhem sua manifestação ocorre de forma distinta em cada organismo. Conclui-se que a intervenção é adequada de acordo com as necessidades apresentadas, tendo critérios estruturais direcionados a essas necessidades, e incluir a psicologia de forma mais aprofundada eleva o tratamento e desenvolvimento do autista.

Palavras-chave: Autismo. Comunicação. Psicologia. Análise do Comportamento Aplicada.

Abstract

This article highlights, through a descriptive and revised methodology, studies relating to autism spectrum disorder, the implications of communication and the psychological aspects involved in the necessary treatment, emphasizing the importance of psychology as a fundamental science in development and treatment. The theoretical article lists structured points based on the foundations of applied behavior analysis, using related bibliographic reviews as theoretical support for discussion and understanding of this topic, systematically bringing conceptualizations and studies in the area. Present within neurodevelopmental disorders, autism spectrum disorder involves, as the name suggests, multiple characteristics and, therefore, its manifestation varies in each sufferer, although some characteristics are similar and its manifestation occurs differently in each organism. It is concluded that the intervention is appropriate according to the needs presented, having structural criteria aimed at these needs, and including psychology in more depth enhances the treatment and development of autistic people.

Keywords: Autism. Communication. Psychology. Applied Behavior Analysis.

1. INTRODUÇÃO

Os desafios em torno dos estudos do transtorno do espectro autista ainda são diversos e continuamente novas descobertas entram em discursão. Um dos grandes pontos de relevância do tema é sobre o processo de comunicação em crianças com TEA, filtrando ainda mais a temática e destacando os não verbais, as crianças que não possuem a oralidade de forma funcional, realizando estudos que visem estratégias para o auxílio dessa comunicação e a aquisição de habilidades de interação.

O ponto principal foi direcionado em fomentar os estudos literários sobre o tema e debater as estratégias que já se encontram em vigor e aquelas que possam ser alternativas para facilitar a comunicação dos autistas. Destacando que dentro das literaturas revisadas os não verbais são entendidos como os que possuem forte limitação na linguagem, não tendo a oralidade vocal e assim necessitando de outro canal de comunicação, onde muitas vezes esse fator se torna o grande desencadeador de crises.

Fazendo levantamentos de estudos sobre o aspecto psicológico dentro dos tratamentos utilizados e entendendo como esse fator pode contribuir dentro desse processo, evidenciando a importância da psicologia nos estudos sobre TEA e como a contribuição da psicologia afeta diretamente a aprendizagem e aquisição de habilidades fundamentais para o desenvolvimento desse público. Pensando nesses fatores, como a psicologia pode contribuir no desenvolvimento da comunicação funcional da criança com TEA para que a mesma em espaços diversificados consiga se expressar e emitir seus desejos?

Entender o processo de aprendizagem e instalação da comunicação funcional em crianças com transtorno do espectro autista e estudar a importância dos fatores psicológicos dentro desse processo, discutir sobre as variadas formas possíveis da comunicação de crianças não verbais, estudar modelos que facilitem o processo da comunicação funcional, abordar as estratégias terapêuticas e fatores psicológicos trabalhados com as crianças não verbais foram alguns dos objetivos mais trabalhados durante a realização do trabalho, buscando entender pelo viés da literatura as singularidade do espectro e por meio desta exprimir os fatores psicológicos existentes e desencadeado ao longo do processo. Entender o papel de estudo e de ação do psicólogo dentro desse campo foi crucial para o desenvolvimento do levantamento da questão.

A psicologia é uma área de conhecimento amplo, um espectro por assim fazer uma analogia simbólica ao tema que aqui abordamos. Encontramos variadas teorias e filosofias que tem o intuito de entender o indivíduo, o comportamento e seus aspectos psíquicos. Cada teoria vai traçar um modelo de leitura do sujeito colocando em evidência algo específico, mas independentemente de como esse sujeito vai ser analisado o objetivo será sempre o mesmo, a autonomia, tornar consciente o indivíduo do seu processo e ajudá-lo a ser responsável por ações.

Uma sessão de terapia é formada por dois elementos cruciais, o terapeuta e o paciente, para que seja possível a realização da terapia é necessário o estabelecimento da comunicação entre ambos, seja qual for sua forma, mas quando falamos de autismo não podemos anular ou ignorar o fato de muitos não conseguirem verbalizar, expressar ou comunicar o que querem, seja desejos existenciais simples ou de valor emocional. Nesse caso pode surgir o questionamento de como a psicologia intervém com o público TEA, para esclarecimento mergulhamos no estudo comportamental e ambiental, entenderemos a influência do meio sobre o ambiente e como os fatores neurológicos se relacionam com os fatores ambientais e as respostas produzidas dessa interação.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A metodologia utilizada para construção deste artigo teórico-conceitual consistiu em uma revisão de literatura qualitativa e descritiva. Foi utilizado como fonte de pesquisa o protocolo de comunicação alternativa, PECS (1985), o manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-5(2013), a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, CID-11 (2022), e outros conteúdos publicados nos últimos 20 anos em sites de pesquisas, revistas cientificas, livros de temas relacionados, dissertações, fontes de pesquisa como google acadêmico, que se debruçaram na análise sistemática do estudo do transtorno do espectro autista, da análise do comportamento aplicada, da psicologia e das intervenções, o levantamento de informações possibilitou a construção do presente trabalho. As palavras chaves utilizadas no processo de buscas foram: comunicação, autismo, psicologia.

2.2 Resultados e Discussão

É primordial que para adentrar a fundo em qualquer aspecto relacionado ao transtorno do espectro autista, entendamos antes de tudo sua definição e sua variação. No DSM 5, Manual Diagnostico e Estatístico de Transtornos Mentais, autismo corresponde ao transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades na interação social, comunicação e comportamentos restritos e estereotipados. A denominação de autismo sofreu uma alteração de sua classificação dentro do manual, entedia-se em classificações anteriores como divisões distintas de transtornos, na nova definição entende-se como transtorno do espectro autista, compondo uma vasta variação de características.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estipula através do CID –11 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) sob a nomenclatura F84 como “transtorno Global do Desenvolvimento”, com prejuízos na comunicação, interação social e comportamentos estereotipados. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2008). Já sendo observado uma mudança nos conceitos e nomenclaturas nos manuais.

Dentro do espectro encontra-se conjuntos diversos de características em sujeitos com TEA, sendo uma dessas as crianças não verbais. O estudo científico da Universidade Estadual de São Paulo – UNIFESP coloca como o grupo de autista que não são hábeis para utilizar o código linguístico, e não fazem uso de gestos para expressarem-se, o estudo vai trazer também uma das alternativas criadas para treinamento de uma comunicação mais funcional dessas crianças, objetivando uma melhor qualidade de interação e da sua própria expressão, o chamado PECS (Picture Exchange Communication System) (FERREIRA *et al.*, 2017). Seleção de vocábulos para implementação do Picture Exchange Communication System – PECS em autistas não verbais).

O PECS é descrito no seu manual como:

> Um sistema único de comunicação alternativa / aumentativa desenvolvido nos EUA em 1985 por Andy Bondy, PhD, e Lori Frost, MS, CCCSLP. O PECS foi implementado pela primeira vez com alunos de pré-escola diagnosticados com autismo no Programa de Autismo de Delaware. Desde então, o PECS foi implementado com sucesso em todo o mundo, com milhares de alunos de todas as idades que têm várias dificuldades cognitivas, físicas e de comunicação (BONDY; FROST, 2001, p. 725-744).

De maneira suprimida, o PECS corresponde a um modelo de comunicação alternativa, cujo principal objetivo é fazer com que os autistas não verbais possam se comunicar por meio das imagens.

Essa forma de aprendizado (PACS, 2009) é bastante utilizada para ensino dos não verbais e se mostra bastante eficaz no processo de comunicação em autistas, a utilização de estágios com critérios e utilizações do visual demostra uma maior facilidade na aprendizagem e condicionamento do que é ensinado, sendo o objetivo maior a generalização das respostas. As etapas são estabelecidas por seis fases, a cada cumprimento evolutivo de uma é iniciado uma nova etapa.

A psicologia tem dentro dos estudos do espectro autista, principalmente no que se refere aos tratamentos, uma contribuição importante. Carla Fernandes Ferreira da Costa Marques (2007) em seu artigo sobre autismo infantil e vínculo terapêutico onde traz um estudo de caso, refuta a importância do elo no processo da criança e em suas respostas ao longo do tratamento, colocando alguns aspectos como o setting terapêutico, a utilização do lúdico, o fator acolhimento e a distinção do sujeito e de seu transtorno, não limitando a criança dentro da sua condição, entendendo suas limitações e ao mesmo tempo tendo um envolvimento que seja satisfatório na relação para uma melhor estratégia de abordagem no tratamento dos comportamentos problemas. Em parâmetros científicos, o tratamento que mais se mostra eficiente para o autismo é a ABA – Análise do comportamento aplicada.

A análise do comportamento aplicada corresponde a uma ciência com foco no estudo do comportamento, advinda do Behaviorismo. Baer e Risley, em 1968, trouxeram pontos importantes sobre sua definição:

> Aplicação comportamental analítica é o processo de aplicar princípios de comportamento, por vezes tentativamente, para a melhoria de comportamentos específicos e, simultaneamente, avaliar se quaisquer mudanças notadas realmente são, ou não, atribuíveis ao processo de aplicação e, em caso positivo, a que partes desse processo. (BAER; WOL; RISLEY, 1968 tradução de AGUIRRE, p. 01).

Essa ciência é fragmentada em algumas dimensões, são elas: aplicada, comportamental, analítica, tecnológica, conceitual, eficaz e generalidade. A aplicação em crianças com TEA foi iniciada por Ivar Lovaas, com utilização do ensino por tentativas discretas – DTT. É uma metodologia estruturada que possibilita a aquisição de novas habilidades, utilizando o sistema de reforço positivo e os níveis de ajuda (LEAR, 2024).

A introdução de novas habilidades e expansão de repertório na ABA se dá pela modificação do comportamento observável, a instalação de novos comportamentos ou modificação de comportamentos indesejados que dificultam a interação social e contribui inclusive, na inserção de crianças autistas no ambiente escolar. É necessário que entendamos também a colocação de comportamento dentro da literatura aplicada ao campo da análise. Os autores da obra Psicologia e Análise do Comportamento trazem uma definição sucinta sobre:

> O comportamento é uma maneira de garantir as condições fisiológicas estáveis e é dependente dessa fisiologia, sem se confundir com ela. O comportamento é a fisiologia de todo organismo e não de um tecido, órgão ou sistema. É uma fisiologia de segunda ordem. (HAYDU, SILVA, CÉLIO, 2014, p.31).

Nas concepções de Skinner (1953) o comportamento é uma interação entre organismo e ambiente, onde ambos influenciam e são influenciados, tal posição confirma a ideia de que nosso aprendizado é introduzido pelas vertentes ambientais, ou seja, somos ensinados por um processo de condicionamento, onde uma resposta produz uma consequência.

O que nos remete ao pensamento de que quando nos comportamos nos comunicamos, embora dentro do espectro autista a comunicação seja um dos grandes problemas também se entende que quando eles se comportam também tentam garantir suas condições fisiológicas, daí a necessidade de garantir que haja entre a parte que comunica e a receptora o uso de uma linguagem que ocasione uma comunicação, sendo também necessária uma análise funcional do comportamento. Skinner (1953) explica também a importância de uma análise completa desse organismo:

> Vimos que qualquer unidade de comportamento operante é de certa forma artificial. O comportamento é a atividade contínua e coerente de um organismo integral. embora ele possa ser analisado em partes para propósitos teóricos ou práticos, precisamos reconhecer sua natureza contínua de modo a resolver certos problemas comuns. (SKINNER, 1953, p. 116).

Sendo fundamental, analisando do ponto de vista de Skinner, uma análise completa do sujeito, não apenas um fragmento do seu comportamento. Em sua tese do comportamento operante visando essa análise, é importante que tenhamos em mente seu macete básico desse princípio: o antecedente, a resposta e a consequência, conhecida como a tríplice contingência. Isso implica na já citada análise funcional, buscar entender qual a função do comportamento emitido, o que se quer obter com ele.

No ensinamento da linguagem em ABA encontramos os operantes verbais, assim denominados por Skinner (1957), sendo as unidades funcionais da linguagem, o mando, ecoico, intraverbal, tato, textual e transcrição, classificados como os operantes verbais primários. O comportamento verbal por sua vez é um comportamento operante, ou seja, existe um mediador.

Tratando de comportamento operante, para se ter uma breve noção a respeito, Skinner (1957) define como operante em sua obra "*Verbal behavior*":

> Os tipos de comportamento nos quais estamos geralmente interessados têm, como temos visto, um efeito sobre o ambiente o qual tem um efeito de retorno sobre o organismo. Tal comportamento se distingue de atividades principalmente concernentes à economia interna do organismo quando denominamos de "comportamento operante" as atividades que operam sobre o ambiente. Por conveniência, qualquer unidade de tal comportamento denomina-se "um operante". Na maioria dos casos "operante" é intercambiável com o termo tradicional "resposta", mas os termos nos permitem fazer uma distinção entre uma instância de comportamento ("Fulano fumou um cigarro entre 14:00 e 14:10 ontem") e um tipo de comportamento (fumar cigarros). O termo "resposta" frequentemente é usado em ambos os casos ainda que não se aplique facilmente ao segundo significado. A descrição de uma instância do comportamento não requer a descrição de variáveis a ela relacionadas ou de uma relação funcional. O termo operante, por outro lado, está relacionado à previsão e ao controle de um tipo de comportamento. Ainda que observemos apenas instâncias, estamos interessados nas leis que especificam os tipos (SKINNER, 1957, p. 20).

O mando (SKINNER, 1957) por exemplo, corresponde ao comportamento de pedir, questionar, fazer solicitações, comunicar sob condições específicas do ambiente, o exemplo clássico é se você estiver com sede, olhar para um copo de água e emitir um pedido pela água, seja falando ou simplesmente apontando o mais provável é que consiga obter a água. Assim como os demais operantes, o mando encontra-se na unidade de condicionamento, possui para o indivíduo significado de existência primordial. Uma criança com TEA que não possui a habilidade de fazer pedidos de forma oral, pode a princípio ser condicionada a emitir resposta gestual e uma possível resposta oral pode ser treinada.

O mando e todos os outros operantes verbais são formas importantes no ensino de instalação de habilidades comunicativas, o método de modelação que, consiste nos aprimoramentos de respostas aproximadas até a resposta que se deseja visa que o indivíduo alcance a resposta desejada da melhor forma possível (SKINNER, 1957).

Em indivíduos com TEA, evidenciando as crianças, essa linha de raciocínio se mostra muito eficiente no que desrespeito a aquisição de habilidades de comunicação, sendo esse um dos pontos norteadores de estudos da linguagem alternativa (PACS, 2009). É relevante destacar que a aplicação da intervenção deve ter uma proposta voltada para o indivíduo em si, trabalhando a sua dificuldade e suas especificações, portanto, não há uma fórmula universal de aplicação, há planos individualizados elaborados com base nas fundamentações de avaliação de repertório, que consiste nas habilidades já existentes no indivíduo e as que potencialmente poderá aprender.

Para que se alcance o entendimento do sofrimento do autista é necessário antes de tudo garantir uma existência, como nos princípios da pirâmide de Maslow (1954), o início parte de uma base existencial fisiológica até que se contemple o topo. De forma clara, para que seja trabalhado os aspectos psicológicos, as emoções, os medos, a ansiedade, possíveis traumas e qualquer aspecto de sofrimento emocional, é necessário a construção de uma comunicação, seja essa de qualquer forma, verbal ou não.

3. CONCLUSÃO

A partir dos estudos analisados, através dos manuais revisados é possível observar a mudança do conceito de autismo ao longo do tempo, suas novas formulações e identificações, entretanto, ainda há um vasto campo a ser descoberto e muitas interrogações a respeito do transtorno do espectro autista, suas variações e tratamentos, ao longo das pesquisas e levantamentos foi possível identificar uma forte inacessibilidade de muitos ao tratamento adequado, um entendimento social limitado a respeito do transtorno e a necessidade de um olhar mais diferencial às bases de apoio de quem possui o transtorno, entendendo a necessidade do suporte psicológico de forma mais abrangente.

Considerando todo conjunto referencial levantado dentro dos resultados e discussões é indubitável a utilização da análise do comportamento aplicada como uma das principais intervenções para o público TEA, tanto em parâmetros de aquisição de novas habilidades como na instalação da comunicação funcional. Introduzindo os estudos referentes ao comportamento, a análise do comportamento aplicada engloba de maneira sistemática um conjunto de técnicas e uma metodologia científica comprovada com resultados claramente observáveis que torna essa ciência eficiente.

Em síntese, é crucial pesquisas futuras que se inclinem de forma ainda mais feroz na correlação dos fatores psicológicos, indicadores de desenvolvimento, aplicação ABA e a evolução das formas de comunicação estabelecidas ou potencialmente adquiridas, ensi-

nadas, visando sempre a melhoria e uma adequação favorável do indivíduo com TEA no seu âmbito social e de suas relações. Visar também a acessibilidade do público geral dentro das concepções cientificas que abordam a temática, sendo esta de forma clara, de fácil entendimento para garantia do esclarecimento de causa, das especificações, dificuldades e para existência da inclusão em seu real sentido legal e humanizado.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. DSM 5. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, Fifth Edition. Washington, D.C.: American Psychiatric Association, 2013.

AMATO C. A., H., FERNANDES FDM. **O uso interativo da comunicação em crianças autistas verbais e não verbais**. 2010Oct;22(4):3738.Availablefrom<https://doi.org/10.1590/S0104568720100004 00>Acesso em: 29/10/2023.

BONDY, A.; FROST, L. The Picture Exchange Communication System. Behavior Modification, v.25, n.5, p.725-744, 2001.

BAER, D.M.; WOLF, M.M.; RISLEY, T.R. (1968) **Some current dimensions of applied behavior analysis. Journal of Applied BehaviorAnalysis**,,9197.Traduzido porAguirre(s/d). Tradução disponível em:http://www.itcrcampinas.com.br/pdf/outros/Algumas_ dimensoes.pdf.

FERREIRA, C. **Seleção de vocábulos para implementação do *Picture Exchange Communication System* – PECS em autistas não verbai**s. **CoDAS**, v. 29, n. 1, p. e20150285, 2017.

GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. (2004). **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento.** *Jornal De Pediatria*, *80*(2), 83–94. https://doi.org/10.1590/S0021https://doi.org/10.1590/S002175572004000300011755720040003000 11> acesso em: 02/11/2023.

LEAR, K**. Ajude-nos a Aprender**. (Help us Learn: A Self-Paced Training Program for ABA Part 1: Training Manual). Traduzido por Windholz, M.H.; Vatavuk, M.C.; Dias,I.S.; Garcia Filho, A.P. e Esmeraldo, A.V. Canadá, 2004).

MARQUES, C. F. F. da C.; ARRUDA, S. L. S. (2007). **Autismo infantil e vínculo terapêutico**. *Estudos De Psicologia(campinas)*,*24*(1),115124 https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000100013.> acesso em: 02/11/2023.

MASLOW, A. H. (1954). **Motivation and personality.** New York, NY: Harper.

Organização Mundial da Saúde (OMS), **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), 2008.**

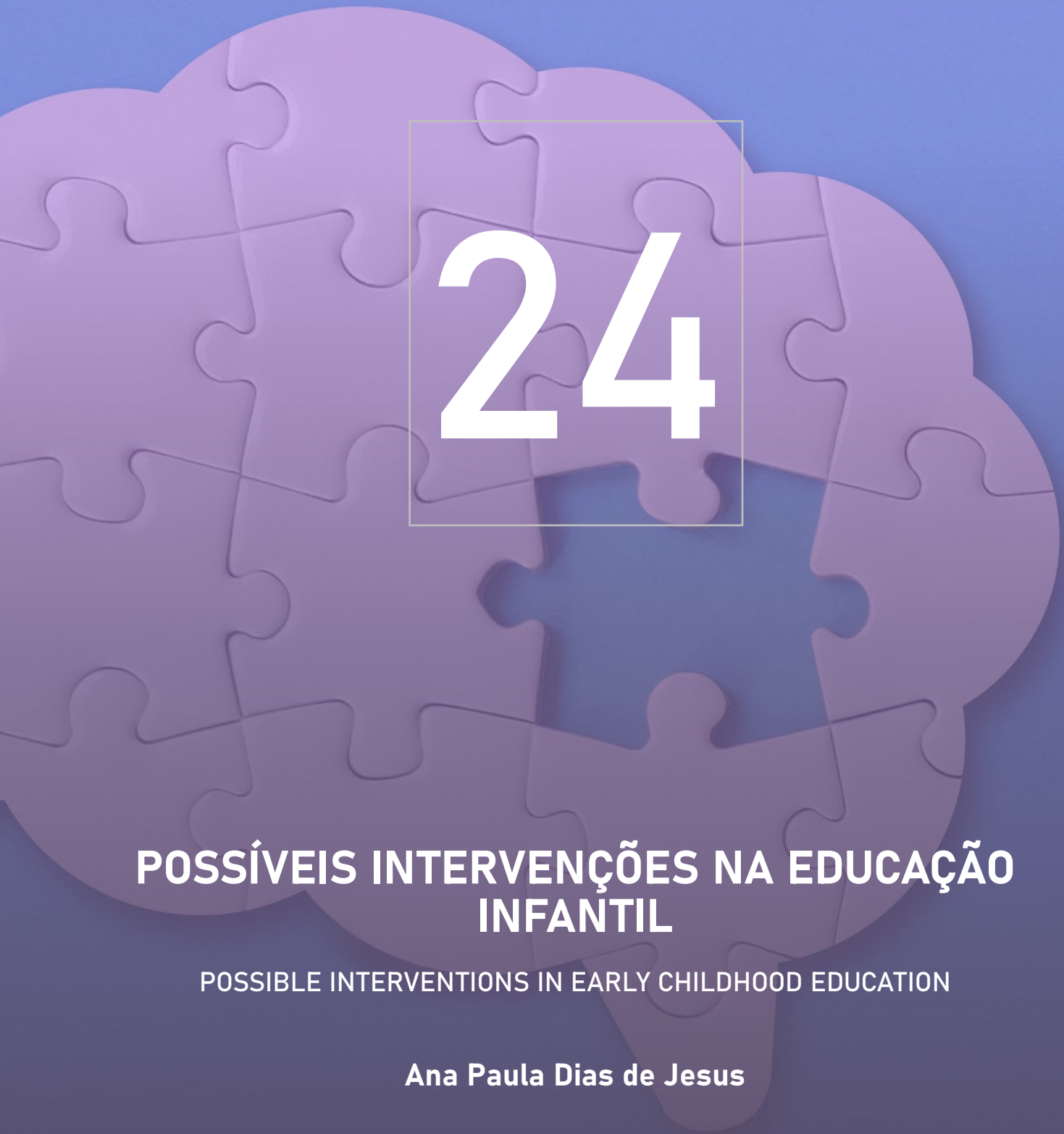
SKINNER, B. F. (1953). **Science and human behavior**. New York: he MacMillan CompanANISLAU.

SKINNER, B.F. (1957*).* ***Verbal behavior*** **New York**: Appleton-Century-Crofts.

HAYDU, B. V. **Psicologia e Análise do Comportamento: Conceituações e Aplicações à Educação, Organizações, Saúde e Clínica**. Londrina, 2014.

Pascal Editora

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA



24

POSSÍVEIS INTERVENÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

POSSIBLE INTERVENTIONS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Ana Paula Dias de Jesus

Resumo

Neste texto, é abordada a relação entre psicologia e educação, especialmente voltada para o crescimento das crianças. O intuito é investigar a aplicação de técnicas psicológicas nas escolas e seu impacto no desenvolvimento e aprendizado dos alunos. Foi feita uma revisão bibliográfica com enfoque qualitativo para validar as teorias propostas. Outros autores têm pesquisado sobre as etapas do crescimento das crianças, enfatizando as teorias de Piaget, Erikson e Kohlberg. Esse método consiste em selecionar e analisar de maneira criteriosa estudos relevantes para entender as aplicações práticas dessas teorias na área educacional. Os resultados evidenciam a importância de compreender o desenvolvimento infantil para direcionar a prática educativa de modo a ser adequada às necessidades específicas de cada criança em diferentes estágios de crescimento. A integração da psicologia na educação pode ter um impacto positivo na promoção de ambientes de aprendizagem saudáveis e estimulantes, além de proporcionar benefícios de longo prazo para a felicidade e o progresso das próximas gerações.

Palavras-chave: Psicologia educacional. Desenvolvimento infantil. Métodos psicológicos. Práticas educacionais. Impacto na educação.

Abstract

This text addresses the relationship between psychology and education, particularly focused on children's growth. The aim is to investigate the application of psychological techniques in schools and their impact on students' development and learning. A qualitative literature review was conducted to validate the proposed theories. Other authors have researched the stages of children's growth, emphasizing the theories of Piaget, Erikson, and Kohlberg. This method involves the careful selection and analysis of relevant studies to understand the practical applications of these theories in the educational field. The results highlight the importance of understanding child development to guide educational practice to be appropriate to the specific needs of each child at different growth stages. The integration of psychology into education can positively impact the promotion of healthy and stimulating learning environments and provide long-term benefits for the happiness and progress of future generations.

Keywords: Educational psychology. Child development. Psychological methods. Educational practices. Impact on education.

1. INTRODUÇÃO

A psicologia educacional desempenha um papel fundamental na compreensão e promoção do desenvolvimento infantil. A educação é um dos pilares importantes do crescimento e da formação pessoal, e a psicologia dá uma contribuição significativa para melhorar esse processo, fornecendo insights, teorias e práticas que podem promover o desenvolvimento infantil de forma eficaz e saudável.

O desenvolvimento infantil é um tema importante na psicologia educacional, pois constitui uma fase crítica na vida de qualquer pessoa. Durante os primeiros anos de vida, as crianças passam por um processo rápido e complexo de crescimento físico, cognitivo, emocional e social. Compreender este desenvolvimento e os fatores que o influenciam é fundamental para educadores, pais e profissionais de saúde que desempenham um papel vital na promoção do bem-estar e do sucesso das crianças. O objetivo trabalho explorar a intersecção entre a psicologia e a educação, com especial enfoque no desenvolvimento infantil. Observou como os princípios psicológicos podem ser aplicados à prática educacional para promover ambientes de aprendizagem saudáveis e estimulantes que levem em conta as necessidades emocionais, cognitivas e sociais das crianças. Abordou as teorias e métodos psicológicos mais relevantes para a compreensão do desenvolvimento infantil, bem como estratégias e intervenções que podem ser utilizadas para apoiar o crescimento e a maturação das crianças.

Através deste estudo resultou na importância do desenvolvimento infantil como um subtema chave neste contexto. Com o estudo desenvolvido foi possível fornecer informações valiosas a educadores, profissionais de saúde mental e todos aqueles preocupados com o bem-estar e o desenvolvimento das gerações futuras.

2. DESENVOLVIMENTO

Um tema central e a aplicação de métodos psicológicos específicos em contextos educativos e como isso pode ter um impacto positivo no crescimento e maturação das crianças.

O desenvolvimento infantil é uma fase crítica e complexa da vida durante a qual as crianças passam por um rápido crescimento físico, cognitivo, emocional e social. Compreender como a psicologia pode ser usada de forma eficaz na educação é fundamental para criar ambientes de aprendizagem que atendam às necessidades multifacetadas das crianças.

Este estudo tem como alvo fornecer uma inspeção aprofundada das teorias psicológicas relacionadas ao desenvolvimento infantil e como traduzir essas teorias em práticas educacionais eficazes. Exploraremos estudos de caso, exemplos e pesquisas que demonstram a aplicação bem-sucedida em contextos educacionais.

Este objetivo visa expressar não apenas os impactos imediatos, mas também as influências a longo prazo da aplicação de métodos psicológicos nas crianças na idade escolar. Para atingir esse objetivo, será realizada uma investigação abrangente, avaliando o progresso acadêmico, o bem-estar emocional e o desenvolvimento de habilidades sociais ao longo do tempo. Será dada atenção especial à identificação de tendências e padrões nos resultados, permitindo uma análise mais completa das consequências das práticas psicológicas na educação infantil. Isso fornecerá informações valiosas sobre como as inter-

venções psicológicas podem continuar a moldar o desenvolvimento das crianças ao longo de sua jornada educacional, proporcionando uma visão mais holística e abrangente dos benefícios em longo prazo.

A escolha deste tema, que versa sobre a aplicação de métodos psicológicos específicos no contexto educacional e seu impacto no desenvolvimento infantil, é motivada por sua notável relevância tanto do ponto de vista teórico quanto prático. O desenvolvimento das crianças é um processo complexo que abrange dimensões cognitivas, emocionais e sociais, e a educação desempenha um papel fundamental nesse processo. Portanto, entender como a psicologia pode ser aplicada de maneira eficaz na educação é de suma importância.

Em termos teóricos, este estudo contribuirá para a ampliação do conhecimento na área da psicologia da educação, enriquecendo a compreensão das abordagens psicológicas específicas que podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento infantil.

As contribuições desta pesquisa podem orientar políticas educacionais, auxiliar na formação de educadores e, por fim, melhorar a qualidade da educação e o futuro das gerações futuras. Portanto, este estudo possui relevância tanto na esfera acadêmica quanto na sociedade, promovendo uma abordagem mais informada e eficaz para a educação infantil.

3. METODOLOGIA

O método de estudo utilizado foi a pesquisa bibliográfica, publicadas em artigos, quais Scielo, Pubmed, Portal e Educação, Academia do Psicólogo.

A revisão visa compreender e sintetizar o conhecimento existente sobre o tema, considerando a complexidade e a diversidade de abordagens teóricas e práticas relacionadas.

A pesquisa foi realizada sob a forma de uma Revisão de Literatura, que consiste na análise crítica e sistematizada de fontes bibliográficas relevantes relacionadas ao tema em questão. Realizar uma revisão abrangente da literatura acadêmica para identificar as principais teorias psicológicas relacionadas ao desenvolvimento infantil, com foco em Jean Piaget, Erik Erikson e Lawrence Kohlberg.

Esta abordagem qualitativa e descritiva permitirá uma análise aprofundada das teorias, práticas e descobertas relacionadas à aplicação de métodos psicológicos no desenvolvimento infantil em contextos educacionais. Sintetizar as principais características de cada teoria, destacando os estágios de desenvolvimento, conceitos- chave e como essas teorias se relacionam com a prática educacional. Discutir os resultados em relação às teorias psicológicas revisadas e aos objetivos específicos do estudo. Explorar como as teorias foram aplicadas na prática e quais os impactos observados no desenvolvimento das crianças. Esta metodologia abrange todos os principais passos envolvidos na pesquisa, desde a revisão de literatura até a análise de dados e discussão dos resultados. Ela fornecerá uma base sólida para conduzir um estudo abrangente sobre a aplicação de métodos psicológicos no contexto educacional e seu impacto no desenvolvimento infantil.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao explorar como essas teorias são aplicadas na prática, observamos alguns efeitos positivos no desenvolvimento infantil. Por exemplo, as intervenções baseadas na teoria

de Piaget (Publicada 1952 e 1970) demonstraram melhorias significativas no desempenho académico e nas capacidades de resolução de problemas dos alunos. Da mesma forma, abordagens educacionais que incorporam os estágios de desenvolvimento de Erikson ((Publicada em 1950) estão associadas a maior autoestima e bem-estar emocional nas crianças. Além disso, programas que promovem a reflexão moral, influenciados pela teoria de Kohlberg (Publicada 1958) têm mostrado resultados promissores na promoção do comportamento ético e da responsabilidade social entre os estudantes.

Em suma, os resultados desta revisão da literatura destacam a importância da integração das teorias psicológicas nos contextos educacionais para promover o desenvolvimento global saudável das crianças. Ao compreender as características únicas de cada teoria e a sua aplicabilidade na prática, os educadores podem adaptar os seus métodos de ensino para satisfazer as necessidades individuais dos seus alunos, contribuindo assim para ambientes de aprendizagem mais eficazes e mais ricos.

Principais contribuições teóricas da Psicologia da Aprendizagem.		
Quais são os estágios cognitivos Segundo Piaget?	Quais abordagens educacionais de Erik Erikson?	Quais são os estágios de Kohlberg?
Sensório motor é até 2 anos de idade?	O que é desenvolvimento psicossocial?	Quantos níveis morais de desenvolvimentos?
O que é pré-operatório?	Quando é a “fase Freud?”	Quantos estágios da consciência/ motivação ética temos? Segundo Kohlberg
“Segundo Piaget, cada período é caracterizado por aquilo que, de melhor o indivíduo consegue fazer nessas faixas etárias. Todos os indivíduos passam por todas essas fases ou períodos, nessa sequência, porém o início e o término de cada uma delas dependem das características biológicas do indivíduo e de fatores educacionais, sociais. Portanto, a divisão nessas faixas etárias é uma referência, e não uma norma rígida.”	O foco de Erikson no ego fez que ele considerasse fatores externos, ambientais e culturais, na formação psicossocial. A interdisciplinaridade e a apresentação de suas teorias em evidências nas humanidades e ciências sociais garantiram sua aceitação fora dos círculos psicanalíticos, principalmente na psicologia do desenvolvimento.	Kohlberg propôs que o desenvolvimento moral ocorre em seis estágios distintos, os quais são percorridos progressivamente desde a infância até a idade adulta. Ele agrupou esses estágios em três categorias amplas de raciocínio moral: pré-convencional, convencional e pós-convencional. Cada nível está associado a estágios cada vez mais complexos de desenvolvimento moral, sugerindo que as pessoas avançam por esses estágios em uma ordem fixa e que o entendimento moral está vinculado ao desenvolvimento cognitivo.

(Fonte: DIAS.2024)

5. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM

5.1 Teoria de Jean Piaget

Piaget identificou quatro estágios de desenvolvimento cognitivo que cada indivíduo atravessa sequencialmente. Esses estágios são:

- Sensório-Motor (0-2 anos): Durante este período, os bebês exploram o mundo através de seus sentidos e ações motoras.
- Pré-Operatório (2-7 anos): As crianças começam a usar a linguagem e pensar simbolicamente, mas ainda não conseguem realizar operações mentais lógicas.
- Operatório Concreto (7-11 anos): Neste estágio, as crianças desenvolvem habilidades de pensamento lógico sobre objetos e eventos concretos.
- Operatório Formal (12 anos em diante): Os adolescentes desenvolvem a capacidade de pensar abstratamente e raciocinar sobre hipóteses.

Piaget argumentou que todos os indivíduos passam por esses estágios, mas a idade de início e término pode variar devido a fatores biológicos, educacionais e sociais. Portanto, essas faixas etárias são referências, não normas rígidas.

5.2 Teoria de Desenvolvimento Psicossocial de Erik Erikson

Erikson propôs oito estágios de desenvolvimento psicossocial, cada um caracterizado por um conflito central que deve ser resolvido para o desenvolvimento saudável. Os primeiros estágios, relevantes para o desenvolvimento infantil, incluem:

- Confiança vs. Desconfiança (0-1 ano)
- Autonomia vs. Vergonha e Dúvida (1-3 anos)
- Iniciativa vs. Culpa (3-6 anos)
- Indústria vs. Inferioridade (6-12 anos)

O foco de Erikson no ego fez com que ele considerasse fatores externos, ambientais e culturais na formação psicossocial. Suas teorias são amplamente aceitas na psicologia do desenvolvimento e outras disciplinas das ciências sociais e humanas.

5.3 Teoria do Desenvolvimento Moral de Lawrence Kohlberg

Kohlberg propôs que o desenvolvimento moral ocorre em seis estágios distintos, agrupados em três níveis amplos:

1. Nível Pré-Convencional
- Estágio 1: Obediência e Punição
- Estágio 2: Individualismo e Troca
2. Nível Convencional
- Estágio 3: Bom Menino/Boa Menina
- Estágio 4: Manutenção da Ordem Social

3. Nível Pós-Convencional

- Estágio 5: Contrato Social e Direitos Individuais
- Estágio 6: Princípios Éticos Universais

Cada nível está associado a estágios cada vez mais complexos de desenvolvimento moral, sugerindo que as pessoas avançam por esses estágios em uma ordem fixa e que o entendimento moral está vinculado ao desenvolvimento cognitivo.

Tabela Resumo das Teorias

Teoria/Teórico	Estágios/Categorias	Características Principais
Jean Piaget	Sensório-Motor (0-2 anos)	Exploração sensorial e motora
	Pré-Operatório (2-7 anos)	Pensamento simbólico, uso da linguagem
	Operatório Concreto (7-11 anos)	Pensamento lógico sobre objetos e eventos concretos
	Operatório Formal (12+ anos)	Pensamento abstrato e raciocínio hipotético
Erik Erikson	Confiança vs. Desconfiança (0-1 ano)	Desenvolvimento de confiança básica
	Autonomia vs. Vergonha e Dúvida (1-3 anos)	Desenvolvimento de autonomia pessoal
	Iniciativa vs. Culpa (3-6 anos)	Capacidade de iniciar atividades
	Indústria vs. Inferioridade (6-12 anos)	Desenvolvimento de habilidades e competências
Lawrence Kohlberg	Nível Pré-Convencional	Obediência, individualismo
	Nível Convencional	Normas sociais, manutenção da ordem
	Nível Pós-Convencional	Direitos individuais, princípios éticos universais

A integração de teorias de Piaget, Erikson e Kohlberg em contextos educacionais proporciona uma abordagem robusta para promover o desenvolvimento cognitivo, psicossocial e moral das crianças. Educadores que aplicam esses princípios de maneira adequada podem criar ambientes de aprendizagem que não apenas atendem às necessidades acadêmicas, mas também contribuem para o bem-estar emocional e social dos alunos.

6. CONCLUSÃO

Concluindo, este estudo destaca a importância da aplicação da psicologia na educação e seu impacto positivo no desenvolvimento infantil. A compreensão das teorias do desenvolvimento infantil podem ajudar os educadores a criar ambientes educacionais que atendam às necessidades emocionais, cognitivas e sociais das crianças e adolescentes em vários estágios de desenvolvimento. Ao alinhar as práticas de ensino com esta teoria, os educadores podem promover uma aprendizagem mais eficaz e inclusiva que proporcione benefícios a longo prazo para qualidade, bem estar, e o sucesso das gerações futuras.

Referências

ALMEIDA, L. S. Desenvolvimento moral e educação. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação:** Psicologia Evolutiva. v. 1. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 567-593.

BERGER, K. S. **O desenvolvimento da pessoa: da infância à terceira idade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da educação virtual:** aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

25

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS DESAFIOS DOS FAMILIARES ENLUTADOS

THE HOSPITAL PSYCHOLOGIST'S ACTIVITY IN TIMES OF PANDEMIC: THE CHALLENGES OF GRIEF FAMILY MEMBERS

Daniela Pereira Barbosa Ribeiro
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

O contexto da pandemia trouxe novos desafios para as famílias que perderam seus entes queridos, principalmente devido à falta de conhecimento sobre a doença que enfrentávamos. Essa realidade transformou o luto em dor, angústia e sofrimento tanto para os familiares quanto para os profissionais de saúde, resultando em restrições no processo de acompanhamento e despedida dos infectados pela COVID-19. Esses aspectos podem estar relacionados a um processo de luto complexo. Neste cenário, o presente estudo teve como objetivo compreender os impactos emocionais e sociais decorrente da perda de entes queridos no contexto da pandemia e suas percepções diante ao luto ocasionada pela Covid-19. Trata-se de uma revisão de literatura de cunho descritivo, a fim de evidenciar os desafios enfrentados pelos familiares enlutados no período pandêmico. Os resultados deste estudo indicam que os familiares enlutados pela COVID-19 enfrentaram grandes adversidades, pois, além de perderem seus entes queridos, sofreram com a angústia de não poderem acompanhá-los nos momentos finais e de não poderem se despedir adequadamente nem realizar as cerimônias fúnebres. Além disso, o estudo discute algumas particularidades do tratamento clínico com famílias que vivenciaram perdas durante a pandemia, destacando recursos que os psicólogos puderam empregar e os desafios comuns enfrentados por esses profissionais nesse contexto. Mesmo com a pesquisa trazendo dados sobre a magnitude da dor, o estudo proporcionou uma compreensão dos métodos de sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde para lidar com indivíduos em situações de perdas.

Palavras-chave: Luto; Covid-19; Sistema de apoio psicossocial; Familiar enlutado; Assistência à saúde mental.

Abstract

The pandemic context brought new challenges for families who lost loved ones, mainly due to the lack of knowledge about the disease we were facing. This reality transformed grief into pain, anguish, and suffering for both family members and health professionals, resulting in restrictions in the process of monitoring and saying goodbye to those infected with COVID-19. These aspects may be related to a complex grieving process. In this scenario, this study aimed to understand the emotional and social impacts resulting from the loss of loved ones in the context of the pandemic and their perceptions regarding the grief caused by COVID-19. This is a descriptive literature review, in order to highlight the challenges faced by bereaved family members during the pandemic period. The results of this study indicate that family members bereaved by COVID-19 faced great adversities, because, in addition to losing their loved ones, they suffered from the anguish of not being able to accompany them in their final moments and of not being able to say goodbye properly or perform funeral ceremonies. In addition, the study discusses some particularities of clinical treatment with families who experienced loss during the pandemic, highlighting resources that psychologists were able to employ and the common challenges faced by these professionals in this context. Even though the research provided data on the magnitude of pain, the study provided an understanding of the methods of raising awareness and training health professionals to deal with individuals in situations of loss.

Keywords: Grief; Covid-19; Psychosocial support system; Bereaved family member; Mental health care.

1. INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença de cunho pandêmico que se espalhou por diversos países no final de 2019 e teve um aumento significativo de casos em nível global a partir de 2020. Diante disso, diversas famílias tiveram suas vidas ceifadas pelo vírus SARS-CoV-2 devido à sua alta capacidade de transmissão, levando à adoção de medidas que modificaram as interações sociais, como o distanciamento físico e restrições de convívio interpessoal.

Devido à alta propagação do vírus ocorreram uma quebra nos rituais do luto e do velório, o fato de não ninguém ao lado para oferecer conforto, de se despedi e olhar uma última vez a pessoa querida que se foi, resultou em consequências dolorosas e permanentes (Hartman *et al.,* 2020). Esta realidade faz com que o luto se transforme em dor e sofrimento contínuo, que afetaram não só o paciente, mas também os familiares e aos profissionais da saúde. No entanto, compreender as complexidades desse sofrimento, além de acessar e compartilhar recursos para melhorar a comunicação e autocuidado, são componentes importantes para apoiar pacientes, familiares, colegas e os profissionais (Wallace *et al*., 2020).

Profissionais da área da saúde enfrentam grandes níveis de estresse devido ao luto patológico decorrente da situação da COVID-19. Muitas vezes, eles se tornam a única ligação e fonte de comunicação com a família daqueles que estão doentes com a COVID-19, o que os torna vulneráveis às dificuldades resultantes dessa situação. Além disso, eles próprios lidam com questões semelhantes às dos seus pacientes em suas vidas pessoais (Carvalho *et al.,* 2021).

Nesse interim, lidar com a morte pode se mostrar uma tarefa extremamente difícil, frequentemente em meio a sentimento de tristeza e sofrimento, prejudicando o processo natural de despedida e luto resultando em profundas repercussões psicossociais. Neste contexto, compreende-se que o medo e a insegurança passaram a fazer parte da vida da população. Diante disso, o indivíduo se vê perante a uma circunstância que precisa adapta-se, e isso afeta, também, o processo de luto; que é considerado “algo comum” ao ser humano fazendo parte da existência humana, este processo é complexo e desencadeia um sofrimento emocional onde o familiar busca se ajustar diante a perda de algum ente querido.

A razão pela escolha desse tema é devido ao impacto abrangente que a Covid-19 tem provocado na sociedade, abrangendo diversos aspectos. Afim de desenvolver discursões sobre a importância da vivência amadurecida do luto, tendo em vista a necessidade de levantar discursões científicas acerca do tema, incentivando novos estudos. Diante do exposto, observa-se a falta de estudos direcionados ao público enlutado pela Covid-19, assim como a urgência de contribuições sobre o assunto, particularmente pela Psicologia, que possui uma longa história de lida com questões de morte e luto.

Fica evidente que há muito por fazer junto com àqueles que perderam entes queridos, permitindo que reconheçam a extensão de sua própria dor e consigam seguir em frente apesar de perdas significativas, compreendendo o processo de luto durante a pandemia que é crucial para ajudar as pessoas a lidarem com suas emoções e superar esse período desafiador. Neste contexto, objetiva-se com este estudo compreender os impactos emocionais e sociais decorrente da perda de entes queridos no contexto da pandemia e suas percepções diante ao luto ocasionada pela Covid-19; enquanto os objetivos específicos tem o intuito de: a) Abordar o conceito do luto e as suas características e as fases do luto; b) Evidenciar o acolhimento psicológico ao viver o luto e após essa fase; c) Mapear as intervenções psicológicas no contexto hospitalar diante a pandemia dos familiares enlutados.

2. LUTO, COVID-19 E A ATUAÇÃO DO PSICOTERAPEUTA

2.1 Luto: conceitos, características e as fases

Segundo os estudos realizados por Freud, o luto se apresenta como uma reação alusiva à perda de algo ou alguém. No entanto, pode ser enfrentado de maneira que a morte de algum ente querido em que o abstrato passou a ocupar o lugar da pessoa, como quando se refere à liberdade, quando se idealiza alguém (Freud, 1996).

O conceito de "luto" está naturalmente associado ao processo depois da morte de um ente querido, ou seja, é um processo de despedida, de encarar as incertezas, a solidão, a transitoriedade e a finitude. Ao longo da vida do ser humano, o indivíduo passa por diversas perdas, muitas das vezes, sendo elas irreparáveis e, obviamente, necessitará de um tempo para ultrapassar esta fase mas, independentemente das diversas situações de luto, tendemos a nos confinar apenas ao luto ligado à morte (Karllas, 2020; Ramos, 2016).

Durante o período pandêmico não era permitido que as famílias do paciente visitassem seus parentes no hospital, o que agravou ainda mais a saúde mental das famílias das vítimas, não havendo a possibilidade de dizer adeus. Pimenta (2014) afirma que o processo do luto se consiste numa situação em que o indivíduo, se vê diante da perda, retraindo o seu interior, de maneira a conviver com a dor que está sentindo e elaborar a perda.

De acordo com Santos e Yamamoto (2017) o luto é um processo construtivo no qual as pessoas enlutadas desenvolvem estratégias para lidar com a situação e estabelecer uma conexão entre o passado, o presente e o futuro. O luto, é uma circunstância em que muitas pessoas passam a se indagar sobre a vida e se perguntar o real propósito de sua existência. Contudo, o luto pode ocorrer de várias maneiras dependendo muito de como o indivíduo vai reagir frente a essa situação, o que demonstra que não são todas as pessoas que passam por todas as fases de luto.

A sensação de que o enlutado passa nessa fase costuma ser muito dolorosa, ainda assim, é um sentimento ao qual não pode ser evitado, pois faz parte do ciclo da vida, não obstante, algumas pessoas possuem uma mente aberta no que diz respeito a mortalidade (Medeiros *et al.,* 2019). De acordo com os autores Moore e Fine (1990, citado por Hagman, 1996) o luto é visto como um processo psicológico no qual o corpo restabelece o seu equilíbrio após a perda de um ente querido e é a resposta mental a qualquer perda significativa e mais comum a dor. Shuchter e Zisook (1993, citado por Hagman, 1996) afirmam que o luto é um fenômeno natural que ocorre após a perda de uma pessoa significativa, é um processo individual, varia de pessoa para pessoa e de tempos em tempos, e envolve muitas dimensões de emoções no ser humano.

No decorrer do processo de luto, as emoções das vítimas enlutadas pode se deturpar, causando alguns sentimentos, como melancolia, pelo falecimento de um ente querido e ira pelo desamparo, se responsabilizando pelo ocorrido, vontade de tirar a própria vida para amenizar a dor existente, causando um luto crônico (Kovács, 2008). Essas características de sentimento podem desencadear uma tristeza profunda, culpa e autocensura, raiva, ansiedade, solidão, fadiga, choque, desamparo, saudade e alívio.

Worden (1932) em seus estudos, explica a mudança de comportamento das vítimas enlutadas e como isso afeta a saúde mental das mesmas, provocando o distúrbio do sono, distúrbio do apetite ausência de pensamento, a pessoa isola-se da sociedade, possuem sonhos recorrentes com a pessoa morta, evita lembranças, as vezes procura o outro e chamam e não obtém resposta, suspira frequentemente, possui hiperatividade e agitação, chora muito, faz visitas ou carrega objetos que lembrem a pessoa morta, e muitas vezes supervalorizam os objetos daquela pessoa que veio a óbito.

Para Santos e Yamamoto (2017) torna-se necessário evidenciar as fases do luto, sendo elas cinco fases: negação, raiva, barganha, depressão, aceitação. A fase de negação está relacionada a não aceitação da notícia de que seu ente querido veio a falecer, muita das vezes a primeira reação é dizer "não", às vezes até buscam mecanismos de criar uma esperança para acreditar que aquele momento não é real. A negação é uma defesa temporária que logo será substituída por uma aceitação parcial (Hartman *et al*., 2020).

Em concordância com Hartman *et al*. (2020) a segunda fase está relacionada com raiva, um sentimento em que pessoa enlutada senti em perder alguém especial ou até dela mesmo pela morte do outro, nesse momento, o indivíduo internaliza a revolta que está sentindo e pode ocorrer do mesmo se mostrar agressivo. Na fase da barganha é o período a qual o enlutado começa a querer fazer trocas, promessas e juramentos, como uma tentativa de fazer uma barganha no sentido de pedir que seu ente querido não morra, quando o processo de aceitação se aproxima, ele pode barganhar com Deus pedindo que, já que seu ente querido irá morrer, que seja de maneira indolor, sem causar sofrimento.

Na quarta fase vem a depressão, este estágio refere-se ao uso de medicalização que ser só devem ser usados por uma prescrição médica em casos extremos, este momento é acompanhado de sentimentos de debilitação, solidão, tristeza e saudade. Essa fase requer muita conversa e intervenções ativas por parte dos que estão à sua volta, de modo a evitar uma depressão silenciosa, torna-se essencial a presença de pessoas queridas. Isso porque só os que conseguem superar as angústias e as ansiedades são capazes de alcançar o próximo estágio, que é a aceitação (Hartman *et al.,* 2020).

Por último, o quinto estágio, é a aceitação, está fase o indivíduo já compreende que a pessoa já faleceu e decidi dar prosseguimento com sua vida, nesse período ela se sente mais em paz e começa a ter condições de se organizar na vida, vivendo e ressignificando sua rotina sem a pessoa que faleceu. Vale ressaltar, que a aceitação, ao falar sobre o luto, não trata apenas do estado de felicidade, mas sim, um o momento em que o enlutado consegue expressar de forma mais clara os sentimentos, as frustrações, as emoções e as dificuldades que permearam durante o processo do luto (Figueirêdo e Rocha, 2022; Kubler-Koss e Keller, 2005; Oliveira e Zanella, 2021).

2.2 Acolhimento psicológico e o papel do psicólogo

A pandemia representou em um processo de adaptação marcada por inúmeras restrições com medida de segurança, dentre essas medidas, há de não poder velar o seu ente querido foi a mais frustrante pelos enlutados, de não poder se despedir o que fez com que os familiares permanecessem dentro de uma frustação constante. Este processo não é linear, com muitos acreditam, ele é permeado por idas e vindas, altos e baixos em um movimento pendular, descrito por um modelo do Processo Dual do Luto (Oliveira e Zanella, 2021; Strobe e Schut, 1999).

Conforme Kovács (1992) a morte tornou-se uma aliada dos profissionais da área da saúde, pois os mesmos, se deparam constantemente com situações de risco de vida de seus pacientes. Na busca constante pelo bem-estar do paciente, a perda é observada exteriorizando um sentimento de derrota nos indivíduos e na equipe como um todo.

Uma das principais função do psicólogo no hospital é minimizar o sofrimento do paciente, de seus familiares e de sua equipe de trabalho, sentimentos esses despertados pela causa do internamento precoce. Quando essa hospitalização leva a perda ou exige cuidados paliativos, o psicólogo deve se desvincular dos seus próprios medos e negações frente

a morte, para que possa lidar com a demanda vinda do paciente, necessitando que o profissional questione-se sobre o que representa sofrimento tanto na vida, quanto a morte (Silva, 2020).

Após a morte no hospital, o psicólogo deve redirecionar toda sua atenção aos familiares enlutados estando apto a escutar e acolher a dor vivenciada naquele momento. Os profissionais devem se esforçar para dar um suporte ao luto neste momento, devendo ser papel do psicólogo dar espaço para que o enlutado possa falar sobre sua perda, revivendo memórias e percebendo quem de fato morreu, para que possam ter uma possível visualização de continuidade da vida sem aquela pessoa (Torres *et al.*,1989 *apud* Silva, 2020).

Dessa maneira, o conhecimento acerca do fenômeno do luto e do processo de aconselhamento psicológico é fundamental para definir os fatores que podem contribuir para a elaboração da perda, com a construção de um aconselhamento sustentável eficaz no processo vivencial do luto, amenizando a possibilidade de desenvolver adoecimento psíquico. Dentro desse contexto, o aconselhamento psicológico pode ser caracterizado como um instrumento de prevenção do adoecimento psíquico e tem relevância no que se refere a um diálogo aceitável para busca do entendimento da vivência do luto e auxílio no ajuste e na percepção, de forma funcional frente à nova realidade.

Em concordância com Fontes *et al.* (2020) o profissional deve estar aberto a escuta, deixando o enlutado se expressar, além disso, o psicólogo deve ter respeito, fazendo necessário um acolhimento pautado na empatia, sendo solidário e servindo de amparo; do modo que, aquela pessoa se sinta acolhida.

2.3 Estratégias e intervenções psicológicas em familiares em luto

Gonçalves e Bittar (2016) procuraram investigar as estratégias de enfrentamento do luto. Durante o processo de luto, é crucial encontrar maneiras de lidar com a situação que sejam entendidas como elementos de resiliência psicológica para ajudar quem sofre encontrar maneiras de enfrentamento e alívio ao sofrimento perante a nova realidade. As pessoas enlutadas podem procurar ajuda para reformular a sua perda, incluindo apoio especializado, como ajuda médica, serviços de aconselhamento de luto e psicoterapia (Almeida, 2017).

A terapia do luto tem como principal função auxiliar o paciente enlutado a lidar com a dor da perda, fazendo com que ele perceba que a morte faz parte do ciclo da vida. Deste modo, a busca por um novo sentido pela perda do ente querido é muito presente na vida dos familiares enlutados, para auxiliar nesta fase do luto, a terapia de grupos é essencial. Habecoste e Areosa (2011) buscaram investigar quais eram as formas de enfrentamento utilizadas por indivíduos enlutados, tendo em vista, as formas de enfrentamento com a sintomatologia apresentada pelos familiares. Os autores concluíram quem as estratégias de enfrentamento são fatores determinantes para auxiliar a resiliência no processo de luto.

Estudos apontam que a resiliência ao luto é a capacidade de se reorganizar após um trauma, como a morte de uma pessoa muito importante, e de encontrar formas de reconstruir e dar um novo sentido à vida após essa separação. Observou-se que pessoas resilientes têm características de autoconsciência e amor-próprio e expressam sentimentos de gratidão, confiança e fé. Essas características são essenciais para superar o luto porque exigem fé na capacidade de reconstrução após a perda (Figueiredo; Almeida, 2019).

3. METODOLOGIA

O presente estudo apresenta um delineamento que aborda o problema da pesquisa de forma qualitativa. No que se refere aos objetivos, tem um caráter descritivo e utiliza de uma metodologia de revisão bibliográfica em que são utilizadas ferramentas teóricas, como artigos científicos, para estabelecer conceitos, em torno do enfrentamento do luto no período da pandemia Covid-19, a fim de evidenciar as emoções e os desafios enfrentados pelos familiares enlutados no período pandêmico.

Os dados foram realizados nas bases de dados: Scielo (Biblioteca Eletrônica Científica Online), Pubmed (National Center for Biotechnology Information) e American Psychological Association (PsycINFO). Os descritores deste estudo foram retirados do vocabulário DeCs e Mesh, sendo eles: luto, perdas, familiares enlutados, covid-19, família, saúde mental, emoções, pandemia do covid-19, mental health, bereaved family members e pandemic. Esses descritores foram combinados pelos operadores booleanos AND e OR de acordo com as especificidades das bases de dados consultadas.

Os critérios de inclusão foram textos completos, artigos publicados nos últimos cinco anos, considerando o período que foi decretado a pandemia pela OMS e o ano em que o advento da vacina foi disponibilizado para a população, diminuindo os casos de óbitos em decorrência de tal enfermidade. Os idiomas utilizados para está pesquisa foram: português. Já os critérios de exclusão foram artigos que não responderam o questionamento da pesquisa, por não serem materiais disponíveis na íntegra, por não tratarem da realidade brasileira e por não terem relação com o tema e artigos repetidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados resultou em 170 publicações científicas encontradas, entretanto, apenas 08 atendiam aos critérios de inclusão do estudo, excluindo 162 artigos da amostra final, dos quais 50 artigos eram duplicados, 65 eram de revisão sistemática e 47 não atendiam a finalidade do objetivo proposto e por não terem a relação com o tema. Foram encontrados 138 resultados no PubMed, 10 no Scielo e 22 resultados na PsycInFO.

A partir dos estudos encontrados, foi produzido uma tabela com a finalidade de esquematizar as seguintes informações: título e autor, ano e revista e objetivo. Os estudos foram colocados em ordem decrescente de acordo com ano de publicação e se encontram sintetizados na Tabela 1.

TÍTULO | AUTOR	ANO | REVISTA	OBJETIVO
Acolhe(dor): Relato de Experiência de Grupo de Apoio On-line a Enlutados pela Covid-19. REIS *et al*.,	2023. Revista Guará.	Relatar a experiência de um dos grupos de apoio a pessoas enlutadas mediado por estagiárias do curso sob supervisão docentes.

Fatores complicadores do luto durante a pandemia: perspectivas de familiares enlutados. SOLA *et al.*,	2022. Revista Psicologia, Saúde & Doenças.	Compreender os fatores complicadores da vivência do luto na perspectiva de familiares enlutados.
A dor que não pode calar: reflexões sobre o luto em tempos de Covid-19. LOPES *et al.*,	2021. Psicologia USP.	Compreender o luto no âmbito da Covid-19, ressaltando a importância da adaptação e da criação de estratégias de assistência, incluindo políticas públicas voltadas para o cuidado integral à saúde mental em processos de enlutamento.
Aspectos do luto em familiares de mortos em decorrência da covid-19. OLEQUE *et al.*,	2021 Revista Brasileira Psicoterapia.	Compreender as particularidades do processo de luto diante da crise ocasionada pela Covid-19.
Efeitos da supressão de rituais fúnebres durante a pandemia de COVID-19 em familiares enlutados. CARDOSO *et al.*,	2020 Revista Latino Americana de Enfermagem.	Compreender os sentidos atribuídos ao fenômeno da supressão de rituais fúnebres por pessoas que amargaram perdas de entes queridos, no contexto da pandemia de COVID-19.
Terminalidade, morte e luto na pandemia de covid-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. CREPALDI *et al.*,	2020 Estudos de Psicologia.	Sistematizar conhecimentos sobre os processos de terminalidade, morte e luto no contexto da pandemia de COVID-19, buscando caracterizar demandas psicológicas emergentes e discutir implicações para a prática.
"Aquele adeus, não pude dar": luto e sofrimento em tempos de covid-19. OLIVEIRA *et al.*,	2020 Enfermagem Foco.	Refletir sobre o ritual do luto e o culto ao morto durante o funeral no contexto da pandemia da COVID-19.
O luto nos tempos da covid-19: desafios do cuidado durante a pandemia. DANTAS *et al.*,	2020. Revista Latinoamericana de Psicopatologia de Fundamental.	Discutir aspectos universais e peculiares da vivência de luto no contexto da pandemia por COVID-19, a partir da escuta clínica de familiares que perderam seus parentes que se encontravam internados.

Tabela 1: Artigos selecionados

Fonte: Autoria própria, 2024

Considerando os trabalhos citados na tabela 1, pôde-se inferir que o estudo tem o intuito de descrever os trabalhos por se tratar de uma pesquisa bibliográfica. Após a análise incisiva desses estudos, foi possível mapear as características da amostra frente aos lutos dos familiares enlutados, evidenciando as emoções e os desafios enfrentados durante o período pandêmico, sendo obtidos os dados apresentados na tabela 2.

MÉTODO	CARACTERISTICAS DA AMOSTRA FRENTE AO LUTO	RESULTADOS ESPERADOS
Estudo descritivo, com delineamento narrativo, contendo relatos de experiências. Foram realizados dez encontros semanais, com oito participantes.	Muitos enlutados se sentiram sobrecarregados com sua perda. Devido, as condições da pandemia não foi possível fornecer assistência social, com base nisso, os momentos fúnebres e velório não foi possível ser realizado. Os participantes demostram sentimento de culpa, medo, frustação e saudade.	O grupo de apoio pode oferecer espaço importante de expressão e validação das emoções e sentimentos que compõem a experiência do luto com possibilidade de ressignificação a perda, aprendizagem sobre essa experiência e a construção de redes de apoio social e emocional.
Estudo descritivo-exploratório, com delineamento transversal, que utilizou o método clínico qualitativo sendo (oito mulheres, idade entre 21 e 52 anos, tempo de perda de três a onze meses, três com múltiplas perdas).	Sentimento de impotência em todos os entrevistados; Impossibilidade de estar presente fisicamente, não podendo oferecer conforto, trocar afeto e manifestar sentimentos; Interdição nos rituais fúnebres ou durante as cerimônias de despedidas; Medidas de distanciamento físico repercutiram negativamente na vivência do luto e a falta de apoio social	Neste estudo destacam-se os sentimentos acentuados de revolta, desespero e dificuldade em aceitar a perda. Os relatos apontaram a necessidade de compreender os impactos da pandemia nas experiências de terminalidade para sistematizar intervenções adequadas.
Qualitativo Ensaio Teórico	Foi feito uma tabela, dividida em 4 categorias – Segundo Worden (2013) afim de evidenciar as reações esperadas dos familiares no processo normal de enlutamento. Categoria I: Sentimentos. Categoria II: Cognições. Categoria III: Sensações Físicas. Categoria IV: Comportamentos.	Retrata as dificuldades encontradas pelos familiares, amigos e profissionais de saúde na idealização do luto das vítimas da pandemia da covid-19, como a incapacidade de realizar rituais fúnebres, de acompanhar o paciente durante o período de internação e a solidão devido ao período de isolamento. Fatores esses que atrapalham a idealização do luto e aumentam a possibilidade do surgimento de um luto complicado.
Estudo documental qualitativa que analisou reportagens publicadas entre março e abril de 2020.	Desafios de uma experiência nova e urgente, preconceito decorrente do contato com doentes, sentimentos, formas de enfrentamento e rituais funerários. Manifestações de revolta diante da minimização da doença por autoridades foram frequentes, bem como queixas relacionadas a organização do sistema de saúde, inexistência de fluxos e desinformação dos profissionais.	Retrata através de recortes falas comoventes de familiares que perderam seus entes queridos no início da instauração da pandemia no Brasil. Insatisfação da ausência de ritos fúnebres, ausência de contato com o paciente e com o corpo do mesmo, ausência da rede de apoio.

Estudo documental de abordagem qualitativa, contendo escritos pessoais e relatos de experiências abertos ao público, publicados na mídia digital.	A supressão ou abreviação de rituais fúnebres foi vivida como uma experiência traumática, pois familiares se viram impedidos de cumprirem suas últimas homenagens ao ente que se foi subitamente, gerando sentimentos de incredulidade e indignação.	Os efeitos da supressão de rituais fúnebres na visão dos familiares das vítimas de Covid. Além de falas dos familiares o artigo elucida sobre a desumanização empregada durante os momentos de fragilidade vivenciados pelos entes queridos das vítimas.
Revisão Narrativa	Apresentaram características nas demandas psicológicas referente ao período pandêmico emergente e as implicações para a prática profissional do psicólogo. Considerando que os enlutados demostraram alterações nas expressões de afeto, condolências e espiritualidade que sofreram durante este cenário.	As vivências com finitude de parentes vítimas do novo coronavírus coloca os sobreviventes em uma situação de dualidade, tendo em vista que a morte muitas vezes acontece sem a presença da família e os restos mortais não podem serem expostos e velados de acordo com os costumes e a cultura.
Estudo de reflexão com abordagem qualitativa.	Implicações na cultura e nos rituais envolvidos nos funerais, o que ocasionaram sentimentos negativos e potencializaram a dor e o sofrimento durante a pandemia, interferindo na saúde mental dos sujeitos enlutados.	Demonstra as experiências de luto mediante a impossibilidade de realizar práticas fúnebres e a maneira como a ausência de tais práticas 13 influenciam no processo de luto dos familiares vítimas da covid-19.
Estudo descritivo, com abordagem qualitativa, com recorte de falas das vítimas enlutadas o espaço de escuta fornecido pelo APEM-COVID no Hospital de Clínicas da Unicamp.	O HC-Unicamp aumentou a acessibilidade dos pacientes à rede Wi-Fi e as equipes médicas têm incentivado os pacientes em isolamento a manter seus telefones celulares consigo - inclusive aqueles na UTI, desde que estejam aptos para a comunicação - para permanecerem em contato com seus familiares.	A ausência de rituais fúnebres, o distanciamento dos familiares no processo de morte, a ausência física da rede de apoio, entre outros é visto como influenciadores no desenvolvimento do luto patológico. O trabalho também conta com recortes de falas de familiares que corroboram com as indagações feitas.

Tabela 2: Mapeamento dos resultados, a partir dos artigos selecionados

Fonte: Autoria própria, 2024

Segundo os estudos realizados por Freud, o processo de luto surge como uma resposta à ausência de um objeto ou indivíduo significativo. Contudo, é possível lidar com essa experiência de forma a transformar a perda de um ente querido em algo simbólico, onde conceitos abstratos passam a representar a pessoa ausente, como é o caso da busca pela liberdade ou da idealização de alguém (Freud, 1996).

Durante o período pandêmico não era permitido que as famílias do paciente visitassem seus parentes no hospital, o que agravou ainda mais a saúde mental das famílias das vítimas, não havendo a possibilidade de dizer adeus. Pimenta (2014) afirma que o processo do luto se consiste numa situação em que o indivíduo, se vê diante da perda, retraindo o seu interior, de maneira a conviver com a dor que está sentindo e elaborar a perda.

Para Sola *et al.* (2021) o sentimento de impotência foi mencionado por todos os participantes, pois sentiram que as medidas de distanciamento físico impactaram negativamente na vivência do luto. A restrição do apoio social, devido à limitação da proximidade e

interação, foi um dos principais obstáculos relatados.

Além das dificuldades interpessoais, a velocidade dos acontecimentos também se mostrou um fator que poderia dificultar a assimilação do processo de perda. Quando ocorrem mortes inesperadas, não há tempo para se preparar para lidar com a dor da perda, e a falta de conclusão psicológica é agravada pela ausência de rituais de despedida. A impossibilidade de ver o corpo do ente querido devido aos caixões lacrados intensifica a sensação de irrealidade da situação, alimentando ideias fantasiosas de comunicação incorreta da morte ou de troca de corpos, ressaltam Dantas *et al.* (2020).

De maneira geral, o contágio de um ente querido pela COVID-19 costumou ser recebido com surpresa e hesitação entre suas famílias, intensificando o sofrimento pelo abalo da sensação de invencibilidade. A incerteza do cenário e o medo do desconhecido criam uma atmosfera de temor generalizado, fazendo com que os familiares se sentissem ameaçados com a possibilidade de perder um familiar e a sensação de perder o controle sobre os acontecimentos, resultando em sentimentos de desamparo (Cardoso *et al*., 2020).

Sola *et al.* (2022) mencionam que os participantes tiveram um sofrimento intenso provocado pela dificuldade em acompanhar a evolução clínica de seus familiares, seja pela impossibilidade de estar presente devido ao isolamento, seja pela rapidez da deterioração da saúde, sem a possibilidade de adotar medidas protetivas. O desespero foi a reação emocional predominante até o falecimento dos entes queridos. Além de enfrentarem o trauma da perda, a elevada probabilidade de contágio pelo novo coronavírus impediram até mesmo o velório dos corpos (Cardoso *et al.,* 2020).

O luto é uma experiência complexa e normalmente o sofrimento e a angústia vêm antes do processo de elaboração. Durante a pandemia, a vivência do luto pode ter sido agravada por obstáculos iniciados ainda no ambiente hospitalar, como a falta de comunicação com o paciente, dificuldades em obter informações e a solidão enfrentada nesse contexto, tanto pelos doentes quanto pelos familiares presentes. Há relatos que ressaltam a rapidez com que a doença evolui até o desfecho fatal, o que tornou assustador (Oleque *et al.,* 2021).

Menciona-se no estudo realizado Crepaldi e colaboradores (2021) as condições da situação da pandemia em si, e o quanto as ações tomadas para combatê-la têm influenciado na saúde mental dos familiares, aumentando a probabilidade de aparecimento de sintomas de tensão, ansiedade e depressão. Esses efeitos têm sido observados tanto na população em geral quanto entre os profissionais da área da saúde.

No estudo Crepaldi *et al.* (2020) apesar das manifestações de condolências, carinho e espiritualidade, as quais não são capazes de substituir os rituais fúnebres tradicionais deste grupo, torna-se viável a presença do psicólogo e de uma equipe multidisciplinar afim de auxiliar na superação do luto. No estudo a equipe multidisciplinar foi capaz de proporcionar oportunidades emocionais e cognitivas afim de lidar com a perda.

Profissionais da área da saúde representam um grupo especialmente suscetível a enfrentar desafios psicológicos, como a carência de empatia, devido à constante exposição ao novo Coronavírus. A falta de empatia por parte da equipe de cuidados, evidenciaram a falta de sensibilidade para com o sofrimento dos enlutados, é um acontecimento profundamente prejudicial que mina os alicerces da comunidade, afetando o processo de luto individual, familiar e coletivo, e dificultando a construção de um suporte social durante o luto (Cardoso *et al*., 2020).

Em decorrência da pandemia de COVID-19, isso alterou as experiências habituais de luto, causando receios sobre o presente e incertezas em relação ao futuro, é relevante

apoiar as famílias durante o processo de adaptação pós-morte. Lopes *et al.* (2021) relata em seu estudo o intuito de compreender as especificidades do processo de luto em meio à pandemia de Covid-19 enfatizando a relevância de adaptação e de desenvolvimento de estratégias direcionadas ao cuidado da saúde mental durante o luto. É notável que a pandemia tenha alterado a forma como lidamos com a morte, evidenciando esforços para mitigar os efeitos emocionais, cognitivos e comportamentais.

Dessa forma, os autores destacaram a necessidade de repensar conceitos e criar novas compreensões sobre a morte e o luto, ressaltando o papel fundamental da Rede de Saúde Mental, com o fortalecimento de ações comunitárias, o reconhecimento da diversidade nas demandas e o acesso organizado aos serviços especializados. Reis *et al.* (2023) ressalta um olhar acerca das práticas psicológicas evidenciando algumas alternativas, tais como: atendimento remoto aos familiares, atendimento aos pacientes, visitas virtuais e presenciais. As intervenções realizadas destacaram o fortalecimento das conexões entre paciente, família e equipe; amenizando o sofrimento causado pelo isolamento; prevenindo de complicações na saúde mental associadas ao luto e vivência de experiências traumáticas.

5. CONCLUSÃO

A pandemia da COVID-19 trouxe mudanças drásticas que alteraram significativamente as situações relacionadas à morte e ao luto, colocando centenas de famílias em condições difíceis para lidar com a perda de seus familiares e aumentando o risco de desenvolverem problemas mentais duradouros. Este estudo proporcionou uma compreensão dos métodos de sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde para lidar com indivíduos em situações de óbito, assim como com aqueles que enfrentam o processo de luto por essas perdas.

Mesmo com a pesquisa trazendo dados sobre a magnitude da dor e do sofrimento vivenciados pelos familiares enlutados por causa da COVID-19, algumas limitações foram identificadas. Entre elas estão a escassez de fontes abordadas na revisão e a falta de estudos nacionais que explorem o luto durante a pandemia, o que pode estar relacionado à recenticidade desse assunto.

Referência

CARDOSO, E.A.O et al. The effect of suppressing funeral rituals during the COVID-19 pandemic on bereaved families. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 28, p. e3361, 2020.

CARVALHO, A.F.M et al. Perdas, mortes e luto durante a pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática/ Loss, death, and mourning during the COVID-19 pandemy: a systematic review. **Brazilian Journal of Development**,[S. l.], v. 7, n. 9, p. 90853-90870, 2021.

CREPALDI, M. A et al. Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, p. e200090, 2020.

DANTAS, C. R. A et al. O luto nos tempos da COVID-19: desafios do cuidado durante a pandemia. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 23, p. 509-533, 2020.

FIGUEIREDO, L. S; ALMEIDA, M. P. P. M. A dor tem cura?: Avaliação da eficácia da psicoterapia na prevenção do luto patológico. **Psicologia-Tubarão**, 2019.

FONTES, W. H. A. et al. Perdas, Mortes e Luto Durante a Pandemia de Covid-19: Uma Revisão da Literatura. **Id on Line Rev. Mult. Psic.** Edição eletrônica. v.14, n. 51, Julho/2020.

FREUD, S. Luto e Melancolia. FREUD, Sigmund. **A história do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Me-**

tapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GONÇALVES, P. C; BITTAR, C. M. L. Estratégias de enfrentamento no luto. Mudanças–**Psicologia da Saúde,** v. 24, n. 1, p. 39-44, 2016.

HARTMAN, J. P et al. As (inter)faces do luto na clínica: desdobramentos do processo terapêutico na elaboração do luto a partir da terapia cognitivo-comportamental. Congresso Internacional – **Interfaces Da Psicologia**: aproximando distâncias. 2020.

HABEKOSTE, A. H; AREOSA, S. C. **O luto inesperado.** In 4. Jornada de Pesquisa em Psicologia: desafios atuais nas práticas da psicologia, Santa Cruz do Sul, RS, p.185-202, 2011.

KALLAS, M. B. L. Psicanálise, sonhos e luto na pandemia. **Reverso**, v. 42, n. 80, p. 55-62, 2020.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. Casa do Psicólogo; Livraria e editora LTDA 3ª reimpressão, 1992.

LEAL, B. R. et al. **Saúde mental da família de vítimas letais do covid-19: a dor do luto não vivenciado.** BARBOSA JÚNIOR, Sebastião André (org.). Temas em saúde coletiva: covid-19. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

LOPES, F. G. et al. A dor que não pode calar: reflexões sobre o luto em tempos de Covid-19. **Psicologia USP**, v. 32, p. e210112, 2021.

MEDEIROS, K. S.; COSTA, E. S.; OLIVEIRA, M. R. **Morte: O processo do luto.** Psicologia, 2019.

OLEQUE, G. et al. Aspectos do luto em familiares de mortos em decorrência da Covid-19. **Rev. Bras. Psicoter**. (Online), p. 121-133, 2021.

OLIVEIRA, E. N. et al. "Aquele adeus, não pude dar": luto e sofrimento em tempos de COVID-19. **Enferm Foco**, v. 11, n. spe2, p. 55-61, 2020.

PARKES, C. M. **Luto: Estudos Sobre A Perda Na Vida Adulta.** Ed. Summus. 1998.

PIMENTA, S. O**. A morte de um filho para uma mãe: luto, melancolia e identificação.** Curitiba, 2014. (Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná). Curitiba, 2014.

REIS, L. B. et al. Acolhe (dor): Relato de Experiência de Grupo de Apoio Online a Enlutados pela Covid-19. In: 15° **Congresso Internacional da Rede Unida**. 2021.

RAMOS, V. A. B. O processo de luto. **Revista Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 13-24, 2016.

SANTOS, R. C. S; YAMAMOTO, Y. M. Aspectos teóricos sobre o processo de luto antecipatório. **Psicologia.pt. Portal dos Psicólogos** [online]. 2017.

SILVA, M. T. P. A Expressão Da Perda: Atuação De Psicólogos Hospitalares E Estagiários De Psicologia Diante Do Luto Materno, **Psicologia USP** v. 11, n. 1, p. 20-45, 2020.

SOLA, P. P. B. et al. Fatores complicadores do luto durante a pandemia: perspectivas de familiares enlutados. **Psicol Saúde Doenças**, v. 23, p. 516-23, 2022.

STROEBE M. & SCHUT H. The dual process model of coping with bereavement: rationale and description. **Death Stud**. 1999.

TORRES, W. C. et al. Atitudes frente à morte: Implicações na formação de equipes profissionais multidisciplinares. **Arquivos Brasileiros de Psicologia,** Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 43-72, 1989.

WALLACE, C. L.; WLADKOWSKI, S. P.; GIBSON, A.; WHITE, P. Grief During the COVID-19 Pandemic: Considerations for Palliative Care Providers. **Journal of Pain and Symptom Management**, 2020.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

26

O ADOLESCENTE E O DESAMPARO NA CONTEMPORANEIDADE: PERSPECTIVAS PSICANALÍTICAS

THE TEENAGER AND THE LACK OF SUPPORT IN CONTEMPORARY TIMES: PSYCHOANALYTIC PERSPECTIVES

Aline Poliana Vasconcelos Tavares da Silva
Marcelo da Silva Fernandes

Resumo

O presente artigo teve como objetivo elaborar e elucidar pesquisas feitas acerca do tema sobre o adolescente e o desamparo contemporâneo vivido na atualidade a partir da visão da psicanálise, onde ela busca aclarar as suas consequências e problemáticas para o desenvolvimento do ser humano, haja vista que o desamparo é uma condição ligada ao sujeito desde seu nascimento. O estudo se valeu de referências buscadas em artigos e livros que tratam do desamparo, principalmente sobre as teorias de Sigmund Freud, Luciana Coutinho e outros autores da Psicanálise e Filosofia. Busca ademais apresentar de forma adequada as saídas que poderiam ser possíveis ao desamparo na adolescência, além do papel dos pais nessa fase do desenvolvimento humano. O desamparo é algo sentido por todos os seres humanos, mas cada um deve se responsabilizar pelo seu. Nesse contexto, o estudo traz algumas considerações sobre o problema das grandes instituições na atualidade e a falta de referências para esses adolescentes que se veem perdidos. Com isso, para realizar esse estudo, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, firmada na pesquisa de sites, artigos e leituras de livros com base em grandes autores referente ao tema abordado. Dessa forma, este artigo proporcionará uma leitura mais consciente acerca do desamparo na adolescência e as perspectivas da psicanálise.

Palavras-chave: Desamparo, Adolescência, Contemporaneidade, Psicanálise.

Abstract

This article aimed to elaborate and elucidate research carried out on the topic of adolescents and the contemporary helplessness experienced today from the perspective of psychoanalysis, where it seeks to clarify its consequences and problems for the development of the human being, given that helplessness is a condition linked to the subject since birth. The project used references found in articles and books that deal with helplessness, mainly on the theories of Sigmund Freud, Luciana Coutinho and other authors of Psychoanalysis and Philosophy. It also seeks to adequately present possible solutions to helplessness in adolescence, in addition to the role of parents in this phase of human development. Helplessness is something felt by all human beings, but each person must take responsibility for their own. In this context, the study brings some considerations about the problem of large institutions today and the lack of references for these teenagers who find themselves lost. Therefore, to carry out this study, bibliographical research was used, based on research on websites, articles and readings of books based on great authors relating to the topic covered. In this way, this article will provide a more conscious reading about helplessness in adolescence and the perspectives of psychoanalysis.

Keywords: Helplessness, Adolescence, Contemporary times, Psychoanalysis.

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho foi discorrer sobre o desamparo e os impactos que o mesmo causa na vida dos adolescentes, além da visão e perspectiva da psicanálise sobre esse fenômeno, haja vista que o desamparo acaba se apresentando desde a infância. Para este trabalho, foram utilizados textos psicanalíticos, principalmente escritos de Sigmund Freud, que acabou por trabalhar de forma extensa esse fenômeno em suas pesquisas.

A palavra desamparo foi encontrada nos escritos de Freud em 1985, no "Projeto para uma psicologia científica", no tópico em que trata da "experiência de satisfação". Nesse texto, Freud (1886-1889/1996) relata que o recém-nascido precisa de ajuda alheia para promover a ação específica de que necessita para sua sobrevivência. Essa primeira experiência onde o bebê precisa que a mãe decodifique seus sinais, entenda o motivo do seu choro, é de extrema importância para o desenvolvimento do aparelho psíquico.

Já nas primeiras experiências de vida, o desamparo se faz presente na vida do sujeito, fazendo-o lembrar que precisamos contar com o outro para a nossa própria sobrevivência, além do mesmo ser um sentimento que estrutura a psiquê humana e de extrema importância para a relação do sujeito com o mundo.

E quando este outro não está disponível para ele? Quando este outro encontra-se cercado de demandas, de regras sociais, que o impossibilita, ou o abstém de ser uma bússola, uma ancoragem para este adolescente? Ao fazer uma retrospectiva na história da humanidade, constatamos algumas prerrogativas que nos levam a pensar sobre o quanto nossa configuração social é um norteador, se não um ditador de como lidamos com questão tão particulares.

Historicamente, percebeu-se que haviam instituições que regiam normas e regras dentro de uma sociedade, para sua melhor organização e mantimento da ordem. Na antiguidade os jovens eram entregues ao Estado e viviam em internatos até uma idade mais avançada. Já na idade média essa responsabilidade, antes do estado, agora é trazida para a família. Os jovens e adolescentes dessa época estudavam em escolas religiosas, tendo em vista que a igreja assumia todos os domínios da vida social da época.

Compreender como o adolescente da contemporaneidade encara o desemparo é algo interessante para que possamos tentar entender como estes sujeitos se relacionam com seus pares e com o seu tempo, tendo em vista que na atualidade os adolescentes tem enfrentado diversos problemas associados a relacionamentos, identificações e questões familiares, que tem levado muitos deles a depressões, ansiedades e outros tipos de transtornos mentais.

O mundo contemporâneo tem aumentado de forma exponencial o desamparo nas pessoas, pois a dinâmica atual da nossa realidade acaba por nos levar a um lugar vazio, com poucas saídas e muitas vezes sem pilares de sustentação para angústias, mal-estar e outros sintomas. Este tem sido um dos problemas enfrentados por grande parte da população, principalmente entre os adolescentes.

Algo importante a ser pontuado, é que muitos desses adolescentes acabam por não ter um lar seguro e participam de famílias disfuncionais, onde o desamparo acaba por crescer ainda mais, tendo em vista que o lar deveria ser um local de apoio, de compreensão e segurança.

Desta maneira o artigo buscou compreender como que o adolescente nesse período da vida que é tão delicado e que traz consigo tantos questionamentos, lida com o senti-

mento de desamparo na vida contemporânea e como ele pode buscar se desvencilhar do mesmo, tentando buscar possíveis alternativas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A pesquisa é uma revisão de bibliográfica de cunho qualitativo e descritivo, onde foram pesquisados livros, dissertações, monografias e artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Scielo (Scientific Electronic Library Online) e livros. As palavras utilizadas na busca: “psicanálise”, “adolescência”, “desamparo” e “contemporaneidade”.

2.1 Resultados e Discussão

O desamparo na contemporaneidade parece ser um grande problema para os adolescentes, haja vista que os discursos da atualidade parecem estar cada vez mais soltos e sem perspectivas, principalmente no que diz respeito as grandes instituições. Dessa forma, é importante que se entenda como os sujeitos da atualidade, principalmente os adolescentes, se veem frente a situação, compreendendo que a psicanálise pode ser um meio para entender esse fenômeno (COUTINHO, 2009).

No século XIX o estado se torna guardião da ordem e a educação se torna uma estratégia de controle, de ordem e disciplina. No século XX com o surgimento da adolescência, a principal preocupação era a sexualidade, o adolescente assim, ocupava cada vez mais um lugar no imaginário social. Uma etapa da vida marcada por lutas libertárias, posições sociais, seu lugar no mundo, o adolescente passa a ser visto como um rebelde, uma fase de inquietação e exaltação (ARIÈS, 1986).

De acordo com Ariès (1986) essa configuração anterior se dava de maneira mais controladora, ditadora, guiada por regras de bons costumes, suas não escolhas quanto a questões como suas profissões, que geralmente eram uma continuação da profissão da família, que lhe era assim passada de geração em geração, não se pensava em uma subjetividade própria, um desejo, ou se assim pensasse, precisava ser reprimido. Os ideais eram ditados e assim não se tinham muitas opções de ser diferente. Até que ao longo da história, principalmente depois da revolução industrial, vimos muitos movimentos libertários, liderados por jovens em busca de sua liberdade, seu lugar no mundo, sua sexualidade, bem como sua subjetividade, sem mais serem comandados pelas grandes instituições lhes dizendo que caminho seguir.

No mundo contemporâneo o sofrimento se apresenta de diversas maneiras, principalmente na adolescência, onde geralmente encontramos um ser que está em busca de afirmações, identidade e acima de tudo buscando um sentido da vida. Desta maneira, o adolescente está fadado a se encontrar frente a um desemparo que necessita de contornos. Para Rassial (1999) a adolescência pode ser um tempo de concluir, buscando um modo de funcionamento psíquico no laço social sem a mediação da família.

De acordo com Coutinho (2009) podemos considerar a adolescência um fato cultural. Em diferentes culturas ou em tempos remotos a adolescência se apresenta de diferentes maneiras em outros, ela sequer existe, o que acontece são rituais de passagem marcados por cerimonias que oficializa o acesso a maturidade e a sociedade (os chamados ritos de

passagem). A adolescência é um fenômeno recente e particular da cultura ocidental, socialmente determinado. Ou seja, compreendemos então como um processo psicológico, subjetivo e social, que carrega consigo particularidades.

Na contemporaneidade vimos uma queda de todas essas instituições que antes regiam e ditavam a sociedade e com um isso, o sentimento de desamparo se instala novamente. A liberdade antes tão desejada, hoje se torna-se razão de angústia assim como o controle das instituições causavam. O jovem contemporâneo se vê sem uma referência a seguir, com isso busca cada vez mais, em si mesmo esse ponto norteador (SIMMEL, 1971 apud COUTINHO, 2009).

> Ora, outros problemas começam a surgir a partir do momento em que entramos em um tempo que não há mais outros apresentáveis. O que me parece exatamente corresponder ao advento da Pós-modernidade. Decerto, é no momento em que se faz a injunção a todo sujeito de ser ele mesmo que se encontra a maior dificuldade, ou mesmo a impossibilidade de ser. Com a Pós-modernidade, a distância em relação ao Outro tornou-se distante de si (...). Creio que os adolescentes estão entre as populações mais sensíveis a esse desvanecimento tendencial do Outro. Será preciso nos habituarmos a este estado. Não creiam que eu esteja desesperado pelo que, em minha opinião, está acontecendo na Pós-modernidade e as novas formas de patologias que a podem acompanhar. Sei que a loucura, ao lado de seus aspectos destrutivos, pode trazer grandes recursos criativos (DEFOUR, 1999, p. 22 *apud* COUTINHO, 2009, p. 75).

Segundo Freud (1927; 2014) existe no sujeito uma ideia de que o desespero e o desamparo jamais poderão ser sanados. A adolescência já carrega consigo uma vulnerabilidade que lhe é própria, afinal essa transição da infância para o a vida adulta, acarreta em perdas significativas, sendo fundamental elaborar o fim da infância e os ideais atrelados às suas figuras familiares. Como afirma Freud (2014) criamos representações com a necessidade de tolerar o desamparo humano, representações essas que nos lembram o desamparo infantil.

Freud (2010) ainda destaca que os seres humanos devem renunciar seus desejos mais íntimos para entrar em sociedade, como se fosse uma forma de passe. Isso pode causar no sujeito uma espécie de ambiguidade que o levará a sofrer e se sentir perdido diante de uma sociedade cheia de regras e castradora, onde este sujeito buscará alternativas para tentar sobreviver em meio as leis. Essa é uma fase importante, pois o indivíduo começa a se habituar a dinâmica do mundo e ter que lidar com seu próprio desamparo.

Coutinho (2009) nos diz que o mundo contemporâneo está instável, cheio de incertezas, marcado pela queda de tradições, das figuras de autoridade. A ascensão da cultura, do consumo, dos avanços tecnológicos, o que tem causado grande impacto na vida do sujeito. Estamos em um mundo marcado pela fragilização do Estado, da Igreja e da família, já não sabendo mais os limites entre o que se é permitido ou não, o que se é público ou privado, masculino e feminino.

A falta de obrigação e responsabilidade social parece ter fortalecido o individualismo e enfraquecido os laços afetivos com o demais, tornando os relacionamentos efêmeros, transitórios e líquidos. E com isto, a psicanálise tem se tornado um forte instrumento não só para entender, mas para intervir frente a esse processo, já que o mundo contemporâneo tem se tornado cada vez mais maléfico, haja vista que as ancoragens simbólicas se tornaram cada vez mais escassas e esvaziadas de sentido (COUTINHO, 2009).

Esta asserção concorda com Lipovetsky (2004), onde este autor afirma que os grandes discursos da humanidade, que a sustentavam, já não fazem mais efeito, fazendo que com os sujeitos pós-modernos se vejam diante de um mundo que não lhe dá segurança. Dessa forma, isso com certeza vai afetar os adolescentes, haja vista que nessa fase o ser humano se vê diante de impasses que podem ser decisivos para sua vida a curto ou longo prazo.

> Desse modo, o homem contemporâneo deixa de estruturar-se com os pilares da sociedade moderna, produtora de instituições (família, fábrica, escola, prisões, dentre outras), calcadas em espaços fechados e tempos segmentados, para constituir-se na lógica pós-moderna ou, como se queria chamar, o tempo atual marcado pela produção de espaços abertos, de tempo contínuo e de aceleração da vida (OLIVEIRA, RESSTEL; JUSTO, 2014, p. 22).

Com isso o adolescente é um reflexo do mundo em que vive, como diz Morin (1984, p. 213 *apud* COUTINHO, 2009, p. 53) "hoje em dia os filhos não se parecem com os pais, eles se parecem com a sua época". Melhor dizendo, os adolescentes acabam por se estruturar como o mundo os molda, muitas vezes fugindo daquilo que é esperado pela família, iniciando um processo de rompimento de gerações – se diferenciando totalmente de seu núcleo familiar. Na maior parte do tempo os pais não sabem como lidar com isso, deixando os adolescentes cada vez mais perdidos ou desamparados, podendo causar possíveis psicopatologias –, esse é um ponto importante a ser visto, pois a família é o principal núcleo do ser humano.

O indivíduo da atualidade habita um mundo onde o desamparo reina como imperativo, mesmo que ele não perceba. Por isso, este mesmo indivíduo acaba por continuar utilizando mecanismos de defesa primitivo, fazendo com que uma subjetivação regressiva e um declínio simbólico sejam escancarados, demonstrando como o mundo contemporâneo acaba por deixa o ser humano sem uma direção concreta (MACEDO, 2012, BIRMAN, 2006; KEHL, 2002; CARDOSO; SAVIETTO, 2006).

O ser humano necessita de símbolos e significantes para se estruturar no mundo, tendo em vista o sofrimento gerado por este, no qual estes símbolos vão sustentar sua existência, fazendo com que esse ser humano possa agir no mundo e ao mesmo tempo participar dos laços sociais. Porém, o mundo atual não carrega mais estes símbolos e isso ressoa diretamente nos modos de vida da sociedade, gerando um desamparo sem contornos (LIPOVETSKY, 2004; SANTOS, 2000).

Freud (2014) em seu texto "O futuro de uma ilusão" de 1927, destaca que a mãe, este ser de cuidados, acaba por se tornar o primeiro objeto de amor da criança, pois está lhe protege de perigos e deixa-o confortável. Porém, posteriormente a mãe é substituída pela figura do pai – castrador, da lei – que encarna uma figura de proteção também. Entretanto, a relação com este pai é ambígua, porque ele também se relaciona com a mãe. Para Freud, essa relação de ambiguidade introjeta na criança o processo civilizatório, pois a criança começa um processo de compreensão da dinâmica do mundo.

Importante ressaltar a função dos pais na constituição do indivíduo, haja vista que este necessita, em algum momento de sua vida, encarar o mundo de frente, sendo o papel dos pais de suma relevância. Porém, na atualidade, parece que as famílias estão cada vez mais fragilizadas, não conseguindo dar conta desse sujeito que precisa entender que frustação, medo, falta, angústia, entre outras coisas, fazem parte da nossa vida, do início até o fim. Freud (2010, p. 28) ainda ressalta "a vida, tal como nos coube, é muito difícil, para nós, traz demasiadas dores, decepções, tarefas insolúveis. Para suportá-la, não podemos

dispensar paliativos".

> Em que medida e até que ponto posso contar com o Outro? O que há de confiável nos comportamentos do Outro? Que consequências preciso esperar do que ele já prometeu? É justamente esta a interrogação em torno da qual gira um dos conflitos mais primitivos da relação da criança com o Outro e até mesmo o mais primitivo, sem dúvida, do ponto de vista que nos interessa. Aí está a base, e não uma pura e simples frustração ou gratificação, em que se instauram os princípios de sua história; aí está o motor do que se repete no nível mais profundo do seu destino; aí está o que rege a modulação inconsciente dos seus comportamentos. A análise, ou mesmo a experiência mais cotidiana da análise, nos ensina isso: a questão de saber se o sujeito pode ou não contar com algum Outro é o que determina o que encontramos de mais radical na modulação inconsciente do paciente, neurótico ou não (LACAN, 2016, p.403).

A criança em sua constituição tem medo de perder essas figuras de proteção, causando angústia, ansiedade e outras emoções. Mas é necessário que ela passe por essa fase, pois é desta maneira que poderá lidar com as situações mais adversas possíveis. Esta separação causa angústia, evidenciando a capacidade do EU de lidar com certas situações, fazendo com que a ansiedade surja e o indivíduo tenha que adquirir meios de lidar com isso (FREUD, 2014; LEITE, 2017).

Importante ressaltar que no mundo acelerado em que vivemos, o tempo tem se tornado um certo problema. As pessoas tem se desencontrado e estas dão pouco espaço para pensar sobre suas angústias, sobre seu tédio e o modo de vida que se tornou acelerado demais para parar e refletir sobre detalhes que fazem a diferença. Esse tipo de discurso tem atingido a sociedade de forma constante, fazendo com que muitos indivíduos, principalmente os adolescentes, não queiram participar do jogo que está posto na dinâmica contemporânea (KEHL, 2015).

> Quando, depois de uma semana ou um mês de intensa atividade, alguém reclama que o tempo tenha passado depressa demais, é disso que se trata: o sujeito se dá conta de que o tempo não foi vivido como um decorrer, um fluxo dotado de duração, mas como uma sucessão de instantes presentes que não deixaram no psiquismo marca alguma além da pequena e imediata modificação da consciência exigida pela velocidade dos estímulos recebidos (KEHL, 2015, p. 172).

Esse indivíduo que vive de forma intensa e não se dá conta das coisas ao seu redor, tende a dar pouco sentido as suas experiências reais, podendo leva-lo a uma espécie de desamparo por não conseguir pertencer a nada ou por simplesmente viver no automático dessa lógica temporal. A relação do indivíduo com seu tempo é de suma importância para sua constituição enquanto ser-no-mundo, por isso este também é um dos fenômenos que podem ajudar na compreensão do desamparo e suas perspectivas atuais.

Bauman (1997) nos que diz que o sujeito da Pós-modernidade vive um esvaziamento moral, onde as perspectivas de liberdade geram prazer e mal-estar permanente, pois a incerteza de seus rumos é enorme, haja vista o desamparo vivido em meio ao mundo sem sentido. Dessa forma, o sujeito adolescente contemporâneo sofre com indeterminação de não-ser, desamparado.

O desamparo aparece para todos nós como uma incógnita a ser resolvida ou contornada, principalmente na fase da adolescência. Se Lacan (1998, p. 873) diz que "por nossa

posição de sujeito, sempre somos responsáveis", é necessário que se busque repassar isso aos adolescentes da atualidade, fazendo eles percebem que o mundo, mesmo não lhe passando segurança, deve ser encarado.

3. CONCLUSÃO

Em síntese, compreendeu-se que a chegada do mundo contemporâneo, trouxe consigo novas configurações de laços sociais, visão de mundo e formas diferentes de enfrentamento dos paradigmas que muitas vezes atravessam a adolescência. Com a queda das grandes instituições, não só os adolescentes ficaram desamparados, mas suas figuras de cuidado também.

Os pais já não sabem mais como guiar seus filhos, deixando-os cada vez mais sozinhos nessa tarefa tão importante de formação do seu eu. Com essas ancoragens simbólicas fragilizadas, o adolescente passa a enfrentar de forma mais individual questões tão importantes, tornando-se mais vulnerável aos rumos que a civilização pode tomar. A liberdade antes tão desejada, hoje se torna também razão de mal estar e insegurança por suas incertezas e pelo sentimento de desamparo que a mesma produz, tendo em vista todo esse vazio moral que o mundo contemporâneo se encontra.

Com isso, constatou-se a importância de um lar seguro, figuras de referências bem estabelecidas, pais que voltem seus olhares de afeto a esses jovens que precisam lidar com tantos entraves psíquicos. Um lar que ofereça acolhimento, escuta, afeto, é o que pode ajudar esses adolescentes que vivem uma fase tão vulnerável, não caiam em adoecimento. Se faz necessário assim que o adolescente tenha onde ancorar seu eu, seus afetos e encontre no Outro figuras simbólicas suficientes para que ele se estabeleça enquanto sujeito em uma sociedade de relações tão frágeis e superficiais.

Por conseguinte, é evidente o quanto o mundo contemporâneo com a queda dos ideais, da crise da função paterna e o desaparecimento da figura do Outro na cultura, tem apresentado grandes problemáticas para os adolescentes, contribuindo de forma significativa para o aumento do individualismo e do consumo, onde o objeto é mais valorizado do que o sujeito. Como consequência, vemos um enfraquecimento dos laços familiares e dos vínculos afetivos, o que faz com que esses jovens tenham que se desdobrar em busca de referências, ficando assim cada vez mais distante de si e de suas figuras simbólicas.

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman – 2° ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998.

COUTINHO, L. G. **Adolescência e errância**: destino dos laços sociais no contemporâneo. Rio de Janeiro: Nau: FAPERJ, 2009.

FREUD, S. **Obras completas, volume 17**: inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). Tradução Paulo César de Souza. – 1° ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2014.

FREUD, S. **Obras completas, volume 18**: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Tradução Paulo César de Souza. – 1° ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2010.

KEHL, M. R. **O homem moderno, o desamparo e o apelo a uma ética**. In: Sobre ética e psicanálise (pp. 39-75).

São Paulo: Companhia das letras, 2002.

KEHL, M. R. O tempo e o cão: a atualidades das depressões. – 2° ed. [4. Reimpr.] – São Paulo: Boitempo, 2015.

LACAN, J. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro, 1° ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN**, J. O Seminário livro 6:** O desejo e sua interpretação (1958-1959). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.

LEITE, M. C. **Da sociedade de consumo ao sujeito consumido**. revista Psicologia, Diversidade e Saúde. 2017, Agosto; 6(3):181-194.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla. 2004.

MACÊDO, K.B. **O desamparo do indivíduo na modernidade**. Ecos: estudos contemporâneos da subjetividade. 2 (1), 94 – 107, 2012. Acessado em 06/11/2023: http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/742.

OLIVEIRA, A. A. A. RESSTEL, C. C. F. P. JUSTO, J. S. **Desamparo psíquico na contemporaneidade**. Revista de Psicologia da UNESP 13(1), 2014.

RASSIAL, J.-J. (1999). **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.

SANTOS, T. C. **A angústia e o sintoma na clínica psicanalítica**. Revista Latinoam. Psicopatologia Fundamental, IV, 1, 106-124, 2000.

SAVIETTO, B. B. CARDOSO, M. R. **Adolescência**: ato e atualidade. Revista Mal Estar e Subjetividade, 6(1), 15-43, 2006.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

27

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E NEONATAL: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA GESTAÇÃO E NO PUERPÉRIO

OBSTETRIC AND NEONATAL VIOLENCE: POSSIBILITIES OF PSYCHOLOGY IN PREGNANCY AND THE PUERPERIUM

Karla de Sousa Gonçalves
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

A Psicologia Perinatal investiga os aspectos psicológicos relacionados à gestação, parto e pós-parto. Durante a gestação, diversas mudanças hormonais no corpo da mulher ocorrem, acompanhando o desenvolvimento do bebê e desencadeando inúmeras perturbações emocionais. Neste contexto, o objetivo deste estudo foi conhecer a violência obstétrica, ressaltando os impactos psíquicos comportamentais deste evento e o papel do psicólogo como forma de contribuir para seu enfretamento. Trata-se de um estudo descritivo, a partir de uma revisão de literatura. Para a contextualização e análise do problema, realizou-se levantamento bibliográfico, utilizando fonte científicas indexadas nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (Scielo), National Library of Medicine (Pubmed) e Google Acadêmico. O estudo evidenciou a falta de orientações para gestantes durante o período pré-natal e trabalho de parto, assim como casos de violência verbal, episiotomia, piadas inapropriadas durante o parto, restrição do acompanhante, falta de privacidade e realização de procedimentos sem consentimento. A violência obstétrica continua prevalente nas unidades de saúde em todo o país, desde o pré-parto até o parto, causando traumas no ciclo gravídico-puerperal, tornando imprescindível adotar medidas para prevenir abusos morais, psicológicos e físicos durante o parto.

Palavras-chave: Psicologia neonatal, Perinatalidade, Educação em Saúde, Parto, Obstetrícia.

Abstract

Perinatal Psychology investigates the psychological aspects related to pregnancy, childbirth and postpartum. During pregnancy, several hormonal changes occur in the woman's body, accompanying the baby's development and triggering numerous emotional disturbances. In this context, the objective of this study was to understand obstetric violence, highlighting the psychological and behavioral impacts of this event and the role of the psychologist as a way of contributing to its confrontation. This is a descriptive study, based on a literature review. In order to contextualize and analyze the problem, a bibliographic survey was carried out, using scientific sources indexed in the following databases: Scientific Electronic Library Online (Scielo), National Library of Medicine (Pubmed) and Google Scholar. The study highlighted the lack of guidance for pregnant women during the prenatal period and labor, as well as cases of verbal violence, episiotomy, inappropriate jokes during childbirth, restriction of companionship, lack of privacy and performance of procedures without consent. Obstetric violence remains prevalent in health units throughout the country, from pre-delivery to delivery, causing trauma in the pregnancy-puerperal cycle, making it essential to adopt measures to prevent moral, psychological and physical abuse during childbirth.

Keywords: Neonatal psychology, Perinatality, Health Education, Childbirth, Obstetrics.

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia Perinatal é uma nova área da psicologia e de atuação do psicólogo que busca compreender e entender a percepção das mulheres que passam pelo período da gravidez, pré-parto, pós-parto e do puerpério. Enquanto o feto está sendo formado no ventre, múltiplas alterações hormonais estão sendo desempenhadas no corpo da mulher gerando inúmeras perturbações emocionais (Brasiliense *et al.*, 2022).

Atualmente, a violência obstétrica, ganhou um vasto reconhecimento e é conhecida como tratamento inadequado ou desrespeitoso oferecido pela equipe médica às mulheres durante o período pré-parto, parto e pós-parto. Está circunstância inclui a violência verbal, a negação da autonomia do paciente, a prática de procedimentos médicos não consentidos ou desnecessários, a discriminação baseada na raça ou origem étnica e a violência física.

A violência obstétrica provoca a violação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, o que a torna essencial que todos os envolvidos nos cuidados de saúde estejam conscientes das repercussões físicas e psicológicas relacionadas que contribuem á morbidade e mortalidade materna e neonatal, como rupturas vaginais, problemas de amamentação, estresse pós-traumático, síndrome e depressão pós-parto (Valiente *et al.,* 2023).

A violência obstétrica baseia-se na violência praticada em mulheres grávidas, parturiente/puérpera ou ao seu bebê durante à assistência profissional, que exterioriza uma má conduta profissional a pessoa vulnerável, desrespeito a autonomia sendo ela física ou mental, aos seus sentimentos, as escolhas e as preferências. Entende-se que a violência obstetra se defini como um evento complexo nas relações interpessoais entre o paciente e o profissional de saúde, que irá acompanhar todo o seu ciclo gravídico-puerperal, por meio de procedimentos médicos desnecessários, por meio de gestos verbais agressivos e, até mesmo violação de seus direitos e lesões corporais.

O trabalho preventivo realizado pelos psicólogos perinatais surge para apoiar a saúde emocional materno-infantil (Soares *et al*., 2021). O desenvolvimento deste estudo no campo da psicologia perinatal abrira caminho para a discussão da importância deste profissional não só no setor privado, mas também nos serviços públicos de saúde e assistência social. Porém, ainda são poucos os profissionais que conhecem e atuam nesta área (Santos; Schiavo, 2023).

Desta maneira, o estudo torna-se relevante pela gravidade do tema, pois este estudo concentra-se na objetificação do corpo da mulher e por ser um assunto pouco discutido na área da psicologia, com interesse de, expandi conhecimento desta vertente que é pouco difundida e conhecida. Além disso, não há publicações que se concentram nesta temática “psicologia neonatal” e “psicologia obstétrica”, por isso, faz-se necessário um maior debate acerca desta violência afim de pôr em prática uma assistência neonatal mais humanizada que não viole os direitos das mulheres.

Visando desvelar os conhecimentos produzidos acerca das implicações comportamentais e psicológicas da violência física entre as mulheres na gestação e no puerpério, objetiva-se com este estudo conhecer a violência obstétrica, ressaltando os impactos psíquicos comportamentais deste evento, tendo em vista os respectivos objetivos específicos a) O papel do psicólogo como forma de contribuir para seu enfretamento; b) Descrever as principais consequências físicas e psicológicas em mulheres que sofreram violência obstétrica no decorrer do pré/pós parto; c) Apresentar as contribuições da psicologia na inter-

venção em relação a violência praticada na sala de parto.

2. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E ASSISTÊNCIA DA PSICOLOGIA PERINATAL

A Psicologia Perinatal (PP) é o estudo da psicologia destinada aos fenômenos psicológicos relacionados à gestação, parto e pós-parto. Também conhecida como "Psicologia da gravidez, parto e pós-parto", "Psicologia da Maternidade" ou "Psicologia do ciclo gravídico puerperal", os termos mais utilizados no Brasil são Psicologia Obstétrica e Psicologia Perinatal (Schiavo, 2020).

O propósito da Psicologia Perinatal é promover a saúde global da vida mental das mães que darão a luz; oferecendo o acolhimento e empatia, apoiando as vivências psicológicas transformadoras desse período e suporte psicológico, social e parental. Umas das características do período perinatal, é o nascimento do filho traz muitas transformações e produz uma das mudanças irreversível no psiquismo dos pais. Ocorrências adversas, como o estresse, a depressão, a ansiedade e até mesmo psicose podem tornar-se frequentes se não houver o cuidado necessário. Muitas gestantes durante o ciclo gravídico puerperal oscilam suas emoções, entre a alegria, inseguranças, incertezas e esperança; demandando de cuidados para expõem seus sentimentos, suas dificuldades durante este período (Brasiliense *et al*., 2022).

A psicologia perinatal recebe contribuições importantes das diversas áreas do conhecimento, como: enfermagem, etologia, medicina e psicanálise, tornando-se uma disciplina que se beneficia de abordagens interdisciplinares, não sendo exclusiva dos psicólogos. O desenvolvimento dessa área foi influenciado por alguns psicanalistas que há muito discutiam sobre o nascimento e o vínculo para o desenvolvimento infantil. Em 1971, um dos alunos de Freud fundou um grupo de pesquisa em psicologia pré-natal, conhecido como The International Study Group for Prenatal Psychology (ISGPP) (Rhodes, 2020). Esse grupo era composto por outros profissionais e posteriormente se tornou a Sociedade Internacional de Psicologia e Medicina Pré-Natal e Perinatal (ISPPM - International Society of Prenatal and Perinatal Psychology and Medicine) (Rhodes, 2020).

A atuação do psicólogo na perinatalidade na atenção primária é comumente solicitada em casos de violência doméstica, fragilidade psíquica, não aceitação a gravidez e quadro de depressão. Além disso, a equipe profissional precisa ficar atenta a situações envolvendo a mulher em seu Ciclo Gravídico-Puerperal podendo causar indicar algum Transtorno Mental que pode ocasionar risco a mãe e ao bebê (Campos *et al*., 2023).

Essa atenção também é necessária durante o processo do puerpério, quando em alguns casos, quando a depressão grave é comum, por isso é faz necessário a presença da equipe profissional para acolher as gestantes, dando orientações e apoio. O acompanhamento psicológico no nível da atenção primária à saúde realizada pelo psicólogo deve abranger o atendimento psicológico individual, aplicando entrevistas para avaliação de fatores de riscos e desenvolvendo intervenções (Brasil, 2019).

A atuação profilática do psicólogo perinatal surge como um apoio para a saúde emocional materno-infantil (Soares *et al*., 2021). A expansão da psicologia perinatal beneficia tanto os profissionais, que terão mais recursos para embasar e oferecer um serviço de qualidade com rigor técnico e científico, quanto à população, por contar com profissionais da saúde mental que dominem e conheçam as peculiaridades emocionais da gestação, do parto e do puerpério.

Para Brasiliense *et al.* (2021) esse campo surge como uma importante área de pesqui-

sa e de expansão da profissão para o psicólogo. Segundo os autores, a atuação psicológica precisa estar integrado em todos os serviços que envolvam o atendimento a gestante, desde a triagem, a enfermaria até a sala do parto e ressalta-se que nos hospitais, além das próprias gestantes, o trabalho do psicólogo também deve ser direcionado aos familiares e até mesmo outras profissões que trabalham diretamente com o público, que buscam desenvolver estratégias que contribuam para o bem-estar do paciente durante seu processo de hospitalização.

O psicólogo hospitalar no âmbito da obstetrícia, também deve atuar no atendimento psicológico a gestantes com hiperêmese gravídica, no atendimento psicológico a parturiente com diabetes, no atendimento psicológico com a parturiente com síndrome hipertensiva, além disso sua atuação também deve ser desenvolvida com os acompanhamentos das parturientes (Arrais; Silva; Lordello 2014).

Em caso de inviabilidade do feto, o psicólogo vai preparar esses pais para o luto, auxiliando para a prevenção de transtornos como a DDP, a psicose puerperal, tendo em vista que as gestantes que passam por esse tipo de situação têm maior probabilidade de desenvolver psicopatologias. Nos casos de óbito perinatal, a atuação psicológica, desenvolvida por estratégias tem o intuito de promover a prevenção de psicopatologias relacionadas a vida ou morte do bebê, "ou seja, o trabalho do psicólogo é tornar os natimortos visíveis para que a dor dos pais possa assim, ser reconhecida" (Arrais; Silva; Lordello, 2014).

A psicologia tem a função de contribuir para que tanto a mãe, quanto os demais familiares se apropriem da situação, possam assimilar e construir formas de lidar com ela. A atenção dada pela equipe de saúde envolvida com a mãe e a família que passa pela vivência do óbito perinatal é de grande relevância, tendo em vista que essa população geralmente é negligenciada quanto ao sofrimento desencadeado a partir dessa vivência (Brasileira *et al.,* 2022).

Para Mourão, Zerbini e Arrais (2022) o trabalho de parto e parto se caracteriza como um momento crítico na vida da mulher, podendo acarretar uma desconstrução psíquica. Este fato sugere o espaço de atuação para o psicólogo na cena do parto, que é o profissional capacitado para lidar com os aspectos psicológicos, que se caracterizam pela manifestação da subjetividade humana (sentimentos, desejos, falas, pensamentos, comportamentos, fantasias e lembranças), dispondo de técnicas e de conhecimentos que lhe possibilitam compreender a fala e comportamentos não verbais, integrando em um quadro de análise que busca descobrir as razões destes aspectos possibilitando possíveis intervenções.

A participação do profissional da psicologia no processo de parturição é algo raro; pois trata-se de uma prática que não é bem estabelecida e incluída no sistema de saúde público ou privado, tão pouco regulamentada e sistematizada pelo Conselho Federal de Psicologia. De modo geral, observa-se que em muitos centros hospitalares em maternidade, o psicólogo esporadicamente entra para atuar no parto juntamente com a equipe multidisciplinar. As vezes em que é solicitado o psicólogo, geralmente é chamado quando ocorre alguma intercorrência ou dificuldade no manejo da parturiente ou do seu acompanhante, porém o profissional não compõe a equipe obstétrica (Mourão; Zerbini; Arrais, 2022).

Conforme os estudos realizados por Arraias *et al.* (2014) sinalizam a presença do profissional para compor a equipe médica obstétrica, pois o mesmo é capaz de amenizar o nível de ansiedade, medo e desconforto da parturiente e seu acompanhante, durante o trabalho de parto, além disso, além disso, as autoras defendem a presença do psicólogo nos partos de mulheres em casos onde as mesma sofreram algum abuso seja ele: mental, físico ou psicológico; pois nestas situações pode ser considerada imprescindível, devido as iminentes sequelas emocionais que tais vivências podem provocar nas mães e dificulda-

des para relação mãe e bebê.

Segundo a OMS, é considerada violência obstétrica: Apropriação do corpo da mulher e dos processos reprodutivos por profissionais de saúde, na forma de um tratamento desumanizado, medicação abusiva dos processos naturais, reduzindo a autonomia da paciente e a capacidade de tomar suas próprias decisões livremente sobre seu corpo e sua sexualidade, o que tem consequências negativas em sua qualidade de vida (OMS, 2014).

Os tipos de violência ocorrem âmbito psíquico e físico da vida da Mulher. De acordo com Organização das Nações Unidas – (ONU), a violência física é o ato de impor um obstáculo na igualdade de gênero afetando intensamente na integridade física e a saúde mental das vítimas, principalmente, as gestantes vítimas de violência doméstica. Essa violação se dá durante o processo do parto, expondo desnecessariamente o corpo da mulher, dificultando e tornando desagradável o momento do parto.

A violência psicológica é compreendida pela OMS, 2014 como toda ação verbal ou comportamental que cause na mulher sentimentos de inferioridade, vulnerabilidade, abandono, medo, instabilidade emocional e insegurança. Pois, o trauma reflete seriamente na saúde mental da mulher, principalmente vivenciado em um momento de parto ou/e pós-parto, considerado psicologicamente, como turbulento e vulnerável para a gestante e o bebê.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS (2014), violência por negligência obstétrica é a omissão pela qual se deixa de prover as necessidades e cuidados básicos para o desenvolvimento emocional, físico e social da pessoa atendida/vítima. Temos como exemplo de violência por negligência obstétrica negar atendimento ou impor dificuldades para que a gestante receba os serviços que são seus por direito.

A violência Verbal obstétrica é mais comum do que se pode imaginar, recusa de atendimento, intervenções e procedimentos médicos não necessários, agressões verbais através de frases preconceituosas, muitas vezes com tons de brincadeira, outras através de grande ironia e ignorância. Comentários constrangedores, ofensivos ou humilhantes à gestante. Seja inferiorizando a mulher por sua raça, idade, escolaridade, religião, crença, orientação sexual, condição socioeconômica, número de filhos ou estado civil, seja por ridicularizar as escolhas da paciente para seu parto, como a posição em que quer dar à luz (Silva, 2021).

Assim, ao observar o cenário da violência obstétrica, há uma necessidade de modificar essa realidade, à assistência a parturiente humanizada o que inclui mudanças no ambiente e no trabalho profissional de saúde. Por essa razão, o Ministério de Saúde traz como estratégia a implantação da rede Cegonha, que tem o intuito o atendimento humanizado às gestantes reduzidos a mortalidade neonatal e materna, buscando educação em saúde, atenção humanizada ao parto, o direito ao planejamento reprodutivo e questões relacionadas ao abortamento (Silva, 2022).

As intervenções podem ser realizadas tanto com a mãe, o pai, o bebê ou a rede de apoio durante o período perinatal (gestação, parto e pós-parto). Os atendimentos podem ocorrer individualmente ou em grupo, e podem se dar por meio de acolhimento, orientação ou psicoterapia. Há diversas áreas de atuação, sendo que os campos com maior número de psicólogos perinatais são a clínica, os hospitais e a saúde em geral (Schiavo, 2020).

Dessa forma, o psicólogo pode intervir no parto verificando o nível de ansiedade da parturiente, por intermédio de orientações e avaliações terapêuticas no trabalho de parto. Deste modo sua atuação tem por objetivo realizar uma contenção do estado psíquico da parturiente, propiciando a ressignificação de suas dores e também contribuindo para a

redução da ansiedade e seu empoderamento (Arrais; Lordelo, 2014).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão literatura com o objetivo de resumir uma extensa produção de conhecimento, estimulando reflexões sobre os temas estudados e as lacunas que precisam ser preenchidas. O processo incluiu quatro etapas: 1) Coleta de dados; 2) Análise dos estudos escolhidos; 3) Debate e interpretação dos resultados e 4) Elaboração da revisão.

A coleta de dados ocorreu mediante a busca por trabalhos publicados no Scientific Electronic Library Online (Scielo), National Library of Medicine (Pubmed) e Google Acadêmico utilizando o termo Psicologia Perinatal, Violência Obstétrica e Psicologia Obstétrica nas línguas portuguesa e inglesa. Esses descritores foram combinados pelos operadores booleanos AND e OR de acordo com as especificidades das bases de dados consultadas.

BASES DE DADOS	ESTRATÉGIA DE BUSCA
Scielo	Violência Obstétrica AND Psicologia Obstétrica Or Psicologia Perinatal.
Pubmed	Perinatal Psychology AND Obstetric Violence AND Obstetric Psychology.
Biblioteca Virtual da Saúde - BVS	Psicologia Obstétrica AND Psicologia Perinatal OR Violência Obstétrica.

Quadro 1. Mapeamento dos descritores na base de dados.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Utilizou os seguintes critérios de inclusão: a) artigos/resumos completos na íntegra, publicados nos últimos 5 anos; b) trabalhos que não abordava a respeito da violência obstétrica e/ou psicologia perinatal; c) escritos em português e inglês. Já os critérios de exclusão foram artigos que não responderam o questionamento da pesquisa, não serem materiais disponíveis na íntegra, por não terem relação com o tema e artigos com duplicidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seleção das bases considerou a relevância e abrangência dos artigos, buscando abranger uma ampla gama de publicações e perspectivas acerca do tema. A análise dos dados encontrados nas bases cientificas consultadas permitiu a identificação de informações relevantes sobre a violência obstétrica, suas implicações para a saúde das mulheres e as possíveis estratégias de prevenção. A figura 1 é apresentada a seguir como um recurso visual para ilustrar a distribuição dos estudos encontrados nas bases científicas consultadas.

A coleta de dados resultou em 214 publicações científicas encontradas, entretanto, apenas 09 atenderam aos critérios de inclusão do estudo, contundo, após a leitura apenas 07 artigos foram selecionado para estudo, excluindo 210 artigos da amostra final, dos quais 63 artigos eram duplicados, 68 eram de revisão sistemática e 79 não atendiam a finalidade do objetivo proposto e por não terem a relação com o tema. Foram encontrados 134 resultados no Scielo, 32 no Pubmed e 48 na Biblioteca Virtual da Saúde – BVS.

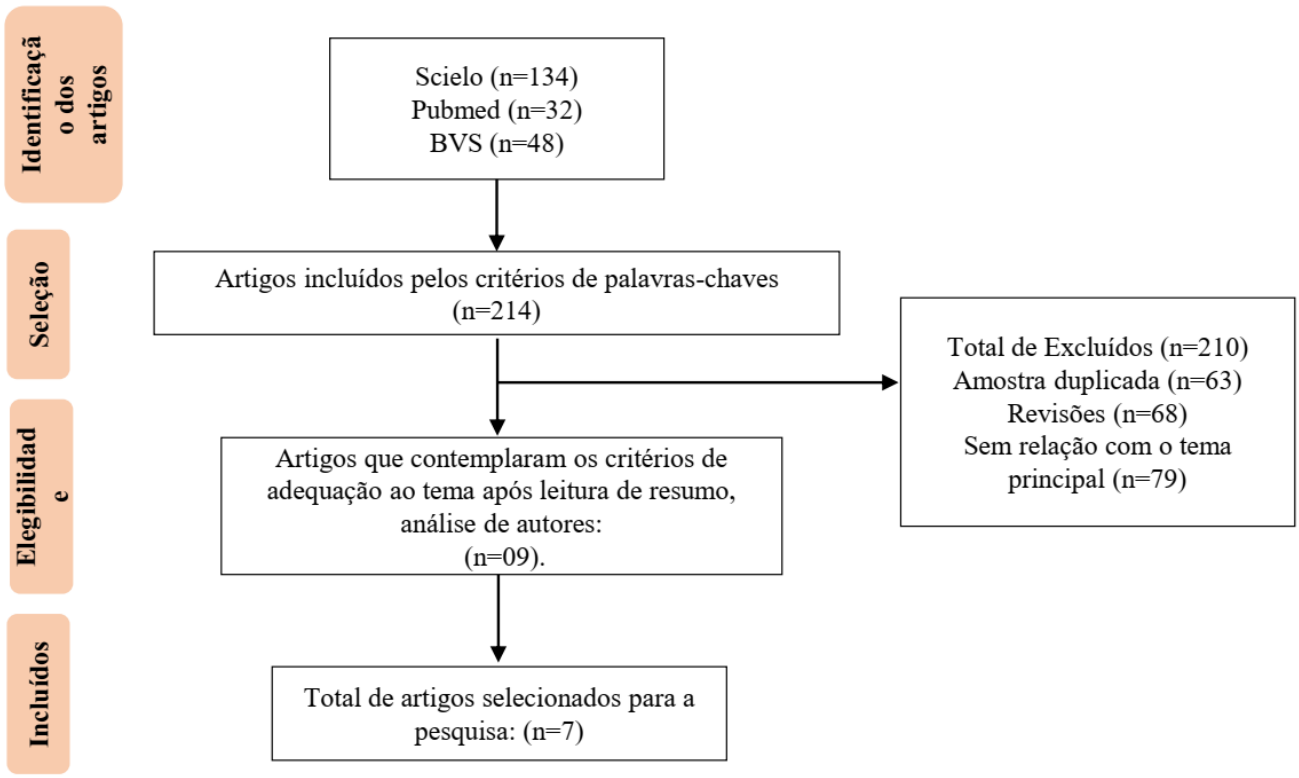


Figura 1. Fluxograma de seleção dos artigos para o estudo

Fonte: Autoria própria, 2024.

Para melhor compreensão e análise, os 07 artigos foram organizados através de uma tabela, onde os anos foram colocados em ordem decrescentes. Os resultados foram produzidos por meio da análise dos artigos selecionados que se encontram sintetizados na Tabela 1.

Nº	TÍTULO	AUTORES |ANO	OBJETIVO	DELIAMENTO METODOLÓGICO
I	Violência Obstétrica à luz da Teoria da diversidade e Universalidade do cuidado Cultural.	Melo *et al.*, 2022	Analisar relatos de puérperas sobre a violência obstétrica à luz da teoria da diversidade e universalidade do cuidado cultural.	Estudo transversal, abordagem qualitativa.
II	Aspectos da Violência Obstétrica institucionalizada.	Bezerra *et al.*, 2021.	Descrever aspectos de violência obstétrica vivenciada durante o trabalho de parto e parto.	Pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa.
III	Violência Obstétrica: A agressão silenciosa nas sala de parto.	Coelho, Andrade e Almeida, 2020.	Promover reflexões acerca do modelo de parto, regido pelo paradigma biomédico, que vem sendo praticado nos âmbitos público e privado.	Estudo de caráter quantitativo com abordagem qualitativa. Realizou-se um questionário on-line sobre a vivência do parto e episódios de violência obstétrica com 120 mães.

IV	A violência obstétrica na percepção das multíparas.	Ribeiro *et al*., 2020.	Conhecer a percepção das multíparas acerca das suas experiências com a violência obstétrica.	Estudo qualitativo descritivo.
V	O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições.	Menezes *et al.,* 2020.	Compreender a percepção de residentes em Enfermagem Obstétrica sobre violência obstétrica em uma maternidade referência do município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, Brasil.	Pesquisa qualitativa/ Residentes de enfermagem obstétrica.
VI	Um corte na alma: com parturientes e Doulas significam a violência obstétrica que experienciam.	Sampaio, Tavares e Hercules, 2019.	Entender como mulheres (parturiente e Doulas) significam as violências obstétricas que vivenciam.	Análise das narrativas.
VII	Conhecimento e experiência de Violência Obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do Parto.	Nascimento *et al.,* 2019.	Investigar o conhecimento que as mulheres têm sobre a violência obstétricae verificar as formas de violência obstétrica vivenciadas pelas mulheres durante o processo parturitivo.	Estudo qualitativo descritivo, realizado com 20 parturientes, através de uma entrevistas estruturadas.

Tabela 1. Seleção dos estudos

Fonte: Autoria Própria, 2024.

Com o intuito de sintetizar os principais achados e as conclusões dos autores selecionados acerca do tema da violência obstétrica, foi elaborado uma tabela afim de apresentar de maneira clara e concisa as informações mais recorrentes em cada estudo. Deste modo, através deste recurso tornou-se possível visualizar de forma organizada e sistemática os dados mais significativos identificados pelos autores, possibilitando uma análise abrangente e comparativa das várias perspectivas sobre o assunto.

Nº	AÇÕES DE VIOLÊNCIAS	PRINCIPAIS CONCLUSÕES
I	As gestantes/parturientes tiveram sua privacidade violada; sofreram por violência física, verbal e psicológica. Física (não faziam uso de medicações analgésicas, quando tecnicamente era indicada; administração de medicamentos para acelerar as contrações sem consentimento materno); Psicológica (humilhação, ausência de informações e suporte emocional) Verbal (tratamento grosseiro) e negligência assistência.	Em conclusão, percebe-se que diante da cultura, as mulheres puérpera vitimizadas podem não identificar seus direitos na maternidade. Parte superior do formulário Com base nos resultados, a pesquisa pode orientar o profissional de saúde que presta assistência, desde o pré-natal até o parto, para uma reflexão sobre suas práticas de cuidado, levando em consideração o contexto e os valores culturais e crenças da parturiente. Parte inferior do formulário

II	Situações de violência sofrida por gestantes/parturientes durante ou pós o parto. Violência voltada para o corpo feminino; a falta de privacidade durante o parto; realização de procedimentos, geralmente desnecessário. Violência como violação de direitos como a presença do acompanhante durante o parto. Violência verbal como agressão – aumento no tom de voz; tratamento agressivo; indiferença e desatenção.	Este estudo revelou-se diversas manifestações de violência obstétrica experimentadas por mulheres, demonstrando que diversos problemas persistem no sistema de saúde público do Brasil. Estes incluem formas de violência como a comunicação agressiva, violência na prestação de serviços e nos processos de trabalho, desrespeito aos direitos das gestantes e, principalmente, a agressão ao corpo feminino durante o parto. Esses tipos de violência, que vão além do físico e do verbal, resultam em violência psicológica, podendo impactar a continuidade do cuidado à gestante e ao seu período pós-parto.
III	Foi observada a presença de atitudes machistas por parte dos médicos, que demonstraram desrespeito e menosprezo, oprimindo as mulheres e silenciando suas vozes, autorizando procedimentos invasivos sem seu consentimento, deixando-as submissas às decisões médicas. Muitas vezes, sequer eram consultadas para autorizar tais procedimentos ou informadas sobre eles. Sugere-se que é urgente e crucial a implementação de uma formação mais humanizada nesse contexto.	A partir do estudo realizado, mostrou-se que a violência obstétrica ficou evidente, pois é fundamental torná-la visível, compreendendo melhor como, quando e porque acontece, afim de promover a conscientização das mulheres sobre seus direitos a uma assistência digna e respeitosa durante a gestação e o parto.
IV	As participantes relataram os abusos físicos, sexual, psicológico e verbal sofridos entre os profissionais. A banalização a dor é uma das primeiras violências citadas por muitas delas. A falta de humanização, preconceito, discriminação referente a raça e cor, realização de exames ou procedimentos sem consertimento das gestantes; a falta de apoio pós o parto são alguns dos tipos de violência vivenciadas por mulheres nestes estudos.	Diante disso, verificou-se que muitas mulheres não percebiam que estavam sendo vítimas da violência obstétrica, pois não estavam familiarizadas com o termo e têm dificuldade em reconhecer os atos que vivenciam como uma violação de sua integridade física, psicológica e moral. Aquelas que identificam a violência tendem a normalizá-la ao justificar os atos violentos que vivenciaram, muitas vezes se submetendo passivamente à equipe de atendimento, não apenas durante o parto, mas também em outros contextos de cuidado.
V	Condutas inadequadas de assistência ao parto; procedimentos inadequados sem necessidade e discriminação de gênero, raça/etnia e de classe econômica.	Neste estudo foi possível observar que os residentes identificaram a presença da violência obstétrica no processo de formação. Também destacaram as situações inadequadas que foi possível observar nas instituições de saúde, como o racismo institucional, a disparidade no atendimento das pacientes do serviço público de saúde e o olhar de julgamento das pacientes por parte dos profissionais de saúde.
VI	Nas histórias narradas, foi possível identificar as marcas do poder derivadas da relação entre mulheres e maternidade, como episiotomias sem consentimento, manobras invasivas e violentas, frases ameaçadoras e machistas. Esses relatos revelavam falta de confiança, desrespeito, invisibilidade e objetificação.	Neste estudo, foram analisadas as questões de gênero por meio da objetificação do corpo feminino; da violência presente nas práticas médicas e, ainda, do tratamento dispensado às mulheres quando elas se atrevem a discordar de algum procedimento da equipe de saúde.

VII	Relataram a violência verbal e não verbal sofrida que foram consolidadas desde a triagem até o período do pós-parto, por parte de profissionais de diversas formações acadêmicas. Também destacaram as expressões corporais que tinham a intenção de ridicularizar, humilhar e até mesmo um olhar de ameaça, causando danos psicológicos à elas.	Para que as mulheres possam entender o conceito de violência obstétrica, é crucial que adquiram uma educação em saúde de alta qualidade durante o período pré-natal. Isso pode ser feito por meio de consultas individuais, sessões educativas na sala de espera ou participação em atividades em grupo. Este estudo revela uma visão mais aprofundada do processo de parto através da perspectiva das mulheres, evidenciando que ainda há um longo percurso a ser percorrido até alcançarmos um ambiente obstétrico verdadeiramente ideal.

Tabela 2. Principais achados dos estudos selecionados

Fonte: Autoria própria, 2024.

A violência obstétrica tem recebido maior atenção nos últimos anos, especialmente no âmbito da saúde pública. Ela é caracterizada, principalmente, pela negligência na assistência, discriminação social, agressões físicas (como a ausência de administração de analgésicos quando clinicamente indicado) e uso de palavras agressivas (tratamento rude, ameaças e gritos). Dentre as principais formas de violência estão abusos físicos, sexuais e emocionais, exploração sexual forçada, estupros, homicídios, mutilação genital e discriminação racial, frequentemente motivadas por questões de gênero.

O estudo destaca que a falta de orientação prévia, juntamente com a ausência de estrutura e apoio adequado nas maternidades por parte dos profissionais, resultam em sofrimento e desconforto desnecessários. Embora algumas ações possam ser necessárias para proteger a saúde da mãe e do bebê, é crucial que sejam explicadas à mãe para que não sejam percebidas como violência. Quando realizadas sem justificativa apropriada, perde-se a oportunidade de a mãe participar ativamente das decisões sobre seu corpo e o processo de parto (Melo *et al*., 2021; Sampaio; Tavares; Hercules, 2019).

Em estudo realizado por Bezerra *et al.* (2021) foi observado nos relatos de mulheres entrevistadas, sejam elas primíparas ou multíparas, uma evidência de situações de violência obstétrica. Muitas delas foram submetidas a procedimentos sem necessidades médicas, destaca-se o incentivo aos puxos, administração intravenosa de ocitocina e a posição de litotomia, além da manobra Kristeller, conforme os relatos ele corresponde pressão realizada no fundo uterino durante o segundo período do trabalho de parto (expulsivo), com objetivo de ampliar abertura para saída do bebê.

Mesmo sendo um problema frequente em todo o mundo, a violência obstétrica ainda é pouco reconhecida e debatida. Isso ocorre principalmente devido à aceitação como natural de práticas consideradas normais e habituais nos hospitais, as quais, no entanto, infringem os direitos humanos das mulheres (Sampaio, Tavares e Hercules, 2019). Em outra pesquisa, a falta de comunicação foi apontada como uma prática comum no campo obstétrico. Os autores indicam que os profissionais agem de modo desumano e omitem informações sobre o estado das pacientes, deixando-as sem explicações sobre procedimentos realizados ou futuros. Isso resulta em sentimentos intensos de inferioridade e abandono por parte das mulheres durante esse processo (Melo *et al.,* 2022).

Estudos indicaram que muitas mulheres foram vítimas de violência obstétrica e algumas delas nem sempre conseguiam identificá-la, pois acreditavam que os profissionais de saúde detinham todo o conhecimento científico e, por isso, sabiam o que era melhor ou não durante o processo de parto. Dessa maneira, acabavam por aceitar o que lhes era imposto (Nascimento *et al.,* 2019). Além disso, a violência obstétrica também pode mani-

festar-se através de condutas inadequadas dos profissionais de saúde durante o acompanhamento do parto, como a falta de comunicação e informação à mulher sobre o procedimento, desrespeito à sua privacidade e intimidade, falta de acolhimento e de atenção às suas necessidades e desejos (Menezes *et al.,* 2020).

O impacto da violência obstétrica na utilização dos serviços de saúde é uma questão preocupante, uma vez que a qualidade da assistência prestada afeta a experiência da mulher durante o parto, a experiência do nascimento do recém-nascido e a percepção da sociedade em relação ao parto. Isso prejudica a credibilidade dos serviços de saúde materna. Destaca-se que a violência obstétrica não afeta apenas a saúde física das mulheres, mas também a sua saúde emocional e psicológica. Ela pode causar traumas e impactos negativos na autoestima, autoconfiança e nos relacionamentos das mulheres (Ribeiro *et al.,* 2020).

Uma das formas de violência obstétrica, é a psicológica que está voltada a toda ação verbal ou comportamental que cause na mulher instabilidade emocional, desconforto, insegurança, medo, acuação, sentimento de inferioridade, vulnerabilidade, dignidade, alienação e perda de integridade. Podem ser citados como exemplos ameaças, mentiras, chantagens, piadas, humilhações, omissão de informações, desconsideração de seus padrões culturais e informações prestadas em linguagem pouco acessível (Bezerra *et al.,* 2021).

Estudo realizado por Menezes *et al*. (2020) a prática da violência obstétrica no processo de formação e suas repercussões para a mulher revelou que muitas das gestantes não tinham consciência de foram vítimas de violência, além disso, relataram sofrer de chantagens, humilhações e piadas durantes as contrações de parto. A violência obstétrica pode ocorrer de diversas formas, desde a falta de respeito com a privacidade da mulher até intervenções desnecessárias no processo de parto, como o uso abusivo de medicamentos, a realização de episiotomia sem consentimento e a imposição de posições inadequadas para o parto. Essas práticas podem causar danos físicos e emocionais à mulher e afetar negativamente a experiência do parto (Coelho *et al.,* 2020).

5. CONCLUSÃO

A violação dos direitos a saúde, a integridade física e psicológica, viola os direitos humanos assegurados constitucionalmente. No entanto, a violência obstétrica continua persistindo e ocorrendo com frequência nas unidades de saúde de todo o país durante o pré-parto, o trabalho de parto e o parto, desvalorizando a mulher e violando seu direito à centralidade do cuidado e ao protagonismo no ciclo gravídico-puerperal.

Embora os resultados apontem diversas situações cotidianas de violência obstétrica, acredita-se que muitas mulheres ainda não percebem que os constrangimentos aos quais foram submetidas constituem ações de violência. É importante destacar que não apenas as mulheres, mas também a sociedade, pesquisadores, acadêmicos, médicos e demais profissionais da saúde devem ter conhecimento sobre a violência obstétrica.

Assim, torna-se imprescindível implementação de estratégias e medidas que tenham como objetivo prevenir abusos morais e psicológicos, bem como reduzir ao máximo a medicalização do parto e a prática da episiotomia, que, apesar de ser amplamente utilizada em partos normais, é realizada sem o consentimento da mulher, configurando-se como uma violação e uma forma de violência obstétrica. Diante desse cenário, há a necessidade de novas pesquisas para estimular a produção de estudos científicos na área da Psicologia.

Aprofundar essa discussão poderá fornecer aos profissionais de psicologia mais subsídios e conhecimento sobre o tema.

Referência

Arrais, A. R.; Silva, N. O. & Lordello, S. R. M. Percepção da equipe obstétrica sobre o papel do psicólogo hospitalar em um centro obstétrico do DF. **Caçador,** 5(2), pp. 49-67. 2014.

BEZERRA, E. O et al. Aspectos da violência obstétrica institucionalizada. **Enferm Foco**, v. 11, n. 6, p. 157-164, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. São Paulo; Ministério da Saúde; 2019. 56 p. ilus. **Nota técnica para organização da rede de atenção à saúde com foco na atenção primária à saúde e na atenção ambulatorial especializada saúde da mulher na gestação, parto e puerpério.**

BRASILEIRA, J. P et al., Atuação da Psicologia em Obstetrícia e Perinatalidade. **Revista Científica BSSP**, v.2, n.2, p. 1-20. 2022.

BRASILIENSE, J. P. Conti, Kellen Cristina P. F. *et al*. A atuação da Picologia em obstetrícia e perinatalidade. **RCBSSP**, Goiânia, n. 2, v.2 ago/dez. 2021.

CAMPOS, T. S. et al. A Atuação Psicológica No Ciclo Gravídico Puerperal. **Revista Saúde Dos Vales**, v. 4, n. 1, 2023.

COELHO, J. A; ANDRADE, A. F.; ALMEIDA, B. V . Violência obstétrica: a agressão silenciosa nas salas de parto. **Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 5, n. 9, p. 719-740, 2020. Acesso em: 30 Mar. 2024.

MELO, J. S et al. Relatos de puérperas sobre vivências de violência obstétrica: Um estudo qualitativo. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e12310817081-e12310817081, 2021.

MELO, B. L et al. Violência obstétrica à luz da Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural. **Revista Cuidarte**, v. 13, n. 1, 2022.

MENEZES, F. R et al. O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e180664, 2019.

MOURÃO, M. A; ZERBINI, E. M. C; ROCHA A. A. A Psicologia na Cena do Parto de Gestação pós Estupro Psychology in the Post-Rape Pregnancy Childbirth Scene. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 2423-2443, 2022.

NASCIMENTO, S. L et al. Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto. **Enfermería Actual de Costa Rica**, n. 37, p. 66-79, 2019.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde.** Genebra: OMS; 2014.

RIBEIRO, D. O et al. A violência obstétrica na percepção das multíparas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 41, p. e20190419, 2020.

RHODES, J. Earning a PhD in Prenatal and Perinatal Psychology. **Journal of Prenatal & Perinatal Psychology & Health**, v. 34, n. 6, 2020.

SAMPAIO, J; TAVARES, T. L. A; HERCULANO, T. B. Um corte na alma: como parturientes e doulas significam a violência obstétrica que experienciam. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, p. e56406, 2019.

SANTOS, S. L; SCHIAVO, R. O Estado Da Arte Da Psicologia Perinatal: Uma Revisão De Literatura. **Psicologia Contemporânea: Práticas E Abordagens Clínicas Em Pesquisa**, v. 1, n. 1, p. 36-50, 2023.

SILVA, G. R. Tipos de violência obstétrica e seus impactos na saúde da mulher no Brasil. 2022.

SCHIAVO, R. A. Produção Científica em Psicologia Obstétrica/Perinatal. **Brazilian Journal of Health Review**, v.3, n.6, p.16204-16212, 2020.

SOARES, B. K. F et al. A Psicologia Perinatal e Sua Importância na Prevenção da Depressão Pós-Parto: uma revisão bibliográfica. **Revista Científica BSSP**, v.2, n.1. p.0, 2021.

VALIENTE, N. G. L et al. Consecuencias físicas y psicológicas de la violencia obstétrica en países de Latinoamérica. **Alerta, Revista científica del Instituto Nacional de Salud**, v. 6, n. 1, p. 70-77, 2023.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

28

TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO PROCESSO TERAPÊUTICO DE CASAIS EM CONFLITO

COGNITIVE-BEHAVIORAL THERAPY IN THE THERAPEUTIC PROCESS OF COUPLES IN CONFLICT

Saulo Henrique Correia Coelho
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

Na sociedade atual, muitos casais enfrentam desafios decorrentes de relações disfuncionais e conflitantes. Atualmente, o número de casais que enfrentam conflitos nas relações conjugais, tem aumentado significativamente, devido às diversas divergências que experimentam, o que incentiva o uso da terapia comportamental como meio de resolver esses problemas. Essas dificuldades estão associadas ao desenvolvimento e manutenção de vários transtornos mentais. Visando apresentar conceitos a respeito das relações matrimoniais fazendo uso das Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) o presente estudo teve como objetivo compreender como as distorções cognitivas podem interferir nas relações conjugais e como modelo terapêutico pode auxiliar os casais que enfrentam dificuldades, pautando a atuação do psicoterapeuta durante o processo de execução do método. Para a contextualização e análise do problema, realizou-se levantamento bibliográfico, utilizando fonte científicas indexadas nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (Scielo), National Library of Medicine (Pubmed) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os resultados indicaram que as intervenções da terapia cognitivo-comportamental para casais contribuem eficazmente para o relacionamento conjugal, mas há necessidade de ampliar esses estudos para ressignificar as distorções que geram emoções disfuncionais e dificultam as habilidades de comunicação. Conclui-se que a aplicação adequada das intervenções contribui de maneira assertiva para o bem-estar e a qualidade de vida no relacionamento conjugal.

Palavras-chave: Terapia Cognitiva-Comportamental, Habilidades Conjugais Sociais, Relações Afetivas, Psicoterapia, Distorções Cognitivas.

Abstract

In today's society, many couples face challenges arising from dysfunctional and conflicting relationships. Currently, the number of couples facing conflicts in marital relationships has increased significantly, due to the various disagreements they experience, which encourages the use of behavioral therapy as a means of resolving these problems. These difficulties are associated with the development and maintenance of various mental disorders. Aiming to present concepts regarding marital relationships using Cognitive Behavioral Therapy (CBT), the present study aimed to understand how cognitive distortions can interfere in marital relationships and how a therapeutic model can help couples facing difficulties, guiding the role of the psychotherapist during the method execution process. To contextualize and analyze the problem, a bibliographic survey was carried out, using scientific sources indexed in the databases: Scientific Electronic Library Online (Scielo), National Library of Medicine (Pubmed) and Virtual Health Library (VHL). The results indicated that cognitive-behavioral therapy interventions for couples contribute effectively to the marital relationship, but there is a need to expand these studies to reframe the distortions that generate dysfunctional emotions and hinder communication skills. It is concluded that the appropriate application of interventions contributes assertively to the well-being and quality of life in the marital relationship.

Keywords: Cognitive-Behavioral Therapy, Social Marital Skills, Affective Relationships, Psychotherapy, Cognitive Distortions.

1. INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser social, por natureza, mantendo todos os tipos de relações ao longo da vida. Nos dias de hoje, não é novidade que muitos casais vivem em conflitos conjugais cotidianos, porém, a grande questão está na forma como eles resolvem esses conflitos e, o quanto a dificuldade em resolver problemas de relacionamento afeta a relação conjugal (Pantoja, 2020).

Muitos casais e famílias buscam terapias que possam lidar com o sofrimento relacional, que é resultado de fatores externos ou internos do relacionamento. Existem duas abordagens que são mais eficazes para lidar com problemas de relacionamento ou distúrbios psicológicos em casais: (a) Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e (b) Terapia de Casal focada nas emoções (TCFE) (Bodermann *et al*, 2020).

A terapia cognitivo-comportamental para casal baseia-se no conceito com o intuito de ajudar casais que tem forte apoio empírico para aliviar o sofrimento no relacionamento. Portanto, ela busca oferecer modelo eficaz para o manejo dos problemas conjugais e melhoria na satisfação dos parceiros com seus relacionamentos. Atualmente, as pessoas têm mostrado baixa tolerância a frustrações e insatisfações, contudo exigem do casamento mais do que ele pode oferecer (Oliveira *et al.*, 2021).

No entanto, a TCC é uma abordagem muito eficaz na prática terapêutica, pois, muitos casais passam por muitos desafios, tais como estresse, doenças físicas e emocionais, ausência de libido, filhos, desemprego e falta de tempo. Casais que têm dificuldades de lidar de maneira decisiva com as dificuldades cotidianas em situações específicas, podem vir a ter alguns comportamentos inadequados que podem levar ao esgotamento físico e mental, ou seja, que pode interferir no afeto, nos sentimentos e nas emoções.

Beck (1995) destacou que muitos problemas vivenciados dentro do casamento poderiam estar relacionados às cognições disfuncionais de ambos os parceiros. A modalidade da terapia cognitivo comportamental Beckiana corresponde a análise e a modificação dos pensamentos disfuncionais que determinam o estado do humor, no afeto e nos comportamentos do casal e, inclusive tratar questões de casais em desalinho (Pantoja, 2020; Silva; Paro, 2018).

Atualmente, o índice de casais em conflito aumentou de forma expressiva, tendo em vista, as inúmeras desavenças vivenciadas pelos mesmos, o que acabar por estimular o uso da terapia comportamental de casal como modo de sanar os devidos problemas. Entende-se que o propósito da TCC no tratamento de casais conflitantes, além de desenvolver estratégias para resolver problemas cotidianos, inclui também a reconstrução de cognições inadequadas e a mudança de padrões disfuncionais de comunicação, afim de solucionar problemas cotidianos. Diante do contexto apresentado, a pergunta norteadora da pesquisa foi: Como a abordagem terapia cognitiva-comportamental com o auxílio do psicoterapeuta pode amparar e nortear os casais que se encontram com dificuldades no relacionamento?

Percebe-se há muitas pesquisas relacionadas a intervenções para casais em conflito, porém há poucas pesquisas na área da psicologia com foco no psicoterapeuta; sobre como um profissional pode mediar a circunstância e o relacionamento afetivo de um casal associado à insatisfação focada nas competências conjugais, pois ainda é sensível e requer ampliação de investigação e produção acadêmica voltada a esse público. Neste contexto, objetiva-se com este estudo compreender como as distorções cognitivas podem interferir

nas relações conjugais e como modelo terapêutico pode auxiliar os casais que enfrentam dificuldades, e na busca de embasamento teórico o respectivo objetivo específico identificar quais as principais habilidades conjugais contribuam de modo positivo para o relacionamento dos casais.

2. TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL PARA CASAIS EM CONFLITO

A Psicoterapia Comportamental (Terapia Cognitivo Comportamental) fundamenta-se no Behaviorismo Radical de Burrhus Frederic Skinne e é definida a partir de conhecimentos teóricos e práticos e se atenta com comprovação científica de seus métodos, entendendo o comportamento como uma relação entre o sujeito e seu ambiente. Durante a década de 60 está psicoterapia constituiu um movimento que tem sua origem fundamentada em diversas posições teóricas, sendo sua evolução acompanhada por diversas discussões e divergências em relação aos princípios práticos, teóricos e metodológicos as quais os caracterizam (Silva; Paro, 2018).

A terapia comportamental teve um enorme impacto através dos estudos de Skinner. Para os teóricos comportamentais, existem duas classes de respostas: o comportamento reativo e comportamento operante. O primeira corresponde inconscientemente a estímulos específicos, e o segunda trata-se modificar o ambiente com base no impacto das ações do ambiente sobre ele (Skinner, 1953).

Na psicoterapia comportamental, o cliente é visto como produto e produtor de contingências, que determinarão a direção do seu comportamento e modificação de sua identidade. Esta abordagem envolve primeiro avaliar o comportamento problemático, sendo a avaliação e a intervenção de um processo conjunto que ocorre durante o tratamento. A terapia cognitiva idealizada por Aaron Beck, na década de 60, concentrava-se nos problemas atuais, pensamentos e comportamentos disfuncionais. Desde modo, propunha que fazendo nestes uma avaliação realista para modificá-los produzirá uma melhora no humor e no comportamento alterando as crenças disfuncionais básicas dos pacientes (Barcellos; Haydu, 2001; Silva; Paro, 2018).

Conforme Judith Beck (1997) o tratamento fundamentava-se em representações cognitivas barreiras específicas em sua aplicação para conceituar ou discernir os pacientes individuais. O modelo cognitivo propõe que o pensamento distorcido ou disfuncional afete o humor do paciente, o que é comum a todos os transtornos psicológicos, de modo que se o pensamento for avaliado e modificado, mudará as crenças disfuncionais do paciente, levando a consequências duradouras.

Em concordância com Beck e Freeman (1993) a terapia cognitivo-comportamental oferece uma proposta de compreensão e intervenção psicológica integrando os procedimentos técnicos de abordagens cognitivas e behavioristas, identificando os problemas psicológicos como um sistema de respostas que se apresentam de forma a intercalar o cognitivo, comportamental e afetivo/fisiológico. Para a TCC o indivíduo mostra suas reações cognitivas sobre o ambiente que percebe e não sobre o ambiente real, tais reações irão influência o estado fisiológico, emocional e comportamental do mesmo.

A terapia cognitivo-comportamental com casais surgiu a partir do modelo de Beck, vem se desenvolvendo de forma gradual e constante no âmbito profissional e científico. Os principais intuitos dentro da terapia cognitivo-comportamental no tratamento de casais em conflito, são a reestruturação de cognições inadequadas, a modificação de padrões de comunicação disfuncionais, o manejo das emoções e o desenvolvimento de estratégias

para solução de problemas cotidianos mais eficazes (Silva; Paro, 2018).

Através dessas observações, foi possível perceber que a TCC poderia ser utilizada na terapia de casais com a finalidade de redefinir essas cognições. As cognições estão presentes em todos os seres humanos, entretanto, quando apresentam distorções que possivelmente são emparedadas por crenças irrealistas, desencadeiam tipos de distorções que propiciam vulnerabilidades (Dattilio, 2004; Knapp, 2004).

Essas cognições surgem de pensamentos automáticos e fazem parte da vida humana, ocorrendo a qualquer momento e em qualquer situação, podendo ser expressas por meio de imagens, palavras ou memórias, proporcionando emoções e comportamentos. Os problemas conjugais começam quando uma das partes deixa de cumprir suas obrigações ou quando suas atitudes, comportamentos e sentimentos são prejudiciais ao parceiro. É nesse momento que a Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) aplicada aos relacionamentos, tem o seu principal objetivo de resolver o conflito entre ambos (Oliveira *et al.,* 2021).

As habilidades sociais conjugais visam ajudar a ajustar as interpretações e promover a satisfação no relacionamento. Estudos mostram que a satisfação conjugal depende de habilidades de comunicação, como a capacidade de lidar com conflitos e uma boa comunicação, e que as pessoas que estão mais satisfeitas com o casamento são as que mais competentes socialmente e se comunicam de forma mais persuasiva (Cardoso, Del Prette, 2017).

No período do namoro, é comum os casais não viverem juntos e se verem em curto espaço de tempo. Ao casarem-se, a dinâmica acaba mudando, o tempo de convivência aumenta e começam a lidar com as dificuldades de comunicação, levando a julgamentos e comparações relacionadas à forma como eram antes do casamento e como se comportam atualmente (Elias; Britto, 2007). Ao passo que, quando se casam, começam a achar que a pessoa mudou depois do casamento, emergindo as brigas como afirmações em torno de que antes a pessoa não era assim. E os problemas que surgem são vistos com maximização, deixando de lado todas as coisas positivas já feitas pelo cônjuge (Beck, 1995).

Existem várias distorções cognitivas que perturbam os relacionamentos devido os seus conflitos familiares. A leitura da mente é um dos erros de pensamento que mais afeta os casais porque acreditam conhecer as intenções do outro, o motivo de suas atitudes e reagem exageradamente no contexto (Elias; Britto, 2007). Além disso, as generalizações também causam pensamento fechado em uma pessoa, ou seja, embora o cônjuge tenha feito muitas coisas positivas, quando surge uma situação desagradáveis, o outro apresenta certas atitudes, ignorando todas as coisas positivas que fez e caracteriza-o como se nunca tivesse feito nada de bom (Cizil, Belucco, 2019).

A forma como as pessoas interpretam as situações pode criar pensamentos negativos quando ocorrem em relacionamentos onde o significado é dado de forma negativa, o que impede a resolução de conflitos. Esses conflitos às vezes são causados por pessoas que têm dificuldade de enxergar o panorama geral das situações, o que afeta a comunicação do casal. Os gestos verbais e não-verbais têm a vantagem da explicação imediata e a desvantagem de apresentarem erros frequentes (Beck, 1995).

Para manter um bom relacionamento, é importante estabelecer alguns valores que necessitam serem cuidados, os quais abrangem a compreensão, compromisso, confiança básica, lealdade e fidelidade. No início da relação, ocorre a paixão, os casais têm a impressão de que vão ficar juntos para o resto da vida, com o passar do tempo, o sentimento de amor e afeto são as emoções que podem auxiliar nos possíveis problemas que possam surgir, entretanto, a maneira como vão atuar pode ajudar nos conflitos ou superá-los (Beck,

1995).

Os relacionamentos são muito importantes para a maioria dos adultos e têm um grande impacto no bem-estar e na saúde geral. Assim, relacionamentos íntimos satisfatórios podem proporcionar felicidade, apoio social e amortecer os efeitos de vários estressores. Ora, quando essas relações são caracterizadas por grave ansiedade, conflitos destrutivos ou insatisfação geral com o relacionamento, também podem causar efeitos adversos à saúde física e mental, bem como grande sofrimento (Peçanha; Rangé, 2008).

O uso da terapia cognitivo comportamental direcionado para as relações conjugais, estar centrado nos estudos Stuart (1996) referentes a trocas comportamentais entre os companheiros. Este estudo faz um apontamento as interações de casais nos princípios de aprendizagem e na teoria das trocas sociais, postulando que a avaliação dos indivíduos de seus relacionamentos dependeria da proporção dos benefícios aos custos resultantes de trocas positivas e negativas com os outros (Oliveira *et al.,* 2021).

O ensino das habilidades de comunicação durante a terapia de casal é um grande motivo e motivação para a mudança. Ao observar e utilizar formas de interpretação mais persuasivas, as atitudes melhoram, as habilidades ensinadas ajudam a realizar comportamentos verbais e não verbais e a evitar comportamentos de fuga. Nesse sentido, a terapia de casal provoca mudanças, regula o comportamento persuasivo e contribui para uma resolução de problemas mais adaptativa, ao permitir que o casal se posicione de forma empática, sabendo ouvir e falar no momento mais adequado sobre um determinado evento desencadeante ao conflito (Gameiro; Corrêa, 2019).

Dentro desse cenário, tem-se então que o principal objetivo da terapia comportamental de casal é ajudar os casais a compreenderem suas dificuldades, a fim de melhorar seu bem-estar relacional, identificando e desafiando os processos referentes a interações dos parceiros, levando em consideração os fatores externos que podem afetá-los. Com isso, ressalva-se que a referida terapia não depende apenas de intervenções comportamentais no tratamento das dificuldades do casal, mas também enfatiza a importância de trabalhar vários fatores cognitivos, emocionais e ambientais que afetam o funcionamento de um casal (Dattilio, 2011). Logo, o uso da terapia comportamental de casal ajuda os casais a desenvolverem sua capacidade de observar e mudar seus pensamentos automáticos, suposições e padrões, bem como identificar o impacto que suas maneiras de se comportar, pensar, interpretar e sentir têm em seu relacionamento (Oliveira *et al.*, 2021).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, de estudo descritivo e de abordagem qualitativa, que se propôs a analisar os relatos de experiência de jovens e adolescente durante o período de pandemia e identificar as consequências psíquicas causada por ela neste grupo.

A coleta de dados foi realizada nas bases de dados: Scielo (Biblioteca Eletrônica Científica Online), Pubmed (National Center for Biotechnology Information) e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS). Os descritores deste estudo foram retirados do vocabulário DeCs, sendo eles: terapia cognitiva-comportamental, habilidades conjugais sociais, relações afetivas, psicoterapia e distorções cognitivas. Foram incluídos artigos completos, publicados no idioma inglês, espanhol e português, que estavam em harmonia com o tempo proposto e objetivo do estudo. Esses descritores foram combinados pelos operadores booleanos AND e OR de acordo com as especificidades das bases de dados consultadas.

BASE DE DADOS	ESTRATÉGIA DE BUSCA
Scielo	Habilidades Conjugais Sociais AND Relações Afetivas OR Distorções Cognitivas
Pubmed	Cognitive Behavioral Therapy AND Affective Relationships AND Psychotherapy OR Cognitive Distortions
Biblioteca Virtual da Saúde	Social Marital Skills AND Affective Relationships OR Cognitive Distortions

Quadro 1. Mapeamento dos descritores na base de dados

Fonte: Autoria própria, 2024.

Utilizou os seguintes critérios de inclusão: a) artigos/resumos completos na íntegra, publicados nos últimos 5 anos; b) trabalhos que não abordava a respeito da Distorções Cognitivas em casais com conflitos; c) escritos em português e inglês. Já os critérios de exclusão foram artigos que não responderam o questionamento da pesquisa, não serem materiais disponíveis na íntegra, por não terem relação com o tema e artigos com duplicidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seleção das bases considerou a relevância e abrangência dos artigos, buscando abranger uma ampla gama de publicações e perspectivas acerca do tema. A análise dos dados encontrados nas bases científicas consultadas permitiu a identificação de informações relevantes sobre as distorções cognitivas que interferiram nas relações conjugais. A figura 1 é apresentada a seguir como um recurso visual para ilustrar a distribuição dos estudos encontrados nas bases científicas consultadas.

A coleta de dados resultou em 236 publicações científicas encontradas, entretanto, apenas 12 atenderam aos critérios de inclusão do estudo, contundo, após a leitura apenas 06 artigos foram selecionados para estudo, excluindo 230 artigos da amostra final, dos quais 63 artigos eram duplicados, 68 eram de revisão sistemática e 79 não atendiam a finalidade do objetivo proposto e por não terem a relação com o tema. Foram encontrados 134 resultados no Scielo, 32 no Pubmed e 48 na Biblioteca Virtual da Saúde – BVS.

Com os critérios de inclusão na busca nas bases de dados, foram encontrados um total de 12 artigos que abordaram as dificuldades dos relacionamentos em decorrência das distorções cognitivas, contundo, apenas 07 estudos foram selecionados para o estudo. Essas distorções que ocorrem dentro do relacionamento trazem fatores relacionados desde a juventude, visto que são decorrentes da construção familiar (Shayan *et al.,* 2019.).

Durante o período de relacionamento, é comum que as pessoas se deixem encantar pelos aspectos positivos e idealizem o parceiro. À medida que a relação avança, surgem conflitos e desentendimentos, pois cada um traz consigo seus próprios desejos e expectativas, que nem sempre são atendidos, gerando problemas. Existem diversos fatores que podem desencadear crises conjugais, levando os casais a buscarem terapia. A abordagem cognitivo-comportamental na terapia de casal tem como objetivo principal reestruturar pensamentos negativos, gerenciar emoções, melhorar a comunicação e desenvolver estratégias para resolver problemas de forma mais eficaz no dia a dia (Beck, 1995; Bolze *et al.,* 2017).

As divergências elucidam vários conflitos, resultando em consequências negativas devido a distorções cognitivas. Isso leva cada parceiro a reagir de maneira equivocada frente a uma situação, tornando difícil perceber a falta de entendimento e levando a acusações de egoísmo (Beck, 1995). Essas divergências se refletem em comportamentos exigentes e de retraimento, sendo as crenças uma das principais dificuldades nos relacionamentos, uma vez que, ao assumirem o controle dos pressupostos, começam a gerar cognições inadequadas que dificultam a resolução de problemas. Além disso, há uma forte ligação com a dinâmica familiar original de cada indivíduo (Shayan *et al.,* 2019).

A forma como as pessoas interpretam as situações pode gerar pensamentos negativos, especialmente no contexto dos relacionamentos, onde se atribui um significado negativo, dificultando a resolução de conflitos (Beck, 1995). Estes conflitos, às vezes, levam as pessoas a encarar as dificuldades de maneira generalizada, o que afeta a comunicação do casal. Tanto as expressões verbais quanto as não verbais têm a vantagem de proporcionar explicações rápidas, porém, a desvantagem é que podem levar a erros comuns (Santos; Santos, 2020).

No entanto, os problemas disfuncionais nos relacionamentos estão ligados à necessidade de cada indivíduo querer se beneficiar mais que o cônjuge. Esses problemas disfuncionais presentes na relação conjugal contribuem para a criação de diferentes padrões em várias áreas, que são precursores de desavenças e problemas, pois influenciam, mesmo que de forma inconsciente devido às crenças, a maneira como cada um se comporta na relação. Mesmo que o casal enfrente diversos desafios que podem acarretar pensamentos disfuncionais, é importante considerar que, devido à convivência, é natural nos relacionamentos serem apresentadas de maneira adequada e inadequada de lidar com os fatos (Trombello; Post; Smith, 2019; Diniz, 2017; Bolze *et al.,* 2017).

Entretanto, durante o processo terapêutico, trabalhando essas cognições, é possível que a pessoa pode perceber se suas dúvidas sobre um determinado evento são realmente fundamentadas. E quando consegue avaliar e reconstruir suas cognições, o casal deixa de lado o monólogo e consegue uma melhor compreensão da situação. A interpretação adequada desses pensamentos auxilia na redução de distorções, permitindo que cada parceiro na relação promova seus pontos fortes e se torne mais consciente, adquirindo habilidades para lidar com conflitos e desacordos. Isso facilita a adoção de atitudes que favoreçam a satisfação e o bem-estar no relacionamento (Freitas; Ribeiro, 2019).

A terapia cognitivo-comportamental com casais também visa intervir nas reações emocionais exageradas ou deficientes em uma de suas etapas. O processo terapêutico busca auxiliar os cônjuges a desenvolver práticas para expressar e vivenciar suas emoções de forma funcional. Algumas pessoas enfrentam desafios na compreensão de suas emoções, o que pode levá-las a esconder suas emoções e, consequentemente, ter dificuldade em se expressar de maneira saudável. Esses motivos podem ter origens do padrão instrutivo herdado no ambiente familiar natural de cada parceiro (Rocha, 2020).

Diversos fatores podem levar um casal a procurar a terapia de casal, como problemas na comunicação, infidelidade e disfunções sexuais. Esses temas são fonte de desentendimentos e desgastes, porém, podem ser solucionados (Beck, 1995). Nesse sentido, o aconselhamento conjugal como consulta especializada, pode fornecer as orientações necessárias para estabelecer uma vida sexual satisfatória para o casal, para que possam utilizar essas informações para o progresso e fortalecimento do casamento (Diniz, 2017; Silva; Eliane, 2017).

A psicologia positiva tem analisado a qualidade das uniões matrimoniais e sua importância nas relações interpessoais, principalmente nos casais. A forma como esposas e

maridos interagem e lidam com os momentos difíceis da vida é crucial para a qualidade e a felicidade no casamento (Taraban *et al*., 2017). Dessa forma, é reconhecida como uma técnica eficaz para modificar pensamentos, emoções e atitudes. Embora muitos conheçam sua aplicação na terapia individual, ela também pode ser empregada na terapia de casais para auxiliar na melhoria comportamental dos parceiros, beneficiando a relação. Os terapeutas de casais adaptam essa abordagem de modo específico para atender às necessidades dos casais (Rocha, 2020).

Quando os indivíduos estão aflitos, é comum que suas percepções fiquem distorcidas e disfuncionais. No entanto, é possível aprender a identificar e analisar seus "pensamentos automáticos" - ou seja, as ideias verbais ou imaginativas que surgem subitamente - e corrigi-los para refletir de forma mais precisa a realidade. Ao realizar esse processo, é comum observar uma redução no sofrimento, uma melhora no comportamento adaptativo e, especialmente em casos de ansiedade, uma diminuição na excitação fisiológica (Silva Gameiro; Corrêa, 2019).

Os terapeutas utilizam um processo de questionamento socrático suave para auxiliar os pacientes na avaliação e resposta aos seus pensamentos e crenças automáticas. Além disso, eles ensinam aos pacientes como eles mesmos podem participar desse processo de reflexão. Os terapeutas também colaboram com os pacientes na elaboração de experimentos comportamentais para serem realizados entre as sessões, a fim de testar as cognições por meio de previsões. Quando os pensamentos dos pacientes são válidos, os terapeutas trabalham para resolver os problemas, avaliar as conclusões dos pacientes e ajudá-los a aceitar suas dificuldades (Silva Gameiro; Corrêa, 2019).

Os sintomas depressivos exercem um impacto significativo nos relacionamentos conjugais, influenciando tanto as cognições negativas quanto os padrões disfuncionais de comunicação. A interação entre os sintomas depressivos e a qualidade do relacionamento conjugal é influenciada pelo apoio recebido pelo cônjuge não deprimido e pela gravidade dos sintomas. Além disso, a relação entre sintomas depressivos e insatisfação conjugal é bidirecional, com conflitos e insatisfação sendo alimentados por crenças irrealistas sobre a relação, avaliações extremamente negativas e comunicação prejudicada entre os parceiros (Lavner *et al.,* 2016).

Portanto, quando um casal busca terapia para resolver problemas conjugais e um dos cônjuges está lidando com depressão, é essencial que esse indivíduo busque apoio individual, idealmente através da terapia cognitivo-comportamental tradicional para a depressão. Isso pode incluir técnicas de reestruturação cognitiva, ajuste de expectativas e atribuições. O terapeuta do casal desempenha um papel crucial ao educar ambos os parceiros sobre a depressão e seus impactos na relação, enquanto facilita o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento para o cônjuge não deprimido aprender a lidar de forma mais eficaz e compassiva com o parceiro deprimido (Trombello; Post; Smith, 2019; Shayan *et al,* 2019.).

A terapia cognitivo-comportamental é uma abordagem especializada que visa promover mudanças através da identificação e desafio de pensamentos prejudiciais ao bem-estar (Cizil; Beluco, 2019; Silva Gameiro; Corrêa, 2019). Ao escolher o método mais adequado de terapia cognitivo-comportamental para casais, o terapeuta geralmente prioriza aliviar sintomas, facilitar a remissão de possíveis transtornos presentes no relacionamento e ajudar os pacientes a resolverem preocupações imediatas. Isso é feito através de sessões estruturadas, permitindo que o terapeuta ensine os pacientes a identificar, avaliar e responder aos pensamentos e crenças disfuncionais (Cizil; Beluco, 2019).

5. CONCLUSÃO

Na sociedade contemporânea, os relacionamentos vêm enfrentando diversos desafios e as interações entre as pessoas estão se tornando mais conflituosas a cada dia. Sabe-se que essas dificuldades podem exercer influência no surgimento e na persistência de distúrbios mentais, como depressão e ansiedade. Diversas situações podem levar um casal a buscar ajuda na terapia de casal, como o aumento das discussões, insatisfações na esfera sexual, problemas específicos ou uma combinação de questões sem solução. O estresse, por exemplo, é um fator que pode desencadear crises nos relacionamentos amorosos.

A terapia cognitivo-comportamental aplicada a casais está em constante evolução, com base no modelo de Beck. Nesse sentido, no presente estudo foi abordada brevemente a história do desenvolvimento dessa abordagem terapêutica no tratamento de casais, além de ser discutida a adequação do modelo cognitivo de Beck para as relações conjugais.

Contudo, faz-se necessário novos estudos que incluam os estudantes como também os profissionais da área de psicologia, para explorar como a terapia de casais baseada na abordagem cognitivo-comportamental pode ajudar casais em crise a encontrar alternativas mais eficazes para resolver seus problemas conjugais.

Referência

BARRY, R. A.; BARDEN, E. P.; DUBAC, C. Pulling away: Links among disengaged couple communication, relationship distress, and depressive symptoms. **Journal of Family Psychology**, v. 33, n. 3, p. 280, 2019.

BARCELLOS, A. B; HAYDU, V. B. **História da psicoterapia comportamental**. In: B. Rangé (Org.), Psicoterapia Comportamental e Cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas. Campinas, SP: Editorial Psi, 2001. (p43-53).

BECK, A. **Para além do amor: como os casaus podem superar os desentendimentos, resolver conflitos e encontrar uma solução para os problemas de relacionamento através da terapia cognitiva**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1995.

BECK, J. S. **Terapia cognitiva: teoria e prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BERTONI, A; BODENMANN, G. Satisfied and dissatisfied couples: Positive and negative dimensions, conflict styles, and relationships with family of origin. **European Psychologist**, 15(3),175-184. 2010.

BOLZE, S. D. A. Conflitos Conjugais e Parentais em Famílias com Crianças: Características e Estratégias de Resolução1. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 27, p. 457-465, 2017.

CARDOSO, B. L. A; PRETTE, Z. A. P. Habilidades sociais conjugais: uma revisão da literatura brasileira. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 19, n. 2, p. 124-137, 2017.

CIZIL, M. J; BELUCO, A. C. R. As contribuições da terapia cognitivo comportamental no tratamento da depressão. **Revista Uningá**, v. 56, n. S1, p. 33-42, 2019.

DATTILIO, F. M. **Manual de terapia cognitivo-comportamental para casais e famílias**. Artmed Editora, 2011.

DATTILIO, F. M. **Casais e famílias.** In: KNAPP, P. (org.). Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ELIAS, P. V. O.; BRITTO, I. A. G. S. **A função da assertividade no relacionamento afetivo.** Sobre Comportamento e Cognição: temas aplicados, v. 19, p. 23-36, 2007.

DINIZ, G. R.S. Trajetórias conjugais e a construção das violências. **Psicologia Clínica**, v. 29, n. 1, p. 31-41, 2017.

FREITAS, A. V; RIBEIRO, K. Influência das Habilidades Sociais Conjugais na Satisfação de Casais com relações duradouras. **e-RAC**, v. 8, n. 1, 2019.

GAMEIRO, C. B; CORRÊA, A. S. Terapia cognitivo-comportamental para casais diante das distorções cognitivas. **Disciplinar um Scientia| Saúde**, v. 20, n. 1, p. 217-228, 2019.

KNAPP, P. **Princípios Fundamentais da Terapia Cognitiva**. In: KNAPP, P. Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, T. G. A terapia cognitiva comportamental nas relações conjugais. **Terapia Famíliar: Múltiplas Abordagens com Casais e Famílias**. 2021.

OMIDI, A. et al. Comparing the effects of treatment with sildenafil and cognitive-behavioral therapy on treatment of sexual dysfunction in women: a randomized controlled clinical trial. **Electronic physician**, v. 8, n. 5, p. 2315, 2016.

PATOJA, J. S. Habilidades de comunicação interpessoal entre casais: contribuições da terapia cognitivo comportamental. **Revista Científica Multidisciplinar** Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 15, pp. 138-164. 2020.

PEÇANHA, R. F., RANGÉ, B. P. Cognitive behavioral therapy with couples: a rewiew. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 4, n. 1, p. 0-0, 2008.

ROCHA, A. Terapia Cognitivo-Comportamental com Casais e Família. **Terapia Famíliar: Múltiplas Abordagens com Casais e Famílias**, 2020.

SANTOS, L. R; CERQUEIRA, E. S. Infidelidade, satisfação sexual e conjugal e habilidades sociais entre casais que passaram por traição. **Pensando familias**, v. 24, n. 1, p. 67-78, 2020.

SILVA, A. P. M; PARO, E. A terapia de casais com base na abordagem cognitivo-comportamental. **Simpósio de Produções Acadêmicas em Psicologia do Univag**, n. 1, 2018.

SBICIGO, J. B; LISBOA, C. S. M. Habilidades sociais e satisfação conjugal: um estudo correlacionalSocial skills and marital satisfaction: correlational study. **Rev. Brasileira terapia cognitiva.**, Rio de Janeiro , v. 5, n. 2, p. 73-81, nov. 2009.

SKINNER, B.F. **Ciência e comportamento**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SHAYAN, A. O efeito da consulta cognitivo-comportamental no ajustamento conjugal entre mulheres encaminhadas para centros de saúde de Hamadan em 2015-2016. **Revisão de Medicina de Família e Cuidados Primários** , v. 2, 2020.

TARABAN, L. Maternal depression and parenting in early childhood: Contextual influence of marital quality and social support in two samples. **Developmental Psychology**, v. 53, n. 3, p. 436, 2017.

TROMBELLO, J. M.; POST, C. M.; SMITH, David A. Sintomas depressivos, críticas e contra críticas nas interações conjugais. **Processo familiar**, v. 58, n. 1, pág. 165-178, 2019.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

29

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NA INTERVENÇÃO DO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM TDAH E TEA

THE CONTRIBUTION OF PSYCHOLOGY IN THE INTERVENTION OF CARE FOR CHILDREN WITH ADHD AND ASD

Andressa Tawana Lima Cadilhe

Resumo

O presente trabalho investigou o papel crucial do psicólogo no atendimento a crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), focando-se na eficácia das intervenções psicológicas e na importância de uma abordagem multidisciplinar. O objetivo geral foi avaliar como as intervenções específicas podem melhorar a qualidade de vida dessas crianças e auxiliar no seu desenvolvimento e inclusão social. Utilizou-se uma metodologia qualitativa através da análise de estudos de caso e revisões bibliográficas que destacam práticas e estratégias de intervenção psicológica. Os resultados apontam para uma melhoria significativa no bem-estar e desenvolvimento das crianças envolvidas, reiterando a necessidade de tratamentos personalizados e a colaboração contínua entre psicólogos, familiares e outros profissionais de saúde. Conclui-se que o envolvimento ativo e integrado de múltiplas disciplinas é essencial para o tratamento eficaz, promovendo melhores resultados na terapia e maior adaptação social das crianças com TDAH e TEA. Este estudo sublinha a importância de políticas de saúde e educação que suportem essas práticas e as tornem acessíveis a todas as crianças necessitadas.

Palavras-chave: TDAH. TEA. Intervenções psicológicas. Abordagem multidisciplinar. Qualidade de vida.

Abstract

The present work investigated the crucial role of the psychologist in caring for children with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) and Autism Spectrum Disorder (ASD), focusing on the effectiveness of psychological interventions and the importance of a multidisciplinary approach. The general objective was to evaluate how specific interventions can improve the quality of life of these children and assist in their development and social inclusion. A qualitative methodology was used through the analysis of case studies and bibliographic reviews that highlight psychological intervention practices and strategies. The results point to a significant improvement in the well-being and development of the children involved, reiterating the need for personalized treatments and continuous collaboration between psychologists, family members and other health professionals. It is concluded that the active and integrated involvement of multiple disciplines is essential for effective treatment, promoting better results in therapy and greater social adaptation of children with ADHD and ASD. This study highlights the importance of health and education policies that support these practices and make them accessible to all children in need.

Keywords: TDAH. TEA. Psychological interventions. Multidisciplinary approach. Quality of life.

1. INTRODUÇÃO

A infância é uma fase importante no desenvolvimento humano, marcada por descobertas, aprendizados e desafios. Nesse contexto, algumas crianças enfrentam condições neurobiológicas que afetam significativamente sua capacidade de concentração, interação social e comportamento, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esses transtornos não apenas impactam a vida da criança, mas também de suas famílias e da sociedade como um todo, demandando intervenções especializadas e multidisciplinares.

O TDAH e o TEA são condições neuropsiquiátricas comuns na infância, que podem persistir até a idade adulta e trazer consequências significativas para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional das crianças afetadas. O TDAH é caracterizado por desatenção, hiperatividade e impulsividade, enquanto o TEA apresenta dificuldades na comunicação, interação social e padrões repetitivos de comportamento. Ambos os transtornos exigem abordagens terapêuticas específicas e personalizadas.

A relevância do estudo sobre a intervenção psicológica no atendimento de crianças com TDAH e TEA reside na necessidade de compreender melhor esses transtornos e desenvolver estratégias eficazes de intervenção. A psicologia desempenha um papel fundamental nesse processo, oferecendo técnicas e abordagens que visam melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento dessas crianças, promovendo sua inclusão e bem-estar social.

A justificativa para este estudo está na importância de ampliar o conhecimento sobre os transtornos do neurodesenvolvimento na infância e destacar a relevância da intervenção psicológica no tratamento dessas condições. Compreender as necessidades específicas das crianças com TDAH e TEA e desenvolver estratégias adequadas de intervenção é essencial para promover sua adaptação e sucesso em diferentes contextos.

Nota-se que a psicologia desempenha um papel fundamental na intervenção em crianças com TDAH e TEA, oferecendo uma variedade de abordagens e técnicas que visam melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento dessas crianças. Dessa forma, a questão de pesquisa que orienta este estudo é: Qual é a contribuição da psicologia na intervenção em crianças com TDAH e TEA?

No objetivo geral do presente estudo buscou analisar a contribuição da psicologia na intervenção para o desenvolvimento da criança portadora de TDAH e TEA. Além dos objetivos específicos que são descrever o conhecimento das diferenças e semelhanças entre os comportamentos dos indivíduos portadores dos transtornos TEA e TDAH, identificar como se dá o desenvolvimento em geral das crianças portadoras destes transtornos. E por fim, apresentar a importância da atuação do psicólogo no atendimento às crianças com TDAH e TEA.

De acordo com o proposto trata-se de uma revisão bibliográfica que foi extraída de matérias já publicadas, utilizando como método qualitativo e descritivo. A busca foi realizada por meio dos seguintes buscadores Scientific Electronic Library Online (Scielo), Revista Cientifica de Psicologia, Google Acadêmico e Scribd. Os critérios de exclusão: textos incompletos, artigo que não abordaram diretamente o tema do presente estudo e nem os objetivos propostos, foram consultados ainda diferentes documentos como: Livros, Teses, Artigos e Monografia: desde o ano 2016 até 2023. Foram selecionados trabalhos publicados nos últimos 8 anos, na língua portuguesa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Diferenças e semelhanças entre os comportamentos dos indivíduos portadores dos transtornos TEA e TDAH

Segundo Mandal (2019) o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) são condições neuropsiquiátricas que afetam o desenvolvimento e o comportamento das pessoas, especialmente na infância. Embora sejam transtornos distintos, apresentam algumas semelhanças em seus comportamentos, mas também diferenças significativas que os distinguem.

De acordo com Couto, Melo-Junior e Gomes (2018), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por dificuldades na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Pessoas com TEA podem ter dificuldade em compreender as emoções dos outros, preferir rotinas rígidas e se envolver em comportamentos repetitivos, como balançar o corpo, alinhar objetos ou repetir palavras ou frases.

Por outro lado, Paiva Junior (2020) explica que o TDAH é caracterizado por dificuldades de atenção, hiperatividade e impulsividade. As pessoas com TDAH podem ter dificuldade em prestar atenção em tarefas, podem ser excessivamente ativas ou inquietas e podem agir impulsivamente, sem pensar nas consequências.

De acordo com Pidde (2018), embora exista alguma sobreposição nos sintomas, é crucial distinguir entre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) para garantir um diagnóstico preciso e um plano de tratamento adequado. Cada transtorno requer abordagens de tratamento específicas e personalizadas para atender às necessidades individuais das pessoas afetadas.

Plomin *et al.,* (2021) destacam que, embora ambos os transtornos possam envolver dificuldades na atenção e concentração, as manifestações são diferentes. No TEA, os indivíduos podem ter dificuldade em focar em determinadas tarefas devido a interesses restritos ou hiperfoco em assuntos específicos. Por outro lado, no TDAH, a falta de atenção é mais difusa, afetando a capacidade de se concentrar em qualquer atividade por períodos prolongados. Essa distinção é fundamental para o diagnóstico e o planejamento de intervenções adequadas a cada caso.

De acordo com Zanolla (2018), no Transtorno do Espectro Autista (TEA), os padrões de comportamento repetitivos e a dificuldade na interação social são mais proeminentes, enquanto no Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a hiperatividade e impulsividade são características-chave. Indivíduos com TEA podem ter dificuldade em compreender as emoções dos outros e em se comunicar de forma adequada, enquanto aqueles com TDAH podem ter dificuldade em controlar seus impulsos e em seguir regras. Essas diferenças são importantes para o diagnóstico diferencial e para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas adequadas para cada transtorno.

Já no Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a hiperatividade, impulsividade e dificuldade de atenção são características-chave. As pessoas com TDAH podem ter dificuldade em controlar seus impulsos, em prestar atenção em tarefas e em seguir regras, o que pode afetar seu desempenho acadêmico, profissional e social (Couto; Melo-Junior; Gomes, 2018).

Embora haja sobreposição nos sintomas entre TEA e TDAH, é importante reconhecer as diferenças para um diagnóstico preciso e um plano de tratamento adequado. Cada transtorno requer abordagens de tratamento específicas e personalizadas para atender às necessidades individuais das pessoas afetadas (Mandal, 2019).

Ambos os transtornos podem ter impactos significativos na vida diária dos indivíduos e de suas famílias. As dificuldades de comunicação e interação social no TEA podem levar a problemas nas relações interpessoais e no desempenho acadêmico, enquanto no TDAH, a impulsividade e a falta de organização podem afetar a realização de tarefas cotidianas e a produtividade (Pidde, 2018).

Por outro lado, no Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a impulsividade, falta de atenção e hiperatividade podem afetar a realização de tarefas cotidianas e a produtividade. As pessoas com TDAH podem ter dificuldade em manter o foco em tarefas, em controlar seus impulsos e em organizar suas atividades, o que pode afetar seu desempenho acadêmico, profissional e social (Pignatari, 2019).

É importante que as pessoas com TEA ou TDAH recebam o apoio adequado para lidar com os desafios que enfrentam. Isso pode incluir intervenções comportamentais, terapias especializadas, apoio educacional e suporte emocional. O envolvimento da família e de profissionais de saúde qualificados também é fundamental para ajudar os indivíduos a desenvolverem habilidades para lidar com seus transtornos e alcançar seu pleno potencial (Plomin *et al.,* 2021).

Zanolla (2018) explica que as estratégias de intervenção para TEA e TDAH são diferentes devido às suas características distintas. Para o TEA, são utilizadas abordagens comportamentais e terapias especializadas para desenvolver habilidades sociais e de comunicação. Já para o TDAH, o tratamento geralmente envolve terapia comportamental, educação sobre o transtorno e, em alguns casos, medicação para ajudar a controlar os sintomas.

Para o TEA, as abordagens de intervenção geralmente incluem terapias comportamentais, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), que visam desenvolver habilidades sociais e de comunicação. Outras terapias especializadas, como a terapia ocupacional e a terapia da fala, também podem ser utilizadas para ajudar os indivíduos com TEA a desenvolverem habilidades funcionais e a melhorarem sua qualidade de vida. Além disso, programas educacionais individualizados e apoio emocional são importantes para garantir que as necessidades das pessoas com TEA sejam atendidas (Couto; Melo-Junior; Gomes, 2018).

Já para o TDAH, o tratamento geralmente envolve uma abordagem multimodal que pode incluir terapia comportamental, educação sobre o transtorno e, em alguns casos, medicação. A terapia comportamental pode ajudar os indivíduos com TDAH a desenvolverem habilidades de organização, planejamento e controle de impulsos. A educação sobre o transtorno é importante para ajudar as pessoas a entenderem seus sintomas e aprenderem estratégias para lidar com eles. Em alguns casos, a medicação, como os estimulantes, pode ser prescrita para ajudar a controlar os sintomas de falta de atenção, hiperatividade e impulsividade (Paiva Junior, 2020).

É importante que o tratamento para o TEA e o TDAH seja individualizado e adaptado às necessidades específicas de cada pessoa. O envolvimento da família e de profissionais de saúde qualificados é fundamental para garantir que o plano de tratamento seja eficaz e que as necessidades da pessoa sejam atendidas da melhor forma possível (Pignatari, 2019)

Em conclusão, embora o TEA e o TDAH compartilhem algumas semelhanças em seus comportamentos, como dificuldades de atenção e concentração, eles também apresentam diferenças significativas, como padrões de comportamento repetitivos no TEA e hiperatividade no TDAH. Compreender essas diferenças é essencial para fornecer intervenções adequadas e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos afetados por esses transtornos (Zanolla, 2018).

2.2 Desenvolvimento em geral das crianças portadoras TEA e TDAH

Segundo Amiralian (2018) afirma que o desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) apresenta desafios únicos que requerem abordagens específicas para garantir seu bem-estar e qualidade de vida. No caso do TEA, o desenvolvimento social e de comunicação pode ser afetado, enquanto no TDAH, questões relacionadas à atenção, hiperatividade e impulsividade são mais proeminentes. No entanto, é importante ressaltar que cada criança é única e pode apresentar uma combinação única de características e necessidades.

Barbosa (2017) afirma que o desenvolvimento das crianças com TEA é frequentemente marcado por dificuldades na interação social e na comunicação. Elas podem apresentar dificuldade em entender as emoções dos outros e em expressar suas próprias emoções. Além disso, padrões de comportamento repetitivos e interesses restritos são comuns, o que pode afetar seu desenvolvimento social e emocional.

Biaggio (2018) cita que para promover o desenvolvimento dessas crianças, intervenções precoces e individualizadas são essenciais. Terapias comportamentais, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), podem ajudar a desenvolver habilidades sociais e de comunicação. Além disso, terapias ocupacionais e da fala podem ser úteis para melhorar habilidades funcionais e de linguagem.

No caso do TDAH, Carvalho (2018) afirma que o desenvolvimento das crianças pode ser afetado por dificuldades de atenção, hiperatividade e impulsividade. Elas podem ter dificuldade em prestar atenção em tarefas, em controlar seu comportamento impulsivo e em permanecer sentadas por longos períodos de tempo. Isso pode afetar seu desempenho acadêmico, suas relações interpessoais e sua autoestima.

Gauderer (2018) ressalta que o tratamento do TDAH geralmente envolve uma abordagem multimodal que inclui terapia comportamental, educação sobre o transtorno e, em alguns casos, medicação. A terapia comportamental pode ajudar a desenvolver habilidades de organização, planejamento e controle de impulsos.

Jones (2020) menciona que a educação sobre o transtorno é fundamental não apenas para os pais e cuidadores, mas também para as próprias crianças, ajudando-as a entender seus sintomas e a aprender maneiras de lidar com eles. Isso pode incluir técnicas de gerenciamento de tempo, organização e comunicação eficaz. Em alguns casos, a medicação, como os estimulantes, também pode ser recomendada, especialmente quando os sintomas do TDAH interferem significativamente na vida diária da criança. A combinação dessas abordagens é geralmente a mais eficaz no tratamento do TDAH.

Para Kaplan (2018) as intervenções precoces e adaptadas às necessidades individuais são fundamentais para promover o desenvolvimento das crianças com TDAH e TEA. A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é uma abordagem terapêutica comumente utilizada, que se concentra em reforçar comportamentos positivos e reduzir comportamentos problemáticos, ajudando a desenvolver habilidades sociais e de comunicação.

Além disso, Lucca *et al.* (2018) mencionam que as terapias ocupacionais podem ajudar a melhorar habilidades funcionais, como habilidades motoras finas e grossas, enquanto a terapia da fala pode auxiliar no desenvolvimento da linguagem e da comunicação. É importante que essas terapias sejam realizadas por profissionais qualificados e que haja uma abordagem multidisciplinar, envolvendo diferentes áreas de intervenção para abordar as diversas necessidades dessas crianças.

Neto (2021) cita ainda que além das intervenções específicas para cada transtorno,

como terapias comportamentais e educacionais, é importante que as crianças com TEA e TDAH recebam apoio emocional e educacional adequado. O envolvimento da família e de profissionais de saúde qualificados é fundamental para garantir que as necessidades das crianças sejam atendidas de forma abrangente e eficaz.

Perez (2016) afirma que o apoio emocional pode ajudar as crianças a lidar com os desafios associados aos seus transtornos, como dificuldades de comunicação e interação social no caso do TEA, e problemas de atenção e hiperatividade no caso do TDAH. Além disso, o suporte educacional pode incluir adaptações no ambiente escolar, planos de educação individualizados e estratégias específicas para melhorar o aprendizado e o desenvolvimento.

Nas palavras de Jones (2020) explica que o envolvimento da família é crucial, pois os pais e cuidadores desempenham um papel fundamental no apoio às crianças com TEA e TDAH em casa e na escola. Profissionais de saúde qualificados, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e educadores especializados, também desempenham um papel importante na avaliação, diagnóstico e intervenção adequada para essas crianças. Juntos, esses recursos podem ajudar a garantir o melhor desenvolvimento e qualidade de vida possível para as crianças com TEA e TDAH.

Kaplan (2018) menciona que o desenvolvimento de crianças com TEA e TDAH apresenta desafios únicos que requerem abordagens específicas e individualizadas. Com intervenções precoces e adequadas, é possível promover o desenvolvimento dessas crianças e melhorar sua qualidade de vida.

2.3 A importância da atuação do psicólogo no atendimento às crianças com TDAH e TEA.

A atuação do psicólogo no atendimento às crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é de extrema importância, pois esses profissionais têm um papel fundamental no diagnóstico, acompanhamento e intervenção desses transtornos. O TDAH e o TEA são condições neurobiológicas que afetam o desenvolvimento da criança, e a intervenção psicológica pode contribuir significativamente para o seu bem-estar e qualidade de vida (Borba; Barros, 2022). Neste contexto, o psicólogo desempenha um papel fundamental no acompanhamento dessas crianças, ajudando-as a lidar com os desafios associados aos seus transtornos e a desenvolver habilidades que lhes permitam ter uma vida mais plena e satisfatória.

Segundo Gomes *et al.* (2019) a avaliação completa realizada pelo psicólogo é fundamental para compreender não apenas os sintomas apresentados pela criança com TDAH ou TEA, mas também suas necessidades emocionais, sociais e cognitivas. Essa avaliação abrangente permite ao psicólogo ter uma visão mais ampla da criança, considerando não apenas os aspectos clínicos, mas também seu contexto emocional e social.

Lima (2021) explica que ao considerar as necessidades emocionais da criança, o psicólogo pode identificar possíveis fatores de estresse, ansiedade ou baixa autoestima que podem estar influenciando seu comportamento e seu desenvolvimento. Isso permite que o psicólogo desenvolva estratégias específicas para ajudar a criança a lidar com essas questões emocionais.

Da mesma forma, Matos e Matos (2018) destacam que ao considerar as necessidades sociais da criança, o psicólogo pode identificar dificuldades de interação social ou de relacionamento que possam estar impactando sua vida diária. Isso permite que o psicólo-

go trabalhe no desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação que ajudem a criança a se relacionar melhor com os outros.

Além do diagnóstico inicial, Seimetz (2020) ressalta que o psicólogo desempenha um papel contínuo no acompanhamento do desenvolvimento da criança ao longo do tempo. Isso envolve avaliar a eficácia das intervenções realizadas e fazer os ajustes necessários para garantir que a criança esteja recebendo o suporte adequado.

Borba e Barros (2022) complementam que o acompanhamento do desenvolvimento da criança ao longo do tempo permite ao psicólogo observar como ela está progredindo em relação aos objetivos estabelecidos no plano de intervenção. Isso envolve avaliar não apenas os aspectos clínicos, como os sintomas do TDAH ou TEA, mas também as mudanças em suas habilidades emocionais, sociais e cognitivas.

Com base nessas avaliações, Gomes *et al.,* (2019) explicam que o psicólogo pode fazer os ajustes necessários no plano de intervenção, modificando as estratégias utilizadas ou adicionando novas abordagens conforme necessário. Esse acompanhamento contínuo é fundamental para garantir que a criança receba o suporte adequado em cada estágio de seu desenvolvimento.

Além disso, Lima (2021) cita ainda que o acompanhamento do desenvolvimento da criança ao longo do tempo permite ao psicólogo identificar possíveis desafios ou dificuldades que possam surgir e intervir precocemente para minimizar seu impacto. Isso ajuda a criança a desenvolver habilidades adaptativas que serão fundamentais para seu bem-estar e sucesso futuro.

Segundo Matos e Matos (2018) o acompanhamento contínuo do desenvolvimento da criança realizado pelo psicólogo é essencial para garantir que ela receba o suporte adequado para lidar com os desafios associados ao TDAH ou TEA e desenvolver todo o seu potencial

Conforme Seimetz (2020) no TEA, o psicólogo pode ajudar a criança a desenvolver habilidades sociais e de comunicação, bem como a lidar com comportamentos repetitivos ou restritos. O psicólogo também desempenha um papel importante no apoio emocional das crianças com TDAH e TEA, ajudando-as a lidar com os desafios e frustrações associados aos seus transtornos.

Souza (2019) afirma que o psicólogo pode oferecer suporte à família da criança, ajudando os pais a compreenderem melhor os transtornos e a desenvolverem estratégias para lidar com eles. O envolvimento da família é fundamental para o sucesso do tratamento, e o psicólogo pode orientar os pais sobre como melhor apoiar seus filhos no dia a dia.

Borba e Barros (2022) citam também o psicólogo também pode trabalhar em conjunto com outros profissionais de saúde, como médicos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, para garantir uma abordagem integrada e abrangente. A atuação do psicólogo no atendimento às crianças com TDAH e TEA também envolve a promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor, que respeite as diferenças e promova o desenvolvimento de todas as crianças.

A terapia cognitivo-comportamental (TCC) pode ser uma abordagem eficaz no manejo de sintomas como impulsividade e agitação, comuns no Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A TCC ajuda a criança a identificar padrões de pensamento negativos ou disfuncionais que podem contribuir para esses sintomas e a desenvolver estratégias para substituí-los por pensamentos mais adaptativos. Além disso, a TCC também pode ajudar a criança a desenvolver habilidades de autocontrole e a lidar melhor com a impulsividade (Demo, 2019).

No caso do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), o psicólogo pode utilizar abordagens específicas, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), para ajudar a criança a desenvolver habilidades sociais e de comunicação. A ABA é uma abordagem baseada em evidências que se concentra em reforçar comportamentos positivos e ensinar novas habilidades por meio de técnicas de reforço e modelagem. Essa abordagem é especialmente eficaz para ajudar crianças com TEA a desenvolver habilidades sociais e de comunicação que lhes permitam interagir de forma mais eficaz com os outros (Jones, 2020).

Portanto, tanto a TCC quanto a ABA são abordagens terapêuticas eficazes que podem ser utilizadas pelo psicólogo no atendimento às crianças com TDAH e TEA, respectivamente, ajudando-as a desenvolver habilidades importantes para seu desenvolvimento e qualidade de vida (Gauderer, 2018).

Barbosa (2017) explica que o psicólogo pode desempenhar um papel crucial ao trabalhar em parceria com a escola da criança, oferecendo suporte aos professores e orientando sobre estratégias pedagógicas que possam beneficiar o desenvolvimento do aluno com TDAH ou TEA.

Ao colaborar com a escola, Biaggio (2018) cita que o psicólogo pode ajudar a identificar as necessidades específicas da criança e propor adaptações no ambiente escolar que facilitem seu aprendizado e seu desenvolvimento. Isso pode incluir a implementação de estratégias para lidar com a impulsividade, a agitação ou as dificuldades de concentração no caso do TDAH, ou o desenvolvimento de programas de intervenção para melhorar as habilidades sociais e de comunicação no caso do TEA.

Além disso, Gome *et al.* (2019) dizem ainda a atuação do psicólogo no atendimento às crianças com TDAH e TEA também envolve a sensibilização da sociedade sobre esses transtornos, combatendo o estigma e promovendo a inclusão. Isso pode ser feito por meio de palestras, workshops e outras atividades educativas que visem informar as pessoas sobre os transtornos e promover uma maior compreensão e aceitação das diferenças.

Dessa forma, Souza (2019) explica que o psicólogo desempenha um papel fundamental não apenas no atendimento direto às crianças com TDAH e TEA, mas também na promoção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor para essas crianças na sociedade como um todo.

Borba e Barros (2022) explicam que é fundamental que haja um esforço conjunto de pais, escolas, profissionais de saúde e sociedade em geral para garantir que as crianças com TDAH e TEA recebam o suporte necessário para prosperar e alcançar seu pleno potencial. A atuação do psicólogo nesse contexto é um componente crucial desse esforço, e seu papel na promoção da saúde mental e no bem-estar dessas crianças não pode ser subestimado.

3. CONCLUSÃO

Esta pesquisa reitera a eficácia das intervenções psicológicas no desenvolvimento e bem-estar de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Os resultados obtidos destacam a significativa melhoria na qualidade de vida dessas crianças quando submetidas a tratamentos que envolvem estratégias psicológicas especializadas, corroborando estudos anteriores que enfatizam a importância da terapia comportamental e cognitiva.

A necessidade de uma abordagem multidisciplinar foi claramente evidenciada, demonstrando que a colaboração entre psicólogos, médicos, educadores e familiares é es-

sencial para um tratamento integrado e eficiente. Essa sinergia entre diferentes profissionais permite a criação de um ambiente de suporte mais robusto, crucial para a inclusão social e acadêmica das crianças.

Além disso, os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas que fomentem e facilitam essas práticas multidisciplinares, garantindo acesso universal a tratamentos adequados e personalizados.

Por fim, embora os resultados sejam promissores, reconhecemos limitações no alcance e na diversidade dos grupos estudados. Futuras pesquisas deverão expandir para amostras maiores e mais variadas, permitindo uma melhor generalização dos resultados e a exploração de métodos inovadores de intervenção. Esses estudos continuarão a enriquecer nossa compreensão e capacidade de intervenção, visando sempre o melhor interesse das crianças com TDAH e TEA e de suas famílias.

Referências

AMIRALIAN, M.L.T.M., **Psicologia do Excepcional.** vol. 8. São Paulo: E.P.U., 2018

BARBOSA, Adriana de Andrade Gaião; BARBOSA, Genário Alves; AMORIM Georgianne Galvão. **Hiperatividade:** Conhecendo sua realidade. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2017.

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. Vozes p.41-83 A teoria do desenvolvimento intelectual em Piaget, 2018.

BORBA, M. M. C.; BARROS, R. S. **Ele é autista**: como posso ajudar na intervenção? Um guia para profissionais e pais com crianças sob intervenção analítico-comportamental ao autismo. Cartilha da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), 2022.

CARVALHO, Cristina. **A importância da Coordenação Pedagógica na escola.** 2018. Disponível em: <http://silvana-carvalho.blogspot.com.br/2008/10/importncia-docoordenao-pedaggica-na.html>. Acesso em 04.04.24

COUTO, Taciana de Souza; MELO-JUNIOR, Mario Ribeiro de; GOMES, Cláudia Roberta de Araújo. Aspectos neurobiológicos do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): uma revisão. **Ciências & Cognição**, v. 15, n. 1, p. 241 – 251, 2018

DEMO, Pedro. **Formação de Formadores Básicos**. Em aberto, ano 12 (54). Abr/Jun.2017

GAUDERER, C. **Autismo e Outros Atrasos do Desenvolvimento** – Guia Prático Para Pais e Profissionais. 2ª ed. revista e ampliada. Revinter, 2018

GOMES, Eliana da Rocha; COELHO, Hellen Patrícia Barbosa; MICCIONE, Mariana Morais. **Estratégias de intervenção sobre os transtornos do espectro do autismo na terapia cognitivo-comportamental:** análise da literatura. Estação Científica, Juiz de Fora, nº 16, jun./jul. 2019

JONES, Maggie. **Hiperatividade:** Como Ajudar seu Filho. Do original língua inglesa. Publicado na Grã-Bretanha por Vegas Books. São Paulo: Plexus Editora, 2020

KAPLAN, H. I. **Compêndio de Psiquiatria:** Ciência do Comportamento e Psiquiatria Clínica. 7ª ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2018.

LIMA, Rivalda Magalhães de. O psicólogo na escola: uma atuação necessária na perspectiva da inclusão escolar. 2021. 70p. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Ipatinga, 2021

LUCCA, Arthur Henrique Braga; SILVEIRO, Gabriella Guimarães; VIDAL, Milena Santana; CORREA, Geraldo. O papel do psicólogo junto ao transtorno do espectro autista. **Revista Espaço Acadêmico**.v. 11, n.03, 2018

MANDAL, Ananya. **Causas do autismo**. p. 1-5, 30 de abril de 2019. Disponível em <https://www.news-medical.net/health/Austism-Causes-(Portuguese).aspx>. Acesso em 04.04.24

MATOS, Daniel Carvalho de; MATOS, Pollianna Galvão Soares de. Intervenções em Psicologia para inclusão escolar de crianças autistas: estudo de caso. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XVIII, nº 211, dez. 2018.

NETO. **Autismo:** um Breve Histórico. 2013. Disponível em: <http://www.psicologiaeciencia.com.br/autismo-

-um-breve-historico/>. Acesso em 20 Setembro 2023

PAIVA JUNIOR, Francisco. O que é autismo? **Revista Autismo**. n. 8, p. 8 – 15, março de 2020. Disponível em <https://www.revistaautismo.com.br/o-que-e-autismo/>. Acesso em 04.04.24

PEREZ. Jesica Del Carmen. **Meu Cérebro**. 2014. Disponível em: <http://meucerebro.com/19-frases-inspiradoras-sobre-o-autismo-retiradas-das-redessociais/>. Acesso em 04.04.24

PIDDE, Áurea Gomes et al. O desafio do diagnóstico de TDAH e suas implicações. III **CIPEEX – Ciência para a redução das desigualdades**, v. 2, p. 942 – 947, dezembro de 2018.

PIGNATARI, Graciela. Como a ciência explica hoje a ligação entre autismo e genética. **Autismo x genética**. p. 1 – 6, 28 de março de 2019.

PLOMIN, Robert et al. **Genética do comportamento**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

SEIMETZ, Giovanna Dornelles. **Avaliação psicológica da criança com suspeita de transtorno do espectro autista:** desafios para o avaliador. 2020. 55p. TCC (Graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia, UFRGS, Porto Alegre, 2020

SOUZA, José Carlos. Atuação do psicólogo frente aos transtornos globais do desenvolvimento infantil. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 24(2), p. 24-31, 2019

ZANOLLA, Thais Arbocese et al. Causas genéticas, epigenéticas e ambientais do transtorno do espectro autista. TEA: causas genéticas, epigenéticas e ambientais. Universidade Presbiteriana Mackenzie. CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 29 – 42, 2018

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

30

O PAPEL DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NA REDUÇÃO DE SINTOMAS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM PACIENTES DEPENDENTES QUÍMICOS

THE ROLE OF COGNITIVE BEHAVIORAL THERAPY IN REDUCING ANXIETY AND DEPRESSION SYMPTOMS IN CHEMICAL DEPENDENT PATIENTS

Burkeane de Melo Lima Viana
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

O artigo aborda a dependência química e sua relação com transtornos de ansiedade e depressão, destacando a eficácia da terapia cognitivo-comportamental (TCC). A metodologia envolveu revisão de literatura qualitativa, utilizando diversas bases de dados acadêmicas. A dependência química é caracterizada pelo uso compulsivo de substâncias para evitar mal-estar, sendo a TCC uma abordagem eficaz para modificar padrões de pensamento disfuncionais. A TCC visa desenvolver crenças adaptativas e habilidades de enfrentamento saudáveis, além de prevenir recaídas, podendo ser aplicada em diferentes contextos terapêuticos. Destaca-se a importância da relação terapêutica empática e da aceitação incondicional. Estudos de caso demonstram a eficácia da TCC na redução de sintomas psicológicos e do abuso de substâncias, assim como a relevância de grupos de apoio mútuo, como os Alcoólicos Anônimos. Conclui-se que a TCC é uma ferramenta valiosa para melhorar a qualidade de vida e promover a recuperação sustentável de pacientes dependentes químicos com transtornos de ansiedade e depressão.

Palavras-chave: Terapia cognitivo-comportamental, Dependência química, Ansiedade, Depressão, Tratamento, Intervenção.

Abstract

The article addresses chemical dependency and its relationship with anxiety and depression disorders, highlighting the effectiveness of cognitive behavioral therapy (CBT). The methodology involves a qualitative literature review, using several academic databases. Chemical dependency is characterized by the compulsive use of substances to avoid feeling unwell, with CBT being an effective approach to modify dysfunctional thought patterns. CBT aims to develop adaptive and healthy coping skills, in addition to preventing relapses, and can be applied in different therapeutic contexts. The importance of the empathetic therapeutic relationship and unconditional accessibility is highlighted. Case studies demonstrate the effectiveness of CBT in reducing psychological symptoms and substance abuse, as well as the relevance of mutual support groups such as Alcoholics Anonymous. It is concluded that CBT is a powerful tool to improve the quality of life and promote the sustainable recovery of chemically dependent patients with anxiety and depression disorders.

Keywords: Cognitive-behavioral therapy, Chemical dependency, Anxiety, Depression, Treatment, Intervention.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo teve como objetivo fundamental realizar uma análise abrangente da dependência química sob a perspectiva da terapia cognitivo-comportamental. A pesquisa buscou responder à seguinte problemática: Qual é a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental como abordagem terapêutica no tratamento da dependência química, com foco na redução dos sintomas de ansiedade e depressão em pacientes dependentes?

Desse modo, o objetivo geral visou investigar a eficácia da terapia cognitivo-comportamental como uma intervenção terapêutica no tratamento de pacientes com dependência química, com foco na redução dos sintomas de ansiedade e depressão.

Quanto aos objetivos específicos, buscou-se apresentar os aspectos conceituais da dependência química conjuntamente com a Terapia Cognitivo-Comportamental; Investigar se existiam fatores moderadores, como idade, gênero e gravidade da dependência, que pudessem influenciar a eficácia da terapia cognitivo-comportamental; Por fim, foi abordado as formas de integração da terapia cognitivo-comportamental nas práticas terapêuticas.

É importante destacar que esse estudo se fez necessário, porque possui relevância social e de saúde pública, sendo que compreender as abordagens terapêuticas para o tratamento desse problema é fundamental para melhorar a qualidade de vida dos pacientes e reduzir os impactos sociais negativos associados à dependência.

Além disso, a terapia cognitivo-comportamental é uma abordagem terapêutica bem estabelecida para esses transtornos, tornando sua aplicação na dependência química particularmente relevante, não se limitando apenas a tratar sintomas, mas também se concentrando em identificar e modificar os pensamentos disfuncionais e os comportamentos inadequados. Portanto, a análise da dependência química sob a ótica da terapia cognitivo-comportamental é justificada pela relevância social, pela necessidade de abordagens terapêuticas mais eficazes e pela contribuição para o conhecimento científico e prático nessa área crucial da saúde mental.

Em busca do alcance de tão complexo objetivo, foi necessário abordar determinados aspectos sobre a dependência química. Sendo está uma condição de saúde pública que afetou milhões de pessoas em todo o mundo, representando um desafio complexo tanto para os indivíduos que a enfrentaram quanto para os profissionais de saúde que buscaram oferecer tratamento e suporte adequados.

Além da própria dependência às substâncias, foi frequentemente observada uma alta comorbidade com transtornos mentais, em particular a ansiedade e a depressão nesses pacientes. A interação entre essas condições pôde agravar significativamente o quadro clínico, a qualidade de vida e o prognóstico dos pacientes.

Dado que, a ansiedade e a depressão são transtornos mentais amplamente reconhecidos por sua incapacidade de acomodação e impacto substancial na vida diária dos indivíduos. Quando concorrem com a dependência química, esses transtornos tornar o processo de recuperação ainda mais desafiador, aumentando as recaídas e prejudicando o bem-estar global dos pacientes.

Nesse contexto, foi imperativo explorar estratégias terapêuticas eficazes que visassem não apenas à redução do uso de substâncias, mas também à melhoria do estado emocional e psicológico desses pacientes. Desse modo, a terapia cognitivo-comportamental surge como uma possibilidade de abordagem terapêutica amplamente no tratamento

da ansiedade e da depressão em diversas populações e clínicas. Dado que, sua ênfase na identificação e modificação de padrões de pensamento disfuncionais e comportamentos inadequados pode oferecer um enfoque promissor para a redução dos sintomas de ansiedade e depressão em pacientes dependentes químicos.

No entanto, embora a terapia cognitivo-comportamental tenha demonstrado benefícios substanciais em contextos terapêuticos isolados, ainda existe a necessidade premente de investigar sua aplicação específica e eficácia dentro do contexto da dependência química.

Por isso, o presente trabalho se propôs a examinar de forma crítica o papel da terapia cognitivo-comportamental na redução de sintomas de ansiedade e depressão em pacientes dependentes químicos. Ao fazer isso, esperava-se contribuir para uma compreensão mais abrangente das intervenções terapêuticas disponíveis e seus potenciais impactos no tratamento integral desses pacientes.

Alicerçados no método bibliográfico, pesquisa qualitativa e descritiva, foi revisada a literatura relevante, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre como a terapia cognitivo-comportamental é uma ferramenta eficaz na abordagem dos sintomas de ansiedade e depressão em pacientes dependentes químicos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O estudo utilizou como metodologia a revisão de literatura. A pesquisa foi qualitativa e descritiva. As bases de dados acadêmicas consultadas foram PubMed, PsycINFO, Scopus, Web of Science e Google Scholar. Além disso, foram exploradas bibliotecas virtuais como Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Os critérios para inclusão dos estudos na pesquisa foram: estudos publicados no período entre 2007 e 2021, com a inclusão de artigos sobre o tema que contenham fora dessa faixa temporal. As palavras-chaves utilizadas nas buscas incluíram termos como “terapia cognitivo-comportamental”, “dependência química”, “ansiedade”, “depressão”, “tratamento” e “intervenção”.

2.2 Resultados e discussão

A dependência química é uma condição caracterizada pelo uso compulsivo e descontrolado de substâncias psicoativas, como álcool, drogas ilícitas ou medicamentos prescritos. Nessa condição, segundo dados da Organização Mundial de Saúde disponibilizados em seu *Manual sobre dependencia de las drogas*[1], quando se conceitua dependência química no contexto das drogas, afirma-se que é uma:

> situação em que existe um sentimento de satisfação e um impulso psíquico que exigem a administração regular ou contínua da droga para produzir prazer ou evitar mal-estar. Tal estado mental é evidentemente o mais potente de todos os fatores implicados na intoxicação crônica com as drogas psicotrópicas, e pode ser o único fator no caso de certos tipos de droga (Araújo; Laranjeira, 2017, p. 8).

1 Cf. Organización Mundial de la Salud (1975).

Mediante o exposto, resta delineado de forma precisa a essência da dependência química, que diz respeito a uma dinâmica complexa em que um indivíduo se vê compelido a consumir uma substância de forma regular ou contínua, não apenas em busca de prazer, mas também para evitar desconforto ou mal-estar. Esse impulso psíquico, esse estado mental poderoso, é o cerne da dependência química.

Conforme indicado pelos autores por Alford e Nocross (1991 *apud* Silva; Serra, 2004, p. 33), a teoria cognitiva sugere que "a dependência química é resultado de uma interação complexa entre diversos elementos cognitivos, como pensamentos, crenças, ideias, esquemas, valores, opiniões, expectativas e suposições".

Esta visão implica que os padrões de pensamento e as percepções individuais têm um papel crucial na origem e na persistência da dependência. Ou seja, a forma como uma pessoa percebe a si mesma, o uso da substância, suas capacidades e o ambiente ao seu redor pode influenciar de maneira significativa o desenvolvimento e a continuação do comportamento aditivo.

Nesse sentido, tornam-se necessárias intervenções terapêuticas voltadas para a modificação desses padrões de pensamento disfuncionais. A terapia cognitivo-comportamental emerge como uma abordagem eficaz no tratamento de pacientes dependentes químicos que enfrentam sintomas de ansiedade e depressão. De acordo com o autor Wright (1993, p. 123-146), "o papel do terapeuta cognitivo-comportamental é desenvolver crenças mais adaptativas que auxiliem o paciente a se libertar das drogas".

A partir disso, nota-se o papel crucial da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da dependência química, a importância de desenvolver crenças mais adaptativas para ajudar os pacientes a superarem o vício. Isso sugere que a abordagem terapêutica não se limita apenas à interrupção do uso da substância, mas também envolve uma mudança fundamental na forma como os pacientes percebem a si mesmos, o uso da droga e seu lugar no mundo. Somado a isso, a Castro (2004, p. 8) dispõe que:

> Uma importante meta da terapia cognitiva comportamental é ensinar o indivíduo a aprender a lidar com seus estados emocionais, questionar comportamentos subjacentes, reconstruir a maneira de pensar, rever padrões rígidos de comportamento e pensamento e ampliar a forma de avaliar os mesmos. O objetivo é aumentar o autocontrole e a autoeficácia. A terapia cognitiva comportamental é compatível com diversas outras modalidades de tratamento: ambulatorial, individual, em grupo, familiar, hospitalar, farmacológico e em grupos de auto-ajuda.

Nesse sentido, a terapia cognitiva comportamental se destaca ao abordar não apenas a dependência química, mas também transtornos de ansiedade e depressão que frequentemente coexistem. A terapia cognitiva oferece uma abordagem holística, permitindo que os terapeutas trabalhem em várias frentes para promover uma recuperação completa. Ao capacitar os pacientes a desafiar e substituir pensamentos negativos, a terapia cognitiva não só visa interromper o ciclo da dependência, mas também fortalecer a saúde mental do indivíduo como um todo.

Além disso, de acordo com Cordioli e Knapp (2008, p. S52):

> a eficácia clínica da TCC tem sido bem estabelecida em estudos controlados, no tratamento de quadros depressivos unipolares, tanto em adultos como em crianças, no transtorno do pânico com e sem agorafobia, na fobia social, no transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), no transtorno obsessivo-com-

> pulsivo (TOC) e em estudos não controlados na esquizofrenia e na bulimia nervosa.

A presente citação sublinha a versatilidade e eficácia da terapia cognitivo comportamental, destacando que sua aplicabilidade vai além do tratamento da dependência química. Ao abordar uma variedade de transtornos mentais, a terapia cognitiva comportamental tem se mostrado uma abordagem eficaz e abrangente na área da saúde mental. Essa constatação ressalta a importância e o potencial dessa abordagem terapêutica para ajudar indivíduos que enfrentam uma variedade de desafios psicológicos, proporcionando esperança e possibilidades de recuperação em diferentes contextos clínicos.

Pacientes dependentes de substâncias químicas frequentemente recorrem ao uso dessas substâncias como mecanismos de enfrentamento para lidar com a ansiedade e a depressão. A terapia cognitivo-comportamental desempenha um papel essencial ao ensinar habilidades de enfrentamento alternativas e saudáveis, tais como resolução de problemas, técnicas de relaxamento e manejo do estresse. Conforme indicado pelas autoras Mendonça e Coelho (2018, p. 28-29):

> Na aplicabilidade da terapia cognitivo-comportamental com o usuário de substâncias, a intervenção em terapia cognitivo comportamental aplicada em dependentes são utilizadas técnicas, como a de identificação, avaliação e questionamento dos pensamentos automáticos (PA), registro de pensamento automático disfuncional (RPD), identificação, avaliação e modificação das crenças, seta descendente, solução de problemas, distração, exame de vantagem e desvantagem, exposição gradual e dificuldade crescente, agendamento e monitoração, experimento comportamentais, cartões de enfrentamento, exercício físico, relaxamento, dramatização e treinamento de assertividade, psicoeducação e prevenção de recaída.

À vista do exposto, depreende-se que a terapia cognitivo-comportamental também se concentra na prevenção de recaídas, ajudando os pacientes a desenvolver estratégias para evitar a recuperação no uso de substâncias. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades para lidar com situações de risco e o fortalecimento da resiliência emocional, busca elevar a autoestima dos pacientes, incentivando a construção de uma autoimagem positiva e promovendo o bem-estar emocional. Isso ajuda a reduzir os sintomas de depressão e ansiedade.

Na visão do Rangé e Marlatt (2008, p. S91), “as técnicas básicas da terapia cognitiva para o abuso de álcool/drogas demandam, em primeiro lugar, fortalecimento da aliança terapêutica através de um entendimento empático do problema do cliente, em combinação com aceitação incondicional”.

Destaca-se, assim, a importância de o terapeuta buscar compreender de maneira empática o problema do paciente e, ao mesmo tempo, demonstrar uma aceitação incondicional. Essa abordagem indica que o estabelecimento de uma relação terapêutica sólida e acolhedora é crucial para o sucesso do tratamento, proporcionando uma base sólida para o trabalho colaborativo na superação do abuso de álcool/drogas.

No que se refere à questão de gênero, idade e gravidade da dependência, Beck (2013, p. 520) afirma que “essa teoria é sugerida para pacientes com diferentes rendas, idades, níveis de escolaridade, ou seja, para todas as pessoas, podendo ser trabalhada das seguintes formas: em grupo, individual, familiar e casal”.

Na citação de Beck (2013, p. 520), destaca-se a universalidade de sua teoria, que trans-

cende as distinções de gênero, idade e gravidade da dependência. Beck ressalta a capacidade dessa abordagem terapêutica de ser aplicada a pacientes de diferentes idades, gêneros e níveis de dependência, garantindo que todas as pessoas, independentemente de sua situação específica, possam se beneficiar dela.

Ao reconhecer a diversidade dos pacientes, Beck reforça a adaptabilidade de sua teoria para atender às necessidades individuais, seja trabalhando com grupos, sessões individuais, envolvendo a família ou oferecendo terapia de casal, permitindo uma abordagem holística e inclusiva para o tratamento psicológico.

Ampliando esse entendimento, Wright *et al.* (2012, p. 56) destaca que a terapia cognitivo-comportamental emerge como uma ferramenta eficaz no tratamento de pacientes que lidam com essas comorbidades. Sob a perspectiva desse Autor, a terapia cognitivo-comportamental não apenas aborda os sintomas específicos de ansiedade e depressão, mas também se mostra capaz de enfrentar os desafios relacionados ao abuso de substâncias. Este enfoque integrado da terapia cognitivo-comportamental é crucial, visto que permite uma abordagem abrangente que atende às necessidades multifacetadas dos pacientes.

Paralelamente, no trabalho realizado pelos Spagnol e Cezário (2018, p. 33), ao realizarem um estudo de caso centrado em um paciente que começou a beber desde a adolescência e após três anos abandonou o uso esporádico de álcool e começou a fumar maconha, constatou-se que:

> os principais problemas relacionados ao abuso de drogas eram psicológicos, pois se sentia deprimido, ansioso e agitado. Apresentou também diversos problemas sociais e disciplinares no trabalho, duas punições militares e perda de promoção, além de problemas financeiros, como dívidas de empréstimos e cartões de crédito; abandono do curso superior, problemas no casamento e afastamento de amigos. Foram identificados os fatores de risco e fatores de proteção iniciais e atuais para o uso do crack, presentes no discurso do paciente.

Além disso, o estudo também destaca que nas sessões iniciais foi apresentado ao paciente o modelo cognitivo comportamental, ressaltando que este se identificou com o mesmo, inclusive chegando a afirmar nas seguintes palavras:

> Segundo ele, 'quando a gente entende como isso funciona, fica mais aliviado'. O paciente assimilou a importância dos fatores de proteção na motivação para mudança através da atividade Pilares da Vida e relatou que sentiu segurança, tranquilidade e coragem. 'As paredes da minha casa trincaram e ruíram, mas estes pilares sustentaram para tudo não desabar, porque era a minha base. [Minha base tinha muita coisa, tinha uma boa base' (Spagnol; Cezário, 2018, p. 35).

Desse modo, este estudo de caso apresenta um exemplo prático da eficácia da terapia cognitivo-comportamental no tratamento de dependentes químicos. Ao abordar questões éticas e psicossociais, essa abordagem terapêutica demonstrou ser uma ferramenta valiosa para ajudar os pacientes a compreenderem seus padrões de comportamento, identificarem fatores de risco e proteção, e desenvolverem estratégias para lidar com desafios específicos, como a dependência de substâncias.

Outrossim, ao enfatizar a importância dos fatores de proteção e fornecer um ambien-

te de apoio seguro, a terapia cognitivo-comportamental capacita os pacientes a enfrentarem suas lutas com mais confiança e determinação, promovendo assim uma recuperação mais sustentável e significativa.

A partir de diferentes perspectivas, outros autores também têm destacado abordagens eficazes no tratamento de transtornos de ansiedade e depressão, especialmente quando associados à dependência química. De acordo com Rodrigues *et al.* (2013, p. 209) ao realizarem uma revisão sistemática, evidenciou a eficácia da terapia cognitivo-comportamental nesses cenários, afirmando que "as abordagens motivacionais e cognitivas comportamentais, tanto na modalidade individual quanto em grupos, têm tido sua eficácia demonstrada".

A citação de Rodrigues *et al.* (2013) ressaltam a importância e eficácia da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da dependência química, corroborando com a conclusão anteriormente levantada. A revisão sistemática mencionada evidência não apenas da eficácia da terapia cognitivo-comportamental, mas também destaca a validade de abordagens motivacionais e cognitivas comportamentais, tanto em sessões individuais quanto em grupos. Essa constatação fortalece a confiança na utilização da terapia cognitivo-comportamental como uma ferramenta valiosa no enfrentamento dos desafios psicológicos associados à dependência química, oferecendo suporte adicional à proposta de uma abordagem integrada e holística no tratamento desses pacientes.

Além disso, Zanelatto e Laranjeira (2018) investigou o papel dos grupos de ajuda mútua, como os Alcoólicos Anônimos, na continuidade do tratamento e na sustentação da sobriedade em pacientes com comorbidades de transtornos de ansiedade e depressão.

Ao enfatizar a relevância desses grupos no processo de recuperação, Zanelatto e Laranjeira (2018) destaca não apenas a importância do suporte social, mas também a contribuição vital que esses grupos oferecem para a estabilidade emocional e a manutenção dos ganhos terapêuticos. Essas abordagens complementares, tanto a terapia individual quanto o suporte em grupo, destacam a importância de uma abordagem multifacetada e adaptável para enfrentar os desafios complexos associados aos transtornos mentais e à dependência química.

Nesse ínterim, Williams (2006, p. 27) demonstrou eficácia na redução dos sintomas psicológicos e do abuso de substâncias em pacientes dependentes químicos, destacando que:

> a terapia cognitivo-comportamental (TCC) possui uma forte tradição quando se fala do tratamento para transtornos aditivos. A TCC aplicada a dependência química procura focar nas cognições e comportamentos sequenciais ao uso de drogas, no manejo da fissura, na evitação de situação de risco, na regulação do humor e na mudança de estilo de vida.

Da análise dos presentes estudos, pondera-se que a terapia cognitivo-comportamental se apresenta como uma ferramenta terapêutica fundamental na abordagem da relação intrincada entre a dependência química e os transtornos de ansiedade e depressão.

Os estudos e análises revisadas destacam consistentemente sua eficácia na modificação de padrões de pensamento e comportamento disfuncionais, contribuindo para a recuperação e a promoção da abstinência em pacientes dependentes de substâncias.

No mais, a consideração das dimensões éticas na prestação de serviços terapêuticos e o envolvimento de grupos de ajuda mútua fortalecem a abordagem holística necessária para lidar com essa complexa comorbidade. Como consequência, a terapia cognitivo-

-comportamental representa não apenas uma esperança, mas também uma abordagem comprovada para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de indivíduos que enfrentam desafios relacionados à dependência química, ansiedade e depressão.

À vista do exposto, a terapia cognitivo-comportamental desempenha um papel fundamental na redução de sintomas de ansiedade e depressão em pacientes dependentes químicos, oferecendo uma abordagem integrada e eficaz para abordar as complexas interações entre dependência química e saúde mental.

Por meio da identificação de pensamentos disfuncionais, ensino de habilidades de enfrentamento saudáveis, prevenção de recaídas e promoção do bem-estar emocional, a terapia cognitivo-comportamental capacita os pacientes a superarem os desafios associados à dependência química e aos transtornos de ansiedade e depressão.

Logo, essa abordagem terapêutica não apenas alivia os sintomas, mas também contribui para uma recuperação mais sustentável, melhorando a qualidade de vida e promovendo o crescimento pessoal. a terapia cognitivo-comportamental continua a ser uma ferramenta valiosa no tratamento de pacientes dependentes químicos que enfrentam sintomas de ansiedade e depressão, proporcionando esperança e apoio ao longo do processo de recuperação.

3. CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar o impacto da terapia cognitivo-comportamental na mitigação dos sintomas de ansiedade e depressão em indivíduos com dependência química. Diante da complexidade desses transtornos concomitantes à dependência, a abordagem terapêutica escolhida torna-se crucial, pois a ansiedade e a depressão frequentemente coexistem e exacerbam os desafios enfrentados pelos pacientes durante o processo de recuperação.

Assim, compreender o papel da terapia cognitivo-comportamental nesse contexto torna-se fundamental para aprimorar as intervenções clínicas e promover melhores resultados no tratamento dessas condições. Neste sentido, esta pesquisa se propôs a elucidar os mecanismos pelos quais a terapia cognitivo-comportamental atua na redução dos sintomas ansiosos e depressivos, fornecendo o desenvolvimento de estratégias terapêuticas mais eficazes como a utilização da terapia cognitivo-comportamental nos presentes casos.

No que se refere aos objetivos específicos da pesquisa, foi empreendido esforço para apresentar os aspectos conceituais da dependência química em conjunto com a terapia cognitivo-comportamental. Este enfoque visou identificar e explorar as interseções entre esses dois campos, visando uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por indivíduos com dependência química e as possibilidades de intervenção terapêutica.

Ao examinar criticamente a aplicação da terapia cognitivo-comportamental no contexto da dependência química, buscou-se não apenas destacar suas potenciais eficácias, mas também reconhecer suas limitações e áreas de aprimoramento. Ao fazer isso, esperou-se contribuir para o desenvolvimento de abordagens mais eficazes e abrangentes no tratamento da dependência química, promovendo assim melhores resultados para os indivíduos afetados por esse transtorno, o que foi possível com a presente pesquisa.

Além de investigar a eficácia da terapia cognitivo-comportamental, outro objetivo específico deste estudo foi analisar se existiam fatores moderadores que pudessem influenciar seus resultados. Esses fatores incluíam idade, gênero e gravidade da dependência. A análise desses moderadores foi crucial para entender r como diferentes subgrupos de

pacientes respondem à terapia cognitivo-comportamental e para adaptar os tratamentos de acordo com as necessidades individuais.

Os resultados obtidos revelaram que a eficácia da terapia cognitivo-comportamental variou dependendo desses fatores moderadores. Por exemplo, observou-se que pacientes mais jovens tendiam a responder melhor à terapia, enquanto a gravidade da dependência também desempenhou um papel significativo, com pacientes com dependência mais grave apresentando resultados mais desafiadores. Quanto ao gênero, os resultados foram mais mistos e exigiram análises mais detalhadas para identificar padrões específicos.

Essas descobertas destacam a importância de considerar não apenas a eficácia geral de um tratamento, mas também como ela pode ser influenciada por características individuais dos pacientes. Essa compreensão mais refinada pode ajudar os profissionais de saúde a personalizar os tratamentos e otimizar os resultados para cada paciente, contribuindo assim para uma abordagem mais eficaz no tratamento da dependência.

Por fim, outro objetivo específico abordado neste estudo foi analisar as formas de integração da terapia cognitivo-comportamental nas práticas terapêuticas existentes. Esta investigação visou entender como a terapia cognitivo-comportamental poderia ser incorporada de maneira eficaz em diferentes contextos clínicos e terapêuticos, aproveitando seus princípios e técnicas para complementar ou aprimorar outras abordagens terapêuticas.

Os resultados obtidos demonstraram que a integração da terapia cognitivo-comportamental em práticas terapêuticas variadas pode ser altamente benéfica. Por exemplo, a combinação da terapia cognitivo-comportamental com abordagens como a terapia de aceitação e compromisso mostrou-se promissora para tratar uma variedade de condições, incluindo ansiedade, depressão e transtornos de personalidade. Além disso, a terapia cognitivo-comportamental foi efetivamente integrada em programas de tratamento multidisciplinares, onde equipes de profissionais de saúde trabalham em conjunto para fornecer cuidados abrangentes aos pacientes.

Esses resultados destacam a versatilidade e a eficácia da terapia cognitivo-comportamental como uma abordagem terapêutica complementar. Ao integrar princípios e técnicas da terapia cognitivo-comportamental em práticas terapêuticas existentes, os profissionais de saúde podem oferecer aos pacientes uma gama mais ampla de opções de tratamento, adaptando-se às necessidades individuais de cada pessoa. Essa integração pode levar a resultados mais eficazes e abrangentes no tratamento de uma variedade de condições psicológicas e psiquiátricas.

A hipótese levantada de que a terapia cognitivo-comportamental surge como uma possibilidade de abordagem terapêutica amplamente eficaz no tratamento da ansiedade e da depressão em pacientes com dependência química foi confirmada. Os estudos revisados destacam consistentemente a eficácia da terapia cognitivo-comportamental na modificação de padrões de pensamento e comportamento disfuncionais em pacientes dependentes químicos, contribuindo para a redução dos sintomas de ansiedade e depressão e promovendo a recuperação e a abstinência.

Além disso, a terapia cognitivo-comportamental é elogiada por sua versatilidade e aplicabilidade em diferentes contextos terapêuticos, incluindo o tratamento de transtornos de ansiedade, depressão e dependência química. Os dados também evidenciam que a terapia cognitivo-comportamental não se limita apenas à interrupção do uso da substância, mas também envolve uma mudança fundamental na forma como os pacientes percebem a si mesmos, o uso da droga e seu lugar no mundo. Essa abordagem holística permite que os terapeutas trabalhem em várias frentes para promover uma recuperação

completa e duradoura.

Portanto, com base nos resultados e discussões apresentados, depreende-se que a terapia cognitivo-comportamental é uma abordagem terapêutica promissora e eficaz para o tratamento da ansiedade e depressão em pacientes com dependência química.

Diante do problema identificado pela pesquisa, conclui-se que o desafio central reside na eficácia do uso da terapia cognitivo-comportamental como abordagem terapêutica no tratamento da dependência química, com foco na redução dos sintomas de ansiedade e depressão em pacientes dependentes. A terapia cognitivo-comportamental surge como uma potencial solução nesse contexto desafiador.

Ao se concentrar na redução dos sintomas psicológicos associados à dependência, a terapia cognitivo-comportamental oferece estratégias embasadas em evidências para lidar com esses desafios. Por meio da identificação e modificação de padrões de pensamento disfuncionais e comportamentos maladaptativos, a terapia cognitivo-comportamental busca promover mudanças significativas na vida dos pacientes. Contudo, a eficácia da terapia cognitivo-comportamental como intervenção isolada pode variar dependendo de uma variedade de fatores individuais e contextuais, destacando a importância de uma abordagem holística e integrada no tratamento da dependência química.

Referências

ARAÚJO, M. R. de; LARANJEIRA, R. Evolução do conceito de dependência química. *In*: GIGLIOTTI, A.; GUIMARÃES, Â. (org.). **Adição, dependência, compulsão e impulsividade**. Rio de Janeiro: Rubio, 2017. p. 57-68. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Ribeiro-De-Araujo/publication/283277043_Evolucao_do_conceito_de_dependencia_atualizada_com_comentarios_sobre_o_DSM-5/links/56302dd008ae76226de00fb0/Evolucao-do-conceito-de-dependencia-atualizada-com-comentarios-sobre-o-DSM-5.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

BECK, J. S. **Terapia cognitiva**: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2013. Disponível em: https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/caderno/article/view/519/401. Acesso em: 2 abr. 2024.

CASTRO, V. Dependência química: prevenção de recaída: contribuições da terapia cognitiva comportamental. *In*: BRANDÃO, M. Z. da S. *et al.* (org.). **Sobre comportamento e cognição**: contingências e metacontingências: contextos sócioverbais e o comportamento do terapeuta. Santo André: Esetec, 2004. v. 13. cap. 37. Disponível em: https://www.academia.edu/43822622/Dependência_química_prevenção_de_recaída_contribuições_da_terapia_cognitiva_comportamental. Acesso em: 15 abr. 2024.

CORDIOLI, A. V.; KNAPP, P. A terapia cognitivo-comportamental no tratamento dos transtornos mentais. **Brazilian Journal of Psychiatry**, São Paulo, v. 30, p. S51-S53, 2008. Suplemento 2. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/xZ6MGPFQJfqf4CysRQYByyh/?stop=previous&lang=pt&format=html#. Acesso em: 16 abr. 2024.

MENDONÇA, L. G. T.; COELHO, T. C. A intenvenção em terapia cognitivo-comportamental aplicada em dependentes químicos. **Caderno Científico Fagoc de Graduação e Pós-Graduação**, Ubá, v. 3, p. 28-34, 2018. Disponível em: https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/caderno/article/view/519/401. Acesso em: 12 abr. 2024.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Manual sobre dependencia de las drogas**. Ginebra: OMS, 1975. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/40467/9243540483_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 abr. 2024.

RANGÉ, B. P.; MARLATT, G. A. Terapia cognitivo-comportamental de transtornos de abuso de álcool e drogas. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 30, p. S88-S95, 2008. Suplemento 2. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/Ht4t7VqdH3BwnQTVHywhSfD/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

RODRIGUES, V. S. *et al.* Revisão sistemática sobre tratamentos psicológicos para problemas relacionados ao crack. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 208-216, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/MrNpKYbHTPWF953gqtRJM5d/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

SILVA, C. J. da; SERRA, Ana Maria. Terapias cognitiva e cognitivo-comportamental em dependência química.

Brazilian Journal of Psychiatry, São Paulo, v. 26, p. 33-39, 2004.

SPAGNOL, S. C. B.; CEZÁRIO, A. F. A terapia cognitive-comportamental no tratamento da dependência de crack: estudo de caso. **Revista Científica da Faesa**, Vitória, v. 14, n. 1, p. 29-41, 2018. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/584472786/241-1-1312-2-10-20190311. Acesso em: 2 mar. 2024.

WILLIAMS, A. V. **Desenvolvimento e avaliação do efeito de um jogo terapêutico para jovens usuários de drogas**. 2006. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7334/000542288.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 abr. 2024.

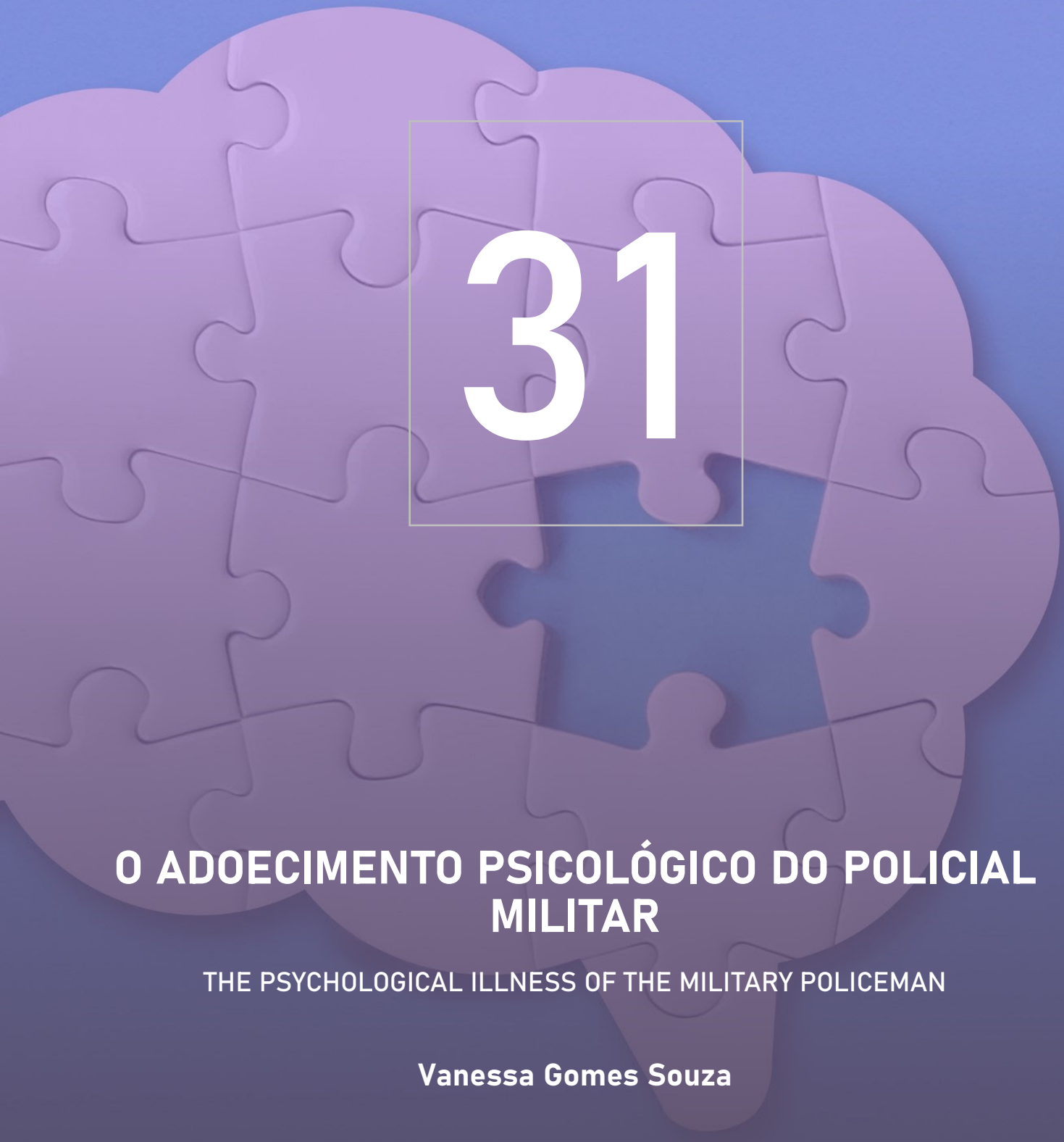
WRIGHT, F. D. *et al*. Cognitive therapy of substance abuse: theoretical rationale. **NIDA Research Monograph**, Washington, DC, v. 137, p. 123-146, 1993.

WRIGHT, J. H. *et al*. **Terapia cognitivo-comportamental de alto rendimento para sessões breves**: guia ilustrado. Porto Alegre: Artmed, 2012. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=GXBTDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=WRIGHT+JH,+Sudak+DM,+Turkington+D,+Thase+ME.Terapia+cognitivo-comportamental+de+alto+rendimento+para+sess%C3%B5es+breves:+Guia+ilustrado.+Porto+Alegre:+Artmed,+2012.&ots=Q93wsfwjxG&sig=iytaqcUvYZrWlNPcsc105gac-k0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 2 abr. 2024.

ZANELATTO, N. A.; LARANJEIRA, R. (org.). **O tratamento da dependência química e as terapias cognitivo-comportamentais**: um guia para terapeutas. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=CBtrDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA10&dq=ZANELATTO,+N.%3B+LARANJEIRA,+R.+O+tratamento+da+depend%C3%AAncia+qu%C3%ADmica+e+as+terapias+cognitivo-comportamentais:+um+guia+para+terapeutas.+Porto+Alegre:+Artmed.&ots=LC5YAsryFH&sig=b8FGV8E-LsBe0IDO6EKtdMz-vmw#v=onepage&q=ZANELATTO%2C%20N.%3B%20LARANJEIRA%2C%20R.%20O%20tratamento%20da%20depend%C3%AAncia%20qu%C3%ADmica%20e%20as%20terapias%20cognitivo-comportamentais%3A%20um%20guia%20para%20terapeutas.%20Porto%20Alegre%3A%20Artmed.&f=false. Acesso em: 20 abr. 2024.

Pascal Editora

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA



31

O ADOECIMENTO PSICOLÓGICO DO POLICIAL MILITAR

THE PSYCHOLOGICAL ILLNESS OF THE MILITARY POLICEMAN

Vanessa Gomes Souza

Resumo

O presente artigo tem como objetivo elaborar e elucidar pesquisas feitas acerca do tema sobre o adoecimento psicológico do policial militar, onde ela busca explicar a sua importância para as práticas psicológicas dentro de corporações militares e uma atenção maior as questões relacionadas a saúde mental dos profissionais de segurança pública. O projeto se valeu de referências buscadas em artigos e livros que tratam do assunto, principalmente em pesquisas feitas em materiais publicados e feitos dentro de realidade brasileira, haja vista que o sistema de segurança público do Brasil se diferencia da maioria das instituições de outros locais. Também se buscou apresentar como a realidade brasileira inflige sobre as questões psíquicas do policial militar, tendo a vista a imagem que temos desse sujeito e as formas de comportamentos de grande parte deles, objetivando um melhor entendimento do seu sofrimento. Nesse contexto, o estudo traz algumas perspectivas que possam ajudar em uma virada de chave no que diz respeito ao olhar sobre estes profissionais e como a psicologia pode ser uma ferramenta de suma importância para seu desenvolvimento profissionais e pessoal. Com isso, para realizar esse estudo, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, firmada na reflexão de sites, artigos e leituras de livros com base em autores referente ao tema abordado. Dessa forma, este artigo proporcionará uma leitura mais consciente acerca da importância do cuidado que se deve ter em ralação a saúde mental do policial militar.

Palavras-chave: Polícia. Militar. Saúde Mental. Psicologia. Adoecimento.

Abstract

This article aims to elaborate and elucidate research carried out on the theme about the psychological illness of military police officers, where she seeks to explain the its importance for psychological practices within military corporations and a greater attention to issues related to the mental health of healthcare professionals public security. The project used references found in articles and books that deal with the subject, mainly in research carried out on published materials and made within the Brazilian reality, given that the public security system in the Brazil differs from most institutions elsewhere. It was also sought present how the Brazilian reality inflicts on the police officer's psychological issues military, bearing in mind the image we have of this subject and the forms of behaviors of most of them, aiming to better understand their Suffering. In this context, the study brings some perspectives that can help in a key turn in terms of looking at these professionals and how Psychology can be an extremely important tool for your development professionals and personnel. Therefore, to carry out this study, research was used bibliographical, based on the reflection of websites, articles and book readings based on authors regarding the topic covered. Therefore, this article will provide a more conscious reading about the importance of care that must be taken in relation the mental health of the military police officer.

Keywords: Police. Military. Mental health. Psychology. Illness.

1. INTRODUÇÃO

A rotina do policial militar no Brasil tende a ser muito movimentada e por vezes bem perigosa, podendo levar este profissional a correr sérios riscos, inclusive no que diz respeito a sua saúde mental. Desta maneira, a visão deste artigo se desenvolveu de uma forma que foi coerente com a realidade brasileira e como este ambiente pode levar este profissional ao sofrimento psíquico.

É necessário que os profissionais da psicologia se perguntem de qual forma o trabalho e a rotina dos policiais militares impactam em seu adoecimento psicológico, pois são profissionais que necessitam de atenção. Esse foi o problema e o questionamento principal que foi buscado nesse artigo. Onde se buscou não apenas a compreensão dos fenômenos, mas também contextualizar, discorrer e explanar suas características, buscando uma melhor descrição e uma espécie de forma de maior cuidado diante desses profissionais.

Dessa maneira, é importante que se possa considerar como os policiais militares têm encarado a realidade em que vivem, já que estes estão expostos a todo tipo de ocorrência no seu dia a dia de trabalho, sejam ocorrências de roubos, furtos, assassinatos, acidentes, dentre outros. Assim, é válido discutir como estes profissionais encaram esse mundo em que vivem diariamente, haja vista que pode trazer muitos prejuízos psicológicos.

A pesquisa em pauta que norteou esse artigo se faz pertinente para que cada vez mais se tenha materiais e literatura para ajudar na promoção, prevenção e intervenção junto a estes profissionais. Porém, antes de fazer qualquer tipo de movimento, é importante que se entenda como se dá a rotina desses policiais, o que pode ocorrer durante seu trabalho e como estes se relacionam com toda essa realidade.

Desta maneira, este trabalho buscou trazer à tona uma revisão bibliográfica que possa dar conta e fazer uma investigação que seja pertinente a maneira de olhar para a saúde mental desses profissionais de segurança pública, haja vista que cada vez mais a psicologia tem se inserido em diversos locais de trabalho.

Por conseguinte, visou-se estabelecer uma fundamentação coerente para entender de que maneira esse profissional de segurança pública pode ser cuidado, já que são de suma importância para a sociedade de forma geral e para as pessoas que dependem do mesmo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, no artigo 144, §5º diz que a função imposta ao polícia militar é “polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”, ou seja, o exercício de prática policial é assegurado pelo texto mais importante do Brasil, onde este profissional tem o dever de cumprir com o que é defendido nas competências constitucionais (Brasil, 1988).

> Em termos de resgate histórico, sabe-se que a Polícia Militar, enquanto construção institucional e organizacional, confunde-se com a história do Brasil. Isto porque, desde o período Imperial, durante o governo de D. Pedro I, os presidentes das províncias não dispunham de meios apropriados para a manutenção da ordem pública, e a sua criação permitiu tal realização. Por sua vez, na Paraíba, a Polícia Militar é o mais antigo órgão público em funcionamento até hoje (LIMA, 2005; TAVARES, 1982 *apud* SILVA; VIEIRA, 2008, p. 164).

A vida de policiais militares geralmente é perpassada por diversas tensões no dia a dia, que vão para além de seu trabalho como profissionais, mas também de outras instâncias da vida que acabam por demandar esforços, sejam eles físicos, emocionais, entre outros. Dessa maneira, é importante que as instituições militares possam estar atentas a possíveis complicações que esses profissionais possam apresentar, sendo a psicologia uma área que pode ajudar nesse processo (GOMES, 2021).

Quando se fala sobre trabalho, mais exatamente sobre emprego, falamos de uma parte importante da vida laboral que demanda muitas coisas, como atenção, habilidades, gerenciamentos, cuidados etc., que são uma parte de suma importância para a nossa sobrevivência de modo geral (BERNAL, 2010), fazendo com que o ser humano tenha que correr atrás dos seus objetivos e tendo que dispender tempo para tal.

Trabalhar exige dar conta daquilo que, independentemente da qualidade da concepção e da precisão dos procedimentos, impõe-se inexoravelmente aos trabalhadores por meio do imprevisto, do inesperado, daquilo que foge à prescrição, onde muitas vezes o trabalhador tem de ser alguém que faça funções além das que são propostas, pois o mercado acaba exigindo coisas para além do que estamos preparados. Estamos, portanto, no âmbito do trabalho real (DEJOURS,1999).

O profissional da área da segurança pública sente no seu cotidiano de vida pessoal a necessidade de mapear todo o cenário que lhe é envolto a fim de minimizar riscos. Temos como exemplo um policial que sai para lanchar com a família e entende que precisa sentar em um determinado lugar para lhe dar tempo hábil de reagir caso ocorra alguma situação naquele ambiente, frente a esse contexto de constante tensão é normal perceber um certo desgaste com o passar do tempo em alguns policiais e algumas patologias decorrentes desse padrão instaurado (SANTOS, 2022).

De acordo com Silva Filho (2003), o Brasil apresenta diversos problemas quando se trata das atividades policiais, pois o Brasil é o único país que concebe as atividades da polícia de forma disjuntiva, separando prevenção e investigação, fazendo com que modo de operação seja desgastante, haja vista que se necessita de mais de uma organização e estrutura, deixando as operações muito complexas e pouco práticas. Isso acarretou diversos problemas nas áreas da polícia, pois o alto custo de manutenção e alta complexidade do sistema gerou uma falta de eficácia grande.

Os policiais militares são bombardeados por diversos elementos que fazem mal ao seu psiquismo. Por parte do cansaço físico, acompanhado do mental, a falta do equilíbrio emocional pode levar esses sujeitos a reagirem de forma errada ou equivocada em situações caóticas e perigosas. O militar tem como característica pontual a exigência de incontáveis sacrifícios – vindo de sua formação e do achismo da população, incluindo da sua vida, tendo em vista que ele deve aprender a lidar com a morte de delinquentes, vítimas, e companheiros de trabalho, at Este tipo de situação descrita faz com que muitos profissionais de segurança pública, como o policial militar, possam passar por situações de estresses, mesmo quando não estão trabalhando, haja vista que seu cérebro está sempre alerta, buscando não deixar passar detalhes, e por vezes nem mesmo dormir direito (SPODE; MERLO, 2006), levando estes a problema emocionais, podendo refletir tanto no trabalho, quanto na vida pessoal, trazendo diversos prejuízos.

A rotina de policiais militares costuma ser impregnada de diversos percalços, que vão desde o trabalho em si até a vida pessoal, pois dificilmente essas duas partes se desligam, como já foi abordado. Ou seja, mesmo que o policial, muita das vezes, não esteja fardado ou exercendo sua profissão, ele pode se sentir impelido a estar em alerta, haja vista que seu dever é proteger as pessoas, mesmo que possam ser desconhecidos, independentemente

do local e da hora (MIRABETE, 1998; GUIMARÃES, 1999) estando-se também ao risco de sua própria morte (VALLA, 2000, 2002).

Por serem agentes de segurança pública muitas vezes são expostos a um cenário de violência que modifica toda a sua forma de pensar e agir, podendo ocasionar um trauma que se desencadeia automaticamente no pensar, seja ele consciente ou não, porém que tem o seu estopim em meses ou até anos depois. Por possuírem uma rotina muito agitada acabam por não serem preparados adequadamente para um plano de reforma/aposentadoria e acabam sendo pegos de maneira brusca no final da sua jornada enquanto policial da ativa (KLEGER; MACEDO, 2015).

> O policial é refém de sua representação social na igreja em que frequenta, no mercado em que visita, no bairro onde reside a família, na praça onde leva os filhos ou netos para o passeio, na universidade em que estuda. Em todos os ecossistemas sociais em que insere-se ele carrega, de forma ampla e em alerta constante, a representação social que seu cargo e profissão exige, estabelecendo, assim, uma pressão constante que impulsiona tensões e pode acarretar gatilhos perigosos, mesmo nestes ambientes que não configuram o da prática laboral do policiamento (SANTOS, 2022, p. 332).

Esse movimento feito pelos policiais militares pode causar um enorme desgaste em seu dia a dia, haja vista que no seu ambiente de trabalho ele já tem um grande acumulo de atividade e funções que devem ser cumpridas. Assim levantando questões que são pertinentes e que dizem respeito a saúde mental desses profissionais, tendo em vista a organização militar frente aos olhos da sociedade e seus desdobramentos (SILVA; VIEIRA, 2008).

Essa questão diz respeito ao fato de policiais se submetem a hierarquias dentro de seu próprio trabalho, onde é necessário que seja obedecida uma cadeia de comando. Isso acaba impactando sua vida trabalhista porque esse dever de seguir padrões pode levar este sujeito a generalizar esse *modus operandis*, no qual deve ficar pronto a todo instante. De acordo com Minayo, Assis e Oliveira (2011) isso pode causar problemas psicológicos, pois o fato de estar tenso e alerta em diversos momentos, pode fazer com que esse indivíduo não consiga descansar de fato, podendo gerar estresse, fadiga, e até mesmo quadros ansiosos ou depressivos – visto como os mais perigosos dentro dessa profissão.

> O modelo de organização do trabalho da Polícia Militar, pautado numa estrutura burocrática, sofre constantemente grandes críticas. Dentre essas críticas, a mais comum diz respeito à ênfase dada aos aspectos formais da organização. Esse tipo de estrutura gera uma visão parcial e faz desconsiderar drasticamente os seus trabalhadores. Além de ser uma organização burocrática, a Polícia Militar é uma instituição balizada em dois pilares fundamentais: a disciplina e a hierarquia. Isso faz dela uma organização complexa, com feixes de interesses que caracterizam a sua capacidade de resistência à mudança (CARAVANTES, 2003 *apud* SILVA; VIEIRA, 2008, p. 165).

Santos (2022) destaca que este profissional está envolto de diversos problemas sociais, como tráfico, crime organizado, assaltos, enfrentar diversos tipos de bandidos, além de lidar com todos os tipos de demandas sociais, pois as pessoas acabam por relacionar esta figura policial a resolução de qualquer situação. Essas questões acabam por ressoar em problemas psicossociais para o sujeito policial, mostrando que devemos estar alerta para a saúde geral desse profissional, principalmente a saúde mental.

Vale ressaltar que policiais podem ter a tendência de internalizar palavras que vem

da sociedade, que muitas vezes são desproporcionais ao serviço que prestam. Isso leva em conta que muitos policiais, por diversos motivos, tem a ideia de que seu trabalho pode ser desumano, pela forma que agem e por conta desse discurso social que os imputa coisas que não são, muitas vezes podendo acarretar sérios problemas existenciais e os privando de certas emoções que são necessárias para a vida do ser humana (SILVA; VIEIRA, 2008).

Concordando com as afirmações anteriores Souza e Patrocínio (1999), demonstraram em seus estudos que a categoria dos policiais é vista como a segunda que merece ser imputada os piores adjetivos, sendo derrotados apenas pelos lixeiros. Isso mostra o quanto a sociedade tem preconceito com os policiais, mesmo que estes estejam responsáveis pela segurança da mesma. Claro que é importante ressaltar que existem exceções, porém a generalização por parte da sociedade faz com que muitos profissionais da segurança pública possam se sentir rejeitados pelo que fazem.

A psicologia pode trazer a luz temas para com os quais estes profissionais se sintam cada vez mais à vontade para gerar um entendimento frente aos fatos ocorridos, por exemplo: ansiedade, depressão, Burnout etc., independente de conseguirem expressar publicamente suas questões ou não (SILVA; VIEIRA, 2008). Deixar o policial consciente das implicações psicológicas que permeiam a sua prática profissional, com explicação embasada com gráficos, mostrando que esses determinantes não são coisas de outro mundo.

> As complexificações advindas do campo das instabilidades emocionais podem acarretar outras patologias físicas, como: pressão arterial alta ou baixa, dores de cabeça, obesidade, diabetes, vícios diversos, problemas cardíacos, entre outras consequências atreladas à depressão, a falta de controle emocional, a pressão exercida pelo estado, família, sociedade, e pelas práticas diárias do trabalho de enfrentamento aos criminosos. Tudo isso, gera não apenas o descontrole emocional, como, também doenças físicas que acabam prejudicando o bom estado esperado na prática laboral, os afastamentos em decorrência dos tratamentos médicos (SANTOS, 2022, p. 334).

A psicologia frente a estes fenômenos pode ajudar na promoção e intervenção de assuntos que sejam pertinentes ao dia a dia desses profissionais, buscando fazer com que entendam que esses processos emocionais e psicológicos estão envoltos em sua vida e que podem acabar influenciando na rotina profissional, muitas vezes levando a problemas de cunho familiar, no qual essa situação pode ser potencializada de forma maléfica (SANTOS, 2022).

Logo, o psicólogo como agente da saúde mental possibilita promoções de palestras, rodas de conversas, escutas, fazendo aconselhamentos e mapeando possíveis problemas dentro de uma perspectiva acolhedora e proximal, visando diminuir a resistência de um primeiro contato, haja vista que os mesmos chegam nestes espaços com muitos achismos. Dessa maneira, é importante que o profissional de psicologia tenha manejo de como fará essa abordagem, buscando que todos possam compreender a importância desse serviço de forma ampla, fazendo com que o sujeito policial possa viver com mais qualidade de vida.

> Pensando o ofício policial a partir desta perspectiva não é difícil deduzir que se trata de uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, uma vez que o exercício do trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e os perigos estão sempre presentes (SPODE; MERLO, 2006, p. 86).

Por conseguinte, é importante que as corporações militares estejam cada vez mais atentas a esse processo de adoecimento de forma geral, visando que o cuidado com esses profissionais seja refletido na sua atuação do dia a dia. Dessa forma, a psicologia tem um papel de suma importância no cuidado da saúde mental desses trabalhadores, já que este cuidado perpassa por áreas da vida que muitas vezes são negligenciadas, haja vista que ainda se tem a ideia de que o policial é algum tipo de super herói que deve suportar tudo.

4. CONCLUSÃO

Percebemos que a situação é bem complexa, pois o policial não possui os subsídios necessários para administrar a sua carreira de forma assertiva, uma vez que as demandas acabam por serem suprimidas em detrimento da automatização das atividades realizadas, haja vista o formato das instituições de segurança e como estas se comportam diante da realidade no Brasil, como foi esclarecido durante o texto.

Por conta da centralidade do trabalho no papel que envolve ser um policial em todos as suas vertentes, o ser humano ali contido vê-se encurralado a seguir o regimento já posto, processo esse que tende a onerar o sujeito no longo prazo, o deixando numa ebulição que aparece “do nada”, podendo causar estresse, ansiedade, momentos depressivos, além de problemas no próprio trabalho e no ambiente comunitário, que envolve a família e seus pares. Por isso é importante que se olhe como mais delicadeza para a saúde mental desses sujeitos.

Infelizmente, ainda parecer existir uma certa resistência não apenas desses profissionais, mas também das instituições militares, mesmo que já se tenha avançado bastante nessas questões. Dessa forma, é importante que se continue pesquisando e aplicando a psicologia no que se refere as situações de instituições de segurança pública, tentando fazer com que esse ambiente possa ser saudável na medida do possível.

Por fim percebe-se a distância entre o mundo ideal e a atual realidade do cenário da saúde mental do policial militar, uma vez que demora a ser implementada uma cultura que aborde a temática de forma teórica e prática com a assertividade necessária, primando pelo ser humano e não só pela função executada, porém a esperança surge de movimentos que já são feitos hoje e que nos permitem acreditar em um futuro com mais qualidade de vida do sujeito como um todo.

Referências

BERNAL, A. O. (2010). **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado**: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho. Porto Alegre: Artmed, 29- 32.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

DEJOURS, Christophe. **Banalização Da Injustiça Social**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 1999.

GOMES, A. J. F. **Trabalho Policial e suas Implicações na Saúde Mental**. – Formiga (MG): Universidade Atual Editora, 2021. 34 p.: il.

GUIMARÃES, A. F. **O contrato de trabalho do policial militar**. Revista Direito Milita da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, Florianópolis, v. 3, n. 17, p. 6-8, mai./jun. 1999.

KLEGER, P. MACEDO, M. M. K. (2015). Trabalho e aposentadoria militar: singularidades de uma travessia psíquica. **Revista Psico-USF**, 20(1), 25-38. doi: 10.1590/1413 82712015200103.

MINAYO, M. C. de S. ASSIS, S. G. de. OLIVEIRA, R. V. C. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro** (RJ, Brasil). Ciência & Saúde Coletiva,16(4), 2011,

2199- 2209.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 1998.

SANTOS, L. R. dos. Os desafios da saúde psicológica dos policiais militares. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.8.n.09. set. 2022. ISSN - 2675 – 3375.

SILVA FILHO, J. V. S. **Segurança pública**: a violência no Brasil requer ações concretas. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2003. Disponível em: . Acesso em: 17 abr. 2024.

SILVA, M. B. Da. VIEIRA, S. B. **O processo de trabalho do militar e a saúde mental**. Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.4, p.161-170, 2008.

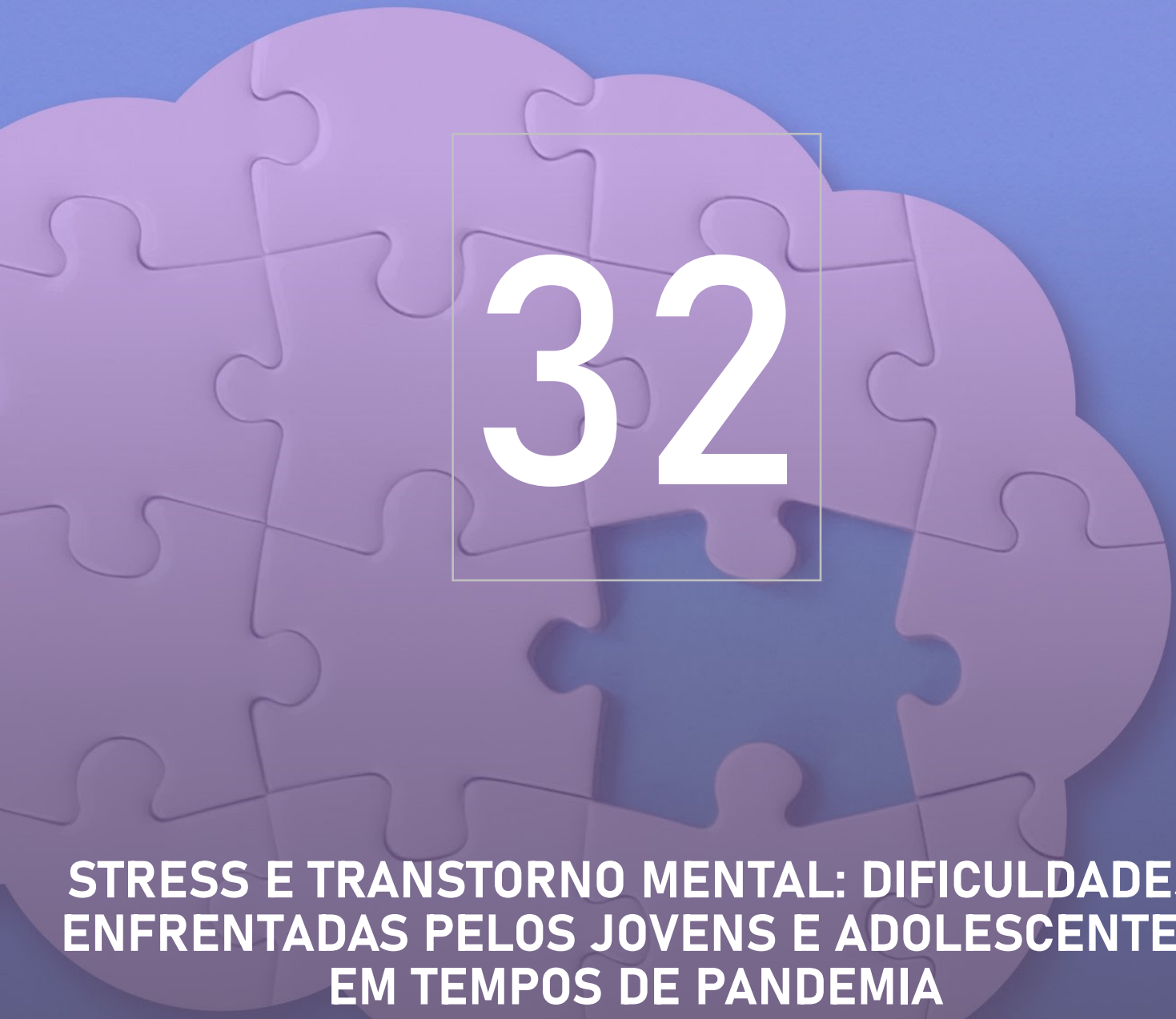
SPODE, C. B. MERLO, Á. R. C. **Trabalho policial e saúde mental**: uma pesquisa junto aos capitães da Polícia Militar. Psicologia, Reflexão e Crítica. Porto Alegre, v.19, n.3, 2006.

SOUZA, E. M. C. D. PATROCÍNIO, M. C. C. **Fatores psicossociais na gênese de atos agressivos de policiais militares**. In: SAMPAIO, J. R. et al. Qualidade de vida, saúde mental e psicologia social: estudos contemporâneos II. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 181-216.

VALLA, W. O. Ética e a atividade do policial militar. **Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais**, Florianópolis, v. 4, n. 21, p. 5-6, jan./fev. 2000.

VALLA, W. O. O compromisso e as implicações deontológicas para o militar de polícia. **Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais**, Florianópolis, v. 7, n. 37, p. 10-14, set./out. 2002.

Pascal Editora
COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA



32

STRESS E TRANSTORNO MENTAL: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS JOVENS E ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA

STRESS AND MENTAL DISORDER: DIFFICULTIES FACED BY YOUNG PEOPLE AND ADOLESCENTS IN TIMES OF PANDEMIC

Tânia Maria Aguiar Yamamoto
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

Frente à pandemia de COVID-19, a principal ocupação dos jovens e adolescentes, eram os estudos, a qual foi drasticamente afetada pelo isolamento social e a suspensão das aulas presenciais, resultando em um sofrimento emocional a este grupo. Ambos, mais vulneráveis aos impactos dos eventos estressores e com isso estão mais susceptíveis ao desenvolvimento de problemas psicológicos e psiquiátricos. Visando avaliar os impactos psicológicos durante o período pandêmico, o objetivo do estudo foi conhecer os transtornos e/ou comportamentos mentais psíquicos vivenciados por jovens e adolescentes durante o cenário pandêmico. Para a contextualização e análise do problema, realizou-se levantamento bibliográfico, utilizando fonte científicas indexadas nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (Scielo), National Library of Medicine (Pubmed) e American Psychological Association (PsyINFO). A partir da busca, foram encontradas 148 artigos e após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, além da leitura dos resumos, 07 foram selecionados. Os resultados demostram que praticamente todos os estudantes foram privados do ambiente escolar, acarretando não apenas prejuízos educacionais, mas também expondo os jovens a uma maior vulnerabilidade. A quebra da rotina, a insegurança alimentar, o aumento da fragilidade socioeconômica das famílias, a violência doméstica e o abuso são alguns dos impactos ocasionados pela pandemia que contribuem significativamente para a deterioração da saúde mental dos jovens e adolescentes. Dessa forma, o desenvolvimento de medidas protetivas de âmbito familiar e de serviços de saúde se faz necessário para garantir o bem estar emocional e físico dessa população vulnerável.

Palavras-chave: Saúde mental, Transtorno Mental, Coronavírus, Emoções, Pandemia.

Abstract

In the face of the COVID-19 pandemic, the main occupation of young people and adolescents was studying, which was drastically affected by social isolation and the suspension of in-person classes, resulting in emotional suffering for this group. Both are more vulnerable to the impacts of stressful events and are therefore more susceptible to developing psychological and psychiatric problems. Aiming to evaluate the psychological impacts during the pandemic period, the objective of the study was to understand the mental disorders and/or behaviors experienced by young people and adolescents during the pandemic scenario. To contextualize and analyze the problem, a bibliographic survey was carried out, using scientific sources indexed in the databases: Scientific Electronic Library Online (Scielo), National Library of Medicine (Pubmed) and American Psychological Association (PsyINFO). From the search, 148 articles were found and after applying the inclusion and exclusion criteria, in addition to reading the abstracts, 07 were selected. The results show that practically all students were deprived of the school environment, resulting not only in educational losses, but also exposing young people to greater vulnerability. The disruption of routine, food insecurity, increased socioeconomic fragility of families, domestic violence and abuse are some of the impacts caused by the pandemic that significantly contribute to the deterioration of the mental health of young people and adolescents. Therefore, the development of protective measures within the family and health services is necessary to ensure the emotional and physical well-being of this vulnerable population.

Keywords: Mental Health, Mental Disorder, Coronavirus, Emotions, Pandemic.

1. INTRODUÇÃO

Em janeiro 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a COVID-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. A síndrome respiratória aguda grave causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) é uma doença considerada responsável por um dos piores surtos vivenciados pela humanidade, que se disseminou velozmente por todo o mundo, culminando no decreto de pandemia pela (OMS) em 11 de março de 2020 (Souto *et al.,* 2021; Souza, Souza e Praciano, 2020).

Com o avanço da COVID-19, diversas ações foram adotadas pelos governantes dos países, a fim de conter a propagação da doença ou desacelerar o surgimento de novos casos, sendo a quarentena, Lockdown e o isolamento social as principais estratégias adotadas. A partir disso, as escolas e as universidades tiveram de manter suas portas fechadas e as aulas presenciais passaram substituídas por aulas remotas (via on-line) após a publicação feita pelo Ministério da Educação da Portaria n° 343, de 17 de março de 2020 (Brasil, 2020).

A adolescência é compreendida como à fase das grandes transformações e é marcada por inúmeras mudanças que podem afetar a saúde emocional enquanto a adulto. Geralmente, a maioria deles apresentam bom condicionamento físico e mental, contudo, a exposição a fatores sociais graves como abandono, pobreza ou violência podem colocá-los em situações de vulnerabilidade (Gomes *et al.,* 2021).

Deste modo, à medida que avançaram as descobertas com o novo coronavírus, consequentemente, o transtorno de ansiedade generalizada (TAG) e outros sintomas psicológicos, como depressão, transtorno de personalidade Bordeline, pensamentos suicidas, transtorno obsessivo compulsivo (TOC) e a perda do prazer pela vida, passaram a ter uma ascendência importante em escala global. Durante o período de confinamento da quarentena os níveis de ansiedade, perturbação de stresse pós-traumático, mudanças nas relações interpessoais, insegurança, burnout e depressão aumentaram gerando um impacto psicológico negativo nos estudantes (Souto *et al.,* 2021; Maia e Dias, 2020).

Diante do decreto da pandemia pela COVID-19 a principal ocupação dos jovens e adolescentes anteriormente eram os estudos, o que levou a uma mudança abrupta com o isolamento social e a suspensão das aulas presenciais acarretando o sofrimento emocional deste grupo. Tendo em vista, as mudanças impostas pelos líderes governamentais a fim de controlar transmissão da doença, os sentimentos de incerteza em relação ao futuro e a rápida propagação de informações especializadas contribuíram para sensação de medo, angústia, insegurança, aflição e ansiedade. Sendo estes sentimentos uma condição de risco para saúde mental.

Desta maneira, o estudo torna-se relevante pela gravidade do tema, pois este estudo concentra-se no número de pessoas que desenvolveram transtorno mentais que foi muito maior do que aqueles que obtiveram a doença, na tentativa de aumentar o entendimento do impacto do isolamento social nos comportamentos dos jovens e os transtornos gerados, analisando como o bem-estar e a saúde mental foram afetadas durante a pandemia.

Como a pandemia da COVID-19 é considerada um fenômeno ainda recente, existem poucos estudos sobre seus efeitos na saúde mental. Neste contexto, objetiva-se com este trabalho conhecer os transtornos e/ou comportamentos mentais psíquicos vivenciados por jovens e adolescentes durante o cenário pandêmico e na busca de embasamento teórico os respectivos objetivos específicos foram a) Compreender o adoecimento mental

diante a Covid-19; b) Identificar as manifestações clínicas sentidas pelos jovens e adolescentes no contexto da pandêmico; c) Selecionar quais medidas e/ou estratégias adotadas por eles no controle de suas emoções. Desta forma, o presente estudo será produzido a partir de uma revisão bibliográfica, do tipo descritivo e qualitativo.

2. ADOECIMENTO MENTAL EM JOVENS E ADOLESCENTES POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 trouxe uma série de desafios sem precedentes para a sociedade global, impactando de maneira significativa na saúde mental, especialmente entre os jovens e os adolescentes. Esse grupo, que já enfrentava um cenário preocupante de aumento nas taxas de ansiedade, depressão e outros transtornos mentais antes da crise sanitária, notou sua situação se agravar de forma alarmante. O isolamento social, a interrupção das rotinas escolares, a incerteza em relação ao futuro e a constante exposição a notícias alarmantes criaram um ambiente propício ao adoecimento mental (Schmidt *et al.,* 2022; Junior *et al.,* 2024).

O adoecimento mental em jovens e adolescentes pode ser atribuído a uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Biologicamente, mudanças hormonais e neurológicas durante a adolescência podem predispor alguns indivíduos a transtornos mentais. Psicologicamente, esta fase da vida é marcada por uma busca de identidade e independência, o que pode gerar estresse significativo. Socialmente, a pressão acadêmica, bullying, exposição às mídias sociais e instabilidade familiar desempenham papéis cruciais (Cardoso; Borsa e Segabinazi, 2018).

Além disso, a interrupção das rotinas escolares e acadêmicas trouxe uma série de consequências negativas. A escola, mais do que um local de aprendizado, é um espaço de socialização e desenvolvimento emocional. Com a migração para o ensino remoto, muitos jovens enfrentaram dificuldades em manter a concentração e a motivação, resultando em um aumento do estresse e da ansiedade. Para aqueles em transição para o ensino superior ou ingressando no mercado de trabalho, a incerteza sobre o futuro e as limitações impostas pela pandemia adicionaram uma camada extra de preocupação e insegurança (Fonseca *et al.,* 2022).

Outro fator crucial foi a exposição constante a notícias alarmantes e, muitas vezes, contraditórias sobre a pandemia. A sobrecarga de informações, combinada com a presença constante nas redes sociais, onde muitas vezes predomina o sensacionalismo e a disseminação de fake news, exacerbou os níveis de ansiedade entre os jovens. A percepção de um mundo em crise, somada à sensação de impotência diante dos acontecimentos, alimentou um estado de vigilância constante e desgaste emocional (Bonini, 2022; Santos *et al.,* 2024).

O impacto econômico da pandemia também não pode ser subestimado. Muitas famílias enfrentaram dificuldades financeiras, o que gerou um ambiente de instabilidade e estresse adicional para os jovens. Os sintomas do adoecimento mental refletiram nas mudanças de humor, comportamento retraído, perda de interesse em atividades anteriormente apreciadas e alterações de sono e apetite. Nos casos mais graves, ocorreram indicativos para pensamentos suicidas ou tentativas de suicídio, que são indicadores críticos da necessidade de intervenção imediata (Tordo, 2021; Guilhermino, 2023; Dourado *et al.,* 2023).

Conforme Loiola (2020) as consequências do adoecimento mental não tratado são severos e de longo prazo. Afetam o desempenho escolar, relacionamentos sociais e familiares, e a capacidade de funcionar no dia a dia. Em termos de impacto a longo prazo,

adolescentes com transtornos mentais não tratados têm maior risco de desenvolver problemas de saúde mental na idade adulta, além de enfrentarem maiores dificuldades em estabelecer carreiras e relacionamentos estáveis (Dourado *et al.,* 2023; Malloy *et al.,* 2020).

2.1 A Saúde Mental dos Adolescentes com Transtornos Mentais

A disseminação do coronavírus causado pelo vírus SARS-CoV-2 gerou diversos problemas em escala mundial, dentre eles, um efeito marcante na saúde emocional da sociedade. Este impacto foi particularmente agudo entre jovens e adolescentes, especialmente aqueles já diagnosticados com transtornos mentais. As medidas de isolamento social, o fechamento de escolas, a interrupção de atividades sociais e a incerteza quanto ao futuro criaram um ambiente propício ao agravamento de problemas psicológicos preexistentes e ao surgimento de novos casos de transtornos mentais (Freire *et al.,* 2022; Oliveira, 2021).

Durante a disseminação da COVID-19 em todo o mundo, houve uma ruptura significativa na rotina das pessoas, afetando tanto sua saúde física quanto mental (Neumann *et al.,* 2020). O aumento dos números de casos, a propagação por parte da mídia e os desfechos negativos ocasionados pela doença, contribuem para o aumento dos níveis de estresse da população. As consequências negativas desse aumento de estresse impactam o desenvolvimento, metabolismo e comportamento das pessoas, aumentando o risco de transtornos mentais agudos e crônicos (Mangueira *et al*., 2020; Silva *et al.,* 2023).

O Transtorno Mental Comum (TMC) se caracteriza por sintomas como ansiedade, depressão, fadiga, irritabilidade, insônia, dificuldade de concentração e memória, além de queixas somáticas. Manifesta-se como uma mistura de sintomas somáticos, ansiosos e depressivos. Pesquisas indicam que reconhecer esses sintomas pode ser fundamentais para a criação de estratégias de cuidado em saúde mental (Toffano *et al.,* 2022).

O cenário formado pelo isolamento social, medo de contágio, perda de entes queridos e incertezas econômicas tem favorecido o surgimento ou agravamento de condições psicológicas, afetando uma grande quantidade de pessoas em todo o mundo. Durante este período, transtornos como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e distúrbios do sono têm sido frequentes (Cruz *et al*., 2021; Caldeira *et al*., 2023).

A ansiedade se destacou como um dos transtornos mais comuns durante a pandemia, devido às notícias constantes sobre o aumento de casos e mortes, incerteza em relação ao futuro e mudanças abruptas na rotina das pessoas, contribuindo para um aumento generalizado dos níveis de ansiedade. Muitas pessoas passaram a sentir um medo constante e irracional de contrair o vírus, o que, em casos extremos, levou ao desenvolvimento de transtornos de ansiedade generalizada e ataques de pânico (Lima *et al*., 2020; Marcellino; Brasil e Takayama, 2020).

A depressão também viu um aumento significativo em sua incidência. O isolamento social e a necessidade de distanciamento físico resultaram em uma redução drástica do contato social, essencial para a saúde mental. Muitas pessoas se viram separadas de amigos e familiares, e aquelas que perderam entes queridos para o vírus experimentaram luto intenso sem poder contar com o apoio tradicional de sua rede social. Além disso, a perda de empregos e a insegurança financeira agravaram ainda mais o quadro, levando a sentimentos de desesperança e tristeza profunda (Pereira *et al.,* 2021; Dourado *et al.,* 2023).

O estresse pós-traumático (TEPT) emergiu como uma consequência grave para aqueles que viveram experiências traumáticas relacionadas à pandemia, como profissionais de saúde na linha de frente e sobreviventes de casos graves de COVID-19. Esses indivídu-

os frequentemente relataram flashbacks, pesadelos e uma sensação constante de perigo iminente, sintomas característicos do TEPT. A exposição contínua a situações de risco e a pressão emocional intensa cobraram um alto preço sobre a saúde mental desses grupos (Santos *et al.,* 2020; Zeidan *et al.,* 2023).

Os transtornos de sono também se tornaram comuns durante a pandemia. A ansiedade e a depressão, combinadas com as mudanças na rotina diária, resultaram em um aumento de casos de insônia e outros distúrbios do sono. A falta de atividade física regular, o uso excessivo de dispositivos eletrônicos e a preocupação constante com a pandemia contribuíram para a deterioração da qualidade do sono, criando um ciclo vicioso que impactou ainda mais a saúde mental (Morais *et al.,* 2022).

2.2 Estratégias de enfrentamento para minimizar o risco de Transtorno mental

Atualmente, os transtornos mentais são considerados um dos maiores desafios na agenda de saúde, afetando tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento, e representando um peso significativo para os serviços públicos. O diagnóstico de um transtorno mental pode despertar sentimentos de invalidez, acarretando perda da independência e do autocontrole. Estima-se que uma em cada quatro pessoas no mundo será afetada por distúrbios mentais em algum momento de suas vidas (Lopes, 2022; Viana, Lima e Lima, 2020).

Este cenário exige estratégias de enfrentamento eficazes para minimizar o risco e promover a saúde mental. As estratégias de enfrentamento incluem intervenções em nível individual e coletivo, que vão desde a promoção de hábitos de vida saudáveis até a criação de ambientes de suporte social e políticas públicas robustas. Uma das estratégias mais fundamentais para minimizar o risco de transtornos mentais é a promoção de hábitos de vida saudáveis (Mata *et al.,* 2021).

Exercício físico regular, alimentação equilibrada e sono adequado desempenham papéis cruciais na manutenção da saúde mental. Estudos demonstram que a atividade física libera endorfinas, hormônios que atuam como analgésicos naturais e agentes de melhora do humor. Além disso, uma dieta rica em nutrientes essenciais, como ômega-3, vitaminas e minerais, pode ajudar a prevenir a depressão e a ansiedade. O sono adequado é outro pilar essencial, pois a privação de sono está diretamente ligada ao aumento do risco de transtornos como a depressão e a ansiedade (Conceição e Texeira, 2023).

Engajar-se em atividades de lazer, como ler, dialogar em plataformas virtuais, assistir filmes/séries e ouvir música, pode ser uma forma eficaz de lidar com o estresse. Essas práticas ajudam a trazer significado positivo para a saúde, resultando na redução dos níveis de estresse, depressão e ansiedade. Além disso, a prática de exercícios físicos libera endorfinas que contribuem para a autoestima e o bem-estar emocional, atuando como uma espécie de terapia para o corpo e a mente (Kolhs *et al.*, 2017; Medeiros *et al.,* 2020).

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), como a musicoterapia, acupuntura e aromaterapia, também são recursos que podem promover o bem-estar e auxiliar no tratamento de diversas doenças, incentivando o autocuidado. Essas abordagens não medicamentosas se baseiam em conhecimentos tradicionais e tratam o indivíduo como um todo, propiciando resultados positivos na qualidade de vida de pessoas que sofrem com condições como estresse e ansiedade (Brasil, 2018; Dias, Domingos, Braga, 2019).

Além das intervenções individuais, a construção de uma rede de suporte social é vital. A solidão e o isolamento social são fatores de risco conhecidos para o desenvolvimento de transtornos mentais. Portanto, manter relacionamentos saudáveis e conexões sociais pode atuar como um amortecedor contra o estresse e a depressão. Grupos de apoio, clubes e atividades comunitárias são maneiras eficazes de fomentar essas conexões e proporcionar um senso de pertencimento e apoio mútuo (Vasconcelos *et al*., 2020).

A educação e a conscientização sobre a saúde mental também desempenham um papel crucial na minimização dos riscos de transtornos mentais. Programas educativos em escolas, locais de trabalho e comunidades podem ajudar a disseminar informações valiosas e a reduzir o estigma associado aos transtornos mentais. A implementação de programas de saúde mental acessíveis e a integração de serviços de saúde mental em sistemas de saúde primários garantem que mais pessoas tenham acesso ao tratamento e ao apoio necessários. Além disso, políticas que abordam determinantes sociais da saúde, como pobreza, desigualdade e violência, podem ter um impacto significativo na redução do risco de transtornos mentais na população (Ferreira, 2022; Silva, 2022).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, de estudo descritivo e de abordagem qualitativa, que se propôs a analisar os relatos de experiência de jovens e adolescente durante o período de pandemia e identificar as consequências psíquicas causada por ela neste grupo. A revisão integrativa é uma revisão de literatura que surge a partir da necessidade da prática baseada em evidências de elaborar métodos com a perspectiva de sintetizar estudos em busca de conclusões sobre determinada temática de modo integrativo (Meira, *et al.,* 2023).

A coleta de dados foi realizada nas bases de dados: Scielo (Biblioteca Eletrônica Científica Online), Pubmed (National Center for Biotechnology Information) e American Psychological Association (PsycINFO). Os descritores deste estudo foram retirados do vocabulário DeCs, sendo eles: Coronavírus, Emoções, Emotions, Mental disorder, Mental health, Pandemia, Pandemic, Saúde mental e Transtorno Mental nas línguas portuguesa e inglesa. Esses descritores foram combinados pelos operadores booleanos AND e OR de acordo com as especificidades das bases de dados consultadas.

BASE DE DADOS	ESTRATÉGIA DE BUSCA
Scielo	Saúde mental AND Pandemia AND Emoções OR Transtorno Mental
Pubmed	Mental disorder AND Coronavírus OR Mental health
PsycINFo	Pandemic AND Mental disorder AND Emotions OR Mental health

Quadro 1. Mapeamento dos descritores na base de dados

Fonte: Autoria própria, 2024.

Os critérios de inclusão foram textos completos, artigos publicados nos últimos cinco anos, considerando o período que foi decretado a pandemia pela OMS e o ano em que o advento da vacina foi disponibilizada para a população, diminuindo os casos de óbitos em decorrência de tal enfermidade. Os idiomas utilizados para esta pesquisa foram: português e inglês. Já os critérios de exclusão foram artigos que não responderam o questionamento

da pesquisa, não serem materiais disponíveis na íntegra e por não terem relação com o tema e artigos repetidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados resultou em 148 publicações científicas encontradas, entretanto, apenas 10 atenderam aos critérios de inclusão do estudo, contundo, após a leitura apenas 07 artigos foram selecionados para estudo, excluindo 141 artigos da amostra final, dos quais 38 artigos eram duplicados, 35 eram de revisão sistemática e 68 não atendiam a finalidade do objetivo proposto e por não terem a relação com o tema. Foram encontrados 35 resultados no Scielo, 85 no Pubmed e 28 na PsyINFO.

Para melhor compreensão e análise, os 07 artigos foram organizados através de uma tabela, onde foram inseridos o título, autor e ano, objetivo e delineamento metodológico. Os resultados foram produzidos por meio da análise dos artigos selecionados que se encontram sintetizados na Tabela 1.

Nº	TÍTULO	AUTOR | ANO	OBJETIVO	DELINEAMENTO METODOLÓGICO
I	Impacto da pandemia de Covid-19 na prevalência de transtorno mentais comuns em entre estudantes de Medicina.	Lima *et al*., 2023.	Analisar o impacto da pandemia da COVID-19 na prevalência de transtornos mentais comuns (TMCs) entre estudantes de Medicina, investigando os possíveis fatores de risco associados.	Estudo observacional, desenvolvido com 289 estudantes de Medicina, realizado antes e durante a pandemia da COVID-19.
II	Transtornos mentais comuns e rotina acadêmica na graduação em Enfermagem: impactos da pandemia de Covid-19.	Gurdim *et al*., 2022.	Investigar a prevalência de TMC entre estudantes de Enfermagem em relação a aspectos sociodemográficos, acadêmicos e da pandemia da COVID-19, e descrever formas de alívio/ manejo em saúde mental na percepção desses estudantes.	Estudo descritivo, quantitativo, realizado com estudantes da graduação em Enfermagem.
III	Qualidade do Sono e Vivências Afetivas de Adultos Residentes no Estado de Minas Gerais durante a Pandemia De Covid-19.	Malta *et al.*, 2022.	Verificar as medidas de distanciamento social e as características sociodemográficas associadas alterações na qualidade do sono em residentes de Minas Gerais.	Estudo transversal que analisou dados de questionário on-line em residentes no estado de Minas Gerais.
IV	Pandemia da Covid-19: indicadores do impacto na Saúde mental de adolescentes.	Binotto, Goulart e Pureza, 2021.	Analisar os níveis de ansiedade, estresse e depressão com a percepção dos adolescentes sobre os impactos da pandemia em sua vida.	Estudo transversal, quantitativo e correlacional. Amostra com 77 adolescentes entre 12 à 18 anos.

V	Ansiedade, depressão e estresse em estudantes: o impacto da Covid-19.	Maia e Dias, 2020.	Analisar os níveis de depressão, ansiedade e estresse em estudantes universitários durante o período pandêmico.	Estudo com dois grupos - a amostra 1 constituída por 460 sujeitos com idade média de 14 à 20 anos e a amostra 2 por 159 sujeitos com idade média de 20 à 40 anos.
VI	Mudanças no uso de álcool em função do sofrimento psicológico e do apoio social após o fechamento de universidades relacionadas ao COVID-19.	Lechner *et al.,* 2020.	Examinar como o uso de álcool mudou ao longo do tempo após o fechamento de uma grande universidade pública.	Estudo transversal com amostragem de 1.958 estudantes.
VII	Prevalência de ansiedade e fatores associados em adultos.	Costa *et al.,* 2019.	Identificar a prevalência de transtornos de ansiedade em uma amostra de base populacional e fatores associados.	Estudo transversal de base populacional realizado com indivíduos entre 18 e 35 anos.

Tabela 1. Estudos selecionados

Fonte: Autoria Própria, 2024.

Com o intuito de sintetizar os principais achados e as conclusões dos autores selecionados acerca do tema transtornos mentais entre jovens e adolescentes. Para facilitar a apresentação das informações mais relevantes de cada estudo, uma tabela 2 foi produzida com a finalidade de permitir uma visualização mais clara e organizada dos dados de maneira sistemática mais significativos identificados pelos autores, possibilitando uma análise abrangente e comparativa das várias perspectivas sobre o assunto.

Autores e Ano	Principais conclusões
Lima *et al*., 2023.	Apesar da prevalência dos Transtorno Mentais Comum (TMCs) em estudantes de Medicina, se manterem expressiva, o estudo mostrou elevada prevalência TMC em estudantes que faziam ingestão de bebidas alcóolicas e que tinham alguma prática religiosa.
Gurdim *et al*., 2022.	O estudo evidenciou alta prevalência de TMC entre os estudantes, no contexto da pandemia, onde os estudantes apontaram sentimentos de: ansiedade, nervosismo e/ou desespero, desesperança, estresse, tristeza profunda, solidão, desânimo e/ou sentimento de fraqueza, dificuldades no convívio familiar e pensamentos recorrentes de morte.
Malta *et al.,* 2022.	É possível observar que as alterações podem variar de dificuldades emocionais a doenças mentais graves. Sendo assim, entre 35% e 55% dos respondentes referiram alterações nas vivências afetivas, como solidão, tristeza e ansiedade, e alterações do sono durante o período de isolamento social. Logo, a população jovem adulta que aderiram ao isolamento social de forma intensa foram os mais acometidos.
Binotto, Goulart e Pureza, 2021.	Neste estudo, foi possível identificar níveis elevados consideravelmente altos entre adolescentes de 12 a 18 anos, cerca de 33,8% os adolescentes se encontravam com ansiedade, 36,4% com depressão e 36,1% com estresse. Contudo, o transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade e depressão se encontravam altos nesta população durante este período.

Maia e Dias, 2020.	Foi realizado um questionário sociodemográfico e uma escala afim explorar os níveis de ansiedade, depressão e estresse sofrida pelos estudantes em dois momentos (2018 e 2019) antes e depois da pandemia. Observou-se um aumento significativo no adoecimento mental deste estudante (ansiedade, depressão e estresse) no período pandêmico comparativamente a períodos anteriores.
Lechner *et al*., 2020.	O estudo ocorreu em meio a uma pandemia que trouxe consigo efeitos profundos e sem precedentes. Observou-se o aumento no consumo de álcool após o fechamento da universidades, devido os níveis elevados de depressão e ansiedade entre os estudantes, sendo para eles espécie de escape do que estava acontecendo no mundo.
Costa *et al.,* 2019.	Este estudo buscou verificar o índice de massa corporal, presença de doença crônica, abuso de álcool e tabagismo. Constou-se na amostragem de 1.953 pessoas, a prevalência para transtornos de ansiedade foi de 27,4%. Agorafobia (17,9%) e transtorno de ansiedade generalizada (14,3%) sendo nas mulheres mais prevalentes quantos aos homens.

Tabela 2. Achados dos respectivos estudos

Fonte: Autoria própria, 2024.

Após análise dos estudos selecionados, há evidencias que a pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2 pode ter afetado negativamente a saúde mental de jovens e adolescentes. A pandemia de COVID-19 causou impactos duradouros na saúde mental de toda a população devido ao isolamento social. No contexto dos estudantes universitários, a educação à distância resultou em uma queda de desempenho e aprendizado, além de desencadear problemas de saúde mental, como evidenciado em dois estudos (Maia e Dias, 2020; Binotto, Goulart e Pureza, 2021), onde índices de depressão, ansiedade e estresse entre os acadêmicos durante o período de distanciamento social se mantiveram elevados.

Diante desse cenário, os universitários sentiram-se sob pressão diante das novas demandas e mudanças, levando a um aumento significativo nos trancamentos de disciplinas e cursos, bem como reprovações. Um estudo conduzido por Maia e Dias (2020) destacou um aumento abrupto nos casos de ansiedade, depressão e estresse na população, se comparado ao período pré-pandêmico

Diante ao contexto histórico pandêmico, foi nítido a expressão de Transtornos Mentais Comuns (TMC), em que o grupo mais afetado e vulnerável são os estudantes universitários/acadêmicos, os quais desenvolveram dificuldades de concentração e outros sintomas como insônia, irritabilidade, fadiga, medo, esquecimento e que podem estar relacionada ao afastamento/licenças no trabalho (Gaudim *et al.,* 2022).

Costa *et al*. (2019) realizaram uma pesquisa com 1.953 pessoas com a faixa etária de 18 à 35 anos, demostraram a prevalência de transtornos de ansiedade foi de 27,4%. Agorafobia (17,9%) e transtorno de ansiedade generalizada (14,3%) foram os quadros mais prevalentes. Sendo assim, as mulheres apresentaram prevalência de Ansiedade maior (32,5%) em comparação aos homens (21,3%).

Estudos sobre os impactos na saúde mental associados à pandemia de COVID-19 indicam repercussões negativas significativas. Estas consequências podem ser mais persistentes e prevalentes do que a própria doença em si, além de estarem ligadas ao temor de contrair o vírus, às dúvidas sobre controle e gravidade da enfermidade, à sua propagação, à imprevisibilidade da situação, às ramificações, à natureza e origens ainda são pouco compreendidas. Adicionalmente, as preocupações pessoais e com entes queridos durante a pandemia de COVID-19 tenderam a aumentar o ônus emocional e físico, contribuindo para o surgimento, progressão ou recorrência de distúrbios mentais ou condições físicas (Binotto, Goulart e Pureza, 2021; Gurdim *et al*., 2022).

No estudo conduzido por Gurdim *et al*. (2022) com 146 estudantes do curso de enfermagem de uma universidade localizada no Brasil, verificou a presença de Transtorno de Ansiedade e Depressão (TMC) e sua relação com as várias sociodemográficas, acadêmicas e os efeitos da Covid-19. Os resultados revelaram que 68% dos estudantes manifestavam os sintomas, tais como: ansiedade, estresse, tristeza, desânimo, desesperança, solidão, dificuldades no convívio familiar e pensamentos suicidas em uma parcela significativa dos estudantes, sendo mais incidente no sexo feminino.

Malta *et al.* (2022) em seu estudo identificaram o aumento de depressão, estresse e ansiedade nos jovens, levando a alterações na qualidade do sono, onde eles faziam uso de substâncias psicotrópicas, além de indícios empíricos referentes a pandemia da COVID-19, é possível conjeturar as consequências negativas a saúde mental que o isolamento pode gerar a partir de experiências de pandemia anteriores. Outra ramificação do estresse advindo da pandemia está relacionada à qualidade do sono, cujas mudanças podem resultar em diminuição ou aumento dessa qualidade, devido à alteração na rotina e à apreensão diante de um cenário incerto (Santos, 2021).

Dentro deste contexto, tanto os jovens e adolescentes enfrentam sentimentos aumentados de solidão, o que pode ter impactos negativos em sua saúde mental, manifestando-se em sintomas de ansiedade, depressão, estresse, distúrbio de sono e falta de apetite. Em decorrência disso, os jovens encontraram nas redes sociais uma maneira de se conectar com seus colegas devido à pandemia de COVID-19. No entanto, em relação aos principais impactos do aumento do uso de redes sociais e internet por adolescentes durante o período de distanciamento social, destacam-se a exposição à conteúdos inadequados, compartilhamento descuidado de informações pessoais, distúrbios do sono, crises de ansiedade, depressão, distúrbios alimentares e a comparação prejudicial nas redes sociais, que pode levar a sentimentos de inadequação decorrentes de situações de bullying, incluindo cyberbullying, em um cenário preocupante (Santos, 2021; Binotto, Goulart e Pureza, 2021).

Lechner *et al*. (2020) realizaram uma pesquisa com 1.958 estudantes, que endossaram o uso de álcool nos últimos 30 dias, demonstra que o consumo de álcool (quantidade e frequência) aumentou com o passar do tempo durante o período pandêmico. Observa-se que devido às medidas de isolamento impostas pela pandemia, que levaram ao fechamento de vários locais devido às restrições, muitas pessoas aumentaram o consumo de álcool como forma de aliviar o estresse. Esse aumento no consumo agravou a fragilidade do sistema imunológico, aumentando assim o risco de contrair não só a Covid-19, mas também outras doenças associadas ao uso abusivo dessa substância (Queiroga *et al.,* 2021).

Em suma, ao analisar as repercussões sociais e psicológicas da pandemia do Covid-19, torna-se evidente que este momento tem um grande potencial de impactar o desenvolvimento neuropsíquico de crianças, adolescentes e jovens; principalmente devido à fase crucial do neurodesenvolvimento infantil. Os adolescentes nesta faixa etária são particularmente vulneráveis aos eventos pandêmicos devido à limitada compreensão da situação, à falta de habilidade para desenvolver estratégias de enfrentamento e à dificuldade em expressar seus sentimentos e angústias (Imran *et al.,*2020).

Apesar dos avanços no conhecimento científico sobre a Covid-19, o futuro ainda permanece repleto de incertezas e inseguranças no que tange a saúde psíquica e as suas consequências, desse jeito é necessário um olhar bem atento à saúde psicológica nos adolescentes (Santos, 2021).

Os achados apresentados neste estudo enfatizam a importância de assegurar a oferta de serviços que atendam às necessidades emocionais e à qualidade do sono em meio ao

cenário de pandemia, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Os programas e suportes destinados à população durante crises como a pandemia devem levar em consideração que, ao contrário da crença de que a solidão seja algo exclusivo dos idosos, jovens e adultos também experimentam significativamente o impacto da solidão quando privados de interações sociais.

Embora seja mais comum enfrentar sentimentos de solidão à medida que envelhecemos, a pandemia pode representar a primeira experiência de solidão e distanciamento para muitos jovens e adultos. É crucial ressaltar que, com as medidas de contenção da COVID-19, muitos serviços de saúde, incluindo os de saúde mental, foram interrompidos, o que pode agravar ainda mais a situação.

5. CONCLUSÃO

A pandemia do COVID-19 teve um impacto negativo no agravamento e surgimento de problemas mentais, físicas, sociais e econômicas na população. Além disso, a pandemia causou altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e medo. Assim, por meio da instauração da pandemia, podemos observar a desestruturação da pandemia desse grupo diante da situação, refletindo um aumento nos distúrbios mentais durante a pandemia de coronavírus.

Os resultados deste estudo mostram as consequências que afetaram no comportamento e o humor desse grupo, que apresentaram ao longo do estudo sintomas como ansiedade, medo, insônia, tristeza e estresse. Assim, espera-se que esta pesquisa leve a novos estudos para avaliar o impacto da pandemia em jovens e adolescentes, visando implementar intervenções direcionadas à saúde mental agora e no futuro.

Referência

BINOTTO, B. T; GOULART, C. M. T; PUREZA, J. R. Pandemia Da Covid-19: indicadores do impacto na saúde mental de adolescentes. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 7, n. 2, p. 195-213, 2021.

BONINI, T. F et al. **A educação básica em tempos de isolamento social: experiências e percepções de professores**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2022.

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a Substituição das Aulas Presenciais por Aulas em Meios Digitais **Enquanto Durar a Situação de Pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.** Ministério da Educação, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso**. 2. ed. 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CALDEIRA, T. C. R et al. Impacto da Ansiedade e Depressão na saúde bucal durante a pandemia da COVID-19: uma revisão integrativa da literatura. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 7, p. 7392-7408, 2023.

CARDOSO, H. F; BORSA, J. C e SEGABINAZI, J. D. Indicadores de saúde mental em jovens: fatores de risco e de proteção. *Husa.* **Inter. Psicol.** [on-line]. 2018, vol.9, n.3, supl.1, pp.3-25. ISSN 2236-6407.

COSTA, C. O et al. Prevalência de ansiedade e fatores associados em adultos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 68, p. 92-100, 2019.

CONCEIÇÃO, Jhonny; TEIXEIRA, Taner. The Relevance Of Physical Exercise In Post-Covid Recovery. **Health and Society,** v. 3, n. 06, p. 72-84, 2023.

CRUZ, Dalízia Amaral et al. Institucionalização e isolamento social: reflexões acerca da saúde mental de crianças e adolescentes. **SAÚDE MENTAL**, 2021.

DIAS, Suzieli Souza; DOMINGOS, Thiago da Silva; BRAGA, Eliana Mara. Aromaterapia para a ansiedade e estresse de professores de enfermagem. **Rev. enfermagem UFPE online**, v. 13, p. 1-10, 2019.

DOURADO, Denise Martins et al. Ansiedade e depressão em cuidador familiar de pessoa com transtorno mental. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 8, n. 1, p. 153-167, 2018.

FERREIRA, Tatiana Moreira. Ansiedade em crianças no período pandêmico de Covid 19 e sua repercussão em técnicas de manejo odontopediátrico: uma revisão de literatura. 2022.

FONSECA, Rochele Paz et al. Impactos desenvolvimentais de saúde mental e aprendizagem em crianças, adolescentes, pais e professores pós-fechamento das escolas: uma revisão sistemática. **Debates em Psiquiatria**, v. 12, p. 1-87, 2022.

FREIRE, Carolina Borba et al. A saúde mental dos adultos durante o isolamento social no decorrer da pandemia da Covid-19. **Revista Eletrônica Acervo Saúde,** v. 15, n. 2, p. e9840-e9840, 2022.

GOMES, A. D et al. Emoções manifestas por adolescentes escolares na pandemia COVID-19. **Research, Society and development,** v. 10, n. 3, p. e47110313179-e47110313179, 2021.

GUNDIM, V. A et al. Transtornos Mentais Comuns e rotina acadêmica na graduação em Enfermagem: impactos da pandemia de COVID-19. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 27, p. 21-37, 2022.

IMRAN, N et al. Psychological burden of quarantine in children and adolescents: A rapid systematic review and proposed solutions. **Pakistan journal of medical sciences,** [S.l.], v. 36, n. 5, p. 1106, 2020.

JÚNIOR, Hermócrates Gomes Melo et al. Resiliência Psicológica Durante a Pandemia De Covid-19. **RCMOS--Revista Científica Multidisciplinar O Saber,** v. 1, n. 1, 2024.

KOLHS, Marta et al. A enfermagem na urgência e emergência: entre o prazer e o sofrimento. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 9, n. 2, p. 422-431, 2017.

LECHNER, W. V. et al. Changes in alcohol use as a function of psychological distress and social support following COVID-19 related University closings. **Addictive behaviors**, v. 110, p. 106527, 2020.

LIMA, J. K. A et al. Impacto da pandemia de COVID-19 na prevalência de transtornos mentais comuns entre estudantes de Medicina. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 72, p. 213-220, 2023.

LOIOLA, E. F et al. Transtornos mentais evidentes no sexo feminino. **Revista Científica da Faculdade de Medicina de Campos**, v. 15, n. 3, p. 72-76, 2020.

LOPES, C. S. Como está a saúde mental dos brasileiros. A importância das coortes de nascimento para melhor compreensão do problema. **Cad. Saúde Pública.** p. 1-3, 2020.

MAIA, B. R; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de psicologia (Campinas)**, v. 37, p. e200067, 2020.

MALLOY-DINIZ, Leandro Fernandes et al. Saúde mental na pandemia de COVID-19: considerações práticas multidisciplinares sobre cognição, emoção e comportamento. **Debates em psiquiatria**, 2020.

MANGUEIRA, L. F.B et al. Saúde mental das crianças e adolescentes em tempos de pandemia: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde,** v. 12, n. 11, p. e4919-e4919, 2020.

MALTA, D. C et al. Qualidade do sono e vivências afetivas de adultos residentes no estado de Minas Gerais durante a pandemia de COVID-19. REME-**Revista Mineira de Enfermagem,** v. 26, 2022.

MARCELLINO, M. L. K; BRASIL, M. L. D; TAKAYAMA, M. V. Ansiedade em tempos de pandemia: uma problemática contemporânea. **Psicopatologia crítica: perspectivas do sofrimento existencial,** v. 1, n. 1, 2020.

MEDEIROS, Melissa Soares et al. A arte como estratégia de coping em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020.

MORAIS, J. M. M. C et al. **Atividade física, comportamento sedentário, qualidade do sono e níveis de aptidão cardiorrespiratória em crianças e adolescentes**. 2022. Tese de Doutorado.

NEUMANN, A. L et al. Impacto da Pandemia por Covid-19 sobre a saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. Pandemias: impactos na sociedade. Belo Horizonte (MG): **Synapse**, p. 56-66, 2020.

PEREIRA, A. C. C al. O agravamento dos transtornos de ansiedade em profissionais de saúde no contexto da pandemia da COVID-19. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 2, p. 4094-4110, 2021.

QUEIROGA, V. V et al. A pandemia da Covid-19 e o aumento do consumo de álcool no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, p. e568101118580-e568101118580, 2021.

SANTOS, V. C; ANJOS, K.F. Transtorno de Estresse Pós-traumático no Contexto da COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Funcional,** v. 8, n. 2, p. 6-6, 2020. Disponível em: https://adventista.emnuvens.com.br/RBSF/article/view/1303. Acesso em: 26 Maio. 2024.

SANTOS, C. Covid-19 e Saúde Mental dos Adolescentes: vunerabilidades associadas ao uso de internet e mídias sociais. **Holos,[S.l.],** v.3,p.1 14, 2021.

SILVA, A. C. M. V. **A saúde mental dos discentes do ensino superior público: um estudo de caso da UFRJ. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)-**Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, A. O. L et al. Impacto da pandemia de Covid-19 na saúde mental das crianças e adolescentes: Uma revisão integrativa. **Tópicos em Ciências da Saúde** Volume 32, p. 26.

SOUTO, R. R et al. Prejuízos na saúde mental em crianças e adolescentes no contexto da pandemia do Covid-19 Mental health harms in children and adolescents in the context of the Covid-19 pandemic. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 6, p. 25146-25158, 2021.

SOUZA, A. S. R; SOUZA, G. F. A; PRACIANO, G. A. F. A saúde mental das mulheres em tempos da COVID-19. **Revista brasileira de saúde materno infantil**, v. 20, p. 659-661, 2020.

Pascal Editora

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

33

CONFINAMENTO E SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA

CONFINEMENT AND MENTAL HEALTH OF ADOLESCENTS IN TIMES OF PANDEMIC

Vânia Lucia Chaves Lopes Araújo

Marco Aurélio Fernandes

Resumo

Dentre as estratégias para evitar a COVID-19, o isolamento e o distanciamento social foram as medidas adotadas para evitar o contágio e diminuir o risco de contaminação, medidas que puderam alterar o ambiente psicossocial dos adolescentes com alta prevalência de alterações psicológicas e psiquiátricas, como estresse, transtornos depressivos, transtornos alimentares, transtornos de ansiedade e risco ao suicídio. Visando mitigar os efeitos causados pela pandemia, objetiva-se com este estudo conhecer os impactos causado pela pandemia, visando o bem-estar e a saúde mental dos adolescentes no período na pandêmico. O distanciamento social, fechamento de escolas e universidades, recessão econômica, violência doméstica e incertezas causadas pela pandemia tiveram impacto prejudicial na saúde mental dos adolescentes, levando a um aumento nos transtornos psicossomáticos. Esse estudo destaca a importância de um sistema de apoio que ofereça suporte emocional e social para reduzir os efeitos psicológicos da pandemia da COVID-19 neste grupo.

Palavras-chave: Saúde mental, Covid-19, Isolamento Social, Psicoemocionais, Pandemia.

Abstract

Among the strategies to prevent COVID-19, isolation and social distancing were the measures adopted to avoid contagion and reduce the risk of contamination, measures that could change the psychosocial environment of adolescents with a high prevalence of psychological and psychiatric disorders, such as stress, depressive disorders, eating disorders, anxiety disorders and suicide risk. Aiming to mitigate the effects caused by the pandemic, the objective of this study is to understand the impacts caused by the pandemic, targeting the well-being and mental health of adolescents during the pandemic period. Social distancing, school and university closures, economic recession, domestic violence and uncertainties caused by the pandemic had a detrimental impact on the mental health of adolescents, leading to an increase in psychosomatic disorders. This study highlights the importance of a support system that offers emotional and social support to reduce the psychological effects of the COVID-19 pandemic in this group.

Keywords: Mental health, Covid-19, Social isolation, Psycho-emotional, Pandemic.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe consigo uma série de desafios para indivíduos de todas as idades, sendo os adolescentes um dos grupos mais vulneráveis aos seus efeitos adversos, especialmente no que diz respeito à saúde mental. O isolamento social, a incerteza em relação ao futuro, a interrupção das rotinas escolares e a falta de contato social têm contribuído significativamente para o aumento dos transtornos mentais nessa faixa etária.

Além disso, a transição para o ensino remoto trouxe grandes desafios. Muitos adolescentes enfrentaram dificuldades de adaptação ao novo formato de aprendizagem, sentindo-se sobrecarregados pela falta de interação pessoal com os professores e colegas, bem como pela necessidade de gerenciar seu tempo de estudo de forma independente. Isso gerou a necessidade de uma rápida adaptação na população às medidas de contenção da doença, incluindo o distanciamento social entre crianças e adolescentes de suas atividades sociais cotidianas, resultando em uma possível vulnerabilidade a danos psicológicos.

Outro aspecto preocupante é o impacto das restrições de mobilidade nas atividades físicas dos adolescentes. Com a impossibilidade de frequentar academias, clubes esportivos ou mesmo praticar esportes ao ar livre, muitos jovens viram-se privados de uma importante válvula de escape para o estresse e a ansiedade. A falta de exercício físico regular não apenas afeta negativamente a saúde física dos adolescentes, mas também pode exacerbá-los problemas de saúde mental, como a depressão e a ansiedade.

É importante destacar que os transtornos mentais têm consequências significativas para o bem-estar e o desenvolvimento dos adolescentes. Eles podem afetar negativamente o desempenho acadêmico, as relações interpessoais e a qualidade de vida como um todo. Além disso, se não forem tratados adequadamente, podem persistir até a vida adulta, causando impactos duradouros.

Nesse contexto, a complexidade do isolamento social e da falta de conexões pessoais e diálogos desencadearam patologias mentais devido as medidas restritivas da COVID-19, como ansiedade, depressão e aumento de comportamentos suicidas. Acredita-se que a pandemia do SARS-CoV-2 teve um grande impacto na vida dos adolescentes, afetando no seu bem-estar e nas suas emoções; no entanto, há poucas evidências deste efeito a nível emocional neste grupo.

Essas mudanças puderam ter consequências nos hábitos sociais, no sono e na alimentação, resultando em alterações neurocomportamentais que afetaram saúde mental. Além disso, a frustração pela interrupção de planos, o medo, o tédio e a incerteza sobre a duração da situação puderam gerar aumento no estresse. Diante do cenário apresentado, a pergunta norteadora da pesquisa foi “Quais impactos acarretaram o adoecimento mental dos adolescentes na pandemia?”

Desta maneira, o estudo torna-se relevante pela gravidade do tema, pois o foco da pesquisa concentrou-se nos fatores que propiciam as ocorrências de distúrbios psíquicos infantis, portanto, fez-se necessário novas pesquisas para aprofundar o conhecimento sobre formas de mitigar os efeitos causados. Isso implica no desenvolvimento e na atualização de estratégias de proteção e prevenção, as quais serão essenciais para lidar com as consequências deste cenário.

Neste contexto, objetiva-se com este estudo conhecer os impactos causado devido a pandemia, visando o bem-estar e a saúde mental dos adolescentes no período na pandemia e na busca de embasamento teórico os respectivos objetivos específicos foram dis-

correr a respeito do impacto da Covid-19 na saúde mental dos adolescentes; descrever as alterações físicas, emocionais e mentais durante o confinamento; identificar os fatores psicoemocionais entres os adolescentes na Covid-19. Desta forma, o presente estudo foi produzido a partir de uma revisão bibliográfica, do tipo descritivo e qualitativo.

2. O IMPACTO DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES

Antes da eclosão da crise global provocada pela COVID-19, já existiam registros sobre os transtornos mentais em crianças e adolescentes, reconhecidos como frequentes e debilitantes (Organização Mundial da Saúde, 2001). Sabe-se que a pandemia de Covid-19 causou danos irreversíveis em todo o mundo, impactando não apenas a saúde física, mas também a saúde mental da sociedade. As consequências do surto de SARS-CoV-2, em especial no que se refere às medidas de distanciamento e isolamento social, resultaram em um aumento nos distúrbios mentais e no surgimento de diversas patologias (Faro *et al*., 2020; Carvalho *et al.,* 2023).

A adolescência representa o período de transição entre a infância e a idade adulta. Este momento é marcado por mudanças substanciais no âmbito físico, psicológico, cognitivo e sociocultural, sendo considerado por alguns autores como uma fase esperada de desafios. Tanto a infância quanto a adolescência são fases sensíveis do desenvolvimento, exigindo abordagens específicas voltadas para a promoção do bem-estar emocional e prevenção de agravos da saúde mental nesse percurso da vida (Malloy *et al*., 2022**).**

Nessa faixa etária, devido a fase do neurodesenvolvimento infantil, elas se tornam especialmente suscetíveis a situações estressantes devido à sua compreensão limitada, à falta de habilidade ou dificuldade em lidar com essas situações e à incapacidade de expressar seus sentimentos e angústias. O fechamento das escolas, a suspensão de atividades extracurriculares e a redução das interações sociais face a face afetaram drasticamente a rotina dos adolescentes. A ausência do contato com amigos e a interrupção de suas atividades escolares contribuíram para o aumento dos sentimentos de solidão, frustação, depressão e ansiedade (Gomes, 2022; Almeida *et al.,* 2022).

Estudos mostraram um crescimento significativo nos casos de transtornos mentais entre adolescentes durante a pandemia, refletindo a importância do convívio social para o bem-estar dessa faixa etária. A transição para o ensino remoto representou um desafio adicional. Muitos adolescentes enfrentaram dificuldades para se adaptar às novas tecnologias e métodos de ensino, o que resultou em uma sobrecarga de estresse acadêmico. A ausência de uma estrutura escolar física, a falta de apoio direto de professores e a dificuldade de concentração em casa contribuíram para o declínio no desempenho escolar e para o aumento da pressão psicológica. Ademais, a desigualdade no acesso à internet e a dispositivos tecnológicos acentuou as disparidades educacionais, prejudicando especialmente os adolescentes de famílias mais vulneráveis.

Isolamento, situações estressantes, perdas, violência dentro da família, uso abusivo da internet e redes sociais, alterações na rotina e nas relações familiares são alguns dos fatores que podem impactar negativamente a saúde mental dos adolescentes. Como resultado, a pandemia levou a um aumento nos distúrbios psiquiátricos, como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático (Imran *et al*., 2020; Neumann *et al.,* 2020).

Durante a pandemia, diversas questões foram intensificadas, como quebra da rotina, insegurança alimentar, aumento da vulnerabilidade socioeconômica familiar, violência em casa e abusos. Esses fatores têm contribuído significativamente para a piora da saúde

mental de crianças e adolescentes. Assim, as restrições, como o confinamento e proibições de encontros sociais, podem entrar em conflito com a necessidade dos jovens de cultivar relações com colegas e buscar mais autonomia em relação aos pais (Gomes, 2022; Neumann *et al.,* 2020; Orben *et al*., 2020).

2.1 Principais fatores de risco evidenciados durante o confinamento

A pandemia de Covid-19 houve diversos impactos, incluindo o fechamento das escolas, a suspensão das atividades presenciais e outras medidas que afetaram os adolescentes, trazendo consequências sociais, psicológicas e econômicas. O distanciamento social e o fechamento das escolas são fatores causadores de estresse, e possíveis perdas de membros familiares podem desencadear sintomas de luto, trauma e depressão. Adolescentes em situações de vulnerabilidade econômica ou pertencentes a minorias podem ser ainda mais afetados emocionalmente, uma vez que a situação acentua-se nas questões relacionadas à desigualdade social (Brooks *et al*., 2020; Guessoum *et al.,* 2020).

O distanciamento das crianças das atividades escolares diminui a práticas de atividades físicas, aumentando o tempo em que passam em frente a telas de computadores ou celulares, desregulando seus horários de sono e as leva a adotar uma alimentação menos saudável, o que podem prejudicar o desenvolvimento infantil (Giareta *et al.,* 2019). Assim, as crianças, por representarem o grupo mais emocionalmente suscetível da população, têm maior probabilidade de enfrentar questões relacionadas à saúde mental, como ansiedade, estresse, depressão e distúrbios do sono, devido ao impacto em seu bem-estar e rotina do dia a dia (Yesamin *et al.,* 2020).

Além disso, as medidas de isolamento, incluindo o distanciamento social e o fechamento de escolas, impactam diretamente crianças e adolescentes ao isolá-los fisicamente de colegas, professores, familiares e suas comunidades habituais. Esta redução nos contatos sociais normais aumenta a sensação de solidão. A solidão, portanto, surge como uma consequência significativa e não intencional das restrições prolongadas, aumentando a vulnerabilidade das crianças e o risco de desenvolvimento de sintomas depressivos (Neumann *et al.,* 2020).

A interrupção abrupta das rotinas diárias, aliada ao medo da doença e à incerteza quanto ao futuro, contribuiu para o aumento de sintomas de ansiedade e depressão. Estudos indicam um aumento significativo de casos de transtornos de humor e ansiedade nessa faixa etária, refletindo a dificuldade dos jovens em lidar com a falta de previsibilidade e controle sobre suas vidas. A ausência de atividades estruturadas, como a escola e os esportes, removeu fontes importantes de apoio emocional e físico, exacerbando sentimentos de solidão e desesperança (Daudali, 2022; Volpe, 2021).

Sendo assim, o confinamento também expôs adolescentes a ambientes familiares potencialmente estressantes. Para muitos, a casa deixou de ser um refúgio seguro e passou a ser um local de conflito e tensão. Situações de violência doméstica e abuso, infelizmente, tornaram-se mais comuns, colocando os jovens em risco contínuo. A convivência prolongada em um ambiente disfuncional pode levar a traumas psicológicos duradouros, afetando negativamente o desenvolvimento emocional e social dos adolescentes (Cheffer *et al*., 2023).

Além disso, o aumento do uso de tecnologia durante o confinamento é outro fator de risco significativo. A dependência de dispositivos eletrônicos para educação, comunicação e entretenimento levou a um uso excessivo das telas, o que está associado a problemas

de saúde física, como distúrbios do sono e sedentarismo, bem como a questões de saúde mental, como a dependência digital e a exposição a conteúdos inadequados. Dessa forma, o cyberbullying e o contato com influências negativas nas redes sociais podem agravar o estado psicológico dos jovens, contribuindo para uma autoimagem distorcida e baixa autoestima (Binotto; Goulart e Pureza, 2021; Costa e Santos, 2023).

A adolescência é um período crucial para a formação de identidade e habilidades sociais, que são, em grande parte, moldadas através das interações com pares. A ausência de contato físico com amigos e a limitação de atividades sociais comprometem a capacidade dos adolescentes de desenvolverem competências essenciais, como empatia, comunicação e resolução de conflitos. Esse isolamento social pode levar a dificuldades de reintegração quando as restrições são suspensas, prolongando os efeitos negativos no confinamento (Araújo 2023; Cruz *et al*., 2021).

2.2 Fatores psicoemocionais vivenciados entres os adolescentes na Covid-19

Durante o confinamento da quarentena os níveis de ansiedade, depressão e estresse aumentaram gerando um impacto psicológico negativo nos estudantes (Maia& Dias, 2020). Devido à pandemia da COVID-19 ser um evento recente, há escassa quantidade de pesquisas que analisem seus impactos na saúde mental. No entanto, destacam-se consequências negativas significativas como medo, estresse, mudanças de comportamento, raiva, tédio e frustração (Witt *et al.,* 2020).

Durante esse período, o estresse se destacou como um dos principais fatores, afetando o desenvolvimento biológico de crianças e adolescentes, bem como promovendo e fortalecendo comportamentos prejudiciais que repercutem em toda a estrutura familiar. A alteração no estilo de vida leva as pessoas a experimentarem ansiedade e insegurança, sendo comum observar solidão, falhas na comunicação e instabilidade de humor durante o isolamento social (Thompson, 2014).

A alteração no modo de vida provoca sentimentos de ansiedade e insegurança nas pessoas, tornando comum a experiência de solidão, dificuldades na comunicação e flutuações de humor durante o período de isolamento social. Quanto mais tempo alguém permanece em confinamento, piores podem ser as repercussões para o bem-estar mental, especialmente evidenciando comportamentos como frustação, raiva e ansiedade (Usher, *et al*., 2020). Foi observado que a rápida disseminação da pandemia, a imposição de quarentena, a percepção de desfechos negativos e a exposição constante às notícias pela mídia podem desencadear respostas ao estresse que resultam em comportamentos inadequados em relação à proteção da saúde, como é o caso da somatização (Colizzi, *et al*., 2020)**.** Os sintomas somáticos são sintomas físicos que não possuem uma causa orgânica identificável, levando à perda de funcionalidade. A preocupação ansiosa também é um fator que contribui para a somatização (Riem Mme *et al*., 2018).

Ocorreu grande prevalência nos relatos envolvendo os adolescentes e suas emoções, onde os mesmos apresentaram insônia acompanhada de instabilidade emocional, choro frequente, depressão, tristeza, irritabilidade e exaustão emocional também estão presentes (Fegert *et al.,* 2020).

3. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo descritivo e qualitativo, a partir de uma revisão de literatura, com enfoque exploratório, considerando que os dados foram coletados por meio de um levantamento de pesquisas científicas.

Para a construção desta revisão foram utilizadas as seguintes etapas: identificação do tema, seleção da questão de pesquisa, coleta de dados literários nas bases de dados científicas utilizando-se critérios de inclusão e exclusão para coleção de amostra e avaliação dos estudos compreendidos nesta seleção, interpretação dos resultados e apresentação das conclusões apresentadas.

A coleta de dados ocorrerá por meio de publicações em artigos e revistas científicas utilizando as bases de dados como: Pubmed (National Center for Biotechnology Information), Scielo (Biblioteca Eletrônica Científica Online) e PsycINFO (American Psychological Association). Foram selecionados artigos científicos publicados nos últimos 5 anos, sendo de 2019 a 2024, através dos descritores da base DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) as palavras chaves: “Saúde mental”, “Covid-19”, “Isolamento Social”, “Psicoemocionais” e “Pandemia”.

Os critérios de inclusão serão artigos completos, publicados no idioma português, inglês e espanhol, que deverão estar em harmonia com o tempo proposto e o objetivo do estudo. Os critérios de exclusão serão baseados em artigos publicados antes da identificação do tema estabelecido pelo critério de inclusão, materiais não disponíveis na íntegra e não responderam o questionamento da pesquisa e ao selecionar os estudos serão obtidos 7 artigos para seleção nos quais apresentaram informações satisfatórias sobre o tema proposto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados resultou em 250 publicações científicas encontradas, entretanto, apenas 12 atenderam aos critérios de inclusão do estudo, contundo, após a leitura apenas 07 artigos foram selecionados para estudo, excluindo 243 artigos da amostra final, dos quais 81 artigos eram duplicados, 110 eram de revisão sistemática e 52 não atendiam a finalidade do objetivo proposto e por não terem a relação com o tema. Foram encontrados 84 resultados no Scielo, 30 no Pubmed e 136 na Biblioteca Virtual da Saúde – BVS.

Com o intuito de sintetizar os achados principais de cada estudo, foi produzido uma tabela com o objetivo de apresentar de maneira clara e elucidativa as informações mais recorrentes em cada estudo e as conclusões dos autores selecionados. Deste modo, através da Tabela 1, é possível visualizar de forma organizada e sistemática os dados mais significativos identificados pelos autores, possibilitando uma análise abrangente e comparativa das várias perspectivas sobre os impactos causados nos adolescentes durante o período pandêmico da Covid-19.

AUTOR E ANO	FATORES DE RISCO ENTRE OS ADOLESCENTES	PRINCIPAIS CONCLUSÕES
Dale *et al.*, 2022.	Os sintomas depressivos, sintomas de ansiedade, pensamentos suicidas e qualidade do sono.	O estudo mostrou pequenas deteriorações no bem-estar físico e mental dos adolescentes, principalmente do sexo feminino, o que levou a depressão, insônia e ideação suicida em meninas e entre os meninos pensamentos suicidas se mantiveram elevados.

Pertele *et al.,* 2022.	A prevalência de problemas emocionais e comportamentais foi de 61,17%. Neste estudo houve o aumento nos sintomas emocionais onde os adolescentes apresentaram ansiedade, impotência, tristeza, distanciamentos dos amigos e dificuldades de socializar durante a pandemia. Além disso, a maioria dos adolescentes tiveram problemas de conduta e foram classificados com hiperativos, coléricos e impulsivos.	A maioria dos adolescentes foram classificados com sintomas emocionais, especialmente as meninas, que foram intensificados no período de pandemia. O contexto pandêmico gerou mais impulsividade, agressividade e sentimentos de raiva, além de impactar nos relacionamentos gerando sofrimento emocional aos adolescentes.
Gadagnoto *et al.,* 2022.	Devido ao período de isolamento e distanciamento social, os adolescentes puderam vivenciar diversas emoções como o medo, a solidão, a frustração, a ansiedade, o tédio e a angústia diante dos acontecimentos sobre os quais o adolescente não tinha nenhum poder de controle diante das mudanças impostas a eles.	Os adolescentes apresentaram mudanças nas suas percepções ao longo do período pandêmico. Nota-se que, a vivência de sentimentos de incertezas, medo, angústia, ambivalência, ansiedade, tédio, falta de motivação, depressão e situações de ideação suicida. O aumento no uso da Internet, em especial o consumo de notícias relacionadas à pandemia, gerou desconforto entre os adolescentes, intensificando emoções negativas.
Gomes *et al.,* 2021.	As principais emoções expressas pelos adolescentes escolares diante da Pandemia foram cansaço (63,6%), tristeza (45,5%), saudades do colégio e dos amigos (45,5%), falta das aulas presenciais (18,2%), indiferença (27,3%) e depressão (9,1%).	Devido ao afastamento do espaço escolar, decorrente do isolamento social. Este estudo refletiu na vivência emocional dos adolescentes escolares, indicando a ausência de suporte emocional oferecido pela escola ou serviços de saúde.
Saurabh e Ranjan, 2020.	Crianças e adolescentes em quarentena experimentaram maior sofrimento psicológico do que crianças e adolescentes não-quarentenas. Sendo medo (61,98%), preocupação (68,59%) e desamparo (66,11%) os sentimentos mais comuns vivenciados na quarentena.	Apesar do baixo cumprimento dos requisitos de quarentena observado neste estudo. Crianças e adolescentes que estavam em quarentena apresentavam mais problemas psicológicos estatisticamente significativos do que aqueles que não estavam em quarentena. Problemas como insônia relacionada à ansiedade, isolamento, tédio e tristeza foram mais comuns no grupo de quarentena.
Zhou *et al.,* 2020	A prevalência de sintomas depressivos, sintomas de ansiedade e uma combinação de sintomas depressivos e de ansiedade foi de 43,7%, 37,4% e 31,3%, respectivamente, entre estudantes chineses	Neste estudo notou-se que há uma alta prevalência de problemas de saúde psicológicos entre adolescentes, que estão negativamente associados ao nível de conscientização sobre a COVID-19.

Dua *et al*., 2020.	A presença de sintomas clínicos depressivos; terem amigos e familiares infectado com Coranavírus fator que aumentou os níveis altos de Ansiedade entre os adolescentes, e além disso, o elevado período do tempo de tela tornando uma dependência no uso dos Smartphones e o consumo de Internet.	Os resultados deste estudo refletiram no impacto psicossocial e nas emoções vivenciadas pelos adolescentes que ultrapassou os das crianças – a nível de ansiedade. As inquietações acerca do futuro exacerbaram o sofrimento mental, em decorrência da imprevisibilidade e inseguranças para o futuro.

Tabela 1. Mapeamento dos respectivos estudos e as principais conclusões.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Após investigação minuciosa, há indicativos que a pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2 pode ter afetado negativamente a saúde mental de crianças e adolescentes. Durante este período ela puderam vivenciar e experimentar umas séries de emoções adversas, como: medo, tristeza, insegurança, desânimo, sentimentos de desamparo, raiva, inquietação, estresse, ansiedade, preocupação e sofrimento, além de manifestações de comportamento agressivo e desrespeitosos.

O isolamento social e a quarentena foram, sem dúvida, eficazes na prevenção da propagação do vírus até os dias de hoje, sendo amplamente adotados em todo o mundo no combate à Covid-19. Com o fechamento das instituições de ensino teve um impacto negativo no bem-estar deste grupo, os jovens foram particularmente o mais afetados psicologicamente, o recolher obrigatório resultaram na perda de contato social entre colegas e amigos, fazendo com eles ficassem recluso em casa com seus familiares (Saurabh; Ranjan, 2020; Dale *et al.,* 2022).

Na maioria dos estudos observou-se aumento no número de sintomas de depressão e de ansiedade indicando uma tendência de agravamento da saúde mental em geral, já presente antes da pandemia. O fechamento das escolas e a falta de contato com amigos e o tempo recluso em casa em convívio familiar, provocaram alterações emocionais e psicológicas no dia-a-dia dos adolescentes, por serem acostumadas em interagir com diversas pessoas, a ansiedade aumentou consideravelmente (Zhou *et al.,* 2020; Dale *et al.,* 2022).

A solidão, frustação, incerteza, medo e o estresse são emoções que surgem do isolamento social. Isso pode levar a uma alimentação inadequada, falta de atividade física, sintomas depressivos e ansiosos; são impactos biopsicossociais que acabam afetando crianças e adolescentes e aumentando os conflitos familiares (Pertele *et al*., 2022). Outro ponto relevante no que tange as crianças e os adolescentes é o medo de serem infectadas pelo vírus e de transmitirem para seus entes queridos, além das incertezas do curso da pandemia. Esse estresse adicional promoveu ainda mais inseguranças e aumentou os níveis de ansiedade vivenciados por eles (Saurabh e Ranjan, 2020; Duan *et al*., 2020).

No estudo realizado Gadagnoto *et al.* (2022) observaram problemas emocionais e comportamentais entre os adolescentes, onde as meninas foram as mais atingidas, os sinais de impulsividade, agressividade e sentimentos de raiva foram intensificados no período de pandemia. Nota-se a diferença entre a saúde mental dos adolescentes antes e depois do período pandêmico, mas para o sexo feminino essas diferenças foram mais acentuadas.

Em um estudo de pesquisa transversal realizada na Áustria com estudantes do ensino médio um ano e meio após o início da pandemia, a fim de avaliar os sintomas de bem-estar, mostrou-se que as condições entre os estudantes se encontrava com pequenas

deteriorações na saúde mental (ou seja, depressão, ansiedade, insônia e ideação suicida). Entre os 1.505 adolescentes que participaram deste estudo, os índices para o sexo feminino se mantiveram elevados do que os adolescentes do sexo masculino (Dale *et al.,* 2022). Outro estudo realizado Zhou *et al.,* 2020 a prevalência dos sinais de depressão e ansiedade entre meninas foi considerado alto do que os meninos, para ambos as duas patologias foram 31,3%, respectivamente entre estudantes chineses. Percebe-se um declínio na saúde mental dos adolescentes que estar ligada à educação, em muitos casos a depressão e os transtornos de ansiedade estão associadas ao fechamento de escolas, às medidas de distanciamento físico e ao aumento do tempo que crianças e adolescentes passam online absorvendo de informações que pode a ser falsas elevam estes sintomas clínicos (Meherali *et al.,* 2021).

Para Mata *et al.* (2020) o aumento do estresse e outros fatores clínicos podem estar associado à falta do contato físico com professores, amigos, cuidadores e até mesmo os pais com suspeita ou infectado com Covid-19, ou até mesmo devido a incidentes fatais durante a pandemia. Essas circunstâncias podem levar a sentimentos de ansiedade, insegurança, medo e carência de suporte fundamental para enfrentar essa situação. A separação na convivência diária com os responsáveis pode afetar negativamente a saúde mental infantil a longo prazo, podendo resultar em um aumento de transtornos mentais, pensamentos suicidas e casos de suicídio pós-pandemia.

A constante incerteza e insegurança causadas pela pandemia podem abalar a estrutura familiar, trazendo riscos ao desenvolvimento das crianças. Muitos estudos mostraram-se um aumentou substancial nas taxas de depressão, ansiedade, suicídio e automutilação não suicida principalmente com indivíduos que já apresentavam sinais de distúrbios psicológicos (Nascimento *et al.,* 2020). Dessa forma, a experiência prolongada de dificuldades e estresse por parte dos adultos pode impactar negativamente sua capacidade de oferecer suporte e cuidado às crianças, resultando em prejuízos no desenvolvimento em níveis sistêmicos e contribuindo para o surgimento ou agravamento de quadros de ansiedade, depressão e estresse (Mata *et al*., 2020).

Um estudo método misto de desenho explanatório sequencial, analisou prevalência de problemas emocionais e comportamentais em adolescentes no contexto da pandemia de COVID-19 com 479 adolescentes, em uma capital do Centro-Oeste brasileiro, mostrou aumento da vulnerabilidade emocional (Pertele *et al.,* 2022). Percebeu-se que o isolamento social afetou o desenvolvimento dos adolescentes, quanto mais ficavam restritos em casa, maior a chance de manifestarem sintomas depressivos, pensamentos suicidas e automutilação. A partir disso, evidencia-se que quanto mais restritivas forem as medidas de distanciamento, mas severos serão os impactos na saúde dos adolescentes.

É fundamental destacar que os impulsos autodestrutivos não surgem apenas devido ao isolamento social, mas também de uma confluência de crises sociais que têm afetado significativamente a população mundial. O desemprego, a pobreza e a falta de acesso a serviços educacionais e de saúde são fatores que podem explicar o aumento da incidência de transtornos como depressão, ansiedade, estresse e pensamentos suicida, servindo como possíveis desencadeadores ou agravantes de problemas psiquiátricos (Nascimento *et al.,* 2020).

Em um estudo quantitativo, Gomes *et al*., (2021) com intuito de analisar as manifestações emocionais dos adolescentes e como foram manejadas, avaliaram 15 adolescentes brasileiros por meio de questionários e como resultados, encontraram que as principais estratégias utilizadas eram: música, bate-papo com amigos, jogos/games, redes sociais, igreja e relacionamentos amorosos.

Portanto, a diversidade de abordagens de prevenção da COVID-19 entre países pode influenciar de maneiras diversas o progresso dos adolescentes. No que diz respeito à saúde mental, percebe-se um aumento geral de sintomas psiquiátricos, sobretudo em locais com medidas de distanciamento mais rigorosas. Sintomas comuns em adolescentes sob essas medidas incluem ansiedade somatizada, hiperatividade e medo generalizado (López *et al*., 2021) depressão e estresse (Zhou *et al.,* 2020; Pertele *et al.,* 2022.), ideação suicida (Dale *et al.,* 2022), tristeza, cansaço, desânimo e depressão (Gomes *et al.,* 2021).

Os sintomas de depressão e ansiedade estão principalmente relacionadas ao maior tempo de exposição às telas de aparelhos eletrônicos e a inversão do horário do sono, trocando o dia pela noite associado à falta da rotina escolar que é a principal ocupação de crianças e adolescentes (Vazquez, *et al*., 2021). Além disso, um outro fator coadjuvante que no decorrer da pandemia piorou bastante foi qualidade de sono, o aparecimento de alterações nas funções físicas, biológicas e mentais, foram significativamente afetadas (Coelho, 2020).

Dois estudos apontaram o aumento da dependência das crianças aos aparelhos eletrônicos. A inviabilidade de sair de casa fez com os adolescentes ficassem ainda mais dependentes de seus aparelhos telefônicos. Essas longas horas, em tempo de tela nos aparelhos eletrônicos também trouxeram um risco na saúde física e mental, quer seja por aspectos de ordem física como exposição à fake new, conteúdos inapropriados, exploração sexual e ameaças psicossexuais (Aydogdu, 2020).

Duan *et al.* (2020) relataram que os adolescentes passavam de 5 a 10 horas por dia online, o que é um fator de risco potencial para dependência de Internet ou smartphone. Além disso, observaram que o vício em smartphones (OR 1,41, IC 95%: 1,10–1,18) e o vício em Internet (OR 1,84, IC 95%: 1,21–2,81) estão significativamente associados a sintomas clínicos depressivos entre crianças e adolescentes. Ainda que o aumento da exposição de tela seja inevitável para a educação e socialização durante o isolamento, o excesso de tela aumenta o sedentarismo e associa-se a riscos à saúde.

Durante a pandemia, as práticas de cuidado passaram por mudanças significativas, e a qualificação dos profissionais de saúde na Atenção Primária à Saúde passaram ser essenciais para identificar casos de estresse, depressão e outros distúrbios mentais resultantes do isolamento social, com uma abordagem acolhedora e atenciosa (Gadagnoto *et al.,* 2022).

No que tange à esfera psíquica, o isolamento social, a falta de atividade física intensificada por ele, e os impactos associados ao uso excessivo de telas podem favorecer o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos, como ansiedade, depressão e outros distúrbios, especialmente em pessoas que já possuem algum tipo de desequilíbrio mental. Além disso, a incerteza decorrente da situação pandêmica – sobretudo devido à forma abrupta com que se instalou – pode desencadear nos jovens sentimentos como raiva, irritabilidade e aborrecimento (Saurabh e Ranjan, 2020; Pertele *et al.,* 2022).

Diante dos estudos apresentados, houve diversos fatores ligados à pandemia que puderam levar as crianças a sofrer problemas de saúde mental. Por isso, é crucial observar as particularidades da infância, visando protegê-las, informá-las e educá-las sobre a Covid-19. É necessário adotar essas abordagens com cuidado, a fim de evitar desencadear transtornos ou agravar o quadro de pacientes com comorbidades ou com distúrbios psiquiátricos.

Além disso, é fundamental identificar a vulnerabilidade das crianças diante dos transtornos causados pela pandemia e oferecer tratamentos aquelas que já apresentam o quadro desses problemas. Faz-se necessário planejar ações para o pós-pandemia, visando lidar com este grupo que enfrentou esse cenário, que talvez tenha gerado traumas e sequelas (Aydogdu, 2020).

3. CONCLUSÃO

Durante os primeiros meses da pandemia, o isolamento domiciliar e o fechamento das escolas tiveram impactos negativos na saúde mental da população infanto-juvenil. Os resultados apontam uma alta prevalência em questões relacionadas ao estresse, ansiedade e depressão em crianças e adolescentes, decorrente do isolamento e distanciamento social. Este impacto foi mais significativo entre o público feminino, sobretudo entre os estudantes do ensino médio.

Mudanças no comportamento e no humor foram observadas e surgiram na forma de ansiedade, medo, tristeza, frustação, insônia, estresse e raiva, dentro outras. As razões que levam as crianças a manifestarem esses sentimentos são diversas. O afastamento da escola e dos entes queridos devido ao isolamento social, dificuldades financeiras vivenciadas pelos pais, a doença e a perda de alguns familiares são alguns dos fatores que puderam levar as alterações na saúde mental desse público.

Por fim, o estudo contribuiu para expansão dos conhecimentos acerca dos efeitos da pandemia e do isolamento social na saúde mental dos adolescentes. Em termos de atuação e boas práticas adequadas, recomenda-se que equipes de saúde na atenção primária realizem atividades educativas e promocionais direcionadas aos adolescentes, mesmo que seja de forma virtual. Isso se deve ao fato de que foi observada uma boa receptividade deste público às diferentes formas de cuidado oferecidas. Essas iniciativas devem focar em esclarecer os adolescentes sobre as medidas sanitárias adotadas para controlar a disseminação de doenças e incentivar o desenvolvimento da responsabilidade social, que engloba tanto o autocuidado quanto o cuidado com os outros.

Referência

AYDOGDU, A. L. F. Saúde mental das crianças durante a pandemia causada pelo novo coronavírus: revisão integrativa. **Revista saúde npeps**, v. 5, n. 2, 2020

ARAÚJO, B. P. **O aprendizado e a pandemia por COVID-19: uma relação entre o incremento dos transtornos mentais e sua implicação no processo de aprendizagem.** 2023. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

BINOTTO, B. T; GOULART, C. M. T; PUREZA, J. PANDEMIA DA COVID-19: indicadores do impacto na saúde mental de adolescentes. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 7, n. 2, p. 195-213, 2021.

BROOKS, S. K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The lancet**, v. 395, n. 10227, p. 912-920, 2020.

CARVALHO, N. V. The occurrence of behavioral factors suggestive of anxiety and depression in 6-10 year-old children during the Covid-19 pandemic. **Rev Ped SOPERJ**, Rio Janeiro, 2023.

COSTA, C. V et al. Avaliação de sintomas psiquiátricos durante o confinamento no contexto da pandemia COVID19 numa população clínica pedopsiquiátrica. **Revista Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental**, v. 7, n. 1, p. 9-21, 2021.

COSTA, G. P; SANTOS, A. F. **Tempo excessivo de tela e tecnologia na primeira infância: impactos no desenvolvimento infantil**. 2023. Tese de Doutorado.

COLIZZI, M et al. Medically unexplained symptoms in the times of COVID-19 pandemic: a case-report. **Brain, behavior, & immunity-health**, v. 5, p. 100073, 2020.

COELHO, A. P. S. "Saúde mental e qualidade do sono entre estudantes universitários em tempos de pandemia da COVID -19: experiência de um programa de assistência estudantil". **Revista Research, Society and Development**, vol. 9, n.9, 2020.

CUNHA, D. B. A et al. O impacto da pandemia de Covid-19 na saúde mental e física de crianças e adolescentes: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 7, p. e8484-e8484, 2021.

CRUZ, D. A et al. Institucionalização e isolamento social: reflexões acerca da saúde mental de crianças e adolescentes. **SAÚDE MENTAL**, 2021.

CHEFFER, M. H et al. Dimensões biopsicossociais na rotina escolar de crianças e adolescentes com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade durante a pandemia de COVID-19: um estudo no município de Cascavel/PR, Região Sul do Brasil. **Saúde e meio ambiente: revista interdisciplinar**, v. 12, p. 139-153, 2023.

DAUDALI, S. A. **Impacto da Pandemia COVID-19 nos Comportamentos Autolesivos e Suicidários na Adolescência**. 2022. Dissertação de Mestrado.

DALE, R et al. Mental health burden of high school students, and suggestions for psychosocial support, 1.5 years into the COVID-19 pandemic in Austria. **European Child & Adolescent Psychiatry**, v. 32, n. 6, p. 1015-1024, 2023.

DUAN, L et al. An investigation of mental health status of children and adolescents in china during the outbreak of COVID-19. **Journal of affective disorders**, v. 275, p. 112-118, 2020.

FARO, A et al. COVID-19 and mental health: the emergence of care. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, p. e200074, 2020.

FEGERT J. M, et al. Challenges and burden of the Coronavirus 2019 (COVID 19) Pandemic for child and adolescent mental health: a narrative review to highlight clinical and research needs in the acute phase and the long return to normality. **Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health,** 2020.

FUENTES, D. A. O et al. Confinamento e distanciamento social: estresse, ansiedade, depressão em crianças e adolescentes. **Revista Médica do Instituto Mexicano de Segurança Social**, v. 60, não. 3, pág. 338, 2022.

GADAGNOTO, T C et al. Emotional consequences of the COVID-19 pandemic in adolescents: challenges to public health. **Rev Esc Enferm USP**. 2022.

GAINO LV, et al. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. SMAD, **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**. 2018.

GIARETTA, G. G; TREVISANI, J. P; BERNDSEN, L. P et al. Evaluation of the benefits and risks of the vegetarian diet: update on the topic versus common sense in times of post-truths. In: **Benedito Rodrigues Da Silva Neto (ed.). Prevenção e Promoção de Saúde** 7. 1. ed. [s.l.]: Atena Editora, 2019, p. 61–71.

GOMES, A. D et al. Emoções manifestas por adolescentes escolares na pandemia COVID-19. **Research, Society and development**, v. 10, n. 3, p. e47110313179-e47110313179, 2021.

GUESSOUM, S. B et al. Transtornos psiquiátricos em adolescentes durante a pandemia e bloqueio de COVID-19. **Pesquisa em psiquiatria** , v. 291, p. 113264, 2020.

ALMEIDA, J. J. Q et al. **O ensino remoto emergencial durante a pandemia de covid-19 em Nova Hartz/RS (2020-2021)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Brasil: FLACSO Sede Brasil.

IMRAN, N; ZESHAN, M; PERVAIZ, Z. Considerações de saúde mental para crianças e adolescentes na pandemia de COVID-19. **Revista de ciências médicas do Paquistão** , v. COVID19-S4, pág. S67, 2020.

LANCET et al. Pandemic school closures: Risks and opportunities. **The Lancet. Child & Adolescent Health**, v. 4, n. 5, p. 341, 2020.

LEVANDOWSKI M. L et al. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 2021.

LÓPEZ, I. R et al. Alteraciones psicológicas en niños y adolescentes durante confinamiento social por COVID-19. Policlínico René Vallejo Ortiz. **Multimed**, v. 25, n. 2, 2021.

MATA, A. A et al. Impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 6901-6917, 2021.

MEHERALI, S et al. Mental health of children and adolescents amidst COVID-19 and past pandemics: a rapid systematic review. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 7, p. 3432, 2021.

NASCIMENTO, J. K. F et al. Automutilação em Adolescentes e Adultos Jovens na Pandemia por COVID-19: o relato de três casos. **Revista Augustus**, v. 25, n. 52, p. 112-122, 2020.

NEUMANN, A. L et al. Impacto da Pandemia por Covid-19 sobre a saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. Pandemias: impactos na sociedade. Belo Horizonte (MG): **Synapse,** p. 56-66, 2020.

ORBEN, A., TOMOVA, L.; BLAKEMORE, S. J. The effects of social deprivation on adolescent development and

mental health. **The Lancet Child & Adolescent Health**, 4(8), 634-640, 2022.

PETERLE, C. F et al. Problemas emocionais e comportamentais em adolescentes no contexto da COVID-19: um estudo de método misto. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** , v. 30, p. e3744, 2022.

REIS, F. P et al. Impacto do Confinamento em Crianças e Adolescentes. **Acta medica portuguesa**, v. 34, n. 4, p. 245-246, 2021

RIEM MME, et al. Attachment and medically unexplained somatic symptoms: The role of mentalization. **Psychiatry Research**, 2018.

SAURABH, K; RANJAN, S. Compliance and psychological impact of quarantine in children and adolescents due to Covid-19 pandemic. **The Indian Journal of Pediatrics**, v. 87, n. 7, p. 532-536, 2020.

THOMPSON R.A. Stress and Child Development. **The Future of Children**, 2014.

USHER K, et al. Life in the pandemic: Social isolation and mental health. **Journal of clinical nursing**, 2020.

VAZQUEZ, D. A et al. Schoolless life and the mental health of public school students during the Covid-19 pandemic. In: **Schoolless life and the mental health of public school students during the Covid-19 pandemic**. 2021.

VOLPE, I. G. **Ansiedade De Familiares No Contexto Da Hospitalização Da Criança E Do Adolescente,** Dissertação de Mestrado, Programa de Pos-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2021).

WITT A, et al. Child and adolescent mental health service provision and research during the Covid 19 pandemic: challenges, opportunities, and a call for submissions. **Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health**, 2020.

YEASMIN, S; BANIK, R; HOSSAIN, S et al. Impact of COVID-19 pandemic on the mental health of children in Bangladesh: A cross-sectional study. **Children and Youth Services Review**, v. 117, p. 105277, 2020.

ZHOU, S. J et al. Prevalence and socio-demographic correlates of psychological health problems in Chinese adolescents during the outbreak of COVID-19. **European child & adolescent psychiatry**, v. 29, p. 749-758, 2020.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

34

REDE SOCIAL E SAÚDE MENTAL: QUAL A RELAÇÃO? CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO USO EXCESSIVO DAS REDES SOCIAIS

SOCIAL NETWORK AND MENTAL HEALTH: WHAT IS THE RELATION BETWEEN? THE PSYCHOSOCIAL CONSEQUENCES OF EXCESSIVE USING OF SOCIAL NETWORKING

Victor Hugo Serra de Melo

Resumo

O aumento dos transtornos mentais associados ao uso das mídias digitais, especialmente entre adolescentes e adultos, e o avanço tecnológico na disseminação de informações, motivam este estudo. Focado em identificar os impactos negativos do mau uso das redes sociais, o estudo revela que transtornos como depressão, ansiedade e fobia social são prevalentes entre usuários excessivos. Apesar dos benefícios das redes sociais, como a manutenção de conexões sociais e suporte emocional, o uso descontrolado pode levar ao isolamento social e baixa autoestima, agravados pela busca constante por validação social. A propagação de *fake news* e o cyberbullying são desafios significativos, afetando a integridade da informação e o bem-estar emocional dos usuários. Além disso, o estudo destaca a problemática do suicídio relacionado ao uso das redes sociais, enfatizando a necessidade de vigilância e medidas preventivas. A revisão bibliográfica, abrangendo de 2013 a 2022, utiliza fontes acadêmicas como Google Acadêmico e Scielo para incluir descobertas recentes. O caráter educativo do estudo visa promover um uso consciente e equilibrado das redes sociais, estabelecendo limites e incentivando interações significativas fora do ambiente virtual para mitigar impactos negativos na saúde mental.

Palavras-chave: Transtorno Mental, Rede Social, Depressão

Abstract

The increase in mental disorders associated with the use of digital media, especially among adolescents and adults, and the technological advancement in information dissemination motivate this study. Focused on identifying the negative impacts of the misuse of social networks, the study reveals that disorders such as depression, anxiety, and social phobia are prevalent among excessive users. Despite the benefits of social networks, such as maintaining social connections and emotional support, uncontrolled use can lead to social isolation and low self-esteem, exacerbated by the constant search for social validation. The spread of fake news and cyberbullying are significant challenges, affecting the integrity of information and users' emotional well-being. Additionally, the study highlights the issue of suicide related to social media use, emphasizing the need for vigilance and preventive measures. The literature review, covering from 2013 to 2022, uses academic sources such as Google Scholar and Scielo to include recent findings. The educational nature of the study aims to promote a conscious and balanced use of social networks, establishing limits and encouraging meaningful interactions outside the virtual environment to mitigate negative impacts on mental health.

Keywords: Mental Disorder, Social Network, Depression

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a interação entre redes sociais e bem-estar psicológico emergiu como um tema de grande relevância. À medida que as redes sociais se incorporaram de forma inextricável à vida diária de milhões de pessoas globalmente, uma preocupação crescente se instalou acerca dos efeitos psicológicos que essas plataformas podem desencadear. A incessante busca por validação social, a exposição a conteúdos negativos e a pressão para manter uma representação idealizada de si mesmo são apenas algumas das complexas dinâmicas que suscitam preocupações no tocante à saúde mental, sendo possível até desencadear problemas sérios de saúde que dificultam o diagnóstico e se precisará de um grande corpo multiprofissional para tratamento adequado se assim for identificado.

As redes sociais têm o potencial de influenciar a saúde mental em diversas dimensões. Por um lado, a constante comparação com outras pessoas, frequentemente com base em representações idealizadas de suas vidas, pode resultar em um impacto negativo, desencadeando sentimentos de baixa autoestima, ansiedade, depressão, podendo esses sintomas e patologias culminarem em desfechos catastróficos como o suicídio. Adicionalmente, o uso excessivo dessas plataformas pode agravar a sensação de solidão e isolamento, à medida que as conexões virtuais muitas vezes substituem as interações presenciais.

No entanto, as redes sociais também carregam o potencial de se tornarem uma ferramenta benéfica para a saúde mental. Estas plataformas podem servir como fonte de apoio emocional, unindo indivíduos a grupos de interesse e comunidades de suporte. O compartilhamento de experiências pessoais e o incentivo de outros podem ter um efeito terapêutico e desempenhar um papel na redução do estigma em torno das questões de saúde mental. Além disso, as redes sociais podem ser utilizadas para disseminar informações sobre saúde mental, promovendo a conscientização e encorajando as pessoas a buscar ajuda.

O problema deste artigo se baseará em quais psicopatologias podem estar relacionadas ao uso indiscriminado dessas plataformas? Esta questão é crucial, dado o crescimento constante do tempo que passamos conectados e a influência penetrante que as redes sociais têm em nossas vidas. Neste contexto, o objetivo geral e primário deste estudo é descobrir os fatores principais que interligam o uso das redes sociais com o desenvolvimento de doenças mentais. De forma mais específica, busca-se compreender como o uso dessas plataformas pode contribuir para o surgimento ou agravamento de psicopatologias. Adicionalmente, visa-se entender qual seria a forma adequada de usar as redes sociais, de modo a mitigar possíveis impactos negativos sobre a saúde mental.

Investigar as nuances da relação entre redes sociais e bem-estar psicológico é essencial para fornecer diretrizes claras e efetivas para usuários e profissionais de saúde, promovendo um ambiente digital mais saudável e consciente. A presente investigação detém o potencial de oferecer valiosos insights, beneficiando profissionais da saúde mental ao proporcionar o desenvolvimento de estratégias preventivas e intervencionistas eficazes. Ao elucidar os intricados mecanismos subjacentes a essa relação complexa, podemos promover diretrizes mais sólidas para fomentar o uso saudável e equilibrado das redes sociais, no intuito de preservar e aprimorar o bem-estar mental. Além disso, este estudo pode abrir caminho para futuras pesquisas, aprofundando ainda mais nossa compreensão sobre o impacto das redes sociais na saúde mental. Pode também inspirar o desenvolvimento de novas ferramentas e recursos nas próprias plataformas de mídia social, que podem ajudar

a mitigar os efeitos negativos e reforçar os aspectos positivos. Assim, a pesquisa não apenas contribui para a literatura acadêmica, mas também tem implicações práticas significativas, com o potencial de influenciar a forma como interagimos com as redes sociais no dia a dia.

Por fim, ao revelar os complexos elementos que associam doenças mentais e a utilização de redes sociais, deparamo-nos com uma valiosa oportunidade para promover uma utilização mais consciente e proveitosa dessas plataformas digitais. Assim, esta pesquisa não somente desvela os mistérios dessa relação complexa, mas também estabelece as bases para a criação de estratégias proativas com o propósito de moldar um ambiente digital mais saudável e benéfico para o bem-estar mental de todos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A revisão bibliográfica utilizou para este estudo um período de pesquisa que considerou artigos científicos publicados a partir de 2010 até 2022, visando garantir a incorporação das mais recentes descobertas e avanços relacionados ao tema. Deste modo, as fontes de pesquisa utilizadas abrangeram plataformas acadêmicas amplamente reconhecidas, incluindo o Google Acadêmico, que é um servidor abrangente de pesquisa que indexa uma variedade de bases de dados acadêmicas, e o Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), que é uma plataforma reconhecida por oferecer acesso a um vasto conjunto de periódicos científicos. As palavras-chave que foram utilizadas nesse processo de pesquisa foram: redes sociais, saúde mental, doenças mentais, depressão, internet, mídia digital, com o objetivo de identificar e acessar a literatura mais relevante para o assunto.

Além disso, a revisão bibliográfica também considerou estudos interdisciplinares que abordaram a interseção entre tecnologia, psicologia e saúde mental. A análise dos dados foi realizada de forma sistemática e criteriosa, levando em conta a metodologia, os resultados e as conclusões de cada estudo. A diversidade de fontes permitiu uma compreensão abrangente e multifacetada do impacto das redes sociais na saúde mental. A revisão também se esforçou para identificar lacunas na literatura existente, que poderiam ser exploradas em pesquisas futuras.

2.2 Resultados e Discussão

Quando pensamos em “rede”, temos sua etimologia vinda do latino “rete”, onde, hoje em dia, existem uma gama de outros sentidos. Ela pode significar uma trama feita de um emaranhado de arames, fios ou outro material; um apetrecho capaz de capturar um ser; uma espécie de malha metálica de tecido feita para que limite espaços. Ainda, podemos remeter a palavra a agrupamento de indivíduos, estabelecimentos ou organizações que se intercedem entre si; uma agência de espionagem infiltrada em um país; a interconexão de nervos e fibras; o conjunto de vias ou meios de transporte ferroviário, um sistema interconectado de computadores e seus periféricos, emboscada, ilusão ou artimanha (FERREIRA, 2011).

A partir dos anos 2000, a humanidade vê-se diante de o surgimento e uso colossal das conexões sociais dimensionadas por meio de computadores, bem como, mais recentemente, pelo uso de telefones celulares e tablets (com capacidade de mobilidade), todos interligados à internet. Para muitos indivíduos, é impensável viver sem estar constante-

mente conectado a essa rede virtual, onde o tempo excessivo dedicado à navegação no mundo digital resulta em uma sobrecarga de interações digitais (ZENHA, 2018). O uso das redes sociais pode ser maléfico e ajuda sendo um catalizador para a difusão e criação de relações fúteis e fugazes. Como se consegue ter uma acessibilidade a vários conteúdos de uma forma extremamente veloz, a rapidez na qual todas estas informações e opiniões podem surgir e se diluir também pode se perder, isso é o que Reisen *et al.* (2021) nos trazem em seu artigo ao citar Silva (2016). Em seu artigo, Fonseca *et al.* (2018), dizem que é notório de que há qualidades na difusão das redes sociais, o que se precisa deixar salientado é que elas podem suscitar riscos para a saúde mental das pessoas, a depender da forma como são utilizadas. Temos aí uma dicotomia paradoxal, pois, muito embora as redes sociais tornam a vida das pessoas mais fáceis e aceleram a comunicação entre indivíduos, elas também refreiam o contato presencial, que seria onde os tratos, convívios e manifestações genuínas de afeto ocorrem na vida dos seres (MAYATE; BLAS, 2014 *apud* FONSECA *et al.*, 2018).

De acordo com dados do IBGE, 70% dos habitantes no Brasil desfrutam de acesso à internet. Outro dado interessante é que o Brasil figura como o segundo país com o maior tempo diário gasto na web, com uma média de 9 horas e 29 minutos, ainda comentam que 40% desse período (equivalente a 3 horas e 34 minutos) é dedicado à utilização de plataformas de mídias sociais (ABJAUDE *et al.*, 2020). Ainda disso, Abjaude *et al* (2020) discorre sobre as *Fakes News e o Cyberbullying*, problemas esses bem comuns que são enfrentados pelo cotidiano das mídias digitais. Segundo ele, a disseminação de "*fake news*" pode gerar emoções de irritação e desapontamento, particularmente quando o utilizador começa a se perceber incapaz de contrapor as repetidas tentativas de influenciar a opinião pública por meio de informações falsas.

Para Siebel *et al.* (2022), o suicídio é outra questão preocupante acerca do uso das redes sociais. Em seu artigo, ela cita Barreto e Lima (2017), que nos concede luz sobre os anos atuais, adicionando que se percebe uma grande quantidade de sites, comunidades, redes sociais, blogs, salas de bate papo, séries e incluindo alguns jogos, encorajando e descrevendo métodos de prática suicida principalmente em adolescentes. Nesta vasta lista, existe um jogo chamado "Baleia Azul", jogo esse que tem o seu domínio no Facebook. Este jogo tem como ideia 50 tarefas que são direcionadas por um mentor (curador) para os participantes. Esses desafios vão desde como perfurar uma parte de seu corpo desenhando uma baleia, e vai até um passo onde seria o suicídio. Sendo que nada é por acaso, este desenho e est brincadeira fazem as baleias, que são conhecidas pelas práticas suicidas, uma vez que uma baleia doente procura um local seguro, que seriam águas rasas. Nesse processo de fuga, segundo Barreto e Lima (2017) é que outras baleias seguem a baleia doente e acabam ficando encalhadas neste processo.

O *cyberbullying*, junto da depressão, são psicopatologias de maior preocupação e risco relacionados ao uso desenfreado das tecnologias digitais, mais precisamente as mídias digitais, tendo sintomas, como mudanças no humor e na forma de se comportar, aliadas a uma imensa exigência de manterem-se online. Também se detectou que os perigos apontados englobaram uma ampla gama de preocupações físicas como taquicardia, mudanças na respiração, tendinites e mudanças posturais, o impacto negativo na qualidade dos laços familiares, ocorrência de *Cybersickness* (mal-estar causado pelo mundo digital), fraqueza emocional, alimentação problemática, ausência de exercícios físicos e sobrepeso, comportamento narcisista (preocupação em excesso com a própria imagem), mudanças de personalidade, alterações na autoestima, transtornos de ansiedade, dificuldades de concentração, fobias e isolamento social, surgimento de vícios e dependências, a ligação com atividades criminosas virtuais, o cyberbullying e, para finalizar, relações diretas com a

depressão e comportamentos suicidas (SOUZA; CUNHA, 2019)

Tendo como alicerce as ilações feitas pelo autor Barros (2019), citado por Cunha, Resende e Silva (2022), entendemos que a forma como estamos nos relacionando vem mudando por causa das mídias sociais e o que elas trazem como interação. A inibição e o contato social físico vêm perdendo foco, dando entrada para o comodismo, cujo resultado disso pode gerar a depressão, que é um de vários problemas sociais causados por essa ruptura com a ligação social física.

Desta forma, a intricada relação entre o uso das redes sociais e a saúde mental dos usuários, destaca uma dualidade de impactos - tanto positivos quanto negativos. Fonseca *et al*. (2018) e Souza e Cunha (2019) apresentaram evidências que sugerem uma associação entre o uso excessivo de redes sociais e o aumento de psicopatologias como ansiedade e depressão. Este efeito pode ser atribuído à natureza superficial das interações online, que frequentemente substituem as conexões humanas profundas e significativas, que são essenciais para o bem-estar psicológico do ser humano que faz uso das redes. Então, também podemos entender a partir de Fonseca *et al*. (2018) e Souza e Cunha (2019), que as redes sociais, apesar de facilitarem a comunicação e a relação entre indivíduos, também podem induzir ao isolamento social, substituindo os contatos presenciais por digitais. Esse distanciamento das relações face a face e a imersão em interações virtuais superficiais podem contribuir para o surgimento ou agravamento de psicopatologias como depressão, ansiedade e solidão. A constante necessidade de aprovação social, manifestada pela busca por likes e seguidores, pode levar a uma baixa autoestima e sensações de inadequação.

Temos também dados do IBGE que pelas análises de Abjaude *et al*. (2020), fica evidente que o uso da internet e das redes sociais no Brasil é uma realidade, porém a intensificação do tempo dedicado à *web*, especialmente em plataformas de mídias sociais, tem levado a uma série de questões, como a disseminação de *fake news* e o aumento do *cyberbullying*. Esses problemas representam não apenas desafios para a integridade da informação online, mas também para a saúde mental e o bem-estar emocional dos usuários. Deste modo, é imperativo que sejam adotadas medidas eficazes para promover um uso consciente da internet, educar sobre a importância da verificação de fontes e combater ativamente a propagação de informações falsas e o *bullying* virtual. A busca por soluções efetivas para esses desafios é essencial para garantir um ambiente online mais seguro, saudável e inclusivo para todos os usuários.

É crucial destacar que a enxurrada de informações nas redes sociais, que frequentemente retratam uma realidade distorcida e idealizada, tem um impacto direto na vida dos usuários. Essa constante exposição a vidas aparentemente perfeitas pode levar a comparações sociais desfavoráveis, resultando em insatisfação com a própria vida e sentimentos de inadequação. A necessidade de se comparar com os outros pode ser esmagadora, levando a uma pressão constante para se adequar a padrões irreais e a uma busca incessante por validação social. Por outro lado, as redes sociais também são reconhecidas por seus benefícios, como a capacidade de manter conexões sociais, fornecer suporte emocional e facilitar o engajamento em comunidades com interesses comuns.

Observamos, portanto, que o uso apropriado das redes sociais requer uma abordagem ponderada e consciente. Isso significa reconhecer e entender os possíveis impactos negativos do uso excessivo das redes sociais na saúde mental e tomar medidas proativas para mitigá-los. Isso pode incluir a definição de limites para o tempo gasto online, a busca por interações mais significativas e a prática de atividades fora do ambiente virtual. Com base nas preocupações levantadas por Souza e Cunha (2019) sobre os impactos negativos na saúde mental, eles jogam luz sobre o tema inferindo, de fato, a importância de se esta-

belecer uma forma de controle do tempo disposto e utilizado nessas plataformas, conhecendo as pessoas com quem você se relaciona, construindo laços e buscando manter, de alguma forma, atividades de lazer que não envolvam o uso de redes sociais para lhe manter, assim, fora do mundo virtual. Além disso, é fundamental desenvolver uma resiliência contra a comparação social negativa, reconhecendo a natureza frequentemente idealizada e não autêntica das representações nas redes sociais.

Sendo assim, entre os efeitos positivos do uso das redes sociais, destacam-se a capacidade de manter conexões sociais, compartilhar interesses e receber suporte emocional de uma comunidade. Porém, este trabalho visa elucidar e salientar que os autores são cuidadosos e enfáticos para mostrar e os muitos impactos negativos, como o aumento da ansiedade, depressão e sentimentos de solidão, especialmente quando o uso das redes sociais substitui interações reais ou promove comparações sociais desfavoráveis. A exposição constante a conteúdo negativo e a pressão para se adequar a padrões irreais também são citados como fatores que podem prejudicar a saúde mental dos usuários.

3. CONCLUSÃO

Ao concluir este estudo, percebemos que a superficialidade das interações online, que frequentemente substituem as conexões humanas autênticas, pode culminar no surgimento ou agravamento de psicopatologias como ansiedade, depressão e solidão. A ausência de contato presencial e a imersão em interações digitais superficiais podem comprometer o bem-estar psicológico. As conexões humanas autênticas são essenciais para a saúde mental, e as interações online podem ser inadequadas para suprir as necessidades emocionais e sociais dos indivíduos, resultando em um maior risco de desenvolvimento de problemas psicológicos não somente a curto, como também a médio e longo prazo, fazendo com que se precise sempre de cuidados e um controle emocional assertivo para melhor se precaver.

Um fator crucial é a constante busca por validação social nas redes sociais, expressa pela procura constante por *likes*, seguidores e aprovação online. Essa busca por reconhecimento pode resultar em uma baixa autoestima e sentimentos de inadequação quando os usuários não alcançam os padrões de popularidade estabelecidos pelas plataformas. Essa pressão social para se encaixar em ideais inatingíveis pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de problemas de saúde mental. A dependência dessas plataformas para obtenção de validação social pode levar a uma redução na autoestima e na sensação de pertencimento, aumentando assim os níveis de ansiedade e depressão entre os usuários. Logo, a exposição a conteúdos negativos e a propagação de informações falsas nas redes sociais também representam fatores de risco para a saúde mental.

A disseminação de *fake news* e o aumento do *cyberbullying* são questões que não apenas comprometem a integridade da informação online, mas também afetam negativamente o bem-estar emocional dos usuários. Informações erradas acerca de alguma situação, seja sobre a vida da pessoa que você segue em uma rede social, notícias de famosos, uma vida de luxo que a pessoa só vê por fotos, tudo isso cria um ambiente propicio para que as *fakes news* se propaguem cada vez mais pelas mídias. Portanto, esses fatores combinados destacam a complexidade da relação entre doenças mentais e redes sociais, evidenciando a necessidade de abordagens mais conscientes e equilibradas no uso dessas plataformas para promover um ambiente online mais saudável e inclusivo para todos aqueles que nela estão.

Em suma, a relação entre o uso das redes sociais e a saúde mental é complexa e

multifacetada. Enquanto as redes sociais podem representar desafios significativos para o bem-estar mental devido à pressão social, comparação e uso excessivo, também têm o potencial de serem uma ferramenta valiosa para promover a saúde mental, desde que sejam usadas de forma consciente e equilibrada. É crucial que os indivíduos estejam cientes dos impactos potenciais das redes sociais em sua saúde mental e adotem estratégias saudáveis de uso, enquanto a sociedade como um todo continua a discutir e pesquisar essa relação para encontrar maneiras de maximizar os benefícios e minimizar os riscos.

Referencias

ABJAUDE, Samir Antonio Rodrigues et al . Como as mídias sociais influenciam na saúde mental?. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**. (Ed. port.), Ribeirão Preto , v. 16, n. 1, p. 1-3, mar. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762020000100001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 out. 2023. http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.0089. Formato Documento Eletrônico(APA)

CUNHA, Anna Beatriz de Paiva; RESENDE, Igor Leonardo Soares; SILVA, Júlia Gabriela Moreira. **A RELAÇÃO ENTRE O USO DAS REDES SOCIAIS E A SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES**. Orientador: Alexandre Campos. 2022. 22 f. TCC (Graduação)- Curso de Psicologia, Centro Universitário UMA, Belo Horizonte 2022.

Educação, Psicologia e Interfaces, Volume 3, Número 3, p. 204-217, Setembro/Dezembro, 2019. ISSN: 2594-5343. DOI: https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v3i3.156

FERREIRA, Gonçalo Costa. **Redes sociais de informação: uma história e um estudo de caso. Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.3, p. 208-231, jul./set. 2011. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/pci/a/hX6dWhCGmVCqGCC6ZnhgSMw/?lang=pt#> . Acesso em 05/11/2023.

FONSECA, Patrícia Nunes da et al . **Uso de redes sociais e solidão: evidências psicométricas de escalas. Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 70, n. 3, p. 198-212, 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 **nov. 2023.**

MARCIA Teresa Siebel, Bruna da Silva Santos, Líbia Miranda Moreira, Viviane Silva Santos. (2022). A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS PARA O SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA. **Revista Ciência (In) Cena, 1(6).** Recuperado de https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/cienciaincenabahia/article/view/876

REISEN, Gabriely dos Santos *et al*. **O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL. REVISTA ESFERA ACADÊMICA SAÚDE**, Vitória, v. 06, n 02, p. 69-85. 2021.

SOUZA, Karlla; CUNHA, Mônica Ximenes Carneiro da. Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 3, n.3, p. 204-217, 2019. DOI: https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v3i3.156

ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizaram?. Caderno da Educação, Periódicos UEMG, v. 01, n. 48, p. 1-23, mar/2018. Disponível em: < https://revista.uemg.br/index.php/cadernodeeducacao/article/view/2809>. Acesso em 03/11/2023.

Pascal Editora

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

35

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA MULHERES: CONCEITO E CONSEQUÊNCIAS

PSYCHOLOGICAL VIOLENCE AGAINST WOMEN: CONCEPT AND CONSEQUENCES

Ana Paula Silva Santa Rosa

Marco Aurélio Fernandes

Resumo

A violência psicológica é considerada a forma mais pessoal e maléfica de agressão em desfavor da mulher, vindo a causar fragilidade e impacto na autoestima da vítima. Corresponde a uma violação grave dos direitos das mulheres e constitui em um problema social grave e multifacetado. O problema foi: Como a violência psicológica interfere na vida das mulheres? O objetivo foi discutir a influência da violência psicológica na vida das mulheres. A metodologia foi do tipo revisão bibliográfica sistemática de natureza qualitativa, exploratória, descritiva, com seleção de material nas bases de dados BVS-BIREME, Scielo, Lilacs, respeitando os critérios de inclusão e exclusão. Como resultado, observou-se que as principais causas da agressão psicológica são o alto consumo de álcool, influência cultural, ciúme excessivo, dentre outros, que desenvolve como consequência quadro de irritabilidade, tentativa de suicídio, falta de apetite, pesadelos, insônia, depressão, ansiedade, baixa autoestima, isolamento social, dentre outros. Concluiu-se que a violência psicológica acarreta danos psíquicos que muitas vezes, são irreversíveis, tendo impacto negativo em vários segmentos da vida da mulher, sendo relevante realizar o acompanhamento psicológico com a vítima, com emprego de técnicas de escuta ativa, psicoterapia terapia cógnito-comportamental, entre outras, que auxiliem na minimização das consequências desse fenômeno.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Acolhimento; Estratégias; Violência Psicológica.

Abstract

Psychological violence is considered the most personal and harmful form of aggression against women, causing fragility and impacting the victim's self-esteem. It corresponds to a serious violation of women's rights and constitutes a serious and multifaceted social problem. The problem was: How does psychological violence interfere with women's lives? The objective was to discuss the influence of psychological violence on women's lives. The methodology was a systematic bibliographic review of a qualitative, exploratory, descriptive nature, with selection of material from the VHL-BIREME, Scielo, Lilacs databases, respecting the inclusion and exclusion criteria. As a result, it was observed that the main causes of psychological aggression are high alcohol consumption, cultural influence, excessive jealousy, among others, which results in irritability, suicide attempts, lack of appetite, nightmares, insomnia, depression , anxiety, low self-esteem, social isolation, among others. It was concluded that psychological violence causes psychological damage that is often irreversible, having a negative impact on various segments of a woman's life, and it is important to carry out psychological support with the victim, using active listening techniques, psychotherapy, cognitive therapy, behavioral, among others, that help to minimize the consequences of this phenomenon.

Keywords: Violence Against Women; Reception; Strategies; Psychological Violence.

1. INTRODUÇÃO

A violência contra mulher corresponde a um fenômeno social grave, pois apresenta várias consequências de natureza física social e psicológica para a padecente. Percebe-se ainda que, tal violência é habitual e de longa duração, em que, na maioria dos casos, infelizmente por influência desastrosa da cultura da conservação do casamento e patriarcalismo, muitas mulheres demoram dar uma resolutiva eficiente ao caso.

A violência contra a mulher causa danos difíceis de serem reparados, a violência psicológica em questão causa dores e transtornos que parecem sutis para os que olham de fora. Por ser uma violência silenciosa e não deixar marcas visíveis, ela pode ser difícil de identificar, mesmo pela vítima, por isso é essencial falar sobre ela, pontuar seus conceitos e apontar suas consequências.

Dessa forma, é necessário entender sobre machismo, desigualdade de gênero e a estrutura patriarcal que molda a sociedade e legitima a violação dos direitos básicos que deveriam ser garantidos as mulheres, como direito à vida, à saúde e a integridade física e psicológica.

A justificativa deste estudo está atrelada a constância na qual as mulheres são vítimas de violência de gênero, seja ela psicológica ou não. O foco na violência psicológica dar-se pela frequência com que este tipo de violência passa despercebida, tendo em vista que esta não deixa marcas visíveis, além de servir de base para os outros tipos de violência.

Portanto, discutir sobre a violência de gênero, em especial, sobre violência psicológica contra mulheres tem por objetivo desmistificar conceitos e torná-los mais acessíveis para a comunidade. A violência de gênero é uma questão de saúde coletiva, afeta a qualidade de vida física e psicológica de meninas e mulheres que são vitimizadas de forma corriqueira, tendo como última consequência a morte.

Com a intenção de modificar este cenário, far-se-á imprescindível realizar uma reflexão crítica acerca da ineficácia do descumprimento das medidas protetivas de urgência e das medidas de proteção à mulher contra a violência psicológica, bem como, das medidas de acompanhamento psicológico em seus aspectos mais relevantes, com a finalidade de que o psicólogo crie estratégias para devolução da integridade moral e física da mulher.

Assim, foi realizado o seguinte questionamento: Como a violência psicológica interfere na vida das mulheres? O objetivo geral foi discutir a influência da violência psicológica na vida das mulheres. Já os objetivos específicos foram: discorrer sobre a violência de gênero; conceituar a violência psicológica e suas consequências na vida das mulheres; apresentar as contribuições da psicologia para minimizar os impactos da violência psicológica na vida das mulheres.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica sistemática do tipo qualitativo, exploratório, descritivo. Assim, a coleta de dados ocorreu no período de fevereiro a março de 2024 por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-BIREME), pelas bases de dados: Scientific Eletronic Library Online (Scielo), Base de Dados Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), utilizando como descritores: Violência contra a mulher; Acolhimento; Estratégias; Violência Psicológica.

A seleção da amostra obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: artigo com texto completo disponível online e gratuitamente, publicados no recorte temporal de 2013 a 2024, que responderam à pergunta norteadora, redigidos no idioma português, como forma de atualização sobre a temática proposta.

Já os critérios de exclusão foram: publicações que não contemplavam o recorte temporal estabelecido, que não estavam redigidas em língua portuguesa, que se encontravam indisponíveis eletronicamente de forma completa e gratuita, artigos que estiverem repetidos, que não responderam à questão norteadora e/ou os objetivos desta revisão, e por fim, serão excluídos outras revisões bibliográficas, teses e dissertações.

Vale destacar que, para a elaboração deste estudo foram excluídos os artigos cujas abordagens fizessem referência a experimentos e análises laboratorial, visto que, suas contribuições ainda estão em processo de análise. Vale ressaltar que por tratar de uma análise de dados secundários, essa pesquisa não ofereceu riscos biológicos, emocionais e físicos eminentes.

Para garantir sua adequação na pesquisa, a ordem para a execução e elaboração da discussão deste trabalho monográfico, adotou-se a exploração dos artigos selecionados da seguinte maneira: escolha dos materiais que se encaixam com o objetivo e tema a ser tratado, análise dos textos com a devida interpretação de suas redações.

Assim, realizou-se a análise paulatina da elegibilidade de cada estudo, inicialmente pelos títulos e depois por resumos e textos completos. Em seguida, foi analisada a qualidade metodológica e, após a exclusão pelos critérios estabelecidos, foi realizada a leitura na íntegra, com a extração dos dados dos artigos selecionados.

A análise de dados foi realizada através de discussão e interpretação dos resultados e informações extraídos, a fim de comparar os principais resultados com outros achados em pesquisa. Na fase da análise dos dados, os estudos selecionados foram analisados individualmente a fim de garantir a validade da revisão. Em seguida, foi realizada uma análise crítica dos estudos, em que veio explicar os resultados diferentes ou conflitantes nos diferentes estudos, ou seja, identificou-se os estudos que apresentaram coerência em relação ao objetivo, metodologia, discussão e resultado.

Vale ressaltar que todo o trabalho seguiu rigorosamente os quesitos éticos, pautados na Lei de Plágio de nº 9610/98, a fim de respeitar os direitos autorais de cada trabalho utilizado na construção deste estudo monográfico. Os dados coletados foram apresentados com base em procedimentos interpretativos, chegando-se então à conclusão.

3. VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero advém da desigualdade de gênero que se mantém no decorrer da história da civilização colocando mulheres em um lugar social de subalternidade. Essa desigualdade se mantém através de relações de força e domínio, é um fenômeno social que interfere grandemente na vivência, no adoecimento e na mortalidade de mulheres (MORAIS NETO, 2023).

A violência contra a mulher representa um grande aviltamento aos direitos humanos de inúmeras gerações, que está intrínseca em conformidade com os traços culturais e históricos, em que a figura da mulher é considerada ínfera, submissa e dominada pelo macho. Não só fere os direitos humanos de liberdade, por ora da obrigação de submissão aos desejos do homem, funcionando como uma propriedade, objeto, mas também viola os direitos humanos de igualdade e solidariedade, já que as sequelas referentes a este ato

se estendem por anos e não abandonou a igualdade de interesse econômico, político e social para as mulheres (DIAS, 2015).

Verifica-se então que, estatísticas de violência contra a mulher, realizadas no ano de 2019, demonstram que houve um crescimento expressivo do número dos casos, sendo que 82% dos registros são por violência física, 39% violência psicológica, 33% a violência moral, 13% violência sexual e 11% violência patrimonial.

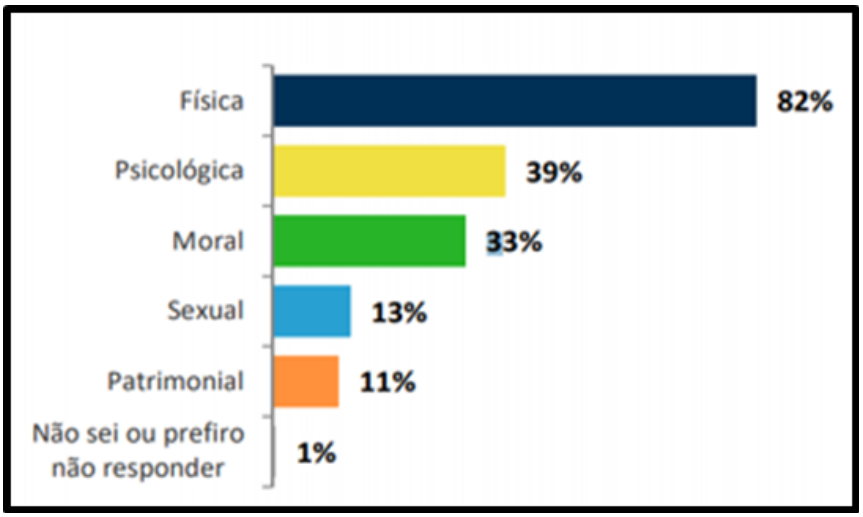


Figura 1. Tipos de Violência contra a mulher

Fonte: SENADO FEDERAL, (2019)

A violência em desfavor das mulheres é considerada nos dias contemporâneos, como um dos fundamentais dispositivos sociais que frustram o acesso equitativo a todas os setores da vida social e privada (MICHELI, 2018). Sobreleva que esta violência, histórica e culturalmente arquitetada, demonstra-se nos físicos femininos de maneira difusa, e, muitos casos, é tolerada, principalmente quando se manifesta no contexto familiar, ambiente laboral ou mesmo em organizações públicas, o que desencadeia entraves ao pleno acesso da vítima aos instrumentos de proteção do Estado e sociedade.

Silveira (2018) avulta que violência se trata de uma conduta que faz uso de ímpeto de natureza, intelectual, psicológica ou física, a fim de obrigar que outro indivíduo faça alguma ação que esteja em desalinho com o seu desejo, o que resulta um ultraje de direitos fundamentais inerentes ao ser humano.

4. VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Porto (2014), destaca que a violência psicológica se trata de uma ameaça, constrangimento, ou humilhação pessoal. Sobreleva que essa modalidade de violência possui um alto grau de dificuldade para sua identificação pelo sistema jurídico, bem como pela sociedade, haja vista que os malefícios provocados requerem um forte aparato técnico voltado à área da saúde psicológica, a fim de observar e comprovar determina violência. Trata-se de uma agressão emocional que, a depender do contexto, poderá apresentar-se de forma mais prejudicial que a violência física.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), em seu artigo 7º, parágrafo 2, conceitua a violência psicológica como:

> "(...) qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação" (BRASIL, 2006).

Desse modo, o dispositivo busca fomentar a proteção da autoestima atrelado a manutenção da qualidade da saúde psicológica da vítima, visto que as atitudes do agressor são voltadas a rejeitar, humilhar, discriminar, amedrontar, inferiorizar, explorar e controlar a vítima (DIAS, 2019).

A violência não-física provoca consequências como depressão, isolamento social, insônia, distúrbios alimentares, etc. Esta violência pode se manter mesmo quando o relacionamento é desfeito, através de questões inacabadas, dependência emocional, vínculos afetivos (mesmo os negativos), que dificultam com que a vítima identifique a situação de violência. Outro ponto que reforça a permanência de mulheres em um relacionamento abusivo, podendo ser antecedentes ou decorrentes da relação, é a baixa autoestima, distorção da imagem pessoal/corporal, fragilidade emocional (SILVA; ASSUMPÇÃO, 2018).

Essa modalidade de violência está intimamente relacionada a outros modelos apresentados, e tem ingerência direta no prejuízo a integridade da saúde da vítima. Entretanto, por ser uma violência baseada em ofensas, palavras, gestos e comportamentos, é uma modalidade bastante negligenciada, mesmo que seu resultado, seja extremamente danoso ao sistema emocional e físico, oriundos de um longo sofrimento psicológico. É habitual as vítimas dessa violência não reconhecerem o fato e tampouco classificá-la como uma modalidade de agressão (VASCONCELOS, 2017).

Destarte, o agente busca ter controle absoluto do comportamento, das vontades e decisões da mulher, com emprego de medidas de manipulações, intimidações, isolamento ou mesmo ações que venha a restringir a sua liberdade e tenha sequelas danosas a saúde mental da vítima. Para a aplicação de tal violência, o agressor faz uso de recursos como insultos, ameaças, humilhações e proibições, buscando isolar a vítima do convívio social, além de subtrair a sensação de segurança e paz da sua vida (DALBOSCO, 2019).

No artigo 61, II, f, do Código Penal, avulta que a violência psicológica poderá ser usada como sendo condição de aumento de pena quando, em virtude da presença do abuso de autoridade presente nas relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência em desfavor da mulher. Isto posto, é importante destacar que para violência psicológica ser configurada, far-se-á necessário a produção de exame de corpo de delito (DIAS, 2019).

É notório que os indivíduos circundados possuem entre eles uma relação de proximidade, vínculo afetivo e convívio particular entre eles, fato que contribui para que frequentem ou mesmo estejam no mesmo ambiente, como casa, círculo familiar ou de amizade, em que o agressor possui inúmeras oportunidades de ficar próximo a vítima, e logo, mais prático para consumação de agressões (SANTOS; SOTERO, 2020).

5. MEDIDAS DE ACOLHIMENTO E CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NA VIDA DAS MULHERES

Monteiro e Amaral (2016) discorrem que quando se trata dos casos de violência e criminalidade, a segurança pública tem a tendência de agregar suas estratégias e esforços para a elaboração e/ou lapidação das estratégias de combate de quadros de violência que recai sobre alguns grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das mulheres, deixando a desejar no fornecimento de um acolhimento e acompanhamento sistemático e humanizado as mulheres vítimas de violência, especialmente a psicológica, que deixa marcas na alma, emocional e psicológico da vítima.

Nota-se então que, o acolhimento, na interface da violência psicológica se observa um despreparo e sem estruturas dinâmicas para oferecer o diferencial nesse acolhimento e acompanhamento psicossocial das vítimas (MONTEIRO; AMARAL, 2016).

Em vista disso, cabe ao profissional de psicologia buscar as capacitações necessárias para atender as demandas de quem busca auxílio e lidar de forma adequada com as complexidades das situações de violência. Sendo assim, a psicologia deve oferecer uma escuta qualificada e acolhedora atuando no fortalecimento dessas mulheres, na busca por autoconhecimento, aumento da autoestima, realçando seus pontos fortes, contribuindo com a construção de uma rede de apoio, alívio de sintomas, amenização de traumas, redução da revitimização. (PETERSEN *et al*., 2019).

Complementa o entendimento, o estudo de Silva e Assumpção (2018, p. 21) quando relata que:

> Um fato alarmante é que as mulheres que sofrem abusos podem ter dificuldade de entender que estão passando por essa situação. Os autores afirmam que os sentimentos vivenciados pelas mulheres em relacionamentos abusivos podem se confundir, essa mulher pode achar que as coisas irão melhorar, que o parceiro não fez de propósito ou até negar que isso esteja acontecendo. Doenças somáticas e psicológicas tais como dores crônicas, depressão, tentativa de suicídio, distúrbios alimentares e síndrome do pânico podem ser observadas nessas mulheres.

Corroborando ao que Silva e Assumpção (2018) trazem, Petersen *et al*. (2019), expõe estudos que apontam para a revitimização como fator de risco para mulheres em situação de violência, elencando como um dos objetivos terapêuticos romper com esse ciclo de violência, focar em aspectos de promoção de saúde como, por exemplo, melhorar a autoestima e a qualidade de vida. Dentre estes estudos apontados alguns trazem experimentos que mostram que as pacientes melhoraram sua percepção de apoio social, e levanta a hipótese que as mulheres conseguem promover melhoras pela própria relação de ajuda estabelecida no processo de psicoeducação e de acolhida (PETERSEN *et al*., 2019).

A atuação preventiva e junto à comunidade também pode ser bem eficaz. Ademais, outra área de atuação da psicologia neste contexto é de intervenção com os que praticam a violência, dessa forma, visa que o homem se responsabilize por seus atos e assimile os aspectos que colaboram com a perpetuação da violência, por exemplo, as relações desiguais de gênero, o machismo, o contexto patriarcal em que homens e mulheres são educados e suas implicações etc., fato que não descarta a atuação judicial (PASCOAL, 2023).

É importante contextualizar a violência e os atendimentos psicológicos para além dos aspectos individuais e intrapsíquicos das mulheres, vale “identificar fatores sociais e

culturais, tais como relações de poder assimétricas entre os gêneros e os ideais imaginários relativos a casamento e religião, tem papel fundamental para a autonomia feminina" (PETERSEN *et al*., 2019, p. 150)

Ter entendimento sobre políticas públicas, leis e decretos, bem como, está alinhado com a rede de atendimento à mulher em situação de violência é uma ponte necessária para profissionais de psicologia que buscam erradicar a violência contra a mulher. Da mesma forma que é importante alinhar-se aos aspectos políticos e ao compromisso social da profissão (PETERSEN *et al*., 2019).

Nessa perspectiva, as práticas de acolhimento e acompanhamento das mulheres vitimadas por violência doméstica, especial a psicológica, deverá estar alicerçada em uma rede de apoio com a inclusão de uma equipe multidisciplinar, dentre eles, enfermeiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais, advogados, dentre outros, sendo as ações centradas no fortalecimento individual das mulheres, na promoção da autoestima e desenvolvimento da autonomia (SOUZA; REZENDE, 2018).

É de entendimento pacífico entre os estudos de Monteiro e Amaral (2016) e Souza e Rezende (2018) que as formas e ações de enfrentamento à violência contra a mulher foram otimizadas e diversificadas nas últimas décadas, sendo as estratégias empregadas na segurança pública, elaboradas com um prévio planejamento em prol de criar uma rede de acolhimento e proteção, e oferta de uma assistência integral à mulher em "situação de violência", com base em uma legislação mais favorável ao combate a esse tipo de crime.

Todavia, Monteiro e Amaral (2016) e Souza e Rezende (2018) ainda complementam que é perceptível que a rede de proteção e acolhimento ainda é incipiente, mesmo perante a concepção da Secretaria de Políticas para Mulheres, da criação da Casa da Mulher Brasileira, sendo necessário maior investimento estrutural e técnico, com participação ativa de todos os entes federativos, de natureza federal, estadual e municipal, haja vista que, trata-se de instituições que desempenham atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência, com oferta de serviços especializados, tais como o atendimento psicossocial, jurídico, dentre outros, com promoção de ações coletivas e grupais que busquem modificar relações sociais desiguais.

Dutra *et al*. (2013) discutem em sua pesquisa que a violência psicológica em desfavor da mulher impossibilita a manutenção dos vínculos sociais e emocionais, colocando a vítima em situação de isolamento e fragilidade, tendo reflexos diretos na qualidade da sua saúde mental, em que as instituições e os profissionais que compõem a rede protetiva são essências para provocar a ruptura do ciclo de violência, desde que a rede de atenção, acolhimento, monitoramento e o fluxo dos serviços sejam dinâmicos e organizados, para assim conquistar a eficiência no atendimento, criando um vínculo terapêutico com a vítima, vital para a confiança e o trabalho de intervenção, associado às leis de amparo a vítima de violência doméstica dando todo o suporte e proteção necessários.

Na mesma linha de raciocínio, destaca os autores de Jesus e Lima (2018) que a saúde mental da mulher violentada piora, quando está atrelado ao sentimento de culpa, vergonha e isolamento, sendo que dentre as inúmeras intervenções psicoterapêuticas adequadas, tem-se a escuta ativa e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), permitindo a criação de um olhar crítico e reflexivo da situação, dando subsídios para o resgate de sua autonomia e identidade.

Isto posto, os estudos de Campos, Tchalekian e Paiva (2020) e De Jesus e Lima (2018), possuem afinidade no que tange a certificar de que a mulher vítima de violência psicológica, quando tratada através da Terapia Cognitivo-Comportamental, é dado a oportunidade à vítima de promover o autoconhecimento, autocontrole e autonomia do paciente, por

meio do empirismo colaborativo, sendo um instrumento importante para a ruptura do círculo vicioso, ressignificação do sofrimento e da realidade, bem como, uma reorganização e reestruturação cognitiva do indivíduo, com elevação da autoestima. Assim, os principais fatores que contribuem para a prática da violência psicológica em desfavor da mulher estão dispostos no quadro abaixo.

FATORES PARA OCORRÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER
Carência de políticas de conscientização
Cultura da subnotificação
Deficiência e despreparo da segurança pública
Desdobramentos dos outros tipos de violência contra a mulher
Dupla jornada de trabalho associada a cultura machista
Insensibilidade dos órgãos estatais de proteção à mulher
Não registro de notificação da denúncia
Naturalização das ofensas verbais, da intimidação e ameaças

Quadro 1. Fatores que colaboram para a ocorrência de violência psicológica contra a mulher

Fonte: AUTORA, (2024)

Cabe inferir que o acolhimento da mulher vítima de violência deve ter início desde o momento da denúncia na DEAM, em que se permite realizar logo a identificação no momento do atendimento a vítima, ofertando um atendimento personalizado, com escuta ativa, empatia, e de caráter humanístico, em que se oferta todo o suporte técnico, estrutural, físico, de saúde, social e emocional à vítima e sua prole, em que a psicoterapia realiza um trabalho leito para combater, no primeiro momento, o ato de negação, e em seguida, permitir uma melhor reflexão crítica do cenário violento (MACEDO; ALMEIDA, 2017).

A grande abertura para a recorrência dos quadros de violência psicológica e até feminicídio em desfavor da mulher é a ineficácia das medidas protetivas, em que se deve investir prioritariamente em programas preventivos de tais atos, bem como, melhorar a estrutura organizacional da rede de acolhimento das vítimas, preparando toda a equipe envolvida no processo de proteção da vítima (RABELO; SANTOS; AOYAMA, 2019).

A violência contra mulher exige a construção de uma rede institucional de cuidados que se caracterize pela sua intersetorialidade, em que vale destacar que já existem algumas estratégias para o enfrentamento deste câncer social, como por exemplo, as casa abrigo e o atendimento psicossocial, dentre outras ações, que compõem a rede de apoio, incitando a escuta, cuidado com a saúde mental das mulheres e de seus filhos, ofertando condições de moradia e trabalho em prol de permitir à reinserção social da mulher, sendo adotado na rede de acolhimento uma metodologia denominada de mapa de redes que otimiza as ações de cuidado com este público-alvo (QUEIROZ; CUNHA, 2018).

Entretanto, tanto Queiroz e Cunha (2018), como a pesquisa de Rabelo, Santos e Aoyama, (2019) apontam que a grande falha do processo de acolhimento das mulheres vítimas de violência, é a ruptura do vínculo com os profissionais da rede de proteção e a perda do contato com as mulheres após a saída da casa abrigo, o que evidencia a imprescindibilidade de políticas de seguimento e/ou medidas e ações que sustentem um atendimento contínuo a essas mulheres, pela articulação de programas existentes nos diferentes setores da rede de suporte.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência psicológica é um fenômeno presente no cotidiano de muitas mulheres, sendo um fator independente de classe, cor, escolaridade, vindo a prejudicar a qualidade de vida da mulher que vivencia esse fenômeno. Nota-se, ainda, que durante o período de vigência da lei Maria da Penha, no primeiro momento, a normativa não dava ênfase a violência psicológica, destacando somente a questão física. Contudo, com os empenhos de muitos acabaram por gerar implicações práticas, estando entre estes, a melhoria da Lei Maria da Penha, que provocou uma sucessão de avanços, dentre os quais pode-se destacar a gênese das medidas protetivas de urgência determinadas nos artigos 22, 23 e 24 da mencionada lei, e se transformam em um dispositivo de extrema relevância no que se reporta à proteção da plenitude física e mental da mulher.

Assim, no que concerne as principais causas da violência psicológica tem-se o alto consumo do álcool, ciúme, influência cultural, dentre outros. As consequências da violência psicológica são devastadoras para a vítima englobando desenvolvimento de quadro de insônia, pesadelos, falta de apetite, irritabilidade, tentativa de suicídio, ansiedade, depressão, insônia, síndromes, baixa estima, sensação de vergonha e humilhação, isolamento social, dentre outros. Contudo, muitas mulheres não conseguem atribuir as mazelas sofridas ao abuso que é exposta no âmbito doméstico, já que o agressor, incita a ideia de que a vítima é a única culpada. Nesse cenário, muitas vezes, é necessário que a mulher faça uso de medicamentos controlados e causa ruptura da estrutura psicológica.

Respondendo ao problema suscitado neste artigo, pode-se inferir que a violência psicológica interfere na vida das mulheres de forma bidimensional, em que a saúde mental fica comprometida em virtude dos vários traumas e transtornos que são consequências da violência, entre eles se destacam a depressão e ansiedade, além da constante sensação de dependência do agressor, sendo necessário realizar o acompanhamento psicológico das vítimas, com adoção de uma escuta ativa, terapia cognitivo-comportamental, psicoterapia, dentre outras.

Ademais, se reconhece a necessidade de desenvolver políticas públicas e da prestação dos serviços que contempla os profissionais de saúde que visam o atendimento desse tipo de demanda, pois a mulher precisa ser acolhida e escutada. Deve-se ainda investir na conscientização social acerca da violência psicológica, fornecendo mais informações as mulheres e sociedade, das causas, consequências e onde recorrer para pedi ajuda para sair da relação abusiva.

Referências

BRASIL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres.** Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [Internet]. Brasília: Presidência da República do Brasil; 2006. p. 1-40.

BRUNO, T.N. **Lei Maria da Penha x Ineficácia das medidas protetivas.** 2010.

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo. **Revista Psicologia e Sociedade**, v.32, n.24, 2020.

DALBOSCO, S.V. **Mecanismos de proteção previstos na Lei Maria da Penha para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** 2019, (Monografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DIAS, M.B. **Lei Maria da Penha:** a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, M.B. **Lei Maria da Penha na Justiça**. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

DUTRA, M.L.; et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(5):1293-1304, 2013.

JESUS G. B.; LIMA, T. C. Mulher vítima de violência psicologica: contribuições clínicas da terapia cognitivo comportamental. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde,** 7(1):114-119, 2018.

MACEDO, C.; ALMEIDA, M. A.P.T. **O** Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. **Rev. Multidisciplinar de Psic**., v.10, n. 33. Janeiro /2017.

MICHELI, L.R. **Justiça restaurativa:** um mecanismo viável de enfrentamento ao crime de importunação sexual. 2018, (Monografia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MONTEIRO, L.C.; AMARAL, P.A. A rede de enfrentamento à violência contra a mulher na faixa de fronteira: em busca da visibilidade. **Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon**, Ed. Esp., v.11, n.15, p. 143-151, jul.-dez., 2016.

MORAIS NETO, A.C. A violência psicológica contra a mulher: uma análise à luz da lei Maria da Penha. Artigo de conclusão de curso, graduação em Direito, Universidade Potiguar, 2023.

PASCOAL, E.F. Violência psicológica contra a mulher. Trabalho de Conclusão de Curso, graduação em Direito, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2023.

PETERSEN, MGF, et al. **Psicoterapia cognitivo-comportamental para mulheres em situação de violência doméstica:** revisão sistemática. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 31, n.1, p. 145 – 165, jan-abr/2019.

PORTO, P.R.F. **Violência doméstica e familiar contra a mulher:** análise crítica e sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

QUEIROZ, R.A; CUNHA, T.A.R. A violência psicológica sofrida pelas mulheres: invisibilidade e memória. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 10, n. 20, p. 86-95, maio/ago. 2018.

RABELO, D.; SANTOS, K.; AOYAMA, E.A. Incidência da violência contra a mulher e a lei do feminicídio. **ReBIS [Internet].** 2019; 1(4):71-6.

SANTOS, L.; SOTERO, A.L.E. (In)Eficácia da medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha: proteção da vítima frente à atuação do Estado. **Revista Âmbito Jurídico**, 2020, v.12, n. 20, p. 100-131.

SENADO FEDERAL. **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Dezembro/2019.

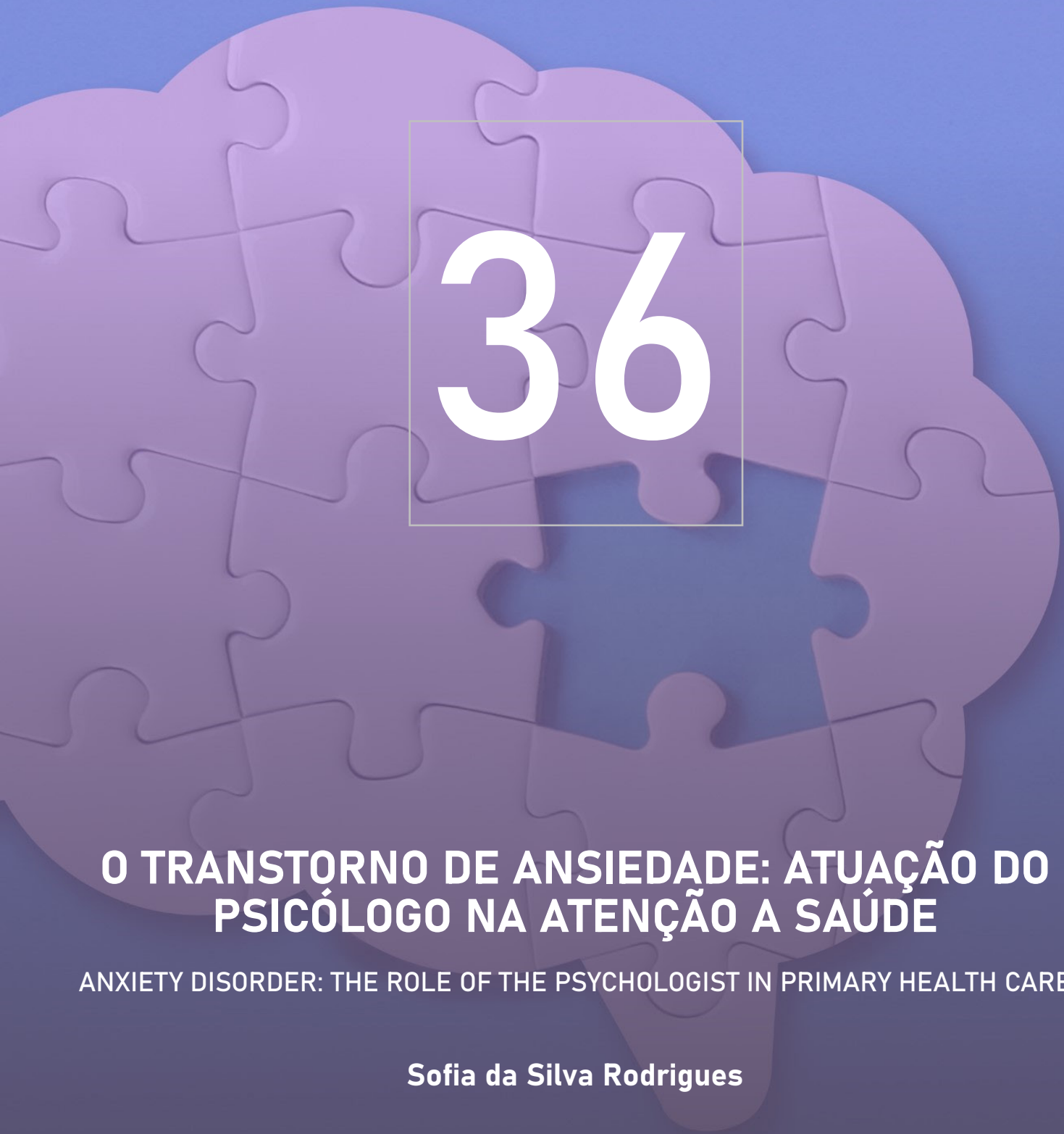
SILVA, P.; ASSUMPÇÃO, A. Relação entre violência psicológica e depressão em mulheres: revisão narrativa. Pretextos - **Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas** v. 3, n. 6, jul./dez. 2018 – ISSN 2448-0738.

SIQUEIRA, V.B. Violência psicológica contra mulheres usuárias da atenção primária à saúde. **Rev. APS**. 2018 jul/set; 21(3): 437 - 449.

SOUZA, T.; REZENDE, F.F. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 21-38, ago. 2018.

VASCONCELOS, M. **Mulher no Brasil:** uma história de desigualdade e superação.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA



36

O TRANSTORNO DE ANSIEDADE: ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ATENÇÃO A SAÚDE

ANXIETY DISORDER: THE ROLE OF THE PSYCHOLOGIST IN PRIMARY HEALTH CARE

Sofia da Silva Rodrigues

Resumo

O aumento dos transtornos de ansiedade é gradual, por isso cada vez mais pacientes chegam aos centros de atenção primária com essa queixa e o quadro é considerado uma doença que impossibilita sua saúde e vida cotidiana. Portanto, temos como objetivo demonstrar a importância da atuação dos Psicólogos na Atenção Básica, os desafios enfrentados por eles no manejo de intervenções e estratégias adequadas com essa demanda. Assim, este artigo se construirá através de uma revisão literária, relacionada à temática abordada. Utiliza-se periódicos, artigos científicos e livros, levantados em bases de dados como Google Acadêmico, Scielo e biblioteca virtual de Saúde. Todos abrangendo o período de 5 anos, mais especificamente os anos de 2019 a 2023, publicados em português. Considerando assim, uma revisão de grande importância diante do cenário atual de doenças mentais, ressaltando a Psicologia, a atuação dos psicólogos e dos cuidados a esse público.

Palavras-chave: Transtorno de Ansiedade. Atuação. Saúde Básica.

Abstract

The increase in anxiety disorders is gradual, which is why more and more patients are arriving at primary care centers with this complaint, and the condition is considered a disease that impairs their health and daily life. Therefore, our aim is to demonstrate the importance of the role of psychologists in Primary Health Care, the challenges they face in managing appropriate interventions and strategies for this demand. Thus, this article will be constructed through a literature review related to the addressed topic. It will utilize journals, scientific articles, and books sourced from databases such as Google Scholar, Scielo, and the Virtual Health Library. All sources will cover a five-year period, specifically from 2019 to 2023, and will be published in Portuguese. This constitutes a review of great importance in the current context of mental illnesses, highlighting Psychology, the role of psychologists, and the care for this population.

Keywords: Anxiety Disorder. Role. Primary Health Care.

1. INTRODUÇÃO

Diante do seguinte problema de pesquisa, “Quais os desafios e dificuldades os psicólogos enfrentam na sua atuação na atenção básica à saúde referente a alta demanda de pacientes ansiosos?”. Assim, o exposto acadêmico foi desenvolvido, tendo em vista, que na atualidade os problemas de saúde mental têm tido um drástico crescimento, mas especificamente o transtorno de ansiedade, que hoje afeta diversas vidas.

Sendo gradual a chegada de pacientes ansiosos nas unidades básicas de saúde em busca de ajuda, assim, temos como objetivo ressaltar a importância do profissional em psicologia nesse âmbito, bem como os desafios e dificuldades enfrentadas por eles diante da sua atuação com essa alta demanda na atenção à saúde básica.

De acordo com a revisão literária, percebe-se que está temática tem grande importância e contribuições para sociedade acadêmica. Sendo assim, possível apresentar que de fato, os psicólogos podem se sentir pressionados ao atender o elevado número de pacientes em um curto espaço de tempo, o que pode dificultar a realização de um acompanhamento mais aprofundado, individualizado e de uma sobrecarga de trabalho. Além disso, acarretar uma triagem ineficiente, pois é fundamental implementar processos eficientes de triagem para identificar e priorizar os pacientes que necessitam de atendimento imediato, garantindo assim, que aqueles com maior gravidade recebam a atenção necessária.

Outro fator, é o trabalho dos psicólogos com a equipe multiprofissional, em termos de coordenação e comunicação interdisciplinar. Mas, ressaltar- se que a integração com outros profissionais de saúde, como: médicos, enfermeiros, assistentes sociais, e outros, é essencial para garantir uma abordagem abrangente no tratamento da ansiedade e do acolhimento desses pacientes.

Logo, a conscientização sobre a importância da atuação dos psicólogos é fundamental para que eles desempenham o seu papel no diagnóstico e tratamento, garantindo que os pacientes recebam o suporte necessário para lidar com essa condição de forma eficaz. Além disso, os psicólogos utilizam técnicas terapêuticas, como a terapia cognitivo-comportamental, para ajudar os pacientes a compreender e lidar com suas ansiedades, promovendo estratégias para enfrentar os desafios do dia a dia.

Por fim, este artigo pretende amplificar os debates sobre os direitos humanos, com enfoque no direito à saúde mental, que tem se tornado tema de importantes discussões sobre transtornos mentais, como também, clarificar a atuação dos psicólogos nesse âmbito, bem como dar alicerce para pesquisas que também tragam os mesmos objetivos citados.

2. A DISCUSSÃO

De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde (2022), apontam que o Brasil é o país com o maior número de pessoas ansiosas: 9,3% da população. Existe um aviso sobre a saúde mental da população brasileira, dado que um em cada quatro indivíduos no país enfrentará algum distúrbio mental durante sua vida.

> é importante ressaltar que a prevalência do transtorno de ansiedade na atenção básica à saúde pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo a disponibilidade de serviços de saúde mental, o estigma associado aos

> transtornos mentais e as barreiras de acesso ao tratamento. Como também, diferentes grupos demográficos, levando em consideração fatores como idade, gênero, condições socioeconômicas e culturais. (BRASIL, 2013, p. 88).

No entanto, a Organização Mundial de Saúde (2022), tem promovido campanhas de enfrentamento para o cenário atual, como também aprofundando as diretrizes e políticas públicas para os profissionais de saúde mental atenderem essa demanda. Além disso, tem-se desenvolvido projetos e planos de ações. A OMS, por exemplo, divulgou no dia 17 de junho de 2022, uma abrangente revisão mundial sobre saúde mental, a maior desde o início do século, que oferece um plano detalhado para ajudar governos, acadêmicos, profissionais de saúde e a sociedade civil a transformar a saúde mental globalmente. Na fala de apresentação dessa revisão, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, comentou sobre a estreita conexão entre saúde mental, saúde pública, direitos humanos e desenvolvimento socioeconômico. Sugerindo mudanças nas políticas e práticas de saúde mental, que venham gerar benefícios substanciais e tangíveis para pessoas, comunidades e nações ao redor do mundo. Para Tedros, investir em saúde mental é investir em um futuro mais promissor e em melhores condições de vida para todos.

Os investimentos e progressos em saúde mental são significativos. A reforma psiquiátrica (1970), trouxe benefícios para a Psicologia e a saúde mental como um todo, ao promover uma abordagem mais humanizada, focada no paciente e priorizando a desinstitucionalização, que é a redução do número de internações prolongadas em hospitais psiquiátricos. Além disso, permitiu a implantação de abordagens ambulatoriais e comunitárias, oferecendo um cuidado integrado para todos (BRASÍLIA, 2005).

Evidencia-se ainda uma valorização da interdisciplinaridade, que envolve profissionais de diferentes áreas, incluindo os psicólogos, permitindo assim, uma abordagem mais holística e integrada dos cuidados em saúde mental, além de enfatizar a importância da atenção à saúde mental na comunidade, o que proporciona oportunidades para os psicólogos atuarem em contextos mais diversos e próximos do paciente. O primeiro nível de contato entre indivíduos, famílias e comunidades e o sistema nacional de saúde, é levar os cuidados de saúde o mais próximo possível dos locais onde as pessoas vivem, trabalham e representa o primeiro elemento de um processo de cuidados contínuo à saúde (DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE; 6-12 DE SETEMBRO 1978; ALMA-ATA; USSR).

De fato, a reforma psiquiátrica contribuiu para a inserção dos psicólogos em diversas esferas, como também na reformulação das diretrizes da Política Nacional de Saúde, ressaltando a importância da atuação dos psicólogos na atenção à saúde básica, a partir desse ponto tratada como AB. Onde a mesma, citada por Mendes (2011), “no início do século XXI, além de toda retórica, era considerado o “ponto” mais estratégico para o sistema de saúde biopsicossocial. Essa importância delegada à AB também pode ser estendida à psicologia, que passa a ter um lugar onde pode dar contribuições técnicas e políticas à área e contribuir para o seu estabelecimento”.

Dessa forma, as atividades ocorrem em uma região geograficamente conhecida (como um Posto de Saúde localizado perto da residência do paciente), o que possibilita que os profissionais da área estejam próximos para entender a trajetória de vida das pessoas, suas ligações com a comunidade onde estão inseridas e outros aspectos do ambiente em que vivem.

A Política Nacional de Atenção Básica destaca que:

> O acolhimento pressupõe: que as equipes que atuam na Atenção Básica nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) devem receber e ouvir todas as pessoas que procuram seus serviços, de modo universal, de fácil acesso e sem diferenciações excludentes, e a partir daí construir respostas para suas demandas e necessidades (BRASIL, 2017, PORTARIA N° 2.436).

Nos achados foi possível notar-se que atuação dos psicólogos na AB, tem tido grande importância. A procura desse atendimento e acolhimento tem sido na maior parte direcionadas ao manejo do transtorno de ansiedade na atenção básica à saúde, assim, os profissionais têm utilizado intervenções psicológicas, que incluem abordagens terapêuticas baseadas em evidências que demonstraram eficácia no tratamento desse transtorno.

Uma das intervenções psicológicas mencionadas com frequência na literatura é a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). De acordo com Beck e Knapp (2008) "[..] é uma das mais recomendadas. Essa abordagem tem como princípio fundamental de que os indivíduos se percebam e processem a realidade, que irá influenciar a maneira como eles se sentem e comportam-se."

Em análise crítica das evidências encontradas, observar-se melhorias tanto em intervenções individuais quanto em grupos, e na associação entre a presença do psicólogo e a adesão dos pacientes ao tratamento. Apesar disso, algumas limitações podem ser identificadas, como a variação nos métodos de intervenção utilizados nos estudos analisados, a falta de padronização nas medidas de avaliação dos sintomas de ansiedade e bem-estar, e a necessidade de mais estudos longitudinais para avaliar os efeitos a longo prazo da atuação do psicólogo na atenção básica à saúde.

> Os currículos das graduações de Psicologia também não têm contribuído para a superação dessas dificuldades. Na pesquisa do CREPOP, os respondentes já identificavam os vazios curriculares quanto à inserção do profissional da Psicologia nas políticas públicas e em especial na saúde coletiva como uma fonte permanente dos desafios a serem enfrentados no contexto da atenção básica do SUS. (REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE, 2019, p 56).

Apesar dos avanços, a psicologia ainda caminha pela valorização e direitos profissionais, as tomadas ainda são novas, e parte de todos para a construção dos direitos humanos, políticos e sociais. Desde 1991, os regulamentos da Política Nacional de Saúde Mental – Portarias n. 189/91 e 224/92 – definem claramente a integralidade como componente obrigatório dessa política e, mais recentemente, a Lei Federal que reorienta a assistência psiquiátrica – n. 10.216, de 06/04/2001, em seu artigo 4°, §2° – determina que: "O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer e outros".

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o transtorno de ansiedade no contexto da atuação dos psicólogos na atenção básica à saúde, tem tido cada vez mais relevância, A atenção à saúde básica (AB), que é considerada a porta de entrada preferencial ao SUS, formada por um

conjunto de intervenções em saúde que promovem assistência à saúde de forma individual e populacional.

No entanto, ainda não é possível alcançar o objetivo do sistema de desenvolver uma atenção integral voltada à proteção da saúde, a prevenção de doenças, e o diagnósticos e o tratamento, como vimos nesta revisão. Logo, os psicólogos que atuam na atenção básica à saúde enfrentam diversos desafios relacionados à alta demanda de pacientes ansiosos. Alguns desses desafios incluem uma sobrecarga de trabalho, pois lidar com um grande volume de pacientes e suas necessidades emocionais pode ser desgastante e impactar a qualidade do atendimento. Além disso, o tempo limitado para cada paciente pode impactar a eficácia do tratamento e a capacidade de estabelecer uma relação terapêutica sólida com cada indivíduo, como também fornecer intervenções breves e eficazes devido à natureza do ambiente e à necessidade de acolher muitas pessoas. Outro fator, é a falta de recursos financeiros e materiais nas unidades de atenção básica, que podem dificultar a implementação de estratégias de intervenção e acompanhamento adequado para os pacientes, limitando as opções terapêuticas disponíveis.

Contudo, ainda existe uma pressão emocional, pois muitas vezes os pacientes chegam em situações de vulnerabilidade, podendo assim, gerar uma carga emocional significativa nos psicólogos. O acúmulo dessas emoções pode impactar o bem-estar mental e emocional dos profissionais. Assim, para lidar com esses desafios, os psicólogos na atenção básica devem buscar apoio institucional, participar de supervisão clínica, desenvolver estratégias eficientes de intervenção breve, promover o autocuidado e buscar formas de ampliar o acesso aos serviços psicológicos na comunidade.

Por fim, artigos como este tem grande importância para o crescimento da atuação dos psicólogos nesse âmbito, como também reforçar os direitos humanos, e das políticas públicas e sociais, além de contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas, estudos, e suporte para outros trabalhos acadêmicos nessa temática.

Referências

American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** 5° ed. Porto Alegre- RS: ARTMED EDITORA LTDA, 2014. Disponível em: https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. LEI N° 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. BRASILIA-DF: DIARIO OFICIAL DA UNIÃO, 2021

BÖING, E.; CREPALDI, M. A. **O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras.** Psicologia Ciência e Profissão, v. 30, n. 3, p. 634–649, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300014 Acesso em: 07 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE**. 1° ed. Brasília – DF: Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica., 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-na-atencao-basica-a-saude/ Acesso em: 07 Abr. 2024.

COSTA, A. M**. Integralidade na atenção e no cuidado a saúde.** Saúde e Sociedade, v. 13, n. 3, p. 5–15, set. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000300002 Acesso em: 25 mai. 2024.

CINTRA, M. S.; BERNARDO, M. H. **Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social.** Psicologia Ciência e Profissão, v. 37, n. 4, p. 883– 896, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703000832017 Acesso em: 07 abr. 2024.

CORDEIRO, ELIS. **CNS promoverá live sobre a saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.** Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2971-27-04-live-transtornos-mentais-e-

-adoecimento-no-ambiente-de-trabalho-como-enfrentar Acesso em: 08 abr. 2024.

FERREIRA NETO, J. L. **A atuação do psicólogo no SUS**: análise de alguns impasses. Psicologia Ciência e Profissão, v. 30, n. 2, p. 390–403, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000200013 Acesso em 07 abr. 2024.

FROTA, I. J. et al. **Transtornos de ansiedade: histórico, aspectos clínicos e classificações atuais.** Journal of Health & Biological Sciences, v. 10, n. 1, p. 1, 2022. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/03/1361739/3971.pdf Aceso em: 07 abr. 2024.

LENHARDTK, Gabriela; CALVETTI, Prisla Ücker. **Quando a ansiedade vira doença? Como tratar transtornos ansiosos sob a perspectiva cognitivo-comportamental.** Aletheia, Canoas , v. 50, n. 1-2, p. 111-122, dez. 2017 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942017000100010&lng=pt&nrm=iso Aceso em: 07 abr. 2024.

MANFRO, Ana Regina GL Castilloa, Rogéria Recondob, Fernando R Asbahrc e Gisele G. **Transtornos de Ansiedade**. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, ano 2000, 14. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/dz9nS7gtB9pZFY6rkh48CLt/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 07 abr. de 2024.

MANGOLINI, Vitor Iglesias; ANDRADE, Laura Helena; WANG, Yuan-Pang. **Epidemiologia dos transtornos de ansiedade em regiões do Brasil: uma revisão de literatura.** Revista de Medicina, São Paulo, Brasil, v. 98, n. 6, p. 415–422, 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/144226 Acesso em: 07 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderno de saúde mental.** N° 34 ed. Brasília – DF: Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf Acesso em: 07 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Declaração de Alma Ata sobre Cuidados Primários.** Brasília – DF, Publicado em: 06/02/2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf Acesso em: 23 mai. 2024.

PIRES, Ana Cláudia Tolentino; BRAGA, Tânia Moron Saes. **O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional.** Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 151-162, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100013&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 07 abr. 2024.

SARDENBERG, LUÍS FELIPE. BUOGO E SARAH. **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo.** Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em Acesso em: 07 abr. 2024.

SILVA, T. F. D. **ATUAÇÃO DO (A) PSICÓLOGO (A) NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE: DESAFIOS E PERSPECTIVA**. Orientador: Valdevane Rocha Araújo. 2018. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de psicologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, São Francisco do Conde, 2018. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/697 Acesso em: 07 abr. 2024.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

37

O PAPEL DO PSICÓLOGO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

THE ROLE OF THE PSYCHOLOGIST IN THE AGING PROCESS

Daniel Silva da Costa

Maria Yhasmym Bezerra Barreto

Resumo

O envelhecimento é um processo complexo que envolve mudanças biológicas, psicológicas e sociais, demandando uma abordagem interdisciplinar para garantir o bem-estar dos idosos. A população idosa está crescendo significativamente devido aos avanços tecnológicos e médicos, além de um maior desejo por qualidade de vida. A compreensão da velhice deve considerar fatores cronológicos e biopsicossociais, influenciados por contextos históricos, políticos, econômicos e culturais diante disso a psicologia tem um papel crucial na melhoria do bem-estar dos idosos, ajudando-os a lidar com as mudanças dessa fase da vida. Este artigo enfatizou a importância do psicólogo na promoção da saúde mental e emocional dos idosos, destacando intervenções que previnem o declínio cognitivo e combatem a solidão e a depressão. Este estudo utilizou uma revisão bibliográfica qualitativa e descritiva, analisando artigos de bases acadêmicas como PubMed, PsycINFO e Scopus dos últimos dez anos. A análise dos estudos revisados revelou que os psicólogos desempenham um papel vital na inclusão social dos idosos e na melhoria de sua qualidade de vida. Conclui-se que a integração de psicólogos em equipes multidisciplinares e a adoção de políticas públicas voltadas para o envelhecimento são essenciais para promover um envelhecimento digno e saudável, beneficiando não apenas os indivíduos, mas a sociedade como um todo.

Palavras-chave: Envelhecimento. Psicologia do Envelhecimento. Intervenção Psicológica. Papel do Psicólogo.

Abstract

Aging is a complex process that involves biological, psychological, and social changes, requiring an interdisciplinary approach to ensure the well-being of the elderly. The elderly population is growing significantly due to technological and medical advancements, as well as a greater desire for quality of life. The understanding of old age must consider chronological and biopsychosocial factors, influenced by historical, political, economic and cultural contexts, in view of this, psychology plays a crucial role in improving the well-being of the elderly, helping them to cope with the changes of this phase of life. This article emphasized the importance of the psychologist in promoting the mental and emotional health of older adults, highlighting interventions that prevent cognitive decline and combat loneliness and depression. This study used a qualitative and descriptive literature review, analyzing articles from academic databases such as PubMed, PsycINFO and Scopus from the last ten years. Analysis of the reviewed studies revealed that psychologists play a vital role in the social inclusion of older adults and in improving their quality of life. It is concluded that the integration of psychologists In Teams multidisciplinary policies and the adoption of public policies aimed at aging are essential to promote dignified and healthy aging, benefiting not only individuals, but society as a whole.

Keywords: Aging. Psychology of Aging. Psychological Intervention. Role of the Psychologist.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo complexo influenciado por fatores ambientais, genéticos e de saúde, resultando em mudanças funcionais irreversíveis à medida que a idade avança. Tais transformações, que afetam todos os seres humanos, abrangem aspectos biológicos, psicológicos e sociais, tornando o envelhecimento uma questão complexa (ALVES; TRINDADE; ROCHA, 2021).

Atualmente, o envelhecimento tem ganhado destaque na sociedade devido ao aumento da população idosa. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, houve um crescimento progressivo dessa faixa etária, impulsionado por avanços tecnológicos, médicos e pelo desejo de uma melhor qualidade de vida (VASCONCELOS; JAGER, 2016).

Segundo, Vasconcelos e Jager (2016), a ideia de velhice, embora vinculada a critérios etários, somente se compreende mediante a interação entre variados aspectos cronológicos e biopsicossociais, influenciados por contextos históricos, políticos, econômicos, geográficos e culturais do processo de envelhecimento. Essas circunstâncias moldam diferentes visões sociais sobre a velhice e o idoso. Logo, não se pode rotular como idosa uma pessoa meramente por atingir 60 anos, pois a noção de idade é multifacetada.

A abordagem do envelhecimento é multidisciplinar e interdisciplinar, exigindo a colaboração de profissionais de diversas áreas, dada a sua natureza que envolve aspectos biopsicossociais. No contexto desse fenômeno, a Psicologia tem assumido uma importância cada vez maior na melhoria do bem-estar dos idosos, fornecendo assistência para lidar com as mudanças que ocorrem durante essa etapa da vida (RIBEIRO, 2015).

A complexidade do envelhecimento e a necessidade de abordagens holísticas que considerem aspectos biológicos, psicológicos e sociais tornam o papel do psicólogo essencial nesse processo, pois a psicologia auxilia os idosos a enfrentar essas complexidades, promovendo resiliência e desenvolvimento de estratégias de enfrentamento que promovem um envelhecimento saudável, auxiliando na manutenção da qualidade de vida, bem-estar emocional e na preservação da saúde mental dos idosos. Para compreender plenamente esse papel, é essencial explorar as dimensões biopsicossociais envolvidas no envelhecimento (RIBEIRO, 2015).

A saúde mental dos idosos costuma ser negligenciada, e os psicólogos desempenham um papel significativo durante o processo de envelhecimento na detecção e intervenção precoce de problemas psicológicos, como depressão, ansiedade e solidão, assim como também desempenham um papel fundamental na prevenção do declínio cognitivo e do isolamento social, que são comuns nessa fase da vida. A intervenção psicológica não deve ser encarada apenas como uma resposta a problemas já existentes, mas também como uma ferramenta proativa na promoção do envelhecimento saudável (ALVES; TRINDADE; ROCHA, 2021). Diante do exposto, como o envolvimento do psicólogo pode melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa e prevenir desafios psicológicos e emocionais associados ao processo de envelhecimento?

Nesse contexto, a pesquisa nesta área não apenas contribuirá para o avanço do conhecimento científico, mas também terá implicações práticas significativas na promoção do envelhecimento saudável e na qualidade de vida dos idosos. Portanto, este trabalho busca preencher uma lacuna crucial na literatura, devido à falta de informações sobre o papel do psicólogo no processo de envelhecimento. Isso justifica plenamente a realização

de estudos e intervenções para ampliar o entendimento sobre o assunto, promovendo a criação de novas perspectivas que possam aprimorar a qualidade de vida dos idosos e beneficiar a sociedade como um todo.

Nesta perspectiva, o presente artigo teve como objetivo geral discutir o processo de envelhecimento, bem como a importância do papel do psicólogo na promoção do bem-estar emocional e na adaptação às mudanças físicas e psicossociais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O presente estudo adotou uma metodologia de Revisão Bibliográfica para investigar o papel do Psicólogo no Processo de Envelhecimento. Esta abordagem qualitativa e descritiva permitiu uma análise ampla e aprofundada da literatura disponível sobre o tema.

Os artigos selecionados foram pesquisados em bases de dados acadêmicas, incluindo PubMed, PsycINFO e Scopus, além de livros e teses disponíveis em bibliotecas universitárias. O período de busca foi delimitado aos últimos dez anos, garantindo a relevância e atualidade das informações consideradas.

As palavras-chave utilizadas na busca incluíram termos como “envelhecimento”, “psicologia do envelhecimento”, “intervenção psicológica”, “papel do psicólogo”, entre outros relacionados ao tema. Esses descritores foram selecionados com base na ampla gama de aspectos envolvidos no processo de envelhecimento e na atuação do psicólogo nesse contexto.

O processo de seleção dos artigos seguiu critérios de inclusão e exclusão pré-definidos, considerando a relevância do conteúdo para os objetivos da pesquisa. Foram priorizados estudos que abordavam o papel do psicólogo em diferentes fases do envelhecimento, bem como suas intervenções e estratégias de promoção do bem-estar e qualidade de vida dos idosos.

Após a coleta e análise dos artigos, os resultados foram sintetizados e organizados em ordem cronológica e apresentados em forma de quadros, de forma a fornecer uma visão abrangente e atualizada do tema. A partir das informações reunidas, foi possível identificar tendências, lacunas de conhecimento e áreas para futuras investigações no campo da Psicologia do Envelhecimento.

Em suma, o estudo conduzido por meio de uma revisão bibliográfica proporcionou uma compreensão mais profunda do papel do psicólogo no processo de envelhecimento, contribuindo para o avanço do conhecimento científico e para a prática clínica e assistencial voltada para essa população.

2.2 Resultados e Discussão

A partir da busca por literaturas que abordassem o tema, foram selecionados oito artigos publicados entre os anos de 2016 e 2023, que englobam uma grande quantidade de informações atualizadas, as quais atendiam aos requisitos e objetivos do estudo. Nesta presente discussão, pretende-se, com base em pesquisas realizadas por diversos autores, discutir o processo de envelhecimento bem como a importância do papel do psicólogo no, com foco na promoção do bem-estar emocional, na adaptação às mudanças físicas e

psicossociais.

Alves, Trindade e Rocha (2021) exploram diferentes abordagens teóricas do processo de envelhecimento. No campo biológico, as Teorias Genéticas ligam o envelhecimento a fatores genéticos, enquanto as Teorias Estocásticas apontam o acúmulo de danos moleculares por agressões ambientais como causa do declínio fisiológico. Paralelamente, as teorias sociológicas investigam as múltiplas influências históricas, econômicas, etnográficas, culturais e sociais que moldam a velhice. Por fim, as teorias psicológicas se concentram na análise das transformações nos aspectos cognitivos, afetivos e sociais característicos dessa fase. Nesse estudo os autores adotaram uma abordagem multidimensional do processo de envelhecimento reconhecendo a importância das mudanças ao longo da vida e a heterogeneidade desse processo.

Vasconcelos e Jager (2016) e Gomes, Vasconcelos e Carvalho (2021) destacam a relevância do paradigma *lifespan*, desenvolvido por Paul B. Baltes, na compreensão do envelhecimento na psicologia. Segundo esse paradigma, o desenvolvimento humano é um processo contínuo e multidimensional, ocorrendo ao longo de toda a vida, inclusive na velhice. Ele oferece uma visão positiva do envelhecimento, contradizendo a concepção tradicional de que a velhice é apenas uma fase de declínio. Reconhece-se que a velhice envolve uma interação complexa entre ganhos e perdas, influenciada por fatores genéticos, biológicos e socioculturais. Ambos os artigos enfatizam que essa abordagem considera a heterogeneidade do envelhecimento, reconhecendo que as experiências de ganhos e perdas variam de acordo com a história de vida, o contexto sociocultural e a presença de patologias. Assim, a perspectiva *lifespan* destaca a importância de considerar as potencialidades e os desafios enfrentados pelos idosos, promovendo uma visão mais ampla e positiva do processo de envelhecimento.

Gomes, Vasconcelos e Carvalho (2021) ainda trazem em seu estudo essa questão dos estereótipos atribuídos ao idoso e à velhice são alvos de rotulação social, sendo os idosos possivelmente os mais atingidos. Dependendo da representação de envelhecimento em foco, esses estereótipos podem ser bons ou ruins. Por exemplo, quando o processo de adoecimento é compreendido como inerente ao envelhecimento, é comum que os idosos sejam rotulados com estereótipos negativos relacionados à doença, fragilidade, sofrimento e fracasso.

O artigo de Silva, Ribeiro e Faria (2023) traz a definição de idadismo como preconceito ou discriminação com base na idade. A Organização Mundial da Saúde (2021) define o idadismo em três dimensões - estereótipo, preconceito e discriminação - identificando também três níveis de manifestação (institucional, interpessoal e autodirigido), além de dois tipos de representação (explícita e implícita). A velhice, frequentemente associada a menor rendimento, contribui para a percepção dos idosos como incapazes, sendo alvo frequente de tratamento infantilizante e desrespeitoso, como o uso de diminutivos e oferta excessiva de ajuda.

Silva, Mandeli e Silva (2023), a qualidade de vida na terceira idade é explorada na dimensão subjetiva, destacando que essa qualidade de vida varia de acordo com a história e o contexto de cada indivíduo. Na terceira idade, a qualidade de vida está associada com a questão da manutenção da autonomia dos indivíduos, sendo entendida como um fenômeno subjetivo vinculado à percepção de vida e envolvendo critérios de natureza biológica, psicológica e socioestrutural. Portanto, uma melhor qualidade de vida nesse estágio da vida está relacionada com aspectos que incluem saúde física e psicológica, autonomia e independência, vínculos familiares e sociais sólidos e acesso a recursos financeiros.

A partir das diferentes perspectivas apresentadas, fica evidente que o papel do psicó-

logo no processo de envelhecimento é crucial para promover o bem-estar emocional e a adaptação às mudanças físicas e psicossociais dos idosos. A compreensão dos estereótipos associados ao envelhecimento e a promoção de uma qualidade de vida positiva na terceira idade são aspectos essenciais para garantir o respeito e a dignidade dos idosos em nossa sociedade (VASCONCELOS; JAGER, 2016).

No contexto do trabalho psicológico com idosos, conforme diversas funções se destacam como fundamentais. Estas incluem avaliação psicológica, planejamento e execução de intervenções, orientação, aconselhamento e psicoterapia tanto para os idosos quanto para seus familiares. Além disso, os psicólogos especializados lidam com crises, oferecem assessoria a instituições e organizações que cuidam de idosos, participam de equipes multiprofissionais e contribuem para o planejamento ambiental adaptado às necessidades dos idosos. Tais intervenções visam garantir um ambiente propício para que os idosos possam viver com qualidade e bem-estar em sua comunidade, residências, locais de trabalho, instituições de cuidado, hospitais e espaços de lazer (ALVES; TRINDADE; ROCHA, 2021).

Diante das múltiplas formas de atuação do psicólogo na promoção da inclusão social dos idosos, diversas intervenções se destacam, como orientação, aconselhamento, informação e mudança de atitudes em relação à velhice, além de assessoria a instituições públicas e privadas que cuidam desses indivíduos e suas famílias, apoio psicológico aos cuidadores e programas de promoção social. O trabalho do psicólogo nesse contexto é fundamentado nas relações grupais e no desenvolvimento de oficinas temáticas ou operativas, seguindo os princípios da psicologia social. Na esfera socioassistencial, a Psicologia busca realizar intervenções crítico-reflexivas, considerando as demandas dos usuários e a realidade social na qual estão inseridos, com foco na garantia de direitos e na promoção da participação ativa dos usuários nos processos vivenciados por eles. Além disso, é essencial que o profissional esteja atualizado sobre as normas, legislações e diretrizes que regem seu trabalho e os direitos dos sujeitos usuários da política, incluindo estatutos, a Constituição Federal e documentos orientadores da assistência social (TRAPP; FIGUEREDO; GEORGETTE, 2016).

A inserção da Psicologia em discussões sociais e de saúde tem contribuído para combater estereótipos relativos à velhice, como inflexibilidade, fragilidade e incapacidade. Essa abordagem fomentou problematizações sobre os conceitos de velhice vigentes, incentivando os profissionais a reconhecerem como suas atitudes e crenças acerca da velhice influenciam no atendimento a esse público.

A psicologia social, aliada à psicologia do desenvolvimento e à psicogerontologia, foca no estudo do envelhecimento contemporâneo e no papel do profissional de psicologia nesse contexto, especialmente diante da falta de políticas públicas para os idosos, como observado por Lessa (2021). A psicogerontologia destaca-se ao promover um envelhecimento digno e inclusivo, colaborando com outros profissionais para integrar os idosos na família e na comunidade. A perspectiva da psicologia analítica ressalta a importância de políticas abrangentes que promovam não só a saúde física, mas também a saúde mental, emocional, espiritual e social dos idosos e de seus cuidadores. A integração da rede de Atenção Psicossocial é crucial para garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos, além de reconhecê-los como protagonistas ativos em seu processo de envelhecimento.

3. CONCLUSÃO

O papel do psicólogo no processo de envelhecimento é multifacetado e essencial para a promoção de um envelhecimento saudável e digno. A atuação desse profissional

não se restringe apenas ao tratamento de problemas psicológicos já instalados, mas também inclui a prevenção e a promoção de bem-estar. As intervenções psicológicas ajudam a mitigar sintomas de depressão e ansiedade, prevenindo o declínio cognitivo e combatendo a solidão, fatores que são cruciais para a qualidade de vida dos idosos. Além disso, o psicólogo facilita a adaptação dos idosos às mudanças físicas e psicossociais, promovendo a resiliência e estratégias de enfrentamento eficazes.

A inclusão social dos idosos é outro aspecto fundamental destacado pelos estudos revisados, onde o psicólogo atua para garantir que os idosos permaneçam integrados na comunidade, mantendo suas redes de apoio e vínculos sociais. As abordagens multidisciplinares, que envolvem a colaboração com outros profissionais de saúde e a participação ativa de familiares e cuidadores, são essenciais para um cuidado holístico e efetivo.

Portanto, é evidente que a presença de psicólogos em equipes multidisciplinares e a implementação de políticas públicas que incentivem e apoiem a inclusão de profissionais de psicologia nos serviços de saúde destinados à terceira idade, garantindo um envelhecimento mais saudável e digno**.** Essas medidas não apenas beneficiam os indivíduos idosos, promovendo sua saúde mental e emocional, mas também geram impactos positivos para a sociedade como um todo, ao valorizar e respeitar a contribuição dos idosos. A continuação de pesquisas nessa área é crucial para aprofundar o conhecimento e aprimorar as práticas de cuidado, garantindo um futuro mais inclusivo e saudável para a população idosa.

Referências

ALVES, Kamila de Souza**;** TRINDADE, Sabrina Caetano; DA ROCHA, Fátima Niemeyer. Atuação do psicólogo no processo de envelhecimento. **Revista Mosaico**, v.11, n.1, p. 99-104, 2021.

GOMES, Emanuele Aparecida Paciência; VASCONCELOS, Fernanda Gomes; CARVALHO, Josene Ferreira. Psicoterapia com Idosos: percepção de profissionais de psicologia em um ambulatório do sus. Psicologia**: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 41, p. 1-17, 2021. FapUNIFESP (SciELO)

LESSA, Claudete Regina Magalhães. O envelhecimento na contemporaneidade: o papel do profissional de psicologia. **Rev. Longeviver**, Ano III, n. 11, Jul/Ago/Set. São Paulo, 2021.

RIBEIRO, Pricila Cristina Correa. A psicologia frente aos desafios do envelhecimento populacional. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol**., Juiz de fora, v. esp, pág. 269-283, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000200009&lng=pt&nrm=iso>.

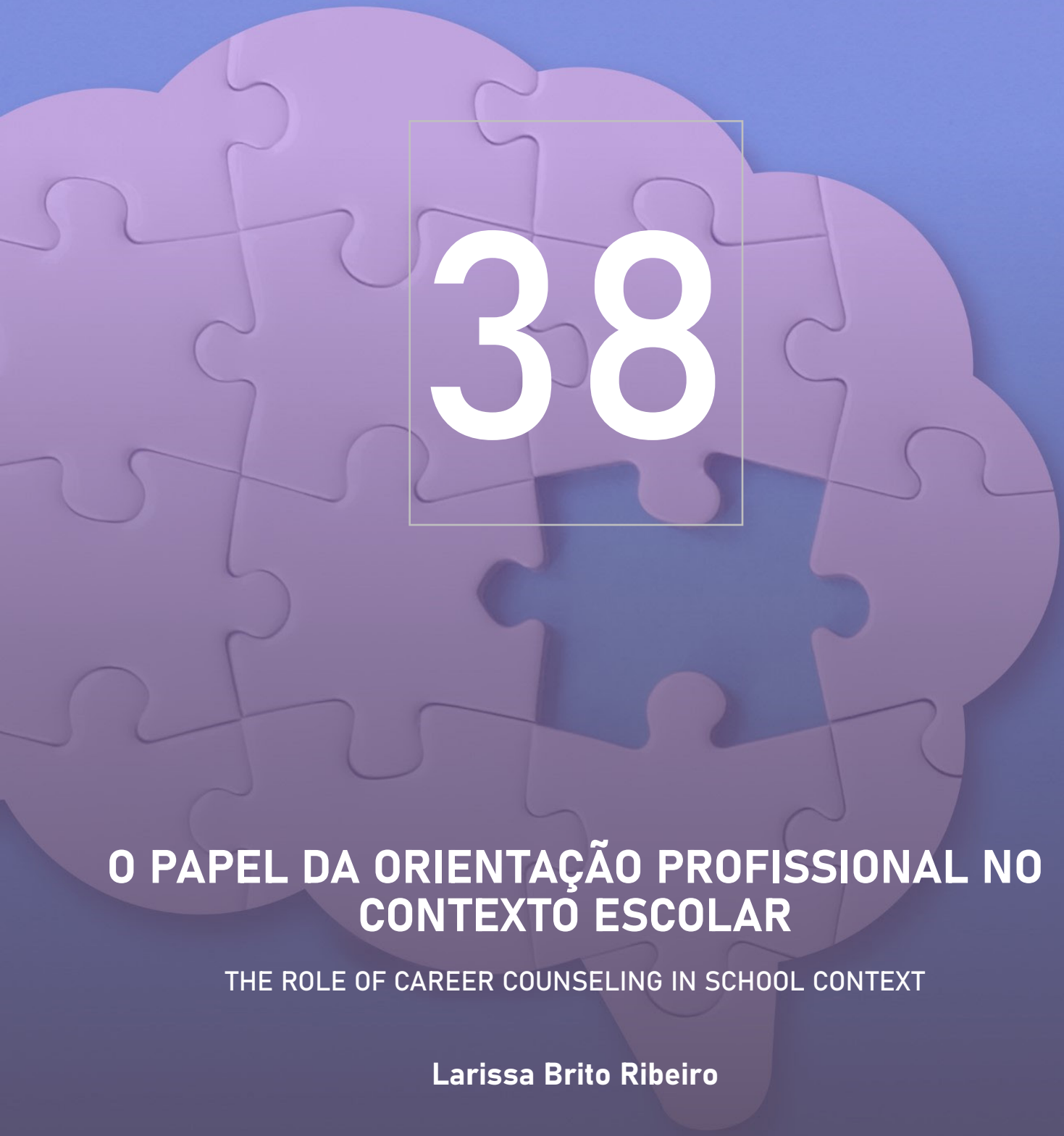
SILVA, Rafael Bianchi; MANDELLI, Jessica Pedrosa; SILVA, Leticia Assahara da. Qualidade de Vida da Pessoa Idosa e o Trabalho do Psicólogo no Sistema Único de Assistência Social. Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 89-100, 5 out. 2023. Universidade Estadual do Paraná - Unespar.

SILVA, Isabelle Risuenho Marques da; RIBEIRO, Marina Beatriz Vieira; FARIA, Ana Gabriela Damasceno. A Importância da atuação da psicologia em face ao desenvolvimento saudável do idoso e combate ao idadismo: revisão de literatura. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 34, n.2, p. 01-18, 2023.

TRAPP, Edgar Henrique Hein; FIGUEREDO, Joice de Oliveira; GEORGETTE, Roberta da Silva. Inclusão social do idoso: fatores relevantes e a atuação do psicólogo. **Revista Kairós Gerontologia**, 19 (Número Especial 22, “Envelhecimento e Velhice”), pp. 295-310, 2016.

VASCONCELOS, Alessandra Toledo de; JAGER, Márcia Elisa. A percepção de psicólogos sobre o envelhecimento Psicologia e envelhecimento. **Multiciência Online,** Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santiago, 163-197, 2016.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA



38

O PAPEL DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

THE ROLE OF CAREER COUNSELING IN SCHOOL CONTEXT

Larissa Brito Ribeiro

Resumo

O presente exposto reflete o processo de Orientação Profissional num contexto educacional, visto que a escolha da profissão a seguir, pode ser um momento de impactantes angústias, dúvidas e inquietações suscitadas nos jovens, desencadeando por vezes, gatilhos de ansiedade, assim, contribuindo para a fomentação de uma tomada de decisão pouco assertiva e regada de emoções negativas. Adotou-se como metodologia, estudos literários e levantamentos de dados atualizados, embasando a síntese bibliográfica. Analisou-se criticamente o autoconhecimento, conhecer o Mercado de Trabalho e tomada de decisão, etapas que norteiam a O.P.

Palavras-chave: Síntese bibliográfica. Orientação profissional. Autoconhecimento. Mercado de trabalho. Tomada de decisão.

Abstract

The present work reflects the process of Career Counseling in an educational context, considering that the choice of a profession can be a moment of significant anguish, doubts, and restlessness for young people, sometimes triggering anxiety and contributing to a less assertive decision-making process filled with negative emotions. The methodology adopted includes literary studies and updated data surveys, forming the basis for the bibliographic synthesis. A critical analysis was conducted on Self-Knowledge, Understanding the Job Market, and Decision-Making, which are the stages that guide Career Counseling

Keywords: Literary Studies. Career Counseling. Self-knowledge. Job Market. Decision Making.

1. INTRODUÇÃO

Em observância ao atual panorama educacional brasileiro, no que tange aos alunos do ensino médio, notou-se uma grande inquietação e angústia quanto à escolha profissional a ser definida. A pressão exercida para obter uma excelente pontuação no Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM é avassaladora. Ingressar numa faculdade torna-se então, o objetivo de vida da maioria dos jovens. Dito isto, qual é o papel da orientação profissional dentro da escola?

O presente estudo bibliográfico visou discutir a importância da orientação profissional, levantando reflexões críticas dentro da escola, sobre o autoconhecimento, conhecimento das profissões/mercado de trabalho e tomada de decisão, etapas que direcionam a O.P. Este objetivou também contribuir tanto para a formação acadêmica, quanto para profissionais da área da psicologia, visto que, por meio deste, pode-se refletir criticamente acerca desta atual problemática no que tange ao cenário escolar. A possibilidade de pensar nos jovens sob a luz da psicologia e entendê-los de forma humanizada, acolhendo as suas angústias, anseios e questionamentos, fortalece a relevância da função da orientação profissional dentro das escolas, bem como a psicoeducação.

No tocante dos objetivos propostos, como nuclear, designou-se discutir sobre o papel da orientação profissional dentro da escola. Já os subjacentes, contemplou-se: Descrever o processo de orientação profissional; Compreender a importância do autoconhecimento no processo de O.P.; Entender a relevância de conhecer a profissão almejada, bem como o mercado de trabalho, grade curricular, remuneração financeira, área de atuação e etc. e Estudar os pilares para uma tomada de decisão profissional com maior probabilidade de assertividade e consciente.

2. DESENVOLVIMENTO

O presente estudo visou levantar reflexões críticas dentro da escola, sobre o autoconhecimento, conhecer profissões e tomada de decisão, etapas que direcionam a orientação profissional.

Admitiu-se que o papel da orientação profissional, bem como a sua importância, em especial no âmbito escolar, objetiva nortear e acolher alunos na tomada de decisão, de modo que as expectativas estejam alinhadas à realidade do mercado de trabalho. Neste ínterim, nota-se a relevância do autoconhecimento, conhecer profissões e tomada de decisão, como elementos fundamentais para o processo de orientação profissional, uma vez que é necessário o educando autoconhecer-se para então adentrar no conhecimento da área em que deseja atuar e por fim tomar a decisão, sempre enlaçando a relação dicotômica entre expectativa e realidade.

2.1 Processo de Orientação Profissional

Segundo estudos literários, a escolha profissional pode gerar angústias e inquietações principalmente em alunos do ensino médio. A pressão exercida para obter uma excelente pontuação no Exame Nacional do Ensino Médio é avassaladora. Ingressar numa faculdade torna-se então, o objetivo de vida da maioria dos jovens.

Em algumas situações, os educandos buscam em primeiro lugar satisfazer os desejos dos pais e familiares, colocando-se em segundo plano. Em outros casos, os adolescentes anseiam uma determinada profissão, mas quando tem a oportunidade de conhecê-la na prática, é consideravelmente diferente, o que aumenta as chances de desencadear uma frustração. Nesse sentido, exercer o autoconhecimento, bem como conhecer o mercado de trabalho pautado na área almejada, é fundamental para o processo de tomada de decisão. Dito isto, qual é o papel da orientação profissional dentro da escola?

O presente exposto acadêmico adotou como metodologia o levantamento bibliográfico qualitativo e descritivo baseado no conceito de Orientação Profissional, bem como a sua importância dentro do espaço escolar, contemplando também os processos para uma tomada de decisão com maior chance de ser assertiva. Foi necessário deferir o levantamento de obras e artigos atualizados sobre a temática proposta, visando enriquecer a revisão de literatura e torná-la sólida. Nesse espeque, tornou-se fundamental buscar fontes confiáveis e autoridades no tocante ao assunto retro mencionado.

Dito isto, o processo de coleta de dados iniciou-se a partir de pesquisas por bases conhecidas dentro da Orientação Profissional. Buscou-se publicações em veículos de informação científica de alto impacto. Posteriormente, verificou-se tais dados de autoria da fonte, contemplando quem elaborou o conteúdo e considerando também se os autores citados neste artigo são referências em Orientação Profissional. Plataformas confiáveis para pesquisas científicas como por exemplo, o Google Acadêmico, SciELO, revistas científicas e o portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram adotadas na busca por artigos científicos de fontes validadas, avaliando então criticamente o canal de disponibilidade destes. Importante ressaltar que nesse contexto, é fundamental voltar a atenção para o ano de publicação dos artigos pesquisados, visto que fontes obsoletas não fazem sentido no atual exposto. Toda a coleta de dados foi pensada e elaborada considerando a atualização dos últimos cinco anos. Por fim, avaliar a consistência das referências citadas, foi imprescindível para a construção do presente artigo. Após o processo de pesquisa, filtraram-se relevantes pontos acerca da Orientação profissional nas escolas e neste prisma, em observância ao atual panorama educacional, entendeu-se que os levantamentos bibliográficos, no tocante à temática proposta, referiu-se ao papel, bem como a importância indeclinável da orientação profissional dentro do contexto escolar voltada para os alunos, visto que, segundo Sousa:

> O processo de Orientação Profissional (OP) tem sido considerado relevante diante das dificuldades de decisão profissional, uma vez que uma de suas finalidades é acolher os indivíduos em suas inquietações com relação à sua carreira profissional, avaliando suas características pessoais, além de auxiliá-los na tradução dessas informações em boas escolhas profissionais (SOUSA, 2007, p. 275).

Houve como objetivo a busca do entendimento sobre os anseios, inquietações e expectativas dos educandos e também a compreensão da criticidade reflexiva acerca do autoconhecimento, conhecimento das profissões e tomada de decisão, temas norteadores do estudo bibliográfico, uma vez que estes são instrumentos imperiosos para uma reflexão significativa. No panorama da orientação profissional, segundo Martins (2008),

> [...] pode ser descrita como um processo facilitador para a escolha profissional, que engloba o autoconhecimento e o conhecimento das atividades profissionais.". Em outras palavras, a OP é uma ferramenta que abarca um processo de autoconhecimento, conhecendo profissões e tomada de decisão, na qual visa

direcionar e promover a reflexão sobre a escolha profissional do orientado.

No contexto educacional, a escola tem a responsabilidade de promover a mudança social através da educação. Este fato é condicionado à formação de cidadãos críticos e conscientes da realidade, enquanto agentes de transformação social em prol de uma sociedade justa, ética e que atenda às necessidades do povo. Dessa forma, Lucchiari reflete:

> A escolha consciente por parte dos jovens de sua futura profissão pode ser um dos caminhos para se alcançar uma maior relação da escola com a realidade. À medida que um maior número de pessoas ingressar na universidade, conscientes do seu compromisso social, poderá reivindicar mudanças, alterações curriculares e estruturais da universidade, tentando aproximá-la mais da realidade (LUCCHIARI, 2002, p. 58-59).

Em linhas gerais, o trabalho acadêmico foi o pontapé inicial para a análise crítica acerca da importância da Orientação Profissional na escola, funcionando como bússola orientadora para o entendimento desta. A coletânea teórica fomentou como base, teorias voltadas para o processo de orientação profissional, bem como, autoconhecimento; conhecimento do mercado de trabalho e tomada de decisão, nos quais são elementos voltados para consciência reflexiva sobre a escolha profissional.

A primeira etapa da orientação profissional é o autoconhecimento, o que promove a escolha consciente do jovem para a sua futura profissão. Este fato é de suma importância, pois além de possibilitar a reflexão crítica na tomada de decisão na hora de escolher a área profissional a seguir, oportuniza também o alcance da relação da escola com a realidade.

O papel da orientação profissional, em especial no âmbito escolar, objetiva nortear e acolher alunos na tomada de decisão, de modo que as expectativas estejam alinhadas a realidade do mercado de trabalho. Dessa forma, Paula e Pestana (2017 p. 156) frisam:

> A orientação profissional constitui um campo de atividade que auxilia pessoas a tomarem decisões no âmbito do trabalho e/ou estudos, podendo contribuir para a educação profissional e a transição da escola para o trabalho. Trata-se de uma área de atuação com muitas demandas para os psicólogos escolares, os quais podem mediar o processo de escolha de tal forma que os alunos desenvolvam atitudes condizentes com as expectativas nos ambientes profissionais.

Neste ínterim, notou-se a importância do autoconhecimento, conhecimento de profissões e tomada de decisão, como elementos fundamentais para o processo de orientação profissional, uma vez que é necessário o educando autoconhecer-se para então adentrar no conhecimento da área em que deseja atuar e por fim tomar a decisão, sempre enlaçando a relação dicotômica entre expectativa e realidade.

Quando o autoconhecimento é desenvolvido, há uma noção superior do que está ocorrendo no mundo interno do sujeito e assim este pode agir de forma mais consciente.

O autoconhecimento é a habilidade de conhecer o âmago do eu interior, bem como emoções, pensamentos, desejos, medos, crenças, frustrações, forças, fraquezas, gostos, bloqueios, valores, buscas e etc. É compreender a verdadeira essência de si. Possibilita a melhor relação consigo mesmo e com o mundo. Nessa perspectiva, Andrade, Meira e Vasconcelos (2002) destacam:

> É nesse contexto então, que a orientação profissional (OP) assume a sua importância devido à promoção do autoconhecimento e auxílio na decisão da profissão a ser seguida por favorecer ao jovem do ensino médio um melhor discernimento e esclarecimento sobre seu futuro profissional, sobre si mesmo, suas aptidões, capacidades, interesses, ambições, recursos, limites e causas. (ANDRADE; MEIRA; VASCONCELOS, 2002)

Conhecer o mercado de trabalho no qual deseja atuar é essencial para a tomada de decisão e nesse sentido, questiona-se as seguintes reflexões: Como é o curso? Com que este profissional trabalha? Quais são os locais de trabalho deste profissional? Quais são as suas possibilidades e atuação? Como desenvolve a carreira deste profissional? Pensar nestas reflexões ajuda na tomada de decisão profissional.

Sabendo que tomar uma decisão envolve fazer escolhas, o processo de tomada de decisão pode ser difícil ou até mesmo desconfortável. É comum sentir-se inseguro e pensar: “como teria sido a minha vida se eu tivesse seguido por outro caminho?” Todas estas questões aqui expostas (autoconhecimento e conhecimento de profissões/mercado de trabalho) dão subsídio para uma tomada de decisão consciente e com uma probabilidade maior de eficácia.

Do ponto de vista neurofisiológico, o cérebro humano aciona diferentes mecanismos que estão localizados em áreas da associação do córtex cerebral, na qual consiste numa área onde se concentra as funções executivas, ou seja, habilidades para o estabelecimento de objetivos, planos, fazer julgamentos e controle dos impulsos. As escolhas são feitas basicamente em quatro mecanismos: a partir da experiência que se acumula ao longo da vida; experiências transmitidas pela família e pelas pessoas em que o indivíduo se espelha ou confia; busca ativa de informações em leituras e estudos que vão dar corpo e massa crítica e intuição.

Com base nesses mecanismos, os estudos científicos mostram que as decisões vão ter resultados completamente diferentes. Antes de tomar uma decisão é importante pensar nas seguintes questões: “quais as possibilidades eu tenho? Qual impacto que a minha escolha terá na minha vida?”

Para tomar uma decisão de grande impacto, é necessário contemplar todos os elementos do mecanismo acima, principalmente a busca ativa de informações. No que diz respeito a escolha profissional, o autoconhecimento e conhecer a área de atuação é fundamental nesse contexto, uma vez que, ao perpassar por essas duas etapas iniciais de maneira consciente e reflexiva, o aluno terá maiores chances de lograr êxito na tomada de decisão sobre a profissão que ele almeja alcançar. É um processo estruturado, planejado, orientado, no qual demanda técnicas e ferramentas próprias para que este educando seja levado a um “pensar consciente”, livre de julgamentos e adotado de acolhimento.

2.2 Importância do Processo de Orientação Profissional

De acordo com a investigação bibliográfica insta mencionada, em síntese, constatou-se que o processo de Orientação Profissional é planejado, estruturado e pensado em 3 etapas: autoconhecimento, conhecimento do mercado de trabalho/profissão e tomada de decisão.

A primeira fase se faz fundamental, uma vez que esta é o pontapé inicial para o desdobramento das demais. Sem o autoconhecimento, o desenvolvimento da O.P poderá comprometer-se. A posteriori, ao conhecer o mercado de trabalho, deve-se considerar as

seguintes questões:

· Quanto tempo dura o curso? · Este curso é de Bacharelado, Licenciatura ou Tecnólogo? · Quais são as matérias estudadas no curso? · As matérias deste curso me despertam interesse? · Como as matérias estão distribuídas no curso? · Quais são os estágios obrigatórios? · Em que momento do curso se inicia os estágios?	· Quais são as atividades que fazem parte da rotina deste profissional? (contatos com clientes, vendas, pesquisa escrita, criação, etc) · Com que coisas este profissional precisa lidar diariamente? (instrumentos, procedimentos, pessoas, animais, matemática, física, química, geografia, educação, psicologia, etc)	· Onde este profissional trabalha? (em escritórios, consultórios, academias, hospitais, escolas, indústria, laboratório e demais locais de trabalho) · Com quem este profissional trabalha? (sozinho, em equipes, com outros profissionais) · Como é o ambiente de trabalho? (formal, informal, cooperativo, competitivo)	· Quais são as áreas de atuação que esta profissão possibilita? · Quais são as características destas áreas? · As áreas de atuação atendem a minhas expectativas?	· Qual a média do salário inicial para este profissional? · Qual a expectativa de renda de um profissional com 10 anos de experiência? · Existe oferta de empregos para este profissional em sua região? · Quais as áreas de atuação dentro da profissão que oferecem o maior número de oportunidades?

Fonte: Ribeiro (2024)

Findando o processo da Orientação Profissional, a tomada de decisão é a última etapa de grande expectativa para a maioria dos alunos. Após perpassarem pelo autoconhecimento e conhecimento do mercado de trabalho, a tomada de decisão terá maior chance de lograr êxito frente ao que se apetece. Em contrapartida, a falta da O.P no âmbito educacional, a ausência de um direcionamento aos educandos, pode contribuir para tomadas de decisões nas quais não condizem com o que realmente o jovem ambiciona, resultando em números consideráveis de evasões no ensino superior. Neste panorama, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, relata que no ano de 2021, 2,3 milhões de acadêmicos abandonaram o curso superior.

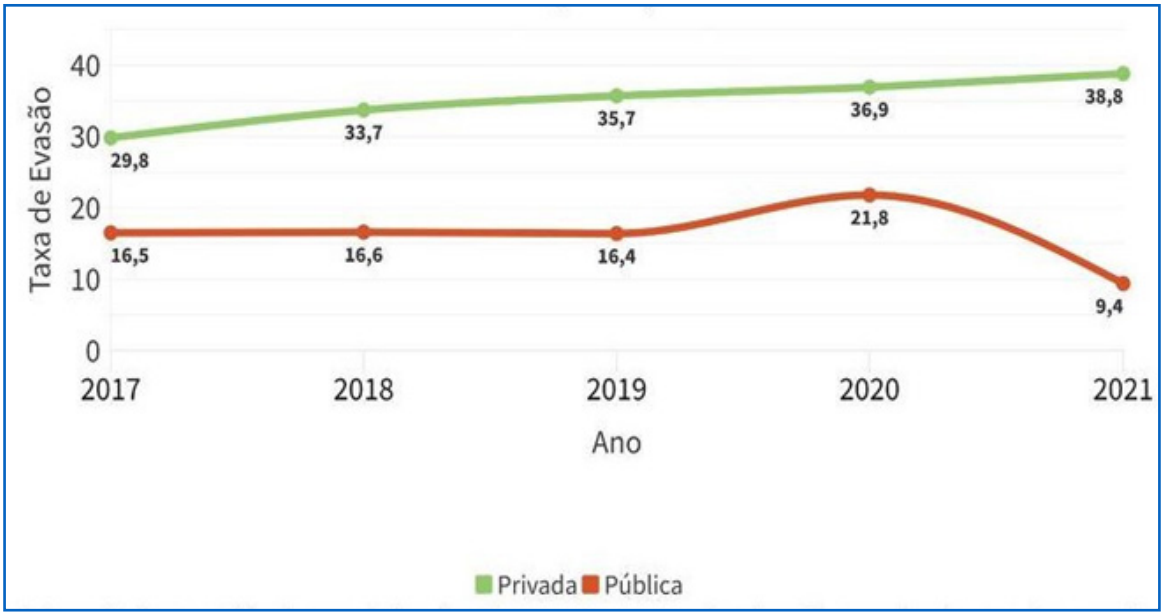
Admite-se que há incontáveis fatores nos quais colaboram para as evasões e a escassez da O.P, é um destes procedentes. Contata-se então o quão fundamental este processo

de orientação é, frente ao abandono do curso superior. Tal fato pode trazer prejuízos psíquicos, financeiros, econômicos e sociais. Assim, o CRUB salienta que:

> Uma preocupação constante das Instituições de Educação Superior (IES) é a desistência no meio do curso por seus estudantes, o que é tecnicamente denominado de "evasão". Além de representar perdas nos âmbitos social, acadêmico e econômico, ela significa também um grande sofrimento emocional àqueles que, por algum motivo, precisam abandonar os seus cursos. Os fatores são múltiplos e precisam ser compreendidos (CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. 2021).

Manifestada a presente configuração, salienta-se o número crescente no tocante das evasões na educação superior pública e privada, de 2017 a 2021. Além da reflexão e compreensão do fenômeno retro mencionado sob a luz do processo da Orientação Profissional, o gráfico chama atenção também para a desigualdade da desistência entre os cursos superiores de redes públicas e privadas brasileiras. Constatou-se que há mais abandono nas universidades privadas. Em 2021, a taxa foi de 38,8%, enquanto o sistema superior educacional público, ainda em 2021, apresentou 9,4% de taxa de evasão no ensino superior.

Figura 1. Taxas de Evasão na Educação Superior Pública e Privada



Fonte: MEC, 2021

Os dados revelam crescentes e preocupantes taxas de evasões, tanto no ensino superior público, quanto no privado, sendo que o abandono ocorre com maior incidência na rede privada. O processo de Orientação Profissional pode contribuir para que tais taxas possam ser amenizadas, direcionando o educando através da reflexão crítica sobre si e sobre o mundo, para a tomada de decisão com maior probabilidade de ser assertiva e consciente.

3. CONCLUSÃO

No tocante dos objetivos propostos, como nuclear, designou-se discutir sobre o papel da orientação profissional dentro da escola. Já os subjacentes, contemplou-se: Descrever o processo de orientação profissional; Compreender a importância do autoconhecimento

no processo de O.P.; Entender a relevância de conhecer a profissão almejada, bem como o mercado de trabalho, grade curricular, remuneração financeira, área de atuação e etc. e Estudar os pilares para uma tomada de decisão profissional com maior probabilidade de assertividade e consciente. Dito isto, constatou-se que os objetivos traçados lograram êxito.

A ausência ou má condução do desenvolvimento da Orientação Profissional, poderá contribuir para crescentes taxas de evasões, tanto no ensino superior público, quanto no privado. Entender o jovem sob a luz da psicologia (independente de abordagem) e acolher suas dores, sofrimento, angústia e incertezas, é fundamental. Uma prática ética e humanizada, colaborará para o vínculo e permitirá a adesão do educando ao processo.

Ao longo da síntese bibliográfica, refletiu-se sobre as etapas norteadoras da O.P.: Autoconhecimento, Conhecer o Mercado de Trabalho e Tomada de Decisão. O primeiro momento da orientação profissional é o autoconhecimento, o que promove a escolha consciente do jovem para a sua futura profissão. Este fato é de suma importância, pois além de possibilitar a reflexão crítica na tomada de decisão na hora de escolher a área profissional a seguir, oportuniza também o alcance da relação da escola com a realidade. Conhecer o mercado de trabalho no qual deseja atuar é essencial para a tomada de decisão e nesse sentido, questiona-se as seguintes reflexões: Como é o curso? Com que este profissional trabalha? Quais são os locais de trabalho deste profissional? Quais são as suas possibilidades e atuação? Como desenvolve a carreira deste profissional? Pensar nestas reflexões ajuda na tomada de decisão profissional. Para tomar uma decisão de grande impacto, é necessário contemplar todos os elementos do mecanismo acima, principalmente a busca ativa de informações.

A Orientação Profissional é um processo estruturado, planejado e orientado, no qual demanda técnicas e ferramentas próprias para que este educando seja levado a um “pensar consciente”, livre de julgamentos e adotado de acolhimento. Logo, constatou-se que a O.P. é essencial para auxiliar o jovem aluno na tomada de decisão com maior probabilidade de assertividade. O processo de Orientação Profissional pode contribuir também para que as taxas de evasão na educação superior pública e privada, possam ser amenizadas, direcionando o educando através da reflexão crítica sobre si e sobre o mundo, para escolhas conscientes.

Referências

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Evasão e educação superior.** Acesso em: 05.abr.2024. Disponível em:< https://www.crub.org.br/>

LUCCHIARI, D. H. P. S. **A escolha profissional do jovem ao adulto**. São Paulo: Summus Editorial, 2002.

MARTINS. Denise. **Orientação profissional: teoria e prática**. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v7n1/v7n1a14.pdf> Acesso em: 13. out. 2022

MOURA. Chyntia. Orientação profissional sob o enfoque da análise do comportamento. - Cnuipinas, SP: Editora Alinca, 2004.

PAULA de. Alexandre; PAULO. Vinícius. **Orientação profissional para alunos de uma escola pública: análise de uma intervenção**. Sinergia, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 156-160 jul./dez. 2017.

SOUSA. Silvia. **Processos de escolha e orientação profissional: uma reflexão teórica e prática**., 2007, p. 275-276 . Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v6n2/v6n2a17.pdf> Acesso em: 01.nov. 2022

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

39

A ARTETERAPIA: UMA ALTERNATIVA SAUDÁVEL E EFICIENTE NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

ART THERAPY: A HEALTHY AND EFFICIENT ALTERNATIVE IN THE DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD)

Steferson dy Stefano Nunes Martins
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

Neste artigo, discutiu-se a importância da arteterapia em crianças que possuem algum Transtorno de Espectro Autista (TEA), falou-se sobre os benefícios trazidos por essa técnica terapêutica em sala de aula e no atendimento clínico, observou-se que ela contribui positivamente não apenas na escola, mas sim numa melhor qualidade de vida para eles, uma vez que a arte ajuda de várias formas, dentre elas, a comunicação, e sabe-se que esses alunos possuem dificuldade em se comunicar, e através da arte possibilitou uma melhor interação na escola e na família, visto que o papel da família nesse processo é fundamental. A pesquisa surge da revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, como resultado da pesquisa destaca-se a importância da arteterapia e as suas contribuições na aprendizagem dos alunos com TEA, possibilitando maior desempenho, interações e a inclusão promovida a partir da respectiva área de conhecimento.

Palavras-chave: Arteterapia, Desempenho, Inclusão, Transtorno de Espectro Autista.

Abstract

In this article, the importance of art therapy in children who have some Autism Spectrum Disorder (ASD), the benefits brought by this therapeutic technique in the classroom and in clinical care, it was observed that it contributes positively not only to school, but to a better quality of life for them, since art helps in several ways, including communication, and it is known that these students have difficulty communicating, and through art enabled better interaction at school and family, as the role of the family in this process is fundamental. The research arises from the bibliographical review with qualitative approach, as a result of the research, the importance of art therapy and its contributions to the learning of students with ASD, enabling greater performance, interactions and inclusion promoted from the respective area of knowledge.

Keywords: Art Therapy, Performance, Inclusion, Autism Spectrum Disorder.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa responder o seguinte questionamento: quais são as contribuições da arteterapia para o desenvolvimento das crianças com transtorno do espectro autista.(TEA) as questões acima citadas promoveram as discussões e desenvolvimento da pesquisa, a partir do objetivo de analisar como a disciplina de artes contribui para o desenvolvimento cognitivo e a inclusão social do aluno com transtorno do espectro do autismo no espaço escolar, compreendendo as concepções e principais características do TEA, verificando as contribuições do ensino de artes na inclusão social dos alunos autistas no espaço escolar, identificando como o ensino de arte auxilia no desenvolvimento cognitivo da criança.

Ao decorrer da pesquisa, fica notório que o ensino da arte, voltado para crianças com transtorno do espectro autista tem contribuído para melhorar o convívio social, familiar e escolar, no que diz respeito à capacidade de interação e comunicação, e significativamente no processo de ensino e aprendizagem, pois com o auxílio e orientação dos profissionais, é possível se reconhecer a realidade de cada aluno, seus variados níveis, quais atividades podem ser propostas a partir do ensino da arte, temos como objetivo geral compreender como arteterapia pode ajudar no desenvolvimento das crianças com transtorno do espectro autista.(TEA)para alcançarmos o objetivo geral temos os objetivos específicos: apresentar conceito sobre o transtorno do espectro autista; conhecer as principais informações sobre o transtorno do espectro autista (TEA); descrever sobre a arteterapia e suas várias formas de expressões artísticas com finalidade terapêutica.

Para o presente artigo, realizou-se a pesquisa bibliográfica, com aporte teórico, Cunha (2012), Mazzota (1996), Barbosa (1998), dentre outros, a pesquisa tem abordagem qualitativa, compreendendo a importância da arte e suas contribuições para aprendizagem para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir do breve histórico sobre o surgimento do termo autismo.

Torna-se relevante essa pesquisa, pois trabalha os conceitos e técnicas da arteterapia com crianças em idade escolar, que ajudará o leitor a ampliar seus conhecimentos sobre um olhar histórico examinando o contexto em que arteterapia surge e seu desenvolvimento no Brasil.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, onde se procurou buscar fundamentos para as discussões e ideias descritas no decorrer deste artigo, as bases de dados que foram usadas para consultas foram: artigos de publicações nacionais e internacionais, dissertações,-teses, livros, dentre outras fontes consultadas com publicações de autores renomados que conversam sobre a temática.

Pois Segundo Cervo e Bervian (1983, p.55), as pesquisas bibliográficas “buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema”. Já no artigo “A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento” (PIZZANI; SILVA; HAYASHI, 2012, p.53- 63), esse método é definido como uma “revisão de leitura” sobre as principais teorias que direcionam o trabalho científico.

A pesquisa tem como abordagem qualitativa, pois segundo Denzin e Lincoln (2006, p.17), afirmam que “A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localizao observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”. Trazendo uma interpretação de mundo, onde os pesquisadores estudam o cenário de forma crítica e reflexiva buscando compreender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes conferem,por meio de representações.

O trabalho buscou compreender como o componente curricular a arte associado ao fazer psicopedagógico que podem estimular o desenvolvimento das crianças, na compreensão do universo autista bem como os aspectos da interação social, da comunicação e capacidade sensorial motora, promovendo a inclusão escolar e social.

2.2 Resultados e discussão

É cabível mencionar que o autismo faz parte do grupo de transtorno do Neurodesenvolvimento (TND). Estando inseridos nesse grupo de transtorno que se manifesta prematuramente, sendo notável logo cedo na criança déficits de desenvolvimento nas condições motoras e funcionais, causando má desenvoltura nas relações com o ambiente e ainda prejudicando com limitações de aprendizagens nas habilidades comuns.

O TEA engloba diferentes condições comportamentais estando marcado por fatores distintos, ou seja, o TEA é mutável gerando diversas alterações de caso para caso, segundo a APA,

> [a]s manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sócio comunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo.

Tendo assim, o autismo é visto como uma anomalia que apresenta sérios problemas graves, principalmente na comunicação e na capacidade de ter relações com outras pessoas de forma tradicional. Porém a falta de inserção de pessoas com TEA é ainda mais grave, pois como sabemos essas pessoas também tem capacidade de aprender e saber como reagir em certos ambientes. Vale ressaltar que a constituição assegura a inclusão de pessoas com autismo em todos os ambientes sociais.

Desta forma, Castanha (2016, p.30) reafirmar os princípios de inclusão de pessoas com deficiências

> [...] estão alicerçados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, na Declaração dos Direitos da Criança de 1959, na Declaração dos Direitos da Pessoa Mentalmente Retardada de 1971, na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes de 1975 sendo renovado, garantido e assegurando o direito à educação de todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990.

Vale dizer que é garantido por lei a inclusão desses alunos nas escolas, independentemente de qualquer diferença, pois eles podem e devem se estar em qualquer ambiente e que é fundamental que haja uma estruturação para a recepção desses discentes.

2.2.1 Relação família e escola no processo de inclusão de crianças com TEA

Nesse processo é de suma importância a parceria entre família e escola para o melhor desenvolvimento do aluno por meio da observação e compartilhamento de experiências vivenciadas para assim ampliar ou surgir novas práticas pedagogias e estratégias, colocando em ênfase que a criança autista é um ser autônomo e tem suas preferências e opiniões que devem ser lembrado ao ser elaborado o plano de ensino (PEI) de acordo com o seu nível.

Os profissionais da escola devem sempre buscar recursos que priorizem o melhor desenvolvimento do aluno com TEA em seu processo de ensino- aprendizagem garantindo os direitos de aprendizagem dessa criança de acordo a BNCC, além de garantir a inclusão no contexto social e escolar em conjunto com a família e a comunidade como afirma a constituição federativa brasileira:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Para a garantia dos direitos da criança com TEA é necessário uma integração mais efetiva entre escola e família, onde ambas as partes saibam sobre o que é o autismo e quais suas características, já que, ajuda no convívio da criança e adaptação, porém é sempre necessário respeitar as peculiaridades de cada indivíduo, buscar e lutar pela equidade, ressaltando que os pais são agentes fundamentais na educação dos filhos e podem influenciar nas tomadas de decisões.

2.2.2 A Importância da Arte

A arte está presente na vida do homem desde os primórdios da humanidade, onde desde então há registros dos códigos e desenhos deixados nas cavernas como forma de expressão e comunicação. Atualmente, convive-se diariamente com a arte, seja ouvindo uma música, apreciando um quadro, observando uma foto, recitando uma poesia, assistindo a uma peça de teatro, dentre outras formas, ela está presente.

Segundo Barbosa (1998, p.16) a arte, como uma linguagem presentacional dos sentidos, transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, tais como as linguagens discursiva e científica.

Sendo assim, percebe-se que a arte está presente nas várias fases da vida do ser humano, despertando sentidos e sentimentos que não podem ser traduzidos de nenhuma outra forma, se não, sentindo e usufruindo da arte. De acordo com Vygotsky (2001, p.322) "[...] A arte é uma espécie de sentimento social prolongado ou uma técnica de sentimentos." Percebe-se então, que a arte só tem a despertar o melhor de cada ser humano e está presente na vida de todo indivíduo, e a arte enquanto disciplina proporciona ensinamentos para toda a vida.

Todo o ser humano é criativo, no entanto, é preciso que aja estímulo para despertar

essa criatividade. A arte na educação, além de proporcionar aulas mais dinâmicas, divertidas e prazerosas, possuem funções muito maiores, tais como: estimular essa criatividade, possibilitar concentração e foco, senso crítico, improvisação, integração social, comunicação e imaginação. E além dos benefícios já citados, visa formar cidadãos mais conscientes, participativos e com um olhar mais sensível para o mundo, daí sua importância e obrigatoriedade que está expressa em lei.

A disciplina de arte é interdisciplinar, podendo ser associada a outras disciplinas. Possuindo também uma grande parcela na construção do homem como ser social e sua cultura, pois de acordo com Barbosa (1998, pg.16), não entende-se a cultura de um país sem antes conhecer sua arte, visto que a cultura de um país é construída através da artedesse lugar, o que é de suma importância na construção da sociedade, e na ausência desse conhecimento só se conhece parcialmente a cultura desse local.

2.2.3 Breve histórico sobre o TEA

Com bases em estudos realizados por pesquisadores de diversas áreas como educadores, psicanalistas e geneticistas a síndrome espectro autista ainda é considerado um tabu pelas suas mutações que ocorrem em diferentes ambientes. Os primeiros estudos sobre este transtorno vieram se tornar evidente pelo psiquiatra Leo Kanner em 1943, que considerou a síndrome como um distúrbio autísticos do contato afetivo, por apresentar características comportamentais especificas, sendo a desordem no uso da linguagem e comunicação, a falta de relação com o meio, etc.

Diante disso, muitas pesquisas foram feitas para saber qual a causa específica desse transtorno, e se tinha alguma relação com a esquizofrenia infantil, algo que era raro apresentar-se durante a infância. Perante as publicações de Kanner, chegou-se a conclusão que o autismo seria um quadro clinico único sem apresentar nenhuma evidência com outros transtornos já mencionados na edição DMS-II (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). Somente a partir do ano de 1978, que Michael Rutter propôs uma classificação para o autismo.

Esta classificação baseou se em quatro critérios que Rutter definiu:

1. Início precoce durante o desenvolvimento;
2. Desordens na comunicação;
3. Comportamentos incomuns;
4. Falta de interesse em relacionar com o meio social;

Tanto para Tamanaha como Perissinoto e Chiari (2008, p. 2) estes critérios podem ser compreendidos em:

> [...] a perda do interesse social e da responsividade; alterações de linguagem que vão desde a ausência de fala até o uso peculiar da mesma; comportamentos bizarros, ritualísticos e compulsivos; jogo limitado e rígido; início precoce do quadro, [...] antes dos 30 meses de vida.

Com essa definição estabelecida por Rutter que foi um marco na produção de estudos sobre o autismo que influenciou na elaboração do DSM-III em que foi reconhecido pela primeira vez, subindo para uma nova classificação, que o autismo seria um transtorno invasivo de desenvolvimento (TID), ou seja, transtornos que estão diretamente ligados ao

cérebro do indivíduo.

Sendo que o primeiro vestígio que há na utilização do termo autismo foi estabelecido pelo psiquiatra Eugene Bleuler em 1911, que notou a semelhança na sintomologia da esquizofrenia com o autismo por apresentarem os mesmos comportamentos mentais na infância. Sendo que anos depois percebeu-se que não havia nenhuma relação entre as síndromes, então descreveu o autismo como "fuga da realidade" pois pacientes que apresentava o transtorno demonstrava a incapacidade desse relacionar com outras pessoas.

Para cunha (2012, p.20) o termo autismo provir do grego que referir a 'autos', do qual significa 'de si mesmo' e 'ismo', 'conceitos ou tendência'. Nas observações que Bleuler realizou em crianças que manifestava característica de solidão, atraso na aquisição na fala e dificuldade motoras, logo relatou com a esquizofrênica pelo atraso mental e por estarem desligado com a realidade, no entanto distinguir que o autismo já mostrava condições desde a formação do feto.

Conforme as descobertas feitas sobre o autismo, classificou a síndrome com mais frequência em apresentar em lares com problemas afetivos, por estes ambientes provir de uma situação conturbada e assim gerava o transtorno, porém essa classificação deixou de ser válida pelas pesquisas de Hans Asperger.

E atualmente o autismo passa a ter uma nova classificação, ganhando um termo que é utilizado para definir pessoas com transtorno espectro autistas, estando incluindo na edição DSM-V, na categoria de transtorno neurodesenvolvimento (TND) (APA, 2014).

Com base dos fatos expostos a pesquisa apresentou uma temática bastante conhecida pela sociedade, porém ainda cercada de tabus, embora haja inúmeros artigos e estudos realizados a cerca desse tema. O percurso feito para a realização desse trabalho, que discorre sobre o TEA a partir de uma ótica diferente, de um ângulo mais específico, que é o campo do componente curricular artes, como a referida disciplina pode contribuir para o desenvolvimento da criança autista. As indagações e hipóteses levantadas fez vislumbrar uma infinidade de perspectivas sobre como essa disciplina, ligada a outros fatores essenciais para o bom desempenho do processo de ensino e aprendizagem da criança com TEA, poderia tornar-se um dos fatores para o alcance de resultados positivos no ato de ensinar e aprender.

As abordagens metodológicas no ensino de arte, que possa viabilizar a aprendizagem da criança com autismo, foram tratadas de forma sintetizada e clara. Foi possível identificar que o ensino de artes através de materiais lúdicos contribui gradativamente para o desenvolvimento da interação da criança com o professor e com os outros alunos, contribuindo para a sua socialização dentro e fora do ambiente escolar. Pois, tal metodologia ajuda na construção da comunicação, um fator essencial a ser trabalhado.

Seguindo o raciocino o Ministério da Educação (BRASIL, 2002) classifica "As Artes como linguagem é a área de conhecimento, possibilita o desenvolvimento global do ser humano e a relação inter e intrapessoal, na busca da identidade e do exercício da cidadania". Ou seja, a arte é uma área de conhecimento que abrange toda a diversidade de forma plural sem nenhum preconceito.

De acordo com Soares (2008):

> "O mundo das imagens traz uma significativa contribuição na mediação do autismo com o mundo. A arte tem neste universo imagético um grande aliado, no uso da imagem como instrumentos mediadores do conhecimento, podemos observar resultados significativos" (SOARES, 2008, p.1440).

A arte pode proporcionar além dos benefícios já elencados, imaginação, percepção, cognição, sensibilidade, enfim, formas que facilitam a interação e inclusão das crianças autistas no ambiente escolar. De acordo com Mazzota (1982, p.10) a educação especial visa proporcionar igualdade e oportunidade a todos, onde as instituições têm que atender a cada um, apesar das diferenças de cada aluno por maior que elas sejam. Ressalta-se, também, a relação família-escola, como uma das peças a se encaixar nas abordagens educacionais, pois, é notório que as informações trocadas entre pais e professores permitirão a elaboração de um plano de aula mais próximo da realidade da criança autista, tendo em vista que o trabalho executado por essa disciplina se estende para fora do ambiente escolar, sendo executado, também, em casa com os pais. Eis aí a importância dessa relação.

3. CONCLUSÃO

Sabendo-se que o autismo possui diversos espectros, que varia do espectro 1– leve, espectro 2 – moderado e espectro 3 - severo, conclui-se que a arteterapia contribui no processo de desenvolvimento das crianças com TEA de forma significativa, uma vez que dentre as dificuldades enfrentadas por esses alunos, está a de socialização, mas que quando detectado e tratado podem e devem ser inseridos em sociedade.

A arteterapia para crianças autistas pode contribuir tanto no convívio escolar, familiar e social, proporcionando inclusão, igualdade e oportunidade a esses indivíduos. No ambiente escolar, essa disciplina pode ser uma ferramenta para auxiliar os professores a trabalharem com essas crianças de maneira lúdica, incluindo-os e respeitando as suas limitações, dessa forma desconstruindo certos preconceitos em relação ao autista.

Acreditando-se que a arte está presente na vida de todos os indivíduos em diversas manifestações desde os primórdios; A arteterapia não apenas traz os benefícios já elencados, mas também proporciona descobertas e conhecimentos que essas crianças com o transtorno do espectro autista (TEA) levarão para a vida toda. É fundamental a participação da família nesse processo de aprendizagem e crescimento mútuo.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION- APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM- 5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANTUNES. C. **Jogos para estimulação das múltiplas inteligências.** 9ª Ed. Petrópolis, RJ:vozes:1998.

BARBOSA, Ana mãe. **Tópicos Utópicos**, Belo Horizonte, editora c/arte, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Estratégias e orientação sobre artes / respondendo com Arte às necessidades especiais**. Brasília, dez., 2002. (Documento do Ministério da Educação.

CASTANHA, J. G. Z. **Trajetória do autismo na educação: da criação das associações à regulamentação da política de proteção (1983-2014).** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Cascavel, 2016. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3388/5/Juliane_Castanha 2016.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024.

CERVO, I.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica para uso dos estudantes.**

CUNHA, Eugênio**. Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e da família.** 7 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2017.

DEZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, 17 p.

Kanner L. **Autistic disturbances of affective contact**. Nerv Child. 1943; 2: 217-50. (Acta Paedopsychiatr. 1968; 35 (4): 100-36)

MAZOTTA, **fundamentos de educação especial.** São Paulo: Pioneira,1982.

MAZZOTA, Marcos. José Silveira. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996, 208 p.

RUTTER, M. **Diagnosis and definitions of childhood autism**. J Autism Dev Disord 1978; 8 (2): 139-61.

SOARES, R. **O autismo, a arte e o ensino regular**: uma convivência possível? Anais do 17° encontro nacional da associação nacionalde pesquisadores em artes plásticas, Panorama da pesquisa em Artes visuais Florianópolis p. 1437-1447, 2008.

TAMANAHA, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M. **Uma breve Revisão Histórica Sobre a Construção dos Conceitos do Autismo Infantil e da Síndrome de Asperger**. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 296-299, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v13n3/a15v13n3.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.

VYGOTSKY, Lev.S**. Psicologia pedagógica**. Porto Alegre. Artmed, 2001.

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

40

DESAFIOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL: ANSIEDADE E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

CHALLENGES IN PROMOTING MENTAL HEALTH: ANXIETY AND COPING STRATEGIES DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Claudio Lucas Barros de Sousa Cabral

Resumo

Neste trabalho, explorei a ansiedade durante a pandemia de COVID-19, examinando seus fatores de risco, estratégias de enfrentamento e impactos psicossociais. Através de uma análise bibliográfica abrangente, identifiquei que a pandemia exacerbou os sintomas de ansiedade em todo o mundo, devido à incerteza, isolamento social e ameaça à saúde. Discuti diversas estratégias de enfrentamento, como autocuidado, apoio social e acesso a serviços de saúde mental, destacando sua importância para fortalecer a resiliência individual e comunitária. Além disso, abordei as consequências psicossociais da ansiedade, incluindo estigma e discriminação relacionados à saúde mental. Concluí que a promoção da saúde mental deve ser uma prioridade durante a pandemia, com investimentos em pesquisa, educação e acesso a serviços de saúde mental. Espero que este trabalho contribua para uma compreensão mais profunda da ansiedade durante a pandemia e informe intervenções práticas para promover o bem-estar emocional da população.

Palavras-chave: Ansiedade, COVID-19, Pandemia, Saúde Mental, Estresse.

Abstract

In this work, I explored anxiety during the COVID-19 pandemic, examining its risk factors, coping strategies, and psychosocial impacts. Through a comprehensive literature analysis, I identified that the pandemic has exacerbated anxiety symptoms around the world, due to uncertainty, social isolation and health threats. I discussed various coping strategies, such as self-care, social support and access to mental health services, highlighting their importance for strengthening individual and community resilience. Additionally, I addressed the psychosocial consequences of anxiety, including stigma and discrimination related to mental health. I concluded that promoting mental health should be a priority during the pandemic, with investments in research, education and access to mental health services. I hope this work contributes to a deeper understanding of anxiety during the pandemic and informs practical interventions to promote the emotional well-being of the population.

Keywords: Anxiety, COVID-19, Pandemic, Mental Health, Stress.

1. INTRODUÇÃO

A epidemia de COVID-19, que teve início em 2019, trouxe uma série de dificuldades para o bem-estar mental da população mundial. O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é analisar como a pandemia afetou a ansiedade das pessoas e investigar as estratégias que foram adotadas para lidar com esse problema em constante crescimento. A crise pandêmica da COVID-19, que teve início em 2019, representou um desafio extraordinário para a saúde pública e a sociedade como um todo. Além dos aspectos clínicos e epidemiológicos, a pandemia trouxe à tona preocupações significativas relacionadas à saúde mental. Um tema amplamente discutido e estudado nesse contexto é o impacto da ansiedade nas pessoas ao redor do mundo.

A ansiedade é um estado emocional caracterizado por apreensão, medo e tensão, sendo uma resposta natural a situações de estresse e incerteza. A pandemia de COVID-19 trouxe consigo uma série de fatores estressantes únicos, incluindo preocupações com nossa própria saúde e a de nossos entes queridos, isolamento social, mudanças nas rotinas diárias e incertezas econômicas. Esses elementos combinados criaram um ambiente propício para o aumento da ansiedade em muitas pessoas.

2.DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Para conduzir esta pesquisa, foi adotada uma abordagem que se baseia na análise crítica de uma ampla variedade de fontes acadêmicas relevantes, levando em consideração a temporalidade dos eventos. A seguir, detalhamos os passos-chave que seguirão nossa pesquisa: Realizou-se um levantamento bibliográfico abrangente em bases de dados acadêmicas, incluindo PubMed, Scopus e Google Scholar, considerando principalmente os estudos publicados nos últimos cinco anos. Nossa busca utilizará descritores como “ansiedade”, “pandemia de COVID-19”, “saúde mental” e “estratégias de enfrentamento” para garantir que as fontes sejam atualizadas e relevantes para os objetivos específicos desta pesquisa. Após a coleta inicial, foi feito uma triagem rigorosa para selecionar as fontes mais pertinentes. Se estabeleceu critérios de inclusão e exclusão que levarão em consideração a data de publicação recente, o foco na saúde mental e a qualidade metodológica dos estudos. Os artigos selecionados serão submetidos a uma análise crítica, com ênfase nos descritores mencionados anteriormente, para identificar tendências, padrões e informações-chave relacionados à ansiedade durante a pandemia e às estratégias de enfrentamento no contexto dos últimos cinco anos. Os dados e informações coletados serão organizados em categorias relevantes, incluindo fatores de risco, estratégias de enfrentamento, impacto em diferentes grupos demográficos e muito mais, utilizando os descritores como guia para categorização.

Com base na análise dos dados, elaboraremos um capítulo de revisão de literatura que discutirá as principais descobertas da pesquisa. Os descritores nos ajudarão a contextualizar as informações e a fornecer uma base sólida para a discussão e conclusões do nosso trabalho. Em todas as etapas deste processo, seguiu-se rigorosamente padrões éticos de pesquisa, garantindo que todas as fontes de pesquisa sejam devidamente citadas e referenciadas, evitando qualquer forma de plágio. Essa abordagem integra a temporalidade na metodologia, garantindo que as fontes utilizadas sejam atualizadas e relevantes para o

contexto da pesquisa sobre ansiedade durante a pandemia de COVID-19 e estratégias de enfrentamento.

2.2 Resultado e discussão

Teoria da Ansiedade A teoria cognitivo-comportamental da ansiedade propõe que pensamentos negativos e distorcidos sobre eventos futuros desencadeiam a ansiedade (Beck, 1976). Durante a pandemia, esses pensamentos podem se manifestar como preocupações excessivas com a saúde própria e dos entes queridos, com a segurança financeira e com o futuro incerto (Asmundson; Taylor, 2020).

Modelo de Estresse e Coping: o modelo de estresse e coping de Lazarus e Folkman (1984) destaca a interação dinâmica entre os fatores estressores, a avaliação cognitiva do estresse e as estratégias de enfrentamento adotadas pelo indivíduo. Durante a pandemia, fatores estressores como o medo da contaminação, a perda de emprego e o isolamento social podem desencadear respostas de ansiedade. As estratégias de enfrentamento, incluindo o apoio social, o autocuidado e o uso de técnicas de relaxamento, desempenham um papel crucial na redução da ansiedade (Pappa *et al*., 2020).

Modelo Biopsicossocial da Ansiedade: o modelo biopsicossocial proposto por Engel (1977) considera a interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais na determinação da saúde e da doença. Durante a pandemia, fatores biológicos, como predisposição genética e vulnerabilidades neurobiológicas, interagem com fatores psicológicos, como a percepção de controle e o suporte social, para influenciar os níveis de ansiedade (Hammen, 2005).

Considerações Culturais e Contextuais: as diferenças culturais e contextuais desempenham um papel importante na expressão e no manejo da ansiedade (Hofmann, Asnaani, & Hinton, 2010). Durante a pandemia, as disparidades socioeconômicas, o acesso desigual aos serviços de saúde mental e as práticas culturais de enfrentamento podem influenciar a experiência da ansiedade em diferentes grupos populacionais (Fiorillo; Gorwood, 2020).

Conclusão da Fundamentação Teórica: em resumo, a ansiedade durante a pandemia de COVID-19 é um fenômeno multifacetado que surge da interação complexa entre fatores cognitivos, emocionais, biológicos, sociais e culturais. Compreender esses aspectos teóricos é fundamental para desenvolver estratégias de intervenção eficazes que possam mitigar os impactos negativos da ansiedade e promover o bem-estar emocional durante esse período desafiador.

A pandemia de COVID-19, que afetou o mundo a partir de 2019, trouxe uma série de desafios profundos, que vão além da esfera física e atingem a saúde mental de pessoas em todo o globo. É importante ressaltar que estamos lidando com muito mais do que um vírus; estamos lidando com um impacto emocional que permeia todas as camadas da sociedade. A ansiedade, em particular, emergiu como uma das emoções mais prevalentes nesses tempos de incerteza e isolamento social.

2.2.1 Ansiedade na Pandemia: Um Reflexo da Incerteza Humana

A ansiedade não deve ser reduzida a uma simples resposta emocional. Ela é um reflexo do nosso profundo desconforto perante a incerteza. Esta é uma incerteza que vai além das preocupações com a nossa saúde e a de nossos entes queridos. Ela abrange também

a ansiedade econômica resultante das medidas de isolamento. Como seres humanos, tememos o desconhecido, e em uma pandemia em constante evolução, o desconhecido parece sempre estar à espreita.

2.2.2 Fatores de Risco: Uma Jornada Pessoal pela Ansiedade

Cada indivíduo traz consigo uma jornada pessoal na vivência da ansiedade durante a pandemia. Diferenças demográficas, como idade, gênero e condições socioeconômicas, desempenham um papel significativo na percepção e no enfrentamento da ansiedade. Por exemplo, os idosos podem enfrentar preocupações agravadas pela sua vulnerabilidade, enquanto os jovens podem lidar com questões de isolamento social.

A exposição direta ou indireta ao vírus também é um fator de risco, assim como a enxurrada de informações conflitantes a que estamos expostos diariamente. Além disso, é importante mencionar que a pandemia trouxe à tona questões relacionadas à desigualdade social, incluindo o acesso desigual a recursos de saúde e a disparidade na capacidade de trabalhar remotamente, o que contribuiu para o aumento da ansiedade em grupos economicamente mais vulneráveis.

2.2.3 Estratégias de Enfrentamento: Humanidade em Ação

No cerne desse desafio, a resiliência humana é evidente. As pessoas desenvolveram inúmeras estratégias para lidar com a ansiedade. Desde práticas de autocuidado, como a meditação e o exercício físico, que atuam como uma válvula de escape, até o apoio mútuo proporcionado pelas conexões online, que têm mantido a chama da esperança acesa.

O estabelecimento de laços emocionais por meio de telas e o reconhecimento da necessidade de buscar ajuda profissional, incluindo terapia online, demonstram a capacidade da humanidade de adaptar-se e buscar apoio. Além disso, a importância da solidariedade e do voluntariado em tempos de crise merece destaque.

Muitos indivíduos se envolveram em ações humanitárias, como a distribuição de alimentos e o apoio a pessoas em situações de vulnerabilidade, o que não apenas ajuda aqueles em necessidade, mas também fortalece o senso de comunidade e contribui para o alívio da ansiedade.

2.2.4 Repercussões Sociais e Políticas: Impacto Além do Indivíduo

A pandemia também expôs questões sociais e políticas que afetaram a saúde mental. A falta de acesso a serviços de saúde mental de qualidade e o estigma em torno das doenças mentais foram acentuados, destacando a necessidade de reformas e investimentos nessa área. Além disso, as políticas de isolamento social e suas implicações econômicas provocaram debates sobre a importância do suporte financeiro do governo e da segurança no emprego.

A ansiedade é um fenômeno psicológico complexo que envolve uma resposta adaptativa do organismo diante de situações percebidas como ameaçadoras ou desafiadoras (Barlow, 2014). Sob o contexto da pandemia de COVID-19, a ansiedade emerge como uma reação natural diante da incerteza, do medo do contágio e das mudanças abruptas no estilo de vida (Holmes *et al*., 2020).

2.2.5 Relevância para a Promoção da Saúde Mental: Um Chamado à Empatia

O entendimento da ansiedade durante a pandemia é crucial para a promoção da saúde mental. A identificação dos fatores de risco e o reconhecimento das estratégias de enfrentamento eficazes são passos fundamentais para direcionar recursos e intervenções de apoio de maneira eficaz. A promoção da saúde mental em tempos de pandemia requer uma abordagem que considere tanto os desafios específicos quanto as necessidades únicas de cada indivíduo. É um chamado à empatia, ao reconhecimento de que, apesar de nossas diferenças, compartilhamos a experiência da humanidade e, juntos, podemos enfrentar essa crise sem precedentes.

2.2.6 Conclusão: Compreensão para a Ação Humanitária

A pandemia de COVID-19 não é apenas uma crise de saúde, mas também uma crise que afeta a saúde mental, a igualdade social, as políticas públicas e a solidariedade humana. É essencial que, à medida que enfrentamos os desafios da pandemia, reconheçamos a complexidade dessas questões e ajamos com compaixão e determinação para apoiar a saúde mental das pessoas, promover a igualdade e moldar políticas que abordem as consequências sociais da pandemia. Juntos, podemos transformar a compreensão em ação humanitária e emergir mais fortes como sociedade.

3. CONCLUSÃO

A pandemia da COVID-19 impôs desafios sem precedentes à saúde mental global. A emergência sanitária exacerbou níveis de ansiedade, criando um ambiente onde estratégias eficazes de enfrentamento são cruciais.

Através deste estudo, destacou-se que a ansiedade durante a pandemia é multifatorial, sendo influenciada por fatores como isolamento social, incerteza econômica e medo da doença. Identificou-se que abordagens integradas, que combinam apoio psicológico, fortalecimento das redes de suporte social e a promoção de práticas de autocuidado, são essenciais para mitigar os impactos da ansiedade. Intervenções baseadas em evidências, como terapia cognitivo-comportamental (TCC) online, meditação, exercício físico e técnicas de relaxamento, mostraram-se eficazes no manejo da ansiedade durante este período crítico. Além disso, a pandemia evidenciou a necessidade urgente de políticas públicas que priorizem a saúde mental, promovendo acesso a serviços de qualidade e treinamento adequado para profissionais de saúde.

A utilização de tecnologias digitais para a prestação de cuidados psicológicos surgiu como uma ferramenta valiosa, ampliando o alcance dos serviços de saúde mental. Em conclusão, a promoção da saúde mental durante a pandemia de COVID19 deve ser abordada de forma holística, incorporando estratégias individuais e coletivas. O desenvolvimento contínuo de estratégias de enfrentamento adaptativas e o fortalecimento das infraestruturas de apoio são imperativos para enfrentar crises futuras. A partir das lições aprendidas, pode-se construir um sistema de saúde mental mais resiliente e acessível, capaz de responder eficazmente às necessidades emergentes da população.

Referências

Barlow, D. H. (2014). Anxiety and Its Disorders: The Nature and Treatment of Anxiety and Panic (2nd ed.). Guilford Press.

Beck, A. T. (1976). Cognitive Therapy and the Emotional Disorders. International Universities Press.

Holmes, E. A., O'Connor, R. C., Perry, V. H., Tracey, I., Wessely, S., Arseneault, L., Ballard, C., Christensen, H., Cohen Silver, R., Everall, I., Ford, T., John, A., Kabir, T., King, K., Madan, I., Michie, S., Przybylski, A. K., Shafran, R., Sweeney, A., Worthman, C. M., & Yardley, L. (2020). Multidisciplinary research priorities for the COVID-19 pandemic: a call for action for mental health science. The Lancet Psychiatry, 7(6), 547–560.

Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). Stress, Appraisal, and Coping. Springer Publishing Company.

Lima, C. K. T., Carvalho, P. M. M., Lima, I. A. A. S., Nunes, J. V. A. O., Saraiva, J. S., de Souza, R. I., ... & Neto, M. L. R. (2020). Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 29(4), e2020427

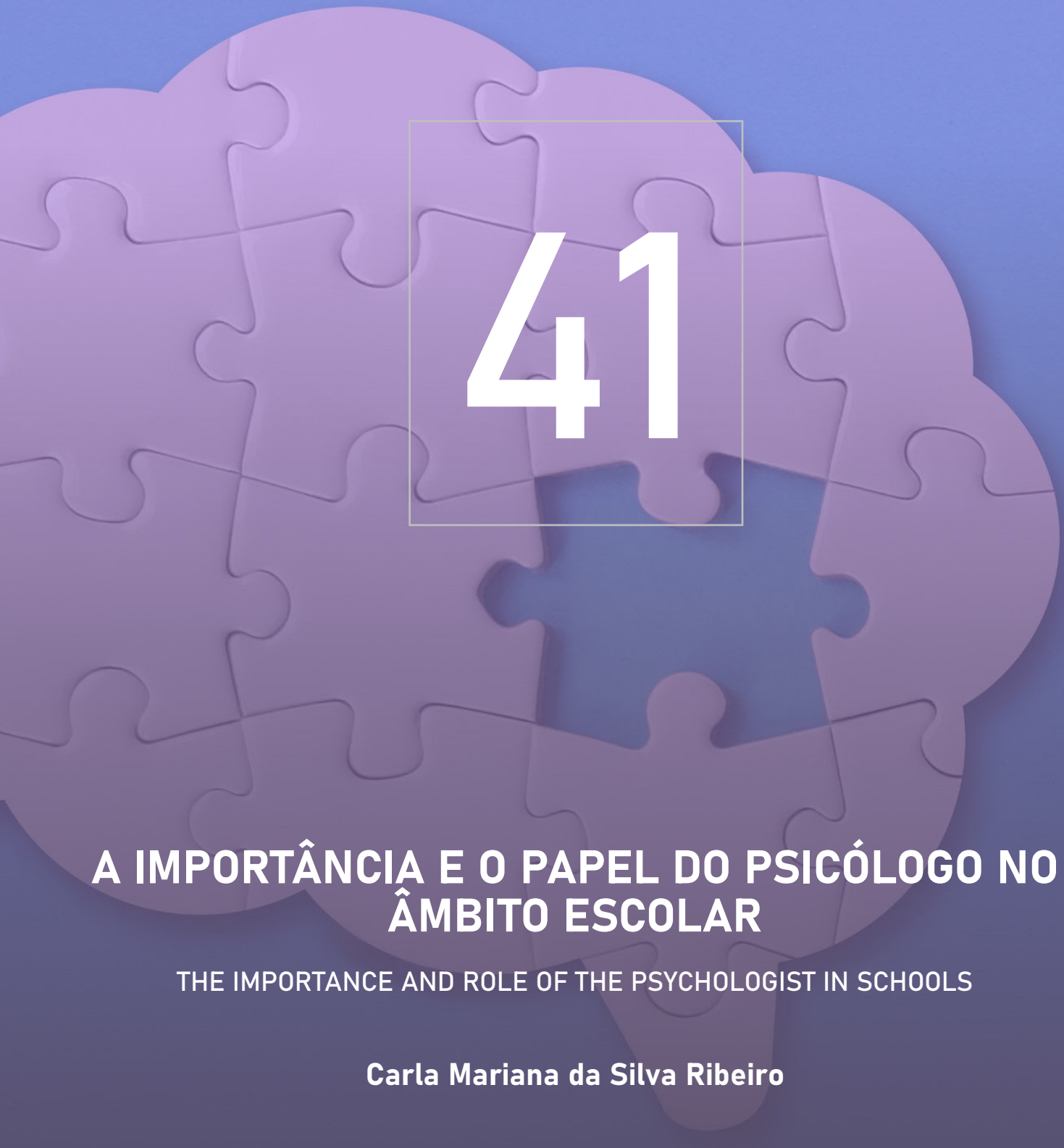
Lima, C. K. T., Carvalho, P. M. M., Lima, I. A. A. S., Nunes, J. V. A. O., Saraiva, J. S., de Souza, R. I., ... & Neto, M. L. R. (2020). Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 29(4), e2020427

Silva, A. A. D., & de Oliveira, M. L. F. (2021). Stress e transtornos mentais durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. Research, Society and Development, 10(9), e14210917968

SOUZA, L. M. et al. Adaptação e verificação das propriedades psicométricas das escalas Fear of COVID-19 Scale e Coronavirus Anxiety Scale a partir da coleta de dados realizada com profissionais que atuam diretamente no combate à COVID19 no Brasil. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 38, p. 1-12, 2021.

Pascal Editora

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA



41

A IMPORTÂNCIA E O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO ESCOLAR

THE IMPORTANCE AND ROLE OF THE PSYCHOLOGIST IN SCHOOLS

Carla Mariana da Silva Ribeiro

Resumo

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica em vários autores envolvidos sobre a importância e a contribuição do psicólogo no âmbito escolar, com objetivo em verificar e analisar a forma pela qual ocorre a atuação do psicólogo nesse ambiente. Visto que este profissional é buscado em clínicas de forma bem individual, para tratar somente casos específicos. O texto fala principalmente do papel deste profissional, em seus limites e possibilidades, utilizando os conhecimentos da psicologia na educação. As ações educativas a partir da atuação com os diversos profissionais da educação e observar funções, papéis e responsabilidades. Aqui se refletirá sobre sua atuação em diversos horizontes como nas políticas públicas, na proteção da infância e adolescência, queixas escolares, fracasso, uma ideação de um novo perfil de um psicólogo na realidade brasileira, além do campo de atuação, que implica em saúde e qualidade de vida.

Palavras-chave: Psicólogo. Educação. Ambiente. Escolar.

Abstract

This study is a bibliographical research on the importance and contribution of the psychologist in the school environment, with the aim of verifying and analyzing the way in which the psychologist works in this environment. Since this professional is sought out in clinics on a very individual basis, to treat only specific cases. The text talks mainly about the role of this professional, in its limits and possibilities, using the knowledge of psychology in education. Educational actions based on working with different education professionals and observing functions, roles and responsibilities. Here we will reflect on their performance in different horizons such as public policies, the protection of childhood and adolescence, school complaints, failure, an idea of a new profile of a psychologist in the Brazilian reality, in addition to the field of activity, which involves health and quality of life.

Keywords: Psychologist. Education. Environment. School.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um ativo importante para o desenvolvimento humano. O ser humano, não só em relação ao mercado de trabalho, mas também em relação ao seu desenvolvimento e atuação na sociedade. Atualmente, muitos autores estão trabalhando para definir o papel e a contribuição dos profissionais de psicologia no ambiente escolar, o que resultou em uma série de discussão e debate.

O psicólogo escolar em sua atuação, afeta diretamente a mudança no ambiente escolar, promovendo a reflexão e a sensibilização dos diversos grupos que compõem a comunidade escolar como: estudantes, profissionais e responsáveis, buscando soluções para o melhor funcionamento do processo educativo, dentro de limites realistas agências, diagnosticar essas situações para planejar ações a serem tomadas beneficiar deste cenário. Mas qualquer grupo afetado, por questões que afetam os domínios mental e emocional, em suma, os profissionais de saúde mental são muito importantes, com a capacidade de identificar certas alterações com mais facilidade. Os psicólogos podem ouvir e detectar comportamentos e sinais incomuns treinando quem está passando por situações complexas. Além disso, eles podem incentivar atividades que sejam benéficas para o corpo e a mente, projetado para melhorar e/ou prevenir problemas emocionais, mentais e problemas psicológicos mais sérios.

Levando em conta, o cenário educacional e social nos últimos anos, a pesquisa enfatiza as ações do psicólogo na instituição escolar e se pode minimizar o fracasso escolar, através de estratégias e propostas junto a Gestão e a equipe pedagógica, além de ter familiaridade com as culturas familiares e da comunidade.

O principal objetivo serão compreender a atuação do psicólogo na escola, Conhecer o papel, em seus limites e possibilidades do psicólogo escolar, utilizando os conhecimentos da Psicologia na educação; Analisar a Psicologia voltada a um compromisso social; Refletir sobre as ações educativas a partir da atuação com os diversos profissionais da educação; Esclarecer processos diferenciados de desenvolvimento da aprendizagem (aprender a aprender) de cada aluno e de cada professor; Observar funções, papéis e responsabilidades dos envolvidos; Espera-se contribuir com o tema enfocando manter uma visão preventiva para a melhoria do aprendizado sócio educacional.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Este trabalho relata pesquisa de iniciação científica, o levantamento ocorreu com a palavra-chave Psicologia escolar, onde realizou-se análise de artigos, projetos, livros, trabalhos acadêmicos: parâmetros de identificação; tema; objetivos; área de referência; metodologia e procedimentos utilizados (quando fosse o caso); posicionamento do autor em relação à formação em psicologia e em psicologia escolar; concepção de currículo em psicologia escolar, de psicologia escolar, de psicologia e de formação em psicologia escolar.

De modo geral, a pesquisa variou entre a formação e a atuação do psicólogo escolar, podendo falar dos dois assuntos ou focar-se somente em um deles sem negligenciar o outro. Já no que tange à área de referência, observou-se o predomínio da Análise Institucional e outro da psicologia social comunitária, áreas que podem ser relacionadas à escolar por seu caráter psicossocial.

Analisando a atuação do psicólogo na instituição escolar. Verificou-se que sua atuação pode minimizar o fracasso escolar, tanto na prevenção, como na intervenção, onde está se mostra imprescindível. Favorece o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno. Destacou-se sobre a importância da atuação do psicólogo escolar nas prevenções e intervenções dentro do ambiente escolar.

O psicólogo escolar deve articular teoria e prática, a partir do contexto escolar e propor um plano de ação, para enfrentar a prática como pesquisa e produção de conhecimento.

Visto que atua com toda a comunidade escolar, pode-se refletir acerca da identidade dos profissionais de Psicologia. Sobretudo, com relação à necessidade de uma importância deste papel na escola e da reestruturação da formação acadêmica dos profissionais de Psicologia.

2.2 Resultados e Discussão

A escola é baseada na política educacional e na lei de base 1996 (Brasil, 2005) é um ensino aprendizagem e espera-se que os alunos realmente aprendam. A aprendizagem é um processo que existe nas escolas, mas não é exclusivo delas. A atenção na educação no Brasil é uma discussão recente. É necessário um acompanhamento próximo, além do investimento, é importante ter qualidade no serviço oferecido. Neste contexto, a escola, na legitimidade de executar a educação formal, tem ao longo da história experimentado inúmeros desafios e transformações, mas seu referencial mais forte ainda é o de formar pessoas dentro de normas e diretrizes pedagógicas, conforme o entendimento sociopolítico dominante. Desde os primórdios da educação a instituição escolar foi claramente um instrumento de controle e disciplina de corpos e mentes, isso muito chamou a atenção de estudiosos como Michel Foucault, que enxergou nela uma ferramenta de dominação do estado constituído.

Seja, por exemplo, uma instituição escolar: sua organização espacial, o regulamento meticuloso que rege sua vida interior, as diferentes atividades aí organizadas, os diversos personagens que aí vivem e se encontram, cada um com uma função, um lugar, um rosto bem definidos - tudo isto constitui um “bloco” de capacidade comunicação poder. A atividade que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento aí se desenvolve através de todo um conjunto de comunicações reguladas (lições, questões e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciais do “valor” de cada um e dos níveis de saber) e através de toda uma série de procedimentos de poder (enclausuramento, vigilância. recompensa e punição, hierarquia piramidal) (FOUCAULT, 1995, p. 241).

Além de Foucault, Paulo Freire, que percebe o valor de quem ensina consciente de quanto o que ensina pode mudar a vida de quem aprende, desenvolvendo nos que ensinam um senso crítico e autocrítico sobre a forma de ensinar.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas 17 nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1999 p. 38).

Com Paulo Freire os educadores passaram a enxergar o quanto de ideologia domi-

nante havia no currículo oculto, por trás do currículo oficial, e assim começaram a dissolver o que ele denominou de "educação bancária" e distanciar as pedagogias progressistas das conservadoras e perceber melhor o controle subordinante da classe operante, em cada conteúdo, os educadores aprendem com ele a analisar politicamente tudo que é feito em Educação, inclusive, o que eles próprios realizam. Outra grande pensadora da Educação, professora da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), Sandra Mara Corazza, que com positividade vem repartindo seu saber, fazendo pensar aquelas que farão pensar, da alfabetização ao ensino superior. Nos instiga quando diz sobre a educação atual:

> As coisas, palavras, pensamentos, teorias, práticas educacionais não existem por si mesmas, não estão fixadas, não são eternas nem universais. Elas não são. Ou melhor: são à medida, e somente à medida, que se fazem, à medida que se revelam como um por-fazer, como um esforço de conquista e de reconquista dos percursos da Educação (CORAZZA, 2009, p. 14).

Analisando a escola como contexto socioeducativo, verificamos que é aí que a humanidade de cada pessoa emerge mais facilmente desde a infância, porque é na escola, longe da família, do controlo parental ou da conivência, que as crianças expressam naturalmente a suas características psicológicas, cognição, emoção. Juntamente com professores e colegas, crianças e adolescentes expressam espontaneamente suas emoções positivas ou negativas, suas características superiores, suas incongruências comportamentais, diferenças sociais, déficits cognitivos e emocionais que podem levar à aprendizagem por falta de estimulação saudável, dificuldade. Mas não são apenas os alunos que têm problemas, muitos educadores também são incapazes de conter os seus impulsos e vulnerabilidades psicoemocionais, criando conflitos entre colegas de profissão, administradores e pais e, mais importante, o seu foco está nos alunos.

Nas escolas, novas expressões sociais e culturais também se refletem, "como educar, num tempo de Tecnocosmos, de Ciberespaço, de Informatização galopante, de Cultura Googleana, de Bioética, de Biodiversidade, de Células Tronco?" (CORAZZA, 2009, p. 13), e os ambientes escolares são, na verdade, locais onde os conflitos de diversidade têm a oportunidade de se manifestar de formais visível, como evidenciado por vários tipos de bullying.

O curso de psicologia tem gerado muita discussão e debate no contexto escolar através da história. Mas ainda não há conclusão, porque envolve questões sociais, política, pensamento e educação. A realidade das escolas exige que os psicólogos ocupem o seu lugar, mas antes, precisam ter uma ideia do que esse profissional faz dentro desse ambiente. Contudo, a maioria dos educadores visualize a ação de forma distorcida, como se tivesse uma solução que resolva o problema ou clinicar na escola.

Problemas que ocorrem nas escolas, incluindo comportamento e comportamento dos alunos e que têm dificuldades de aprendizagem.

Para Barbosa (2001, *apud* MACHADO, 2010) compreende-se por Psicologia Escolar um campo de atuação do psicólogo, caracterizado pela utilização da Psicologia no contexto escolar. Tem o objetivo de contribuir para aperfeiçoar o processo educativo, entendido como complexo processo de transmissão cultural e de espaço de desenvolvimento da subjetividade.

Discorre Antunes (2008), que a própria história da Psicologia Escolar no Brasil, que por muito tempo concentrava o trabalho na aplicação de testes psicológicos, com a finalidade de medir capacidades e habilidades, e na identificação de uma possível psicopatologia, foi alterada.

A Psicologia se constitui, segundo Cassins (2007), desde os tempos coloniais, como uma prática que se articula com a educação buscando alternativas para auxiliar o processo educativo. Nesse sentido, compreende o desenvolvimento ensino/aprendizagem a partir dos conhecimentos sobre o desenvolvimento emocional, cognitivo e social, para assim direcionar a equipe educativa no aperfeiçoamento da escolarização do aluno.

Para Cassins (2007) a participação do psicólogo escolar na equipe multidisciplinar é imprescindível, uma vez que, respalda essa equipe, com conhecimentos e experiências científicas acerca do processo de aprender e aprendizagem do aluno. Mostrando que, os déficits de aprendizagem muitas vezes têm as causas na educação familiar, outras vezes na ausência de uma vinculação sólida familiar.

Desta forma, é preciso levar em conta a relação professor-aluno e estudar cada caso em profundidade. Cassins (2007) descreve que a atuação do psicólogo também visa subsidiar a distribuição apropriada de conteúdos programáticos, que deve ser efetuada de acordo com as fases de desenvolvimento dos alunos, seleção de estratégias, apoio ao professor no trabalho com uma população diversificada de alunos, desenvolvimento de técnicas inclusivas para alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou comportamentais, programas de desenvolvimento de habilidades sociais e outras questões relevantes no processo ensino-aprendizagem.

Antunes (2008) corrobora esta ideia, pois também visualiza o psicólogo escolar, com a função de desenvolver, apoiar e promover a utilização de instrumental adequado para o melhor aproveitamento acadêmico do aluno. Não somente no plano escolar, mas principalmente, no plano social. Como discutido anteriormente, o psicólogo escolar desenvolve atividades direcionadas com alunos, professores e funcionários.

Antunes (2008) acredita que em seu trabalho, o psicólogo deve formar parcerias com vários segmentos da escola: com a coordenação, direção, professores, comunidade, familiares, profissionais que acompanham os alunos fora do ambiente escolar. Buscando agir de forma preventiva e a transformadora, que requer ajustes ou mudanças. Desta forma agindo e contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, humano e social de toda a comunidade escolar.

Conforme o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1992), mais do que impedir ou prevenir problemas mentais ou comportamentais, o psicólogo deve favorecer a criação de espaços a fim de promover a saúde e o bem-estar de todos os que frequentam instituição escolar e, a partir de suas estratégias de intervenção, proporcione a diminuição de dificuldades no processo de adaptação escolar e de aprendizagem.

Desta forma, a atuação e prática do psicólogo no contexto educacional devem estar ligadas a um processo de reflexão crítica da realidade, do dia-a-dia da escola e de seus integrantes, conhecendo o aluno por meio do diálogo com todos os diversos elementos envolvidos com a aprendizagem. Neste contexto, o profissional de Psicologia assume um papel de agente de mudanças das impossibilidades, dentro da instituição, torna-se importante a aplicação dos conhecimentos provenientes da Psicologia no âmbito educacional, que contribuam com a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

A Psicologia Escolar foi reconhecida como uma especialidade, pelo CFP em 1992. Diante disso se ressalta o modelo de atuação do psicólogo no âmbito da educação institucional possibilitando a realização de pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva, tanto em grupo, como de forma individual.

Barbosa (2001, p. 79 *apud* MACHADO, 2010) discute, que fica difícil traçar um perfil da atuação do psicólogo, visto que há certa distância entre o papel atribuído ao psicólogo no

campo teórico e as demandas que se espera que sejam atendidas no cotidiano escolar. Por isso há necessidade de serem desenvolvidas referências para a atuação do psicólogo no contexto da escola, bem como de articular a prática à teoria. Nesse sentido, para Coll (2007), a atuação da Psicologia da educação auxilia no processo educacional. Esta tem uma dimensão psicológica, a qual deve ser considerada, assim como os processos psicológicos oriundos do ambiente educacional. Desta forma se faz necessário a análise do comportamento e demais componentes psicológicos dos alunos e/ou indivíduos inseridos naquele contexto.

Novaes (1996 *apud* MACHADO, 2010) coloca que, a Psicologia Escolar se trata de uma área da Psicologia. Entretanto, na realidade brasileira, esta área é ainda visualizada sem grande importância sendo considerada por várias instituições escolares, desnecessária. Os serviços de Psicologia Escolar se encontram fundamentado teoricamente e visam favorecer todo o processo educacional, pois é desenvolvido nas instituições de ensino.

Para Novaes (1996 *apud* MACHADO, 2010), atualmente a atuação do psicólogo emerge com objetivo contextualizado e direcionando a Psicologia Escolar para problemas individuais e/ou coletivos concernentes ao aprender. Desta forma, o tema favorece discussões e padrões de prevenção referentes ao fracasso escolar do aluno. O ambiente escolar é uma área que contribui para o caráter reflexivo e interventivo do psicólogo, o que torna como fundamental o desempenho da Psicologia nesse campo educacional.

Segundo Barbosa (2001, p. 79 *apud* MACHADO, 2010):

> O profissional psicólogo no contexto escolar tem a função de facilitar e interagir com o aluno, proporcionando situações para que resultem através de recursos lúdicos e na brincadeira em conjunto, dialogando sobre as ações realizadas por esse sujeito, que constrói e aprende, indivíduo que brinca de fazer histórias, que resolve dificuldades, formador de seu processo de aprendizagem tanto afetiva como cognitiva.

O psicólogo escolar tem a função de facilitar e interagir com o aluno; mediando o conhecimento. Dessa forma propiciar situações, como demonstra Chamat (1998), de estabelecer vínculos e atividades permeadas de ludicidade para trabalhar a autoestima do aluno e o potencial afetivo/cognitivo, assim auxiliando a aprendizagem. Através dos recursos lúdicos, o sujeito brinca de fazer histórias; cria estórias; dramatiza; permitindo com que, muitas vezes, resolva suas dificuldades em aprender.

Para Martins (2003) a realidade da demanda escolar aponta que os educadores esperam que as dificuldades sejam tratadas pelo psicólogo, fora deste contexto. Assim sendo, após a chamada “cura”, por estes; pensam que o aluno pode ser novamente inserido nas salas de aula, o que revela a dificuldade encontrada pelo psicólogo quanto à maneira de atuação que fuja do modelo clínico.

Segundo Chamat (2005), a atuação do psicólogo na escola foge do modelo clínico, pois não cabe realizar diagnóstico clínico e intervir sequencialmente com o aluno. Mas sim, lhe cabe diagnosticar a problemática do não aprender, através de: exame do prontuário; entrevistas com professores; entrevistas com pais; aplicação da Entrevista Operativa Centrada na aprendizagem (EOCA), de Jorge Wisca (1996), a fim de se verificar a forma pela qual o aluno aprende. Outras técnicas podem ser utilizadas com esse fim. Depois, o psicólogo pode auxiliar no planejamento de atividades para que o sujeito desenvolva com o professor e na intervenção direta com o aluno. Isto sem contar que o exame do prontuário do aluno pode oferecer muitos dados relevantes, assim como a anamnese (história de

vida), com foco na aprendizagem, isto é, coletando dados de como aprendeu a aprender.

Assim, o psicólogo no âmbito escolar, conforme apresenta Fonseca (1995), é colocado como um cientista, engenheiro, fundador de projetos voltados para educação, utilizando de instrumentos e técnicas, buscando efetuar seu trabalho de maneira fidedigna. Isto deve ser feito no ambiente escolar como um todo. Para tal, se volta para os educadores, para o aluno, para a família, buscando detectar problemas que impedem o crescimento e desenvolvimento do sujeito em questão no âmbito escolar. Foge do modelo patológico, do modelo clínico, pois visa a aplicação de solidificação de métodos científicos, tendo como resultado a resolução das problemáticas encontradas na educação.

Cassins (2007), no Manual de Psicologia Escolar/Educacional coloca que, a escola é o espaço propício promover o desenvolvimento integral do aluno, com propostas concretas e eficazes de intervenção que resultem em mudança individual e coletiva, repercutindo na sociedade. Assim sendo, ele destaca os propósitos dos psicólogos escolares devem estar voltados para, incentivar os educadores para tomada de posições políticas em relação aos problemas sociais que afligem a todos, na busca de uma solução sócio/política, estimular a escolha consciente de uma atuação profissional sustentada por teorias psicológicas, cuja visão contemple o homem em suas múltiplas determinações e relações histórico-sociais, assessorar a escola, como um todo, no desenvolvimento de uma concepção de educação, na compreensão e amplitude de seu papel, em seus limites e possibilidades, utilizando os conhecimentos da psicologia; desenvolver uma concepção de psicologia voltada a um compromisso social e propor uma concepção do fracasso escolar não como um processo individual, mas como um emergente do processo da não aprendizagem. Efetuar propostas e afiançar a construção de novas alternativas sociais para auxiliar na administração de possíveis deficiências escolares, compreender e elucidar os processos de desenvolvimento bio-psico-social dos envolvidos com a escola. Assim como clarificar a construção da subjetividade (do Eu) em cada ambiente educacional; assessorando a unidade escolar na busca da humanização do sujeito, através do encontro da cognição com a motricidade, os afetos e as emoções na educação, mediar os processos de reflexão sobre as ações educativas a partir da atuação com os diversos profissionais da educação e buscar ser o mediador do processo reflexivo e não o solucionador de problemas;

O psicólogo escolar deve compreender e elucidar os processos diferenciados de desenvolvimento da aprendizagem (aprender a aprender) de cada aluno e de cada professor; fortalecer e prevenir áreas voltadas ao trabalho com as relações interpessoais na escola, visando à reflexão e conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos envolvidos; sensibilizar a todos os envolvidos no processo educacional, sobre a importância de sua participação e responsabilidade nos grupos em que está inserido, como a família, a escola, o trabalho e a comunidade.

3. CONCLUSÃO

Analisando o contexto e o ambiente escolar faz-se necessário o profissional da psicologia na instituição escolar e fortalecendo o compromisso social. Verificou-se que sua atuação pode minimizar o fracasso escolar, tanto na prevenção, como na intervenção, onde esta se mostra imprescindível. Favorece o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno. Destacou-se sobre a importância do psicólogo nas prevenções e intervenções, articulando teoria e prática, a partir do contexto escolar e propor um plano de ação, para enfrentar a prática como pesquisa e produção de conhecimento.

Visto que atua com toda a comunidade escolar, pode-se refletir acerca da identidade

dos profissionais de psicologia. Sobretudo, com relação à necessidade de uma importância deste papel na escola e da reestruturação da formação acadêmica dos profissionais de psicologia.

Referências

CORREA, Jaqueline Pereira Dias. ISBN 978-85-522-0276-9 1. Psicologia escolar. 2. Psicologia educacional. I. Paula, Tassiane Cristine Santos. II. Título.

EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE .... (2024). recuperado May 15, 2024, de www.redalyc.org/journal/684/68464195056/html/

FEITOSA, L. R. C., & ARAUJO, C. M. M.. (2018). O papel do psicólogo na educação profissional e tecnológica: contribuições da Psicologia Escolar. Estudos De Psicologia (campinas), 35(2), 181–191. https://doi.org/10.1590/1982-02752018000200007

FOUCAULT E A ESCOLA: Disciplinar, examinar, fabricar. (2024). recuperado May 15, 2024, de files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert-Thelmamoura.pdf

IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NA ESCOLA. (2024). recuperado May 15, 2024, de www.psicologia.pt/artigos/textos/A1045.pdf

PAULA, Jianes Meris Henzel A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NA ESCOLA / Jianes Meris Henzel Paula. 48 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)--Universidade Federal do Pampa, ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL, 2017. “Orientação: Gilnara da Costa Corrêa Oliveira”. 1. Psicologia Escolar. 2. Psicologia na escola. I. Título

PSICOLOGIA EDUCACIONAL: IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NA ESCOLA. 2016. Recuperado junho, 12, 2024. https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1045.pdf

Psicologia Escolar. (2024). recuperado May 15, 2024, de imep.org.br/psicologia-escolar/Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e .... (2024). recuperado May 15, 2024, de www.scielo.br/j/ptp/a/fV7MZsGSyvth4V8RkvMYGtb

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

42

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SOB A ÓTICA DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL

THE ROLE OF THE PSYCHOLOGIST IN DEVELOPING THE COMMUNICATION OF CHILDREN WITH AUTISM SEPCTRUM DISORDER FROM THE PERSPECTIVE OF COGNITIVE BEHAVIORAL THERAPY

Luane Maria Machado Cunha

Resumo

O transtorno do espectro autista atinge atualmente uma parte significativa da população mundial, ano após ano, os estudos evoluem e cada vez mais se têm ferramentas e base científica para diagnósticos, tratamentos e intervenções. O indivíduo com TEA pode apresentar dificuldades no processo de aprendizagem, na comunicação, socialização, nos aspectos emocionais tanto pra reconhecer no outro como em si mesmo, na coordenação motora e viso-motora, dentre outras que podem ser identificadas e, cada uma delas, se apresenta no autista de maneira subjetiva, ou seja, nenhum ser autista é igual a outro. Nesta pesquisa, baseada em revisões bibliográficas, será possível compreender como o psicólogo da abordagem cognitivo comportamental pode contribuir para o desenvolvimento da comunicação de crianças com o transtorno do espectro autista, tal habilidade requer a estimulação advindas de áreas diferentes, pois entende-se que o ato de se comunicar perpassa pelo trabalho corporal, verbal, emocional, escrita, regras dentre outras e, para construí-la, é necessário o trabalho não só de um psicólogo, mas também de uma equipe multiprofissional como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacional, neuropediatra, educadores, psicomotricistas dentre outros que atuam diretamente do desenvolvimento de crianças atípicas.

Palavras-chave: Autismo. Desenvolvimento. Comunicação. TCC.

Abstract

Autism spectrum disorder currently affects a significant part of the world's population, year after year, studies evolve and there are increasingly more tools and a scientific basis for diagnoses, treatments and interventions. The individual with ASD may present difficulties in the learning process, in communication, socialization, in emotional aspects, both in recognizing others and in themselves, in motor and visual-motor coordination, among others that can be identified and, each of them, It presents itself in autistic people in a subjective way, that is, no autistic being is the same as another. In this research, based on bibliographical reviews, it will be possible to understand how the psychologist using the cognitive behavioral approach can contribute to the development of communication in children with autism spectrum disorder. This ability requires stimulation from different areas, as it is understood that the The act of communicating involves physical, verbal, emotional, written work, rules, among others, and to build it, it is necessary to work not only with a psychologist, but also with a multidisciplinary team such as speech therapists, occupational therapists, pediatric neurologists, Educators, psychomotorists, among others who work directly on the development of atypical children.

Keywords: Autism. Development. Communication. TCC.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em um estudo bibliográfico que tem por objetivo compreender como a atuação do psicólogo da terapia cognitivo comportamental pode contribuir para o desenvolvimento da comunicação de crianças com TEA. Verifica-se que o TEA atinge cerca de 1% da população e é comprovado por diversos profissionais da área que quando o diagnóstico e intervenção ocorre desde os primeiros anos de vida os déficits, que, predominantemente são: comportamento, socialização e comunicação são melhores desenvolvidos. De acordo com o manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, o TEA é um transtorno de desenvolvimento neurológico que apresenta dificuldades no processo de aprendizagem, comunicação, construção da linguagem oral, socialização, além também de gerar grandes impactos no desenvolvimento motor (DSM-5).

O autismo vem sendo trabalhado por diversos profissionais ao longo dos anos, em 1908, Eugen Bleuler, usou pela primeira vez o termo autismo para fazer referência a indivíduos que apresentavam desvio da realidade, limitações ou impossibilidades para se comunicarem e acabavam por se isolar não só do mundo exterior, mas também de si mesmo e ainda apresentavam comportamentos que se assemelhavam a pacientes diagnosticados com esquizofrenia, em 1943 o psiquiatra Leo Kenner publicou a obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo” constatando que o autismo poderia ser avaliado desde a primeira infância, dentre suas contribuições trouxe a presença do eco (Autismo e Realidade, 2020). Hans Asperger, em 1944, publicou o artigo “A psicopatia autista na infância” e trouxe um fato importantíssimo a respeito da ocorrência preferencial do autismo em meninos, em seu estudo, Asperger trouxe quatro casos que por mais que os indivíduos tivessem suas estruturas cognitivas conservadas tinham grandes dificuldades em se comunicar, expressar emoções, interagir com outras pessoas e apresentavam interesses restritos e focalizados (Autismo e Realidade, 2020). Em 1952 a Associação Americana de Psiquiatria publica a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais DSM-1, sendo ele referência para os profissionais no processo de diagnósticos e parâmetros científicos e clínicos de transtornos mentais, atualmente já temos a atualização DSM5. (Autismo e Realidade, 2020).

No Brasil tivemos diversas leis que foram criadas para assegurar os direitos dos autistas diante da sociedade, programas e instituições. Em 2012, foi sancionada a Lei Berenice Piana (12.764/12), instituindo a Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com TEA, com essa lei todo indivíduo tem direito ao diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamentos pelo SUS, a lei ainda contempla o direito à educação, a proteção social, ao trabalho e a serviços que garantem a igualdade de oportunidades. Em 6 de Julho de 2015 foi criada a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/15) contribuindo com a proteção às pessoas com TEA ao definir pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de longo prazo, seja ele físico, mental, intelectual ou sensorial (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e, em 11 de fevereiro de 2022, entrou em vigor a nova versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), a atualização trouxe os diagnósticos que antes eram classificados como Transtorno Global do desenvolvimento para a nomenclatura Transtorno do Espectro Autista (AUTISMO E REALIDADE, 2020).

O diagnóstico, majoritariamente, tem suas primeiras evidências através das relações familiares, no momento em que os pais começam a notar algumas caracterizações específicas em seu filho, geralmente na idade de 2-3 anos e, em conseguinte, estão os médicos (REIS; LENZA, 2019). Diagnóstico se baseia somente em achados clínicos: anamnese e observação de comportamentos. Não há exame complementar capaz de comprovar este

diagnóstico. Em cerca de 70% dos casos, não se encontra qualquer doença correlacionada, e os exames complementares (radiológicos, metabólicos ou genéticos) são inteiramente normais (SILVA, 2014). É um processo específico e fechado e para que o mesmo seja feito é necessário uma série de avaliações de caráter comportamental realizado por uma equipe multiprofissional.

Atualmente são usadas como suporte as escalas comportamentais, como a ASQ e Escala M-CHAT, além de critérios estabelecidos pelo DSM-5 para chegar a um diagnóstico. A idade usual de atendimento, caracterizando de forma clara a dificuldade no diagnóstico precoce, descrito por Baron-Cohen (1992): que a idade média para a detecção do quadro é ao redor dos 3 anos, embora o autor sugira que o diagnóstico já possa ser bem estabelecido ao redor dos 18 meses de idade (ASSUMPÇÃO; PIMENTEL, 2000). Estudos realizados com grandes amostras de portadores das chamadas psicoses infantis referem uma distribuição bimodal, com um grupo de crianças apresentando graves problemas já nos primeiros anos de vida, enquanto o outro apresenta essas dificuldades somente após um período de desenvolvimento aparentemente normal (ASSUMPÇÃO; PIMENTEL, 2000).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Consiste em uma revisão bibliográfica que tem por objetivo caracterizar o transtorno do Espectro Autista e compreender como a abordagem da Terapia Cognitivo Comportamental pode contribuir para o desenvolvimento da comunicação de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. As buscas de materiais foram obtidas através de livros e por meio de consultas em artigos e teses nos seguintes sites de busca: Google Acadêmico (que é um servidor que localiza produções científicas em distintas bases de dados), Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Pepsico (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), as literaturas escolhidas foram publicadas nos últimos dez anos, a partir destas, foi possível ter contato com estudos anteriores há dez anos, sendo eles também relevantes no processo de pesquisa como retrospectiva do conhecimento a respeito da temática. Foram utilizados os respectivos descritores: TCC, Transtorno do Espectro Autista, TEA, autismo infantil e comunicação.

2.2 Resultados e Discussão

A comunicação é a base de toda e qualquer relação entre si, aqueles que estão entorno e com o meio, pois é através dela que o ser humano desde a sua origem se relaciona transmitindo ideias, pensamentos, sentimentos e claro, suas necessidades, além também de construir conexões, adaptações e mediações com a sociedade. Nascemos com habilidades inatas capazes de enviar mensagens não verbais e garantir que diversos desejos e anseios sejam compreendidos como fome, sede, sofrimento, atenção, dentre outros. É através dos órgãos responsáveis pelos sentidos do tato, olfato, paladar, audição e visão que constituem o sistema sensorial que somos capazes de transmitir tais mensagens (LURIA, 1966). Pode-se pensar que como a comunicação não-verbal é em parte inata que desenvolvê-la deva ser um processo fácil e natural, mas pode não ser uma tarefa fácil, principalmente para aqueles que possuem um desenvolvimento atípico como no caso de crianças com Transtorno do Espectro Autista. De acordo com Mayra Gaiato, psicóloga especializada em Autismo Infantil, uma das maiores angústias de pais de crianças com TEA é o atraso na

fala e da comunicação como um todo que perpassa desde a não verbalização a dificuldade de expressar sentimentos ou descrever acontecimentos.

Para falar da comunicação infantil é importante entendermos que precisamos ter uma perspectiva diversa. A comunicação adulta tem seus significados e códigos que não tem correspondência com o pensamento infantil, as próprias intenções acabam não sendo tão claras para a criança então é importante entender que naturalmente o pequeno que está iniciando seu processo de comunicação seja através da linguagem, gestos ou expressões não conseguirá ter a mesma compreensão de ideias e assimilações de intenções e fala (CANCINO, 2013). É importante também entender que existem diversos tipos de comunicação, são eles: não verbal, através de corpo, gestos e expressões; verbal, por meio de códigos linguísticos; escrita, que varia de acordo com cada grupo social, sua gramática e regras ortográficas; e visual, transmissão e recepção de informação por meio da visão. Como traz o fonoaudiólogo Miguel Cancino em seu livro "Transtornos do desenvolvimento e da Comunicação", a comunicação se difere da linguagem, respectivamente uma se mostra como um conjunto de ações compartilhadas entre pelo menos dois sujeitos com a finalidade social de chamar atenção, pedir algo, compartilhar interesses ou informações ou trocar afetividades, tal relação pode ser feito por meio de múltiplos canais de intercâmbio como voz, palavra, gestos, movimentos, expressões, escrita, desenhos, dança, música e dentre muitas outras. A linguagem humana por sua vez é um instrumento de comunicação que surge da capacidade de simbolizar os mundos internos e externos, através de sons e representações simbólicas de palavras e conceitos. É um instrumento que se origina da interação entre o cérebro e o ambiente social (CANCINO, 2013).

O desenvolvimento de cada indivíduo resulta em habilidades que surgem em determinadas idades em que cada uma se faz a partir de um processo complexo e dinâmico entre os genes e o ambiente físico e social (SANTOS, 2021). No estudo do desenvolvimento humano dentro da perspectiva da terapia cognitivo comportamental podemos destacar inicialmente Piaget com seu extenso trabalho voltado para o desenvolvimento infantil e Aaron Beck que foi fundador da terapia cognitiva fornecendo uma base teórica antes mesmo de desenvolver um processo terapêutico o que contribuiu para a prática clínica (SANTOS, 2021). Piaget traz o desenvolvimento infantil em seis etapas, são elas: 1º estágio dos reflexos ou mecanismos hereditários; 2º estágio dos primeiros hábitos motores; 3º estágio da inteligência socio-motora e prática; 4º estágio da inteligência intuitiva; 5º estágio de operações intelectuais concretas; 6º o estágio de operações intelectuais concretas (PIAGET, 1999, p 15). O fato de que certas condutas ou habilidades aparecerem mais em determinadas idades é o resultado de um processo complexo e dinâmico de interação entre os genes e o ambiente físico e social que denominamos de desenvolvimento (CANCINO, 2013). Uma criança com uma estrutura diferente, que tem um ritmo distinto de maturidade, seja incompleta ou deficitária, pode mostrar características estranhas (físicas ou comportamentais), retardar na aquisição de outras e carecer de habilidades importantes. Está forma distinta e limitante de se desenvolver é o que chamamos de transtorno de desenvolvimento (CANCINO, 2013).

A TCC apresenta uma abordagem estruturada que traça um quadro clínico a partir de três áreas, sendo elas: interação social, comportamento e comunicação visando realizar uma reestruturação-cognitiva no paciente (Gomes, 2016). Pra estimular a linguagem, é preciso desenvolver habilidades mínimas de interação para que as crianças comuniquem as suas necessidades e intenções o mais claramente possível durante as interações mais comuns do dia a dia. Participando das interações simples e básicas, possibilitamos o desenvolvimento cognitivo a partir da estimulação da atenção, da memória, da percepção e da motivação (CANCINO, 2013). É importante frisar que mesmo com adaptação da abordagem para o tratamento de crianças com transtorno do espectro autista é necessário que o

paciente apresente um nível cognitivo suficiente para que o trabalho com as técnicas cognitivas sejam efetivas (PONTEL; SANTOS, 2022). A teoria defende que as emoções e comportamentos podem sofrer influências dos pensamentos, o indivíduo é uma totalidade e o seu referencial comportamental perpassa pela interação do biológico com o ambiente, sua forma de aprender e desenvolver e das contingências que o indivíduo é exposto ao longo de sua vida (GOMES; COELHO; MICCIONE, 2016).

Retornando ao tema principal deste trabalho, como se desenvolve a atuação do psicólogo no desenvolvimento da comunicação de crianças com TEA sob a ótica da TCC? As estratégias da TCC para trabalhar com o autismo são diversas e cabe ao psicólogo o dever de observar inicialmente alguns fatores, como: idade, comportamento-alvo da intervenção, tipo de indivíduo envolvido e em qual fase de desenvolvimento se encontra e, a partir dessa base escolher a estratégia de intervenção (GOMES; COELHO; MICCIONE, 2016). Alguns dos métodos utilizados pela TCC são: psicoeducação; hierarquia de medos e técnicas de reestruturação cognitiva; aprendizagem, reforço e modelagem agindo diretamente em comportamentos inadequados e pensamentos disfuncionais tentando substituí-los por comportamentos adequados e pensamentos funcionais com o intuito de trabalhar o autista de forma holística fortalecendo as emoções e estruturas cognitivas (PONTEL; SANTOS, 2022). Como se trata de crianças a atuação do psicólogo vai além do paciente ele perpassa também pela instrução a família, escola e outros espaços que atuam diretamente com a criança, entendendo que o ambiente sociocultural e afetivo deve ser enriquecedor a ponto de gerar diversos estímulos (TEIXEIRA, 2016). Atividades como esportes, artes, o próprio contexto escolar e terapêutico, interações com crianças da mesma idade que geram trocas de ideias e compartilhamentos de atividades que gerem debates interpessoais, dentre outros estímulos que auxiliam o processo de desenvolvimento da comunicação e socialização (PONTEL; SANTOS, 2022). O psicólogo que atende uma criança com TEA e pretende desenvolver principalmente a comunicação deste individuo precisa olhar para ele de forma específica e criar, com a criança, uma conexão saudável e segura capaz de possibilitar segurança e confiança, deixando ela a vontade para se desenvolver. Um dos métodos essenciais seja qual for o plano de ação é o ato de brincar, pois através da brincadeira a criança atualiza e aumenta seu repertório, acessa dificuldades podendo superá-las. A brincadeira sem dúvidas é um dos melhores recursos para desenvolver e identificar dificuldades na comunicação (PONTEL; SANTOS, 2022). O psicólogo embasado pela TCC pode gerar grandes desenvolvimentos na comunicação de crianças com transtorno do espectro autista, mas também é importante que o paciente seja assistido por uma rede de profissionais que auxiliam nesse processo como no caso de um fonoaudiólogo, além também de estar inserido em um ambiente estimulador, como traz Miguel Cancino:

> A criança com alterações não pode se desenvolver adequadamente sem a capacidade e a oportunidade de interagir com seu ambiente físico e social, resolver problemas e enfrentar desafios, participar das rotinas da casa, ter oportunidade de controlar a frustração, se esforçar, se modular afetivamente, ter horário da comida, estudo, sono e desenvolver as capacidades de interagir com as pessoas (CANCINO, 2013, p.152).

Um plano de ação assertivo, acompanhado de uma equipe multiprofissional e estímulos e interações sociais certamente gerará mudanças significativas para o desenvolvimento da criança com um desenvolvimento atípico.

3. CONCLUSÃO

Os seres humanos são criaturas intencionais com uma vontade de fazer coisas no mundo físico, mas, também, são seres sociais, com necessidades de compreender os outros para conseguir satisfazer e se adaptar às pessoas. Quando a criança que ao se comunicar apresenta comportamentos aceitos e esperados pela sua comunidade e cultura se torna bem mais recompensada, mas quando uma criança não utiliza as formas esperadas para se comunicar percebe-se que a sociedade muitas vezes sem instrução ou conhecimento não consegue se relacionar e as respostas para aqueles indivíduos atípicos se tornam insatisfatória não gerando conexão com nenhum dos lados e não entendendo a causa nem o significado da sua conduta. Como visto neste estudo a comunicação é uma das maiores dificuldades da criança com TEA e conhecer como um psicólogo que trabalha com a abordagem da terapia cognitiva comportamental pode contribuir para o desenvolvimento dessa habilidade se faz extremamente necessário para a formação de novos profissionais que almejam o trabalho com este público e esta abordagem. Para além da contribuição da construção do profissional está o estudo do transtorno de neurodesenvolvimento TEA, nos últimos anos muito se ouve falar a respeito do aumento significativo de indivíduos diagnosticados, há pesquisas que afirmam que para 36 (trinta e seis) crianças 1 (uma) tem TEA nos Estados Unidos, já a estimativa para o Brasil é que 2 (dois) milhões de pessoas tem autismo, mas o quantitativo não traz dados oficiais de acordo com o Centro de controle de Doenças - CDC, profissionais da área afirmam que existem diversos fatores que podem contribuir para este aumento de registro, mas é sabido que um fator bastante relevante é o acesso à saúde, principalmente de forma gratuita através da rede pública, além também da maior conscientização a respeito do diagnóstico precoce e o tratamento imediato gerando melhoras significativas no processo de desenvolvimento. Com o aumento de casos compreende-se a necessidade de capacitar profissionais para trabalhar as áreas especificas e entende-se que a comunicação é uma habilidade extremamente necessária de ser aprendida e estimulada, pois através dela os desejos são atendidos, as angustias são aliviadas, as dificuldades trabalhadas e as emoções acolhidas e, quando fala-se em interações sociais, expressar e interpretar as emoções e pensamentos, seja de si ou do próximo, influencia a forma como este ser se comunica consigo e com o mundo. Este trabalho tem grande relevância pois pretende focar apenas nas crianças diagnosticadas com o transtorno e, através de estudos bibliográfico, entender como o psicólogo da TCC pode contribuir para melhorar a qualidade de vida não só da criança com o transtorno do espectro autista, mas também, da sua família que diariamente se sente impotente no processo de decodificar as intenções deste indivíduo.

O desenvolvimento infantil mostra que a comunicação é muito mais que as palavras e que precisamos de muitas condições e habilidades para que finalmente uma criança consiga falar, conversar e interagir verbalmente. O vasto estudo a respeito do tema poderá apresentar diversas técnicas e ferramentas já praticadas e certificadas que contribuíram e continuam contribuindo para estes indivíduos e também para familiares e demais profissionais que são diretamente responsáveis pelo desenvolvimento destas crianças.

Referências

ASSUMPÇÃO, Francisco B., PIMENTEL, Ana Cristina M. Autismo infantil. **Braz. J. Psychiatry** 22 (suppl 2), Dez 2000. Acesso em: https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600010

AUTISMO E REALIDADE. **O que é autismo?** Marcos Históricos. Fundação José Luís Egydio Setubal – Dra Fátima Rodrigues Fernandes – CRM 51214, São Paulo, 2020. Disponível em: https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/

BECK, Judith S. **Terapia Cognitivo Comportamental:** Teoria e Prática. 2° Edição do Clássico da Terapia Cognitiva, 2014.

CANCINO, Miguel H. **Transtornos do desenvolvimento e da comunicação:** Autismo –Estratégias e práticas. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2013

CUNHA, Patrick Rodrigues da. et al. **Transtorno do espectro autista:** principais formas de tratamento. Trabalho de Curso apresentado à Faculdade UMA de Catalão – UNACAT, como requisito parcial para a integralização do curso de PSICOLOGIA, sob orientação da professora Camilla Carneiro Silva Queija.

FREITAS, Neli Klix. Desenvolvimento humano, organização funcional do cérebro e aprendizagem no pensamento de Luria e de Vygotsky. **Ciênc. Cogn.**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 91-96, nov. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180658212006000300010&lg=pt&nrm=isso>. Acessos em 06 nov. 2023.

ILVA, R. DA. **AUTISMO:** UM DESAFIO PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO. [s.l.] Universidade Estadual de Londrina., 2014.

LIMA, Rossano Cabral. A construção histórica do autismo (1943-1983). **Ci. Huma. E Soc. Em Rev. RJ**, EDUR, vol. 36, 1, jul/ dez, 2014.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento. 5. Ed – Porto Alegre: Artmed, 2014

PONTEL, Bárbara Fernandes; MAIA, Bruna de Paula Santos Maia. **A Clínica Cognitiva e Comportamental com crianças com transtorno do espectro autista**. Trabalho de curso apresentado ao Centro Universitário UMA Psicologia – Graduação. Orientado pelo DR. Alexandre Ferreira Campos. 2022

PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. Editora: Martins Fontes – Martins, 7°ed – 1999. Reis, S. T., & Lenza, N. (2019). **A Importância de um diagnóstico precoce do autismo para um tratamento mais eficaz:** uma revisão da literatura. Revista Atenas Higeia, 2(1), 1 – 7. Recuperado de http://atenas.edu.br/revista/index.php/higeia/article/view/19.

SANTOS, Lucivane F. Perspectivas sobre as contribuições da terapia cognitivo comportamental nas fases do desenvolvimento infantil. V.1, n.1 **Psicologia** – Centro Universitário Cambury, Goiânia, 2021. Disponível em: https://www.revistaleiacambury.com.br/index.php/repositorio/article/view/42/42

SILVA, Sergio Gomes da; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. A Teoria da Comunicação no pensamento clínico de Donald W. Winnicott. **Cad. Psicanal.**, Rio de Jeneiro , v. 39, n. 36, p. 65-83, jun. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14136295201700010004&lng=pt&nrm=isso>. Acessos em 06 nov. 2023.

STEFFEN, B. F. ., DE PAULA, I. F. ., MARTINS, V. M. F. ., & LÓPEZ, M. L. . (2020). DIAGNÓSTICO PRECOCE DE AUTISMO: UMA REVISÃO LITERÁRIA. **REVISTA SAÚDE ULTIDISCIPLINAR**, 6(2). Disponível em: http://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/91

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

43

LUDICIDADE E AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA PSICOLÓGICA

PLAYABILITY AND AFFECTION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: A PSYCHOLOGICAL PERSPECTIVE

Jacilene Neves Viegas dos Santos

Resumo

O artigo Ludicidade e Afetividade na Educação Infantil: Uma Perspectiva Psicológica aborda a importância do jogo e do afeto no desenvolvimento integral das crianças. Explorando os conceitos de ludicidade e afetividade, a pesquisa revela como esses elementos são essenciais para o crescimento cognitivo, emocional e social dos alunos na educação infantil. Utilizando uma metodologia de revisão bibliográfica, o estudo baseia-se em diversas fontes acadêmicas para analisar o impacto das interações lúdicas e afetivas entre professores e alunos. A pesquisa destaca que a ludicidade não se restringe à infância, mas é uma necessidade humana contínua que contribui significativamente para o desenvolvimento pessoal e social. A afetividade, por outro lado, é crucial desde os primeiros anos de vida, estabelecendo a base para um desenvolvimento saudável e seguro. Este estudo também incorpora teorias psicológicas de Piaget, Vygotsky, e Rogers, entre outros, que reforçam a necessidade de um ambiente educacional que valorize tanto o jogo quanto o afeto. Os resultados enfatizam que práticas pedagógicas que integram ludicidade e afetividade não apenas enriquecem a experiência educacional, mas também preparam as crianças para futuros desafios, promovendo habilidades como empatia e criatividade. Conclui-se que essas práticas são indispensáveis para o desenvolvimento holístico dos alunos, sugerindo que as escolas devem criar ambientes que fomentem tanto o aprendizado acadêmico quanto o desenvolvimento emocional e social.

Palavras-chave: Ludicidade. Afetividade. Desenvolvimento Infantil. Educação Infantil. Teorias Psicológicas

Abstract

The article Playfulness and Affection in Early Childhood Education: A Psychological Perspective addresses the importance of play and affection in the integral development of children. Exploring the concepts of playfulness and affectivity, the research reveals how these elements are essential for the cognitive, emotional and social growth of students in early childhood education. Using a literature review methodology, the study is based on several academic sources to analyze the impact of playful and affective interactions between teachers and students. The research highlights that playfulness is not restricted to childhood, but is an ongoing human need that contributes significantly to personal and social development. Affection, on the other hand, is crucial from the first years of life, establishing the basis for healthy and safe development. This study also incorporates psychological theories from Piaget, Vygotsky, and Rogers, among others, which reinforce the need for an educational environment that values both play and affection. The results emphasize that pedagogical practices that integrate playfulness and affection not only enrich the educational experience, but also prepare children for future challenges, promoting skills such as empathy and creativity. It is concluded that these practices are essential for the holistic development of students, suggesting that schools must create environments that foster both academic learning and emotional and social development.

Keywords: Playfulness. Affectivity. Child development. Child education. Psychological Theories

1. INTRODUÇÃO

A ludicidade e a Afetividade são requisitos fundamentais e indispensáveis para o processo de ensino-aprendizagem, agregando de forma positiva as vivências escolares. O afeto praticado entre professores e seus alunos colabora para que esses alunos desenvolvam importantes competências para se sentirem pertencentes, confiantes e acolhidos no seio escolar ao qual fazem parte.

Além do afeto, outra ferramenta poderosa é a ludicidade, ou seja, diz respeito ao brincar, o lúdico em sala de aula é um fator transformador, pois é brincando que a criança vai elaborar e resignificar vivências do seu cotidiano. Quando uma criança brinca, ela se torna mais consciente de si e do espaço que a rodeia, bem como das relações com os demais, tornando-se assim uma exploradora que, ao brincar, desenvolve suas emoções, suas habilidades psicomotoras, cognitivas, sentimentos e seu desenvolvimento social.

Justifica-se a presente pesquisa pois é um estudo de importância por tratar, através da percepção da psicologia, a relevância dos jogos, brincadeiras e as relações afetuosas que trazem um efeito significativo no desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos, agregando uma mudança expressiva no ambiente escolar, nas práticas pedagógicas e principalmente nas relações que influenciam o aprendizado.

Torna-se pertinente esta pesquisa, pois evidencia um aprofundamento embasado cientificamente sobre os conceitos e aspectos que envolvem o lúdico e o afeto, proporcionando ao leitor uma ampla compreensão sobre práticas e teorias que impulsionam o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos. Esta pesquisa visa responder um questionamento: Como as atividades lúdicas e o afeto entre professores e alunos contribuem para o desenvolvimento emocional e cognitivo na educação infantil? Tem por objetivo geral discutir sobre o impacto da ludicidade e do afeto para o desenvolvimento cognitivo e emocional na educação infantil, e como objetivo específico: apresentar os conceitos de ludicidade e afetividade; apontar seus impactos na experiência escolar da criança. E por fim, discorrer sobre as teorias psicológicas que sustentam a importância da ludicidade e da afetividade na educação infantil.

Esta pesquisa adotou uma abordagem de revisão bibliográfica, com caráter qualitativo descritivo. Foram utilizados como fontes de informações livros, periódicos científicos, artigos, trabalhos científicos e dissertações. A busca foi realizada com base de dados online, como: Google Académico, Scielo e Repositório Cogna. Foram selecionados materiais publicados nos últimos 10 anos, que seguiram critérios de relevância para o tema da pesquisa e qualidade metodológica. As palavras chaves utilizadas foram: Ludicidade; Afetividade; desenvolvimento emocional; desenvolvimento cognitivo. Como critérios de inclusão estão os materiais dos autores e trabalhos científicos publicados nos últimos 10 anos que estavam relacionados com as palavras-chaves da pesquisa, os critérios de exclusão foram os textos científicos publicados e que não atenderam as critério de inclusão.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Ludicidade e afetividade

Para compreendermos a importância da ludicidade e os impactos que ela causa nos indivíduos e no contexto educacional, é importante ultrapassarmos os limites da fase da infância, pois a ludicidade é uma necessidade que nos acompanha para toda vida. A pala-

vra “ludicidade” deriva do “latim” LUDOS” que significa “JOGO” abrangendo toda a gama de jogos, competições, recreações se dispondo para além de uma ação infantil, incluindo ações dos adultos (Massa, 2015).

Somente o indivíduo que vivenciou uma prática poderá afirmar se algo foi realmente lúdico mesmo se tratando de jogos ou brincadeiras (Bacelar, 2009) pois a experiência precisa ser prazerosa, interessante, envolvente e alegre.

Bacelar (2009) propõe que a ludicidade seja compreendida como uma experiência interna do sujeito, caracterizada pela plenitude e ausência de divisões, onde o prazer e a alegria são vivenciados intrinsecamente. Além disso, sugere que uma vivência lúdica seja entendida como um estado de inteireza do sujeito, marcado pela sua plenitude.

A Ludicidade é algo intrínseco na humanidade, que se faz presente desde a pré-história até os tempos atuais (Almeida; Rodrigues, 2015). Ela existe mesmo antes da infância ser reconhecida e validada com um momento importante na vida. Na Pré-história observou-se através dos registros rupestres a dinâmica das pessoas que habitaram este mundo antes de nós, preservou-se nessas pinturas praticas com caça, a coleta de alimentos, o desenho a escultura estando presente a brincadeira e a diversão na execução dessas tarefas.

Na sociedade primitiva, segundo Huizinga (2015) as atividades de sobrevivência, como a caça, muitas vezes assumiam características lúdicas. Isso significa que essas atividades não eram apenas realizadas por necessidade, mas também eram envolvidas em um espírito de jogo, criatividade e prazer. Os povos primitivos encontravam maneiras de transformar até mesmo as tarefas mais básicas em oportunidades de expressão e aprendizado, demonstrando assim a natureza inerentemente lúdica do ser humano.

Para Kishimoto (2015) o jogo infantil é normalmente caracterizado pelos signos do prazer ou da alegria, entre quais o sorriso. Quando brinca livremente e se satisfaz, a criança o demonstra por meio do sorriso. Esse processo traz inúmeros efeitos positivos aos aspectos corporal, moral e social da criança.

É na infância que o lúdico se apresenta de forma mais clara e mais necessária, pois as interações lúdicas acrescentam as crianças um grande desenvolvimento integral através do brincar e do explorar, é através do lúdico que a criança se apresenta ao mundo e o mundo se apresenta para a criança.

Dantas (2019) destaca que a expressão emocional é fundamentalmente social, pois precede e supera os recursos cognitivos. Essa afirmação ressalta a importância do afeto desde os estágios iniciais do desenvolvimento humano, mostrando que as emoções desempenham um papel primordial que ultrapassa as habilidades cognitivas.

A afetividade possui uma relevância significativa pois ela se estabelece inicialmente para garantir a sobrevivência de um bebê, nos seus primeiros dois anos ele é amplamente dependente de um cuidador para sobreviver, devido a sua condição biológica carente, é exatamente as emoções e sentimentos que motiva o adulto a cuidar das necessidades do bebê (Wallon, 2017).

Todos temos necessidades de afeto, precisamos de conexões sólidas que nos transmitam, amor, segurança e conforto. A maneira que oferecemos e recebemos varia muito. Compreende-se que a afetividade é uma expressão muito muito abrangente e multifacetado sendo perpassada por sentimentos, ações e emoções (Lorenzo; Arienzo, 2019).

De acordo com Gomes (2013), o termo “afeto” está relacionado ao que afeta e mobiliza, remetendo à sensibilidade e às sensações. Ele pode ser entendido como um estado de ser tomado por algo, atravessado ou perpassado, caracterizando assim a natureza da afeição.

A interações afetivas ajudam a construir uma base sólida, impactando de forma positiva a cognição fazendo com que a criança tenha maior facilidade em explorar e compreender o mundo ao seu redor, facilitando a aprendizado e a memória se tornando mais habilidosa em resolver conflitos e problemas. Principalmente na autoestima percebe-se uma maior segurança, uma visão bem elaborada de si mesma pois quando a criança recebe afeto e cuidado se senti importante, que tem valor que é querida (Wallon, 2010).

2.2 Impactos na experiência escolar da criança

Ao estudar disciplinas relacionadas à emoção e aprendizagem, nos referimos às habilidades intelectuais ou cognitivas dos indivíduos, e inúmeras vezes nos deparamos com dúvidas sobre a capacidade do ser humano de aprender em relação a objetos específicos de conhecimento. Existem muitos conceitos epistemológicos relacionados à aprendizagem, que vão desde a teoria da inteligência de Piaget até a teoria da psicanálise de Freud.

Neste contexto faz-se uma síntese das teorias de Piaget e Freud na tentativa de explicar e compreender melhor as crianças, encarando essas experiências como estímulos para o amadurecimento, desenvolvimento e aprendizagem.

Sabe-se que existem vários outros pensadores que refletiram sobre as crianças, como: Pesttalozzi, Montessori, Decroly, Freinet, Vygostsky, Baktin, Benjamin e até Rousseau, que defenderam a particularidade da criança e a Como portadores de experiências próprias, que devem ser desenvolvidas e incentivadas, entre outras.

Trabalhando nos campos da psicologia, epistemologia e educação, Jean Piaget é conhecido principalmente por organizar o desenvolvimento cognitivo em uma série de etapas. Jean Piaget entendia que a criança desenvolve seu raciocínio lógico formal ao longo das etapas ou momentos de maturidade em relação ao ambiente. Dessa forma, a criança socializa e assimila informações com o mundo. Essas informações são mescladas e transformadas em novas informações, que ele vê como um estado de adaptação (Damasio, 2015).

Então entende-se que no método de assimilação, as crianças não apenas recebem estímulos, mas também decodificam e reprocessam estímulos. A adaptação é entendida como a etapa que facilita a entrada do sujeito em uma nova etapa de assimilação (Miranda, 2001).

Assim, a teoria de Piaget busca respostas para explicar como os humanos articulam o conhecimento a partir da observação dos processos e da maturidade intelectual e emocional das crianças.

Segundo Damazio (2015), o desenvolvimento da criança é o que facilita sua aprendizagem, não o contrário. Ele ressalta que as crianças são únicas e têm seus próprios ritmos de crescimento. Embora seja possível ajudar significativamente nesse processo, impor um crescimento geral e forçado é considerado impossível.

Assim, na visão do autor, e na visão de Piaget, o desenvolvimento da criança ocorre naturalmente. Podemos dizer também que a aprendizagem deve ser ao ritmo de cada criança e acrescentar elementos de aprendizagem que permitam às crianças aproximar-se e interagir e expressar-se nos espaços. Lembremos que a criança é um sujeito passivo diante do mundo adulto que a cerca, participando dele de acordo com seu nível de abstração e suas possibilidades.

Segundo Freud (2002) explica que existe a busca em desvendar o inconsciente huma-

no das nossas fantasias e intimidade e esse processo de descoberta, o autor vê o homem como um composto de três elementos: ego e superego- representando nossos impulsos inconscientes, instintivos, como prazer, agressão; ego - representando consciência, racionalidade; e superego - são valores sociais mais amplos que são assimilados culturalmente, como ética e moral.

Quando a criança experimenta a satisfação de suas necessidades em contato com o mundo exterior, ela desenvolve seu código de conduta. Ele elabora um conjunto de descobertas e agrega esse conjunto de descobertas ao seu cotidiano para formar percursos vivenciais e experiências simbólicas que servem de referência para a formação da personalidade das crianças.

A psicanálise surgiu com Freud (2002) como uma possibilidade de compreender os fenômenos educacionais por meio de conceitos inconscientes, fornecendo uma base para pensar a educação voltada para a redução dos efeitos patogênicos da repressão e fornecendo métodos de prevenção das neuroses.

É compreensível que a educação não possa acontecer sem repressão; a educação está relacionada ao problema de controlar os impulsos através do processo de civilização.

Não há quem não seja neurótico, o que difere é o quão tão neurótico é. Isso porque todos têm desejos reprimidos que interferem em suas vidas e causam desconforto, e todas as relações pessoais provem de energias psíquicas originárias de um lugar inatingível. Sendo assim, muitas coisas que se pensa conhecer, tais como os desejos e razões conscientes, são apenas ramificações do que há no inconsciente

Costa (2010) explica que ninguém não é neurótico, a diferença é o grau de neuroticismo, onde ocorre porque todos reprimem o desejo de interferir em suas vidas e causar desconforto, e todos os relacionamentos vêm de energias espirituais que vêm de lugares inalcançáveis. Portanto, muitas das coisas que pensamos saber, como desejos e causas conscientes, são apenas ramificações do que é inconsciente.

Ferrari (2016) explica que pensar as relações pedagógicas no campo da psicanálise é entender que ensinar não é apenas escolher os métodos de ensino a serem utilizados, os programas a serem aplicados e os conhecimentos a serem transmitidos, porque são questões objetivas e pela subjetividade. que existe no processo educacional, não esgote os fatores atuais.

Costa (2010) diz que o professor conhece a psicanálise, sabe que o saber é sempre permeado pelo desejo. Por um lado, se os fenômenos envolvidos no ensino e na aprendizagem têm um elemento inscrito no campo do conhecimento, também possuem uma carga emocional, em grande parte inconsciente. Isso está relacionado tanto ao mundo mental dos professores, detentores e disseminadores do conhecimento formalizado, quanto ao mundo mental dos alunos, cujo alvo são os alunos.

Benjamim (2014) afirma que a empatia, como repetição do arquétipo infantil, substitui o que não pode ser dito e lembrado, e baseia-se na transferência da emoção de uma representação para outra. A relação do sujeito com o personagem infantil é restaurada em sua relação com o analista, marcada pelo ódio e pelo amor.

A transferência é um processo constitutivo da terapia psicanalítica pelo qual o desejo inconsciente do analisando por objetos externos começa a se repetir dentro da relação analítica, no analista individual, e colocado no lugar desses vários objetos.

É inegável que as maiores dificuldades estão em lidar com as transferências apresentadas ao psicanalista, mas é preciso lembrar que são essas dificuldades que

prestarão o serviço de renovar e expressar as paixões esquecidas. Por fim, adicionamos questões de indisciplina, agressividade, falta de contenção e concentração e dificuldades de aprendizagem que são comuns nas escolas.

2.3 Teorias psicológicas que sustentam a importância da ludicidade e da afetividade na educação infantil.

Como já exposto, compreende-se a Ludicidade e afetividade como algo vital e de grandes impactos na vida principalmente das crianças. Ambas são cruciais para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social e físico das crianças. A criança transita por muitos espaços na família, na escola e na sociedade, espaços esses que deveram garantir que essa criança receba condições adequadas para seu desenvolvimento.

É impossível pensar e um desenvolvimento integral sem atrelar a ludicidade e afetividade como fatores que garantiram esse desenvolvimento (Piaget; 2015). Mas esse trabalho foca em uma área específica, o da escola, a relação professora aluno. Para que se atinja o objetivo do desenvolvimento integral dos alunos, a escola precisa ter uma prática pedagógica baseada na afetividade e nas interações lúdicas. Não apenas o professor, mas todo corpo escolar, incluindo a família como parceira da escola precisam criar um ambiente acolhedor, que propicie a exploração de novos conhecimentos e habilidades de forma segura, com abertura para que a criança se exponha e expresse e aprenda não só o conhecimento acadêmico mas contribuir para o emocional, social e cognitivo dos alunos (Silva, Ferraz; Azevedo, 2021).

Kiya e Dionízio (2014) observam que muitos professores frequentemente atribuem a falta de interesse dos alunos nas atividades escolares ao afirmarem que, apesar de seus esforços, não conseguem cultivar o interesse dos educandos pelos estudos.

A utilização de jogos, canções, artesanato, brinquedos e brincadeiras utilizadas de forma correta sem a obrigação do fazer, mas envolvendo os alunos, despertando interesse, conectando-se emoções e sentimento deles se torna uma possibilidade um fazer eficaz no processo ensino e aprendizagem, incorporando o lúdico e o afeto nessas práticas facilita a interação professor e aluno tornando um ambiente mais dinâmico, envolvente e inclusivo respeitando as singularidades, interesses e potencialidades, favorecendo assim um aprendizado significativo e enriquecedor na qual alunos e professores constroem juntos novas práticas de aprender.

Na educação infantil, a ludicidade e a afetividade desempenham papéis fundamentais no desenvolvimento integral das crianças, sendo respaldadas por diversas teorias psicológicas. Desde os primórdios da Psicologia Educacional, estudiosos têm destacado a relevância desses aspectos para o processo de aprendizagem e formação emocional das crianças.

Para Piaget (2015) o brincar é uma atividade essencial na construção do conhecimento infantil, pois através do jogo a criança explora o mundo ao seu redor, experimenta diferentes papéis e situações, desenvolvendo suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais. O brincar permite à criança assimilar e acomodar novas informações, além de promover a criatividade e a imaginação.

Além disso, a teoria socioconstrutivista Vygotsky (2015) também enfatiza a importância da interação social e afetiva na educação infantil. Para Vygotsky, as relações afetivas com os adultos e com os pares são fundamentais para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores da criança, como a linguagem, o pensamento e a resolução de pro-

blemas. O brincar em conjunto com outras crianças e com adultos mediadores favorece a construção de conhecimentos e a internalização de regras sociais.

Além dessas teorias, a psicologia humanista, representada principalmente pelas contribuições de Rogers (2015), destaca a importância do ambiente acolhedor e afetivo para o desenvolvimento saudável da criança. Segundo Rogers, o educador deve oferecer à criança um ambiente seguro e empático, onde ela se sinta valorizada e respeitada em suas individualidades. Nesse contexto, o brincar torna-se uma forma de expressão e autoconhecimento, permitindo à criança explorar suas emoções e desenvolver sua autoestima.

Portanto, a ludicidade e a afetividade na educação infantil são fundamentadas por diversas teorias psicológicas que reconhecem o papel central do brincar e das relações interpessoais no desenvolvimento integral da criança. Ao proporcionar um ambiente lúdico e afetuoso, os educadores contribuem para o florescimento das potencialidades das crianças, preparando-as para uma vida adulta mais plena e equilibrada.

A educação infantil é um período crucial no desenvolvimento humano, onde as bases para o aprendizado futuro são estabelecidas. Dentro desse contexto, a ludicidade e a afetividade desempenham papéis fundamentais, influenciando não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o emocional e social das crianças. Neste texto, exploraremos as teorias psicológicas que sustentam a importância desses elementos na educação infantil.

Piaget (2015) observou que, durante o brincar, as crianças estão constantemente experimentando e resolvendo problemas de forma criativa. Por exemplo, ao brincar de montar blocos, uma criança pode tentar diferentes combinações para criar uma estrutura estável, aprendendo sobre equilíbrio e proporção no processo. Esse tipo de atividade promove o desenvolvimento da capacidade de planejamento, tomada de decisão e solução de problemas.

Além disso, Piaget (2015) destacou que o brincar permite que as crianças representem simbolicamente situações do mundo real, o que contribui para o desenvolvimento da linguagem e da compreensão de conceitos abstratos. Por exemplo, ao brincar de faz de conta, as crianças assumem papéis de diferentes personagens e criam narrativas imaginárias, o que as ajuda a compreender o ponto de vista dos outros e a desenvolver habilidades sociais.

Vygotsky (2015) enfatiza a importância das interações sociais e do ambiente cultural na construção do conhecimento infantil. Na ZDP, as crianças são capazes de realizar atividades com o auxílio de adultos ou colegas mais habilidosos, promovendo o desenvolvimento cognitivo. O brincar é uma forma privilegiada de atividade na ZDP, onde a ludicidade facilita a internalização de conceitos e a interação social.

Na ZDP, as crianças estão em um estágio em que são capazes de realizar atividades com o auxílio de um adulto ou colega mais competente do que elas mesmas. Essa é uma área em que o potencial de aprendizado da criança é máximo, mas ainda não totalmente alcançado sem assistência. A interação com um parceiro mais capaz permite que a criança avance em suas habilidades e conhecimentos, internalizando conceitos e estratégias que ainda não dominava sozinha.

Na educação infantil, Bowlby (2016) enfatiza que a relação de apego entre crianças e educadores desempenha um papel crucial no bem-estar emocional e no desenvolvimento global das crianças. Quando as crianças se sentem seguras e confiantes na presença de seus educadores, elas são mais propensas a explorar o ambiente ao seu redor, experimentar novas atividades e interagir com seus pares de forma construtiva.

Kohlberg (2016) desenvolveu uma teoria sobre o desenvolvimento moral que enfatiza

a importância da empatia no processo de evolução das noções de certo e errado. Segundo o autor as crianças passam por uma sequência de estágios no desenvolvimento moral, desde um entendimento mais egocêntrico até a internalização de princípios éticos mais abstratos e universais.

Ausubel (2015) destaca a importância da relevância afetiva do conteúdo para a aprendizagem significativa. Na educação infantil, as atividades lúdicas proporcionam um contexto emocionalmente significativo para a assimilação de conceitos, facilitando a internalização e a aplicação do conhecimento.

Na educação infantil, o brincar desempenha um papel significativo na promoção da empatia e na compreensão das necessidades e sentimentos dos outros. Durante as atividades lúdicas, as crianças têm a oportunidade de assumir diferentes papéis e perspectivas, o que as ajuda a desenvolver a capacidade de se colocar no lugar do outro e compreender suas emoções e necessidades.

Maslow (2017) propõe uma hierarquia de necessidades humanas, onde as necessidades psicológicas, como a autoestima e o pertencimento, precedem as necessidades de autorrealização. Na educação infantil, o brincar e as relações afetivas satisfazem essas necessidades, promovendo o engajamento e a motivação para aprender.

Deci e Ryan (2018) propõem que a motivação intrínseca é promovida pela satisfação das necessidades de competência, autonomia e relacionamento. Na educação infantil, as atividades lúdicas e as relações afetivas proporcionam um ambiente que favorece o desenvolvimento dessas necessidades, promovendo o bem-estar e a aprendizagem.

Na educação infantil, o brincar e as relações afetivas desempenham um papel fundamental na promoção desse desenvolvimento saudável. O ambiente acolhedor e empático fornecido pelos educadores ajuda as crianças a se sentirem seguras para explorar o mundo ao seu redor e para desenvolver um senso de autonomia e iniciativa. Quando as crianças são encorajadas a expressar suas ideias, tomar decisões e resolver problemas durante as atividades lúdicas, elas desenvolvem um sentimento de competência e autoconfiança (Eirkson, 2018)

Bronfenbrenner (2016) destaca a influência dos contextos socioambientais na aprendizagem e no desenvolvimento humano. Na educação infantil, o brincar e as relações afetivas são mediados pelo contexto familiar, escolar e comunitário, influenciando a qualidade das interações e o bem-estar das crianças.

Além disso, as relações afetivas positivas com os educadores e colegas também contribuem para o desenvolvimento emocional das crianças, ajudando-as a construir relacionamentos saudáveis e a lidar de forma construtiva com as emoções. Quando as crianças se sentem amadas, respeitadas e valorizadas em seu ambiente escolar, elas estão mais propensas a desenvolver uma autoestima positiva e a enfrentar os desafios da vida com resiliência.

A cultura emocional da escola na promoção da aprendizagem socioemocional. Na educação infantil, um ambiente escolar que valoriza o brincar e as relações afetivas cria uma cultura que promove o bem-estar emocional e o desenvolvimento integral das crianças.

Werner e Rutter (2015) são importantes estudiosos da resiliência, que descrevem esse conceito como a capacidade de enfrentar e superar adversidades, mantendo-se saudável emocionalmente e continuando a se desenvolver de maneira positiva. Na educação infantil, o brincar e as relações afetivas desempenham um papel crucial na promoção da resiliência nas crianças.

O brincar oferece às crianças uma oportunidade de expressar suas emoções, experimentar diferentes papéis e situações, e desenvolver habilidades de resolução de problemas. Durante as atividades lúdicas, as crianças aprendem a lidar com a frustração, a adaptar-se a diferentes cenários e a desenvolver estratégias criativas para superar obstáculos. Isso as capacita a enfrentar desafios futuros com mais confiança e determinação.

Além disso, as relações afetivas positivas com os educadores e colegas fornecem um importante suporte emocional que fortalece a resiliência das crianças. Quando as crianças se sentem amadas, seguras e valorizadas em seu ambiente escolar, elas estão mais preparadas para enfrentar situações estressantes e superar dificuldades. O apoio emocional oferecido pelos adultos e pelos pares durante os momentos difíceis ajuda as crianças a desenvolver uma autoestima positiva e a manter uma visão otimista da vida.

em suma, as teorias psicológicas convergem para destacar a importância da ludicidade e da afetividade na educação infantil. O brincar e as relações afetivas não são apenas atividades secundárias, mas sim componentes essenciais para o desenvolvimento integral das crianças, promovendo o aprendizado, o bem-estar e a formação de indivíduos emocionalmente equilibrados e socialmente competentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo detalhou a importância intrínseca da ludicidade e afetividade no contexto da educação infantil, destacando como esses elementos são importantes para o desenvolvimento integral das crianças. A revisão literária evidenciou que, ao integrar jogos e interações afetivas no ambiente educacional, promove-se um desenvolvimento cognitivo, emocional e social mais rico e significativo. Estas práticas não apenas enriquecem a experiência escolar, mas também fundamentam uma base sólida para futuras aprendizagens e interações sociais.

Além disso, as teorias de Piaget, Vygotsky e Rogers, entre outros, reforçam que a afetividade e a ludicidade não são meras ferramentas pedagógicas, mas requisitos essenciais para que o processo educativo seja percebido pelas crianças como algo prazeroso e enriquecedor. Essa abordagem contribui para o florescimento de indivíduos mais equilibrados e preparados para os desafios da vida, cultivando habilidades como empatia, criatividade e resiliência.

Portanto, conclui-se que a incorporação consciente de atividades lúdicas e a promoção de um ambiente afetivo na educação infantil são fundamentais. Elas devem ser vistas como uma prática educativa vital que transcende a tradicional transmissão de conhecimentos, abordando o desenvolvimento holístico da criança e preparando-a não apenas academicamente, mas como um ser humano integral e capaz de contribuir positivamente para a sociedade.

Referências

ALFANDÉRY.G.M. **Henri Wallon.** Recife: Editora Massangana,2010.Disponível em:http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4686.pdf.Acesso 07. abri. 2024.

ALMEIDA, I.N.S,;RODRIGUES,L.A. O Lúdico Como Recurso Didático-Pedagógico no Desenvolvimento da Criança na Educação Infantil. **Palmas Revista Habilidade e Inovação**, 2015.

AUSUBEL, D. P. **Educational Psychology:** A Cognitive View. New York: Holt, Rinehart and Winston.2015

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e Educação infantil**.Salvador: EDUFBA,2009.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões:** a criança, o brinquedo, a educação. 3a edição. São Paulo: editora Summus, 2014

BOWLBY, J. **Attachment and Loss:** Attachment. Vol. 1. New York: Basic Books.2016

BRONFENBRENNER, U. **The Ecology of Human Development:** Experiments by Nature and Design. Cambridge, MA: Harvard University Press.2016

COSTA, A. J. **O pedagogo orientado pela psicanálise**. In: PEREIRA, M. R. A psicanálise escuta a educação: 10 anos depois. Belo Horizonte: Fino Traço/2010.

DAMAZIO, A. **Vida de Professores**. Editora Porto. 2° edição. 2015

DANTAS, Fausto. **Expressão Social**. São Paulo. Abril. 2019

DECI, E. L; RYAN, R. M. Self-Determination Theory: A Macrotheory of Human Motivation, Development, and Health. **Canadian Psychology/Psychologie Canadienne**, 49(3), 182–185. 2018

ERIKSON, E. H. **Childhood and Society.** New York: W. W. Norton & Company.2018

GOMES.C.A.V. **Lugar do Afeto no Desenvolvimento da Criança: Implicações Educacionais**.Maringá:PsicologiaemEstudos, 2013.Disponivelem:https://www.scielo.br/j/pe/a/SfrDL3FRH93VPXXz76Gxfvm/#ModalHowcite. Acesso 07. abri. 2024.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens:** O Jogo Como Elemento da Cultura. São Paulo: Perspectiva. 2015

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. Pro-Posições, v. 6, n. ju 1995, p. 46-63, 1995Tradução. Acesso em: 08 abr. 2024.

KOHLBERG, L. **The Psychology of Moral Development:** The Nature and Validity of Moral Stages. San Francisco: Harper & Row.2016

LORENZO, Antônio; Arienzo, Raimundo. **Conexões solida e afetividade**. Rio de Janeiro. Vasco, p56. 2019

MASLOW, A. H. **Motivation and Personality (2nd ed.).** New York: Harper & Row.2017

MASSA, M. Ludicidade: da Etimologia da Palavra à Complexidade do Conceito. APRENDER - **Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [S. l.], v. 2,n.15,2015.Disponívelem:https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/2460. Acesso em: 8 abr. 2024.

MIRANDA, M. P. **Adolescência na escola:** soltar a corda e segurar a ponta. Belo Horizonte: Formato, 2001.

PIAGET, J. **The Mechanisms of Perception**. London: Routledge & Kegan Paul.2015

ROGERS, C. R. **Libertação e Crescimento**. São Paulo: Martins Fontes.2015

SILVA G.X.; FERRAZ. P. S. R.; AZEVEDO D.C.P. **A Importância da Afetividade e do Lúdico na Educação Infantil**. Goiás. Estudo na Educação.2021. Disponíveleem:https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/11557.Acess4 abri. 2019.

VYGOTSKY, L. S. **Mind in Society:** The Development of Higher Psychological Processes. Harvard University Press. 2019

WERNER, E. E., SMITH, R. S. **Overcoming the Odds:** High Risk Children from Birth to Adulthood. Ithaca, NY: Cornell University Press.2015

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA

44

EQUILÍBRIO CORPO-MENTE: A DANÇA NO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO

BALANCING BODY AND MIND: THE DANCE IN THE PSYCHOTHERAPEUTIC PROCESS

Lara Rebeca Freire Cardozo
Marco Aurélio Fernandes

Resumo

A expressão corporal sempre esteve presente no comportamento humano desde as primeiras civilizações. A partir disso, foram surgindo as primeiras danças, incentivando os indivíduos a se expressarem cada vez mais. Este estudo apresenta uma análise sobre o que a literatura brasileira dos últimos quinze anos disserta sobre como é possível, importante e necessário inserir a dança dentro de um processo psicoterapêutico. O estudo é baseado em uma revisão integrativa da literatura brasileira, de caráter qualitativo descritivo, com amostragem de cerca de dez artigos, realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (Scielo), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Verificou-se que, além de se mostrar uma dificuldade de compreensão acerca desse processo atualmente, pode-se destacar uma contribuição e evolução, bem como o estudo e entendimento dos processos psicológicos trabalhados durante a dança, como forma de incentivo e melhora na psicoterapia. Portanto, salienta-se também a importância da expressão corporal dentro da psicossomatização, onde a dança também contribui para a manifestação das emoções.

Palavras-chave: Saúde Mental. Psicossomatização. Psicoterapia. Expressão Corporal.

Abstract

Body expression has always been present in human behavior since the first civilizations. From that moment on, the first dances emerged, encouraging individuals to express themselves more and more. This research analyzes what Brazilian literature from the last fifteen years says about how it is possible, essential and necessary to insert dance within a psychotherapeutic process. The study is based on an integrative Brazilian literature review of a descriptive qualitative nature, with a sampling of around ten articles, carried out in databases such as Scientific Electronic Library Online (Scielo), Periodicals Electronics in Psychology (Pepsic) and Virtual Health Library (VHL). It was found that, beyond presenting troubles regarding the comprehension along that current process, it was possible to highlight the contribution and evolution and the studying and understanding of the psychological processes worked on during the dance to encourage and improve the psychotherapeutic process. Therefore, the importance of bodily expression within psychosomatization, where dance also contributes to manifesting emotions.

Keywords: Mental Health. Psychosomatization. Psychotherapy. Body Expression.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se deu pelo contato pessoal da autora com a dança, em que ela despertou interesse e iniciativa de realizar observações específicas em relação ao comportamento gerado, reações cognitivas e habilidades sociais adquiridas durante a aprendizagem. Com isso, fez se a necessidade de entender e estudar como a dança pode contribuir com o processo psicoterapêutico em um indivíduo, na busca pela saúde mental.

A busca pela saúde mental não se encontra como um caminho fácil nos tempos modernos. Com as crescentes demandas do mundo cada vez mais tecnológico, é perceptível a necessidade de estar pronto para as situações rotineiras, buscando assim melhor lidar com pensamentos e comportamentos. A partir disso, destaca-se a importância de novas técnicas dentro dos processos terapêuticos, visto que a modernização conta também com o aumento do entretenimento, da música e da arte, colocando a dança como instrumento necessário na prática de atividade física e como forma de expressão corporal.

A presença da dança no processo psicoterapêutico representa uma poderosa ferramenta de expressão e transformação, oferecendo um meio único para explorar e abordar questões emocionais, psicológicas e até mesmo físicas. A interseção entre a dança e a psicoterapia reconhece que o corpo é um veículo de comunicação valioso, capaz de narrar histórias e expressar emoções. O processo concentra na consciência do movimento, permitindo que explorem a linguagem corporal como uma extensão do diálogo verbal. Essa abordagem integrativa busca incorporar a mente, o corpo e as emoções em uma psicoterapia unificada. É uma forma expressiva e poderosa de promover a cura e o bem-estar emocional, mental e físico. Ao longo da história, diversas culturas reconheceram o potencial terapêutico da dança, integrando-a em rituais, celebrações e práticas de cura.

O terapeuta, ao incorporar a dança na prática, atua como um guia sensível, facilitando a exploração do movimento e incentivando a reflexão sobre as experiências corporais. Esse enfoque holístico reconhece a interconexão entre a mente e o corpo, promovendo uma compreensão mais profunda do self e oferecendo caminhos alternativos para o crescimento pessoal e a cura psicológica. Assim, a dança no emerge como uma forma inovadora e eficaz de promover a integração e a transformação dentro do contexto psicoterapêutico.

A dança na psicoterapia é adaptável a diversas abordagens, incluindo psicodinâmicas, cognitivo-comportamentais e humanistas. Pode ser aplicada em diversos contextos, desde o tratamento de distúrbios emocionais até o auxílio no desenvolvimento pessoal, autoconhecimento e elevação da autoestima, podendo atuar sempre nas demandas pessoais de cada indivíduo.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O tipo de pesquisa realizado foi a uma revisão de literatura, sendo uma pesquisa qualitativa e descritiva, onde serão pesquisados livros, dissertações e artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados: “Scielo - Brasil”, “BVS – Biblioteca Virtual em Saúde”, “Fiocruz”, “Pepsic” e “Biblioteca Virtual – Anhanguera”. O período dos artigos pesquisados foram os trabalhos publicados nos últimos 15 anos. As palavras-chave utilizadas na busca foram:” dança”, “movimento”, “psicoterapia”, “psicológico”, “saúde mental”, “saúde física”, “psicossomatização” e “relação corpo-mente”.

2.2 Resultados e discussão

Com a crescente modernização, os estudos da Psicologia e corpo humano foram se fortalecendo, na busca por uma estabilidade psicológica e física. A partir disso, estudos sobre o cérebro, processos psicológicos e cognitivos, comportamento humano e o corpo em movimento foi crescendo e se tornando cada vez mais necessários para a compreensão do corpo humano em geral. O comportamento é um recurso que permite a modificação do ambiente e a realidade para que haja a adaptação dele. É mediado por processos mentais internos, que contribuem para uma profunda compreensão do ser humano, pois é a partir dele que se forma a visão de mundo individual. Diante disso, esses processos psicológicos e cognitivos em bom funcionamento, equivalem à uma boa saúde – mental e física – e logo contribuem para uma boa qualidade de vida. Com a crescente busca de formas alternativas para a manutenção desse bem-estar, a dança vem se destacando como facilitadora, pois trabalha certamente esses processos, com o cérebro, cognição e corpo em movimento, pois durante muito tempo, o homem foi afastado da sua subjetividade, desejos e embotamento criativo. Com isso, o anseio pelo retorno das suas perspectivas culturais e valores pessoais foi crescendo, junto com ideias de liberdade, tanto sexual quanto pessoal, e aumento do interesse pelos cuidados da saúde e uso dos corpos. A partir disso, foi conhecendo-se um corpo rígido e longe do controle social, completamente aberto ao sensível, ao que era experimental e sensorial (Tirintan; Oliveira, 2021).

A integração da dança no processo psicoterapêutico é fundamentada em diversas abordagens teóricas que reconhecem a interconexão entre o corpo, a mente e as emoções, logo, é notável que a dança tem o potencial de desenvolver o cérebro. Isso, porque longe de ser um processo automático ou instintivo, aprender e aprimorar movimentos exige do indivíduo o desenvolvimento das chamadas funções executivas (FE) do cérebro, aquelas responsáveis por planejar, selecionar e executar ações adaptativas das pessoas (Barkley, 2012). Em outras palavras, as FE são essenciais para a aquisição de novos padrões comportamentais e mentais (Gurd; Kischka; Marshall, 2010). Uma vez que exige o desenvolvimento dessas funções, é fácil pressupor que a dança tem o poder de efetivamente promovê-las, isso, porque o cérebro pode ser entendido como um sistema em permanente mudança. Nesse sentido, a dança desenvolve diversas habilidades que podem auxiliar no desenvolvimento humano, como equilíbrio, postura, sincronização, memória, percepção e expressão. Com tantas habilidades envolvidas, é possível mudanças significativas a nível estrutural no cérebro, como aumento da massa branca e cinzenta e do corpo caloso, região que conecta e permite a comunicação entre os dois hemisférios - o que faz sentido, dado o número de processos simultâneos que a atividade exige (Lopes, 2022). Junto à isso, os neurônios-espelho leem o outro e influenciam nosso comportamento a partir da leitura. Neurônios-espelho são acionados em seres humanos para imitar diretamente as ações e para compreender seus significados. Tais células, são responsáveis pelo aprendizado de quase tudo, de uma simples maneira de olhar até o mais complexo passo de dança (Moura, 2016).

Compreendendo a importância do cérebro tanto nas funções psicológicas e cognitivas quanto na estrutura para o desenvolvimento humano, dentro das principais interações entre o corpo e a mente tem-se a psicossomatização, que se refere ao processo pelo qual o estresse, as emoções negativas e os conflitos psicológicos podem se manifestar como sintomas físicos no corpo. A partir disso, a dança pode desempenhar um papel na redução do estresse e na promoção do bem-estar emocional, o que pode, por sua vez, ajudar a diminuir a psicossomatização ou a atenuar os sintomas físicos relacionados ao estresse. Partindo desse princípio, a dança ao trabalhar as principais funções do cérebro e do corpo humano, diminui a presença de sintomas psicossomáticos, pois o indivíduo ao estar com

plena consciência corporal (esta mesma adquirida através da terapia da dança), consegue estar consciente e totalmente ciente das suas condições físicas, obtendo um autoconhecimento e fazendo sua própria intervenção individual para identificar o que seria psicopatológico ou não (Ávila, 2012).

A partir disso, é possível afirmar que há benefícios tantos cognitivos quanto físicos e emocionais, vindo dessa proposta de intervenção juntamente com o processo psicoterapêutico. A dança envolve vários aspectos que impactam no desenvolvimento cognitivo e emocional das pessoas. A percepção sensorial é essencial, pois a dança permite a percepção de estímulos como música, movimentos corporais e iluminação, sendo processados pelo cérebro para uma melhor compreensão da dança. A autoconsciência corporal está ligada ao autoconhecimento físico e aceitação do corpo, ajudando a compreender limitações. A atenção e concentração são necessárias para executar os movimentos com foco. Apesar de ser uma forma de expressão não verbal, a dança possui conexões com o pensamento e linguagem. A motivação vem do estabelecimento de metas na dança, impulsionando a busca por melhorias e progresso. As emoções são expressas pela dança, transmitindo sentimentos aos espectadores. A memória e aprendizagem são estimuladas ao memorizar movimentos e coreografias. O controle motor é refinado com a coordenação fluida e rítmica dos movimentos. A interação social é promovida em contextos como aulas e eventos de dança. A autoestima e autoconfiança são fortalecidas à medida que os dançarinos adquirem habilidades. A redução do estresse e bem-estar emocional são alcançados pela desconexão das preocupações diárias através da dança. A atividade física proporcionada pela dança traz benefícios para a saúde. Por fim, a criatividade é explorada através dos movimentos e expressão artística na dança. Esses diversos aspectos mostram como a prática da dança pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento integral das pessoas.

Nesse aspecto, as práticas corporais contemporâneas têm um papel mais amplo do que apenas moldar o corpo e desenvolver habilidades físicas. Elas também desempenham um papel significativo na construção da identidade e na formação dos indivíduos. Essas práticas podem influenciar a maneira como se percebem e como se relacionam com o mundo ao nosso redor, portanto é necessário observar como o corpo e a mente estão intrinsecamente ligados nesse contexto. A experiência nas práticas corporais possibilita o cuidado, recuperação, ativação e domínio de si, que são ações importantes para o desenvolvimento das subjetividades e objetividades da vida, contribuindo dessa forma para a saúde do ser humano (Franco, 2021). No caso intervencionista, Tirintan e Oliveira (2021) afirmam que, a dança, por permitir o indivíduo se conhecer, fazer escolhas a respeito do que se quer, do que se acredita, a partir do momento e condição que se encontra, possibilita o indivíduo ser e estar no mundo de maneira consciente e coerente com seus valores e crenças, desfrutando da sua saúde.

Precursora da terapia através da dança na década de 30, Marian Chace exerce um importante papel neste campo. Entende-se que, esta proposta terapêutica, por meio da dança, usa o corpo e o movimento como instrumento, ao invés de uma comunicação puramente verbal, partindo da convicção de que o homem é um todo. Outra pioneira na relação entre dança e terapia foi Maria Fux, que participou ativamente do movimento da utilização da dança como instrumento terapêutico e educacional e como um meio de comunicação para pessoas que buscam a conexão entre corpo e mente. Fux cria a chamada Dançaterapia e compartilha da ideia de que a dança pertence a todos, podendo ser utilizada na educação e com fins terapêuticos. Trabalhando a partir da totalidade do indivíduo, suas sessões iniciam-se com o estímulo no sentimento de confiança do participante, de modo que ele não se sinta observado e isolado. O início das atividades acontece com a

tomada de consciência das pessoas em relação a seus corpos. O aquecimento corporal começa tanto no chão quanto em pé. Gradativamente, os participantes vão sendo encorajados a aumentarem sua liberdade corporal e a buscarem o deslocamento na sala. É neste exercício de deslocamento que se inicia um trabalho de improvisações, onde o corpo se entrega a possibilidades de criação, que gera confiança, e personifica a música e o canto. Estilos de dança utilizados na dança - movimento terapia são os solos, as improvisações, as danças folclóricas e danças de salão, auxiliando em uma externalização de sentimentos. A possibilidade de se estar em um ambiente social, lidar com características como timidez e acanhamento em direção a outra condição de se expressar têm se traduzido com uma grande propiciadora de assertividade pessoal (Lima; Silva Neto, 2011).

Segundo Alves e Carvalho (2010), a saúde só existe quando oferecemos à aventura do viver, a exploração e a descoberta de diferentes pontos de vista, ou seja, se deslocando e compreendendo saúde para além da ausência de doenças, vida ativa, corpo belo e magro, boas condições de vida pautada na retenção de poder e acessos mercadológicos. A partir disso, é possível afirmar que, a saúde, em última instância, se alinha ao ideário de felicidade. Sendo assim, compreende que a sua relação com as práticas corporais seria de proporcionar vivência, experiência, movimentos corporais com possibilidade significativa de condução de uma vida boa.

Assim podemos dizer que a dança, nessa perspectiva, tem boa ventura em explorar as múltiplas variações do corpo e do movimento e, aos poucos, o praticante vai sentindo segurança para novas percepções, novos comportamentos, pensamentos que estão interligados ao cotidiano do indivíduo, alimentando os aspectos da saúde. Liberato (2009) afirma que, esta experiência com a dança e com o contato com o outro nos possibilita um modo de vivenciar e refletir acerca da intensidade dos encontros e dos efeitos decorrentes deles. Quando nos deparamos com a diferença e nos dispomos a compor com ela, o que não significa uma espécie de identificação ou homogeneização, novas compreensões e afecções se tornam possíveis e nos põem em movimento, em devir. Assim, além do manejo corporal, a consciência precisa emergir para que os significados das experiências corporais sejam construídos e organizados. No caso da DMT (Dança Movimento Terapia), as abordagens visam integrar consciência e corpo, focalizando a relação terapêutica e a compreensão de processos mentais inconscientes. A integração do indivíduo é buscada por meio do seu movimento, combinando os aspectos expressivos e criativos da dança com os insights da psicoterapia (Brito; Germano, 2021).

A dança é reconhecida como uma arte de execução, caracterizada pela habilidade de se utilizar o movimento de forma simbólica, gerando, assim, significados, e desenvolvendo a capacidade intelectual do homem. Uma vez que esta arte é um potente veículo de transformação e expressão da criatividade humana, pois o trabalho corporal engloba muito das funções do organismo humano, a dança auxilia a expressão em movimentos, seja por uma comunicação estabelecida entre o ser humano e o seu meio, quanto em relação à cultura e sociedade a que pertence.

Incontáveis são as razões que conduzem a uma decisão pessoal, em prol da busca de processos terapêuticos. Algumas destas possuem origens dolorosas, outras são mais limitadoras, e todas ensejam cuidado, carinho e respeito por parte do terapeuta. A relevância de situações acontecidas nos grupos de comunidades e de celebrações populares com seus vínculos, cantigas e danças, pode funcionar como valiosos resgates de alegria, de entusiasmo, de autovalorização e de expressão de criatividade, por meio da arte e do movimento (Lima; Silva Neto, 2011)

Em síntese, o proveito psicológico é enorme, pois permite experimentar, expressar e

valorizar as próprias potencialidades, subjetividades e em contato com si mesmo, é possível a compreensão e identificação de situações internas que muitas vezes impediam uma vida plena. No aspecto físico, o corpo atinge maior elasticidade e capacidade de movimento, através de alongamentos, onde possivelmente traumas, dores nas costas, contrações e cefaleias, podem desaparecer por meio da nova consciência do próprio corpo, evitando o aparecimento de transtornos decorrentes do estresse e reduzindo a ansiedade, bem como pode-se tornar uma ótima opção para casos com déficit de atenção, promovendo assim uma maior qualidade de vida em todas as faixas etárias.

3. CONCLUSÃO

A dança no processo psicoterapêutico pode desempenhar um papel significativo na promoção do bem-estar emocional e mental, podendo enriquecer e aprofundar a jornada terapêutica do indivíduo. Por meio do movimento corporal expressivo, indivíduos podem acessar e processar emoções, experiências e traumas de uma forma não verbal, tendo uma comunicação mais profunda e autêntica consigo mesmo e com o psicoterapeuta, permitindo que os clientes acessem e processem emoções profundas, experiências traumáticas e questões inconscientes de uma maneira não verbal. Ao integrar o movimento corporal consciente na terapia, os clientes podem alcançar insights, libertar tensões físicas e emocionais, fortalecer a autoconsciência e promover a cura holística.

Além disso, a dança no processo terapêutico pode promover uma maior conexão entre mente, corpo e espírito, ajudando os clientes a desenvolver uma maior consciência de si mesmos e de seu ambiente. Isso pode levar a uma maior autoaceitação, resiliência emocional e capacidade de lidar com os desafios da vida. No entanto, é importante reconhecer que a dança terapêutica pode não ser adequada para todos os clientes e que alguns podem se sentir desconfortáveis ou resistir a essa abordagem. Portanto, é essencial que os terapeutas estejam atentos às necessidades e limitações individuais de cada cliente e ofereçam uma variedade de técnicas terapêuticas para atender às suas necessidades.

Em última análise, a inclusão da dança no processo psicoterapêutico pode ampliar as possibilidades de crescimento pessoal e transformação, oferecendo uma forma única e poderosa de expressão, exploração e cura. Ao reconhecer e honrar o poder do movimento corporal na terapia, os terapeutas podem ajudar os clientes a acessar seu potencial máximo e a criar vidas mais plenas e autênticas. A partir disso, essa proposta de intervenção, oferece um espaço seguro para explorar questões emocionais, promovendo a consciência corporal e a expressão criativa. Ela pode ajudar na redução do estresse, na melhoria da autoestima e na regulação emocional, além de facilitar a conexão entre mente, corpo e espírito.

Ao integrar a dança com abordagens psicoterapêuticas tradicionais, como a terapia cognitivo-comportamental ou a psicodinâmica, os indivíduos podem experimentar uma abordagem holística para o tratamento de questões emocionais e psicológicas. Portanto, a dança no processo psicoterapêutico oferece uma maneira única e poderosa de explorar e transformar a experiência humana, integrando o movimento corporal com a jornada emocional e psicológica do indivíduo.

Referências

ÁVILA, L. A. O corpo, a subjetividade e a psicossomática. **Tempo psicanalitico**, v. 44, n. 1, p. 51–69, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382012000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 1 mai. 2024.

BRITO, R. M. DE M.; GERMANO, I. M. P.; SEVERO JUNIOR, R. Dança e movimento como processos terapêuticos: contextualização histórica e comparação entre diferentes vertentes. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, p. 146– 165, 2021. Doi: https://doi.org/10.1590/s0104-59702021000100008

FRANCO, M. A. et al. **Práticas corporais na promoção de saúde e qualidade de vida: atuação entre Educação Física e Medicina na Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 31, n. 3, 2021.

LIBERATO, M. T. C.; DIMENSTEIN, M. Experimentações entre dança e saúde mental. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, p. 163–176, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1984-02922009000100013

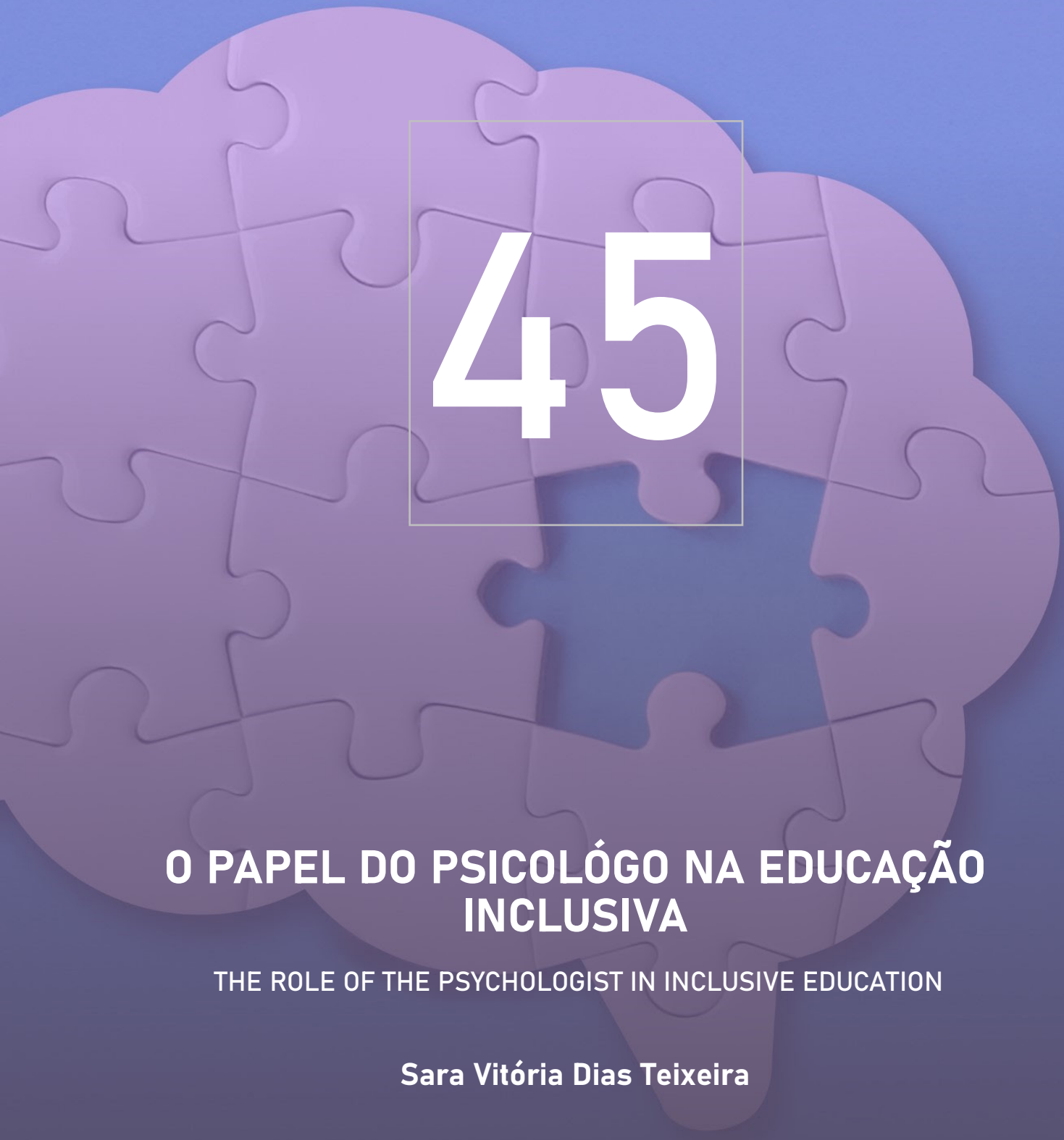
LIMA, D. M. DE; SILVA NETO, N. A. Danças brasileiras e psicoterapia: um estudo sobre efeitos terapêuticos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, p. 41–48, 2011. Doi: https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100006

LOPES, M. C. (2021). **Dance and Its Connection With the Brain and Its Functions: Possible Effects on Development**. In Pessali-Marques, B. (Eds.). Scientific Perspectives and Emerging Developments in Dance and the Performing Arts, pp. 161-180.

MOURA, G. **Contextos múltiplos na dança**. Salvador: UFBA, Escola de Dança, 2016. 92p. il. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26143/1/eBook_Contextos_Multiplos_na_Danc a-Licenciatura_em_Danca_UFBA.pdf Acesso em: 1 mai. 2024.

TIRINTAN, M. M.; OLIVEIRA, R. C. DE. Os impactos da experiência da dança em sua relação com a saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, p. e310410, 2021. Doi: https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310410

COLETÂNEA LUDOVICENSE DE PSICOLOGIA



45

O PAPEL DO PSICOLÓGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

THE ROLE OF THE PSYCHOLOGIST IN INCLUSIVE EDUCATION

Sara Vitória Dias Teixeira

Resumo

O tema da educação inclusiva compreende a adaptação ao processo de implementação no ambiente escolar na atualidade e refere-se às necessidades da integração de pessoas não incluídas no processo de aprendizagem regular. Existem discussões sobre a necessidade de atenção para a prática de integração, como inclusão em um espaço comum de ensino aprendizagem e de desenvolvimento do indivíduo, atendendo a igualdade ao direito sob garantia da Constituição Federal. A inserção da pesquisa dos impactos na área escolar contribui para a compreensão e participação ativa no desenvolvimento educacional, aspecto de importância para a busca do ensino aprendizagem significativo e eficaz, para a construção do processo de desenvolvimento do aluno. O entendimento sobre as necessidades de mudanças inclusivas vai além de possibilitar visibilidade a pessoa com alguma condição especifica e visa a igualdade no âmbito das possibilidades educacionais de qualidade. A importância do conhecimento, prática, debates e atenção para o assunto tem capacidade de facilitar e de trazer contribuições para a ressignificação do meio escolar, da tradição constitucional e fortalecimento do compromisso em atender as necessidades do papel da escola, na formação contínua da pessoa como cidadão na sociedade. A produção do estudo sobre as contribuições do papel do profissional de psicologia na promoção a inclusão escolar, proporciona uma concepção mais ampla em torno da importância de transformação da educação e apresenta informações sobre a temática colaborando para o conhecimento na comunidade científica e sociedade.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Psicologia Escolar, Intervenções Educacionais, Educação Regular.

Abstract

The theme of inclusive education comprises the adaptation to the implementation process in the school environment today and refers to the needs of integrating people who are not included in the regular learning process. There are discussions about the need to pay attention to the practice of integration, such as inclusion in a common space of teaching, learning and development of the individual, meeting the equality of the right under the guarantee of the Federal Constitution. The insertion of the research of the impacts in the school area contributes to the understanding and active participation in educational development, an aspect of importance for the search for meaningful and effective teaching-learning, for the construction of the student development process. The understanding of the needs for inclusive change goes beyond enabling visibility for people with specific conditions and aims at equality in the scope of quality educational possibilities. The importance of knowledge, practice, debates and attention to the subject has the capacity to facilitate and contribute to the resignification of the school environment, of the constitutional tradition and strengthening of the commitment to meet the needs of the role of the school, in the continuous formation of the person as a citizen in society. The production of the study on the contributions of the role of the psychology professional in promoting school inclusion, provides a broader conception around the importance of transforming education and presents information on the theme, contributing to knowledge in the scientific community and society.

Keywords: School Inclusion, School Psychology, Educational Interventions, Regular Education.

1. INTRODUÇÃO

Acerca de mudanças e transformações ao longo da história da educação o processo educacional perpassou por avanços e suas reformulações partiram do ensino regular ao ensino de educação especial. A construção das articulações em torno de demandas características do ambiente escolar contribuiu para a proposta da educação inclusiva onde o desenvolvimento dos alunos acontecessem de forma integrativa independente de apresentar ou não condições especificas ou limitações, com isso impulsionou-se a busca ao direito básico a educação formal que é imprescindível para todos.

O Estudo é de grande relevância para a construção da compreensão sobre o contexto social, cultural e histórico da temática. A participação ativa no desenvolvimento do conhecimento científico visa promover o entendimento dos aspectos e intervenções para um ensino aprendizagem significativo e de qualidade que se aproxime cada vez mais de um sistema educacional inclusivo como também de reflexões e ações para um campo educativo não segregador.

A participação do psicólogo escolar na educação inclusiva aborda a necessidade de se incorporar a educação regular junto a busca para a integração dos alunos a inclusão no espaço educacional pedagógico, onde a capacidade de atender às necessidades e promover o trabalho das potencialidades individuais são efetivadas. Sua atuação é essencial para o entendimento do significado sobre o processo de transformação e trabalha resistências para progressivamente conduzir a escola a participação e cultura integradora em sua totalidade.

Com a produção do presente estudo, objetivou-se compreender como se dá maneiras e caminhos de contribuições do psicólogo educacional na promoção a educação inclusiva. Para isso, apontou-se características e demandas de um espaço de escolarização visando a construção de uma concepção assertiva sobre a atuação do psicólogo no trabalho conjunto a diferentes profissionais da área da educação.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica e literatura descritiva, tal qual teve seus materiais de apoio oriundos das seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Spell, Biblioteca USP, Biblioteca UEL, Biblioteca UNESP, Biblioteca Unicamp e Scielo Brasil. Os trabalhos selecionados para embasamento teórico foram publicados na língua portuguesa no período de 2018 á 2024 últimos 10 anos. Foram utilizadas as respectivas palavras: Educação Inclusiva, Integração Escolar, Necessidades Educativas, ressignificação do meio educacional e educação especial para a uma importante seleção minuciosa de artigos e fomentação do presente trabalho sobre o desenvolvimento da temática discutida.

2.2 Resultados e Discussão

A Psicologia Escolar sofreu influência francesa e norte-americana por meio de criação de seus primeiros laboratórios psicológicos para estudos no Brasil, na primeira metade do século XX foi marcada por um modelo clínico de intervenções técnicas direcionadas aos

problemas de aprendizagem, por meio de testes psicológicos como recurso para identificação da possível causa do fracasso escolar (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

De acordo com Marchesi (2010) No início do século XX, ocorreram profundas transformações conjuntas a práticas de movimentos sociais que realizavam reivindicações formais em prol da superação de discriminação assim como também igualdade entre cidadãos. As constantes mudanças no país impulsionaram reflexões no espaço educacional escolar capazes de evocar a busca da responsabilização do campo educativo e atendimento as necessidades de integração dos alunos com deficiência e ou algum problema de aprendizagem.

A formulação de estratégias de trabalho em conjunto com contribuição de profissionais pode vir a atender demandas do ambiente escolar em sua totalidade onde desde o processo histórico propõe diferenças nas perspectivas de integração. Essas mudanças especificamente acontecem desde o século XX. As pessoas com deficiência ou condições especificas foram rotuladas como incapazes e inativas, concepção que permanece fortemente na cultura da sociedade que reproduz essa ideia levando a uma segregação institucional.

Em análise do processo histórico-cultural das relações sociais, principalmente o que se refere à exclusão, percebe-se que as pessoas com deficiências, sempre foram consideradas fora dos padrões tidos como normais, julgadas como “diferentes”, sofrendo com isso a dor da rejeição e do abandono social uma realidade que se refletira também dentro do ambiente escolar regular.

Segundo Dorziat (2013) Mesmo sendo responsável pela escolaridade das pessoas com deficiência, o principal objetivo da educação especial era desenvolver práticas clínico-terapêuticas, para, através delas, transformar o sujeito com deficiência em alguém socialmente aceito e adaptável à escola regular, enquanto o sistema educacional como um todo continuava inalterado. Permaneceram invisíveis aos olhos da educação formal, e excluídos do sistema de educação regular, restritas a modalidades educacionais segregados.

A história da educação de pessoas com deficiência apresenta um quadro de total exclusão. Esses indivíduos eram institucionalizados e viviam longe do convívio social geral, passando por períodos em que eram separados em escolas ou classes especiais estabelecidas de acordo com as características de suas deficiências, entendendo que sua participação em ambientes comuns só seria possível mediante um processo de normalização, o momento atual que prevê direitos educacionais iguais e equidade educacional (CARNEIRO, 2013).

Diversas mudanças nas práticas educativas aconteceram, e sua construção perpassou por períodos onde não eram consideradas as diferenças e diversidades humanas, conforme o tempo passou as discussões sobre as mudanças necessárias foram alcançando e adentrando debates sobre a educação no país onde a inclusão na escola é tratada como algo novo e necessário.

Além de dimensões materiais, políticas e culturais, a proposta da Educação Inclusiva abarca dimensões relacionais e subjetivas igualmente relevantes (MAZZOTTA; SOUSA, 2000).

A inclusão escolar focaliza o processo de ensino-aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial e envolve tanto reflexões de temáticas referentes à educação na diversidade, em uma perspectiva de direitos humanos, como discussões em torno dos desdobramentos necessários para a sua efetivação, os quais incluem, para uma aprendizagem bem-sucedida, a reestruturação do espaço educacional e a implicação de todos os

membros da comunidade escolar (FONSECA; SANTOS; NEGREIRO, 2018).

> O âmbito educacional concentra discussões em torno da inclusão escolar, almejando a efetivação do direito à educação das pessoas público-alvo da Educação Especial na sala comum da escola regular. Esse direito foi possível mediante a formulação de legislações e de políticas públicas educacionais, à medida que os debates avançavam. Os principais documentos, nacionais e internacionais, que ofereceram subsídios para a Educação Inclusiva foram a Constituição Federal de 1988 (Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990 (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1998a), a Declaração de Salamanca de 1994 (UNESCO, 1998b), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, 1996),5,B a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Organização Das Nações Unidas [ONU], 2006), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, 2015). (FONSECA; SANTOS, NEGREIRO, 2018).

Considerando a inclusão como uma concepção diferente de entendimento da vida em sociedade, a tarefa escolar fica um pouco mais complexa. Em uma concepção de escola inclusiva o que está em jogo não é a matrícula de alunos com ou sem deficiência, mas sim, a abertura da escola para oferecer educação a todos os alunos. Essa escola ainda não faz parte da nossa realidade porque historicamente a escola não foi criada e nem desenvolvida para atender a todos, portanto, não sabemos fazer “inclusão”, pois como concepção implica em mudança de valores e atitudes (CARNEIRO, 2013).

A ideia da importância de um profissional que compreenda a complexidade humana em um meio escolar tem a função de considerar as diferentes situações que existem e precisam ser acompanhadas e conduzidas de maneira assertiva por professionais da educação. O fazer psicólogo escolar pode e deve atuar para propagar a educação inclusiva no dia a dia da escola fazendo com que a formação, a informação e a intervenção sejam focadas em encorajar e desenvolver a capacidade dos alunos.

Abordar a história, os compromissos e as perspectivas da Psicologia Escolar e Educacional significa tratar de três dimensões fundamentais de seu estatuto como área de conhecimento articulada a um campo de prática social. A natureza dessa relação se expressa, pelo menos, em duas dimensões: a psicologia educacional como um dos fundamentos científicos da educação e da prática pedagógica e a psicologia escolar como modalidade de atuação profissional que tem no processo de escolarização seu campo de ação, com foco na escola e nas relações que aí se estabelecem (ANTUNES, 2008).

Considera-se que ainda há muito a discutir sobre a atuação do psicólogo nas escolas, uma vez que está ainda é uma área pouco conhecida, devido a seu processo histórico. O psicólogo não deve ser aquele que traz um saber ou uma resposta pronta; ele vai interagir com os demais atores para construir uma solução viável dentro do contexto da Educação, tanto na escola quanto na universidade ou em uma organização não governamental. Nesse processo, é importante que o psicólogo construa uma postura crítica e criativa e esteja aberto aos múltiplos desafios e possibilidades presentes nos contextos educacionais (DIAS; PATIAS; ABAID, 2014).

Elencando algumas fases do processo da Psicologia como campo de atuação na área escolar alguns pontos são primordiais retratar para um melhor entendimento desde o início a sua atualidade. Durante muito tempo, permaneceu a ideia de que a prática desse

profissional, cujos instrumentos iniciais eram testes para medir a capacidade dos alunos, separando os aptos dos não aptos para a aprendizagem, caracterizando um pensamento excludente, moderno e linear, ou seja, de causa e efeito (ANDRADA ,2005).

O trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender (BARÓ,1996). A atuação do psicólogo escolar, compreendida dessa forma, implica o desenvolvimento de sua identidade profissional a partir da mobilização dos conhecimentos técnicos, características pessoais, experiências profissionais e outros fatores presentes na constituição subjetiva (BARBOSA; MARINHO-ARAUJO, 2010).

O psicólogo pode servir como um agente securizante para ajudar os professores a progressivamente modificar/melhorar/manter, ou apenas a refletirem (*SIC*) a adequação das suas práticas, tendo por base as teorias da aprendizagem e modelos de ensino eficaz (GAITAS; MORGADO, 2010).

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007).

Por estar relacionada exatamente com a diferença, podemos dizer que a atuação do psicólogo na área da educação do excepcional vem estando sujeita a tais contradições, e, conforme esperado, a muitas críticas. É a história, mais uma vez, que vem nos mostrar que o convívio com estas condições contraditórias constitui ora o grande desafio, ora a grande limitação do psicólogo que se dedica a esta área (LOURENCO, 2000).

Por fim, é importante ressaltar que precisamos trabalhar e estar sempre atentos para responder às finalidades do trabalho que vimos desenvolvendo, discutindo e analisando por que é para que realizar uma determinada intervenção ou ação, sob pena de nos transformarmos em animadores ou educadores sociais ou técnicos qualificados, perdendo as especificidades do conhecimento psicológico a serviço da educação (SOUZA, 2009).

O trabalho do profissional de psicologia deve ser conjunto a atores do processo educacional para a promoção a inclusão escolar, sabe-se que não se trata de algo fácil porém quando realizado de maneira conjunta pode garantir um entendimento e funcionalidade no fazer educacional e a inclusão escolar acontece de forma assertivamente.

A orientação aos professores em relação ao trabalho para superar dificuldades escolares de seus alunos tem sido uma das formas nas quais o psicólogo também tem contribuído para o processo educativo. Na aprendizagem, como uma função do sujeito que aprende, participa, junto com importantes fatores contextuais e sócio relacionais, a configuração subjetiva do aluno em toda sua complexidade e não apenas como uma dimensão "cognitiva" (MARTINEZ ,2009).

Sabe-se que, para contribuir no sentido de mudanças reais nas formas nas quais os indivíduos pensam, sentem e atuam se requer estratégias educativas sistêmicas e permanentes em correspondência tanto com a complexidade da subjetividade humana, quanto com a complexidade de seus processos de mudança, por essas razões o trabalho do psicólogo nesta direção tem particular relevância (MARTINEZ, 2009).

De Acordo com Andrada (2005). Entretanto, quando este profissional adentra uma instituição educacional, depara-se com inúmeras dificuldades: falta de compreensão de outros profissionais da educação acerca do papel do psicólogo na escola; manutenção de uma prática excludente, individualista (o problema está no aluno ou na sua família), caracterizando um pensamento cartesiano e linear de causalidade. Porém, confrontando pos-

turas, poderá criar espaços de reflexão junto aos sujeitos da escola, visando criar condições mais justas de existência.

Segundo Silva e Aranha (2005) O tema da educação inclusiva tem despertado, no meio educacional, angústias e entusiasmos. A mudança de um sistema educacional, que se caracterizou tradicionalmente por ser excludente e segregatório, para um sistema educacional que se comprometa efetivamente a responder, com qualidade e eficiência, às necessidades educacionais de todos, inclusive às dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, exige um processo complexo de transformação, tanto do pensar educacional, como da prática cotidiana de ensino.

O fazer do psicólogo escolar está contido em comprometimento aos princípios éticos profissionais no intuito de um acolhimento e a posteriori a uma transformação sobre tudo que emerge em ambiente escolar sendo imprescindível para construção de uma ponte que liga quem necessita do aprendizado a quem ensina.

Dessa forma, é certo afirmar que o currículo do estudante com necessidades educacionais especiais precisa ser repensado por todos os envolvidos da unidade escolar para que o mesmo seja reescrito com uma proposta real, que chegue bem perto da realidade do aluno, favorecendo-os em todos os sentidos (PAULINO, 2018). Nesse direcionamento, urge a necessidade de que a organização do ensino escolar esteja orientada para a transformação da realidade concreta, a fim de que todos os estudantes tenham asseguradas as condições de desenvolvimento, rumo à genericidade (*sic*) humana (LOPES, 2017).

De acordo com Sant'Ana (2005). Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional.

A mudança da cultura institucional depende, em grande parte, do compromisso das chefias com o respeito às dificuldades e limites de cada um. Sem essa garantia os sentimentos de ameaça se constituem em barreiras atitudinais. Essa mudança de cultura, necessária à construção de um ambiente inclusivo, é um processo com avanços e retrocessos, relacionados provavelmente ao medo de se expor e à dúvida em confiar, mas que também se fortalece e se propaga na instituição. O ambiente se torna inclusivo na medida do reconhecimento das necessidades de cada um, da construção de um projeto pedagógico que parta do respeito aos potenciais disponíveis e da articulação das relações na produção de um coletivo no qual todos se reconheçam como participantes (SEKKEL; ZANELATTO; BRANDÃO, 2010).

As diferenças precisam ser consideradas e respeitadas principalmente em ambiente escolar, um espaço onde todos devem ser acolhidos. Todos os envolvidos em um ambiente escolar desempenham papeis importantes para a construção de cada indivíduo.

3. CONCLUSÃO

O Presente trabalho trouxe uma reflexão quanto aos objetivos traçados para que o entendimento da temática Educação Inclusiva pudesse ser contemplada com a importante produção de um bom material de estudo capaz de traçar os desafios, as necessidades e contribuições para alcançar o crescimento e evolução na educação para todos.

Trazer uma conversa saudável para somar com a comunidade acadêmica e a sociedade foi barrada pela dificuldade em encontrar teses e até livros específicos e este fato aumenta a percepção de que ainda há muita necessidade de produzir bem mais artigos e trabalhos tratando desse importante assunto de um fazer educacional voltado para a inclusão.

Dentre as demandas da escola é notável a necessidade de se implementar e reconfigurar a maneira de condução e manejo do aluno, devendo estar atrelada a conhecimentos de formação acadêmica do professor a caminho da prática pedagógica que também se constitui por meio da vivencia e experiência educacional.

Assim o profissional de psicologia pode utilizar do arcabouço de conhecimento e entrelaçar as possibilidades de intervenção para o alcance de uma evolução com qualidade para potencializar e trabalhar as esferas da integração.

Referências

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira de. Psicologia: Reflexão e Crítica. **Novos Paradigmas na Prática do Psicólogo Escolar.** Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 18 n°2. pp.196-199. 2005. Disponível em :< http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v18n2/27470.pdf> Acesso em 20 Set ,2022.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicol. Esc. Educ. **Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Campinas. Vol.12 n°.02 Dec. 2008. Disponível em :< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141385572008000200020&script=sci_arttext> Acesso em: 25 Set,2022.

BARBOSA, Rejane Maria; MARINHO ARAÚJO, Clasy Maria. Psicologia **escolar no Brasil**: Considerações e reflexões históricas. *Estudos de Psicologia*, Campinas, Vol.27 n.3, p.393-402 Set 2010. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382018000300427&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 29 Ago.2023.

BARBOSA, Rejane Maria; MARINHO-ARAÚJO, Clasy Maria. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 393-402, 2010.Disponivel em:< https://www.redalyc.org/pdf/3953/395335744011.pdf>Acesso em: 30 Set,2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial*. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2007.Disponivel em:< http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ed_especial/politica_nacional_educacao_especial_perspectiva_educacao_inclusiva.pdf> Acesso em: 25 Set,2022.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. DALL 'ACQUA, Maria Julia Canazza. Anuais do VIII Encontro Da Associação Brasileira De Pesquisadores Em Educação Especial: **Inclusão escolar e formação de professores:o exercício da docência como objeto de formação.** Londrina, de 05 a 07 novembro de 2013, ISSN 2175-960X, p 2449-2458. Disponível em:<www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT08-2013/AT08-006.pdf> Acessado em 24 de Set, 2023.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, v.8, n.12, p.81-95, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124965> Acesso em 16 Set.2023.

DORZIAT, Ana. O profissional da inclusão escolar . **Cadernos de Pesquisa** , Volume 43 N° 150 Páginas 986 – 1003, Dez 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000300013&lang=pt >Acesso em: 20 Set.2022.

DIAS, Ana Cristina Garcia; PATIAS, Naiana Dapieve; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, n. 1, p. 105-111, 2014.Disponivel em :< http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a11.pdf> Acesso em :30 Set ,2022.

FONSECA, Thaisa da Silva; FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger; NEGREIROS, Fauston. Psicologia Escolar e Educação Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial** ,Volume 24 N° 3 Páginas 427 – 440, Set 2018. Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413=65382018000300427-&lang-pt>. Acesso em 22 Set.2022.

GAITAS, Sérgio; MORGADO, José. Educação, diferença e psicologia. **Análise psicológica**, v. 28, n. 2, p. 359-375,

2010. Disponível em:< http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S087082312010000200010&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: 30 Set,2022.

LOPES**,** Mara Aparecida de Castilho. **Professores Interlocutores e Educação de Surdos: a Inclusão na Rede Estadual Paulista**. Rev. Bras. Ed. Esp. Marília, v.23, n.4, p.563-576,Out./ Dez., 2017. Disponível em :< http://www.scielo.br/pdf/rbee/v23n4/1413-6538-rbee-23-04-0563.pdf> Acesso em:30, Set,2023.

LOURENÇO, Érika. Educação inclusiva: uma contribuição da história da psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 20, n. 1, p. 24-29, 2000.Disponivel em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932000000100004&script=sci_arttext>Acesso em:23 Set, 2023.

MARCHESI, Álvaro; COLL, César; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação:** Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed,2004. (Reimpressão 2010).

MARTÍN-BARÓ, Ignácio**. O papel do psicólogo. Estudos de psicologia,** v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>Acessado em :23 Set,2023.

MARTINEZ, Albertina Mitjáns. Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. **Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira.** Paraná. vol. 13, núm. 1.enero-junio, pp.169-177, 2009. Disponível em :< https://www.redalyc.org/pdf/2823/282321826020.pdf> Acesso em: 15 Set,2022.

PAULINO, Fernanda Lucia. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO FUNCIONAL PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.** FCE- FACULDADE CAMPOS ELÍSEOS**.** 2018.Disponível em:< https://doc.academicoo.com/user/Fernanda+Lucia+Paulino/artigofernanda1405.pdf> Acesso em 30 Set ,2023.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Psicologia em Estudo. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E DIRETORES.** Maringá. Vol. 10, n ° 2, p. 227-234, Mai./Ago.2005.Disponível em :< http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v10n2/v10n2a09.pdf.>Acesso em: 30 Set ,2023.

SEKKEL, Marie Claire; ZANELATTO, Raquel; BRANDÃO, Suely de Barros. Ambientes inclusivos na educação infantil: possibilidades e impedimentos. **Psicologia em estudo**, v. 15, n. 1, p. 117-126, 2010.Disponivel em:< http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n1/a13v15n1> Acesso em:27 Set,2023.

SILVA, Simone Cerqueira da; ARANHA, Maria Salete Fábio. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Revista Brasileira de educação especial**, p. 373-394, 2005. Disponível em :< http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n3/v11n3a05> Acesso em: 30 Out, 2022.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 13, n. 1, p. 179-182, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v13n1/v13n1a21>Acesso em: 23 Set, 2023.

O presente livro possui importantes reflexões acerca dos fundamentos que permeiam os principais debates da Psicologia na contemporaneidade. Nele, os autores analisam com argúcia temas emergentes na conjuntura da atuação profissional, protagonizando análises indispensáveis ao cotidiano do(a) psicólogo. Sabe-se que a conjuntura atual requer esforços numerosos no que concerne a produção do conhecimento com a rigorosidade que o percurso científico pleiteia. No entanto, por se compreender a imprescindibilidade do papel na Psicologia na sociabilidade dos indivíduos, faz-se necessário entendê-la a partir de seu processo metodológico e, por sua inventividade, na aproximação com os profusos feitos da psique humana e seus rebatimentos à sociedade.

ISBN: 978-65-6068-083-8

Pascal
Editora